

LEO J. TRESE

243

258



a fé explicada



QUADRANTE

LEO J. TRESE

A FÉ EXPLICADA

Tradução

De

ISABEL PEREZ

5ª edição

Quadrante

São Paulo

1990

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE O CREDO

O FIM DA EXISTÊNCIA DO HOMEM	9
Por que estou aqui?.....	9
Que devo fazer?.....	15
Quem me ensinará?	20
DEUS E AS SUAS PERFEIÇÕES	25
Quem é deus?.....	25
A UNIDADE E A TRINDADE DE DEUS	32
Como é que são tres?.....	32
A CRIAÇÃO E OS ANJOS.....	38
Como começou a criação?	38
O diabo é real?	43
CRIAÇÃO E QUEDA DO HOMEM.....	50
O que é o homem?.....	50
Como nos fez deus?.....	55
O que é o pecado original?.....	61
E depois de adão?.....	66
O PECADO ATUAL	71
Minha alma pode morrer?.....	71
Quais são as raízes do pecado?	76
A ENCARNAÇÃO.....	82
Quem é maria?	82
Quem é jesus cristo?.....	88
A REDENÇÃO	94
Como termina?.....	94
O ESPÍRITO SANTO E A GRAÇA.....	101
A pessoa desconhecida	101
O que é a graça?	107

A graça que vai e vem	112
Fonte de vida.....	118
O que é o mérito?	124
AS VIRTUDES E DONS DO ESPÍRITO SANTO.....	130
O que é virtude?	130
Esperança e amor	136
Maravilhas interiores	143
As virtudes morais.....	148
A IGREJA CATÓLICA.....	155
O espírito santo e a igreja	155
Nós somos a igreja	161
AS NOTAS E OS ATRIBUTOS DA IGREJA	168
Onde a encontramos?	168
Santa e católica.....	174
A razão, a fé... E eu	180
A COMUNHÃO DOS SANTOS E O PERDÃO DOS PECADOS	187
O fim do caminho.....	187
A RESSURREIÇÃO DA CARNE E A VIDA ETERNA.....	191
O fim do mundo	191

SEGUNDA PARTE

OS MANDAMENTOS

OS DOIS GRANDES MANDAMENTOS	203
A fé prova-se com obras.....	203
Sublinhar o positivo.....	209
O maior bem	215
O PRIMEIRO MANDAMENTO	222
O nosso primeiro dever.....	222
Pecados contra a fé.....	228
Esperança e caridade	235
Sacrilégio e superstição	241

O SEGUNDO E O TERCEIRO MANDAMENTOS.....	249
Seu nome é santo.....	249
Bendizei e não amaldiçoeis.....	256
Por que ir à missa aos domingos?	261
O QUARTO E O QUINTO MANDAMENTOS	267
Pais, filhos e cidadãos.....	267
A vida é de deus	273
O SEXTO E O NONO MANDAMENTOS	280
O sexto e o nono mandamentos	280
O SÉTIMO E O DÉCIMO MANDAMENTOS.....	288
O meu e o teu	288
O OITAVO MANDAMENTO.....	295
Só a verdade.....	295
OS MANDAMENTOS DA IGREJA.....	302
As leis da igreja.....	302

TERCEIRA PARTE

OS SACRAMENTOS E A ORAÇÃO

OS SACRAMENTOS.....	312
Introdução aos sacramentos	312
Sete sacramentos, por quê?.....	318
O BATISMO.....	324
O início da vida.....	324
A marca do cristão.....	330
O batizado da criança	335
Antes e depois do nascimento.....	340
O nascimento de uma alma.....	342
Quem pode batizar?.....	347
A CONFIRMAÇÃO.....	353
O sacramento da confirmação.....	353
O significado da confirmação	359
A EUCARISTIA	365

O maior dos sacramentos.....	365
Jesus mantém a sua promessa	371
Lá não é pao	377
O pão, o vinho e o sacerdote.....	383
A MISSA	389
Começamos a missa	389
Que constitui o sacrificio?	395
Cada missa é a nossa missa.....	401
A missa tem história	404
A liturgia eucarística.....	410
Por que vestir paramentos?.....	416
O missal romano	421
Participar da missa	424
A SAGRADA COMUNHÃO	431
Tão perto de cristo.....	431
Quem pode comungar?.....	437
O jejum eucarístico.....	442
Conselhos práticos para comungar.....	445
A PENITÊNCIA.....	453
O sacramento da penitência	453
Preparação da confissão.....	459
A CONTRIÇÃO.....	467
Quando é real a dor?.....	467
Agradecer a deus pela confissão	473
A CONFISSÃO	480
Acusação dos pecados	480
Pecado e castigo	487
A PENA TEMPORAL E AS INDULGÊNCIAS.....	494
As indulgências.....	494
Indulgências plenárias	500
A UNÇÃO DOS ENFERMOS	505
O sacramento dos enfermos	505
Quando devemos chamar o sacerdote	510
AS ORDENS SAGRADAS	517

O QUE É UM SACERDOTE?	517
OS GRAUS DA ORDEM SAGRADA	524
OS BISPOS E OUTRAS DIGNIDADES.....	527
O MATRIMÔNIO.....	534
O matrimônio foi feito por deus.....	534
O matrimônio encerra graças especiais	540
O previsão forja matrimônios felizes.....	546
Paternidade responsável.....	552
OS SACRAMENTAIS	554
agentes da graça	554
A ORAÇÃO	560
Que é a oração e por que orar?.....	560
A oração que chega a deus.....	566
Por quem devemos orar?	573
O PAI NOSSO.....	579
A melhor oração	579
A BÍBLIA	586
Você lê a bíblia?.....	586
ÍNDICE ANALÍTICO	592
APÊNDICE.....	600

PRIMEIRA PARTE
O CREDO

CAPÍTULO I

O FIM DA EXISTÊNCIA DO HOMEM

POR QUE ESTOU AQUI?

É o homem um mero acidente biológico? É o gênero humano uma simples etapa num processo evolutivo, cego e sem sentido? É esta vida humana nada mais que uma cintilação entre a longa escuridão que precede a concepção e a escuridão eterna que virá após a morte? Sou eu apenas um grão de poeira insignificante no universo, lançado à existência pelo poder criador de um Deus indiferente, como a casca inútil que se joga fora sem pensar? Tem a vida alguma finalidade, algum plano, algum propósito? Enfim, donde é que eu venho? E por que estou aqui?

Estas são as questões que qualquer pessoa normal levanta quando atinge idade suficiente para pensar com certa sensatez. O Catecismo da Doutrina Cristã é, pois, sumamente lógico quando nos propõe como pergunta inicial: “Quem nos criou?”, pergunta à qual, uma vez respondida, se segue imediatamente esta outra: “Quem é Deus?”. Mas, no momento, parece-me preferível adiar a resposta a estas duas perguntas e começar com a consideração de

uma terceira. É igualmente básica, igualmente urgente, e oferece-nos um melhor ponto de partida.

A pergunta é: “Para que nos fez Deus?”

Há dois modos de responder a essa pergunta, conforme a consideremos do ponto de vista de Deus ou do nosso. Considerando-a do ponto de vista de Deus, a resposta é: “Deus nos fez para mostrar a sua bondade”. Posto que Ele é um Ser infinitamente perfeito, a principal razão pela qual faz alguma coisa deve ser uma razão infinitamente perfeita. Mas só há uma razão infinitamente perfeita para se fazer alguma coisa: é fazê-la por Deus. Por isso, seria indigno de Deus, contrário à sua infinita perfeição, que Ele fizesse alguma coisa por uma razão inferior a Si mesmo. [p. 11]

Talvez o compreendamos melhor se o aplicarmos a nós. Mesmo para nós, a maior e melhor razão para fazermos alguma coisa é fazê-la por Deus. Se a faço por outro ser humano –por mais nobre que seja, como alimentar um faminto- e a faço especialmente por essa razão, sem me referir a Deus de alguma forma, faço algo imperfeito. Não é uma coisa *má*, mas é menos perfeita. Isso seria assim, mesmo que se tratasse de um anjo ou da própria Santíssima Virgem, se prescindissem de Deus. Não existe maior motivo para fazer uma coisa que fazê-la por Deus. E isso é certo tanto para o que Deus faz como para o que nós fazemos.

A primeira razão, pois –a grande razão pela qual Deus fez o universo e nos fez a nós-, foi a sua própria glória: para mostrar o seu poder e bondade infinitos. Seu infinito poder mostra-se pelo fato de existirmos. Sua infinita bondade, pelo fato de Ele nos querer fazer participar do seu amor e felicidade. E se nos parece que Deus é egoísta por fazer as coisas para sua própria honra e glória, é porque não podemos deixar de pensar nEle em termos humanos. Pensamos em Deus como se fosse uma criatura igual a

nós. Mas o fato é que não existe nada nem ninguém que mais mereça ser objeto do pensamento de Deus ou do se amor que o próprio Deus.

No entanto, quando dizemos que Deus fez o universo (e nos fez a nós) para sua maior glória, não queremos dizer, evidentemente, que Deus *necessitasse* dela de algum modo. A glória que dão a Deus as obras de sua Criação é a que denominamos “glória extrínseca”. É algo fora de Deus, que não lhe acrescenta nada. É como no caso do artista que tem grande talento para a pintura e a mente repleta de belas imagens. Se o artista projeta algumas dessas imagens sobre a tela, para que a gente as veja e admire, isso não acrescenta nada ao próprio artista. Não o torna melhor ou mas notável do que era.

Assim Deus nos fez primordialmente para a sua honra e glória. Daí que a primeira resposta à pergunta “Para que nos fez Deus?” seja: “para mostrar a sua bondade”. Porém, a principal maneira de Deus demonstrar a sua bondade baseia-se no fato de nos haver criado com uma alma espiritual e imortal, capaz de participar da sua própria felicidade. Mesmo nos assuntos humanos, sentimos que a bondade de uma pessoa se manifesta pela generosidade com que compartilha a sua pessoa e as suas posses com outros. Da mesma maneira, a bondade divina se manifesta sobretudo pelo fato de nos fazer participar da sua própria felicidade, de nos fazer participar de *Si mesmo*.

Por essa razão, ao respondermos do nosso ponto de vista à pergunta: “Para que nos fez Deus?” dizemos que nos fez “para [p. 12] participarmos da sua eterna felicidade no céu”. As duas respostas são como que as duas faces da mesma moeda, o anverso e o reverso: a bondade de Deus nos fez participar da sua felicidade e a nossa participação na sua felicidade mostra a bondade de Deus.

Bem, e que é essa felicidade de que vimos falando e para a qual Deus nos fez? Como resposta, começemos com um exemplo: o do soldado americano que servia numa base estrangeira. Certo dia, ao ler o jornal da sua terra, enviado pela mãe, viu a fotografia de uma moça. O soldado não a conhece. Nunca ouviu falar nela. Porém ao fitá-la, diz: “Oh, agrada-me esta moça. Gostaria de casar-me com ela”.

O endereço da moça estava no pé da foto e o soldado decide escrever-lhe, sem muita esperança de receber resposta. E, no entanto, a resposta chega. Começam uma correspondência regular, trocam fotografias e contam mutuamente todas as suas coisas. O soldado enamora-se cada dia mais dessa moça, que nunca viu.

Finalmente, o soldado é licenciado e volta para casa. Durante dois anos cortejou-a à distância. Seu amor por ela fê-lo melhor soldado e melhor homem; procurou ser o tipo de pessoa que ela queria que fosse. Fez as coisas que ela desejaria que fizesse e evitou as que a desagradariam se chegasse a conhecê-las. Já é um anseio ardente por ela o que palpita em seu coração, e está voltando para casa.

Podemos imaginar a felicidade que embeberá cada fibra de seu ser ao descer do trem e tomar, enfim, a moça em seus braços? “Oh! —exclamará ao abraçá-la-, se este momento pudesse eternizar-se!”. Sua felicidade é a felicidade do *amor alcançado*, do amor que se encontra em completa posse da pessoa amada. Chamamos a isso *fruição* do amor. O jovem recordará sempre este instante —instante em que seu anseio foi premiado com o primeiro encontro real- como um dos momentos mais felizes da sua vida na terra.

É também o melhor exemplo que podemos dar sobre a natureza da nossa felicidade no céu. É um exemplo penosamente imperfeito, extremamente inadequado, mas o melhor que

podemos encontrar. Porque a primordial felicidade do céu consiste exatamente nisto: em que possuiremos a Deus infinitamente perfeito e seremos possuídos por ele, numa união tão absoluta e completa que nem sequer remotamente podemos imaginar o êxtase que dela advirá.

Não será um ser humano que possuiremos, por admirável que seja. Será o próprio Deus, a quem nos uniremos de um modo pessoal e consciente; Deus que é Bondade, Verdade e Beleza infinitas; Deus que é *tudo*, e cujo amor infinito pode satisfazer (como nenhum amor na terra) todos os desejos e aspirações do coração [p. 13] humano. Conheceremos então uma felicidade tão arrebatadora, que diremos dela que “nem olho algum viu, nem ouvido algum ouviu, nem o coração humano imaginou”, segundo a citação de São Paulo (I Co 2, 9). E esta felicidade, uma vez alcançada, nunca se poderá perder.

Mas isto não significa que se vá prolongar por horas, meses e anos. O tempo é algo próprio do mundo material perecível. Quando deixarmos esta vida, deixaremos também o tempo que conhecemos. Para nós, a eternidade não será “uma temporada muito longa”. A sucessão de momentos que experimentaremos no céu –o tipo de duração que os teólogos chamam *aevum*- não serão ciclos cronometráveis em horas e minutos. Não haverá sentimento de “espera”, nem sensação de monotonia, nem expectativa do amanhã. Para nós, o “agora” será a única coisa que contará.

Nisto consiste a maravilha do céu: em que nunca acaba. Estaremos absortos na posse do maior Amor que existe, diante do qual o mais ardente dos amores humanos é uma pálida sombra. E o nosso êxtase não será perturbado pelo pensamento de que um dia terá que acabar, como ocorre com todas as felicidades terrenas.

É claro que ninguém é absolutamente feliz nesta vida. Às vezes muitos pensam que o seriam se pudessem alcançar todas as coisas que desejam. Mas quando o conseguem –saúde, riqueza e fama; uma família carinhosa e amigos leais-, acham que ainda lhes falta alguma coisa. Ainda não são sinceramente felizes. Sempre falta algo que seu coração deseja. Há pessoas mais sábias, que sabem que o bem-estar material é uma fonte de felicidade que decepciona. Com frequência, os bens materiais são como a água salgada para o sedento, que, em vez de satisfazer a ânsia de felicidade, a intensifica. Estes sábios descobriram que não há felicidade tão profunda e permanente como a que brota de uma fé viva em Deus e de um ativo e frutífero amor de Deus. Mas mesmo estes sábios percebem que a sua felicidade nesta vida nunca é perfeita, nunca é completa. Mais ainda, são eles, mais do que ninguém, quem sabe como a felicidade deste mundo é inadequada, e é precisamente nisso –no fato de nenhum humano jamais ser perfeitamente feliz nesta vida- que encontramos uma das provas da existência da felicidade eterna, que nos aguarda após a morte.

Deus, que é infinitamente bom, não poria nos corações humanos esta ânsia de felicidade perfeita se não houvesse modo de satisfazê-la. Deus não tortura com a frustração as almas que criou. Mas, mesmo que as riquezas materiais ou espirituais desta vida *pudessem* satisfazer todos os desejos humanos, permaneceria a certeza de que um dia a morte nos tirará tudo –e a nossa felicidade seria incompleta. [p. 14] No céu, pelo contrário, não só seremos felizes com a máxima capacidade do nosso coração, mas teremos, além disso, a perfeição final da felicidade, por sabermos que nada no-la poderá arrebatá-la. Está assegurada para sempre.

QUE DEVO FAZER?

Temo que muitas pessoas encarem o céu como um lugar onde encontrarão os seres queridos falecidos, mais do que o lugar onde encontrarão a Deus. É verdade que no céu veremos as pessoas queridas, e que a sua presença nos alegrará. Quando estivermos com Deus, estaremos com todos os que estão com Ele, e nos alegrará saber que nossos entes queridos estão ali, como também Deus se alegra de que estejam. Queremos também que aqueles que aqui deixamos alcancem o céu, como Deus quer que o alcancem.

Mas o céu é algo mais do que uma reunião de família. Para todos, é Deus quem importa. Numa escala infinitamente maior, será como uma audiência com o Santo Padre. Cada membro da família que visita o Vaticano sente-se contente de que os demais estejam ali. Mas, quando o Papa entra na sala de audiências, é para ele, principalmente, que se dirigem os olhos de todos. De modo semelhante, todos nós nos conheceremos e nos amaremos no céu. Mas nos conheceremos e nos amaremos *em Deus*.

Nunca se ressaltará bastante que a felicidade do céu consiste essencialmente na visão intelectual de Deus –na posse final e completa de Deus, a quem nesta terra desejamos e amamos debilmente e de longe. E se este há de ser o nosso destino - estarmos eternamente unidos a Deus pelo amor-, disso se depreende que temos de começar a amá-lo aqui nesta vida. Deus não pode elevar à plenitude o que nem sequer existe. Se não há um princípio de amor de Deus em nosso coração, aqui, na terra, não pode haver a fruição do amor na eternidade. Para isso nos colocou Deus na Terra, para que, amando-o, estabeleçamos os alicerces necessários para a nossa felicidade no céu.

Na epígrafe precedente falamos de um soldado que, servindo numa base longínqua, vê o retrato de uma moça num jornal e se enamora dela. Começa a escrever-lhe e, quando regressa ao lar, acaba por fazê-la sua. É evidente que se, para começar, o jovem não se tivesse impressionado com a fotografia, ou se após umas poucas cartas tivesse perdido o interesse por ela, pondo fim à correspondência, essa moça não teria significado nada para ele, ao seu regresso. E mesmo que a encontrasse na estação, à chegada do trem, [p. 15] para ele o seu rosto teria sido como outro qualquer na multidão. Seu coração não se sobressaltaria ao vê-la. De igual modo, se não começamos a amar a Deus nesta vida, não haverá maneira de nos unirmos a Ele na eternidade. Para aquele que entra na eternidade sem amor de Deus em seu coração, o céu, simplesmente, não existirá. Assim como um homem sem olhos não poderia ver a beleza do mundo que o rodeia, um homem sem amor de Deus não poderá ver a Deus; entra na eternidade cego. Não é que Deus diga ao pecador impenitente (o pecado não é senão uma negativa ao amor a Deus): “Como tu não me amas, nada quero contigo. Vai-te para o inferno!” O homem que morre sem amor a Deus, ou seja, sem arrepender-se de seu pecado, fez a sua própria escolha. Deus está ali, mas ele não o pode ver, assim como o sol brilha, mas o cego não o pode ver.

É evidente que não podemos amar o que não conhecemos. Isto nos leva a outro dever que temos nesta vida: aprender tudo o que pudermos sobre Deus, para poder amá-lo, manter vivo o nosso amor e fazê-lo crescer. Voltando ao nosso soldado imaginário: se esse jovem não tivesse visto a fotografia da moça, é claro que nunca teria quem nem sequer tivesse ouvido falar. E se, mesmo depois de ver a fotografia da moça, não lhe tivesse escrito e, pela correspondência, tivesse conhecido o seu atractivo, o primeiro impulso de interesse nunca se teria transformado em amor ardente.

Por isso “estudamos” religião. Por isso temos aulas de catecismo na escola e cursos de religião no ensino médio e superior. Por isso ouvimos sermões aos domingos e lemos livros e revistas de doutrina cristã. Por isso temos círculos de estudo, seminários e conferências. São parte do que poderíamos chamar a nossa “correspondência” com Deus. São parte do nosso esforço por conhecê-lo melhor, para que nosso amor por Ele possa crescer, desenvolver-se e conservar-se.

Há, evidentemente, uma única pedra de toque para provarmos o nosso amor por alguém: é fazer o que agrada à pessoa amada, o que ela gostaria que fizéssemos. Servindo-nos uma vez mais do exemplo do nosso soldadinho: se, ao mesmo tempo que dissesse amar a sua namorada e querer casar-se com ela, se dedicasse a gastar o seu tempo e dinheiro em prostitutas e em bebedeiras, seria um embusteiro de primeira classe. Seu amor não seria sincero se não procurasse ser o tipo de homem que ele queria que fosse.

De modo parecido, só há uma maneira de provarmos o nosso amor a Deus: é fazer o que Ele quer que façamos, sendo o tipo de homem que Ele quer que sejamos. O amor a Deus não está nos [p. 16] sentimentos. Amar a Deus não significa que nosso coração deva dar saltos de cada vez que pensamos nEle. Algumas pessoas *poderão* sentir seu amor a Deus de modo emocional; mas não é isso o essencial. Porque o amor a Deus reside na *vontade*. Não é pelo que *sentimos* sobre Deus, mas pelo que estamos dispostos a fazer por Ele, que provamos o nosso amor a Deus.

E quanto mais fizermos aqui por Deus, tanto maior será a nossa felicidade no céu. Talvez pareça um paradoxo afirmar que no céu uns serão mais felizes que outros, quando antes havíamos dito que no céu todos serão *perfeitamente* felizes. Mas não há

contradição. Aqueles que mais tiverem amado a Deus nesta vida serão mais felizes quando esse amor se consumir no céu. Um homem que ama a sua noiva só um pouco, será feliz ao casar-se com ela. Mas outro que a ame mais, será mais feliz que o primeiro na consumação de seu amor. Da mesma maneira, quando cresce o nosso amor a Deus (e a nossa obediência à sua vontade), cresce a nossa capacidade de sermos felizes em Deus.

Em consequência, embora seja certo que cada bem-aventurado será perfeitamente feliz, também é verdade que uns terão maior *capacidade* de felicidade que outros. Para citar um antigo exemplo: uma garrafa de um quarto e uma garrafa de litro; ambas podem estar cheias, mas a garrafa de litro contém mais que a de um quarto. Ou, para servir-nos de outra comparação: seis pessoas ouvem uma sinfonia; todos estão absortos na música, mas haverá seis graus diferentes de saboreá-la, que dependerão dos conhecimentos e da capacidade de apreciar a música de cada um.

É, pois, tudo isto o que o catecismo quer dizer quando pergunta: “Que devemos fazer para adquirir a felicidade do céu?”, e depois responde: “Para adquirir a felicidade do céu, devemos conhecer, amar e servir a Deus nesta vida”. Essa palavra do meio, “amar”, é a palavra chave, essencial. Mas o amor não se dá sem prévio conhecimento: é indispensável conhecer a Deus para poder amá-lo. E não é amor verdadeiro aquele que não se manifesta em obras, fazendo o que o amado quer. Assim, pois, devemos também *servir a Deus*.

Mas antes de darmos por concluída a nossa resposta à pergunta: “Que devo fazer?”, convém recordar que Deus não nos deixa abandonados à nossa humana debilidade na tarefa de conhecê-lo, amá-lo e servi-lo. A felicidade do céu é uma felicidade intrinsecamente sobrenatural. Não é algo a que tenhamos direito.

É uma felicidade que ultrapassa a nossa natureza humana, que é sobrenatural. Mesmo amando a Deus, ser-nos-ia impossível contemplá-lo no céu se Ele não nos desse um poder especial. Este poder especial que Deus dá [p. 17] aos bem-aventurados –que não faz parte da nossa natureza humana e a que não temos direito– chama-se *lumen gloriae*. Se não fosse por essa luz de glória, a felicidade mais alta a que poderíamos aspirar seria a felicidade natural do limbo. Seria uma felicidade muito semelhante àquela de que goza o santo nesta vida, quando está em união próxima e extática com Deus, mas sem chegar a vê-lo.

A felicidade do céu é uma felicidade *sobrenatural*. Para alcançá-la, Deus nos proporciona os auxílios sobrenaturais a que chama-mos graças. Se Ele nos deixasse somente com as nossas forças, não conseguiríamos jamais o tipo de amor que nos faria merecer o céu. É um tipo especial de amor a que chamamos “caridade”, e cuja semente Deus implanta em nossa vontade no Batismo. Se cumprirmos a nossa parte, procurando, aceitando e usando as graças com que Deus nos provê, este amor sobrenatural crescerá em nós e dará fruto.

O céu é um recompensa sobrenatural que alcançamos vivendo a vida sobrenatural, e essa vida sobrenatural é conhecer, amar e servir a Deus sob o impulso de sua graça. É todo o plano e toda a filosofia de uma vida autenticamente cristã.

QUEM ME ENSINARÁ?

Aqui, uma cenazinha que bem poderia acontecer: o diretor de uma fábrica leva um de seus operários para junto de uma nova máquina que acaba de ser instalada. É enorme e complicada. O diretor diz ao operário: “Eu o nomeio encarregado desta máquina. Se fizer um bom trabalho com ela, terá uma bonificação de cinco mil dólares no fim do ano. Mas, como é uma máquina de grande valor, se você a estragar, será despedido. Aqui está um folheto que explica o manejo da máquina. E agora, ao trabalho!”.

“Um momento –dirá certamente o operário. Se isto significa ter um montão de dinheiro ou ficar sem trabalho, necessito de algo mais que um livrinho. É muito fácil entender mal um livro. E, além disso, a um livro não se podem fazer perguntas. Não seria melhor chamar um desses que fazem as máquinas? Poderia explicar-me tudo e certificar-se de que entendi bem”.

Seria razoável o pedido do operário. Da mesma maneira, quando nos dizem que toda a nossa tarefa na terra consiste em “conhecer, amar e servir a Deus”, e que a nossa felicidade eterna depende de como fizermos isso bem feito, poderemos com razão perguntar: quem me explicará a maneira de cumprir essa tarefa? Quem me dirá o que preciso saber? [p. 18]

Deus antecipou-se à nossa pergunta e respondeu a ela. E não se limitou a pôr um livro em nossas mãos, e depois que nos arranjassemos o melhor que pudéssemos na sua interpretação. Deus enviou Alguém da “matriz” para que nos dissesse o que precisamos saber para decidir o nosso destino. Deus enviou nada menos que seu próprio Filho, na Pessoa de Jesus Cristo. Jesus não veio à terra unicamente para morrer numa cruz e redimir os nossos pecados. Jesus veio também para ensinar com a palavra e com o exemplo. Veio para nos ensinar as verdades sobre

Deus que nos levam a amá-lo, e para nos *mostrar* o modo de vida que prova o nosso amor.

Jesus, na sua presença física e visível, subiu ao céu na quinta-feira da Ascensão. Mas concebeu o modo de permanecer conosco como Mestre até o fim dos tempos. Com seus doze apóstolos como núcleo e base, modelou um novo tipo de Corpo. É um Corpo Místico, mais do que físico, pelo qual permanece na terra. As células desse Corpo são pessoas, em lugar de protoplasma. Sua Cabeça é o próprio Jesus, e a Alma é o Espírito Santo. A Voz deste Corpo é a do próprio Cristo, que nos fala continuamente para nos ensinar e guiar. A este Corpo, o Corpo Místico de Cristo, chamamos Igreja.

É isto o que quer dizer o catecismo ao perguntar –como perguntamos nós–: “Quem nos ensina a conhecer, amar e servir a Deus?”, e ao responder: “Aprendemos a conhecer, amar e servir a Deus por Jesus Cristo, o Filho de Deus, que nos ensina por meio da Igreja”. E para que tenhamos bem à mão as principais verdades ensinadas por Jesus Cristo, a Igreja as resumiu em uma declaração de fé a que chamamos Credo dos Apóstolos. Nele estão as verdades fundamentais sobre as quais se baseia uma vida cristã.

O Credo dos Apóstolos é uma oração antiquíssima que ninguém sabe exatamente quando se anunciou com as palavras atuais. Data dos primeiros dias dos começos do Cristianismo. Os Apóstolos, depois do Pentecostes e antes de começarem suas viagens missionárias por todo o mundo, formularam com certeza uma espécie de sumário das verdades essenciais que Cristo lhes havia confiado. Com ele, todos ficavam certos de abranger essas verdades essenciais em suas pregações. Serviria também como declaração de fé para os possíveis conversos, antes de se incorporarem ao Corpo Místico de Cristo pelo Batismo.

Assim, podemos estar bem certos de que, quando entoamos o “Creio em Deus Pai todopoderoso...”, recitamos a mesma profissão de fé que os primeiros convertidos ao Cristianismo – Cornélio e Apolo, Áquila, Priscila e os outros- tao orgulhosamente recitaram e com tanta alegria selaram com seu sangue. [p. 19]

Algumas das verdades do Credo dos Apóstolos, nós mesmos as poderíamos ter encontrado, sob condições ideais. Tais são, por exemplo, a existência de Deus, sua onipotência, o fato de ser o Criador do céu e da terra. Outras, nós as conhecemos só porque Deus no-las ensinou, como o fato de Jesus Cristo ser o Filho de Deus, ou de haver três Pessoas em um só Deus. Ao conjunto de verdades que Deus nos ensinou (algumas compreensíveis para nós e outras acima do alcance da nossa razão) chamamos “revelação divina”, ou seja, as verdades reveladas por Deus. (“Revelar” vem de uma palavra latina que significa “retirar o véu”).

Deus começou a retirar o véu sobre Si mesmo com as verdades que nosso primeiro pai, Adão, nos deu a conhecer. No decorrer dos séculos, Deus continuou a retirar o véu pouco a pouco. Fez revelações sobre Si mesmo –e sobre nós- aos patriarcas, como Noé e Abraão; a Moisés e aos profetas que vieram depois dele, como Jeremias e Daniel.

As verdades reveladas por Deus desde Adão até o advento de Cristo chama-se “revelação pré-cristã”. Foram preparação paulatina para a grande manifestação da verdade divina que Deus nos faria por seu Filho Jesus Cristo. As verdades dadas a conhecer diretamente por Nosso Senhor, por meio de seus Apóstolos sob a inspiração do Espírito Santo, chamam-se “revelação cristã”.

Por meio de Jesus Cristo, Deus completou a revelação de Si mesmo à humanidade. Já nos disse tudo o que precisamos saber para cumprirmos o nosso fim e alcançarmos a eterna união com

Ele. Conseqüentemente, após a morte do último Apóstolo (São João), não há “novas” verdades que a virtude da fé exija que creiamos.

Com o passar dos anos, os homens usarão da inteligência que Deus lhes deu para examinar, comparar e estudar as verdades reveladas por Cristo. O depósito da verdade cristã, como um botão que se abre, irá desdobrando-se ante a meditação e o exame das grandes inteligências de cada geração.

Naturalmente, nós no século XX *compreendemos* muito melhor os ensinamentos de Cristo que os cristãos do século I. porém, a fé não depende da plenitude de compreensão. No que concerne às verdades de fé, nós cremos exatamente nas mesmas verdades em que creram os primeiros cristãos, nas verdades que eles receberam de Cristo e de seus porta-vozes, os Apóstolos.

Quando o sucessor de Pedro, o Papa, define solenemente um dogma –como o da Assunção-, não é que apresente uma nova verdade para ser crida; simplesmente nos dá pública notícia de que se trata de uma verdade que data do tempo dos Apóstolos e na qual, por conseguinte, devemos crer. [p. 20]

Desde o tempo de Cristo, houve muitas ocasiões em que Deus fez revelações a determinados santos e a outras pessoas. Estas mensagens denominam-se “privadas”. Diferentemente das revelações “públicas” dadas por Jesus Cristo e seus Apóstolos, estas outras só exigem o assentimento dos que as recebem. Mesmo aparições tão famosas como as de Lourdes e Fátima, ou a do Sagrado Coração a Santa Margarida Maria, não são o que chamamos “matéria de fé divina”. Se uma evidencia clara e certa nos diz que essas aparições são autênticas, seria uma estupidez duvidar delas. Mas, mesmo que as negássemos, não incorreríamos em heresia. As revelações privadas não fazem parte do “depósito da fé”.

Agora que tratamos do tema da revelação divina, seria bom indicar o livro que nos guardou muitas das revelações divinas: a Santa Bíblia. Chamamos à Bíblia a Palavra de Deus, porque foi o próprio Deus quem inspirou os autores dos diferentes “livros” que compõem a Bíblia. Deus os inspirou a escrever o que Ele queria que se escrevesse, *e nada mais*. Por sua ação direta sobre a mente e a vontade do escritor (seja este Isaías ou Ezequiel, Mateus ou Lucas), Deus Espírito Santo ditou o que queria que se escrevesse. Foi, naturalmente, um ditado interno e silencioso. O escritor redigiria segundo o seu estilo de expressão próprio. Inclusive sem se dar conta do que o levava a registrar as coisas que escrevia. Inclusive sem perceber que estava escrevendo sob a influência da inspiração divina. E, no entanto, o Espírito Santo guiava cada tração da sua pena.

É, pois, evidentes que a Bíblia está livre de erros não porque a Igreja disse, após um exame minucioso, que nela não há erros, mas porque seu autor é o próprio Deus, e o escritor humano um mero instrumento de Deus. A tarefa da Igreja foi dizer-nos quais os escritos antigos que são inspirados, conservá-los e interpretá-los.

Sabemos, por outro lado, que nem tudo o que Jesus ensinou está na Bíblia, que muitas das verdades que constituem o depósito da fé nos vieram pelo ensinamento oral dos Apóstolos e foram transmitidas de geração em geração por intermédio dos bispos, sucessores dos Apóstolos. É o que chamamos Tradição da Igreja: as verdades transmitidas através dos tempos pela viva Voz de Cristo na sua Igreja.

Nesta única fonte –a Bíblia e a Tradição- encontramos a revelação divina completa, todas as verdades em que *devemos* crer. [p. 21]

CAPÍTULO II

DEUS E AS SUAS PERFEIÇÕES

QUEM É DEUS?

Certa vez li que um catequista pretendia ter perdido a fé quando uma criança lhe perguntou: “Quem fez Deus?”, e percebeu subitamente que não tinha resposta para lhe dar. Custa-me a crer nisso, porque me parece que alguém com suficiente inteligência para ensinar numa catequese teria que saber que a resposta é: “Ninguém”.

A principal prova da existência de Deus está no fato de que nada sucede a não ser que alguma coisa o cause. Os biscoitos não desaparecem do vasilhame a não ser que os dedos de alguém os levem. Uma noqueira não brota do solo sem antes cair ali uma noz. Os filósofos enunciam este princípio dizendo que “cada efeito deve ter uma causa”.

Assim, se recuamos até as origens da evolução do universo físico (um milhão de anos, ou um bilhão, ou o que os cientistas queiram), chegaremos por fim a um ponto em que precisaremos perguntar: “Ótimo, mas quem o pôs em movimento? *Alguém* teve

que pôr as coisas a andar, ou não haveria universo. Do nada, nada vem.” Os bebês vêm de seus pais e as flores vêm das sementes, mas tem que haver um ponto de partida. Há de haver alguém não feito por outro, há de haver alguém que tenha existido *sempre*, alguém que não teve começo. Há de haver alguém com poder e inteligência sem limites, cuja própria *natureza* seja existir. Esse alguém existe e esse Alguém é exatamente Aquele a quem chamamos Deus. Deus é aquele que existe por natureza própria. A única descrição exata que podemos dar de Deus é dizer que é “Aquele que é”. Por isso, a resposta ao menino perguntador seria simplesmente: “Ninguém fez Deus. Deus existiu sempre e sempre existirá”. [p. 22]

Expressamos o conceito de Deus, como a origem de todo se, acima e mais além de tudo o que existe, dizendo que Ele é o Ser Supremo. Daí resulta que não pode haver senão *um* Deus. Falar de dois (ou mais) seres supremos seria uma contradição. A própria palavra “supremo” significa “acima dos demais”. Se houvesse dois deuses igualmente poderosos, um ao lado do outro, nenhum deles seria supremo. Nenhum teria o infinito poder que Deus deve ter por natureza. O “infinito” poder de um anularia o “infinito” poder do outro. Cada um seria limitado pelo outro. Como diz Santo Atanásio: “Falar de vários deuses igualmente onipotentes é como falar de vários deuses igualmente impotentes”.

Há um só Deus, que é Espírito. Para entendê-lo, precisamos saber que os filósofos distinguem duas espécies de substâncias: as espirituais e as físicas. Substância física é a que é feita de partes. O ar que respiramos, por exemplo, é composto de nitrogênio e oxigênio. Estes, por sua vez, de moléculas, e as moléculas, de átomos, de neutrões e prótons e elétrons. Cada pequeno fragmento do universo material é feito de substâncias físicas. As substâncias

físicas trazem em si os elementos da sua própria destruição, já que suas partes podem separar-se por corrupção ou destruição.

Pelo contrário, uma substancia espiritual não tem partes. Não tem nada que possa quebrar-se, corromper-se, separar-se ou dividir-se. Isto se expressa em filosofia dizendo que uma substancia espiritual é uma substancia *simples*. Esta é a razão pela qual as substancias espirituais são imortais. A não ser por um ato direto de Deus, jamais deixarão de existir.

Conhecemos três espécies de substancias espirituais. Em primeiro lugar, a do próprio Deus, que é Espírito infinitamente perfeito. Depois, a dos anjos, e por último, a das almas humanas. Nos três casos há uma inteligência que não depende de nenhuma substancia *física* para atuar. É verdade que, nesta vida, a nossa alma está unida a um corpo físico e que depende dele para suas atividades. Mas não é uma dependência *absoluta* e permanente. Quando se separa do corpo pela morte, a alma continua atuando. Continua a conhecer, a querer e a amar, inclusive mais livremente do que nesta vida mortal.

Se queremos imaginar como é um espírito (tarefa difícil, pois “imaginar” significa compor uma imagem, e aqui não há imagem que possamos adquirir); se queremos fazer uma idéia do que é um espírito, devemos pensar como seríamos se o nosso corpo se evaporasse subitamente. Ainda conservaríamos todo o conhecimento que possuímos, todos os nossos afetos. Ainda seríamos *eu*, mas sem corpo. Seríamos, pois, espírito. [p. 23]

Se “espírito” é uma palavra difícil de compreender, “infinito” ainda o é mais. “Infinito” significa “não finito” e, por sua vez, “finito” quer dizer “limitado”. Uma coisa é limitada quando tem um limite ou capacidade que não pode ultrapassar. Todo o criado é finito de algum modo. Tem limites a água que o Oceano Pacífico pode conter. Tem limites a energia do átomo de

hidrogênio. Tem limites inclusive a santidade da Virgem Maria. Mas em Deus *não há limites de nenhum gênero*; Deus não está limitado em nenhum sentido.

O catecismo nos diz que Deus é “um Espírito infinitamente perfeito”. O que significa que não há nada de bom, apetecível e valioso que não se encontre em Deus, em grau absolutamente ilimitado. Talvez o expresemos melhor se invertermos a frase e dissermos que nada há de bom, apetecível ou valioso no universo que não seja reflexo (uma faisquinha, poderíamos dizer) dessa mesma qualidade segundo existe incomensuravelmente em Deus. A beleza de uma flor, por exemplo, é um reflexo minúsculo da beleza sem limites de Deus, assim como um fugaz raio de lua é um pálido reflexo da cegante luz solar.

As perfeições de Deus são da mesma *substância* de Deus. Se quiséssemos expressar-nos com perfeita exatidão, não diríamos que “Deus é bom”, mas sim que “Deus é a bondade”. Deus, falando com propriedade, não é sábio: é a Sabedoria.

Não podemos entreter-nos aqui a expor todas as maravilhosas perfeições divinas, mas, ao menos, daremos uma vista de olhos em algumas. Já tratamos de uma das perfeições de Deus: a sua eternidade. Homens e anjos podem ser qualificados de eternos, já que nunca morrerão. Mas tiveram princípio e estão sujeitos a mudanças. Só Deus é eterno em sentido absoluto; não só jamais morrerá, como também jamais houve um tempo em que não existisse. Ele será –como sempre foi- sem mudança alguma.

Deus é, que dissemos, bondade infinita. Não há limites à sua bondade, que é tal, que ver a Deus será amá-lo com amor irresistível. E essa bondade se derrama continuamente sobre nós.

Alguém poderá perguntar: “Se Deus é tão bom, por que permite tantos sofrimentos e males no mundo? Por que deixa que haja crimes, doenças e misérias?” Escreveram-se bibliotecas inteiras sobre o problema do mal, e não se poderá pretender que tratemos aqui deste tema como merece. Não obstante, o que podemos é mencionar que o mal, tanto físico como moral, na medida em que afeta os seres humanos, veio ao mundo como consequência do pecado do homem. Deus, que deu ao homem o livre arbítrio e pôs em marcha [p. 24] seu plano para a humanidade, não anda interferindo continuamente para arrebatá-lhe esse dom da liberdade. Com esse livre arbítrio que Deus nos deu, temos que lavrar o nosso destino até o seu final –até a felicidade eterna, se a escolhermos como meta e se quisermos aceitar e utilizar o auxílio da graça divina-, mas livres até o fim.

O mal é idéia do homem, não de Deus. E se o inocente e o justo têm que sofrer a maldade dos maus, sua recompensa no final será maior. Seus sofrimentos e lágrimas nada serão em comparação com o gozo vindouro. E, no entretanto, Deus guarda sempre os que o guardam em seu coração.

A seguir, vem a realidade do infinito conhecimento de Deus. Todo o tempo –passado, presente e futuro-; todas as coisas –as que são e as que poderiam ser-; todo o conhecimento possível é o que poderíamos chamar “um único grande pensamento” da mente divina. A mente de Deus contém os tempos e toda a criação, assim como o ventre materno contém toda a criança.

Deus sabe o que farei amanhã? Sim. E na próxima semana? Também. Então, não é o mesmo que ter que fazê-lo? se Deus sabe que na terça-feira irei de visita à casa de tia Beatriz, como posso não fazê-lo?

Esta aparente dificuldade, que um momento de reflexão nos resolverá, nasce de confundirmos Deus *conhecedor* com Deus *causador*. Que Deus saiba que irei ver minha tia Beatriz não é a causa que me faz ir. Antes ao contrário, é a minha decisão de ir à casa de minha tia Beatriz que dá pé para que Deus o saiba. O fato de o meteorologista, estudando seus mapas, saber que choverá amanhã, não causa a chuva. É ao contrário. A condição indispensável que faz que amanhã vá chover é que proporciona ao meteorologista a base para saber que amanhã choverá.

Para sermos teologicamente exatos, convém dizer aqui que, falando *em termos absolutos*, Deus é a causa de tudo o que acontece. Deus é por natureza a Primeira Causa. Isto quer dizer que nada existe nem nada acontece que não tenha a sua origem no poder infinito de Deus. No entanto, não há necessidade de entrar aqui na questão filosófica da causalidade. Para o nosso propósito, basta saber que a presciência divina não me obriga a fazer o que eu livremente decido fazer.

Outra perfeição de Deus é que não há limites à sua presença; dizemos dEle que é “onipresente”. Está sempre em toda a parte. E como poderia ser de outro modo, se não há lugares fora de Deus? Ele está neste escritório em que escrevo, está no quarto em que você [p. 25] me lê. Se algum dia uma aeronave chegar a Marte ou a Vênus, o astronauta não estará só ao alcançar o planeta; Deus estará ali.

Note-se que a presença sem limites de Deus nada tem a ver com o tamanho. O tamanho é algo que pertence à matéria física. “Grande” e “pequeno” não têm sentido se aplicados a um espírito, e menos ainda a Deus. Não, não é que uma parte de Deus esteja num lugar e outra noutro. *Todo* o Deus está em *toda a parte*.

Tratando-se de Deus, espaço é palavra tão sem significado como tamanho.

Outra perfeição divina é seu poder infinito. Deus pode fazer tudo: é onipotente. “Pode fazer um círculo quadrado?”, poderia alguém perguntar. Não, porque um círculo quadrado não é algo, é nada, é uma contradição nos seus próprios termos, como dizer luz do dia referindo-se à noite. “Deus pode pecar?”. Não, de novo, porque o pecado é nada, é uma falha na obediência devida a Deus. Enfim, Deus pode fazer tudo menos o que é não ser, nada.

Deus é também infinitamente sábio. Foi Ele quem fez tudo, de tal modo que, evidentemente, sabe qual é a melhor maneira de usar as coisas que fez, qual é o melhor plano para as suas criaturas. Alguém que se queixe: “Por que Deus faz isto?”, ou “por que Deus não faz isto e aquilo?”, deveria lembrar-se de que uma formiga tem mais direito a criticar Einstein do que o homem, em sua limitada inteligência, a pôr em dúvida a infinita sabedoria de Deus. Não é preciso ressaltar a infinita santidade de Deus. A beleza espiritual dAquele em quem tem origem toda a santidade humana é evidente. Sabemos que a própria santidade sem mancha de Santa Maria, ante o esplendor radiante de Deus, seria como a chama de um fósforo comparada com o fulgor do sol.

E Deus é todo misericórdia. Deus perdoa tantas vezes quantas nos arrependemos. Há um limite para a minha paciência e para a daquele outro, mas não para a infinita misericórdia de Deus. Mas Ele é também infinitamente justo. Deus não é uma vovozinha indulgente que fecha os olhos aos nossos pecados. Se nos recusarmos a amá-lo —e para amá-lo é que existimos—, embora Ele nos queira no céu, a sua misericórdia não anulará a sua justiça.

Tudo isto e mais é o que queremos significar quando dizemos: “Deus é um espírito infinitamente perfeito”. [p. 26]

CAPÍTULO III

A UNIDADE E A TRINDADE DE DEUS

COMO É QUE SÃO TRES?

Estou certo de que nenhum de nós se daria ao trabalho de explicar um problema de física nuclear a uma criança de cinco anos. E, não obstante, a distância que há entre a inteligência de uma criança de cinco anos e os últimos avanços da ciência é nada em comparação com a que existe entre a mais brilhante mente humana e a verdadeira natureza de Deus. Há um limite para o que a mente humana –mesmo em condições ótimas- pode captar e entender. Sendo Deus um ser infinito, nenhum intelecto pode alcançar as suas profundidades.

Por isso, ao revelar-nos a verdade sobre Si mesmo, Deus tem que se contentar com enunciar-nos simplesmente qual é essa verdade. O “Como” dela está tão longe de nossas faculdades nesta vida, que nem o próprio Deus trata de no-lo explicar.

Uma dessas verdades é que, havendo um só Deus, existem nEle três Pessoas divinas – Pai, Filho e Espírito Santo. Há uma só natureza divina, mas três Pessoas divinas. No plano humano,

“natureza” e “pessoa” são praticamente uma e a mesma coisa. Se num quarto há três pessoas, três naturezas humanas estão lá presentes; se estivesse presente uma só natureza humana, haveria uma só pessoa. Assim, quando procuramos pensar em Deus como três Pessoas com uma só e a mesma natureza, é como se estivéssemos dando cabeçadas contra um muro.

Por isso, às verdades de fé como esta da Santíssima Trindade, chamamos “mistérios de fé”. Cremos nelas porque Deus no-las manifestou, e Ele é infinitamente sábio e veraz. Mas, para sabermos como é que isso pode ser, temos que esperar que Ele nos manifeste a Si mesmo por inteiro, no céu. Os teólogos podem, é claro, dar-nos alguns pequenos esclarecimentos. Assim, explicam que a [p. 27] distinção entre as três Pessoas divinas tem por base a relação que existe entre elas.

Temos Deus Pai, que se contempla na sua mente divina e se vê como realmente é, formulando um pensamento sobre Si mesmo. Você e eu, muitas vezes, fazemos o mesmo. Concentramos o olhar em nós e formamos um pensamento sobre nós mesmos. Este pensamento se expressa nas palavras silenciosas “João Pereira” ou “Maria das Neves”. Mas há uma diferença entre o nosso conhecimento próprio e o de Deus sobre Si mesmo. Nosso conhecimento próprio é imperfeito, incompleto (os nossos amigos podem dizer-nos coisas sobre nós que nos surpreenderiam, e nem vamos falar no que podem dizer os nossos inimigos!).

Mas, ainda que nos conhecêssemos perfeitamente, ainda que o conceito que temos acerca de nós, ao enunciarmos em silêncio o nosso nome, fosse completo, ou seja, uma perfeita reprodução de nós mesmos, seria apenas um pensamento que não sairia do nosso interior: sem existência, independente, sem via própria. O pensamento deixaria de existir, mesmo em minha mente, tão logo eu voltasse a minha atenção para outra coisa. A razão é que a

existência e a vida não são parte necessária de um retrato meu. Houve um tempo em que eu não existia em absoluto, e hoje eu voltaria imediatamente ao nada se Deus não me mantivesse na existência.

Mas com Deus as coisas são muito diferentes. Existir é próprio da natureza divina. Não há outra maneira de conceber Deus adequadamente senão dizendo que é o Ser que nunca teve princípio, que sempre foi e sempre será. A única definição real que podemos dar de Deus é dizer que é “Aquele que é”. Assim se definiu Ele a Moisés, como recordamos: “Eu sou Aquele que é”.

Se o conceito que Deus tem de Si mesmo deve ser um pensamento infinitamente completo e perfeito, tem que incluir a existência, já que a existência é própria da natureza de Deus. A imagem que Deus vê de Si mesmo, a Palavra silenciosa com que eternamente se expressa a Si mesmo, deve ter uma existência própria, distinta. A este Pensamento vivo em que Deus se expressa perfeitamente a Si mesmo chamamos Deus Filho. Deus Pai é Deus conhecendo-se a Si mesmo; Deus Filho é a expressão do conhecimento que Deus tem de Si. Assim, a segunda Pessoa da Santíssima Trindade é chamada Filho, precisamente porque é gerada desde toda a eternidade, engendrada na mente divina do Pai. Também a chamamos Verbo de Deus, porque é a “Palavra mental” em que a mente divina expressa o pensamento sobre Si mesmo.

Depois, Deus Pai (Deus conhecendo-se a Si mesmo) e Deus Filho (o conhecimento de Deus sobre Si mesmo) contemplam a [p. 28] natureza que ambos possuem em comum. Ao verem-se (falamos, naturalmente, em termos humanos), contemplam nessa natureza tudo o que é belo e bom –quer dizer, tudo o que produz amor- em grau infinito. E assim a vontade divina origina um ato de amor infinito para com a bondade e a beleza divinas. Uma vez

que o amor de Deus por Si mesmo, tal como o conhecimento de Deus sobre Si mesmo, é da própria natureza divina, tem que ser um amor vivo. Este amor infinitamente perfeito, infinitamente intenso, que eternamente flui do Pai e do Filho, é o que chamamos Espírito Santo, “que procede do Pai e do Filho”. É a terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Resumindo:

- Deus Pai é Deus conhecendo-se a Si mesmo.
- Deus Filho é a expressão do conhecimento de Deus sobre Si mesmo.
- Deus Espírito Santo é o resultado do amor de Deus por Si mesmo.

Esta é a Santíssima Trindade: três Pessoas divinas em um só Deus, uma natureza divina.

Um pequeno exemplo poderia esclarecer-nos a respeito da relação que existe entre as três Pessoas divinas: Pai, Filho e Espírito Santo.

Suponha que você se olha em um espelho de corpo inteiro. Você vê uma imagem perfeita de si mesmo, com uma exceção: não é senão um reflexo no espelho. Mas se a imagem saísse dele e se pusesse a seu lado, viva e palpitante como você, então sim, seria sua imagem perfeita. Porém, não haveria dois *vocês*, mas um só *Você*, uma natureza humana. Haveria duas “pessoas”, mas só uma mente e uma vontade, compartilhando o mesmo conhecimento e os mesmos pensamentos.

Depois, já que o amor de si (o amor de si bom) é natural em todo ser inteligente, haveria uma corrente de amor ardente e mútuo entre você e a sua imagem. Agora, dê asas à sua fantasia e pense na existência desse amor como uma parte tão de você mesmo, tão profundamente enraizado na sua própria natureza, que chegasse a ser uma reprodução viva e palpitante de você mesmo. Este amor

seria uma “terceira pessoa” (mas, mesmo assim, nada mais que um *Você*, lembre-se; uma só natureza humana), uma terceira pessoa que estaria entre você e a sua imagem, e os três unidos, de mãos dadas: três pessoas numa só natureza humana. Talvez este vôo da imaginação possa ajudar-nos a entender confusamente a relação que existe entre as três Pessoas da Santíssima Trindade: Deus Pai “olhando-se” a Si mesmo em sua mente divina e mostrando ali a Imagem de Si, tão infinitamente perfeita que é [p. 29] uma imagem viva: Deus Filho; e Dês Pai e Deus Filho amando como amor vivo a natureza divina que ambos possuem em comum: Deus Espírito Santo. Três Pessoas divinas, uma natureza divina.

Se o exemplo que utilizei não nos ajuda nada a formar o nosso conceito da Santíssima Trindade, não temos por que sentir-nos frustrados. Estamos perante um mistério de fé, e ninguém, nem o maior dos teólogos, poderá aspirar a compreendê-lo realmente. O máximo a que se pode chegar é a diferentes graus de ignorância.

Ninguém deve sentir-se frustrado por haver mistérios de fé. Só uma pessoa que sofra de soberba intelectual consumada pretenderá abarcar o infinito, a insondável profundidade da natureza de Deus. Mais que sentir com amargura as nossas limitações humanas, temos que encher-nos de agradecimento, porque Deus se dignou dizer-nos tanto sobre Si mesmo, sobre a sua natureza íntima.

Ao pensarmos na Trindade Santíssima, temos que estar em guarda contra um erro: não podemos pensar em Deus Pai como aquele que “vem primeiro”, em Deus Filho como aquele que vem depois, e em Deus Espírito Santo como aquele que vem ainda um

pouco mais tarde. Os três são igualmente eternos porque possuem a mesma natureza divina; o Verbo de Deus e o

Amor de Deus são tão sem tempo como a Natureza de Deus. E Deus Filho e Deus Espírito Santo não estão subordinados ao Pai de modo algum; nenhuma das Pessoas é mais poderosa, mais sábia, maior que as demais. As três têm igual perfeição infinita, igualmente baseada na única natureza divina que as três possuem.

Não obstante, atribuímos a cada Pessoa divina certas obras, certas atividades que parecem mais apropriadas à particular relação desta ou daquela Pessoa divina. Por exemplo, atribuímos a Deus Pai a obra da criação, já que pensamos nEle como o “gerador”, o instigador, o motor de todas as coisas, a sede do infinito poder que Deus possui.

Do mesmo modo, como Deus Filho é o Conhecimento ou a Sabedoria do Pai, atribuímos-lhe as obras de sabedoria; foi Ele que veio à terra para nos dar a conhecer a verdade e transpor o abismo entre Deus e o homem.

Finalmente, sendo o Espírito Santo o amor infinito, apropriamos-lhe as obras de amor, especialmente a santificação das almas, que resulta da habitação do Amor de Deus em nossa alma.

Deus Pai é o Criador, Deus Filho é o Redentor, Deus Espírito Santo é o Santificador. E, não obstante, o que Um faz, Todos o fazem; onde Um está, estão os Três.

Este é o mistério da Trindade Santíssima: a infinita variedade na unidade absoluta, cuja beleza nos inundará no céu. [p. 30]

CAPÍTULO IV

A CRIAÇÃO E OS ANJOS

COMO COMEÇOU A CRIAÇÃO?

Às vezes, um costureiro, um pasteleiro ou um perfumista se gabam de lançar uma nova “criação”. Quando isto ocorre, usam a palavra “criação” num sentido muito amplo. Por nova que seja uma moda, terá que se basear num tecido de algum tipo. Por agradável que seja uma sobremesa ou um perfume, tem que se basear nalguma espécie de ingrediente.

“Criar” significa “fazer do nada”. Falando com propriedade, só Deus, cujo poder é infinito, pode criar.

Há cientistas que se afanam hoje em dia nos laboratórios, tentando “criar” vida em tubos de ensaio. Uma vez e outra, após fracassos repetidos, misturam seus ingredientes químicos e combinam suas moléculas. Não sei se algum dia conseguirão ter êxito ou não. Mas, ainda que a sua paciência seja recompensada, não se poderá dizer que chegaram a “criar” uma nova vida. Terão

trabalha-do todo o tempo com materiais que Deus lhes proporcionou.

Quando Deus cria, não necessita de materiais ou utensílios para poder trabalhar. Simplesmente, *quer* que alguma coisa seja, e é. “Faça-se a luz”, disse Ele no princípio, “e a luz foi ...”. “Faça-se um firmamento no meio das águas”, disse Deus, “e assim se fez” (Gen 1, 3-6).

A vontade criadora de Deus não só chamou todas as coisas à existência, como as *mantém* nela. Se Deus retirasse o sustentáculo da sua vontade a qualquer criatura, esta deixaria de existir naquele mesmo instante; voltaria ao nada do qual saiu.

As primeiras obras da criação divina que conhecemos (Deus não tem por que dizer-nos tudo) são os anjos. Um anjo é um espírito, quer dizer, um ser com inteligência e vontade, mas sem corpo, [p. 31] sem dependência alguma da matéria. A alma humana também é um espírito, mas a alma humana nunca será anjo, nem sequer durante o tempo em que, separada do corpo pela morte, esperar a ressurreição.

A alma humana foi feita para estar unida a um corpo físico. Dizemos que tem “afinidade” para um corpo. Uma pessoa humana, composta de alma e corpo, será incompleta sem corpo. Falaremos mais extensamente disto quando tratarmos da ressurreição da carne. Mas, de momento, queremos apenas salientar o fato de que um anjo sem corpo é uma pessoa completa, e que um anjo é muito superior ao ser humano.

Hoje em dia, há muita literatura fantástica sobre os “marcianos”. Estes presumíveis habitantes do nosso planeta vizinho são geralmente representados como mais inteligentes e poderosos que nós, pobres mortais ligados à terra. Mas nem o mais engenhoso dos escritores de ficção científica poderá fazer justiça à beleza deslumbrante, à inteligência poderosa e ao formidável

poder de um anjo. Se isto é assim na ordem inferior das hostes celestiais –na ordem dos propriamente chamados anjos-, que não dizer das ordens ascendentes de espíritos puros que se encontram acima dos anjos? Na Sagrada Escritura enumeram-se os arcanjos, os principados, as potestades, as virtudes, as dominações, os tronos, os querubins e os serafins. É muito possível que um arcanjo esteja a tanta distância de um anjo, em perfeição, como este de um homem.

Aqui em baixo, evidentemente, sabemos bem pouco sobre os anjos, sobre a sua natureza íntima ou os graus de distinção que há entre eles. Nem sequer sabemos quantos são, mesmo que a Bíblia indique que seu número é muito grande. “Milhares de milhares O servem e mil milhões mais estão dainte dEle”, diz o livro de Daniel (7, 10).

Só nos foram dados a conhecer os nomes de três anjos: Gabriel, “Fortaleza de Deus”; Miguel, “Quem como Deus?”; e Rafael, “Remédio de Deus”. Com respeito aos anjos, é como se Deus se tivesse contentado com deixar-nos vislumbrar apenas a magnificência e as maravilhas que nos aguardam no mundo para além do tempo e do espaço. Como as linhas de perspectiva de um quadro conduzem a atenção para o assunto central, assim os coros ascendentes dos espíritos puros levam irresistivelmente a nossa atenção para a suprema Majestade de Deus, de um Deus cuja infinita perfeição é incomensuravelmente superior à do mais excelso dos serafins.

E recordemos que não estamos falando de um mundo de fantasia e imaginação. É um mundo muito mais real que o planeta Marte, mais substancial que o chão que pisamos. Mas o melhor de [p. 32] tudo é que podemos ir para esse mundo sem a ajuda de

naves interplanetárias. É um mundo para o qual, se quisermos, iremos.

Quando Deus criou os anjos, dotou cada um de uma vontade que o faz supremamente livre. Sabemos que o preço do céu é amar a Deus. Por um ato de amor a Deus, um espírito, seja anjo ou alma humana, fica habilitado a ir para o céu. E este amor tem que ser provado pelo único modo com que o amor *pode* ser provado: pela livre e voluntário submissão da vontade criada a Deus, por aquilo que chamamos comumente um “ato de obediência” ou um “ato de lealdade”.

Deus fez os anjos com livre arbítrio para que fossem capazes de fazer o seu ato de amor a Deus, de escolher Deus. Só depois é que o veriam face a face; só então poderiam entrar nessa união eterna com Deus a que chamamos “céu”.

Deus não nos deu a conhecer a espécie de prova a que submeteu os anjos. Muitos teólogos pensam que Ele deu aos anjos uma visão prévia de Jesus Cristo, o Redentor da raça humana, e lhes mandou que o adorassem ...: Jesus Cristo em todas as suas humilhações, uma criança no estábulo, um criminoso na cruz. Segundo esta teoria, alguns anjos se teriam rebelado ante a perspectiva de terem que adorar Deus encarnado. Conscientes da sua própria magnificência espiritual, da sua beleza e dignidade, não quiseram fazer o ato de submissão que a adoração a Jesus Cristo lhes pedia. Sob a chefia de um dos anjos mais dotados, Lúcifer, “Portador da luz”, o pecado de orgulho afastou de Deus muitos anjos, e o terrível grito “*non serviam*”, “não servirei”, percorreu os céus.

E assim começou o inferno. Porque o inferno é, essencialmente, a separação de Deus de um espírito. Mais tarde, quando a raça humana pecou na pessoa de Adão, Deus daria ao

gênero humano uma segunda oportunidade. Mas não houve segunda oportunidade para os anjos rebeldes. Dadas a perfeita clareza da sua mente angélica e a desimpedida liberdade da sua vontade Angélica, nem a infinita misericórdia de Deus podia encontrar desculpa para o pecado dos anjos. Compreenderam (num grau a que Adão jamais poderia chegar) quais seriam as conseqüências do seu pecado. Neles não houve “tentação” no sentido em que ordinariamente entendemos a palavra. Seu pecado foi o que poderíamos chamar um pecado “a sangue frio”. Por terem rejeitado Deus, deliberada e plenamente, suas vontades permaneceram fixas contra Deus, fixas para sempre. Neles não é possível o arrependimento, eles não querem arrepender-se. Fizeram a sua escolha por toda a eternidade. Neles arde um ódio perpétuo contra Deus e contra todas as suas obras.

Não sabemos quantos anjos pecaram; Deus não quis informar-nos [p. 33] acerca disso. Pelas referências da Sagrada Escritura, inferimos que os anjos caídos (os “demônios”, como comumente os chamamos) são numerosos. Mas o mais provável é que a maioria das hostes celestiais tenha permanecido fiel a Deus, tenha feito se ato de submissão a Deus e esteja com Ele no céu.

Freqüentemente chama-se “Satanás” ao demônio. É uma palavra hebraica que significa “adversário”. Os diabos são, claro está, os adversários, os inimigos dos homens. Em seu ódio inextinguível a Deus, é natural que odeiem também a sua criatura, o homem. Seu ódio tornase ainda mais compreensível à luz da crença de que Deus criou os homens precisamente para substituir os anjos que pecaram, para preencher o vazio que deixaram com a sua deserção. Ao pecarem, os anjos rebeldes não perderam nenhum de seus dons naturais. O diabo possuir uma acuidade intelectual e um poder sobre a natureza impróprios dos meros seres humanos. Toda a sua inteligência e todo o seu poder

concentram-se agora em afastar do céu as almas a ele destinadas. Os esforços do diabo encaminham-se agora incansavelmente no sentido de arrastar o homem ao seu mesmo caminho de rebelião contra Deus. Em consequência, dizemos que os diabos nos tentam ao pecado.

Não conhecemos o limite exato do seu poder. Ignoramos até que ponto podem influir sobre a natureza humana, até que ponto podem dirigir o curso normal dos acontecimentos para induzir-nos à tentação, para levar-nos ao ponto em que devemos decidir entre a vontade de Deus e a nossa vontade pessoal. Mas sabemos que o diabo nunca poderá forçar-nos a pecar.

Não pode destruir a nossa liberdade de escolha. Não pode, por assim dizer, forçar-nos a um “sim”, quando realmente queremos dizer “não”. Mas é um adversário a quem é muito saudável temer.

O DIABO É REAL?

Alguém disse que o mais encarniçado dos pecadores dedica mais tempo a fazer coisas boas ou indiferentes do que coisas más. Em outras palavras, que sempre há algum bem, mesmo no pior dos homens.

É isto o que torna tão difícil compreender a real natureza dos demônios. Os anjos caídos são espíritos puros sem corpo. São absolutamente imateriais. Quando fixaram a sua vontade contra Deus em seu ato de rebelião, abraçaram o mal (que é a rejeição de Deus) com toda a sua natureza. Um demônio é cem por cento mau; cem por cento ódio, sem que se possa achar um mínimo resto de bem em parte alguma de seu ser. [p. 34]

A inevitável e constante convivência da alma com estes espíritos, cuja maldade sem paliativos é uma força viva e ativa,

não será o menor dos horrores do inferno. Nesta vida sentimos desgosto, mal-estar, quando encontramos alguém manifestamente depravado. Com dificuldade suportaremos, pois, a idéia do que será estar agrilhado por toda a eternidade à maldade viva e absoluta, cuja força de ação ultrapassa incomensuravelmente a do homem mais corrompido.

Com dificuldade suportaremos pensar nisso, embora devamos fazê-lo de vez em quando. Nosso grande perigo aqui na terra é esquecer que o diabo é uma força viva e atuante. Mais perigoso ainda é deixar-nos influir pela soberba intelectual dos incrédulos. Se nos dedicássemos a ler livros “científicos” e a escutar gente “esperta” que pontifica que o diabo é “uma superstição medieval” há muito superada, insensivelmente acabaríamos por pensar que se trata de uma figura retórica, de um símbolo abstrato do mal, sem substância real. Seria um erro fatal. Nada convém mais ao diabo do que esquecermo-nos dele, ou não lhe prestarmos atenção e, principalmente, não acreditarmos nele. Um inimigo de cuja presença não suspeitamos, que pode atacar emboscado, é duplamente perigoso. As possibilidades de vitória de um inimigo aumentam em proporção à cegueira ou inadvertência da vítima.

O que Deus faz, não o desfaz. O que Deus dá, não o tira. Ele deu aos anjos inteligência e poder de ordem superior, e não os revoga, nem mesmo no caso dos anjos rebeldes. Se um simples ser humano pode induzir-nos a pecar, se um companheiro pode dizer: “Vem cá, José, vamos sair de farra esta noite”; se uma vizinha pode dizer: “Por que você não experimenta isso, Rosa? Você também tem o direito de descansar e de não ter mais filhos por algum tempo”, o demônio pode mais ainda, colocando-nos perante tentações sutis e muito menos claras.

Mas não pode fazer-nos pecar. Não há poder na terra ou no inferno que possa fazer-nos pecar. Sempre temos o nosso livre arbítrio; sempre nos fica a nossa capacidade de escolher, e essa decisão, ninguém a pode impor-nos. José pode dizer “não!” ao companheiro que lhe propôs a noite de farra. Rosa pode dizer “não!” à vizinha que lhe recomendou o anticoncepcional. E todas as tentações que o diabo possa apresentar-nos no nosso caminho, por mais fortes que sejam, podem ser repelidas com a mesma firmeza. Não há pecado a não ser que e até que a nossa vontade se afaste de Deus e escolha um bem inferior em seu lugar. Ninguém jamais poderá dizer de verdade: “Pequei porque não pude evitá-lo”.

É evidente que nem todas as tentações vêm do diabo. Muitas vêm do mundo que nos rodeia, inclusive de amigos e conhecidos, [p. 35] como no exemplo anterior. Outras procedem de forças interiores profundamente arraigadas em nós —a que chamamos paixões—, forças imperfeitamente controladas e, com frequência, rebeldes, que são o resultado do pecado original. Mas seja qual for a origem da tentação, sabemos que, se quisermos, podemos dominá-la.

Deus não pede a ninguém o impossível. Ele não nos pediria amor constante e lealdade absoluta se não fosse impossível dá-los. Então, devemos angustiar-nos ou assustar-nos porque virão tentações? Não; é precisamente vencendo a tentação que adquirimos mérito diante de Deus; pelas tentações encontradas e vencidas, crescemos em santidade. Teria pouco mérito sermos bons, se fosse fácil. Os grandes santos não foram homens e mulheres sem tentações; na maioria dos casos, sofreram tentações terríveis, e, vencendo-as, santificaram-se.

É claro que não podemos vencer essas batalhas sozinhos. Temos de ter o auxílio de Deus para reforçar a nossa vontade

enfraquecida. “Sem Mim, nada podeis fazer”, diz-nos o Senhor. Seu auxílio, sua graça está à nossa disposição em abundância ilimitada, se a desejarmos, se a procurarmos. A confissão freqüente, a comunhão e a oração habituais (especialmente à hora da tentação) tornar-nos-ão imunes à tentação, se fizermos o que está ao nosso alcance.

Não temos o direito de esperar que deus faça tudo. Se não evitarmos os perigos desnecessários, se, na medida em que pudermos não evitarmos as circunstâncias –as pessoas, lugares ou coisas que possam induzir-nos à tentação-, não estaremos cumprindo com a nossa parte. Se andarmos buscando o perigo, ataremos as mãos a Deus. Afogaremos a graça na sua própria fonte.

Às vezes, dizemos de uma pessoa cujas ações são especialmente maldosas: “Deve estar possuída do diabo”. A maioria das vezes, quando qualificamos alguém de “possesso”, não queremos ser literais; simplesmente indicamos um grau anormal de maldade.

Mas a possessão diabólica existe real e literalmente. Como mencionamos antes, desconhecemos a extensão total dos poderes do diabo sobre o universo criado, no qual se inclui a humanidade. Sabemos que nada pode existir sem que Deus o permita. Mas também sabemos que Deus, ao realizar seus planos para a criação, não tira normalmente (nem aos anjos nem aos homens) nenhum dos poderes que concebeu originalmente.

Em qualquer caso, tanto a Bíblia como a história, além da contínua experiência da Igreja, mostram com clareza meridiana que a possessão diabólica existe, ou seja, que o diabo penetra no corpo de uma pessoa e controla as suas atividades físicas; sua palavra, seus movimentos, suas ações. Mas o diabo não pode

controlar a [p. 36] alma; a liberdade da alma humana permanece inviolável, e nem todos os demônios do inferno juntos podem forçá-la. Na possessão diabólica, a pessoa perde o controle de suas ações físicas, que passam para um poder mais forte, o do diabo. O que o corpo faz, é o diabo que o faz, não a pessoa.

O diabo pode exercer outro tipo de influência. É a obsessão diabólica. Nela, mais que do interior da pessoa, o diabo ataca de fora. Pode agarrar um homem e derrubá-lo; pode tirá-lo da cama, atormentá-lo com ruídos horríveis e ter outras manifestações. São João Batista Vianney, o amado Cura de Ars, teve que sofrer muito por essa espécie de influência diabólica.

Tanto a possessão diabólica como a obsessão raras vezes se encontram hoje em terras cristãs; é como se o Sangue redentor de Cristo houvesse aprisionado o poder de Satã. Mas são ainda freqüentes em terras pagãs, como muitas vezes testemunham os missionários, ainda que não tanto como antes do Sacrifício redentor de Cristo.

O rito religioso para expulsar um demônio de uma pessoa possessa ou obsessa chama-se exorcismo. No ritual da Igreja existe uma cerimônia especial para este fim, na qual o Corpo Místico de Cristo recorre à sua Cabeça, o próprio Jesus, para que quebre a influência do demônio sobre determinada pessoa. A função de exorcista é própria de todo sacerdote, mas só se pode exercê-la oficialmente com licença especial do Bispo, e sempre que uma cuidadosa investigação tenha demonstrado que se trata de um caso autêntico de possessão, e não de uma simples doença mental.

Evidentemente, nada impede que um sacerdote utilize seu poder exorcista de forma privada, não oficial. Sei de um sacerdote que ouvia num trem uma torrente de blasfêmias que lhe dirigia um

passageiro sentado na sua frente. Por fim, o sacerdote disse interiormente: “Em nome de Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, ordeno-te que voltes ao inferno e deixes tranqüilo este homem”. As blasfêmias cessaram instantaneamente.

Em outra ocasião, esse mesmo sacerdote usou do mesmo exorcismo privado diante de um casal que discutia encarniçadamente, e na hora se lhes amainou a ira. O diabo está presente e atua com frequência: não apenas em casos extremos de possessão ou obsessão.

Falamos dos anjos caídos com certa extensão por causa do grave perigo que se corre de encarar com leviandade a sua presença e o seu poder (que Deus nos defenda da cilada mais sutil do diabo, a de negar a sua existência por não estar na moda acreditar nele). Parece mais fácil e agradável acreditar na realidade dos anjos bons [p. 37] e em seu poder para o bem, que é, evidentemente, muito maior que o de Satanás para o mal.

Os anjos que permaneceram fiéis a Deus estão com Ele no céu, em amor e adoração perpétuos, o que (Deus o queira) será também o nosso destino. Sua vontade é agora a de Deus. Os anjos, como Nossa Mãe Santa Maria e os santos, estão intensamente interessados no nosso bem, em ver-nos no céu. Intercedem por nós e utilizam o poder angélico (cuja extensão também desconhecemos) para ajudar aqueles que querem e aceitam a sua ajuda.

Que os anjos nos ajudam, é matéria de fé. Se não cremos nisso, também não cremos na Igreja e nas Sagradas Escrituras. Que cada um tem um anjo da guarda pessoal, não é matéria de fé, mas crença comumente aceita por todos os católicos. E assim como honramos a Deus com a nossa devoção aos seus amigos e aos seus heróis, os santos, cometeríamos um grande erro se não

honrássemos e invocássemos as suas primeiras obras-mestras, os anjos, que povoam o céu e protegem a terra. [p. 38]

CAPÍTULO V

CRIAÇÃO E QUEDA DO HOMEM

O QUE É O HOMEM?

O homem é uma ponte entre o mundo do espírito e o da matéria (naturalmente, quando nos referimos ao “homem”, designamos todos os componentes do gênero humano, o homem e a mulher).

A alma do homem é espírito, de natureza similar ao anjo; seu corpo é matéria, similar em natureza aos animais. Porém, o homem não é nem anjo nem besta; é um ser à parte por direito próprio, um ser com um pé no tempo e outro na eternidade. Os filósofos definem o homem como “animal racional”; “racional” indica a sua alma espiritual; e animal, o seu corpo físico.

Conhecendo a inclinação que nós, os homens, temos para o orgulho e para a vaidade, é de surpreender a pouca atenção que damos ao fato de *sermos* uns seres tão maravilhosos. Só o corpo já é suficiente para nos deixar espantados. A pele que o cobre, por

exemplo, valeria milhões para quem fosse capaz de reproduzi-la artificialmente. É elástica, renova-se por si, impede a entrada do ar, da água ou de outras matérias, e, não obstante, permite que saiam. Mantém o corpo a uma temperatura constante, independentemente do tempo ou da temperatura exterior.

Mas, se volvemos a vista para o nosso interior, vemos maravilhas ainda maiores. Tecidos, membranas e músculos compõem os órgãos: o coração, os pulmões, o estômago e o resto. Cada órgão é formado por uma galáxia de partes semelhantes às concentrações de estrelas, e cada parte, cada célula, dedica a sua operação à função desse órgão particular: circulação do sangue, respiração do ar, sua absorção ou a de alimentos. Os diferentes órgãos mantêm-se em seu trabalho vinte e quatro horas por dia, sem pensamentos ou [p. 39] direção conscientes da nossa mente e (o mais espantoso!), mesmo que cada órgão esteja aparentemente ocupada na sua função, própria, na realidade trabalha constantemente pelo bem dos outros e de todo o corpo.

O suporte e a proteção de todo esse organismo a que chamamos corpo é o esqueleto. Dá-nos a rigidez necessária para estarmos erguidos, sentar-nos ou andar. Os ossos dão apoio aos músculos e tendões, tornando possível o movimento e a ação. Dão também proteção aos órgãos mais vulneráveis: o crânio protege o cérebro; as vértebras, a medula espinhal; as costelas, o coração e os pulmões. Além de tudo isso, as extremidades dos ossos longos contribuem para a produção dos glóbulos vermelhos do sangue.

Outra maravilha do nosso corpo é o processo de “manufaturação” em que está ocupado todo o tempo. Introduzimos alimentos e água na boca, e nos esquecemos: o corpo continua sozinho a tarefa. Por um processo que a biologia pode explicar, mas não reproduzir, o aparelho digestivo transforma o

pão, a carne e as bebidas num líquido de células vivas que banha e nutre constantemente cada parte do nosso corpo. Este alimento líquido, a que chamamos sangue, contém açúcares, gorduras, proteínas e outros elementos. Flui até os pulmões e recolhe oxigênio, que transporta junto com o alimento para cada canto do corpo. O sistema nervoso é também objeto de admiração. Na realidade, há dois sistemas nervosos: o motor, pelo qual o meu cérebro controla os movimentos do corpo (o meu cérebro ordena “anda”, e meus pés obedecem e se levantam ritmicamente), e o sensitivo, pelo qual sentimos dor (essa sentinela sempre alerta às doenças e lesões) e pelo qual trazemos o mundo exterior ao nosso cérebro através dos órgãos dos sentidos, a vista, o olfato, o ouvido, o gosto e o tato.

Por sua vez, estes órgãos são um novo prodígio de desenho e precisão. Novamente os cientistas –o anatomista, o biólogo, o oftalmologista- poderão dizer-nos como é que esses órgãos operam, mas nem o mais dotado deles poderá jamais construir um olho, fazer um ouvido ou reproduzir uma simples pupila do paladar.

A ladainha das maravilhas do nosso corpo poderia prolongar-se indefinidamente; aqui só mencionamos algumas de passagem. Se alguém pudesse fazer um passeio turístico pelo seu próprio corpo, o guia poderia indicar-lhe mais maravilhas que admirar do que as que há em todos os centros de atração turística do mundo juntos.

E o nosso corpo é apenas a metade do homem, e, de longe, a metade menos valiosa. Mas é um dom que temos de apreciar, um dom que devemos agradecer, a morada idônea para a alma espiritual, que é a que lhe dá vida, poder e sentido. [p. 40]

O homem tem corpo, mas é mais que um animal. Como os anjos, o homem tem um espírito imortal, mas é menos que um anjo. No homem se encontram o mundo da matéria e o do espírito. Alma e corpo se fundem numa substância completa que é o ente humano.

O corpo e a alma não se unem de modo circunstancial. O corpo não é como que um instrumento da alma, algo de parecido a um carro para o seu condutor. A alma e o corpo *foram feitos* um para o outro. Fundem-se, compenetraram-se tão intimamente que, ao menos nesta vida, uma parte não pode existir sem a outra.

Se soldarmos um pedaço de zinco a um pedaço de cobre, teremos um pedaço de metal. Esta união seria uma mera união “acidental”. Não teríamos uma substância nova. Saltaria à vista que era um pedaço de zinco pegado a outro de cobre. Mas se o cobre e o zinco se fundem e se misturam, surgirá uma nova substância a que chamamos bronze. O bronze já não é zinco nem cobre, é uma substância nova composta de ambos. De modo semelhante (nenhum exemplo é perfeito), o corpo e a alma se unem numa substância a que chamamos homem.

O caráter desta união torna-se evidente pela maneira como alma e corpo atuam um sobre o outro. Se corto um dedo, não é só o meu corpo que sofre: também a minha alma sofre. *Todo o meu eu* sente a dor. E se a minha alma é afligida por preocupações, isso repercute no meu corpo, e podem sobrevir úlceras e outros transtornos. Se o medo ou a ira sacodem a minha alma, o corpo reflete a emoção, empalidece ou se ruboriza, e o coração bate mais depressa; de muitas maneiras diferentes o corpo participa das emoções da alma.

Não se deve menosprezar o corpo humano como mero acessório da alma, mas, ao mesmo tempo, devemos reconhecer que a parte mais importante da pessoa completa é a alma. A alma

é a parte imortal, e é essa imortalidade da alma a que libertará o corpo da morte que lhe é própria.

Esta maravilhosa obra do poder e da sabedoria de Deus que é nosso corpo, no qual milhões de minúsculas células formam diversos órgãos, todos juntos trabalhando em harmonia prodigiosa para o bem de todo o corpo, podem dar-nos uma pálida idéia de como deve ser magnífica a obra do engenho divino que é a nossa alma. Sabemos que é um espírito. Ao falarmos da natureza de Deus, expusemos a natureza dos seres espirituais. Um espírito, viamos, é um ser inteligente e consciente, que não só é invisível (como o ar), como também absolutamente imaterial, quer dizer, não foi feito de matéria. Um espírito não tem moléculas, nem há átomos na alma. [p. 41]

Também não se pode medi-lo; um espírito não tem comprimento, largura ou profundidade. Muito menos peso. Por esta razão, toda a alma pode estar em todas e em cada uma das partes do corpo ao mesmo tempo; não está uma parte na cabeça, outra na mão, e outra no pé. Se perdemos um braço ou uma perna, num acidente ou numa operação cirúrgica, não perdemos uma parte da alma. Simplesmente, a nossa alma já não estará no que não é senão uma parte do meu corpo vivo. E, por fim, quando o nosso corpo estiver tão prostrado, pela doença ou pelas lesões, que não possa continuar a sua função, a alma o deixará e seremos declarados mortos. Mas a alma não morre. Sendo absolutamente imaterial (o que os filósofos chamam uma “substância simples”), não há nela nada que possa ser destruído ou danificado. Não constando de partes, não tem elementos básicos em que possa desagregar-se, não tem maneira de poder decompor-se ou de deixar de ser o que é.

Não sem fundamento dizemos que Deus nos fez à sua imagem e semelhança. Enquanto o nosso corpo, como todas as suas obras, reflete o poder e a sabedoria divinos, a nossa alma é um retrato de seu Autor de um modo especialíssimo. É um retrato em miniatura e bastante imperfeito. Mas esse espírito que nos dá vida e substância é imagem do Espírito infinitamente perfeito que é Deus. O poder da nossa inteligência, pelo qual conhecemos e compreendemos verdades, raciocinamos e deduzimos novas verdades e fazemos juízos sobre o bem e o mal, reflete o Deus que tudo sabe e tudo conhece. O poder da nossa livre vontade, pela qual deliberadamente decidimos fazer uma coisa ou não, é uma semelhança da liberdade infinita que Deus possuir; e, evidentemente, a nossa imortalidade é uma centelha da imortalidade absoluta de Deus.

Como a vida íntima de Deus consiste em conhecer-se a Si mesmo (Deus Filho) e amarse a Si mesmo (Deus Espírito Santo), tanto mais nos aproximamos da divina Imagem quanto mais utilizamos a nossa inteligência em conhecer a Deus –agora pela razão e pela graça da Fé; e na eternidade pela “luz da glória”-, e aplicamos a nossa vontade livre em amar o Dador dessa liberdade.

COMO NOS FEZ DEUS?

Todos os homens descendem de um homem e de uma mulher. Adão e Eva foram os primeiros pais de toda a humanidade. Não há na Sagrada Escritura verdade mais claramente ensinada do que esta. O livro de Gênesis estabelece conclusivamente a nossa comum descendência desse único casal.
[p. 42]

O que acontece então com a teoria da evolução na sua formulação mais extrema: que a humanidade evoluiu de uma

forma de vida animal inferior, de algum tipo de macaco? Não é esta a ocasião para um exame detalhado da teoria da evolução, a teoria que estabelece que tudo o que existe —o mundo e o que nele se contém— evoluiu de uma massa informe de matéria primigênia. No que concerne ao mundo em si, o mundo dos minerais, das rochas e da matéria inerte, há uma sólida evidência científica de que sofreu um processo lento e gradual, que se estendeu durante um período de tempo muito longo.

Não há nada de contrário à Bíblia ou à fé nessa teoria. Se Deus preferiu formar o mundo criando inicialmente uma massa de átomos e estabelecendo ao mesmo tempo as leis naturais pelas quais, passo a passo, essa massa evoluiria até chegar ao universo como hoje o conhecemos, poderia muito bem tê-lo feito assim. Continuaria sendo o Criador de todas as coisas.

Por outro lado, um desenvolvimento gradual do seu plano, realizado por meio de causas segundas, refletiria melhor o seu poder criador do que se o universo que conhecemos tivesse sido feito em um instante. O fabricante que faz seus produtos ensinando supervisores e capatazes, mostra melhor seus talentos do que o patrão que tem que intervir pessoalmente em cada passo do processo.

A esta fase do processo criativo, ao desenvolvimento da matéria inerte, chama-se “evolução inorgânica”. Se aplicamos a mesma teoria à matéria viva, temos a chamada teoria da “evolução orgânica”. No entanto, o quadro aqui não é tão claro, nem de longe; a evidência se apresenta cheia de vazios, e a teoria necessita de mais provas científicas. Esta teoria defende que a vida que conhecemos hoje, incluída a do corpo humano, evoluiu por longas eras, partindo de certas formas simples de células vivas até as plantas e os peixes, e de aves e répteis até o homem.

A teoria da evolução orgânica está muito longe de ser provada cientificamente. Existem bons livros que poderão proporcionar ao leitor interessado um exame equilibrado de toda esta questão. Mas, para o nosso propósito, basta mencionar que a exaustiva investigação científica não pôde descobrir os restos da criatura que estaria a meio caminho entre o homem e o macaco. Os evolucionistas orgânicos baseiam muito a sua doutrina nas semelhanças entre o corpo dos símios e o do homem, mas um juízo realmente imparcial far-nos-á ver que as diferenças são tão grandes como as semelhanças.

E a procura do “elo perdido” continua. De vez em quando, descobrem-se uns ossos antigos em grutas e escavações. Por um momento, há uma grande excitação, mas depois vê-se que aqueles [p. 43] ossos eram ou claramente humanos ou claramente de macaco. Temos “o homem de Pequim”, “o homem-macaco de Java”, “o homem de Foxhall” e uma coleção mais. Mas essas outras criaturas, um pouquinho mais que os macacos e um pouquinho menos que o homem, ainda estão por desterrar.

Mas, afinal, o nosso interesse é relativo. No que diz respeito à fé, não tem nenhuma relevância. Deus pode ter moldado o corpo do homem por meio de um processo evolutivo, se assim o quis. Pode ter dirigido o desenvolvimento de uma espécie determinada de macaco até fazê-lo alcançar o ponto de perfeição desejado. Deus então criaria almas espirituais para um macho e uma fêmea dessa espécie, e teríamos o primeiro homem e a primeira mulher, Adão e Eva. Mas, mesmo assim, seria igualmente certo que Deus criou o homem do barro da terra. O que devemos crer e o que o Gênesis ensina sem especificações é que o gênero humano descende de um casal original, e que as almas de Adão e Eva (como cada uma das nossas) foram direta e imediatamente criadas por Deus. A alma é espírito; não pode “evoluir” da matéria, e

também não pode ser herdada de nossos pais. Marido e mulher cooperaram com Deus na formação do corpo humano. Mas a alma espiritual que faz desse corpo um ser humano tem de ser criada diretamente por Deus e infundida no corpo embrionário.

A busca do “elo perdido” continuará, e cientistas católicos participarão nela. Sabem que, como toda a verdade vem de Deus, não pode haver conflito entre um dado religioso e outro científico. Entretanto, nós os demais católicos continuaremos imperturbáveis. Seja qual for a forma que Deus escolheu para fazer nosso corpo, o que mais importa é a alma. É a alma que levanta do chão os olhos do animal. É a alma que levanta os nossos olhos até às estrelas, para que vejamos a beleza, conheçamos a verdade e amemos o bem¹. [p. 44]

Algumas pessoas gostam de falar dos seus antepassados. E se na árvore genealógica aparece um nobre, um grande estadista ou um personagem de algum modo famoso, gostam de dar-se ares de importância.

Se quiséssemos, cada um de nós poderia gabar-se dos antepassados da sua árvore genealógica: Adão e Eva. Ao saírem das mãos de Deus, eram pessoas esplêndidas. Deus não os fez

¹ Na sua encíclica *Humani Generis*, o Papa Pio XII indica-nos a cautela necessária na investigação destas matérias científicas. “O Magistério da Igreja não proíbe que, nas investigações e disputas entre os homens mais competentes de ambos os campos, seja objeto de estudo a doutrina do *evolucionismo*, na medida em que busca a origem do corpo humano numa matéria viva preexistente, mas a fé católica manda defender que as almas são criadas imediatamente por Deus. Porém, tudo isso se deve fazer de maneira que as razões de uma e outra opinião –quer dizer, a que defende e a que é contrária ao evolucionismo– sejam examinadas e julgadas séria, moderada e temperadamente; e de tal modo que todos se mostrem dispostos a submeter-se ao juízo da Igreja, a quem Cristo conferiu a missão de interpretar autenticamente as Sagradas Escrituras e defender os dogmas da Fé”.

humanos comuns, submetidos às leis ordinárias da natureza, como as da inevitável decadência e da morte final, uma morte a que se seguiria uma simples felicidade natural, sem visão beatífica. Também não os fez sujeitos às normais limitações da natureza humana, como são a necessidade de adquirir conhecimentos por meio do estudo e investigação laboriosos, e a de manter o controle do espírito sobre a carne por uma esforçada vigilância.

Com os dons que Deus conferiu a Adão e Eva no primeiro instante de sua existência, nossos primeiros pais eram imensamente ricos. Primeiro, contavam com os dons que denominados “preternaturais” para distingui-los dos “sobrenaturais”. Os dons preternaturais são aqueles que não pertencem por direito à natureza humana, e, no entanto, não está inteiramente fora da capacidade da natureza humana recebê-los e possuí-los.

Para usar um exemplo caseiro relativo a uma ordem inferior da criação, digamos que, se a um cavalo fosse dado o poder de voar, essa habilidade seria um dom preternatural. Voar não é próprio da natureza do cavalo, mas há outras criaturas capazes de fazê-lo. a palavra “preternatural” significa, pois, “fora ou além do curso ordinário da natureza”.

Mas se a um cavalo se desse o poder de *pensar* e de compreender verdades abstratas, isso não seria preternatural; seria, de certo modo, sobrenatural. Pensar não só está para além da natureza do cavalo, mas absoluta e inteiramente *acima* da sua natureza. Este é exatamente o significado da palavra “sobrenatural”: algo que está totalmente sobre a natureza da criatura; não só de um cavalo ou de um homem, mas de *qualquer* criatura.

Talvez este exemplo nos ajude um pouco a entender os dois gêneros de dons que Deus concedeu a Adão e Eva. Primeiro,

tinham os dons preternaturais, entre os quais se incluíam uma sabedoria de ordem imensamente superior, um conhecimento natural de Deus e do mundo, claro e sem obstáculos, que de outro modo só poderiam adquirir com uma investigação e estudo penosos. Depois, contavam com uma elevada força de vontade e o perfeito controle das paixões e dos sentidos, que lhes proporcionavam perfeita tranqüilidade interior e ausência de conflitos pessoais. No plano espiritual, estes dois dons preternaturais eram os mais importantes de que estavam dotados [p. 45] a sua mente e a sua vontade. No plano físico, suas grandes dádivas foram a ausência de dor e de morte. Tal como Deus os havia criado, Adão e Eva teriam vivido na terra, o tempo previsto, livres da dor e do sofrimento que, de outro modo, seriam inevitáveis num corpo físico num mundo físico. Quando tivessem acabado seus anos de vida temporal, entrariam na vida eterna em corpo e alma, sem experimentar a terrível separação de alma e corpo a que chamamos morte.

Porém, maior que os preternaturais era o dom sobrenatural que Deus conferiu a Adão e Eva. Nada menos que a participação na própria natureza divina. De uma maneira maravilhosa, que não poderemos compreender inteiramente até O contemplarmos no céu, Deus permitiu que seu amor (que é o Espírito Santo) fluísse até às almas de Adão e Eva e as inundasse. É, evidentemente, um exemplo muito inadequado, mas agrada-me imaginar esse fluxo do amor de Deus até à alma como o do sangue numa transfusão. Assim como o paciente se une ao doador pelo fluxo do sangue deste, as almas de Adão e Eva estavam unidas a Deus pelo fluxo do seu amor.

A nova espécie de vida que Adão e Eva possuíam como resultado da sua união com Deus é a vida sobrenatural a que

chamamos “graça santificante”. Mais adiante trataremos dela extensamente, pois desempenha uma função de importância absoluta na nossa vida espiritual. Mas já nos é fácil deduzir que, se Deus se dignou fazer a nossa alma participar da sua própria vida nesta terra temporal, é porque quer também que ela participe eternamente da sua vida no céu.

Como conseqüência do dom da graça santificante, Adão e Eva já não estavam destinados a uma felicidade meramente natural, ou seja, a uma felicidade baseada no simples conhecimento natural de Deus, a quem continuariam sem ver. Com a graça santificante, Adão e Eva poderiam conhecer Deus tal como é, face a face, uma vez concluída a sua vida na terra. E, ao vê-lo face a face, amá-lo-iam com um êxtase de amor de tal intensidade que nunca o homem teria podido aspirar a ele por sua própria natureza.

E esta é a espécie de antepassados que você e eu tivemos. Foi assim que Deus fez Adão e Eva.

O QUE É O PECADO ORIGINAL?

Um bom pai não se satisfaz cumprindo apenas os deveres essenciais para com os filhos. Não lhe basta alimentá-los, vesti-los e dar-lhes o mínimo de educação que a lei prescreve. Um pai amoroso tratará, além disso, de lhes dar tudo o que possa contribuir para [p. 46] o seu bem-estar e formação; dar-lhes-á tudo o que as suas possibilidades lhe permitam.

Assim Deus. Não se contentou simplesmente com dar à sua criatura, o homem, os dons que lhe são próprios por natureza. Não lhe bastou dotá-lo de um corpo, por maravilhoso que seja pela sua estrutura; e uma alma, por prodigiosa que seja pela sua inteligência

e livre vontade. Deus foi muito mais longe, e deu a Adão e Eva os dons preternaturais que os livravam do sofrimento e da morte, e o dom sobrenatural da graça santificante. No plano original de Deus, se assim podemos chamá-lo, estes dons teriam passado de Adão para os seus descendentes, e você e eu poderíamos estar gozando deles hoje.

Para confirmá-los e assegurá-los à sua posteridade, uma só coisa exigiu Deus de Adão: que, por um ato de livre escolha, desse irrevogavelmente seu amor a Deus. Foi para este fim que Deus criou os homens: para que, com seu amor, lhe dessem glória. E, em certo sentido, este amor a Deus era a garantia de que alcançariam o seu destino sobrenatural de seu unirem a Deus face a face no céu.

É da natureza do amor autêntico a entrega completa de si mesmo ao amado. Nesta vida, só há um meio de provar o amor a Deus, que é fazer a sua vontade, obedecer-lhe. Por esta razão, Deus deu a Adão e Eva uma ordem, uma única ordem: que não fosse diferente (exceto em seus defeitos) de qualquer outro fruto que Adão e Eva pudessem colher. Mas tinha de haver um mandamento para que pudesse haver um ato de obediência; e tinha de haver um ato de obediência para que pudesse haver uma prova de amor: escolherem livre e deliberadamente Deus, preferindo-o a si próprios.

Sabemos o que se passou. Adão e Eva falharam na prova. Cometeram o primeiro pecado, quer dizer, o pecado original. E este pecado não foi simplesmente uma desobediência. Foi um pecado de soberba, como o dos anjos caídos. O tentador sussurrou-lhes ao ouvido que, se comessem desse fruto, seriam tão grandes como Deus, seriam deuses.

Sim, sabemos que Adão e Eva pecaram. Mas já nos é mais difícil convencer-mos da enormidade do seu pecado. Hoje

encaramos esse pecado como algo que, tendo em conta a ignorância e a fraqueza humanas, parece até certo ponto inevitável. O pecado é algo lamentável, sim, mas surpreendente. Tendemos a esquecer-nos de que, antes da queda, não havia ignorância ou fraqueza. Adão e Eva pecaram com total clareza de mente e absoluto domínio das paixões pela razão. Não havia circunstancias eximenes. Não havia desculpa alguma. Adão e Eva escolheram-se a si mesmos –em lugar de Deus- de olhos bem abertos, poderíamos dizer. [p. 47]

E, ao pecar, derrubaram o templo da criação sobre as suas cabeças. Num instante perderam todos os dons especiais que Deus lhes havia concedido: a elevada sabedoria, o domínio perfeito de si mesmos, a imunidade à doença e à morte e, sobretudo, o laço de união íntima com Deus, que é a graça santificante. Ficaram reduzidos ao mínimo essencial que lhes pertencia pela sua natureza humana.

O trágico é que não foi um pecado só de Adão. Como todos nós estávamos potencialmente presentes em nosso pai comum, todos sofremos o pecado. Por decreto divino, ele era embaixador plenipotenciário de todo o gênero humano. O que Adão fez, todos o fizemos. Teve a oportunidade de colocar-nos a nós, sua família, num caminho fácil. Recusouse a fazê-lo, e todos sofremos as conseqüências. A nossa natureza humana perdeu a graça na sua própria *origem*, e por isso dizemos que nascemos “em estado de pecado original”.

Quando eu era criança e ouvi falar pela primeira vez da “mancha do pecado original”, minha mente infantil imaginava esse pecado como uma grande mancha negra na alma. Tinha visto muitas manchas em toalhas, peças de roupa e cadernos, manchas de café, amoras ou tinta, de modo que me era fácil imaginar uma

feia mancha negra numa bonita alma branca. Quando cresci, aprendi (como todos) que o espírito não pode manchar-se, compreendi que a palavra “mancha” aplicada ao pecado original é uma simples metáfora. Deixando de lado o fato de um espírito não poder manchar-se, compreendi que a nossa herança do pecado original não é algo que esteja “sobre” a alma ou “dentro” dela. Ao contrário, é a carência de algo que deveria estar ali, da vida sobrenatural a que chamamos graça santificante.

Por outras palavras, o pecado original não é uma coisa, é a falta de alguma coisa, como a escuridão é a falta de luz. Não podemos colocar um pedaço de escuridão num frasco, e levá-lo para casa para vê-lo bem debaixo da luz. A escuridão não tem consistência própria; é simplesmente ausência de luz. Quando o sol sai, desaparece a escuridão da noite.

De modo semelhante, quando dizemos que “nascemos em estado de pecado original”, queremos dizer que, ao nascer, nossa alma está espiritualmente às escuras, é uma alma inerte no que se refere à vida sobrenatural. Quando somos batizados, a luz do amor de Deus se derrama nela caudalosamente, e a nossa alma se torna radiante e formosa, vibrantemente viva com a vida sobrenatural que procede da nossa união com Deus e sua habitação em nossa alma, essa vida a que chamamos graça santificante. [p. 48]

Ainda que o Batismo nos devolva o maior dos dons que Deus deu a Adão, o dom sobrenatural da graça santificante, não restaura os dons preternaturais, como o de estarmos livres do sofrimento e da morte. Perderam-se para sempre nesta vida. Mas isso não nos deve inquietar. Devemos antes alegrar-nos considerando que Deus nos devolveu o dom que realmente importa, o grande dom da vida sobrenatural.

Se a sua justiça infinita não se equilibrasse com a sua misericórdia infinita, Deus poderia ter dito facilmente, depois do

pecado de Adão: “Lavo as mãos em relação ao gênero humano. Tivestes a vossa oportunidade. Agora, arranjai-vos como puderdes!”.

Uma vez, fizeram-me esta pergunta: “Por que tenho eu que sofrer pelo que fez Adão? Se eu não cometi o pecado original, por que tenho que ser castigado por ele?”

Basta um momento de reflexão, e a pergunta se responde por si mesma. Nenhum de nós perdeu algo a que tivesse direito. Esses dons sobrenaturais e preternaturais que Deus conferiu a Adão não são uns predicados que nos fosse devidos por natureza. Eram dons muito acima do que nos é próprio, eram dádivas de Deus que Adão podia ter-nos transmitido se tivesse feito o devido ato de amor, mas neles não há nada que possamos reclamar por direito.

Se, antes de eu nascer, um homem rico tivesse oferecido a meu pai um milhão de dólares em troca de um pequeno trabalho, e meu pai tivesse recusado a oferta, na verdade u não poderia culpar o milionário pela minha pobreza. A culpa seria de meu pai, não do milionário. Do mesmo modo, se vim a este mundo despossuído dos bens que Adão poderia ter ganho para mim tão facilmente, não posso culpar a Deus pela falta de Adão. Pelo contrário, tenho que bem-dizer a sua misericórdia infinita porque, apesar de tudo, restaurou em mim o maior de seus dons pelos méritos de seu Filho.

De Adão para cá, um só ser humano (sem contar Cristo) possuiu uma natureza humana em perfeita ordem: a Santíssima Virgem Maria. Quando foi escolhida para ser a Mãe do Filho de Deus —e porque repugna que Deus tivesse contato, por indireto que fosse, com o pecado—, Maria foi preservada *desde o primeiro instante da sua existência* da escuridão espiritual do pecado original.

Desde o primeiro momento da sua concepção no seio de Ana, Maria esteve em união com Deus, sua alma encheu-se de amor por Ele: teve o estado de graça santificante. A este privilégio exclusivo de Maria, primeiro passo na nossa redenção, chamamos a Imaculada Conceição de Maria. [p. 49]

E DEPOIS DE ADÃO?

Certa vez, um homem passeava por uma pedreira abandonada. Distraído, aproximou-se demasiado da beira do poço que lá se formara e caiu de cabeça na água. Tentou sair, mas as paredes eram tão lisas e verticais que não podia encontrar um ponto onde apoiar a mão ou o pé. Era bom nadador, mas sem dúvida ter-se-ia afogado por cansaço se um transeunte não o tivesse visto em apuros e o tivesse resgatado com uma corda. Já fora, sentou-se para esvaziar os sapatos de água, enquanto filosofava um pouco: “É surpreendente como me era impossível sair dali, e o pouco que me custou entrar.”

A historieta ilustra bastante bem a infeliz condição da humanidade, depois de Adão. Sabemos que, quanto maior é a dignidade de uma pessoa, mais séria é a injúria que contra ela se comete. Se alguém atira um tomate podre no seu vizinho, certamente não sofrerá mais conseqüências que um olho roxo. Mas se o arremessa contra o Presidente dos Estados Unidos, os da F.B.I. o rodearão num instante e esse homem não irá jantar a casa por bastante tempo.

Fica claro, pois, que a gravidade de uma ofensa depende até certo ponto da dignidade do ofendido. Sendo ilimitada a dignidade de Deus –Ele é Ser infinitamente perfeito-, qualquer ofensa contra Ele terá malícia infinita, será um mal sem medida.

Por causa disto, o pecado de Adão deixou a humanidade numa situação semelhante à do homem no poço. Ali no fundo estávamos nós, sem possibilidade de sair por nossos próprios meios. Tudo o que o homem pode fazer tem um valor finito e mensurável. Se o maior dos santos desse a sua vida em reparação pelo pecado, o valor do seu sacrifício continuaria a ser limitado. Também é claro que, se todos os componentes do gênero humano, desde Adão até o último homem sobre a terra, oferecessem suas vidas em pagamento da dívida contraída com Deus pela humanidade, o pagamento seria insuficiente. Está fora do alcance do homem fazer algo de valor infinito.

Nosso destino após o pecado de Adão seria irremissível se ninguém tivesse vindo lançarnos uma corda; o próprio Deus teve que resolver o dilema. O dilema era que, como somente Deus é infinito, somente Ele era capaz do ato de reparação pela infinita malícia do pecado. Mas quem fosse pagar pelo pecado do homem deveria se humano, se realmente tinha que arcar com os nossos pecados, se de verdade ia ser o nosso representante.

A solução que Deus escolheu já é para nós uma velha história, mas nunca será uma história trilhada ou mortífera. O homem de fé nunca acaba de admirar-se com o infinito amor e a infinita misericórdia [p. 50] que Deus nos mostrou, decretando desde toda a eternidade seu próprio Filho Divino viesse a este mundo, assumindo uma natureza humana como a nossa, para pagar o preço devido pelos nossos pecados.

O Redentor, sendo verdadeiro homem como nós, podia representar-nos e agir realmente por nós. Sendo também verdadeiro Deus, a mais insignificante de suas ações teria um valor infinito, suficiente para reparar todos os pecados cometidos ou que se cometerão.

Precisamente no início da história do homem, quando expulsou Adão e Eva do Jardim do Éden, Deus disse a Satanás: “Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela; ela te esmagará a cabeça, e tu em vão te revolverás contra o seu calcanhar”. Muitos séculos tiveram que transcorrer até que a descendência de Maria, Jesus Cristo, esmagasse a cabeça da serpente. Mas o raio de esperança da promessa, como uma luz distante nas trevas, brilharia constantemente.

Mas a história não terminou depois que Adão pecou e Cristo, o segundo Adão, reparou o seu pecado. A morte de Cristo na Cruz não implica que, a partir de então, o homem fosse necessariamente bom. A reparação de Cristo não arrebatava a liberdade da vontade humana. Se temos de poder provar o nosso amor a Deus pela obediência, temos que conservar a liberdade de escolha que essa obediência requer.

Além do pecado original, a cuja sombra nascemos, temos de enfrentar outro tipo de pecado: o que nós mesmos cometemos. Este pecado, que não herdamos de Adão, mas que é nossos, chama-se “atual”. O pecado atual pode ser mortal ou venial, segundo o seu grau de malícia.

Sabemos que há graus de gravidade na desobediência. Quando um filho desobedece a seus pais em pequenas coisas ou é indelicado com eles, não é necessariamente por falta de amor por eles. Seu amor pode ser menos perfeito, mas existe. Não obstante, se este filho lhes desobedece deliberadamente em assuntos de grave importância, em coisas que os firam e aflijam gravemente, há, bons motivos para concluir que não os ama. Ou, pelo menos, tiramos a conclusão de que ama a si mesmo mais do que a eles.

O mesmo ocorre em nossa relações com Deus. Se desobedecemos a Deus em matérias de menor importância, isso

não implica necessariamente que lhe neguemos o nosso amor. Esse ato de desobediência em matéria que não é grave, é o pecado venial. Por exemplo, se dizemos uma mentira que não prejudica ninguém –“Onde você esteve ontem à noite?”. “Fui visitar um amigo”, quando na realidade fiquei em casa vendo televisão-, será um pecado venial. [p. 51]

Mesmos em matéria grave, meu pecado pode ser venial se tiver havido ignorância ou falta de consentimento pleno. Por exemplo, é pecado mortal mentir sob juramento. Mas se eu *penso* que o perjúrio é um pecado venial, e o cometo, para mim será pecado venial. Ou se juro falsamente porque o interrogador me colheu de surpresa e me sobressaltou (falta de reflexão suficiente), ou porque o medo às conseqüências diminuiu minha liberdade de opção (falta de consentimento pleno), também será pecado venial.

Em todos estes casos podemos ver que falta a malícia de um desprezo por Deus consciente e deliberado. Em nenhum desses exemplos se evidencia a ausência do amor a Deus.

Estes pecados chamam-se “veniais” do latim “vênia”, que significa “perdão”. Deus perdoa prontamente os pecados veniais, mesmo sem o sacramento da Penitência; um sincero ato de contrição e o propósito de emenda bastam para o seu perdão.

Mas isto não implica que o pecado venial seja de pouca importância. Qualquer pecado é, ao menos, uma falha parcial no amor, um ato de ingratidão para com Deus, que nos ama tanto. Em toda a criação não há maior mal que um pecado venial, à exceção do pecado mortal. O pecado venial não é, de maneira nenhuma, uma fraqueza inócua. Cada um deles acarreta um castigo aqui ou no purgatório. Cada pecado venial diminui um pouco o amor a Deus em nosso coração e debilita a nossa resistência às tentações.

Por numerosos que sejam os pecados veniais, a simples multiplicação dos mesmos, ainda que sejam muitos, nunca acaba somando um pecado mortal, porque o número não modifica a espécie do pecado, embora o acúmulo de matéria de muitos pecados veniais possa, sim, chegar a ser mortal. Em qualquer caso, dar habitualmente pouca atenção ao pecado venial abre a porta ao pecado mortal. Se vamos dizendo “sim” a pequenas infidelidades, acabaremos dizendo “sim” à tentação grande, quando esta se apresentar. Para quem ama sinceramente a Deus, seu propósito habitual há de ser evitar todo pecado deliberado, seja este venial ou mortal.

Também é conveniente sublinhar que, assim como um pecado objetivamente mortal pode ser subjetivamente venial, devido a especiais condições de ignorância ou à falta de plena consciência, um pecado que, à primeira vista, parece venial, pode tornar-se mortal em circunstancias especiais.

Por exemplo, se penso que é pecado mortal roubar alguns cruzeiros, e apesar disso os roubo, para mim será um pecado mortal. Ou se essa pequena quantia, eu a tiro de um cego vendedor de jornais, correndo o risco de atrair má fama para mim ou para minha família, esta potencialidade de mal que tem o meu ato converte-o [p. 52] em pecado mortal. Ou se continuo roubando pequenas quantias até atingirem uma soma considerável, digamos cinco mil cruzeiros, meu pecado será mortal.

Porém, se o nosso desejo e a nossa intenção é obedecer em tudo a Deus, não temos motivo para nos preocuparmos com estas coisas. [p. 53]

CAPÍTULO VI

O PECADO ATUAL

MINHA ALMA PODE MORRER?

Se um homem espeta uma faca no coração, morre fisicamente. Se um homem comete um pecado mortal, morre espiritualmente. A descrição de um pecado mortal é tão simples e tão real como isso.

Pelo Batismo, fomos resgatados da morte espiritual em que o pecado de Adão nos submergiu. No Batismo,, Deus uniu a Si a nossa alma. O Amor de Deus –o Espírito Santo- derramou-se nela, preenchendo o vazio espiritual que o pecado original havia produzido. Como consequência desta íntima união com Deus, a nossa alma se eleva a um novo tipo de vida, a vida sobrenatural que se chama “graça santificante” e que é nossa obrigação preservar; e não só preservar, mas incrementar e intensificar.

Deus, depois de unir-nos a Si pelo Batismo, jamais nos abandona. Após o Batismo, o único modo de nos separarmos dEle é repeli-lo deliberadamente. E isto acontece quando, plenamente conscientes da nossa ação, deliberada e livremente nos recusamos

a obedecer a Deus em matéria grave. Quando assim fazemos, cometemos um pecado mortal, que, como a palavra indica, causa a morte da alma.

Esta desobediência a Deus consciente e voluntária em matéria grave é, ao mesmo tempo, a rejeição de Deus. Secciona a nossa união com Ele tão cabalmente como um alicate que cortasse o cabo que une a instalação elétrica da nossa casa aos geradores da companhia elétrica: se você o fizesse, a sua casa mergulharia instantaneamente na escuridão. A mesma coisa se passaria com a nossa alma depois de um pecado mortal, mas com conseqüências muito mais terríveis, porque a nossa alma não mergulharia na escuridão, mas na morte. [p. 54] É uma morte mais pavorosa porque não se manifesta exteriormente: não há o fedor da corrupção nem a frigidez rígida. É uma morte em vida, pela qual o pecador fica nu e isolado no meio do amor e abundância divinos. A graça de Deus flui ao seu redor, mas não pode entrar nele; o amor de Deus toca-o, mas não o penetra. Perdem-se todos os méritos sobrenaturais que o pecador havia adquirido antes do seu pecado. Todas as boas obras feitas, todas as orações pronunciadas, todas as Missas oferecidas, os sofrimentos padecidos por amor a Cristo, absolutamente tudo é varrido no momento de pecar.

Esta alma em pecado mortal perdeu sem dúvida o céu; se morresse assim, separada de Deus, não poderia ir para lá, pois não há modo de estabelecer a união com Deus depois da morte.

O fim essencial da nossa vida é provarmos a Deus o nosso amor pela obediência. A morte encerra o tempo da nossa prova, da nossa oportunidade. Depois, não há possibilidade de mudarmos o coração. A morte fixa a alma para sempre no estado em que a encontra: amando a Deus ou rejeitando-o.

Se se perde o céu, não resta nenhuma alternativa à alma a não ser o inferno. Quando morremos, desaparecem as exterioridades, e o pecado mortal que, ao cometê-lo, se apresentou como uma pequena concessão ao eu, mostra-se à luz fria da justiça divina tal como na realidade é: um ato de soberba e rebeldia, como ato de ódio a Deus que está implícito em todo pecado mortal. E na alma irrompem as terríveis, ardentes e torturantes sede e fome de Deus, desse Deus para quem a alma foi criada, desse Deus que ela nunca encontrará. Essa alma está no inferno.

E isto é o que significa, um pouco do que significa desobedecer a Deus voluntária e conscientemente em matéria grave, cometer um pecado mortal.

Pecar é recusar a Deus a nossa obediência, o nosso amor. Dado que cada pedacinho nosso pertence a Deus e que todo o fim da nossa existência é amá-lo, torna-se evidente que cada pedacinho nosso deve obediência a Deus. Assim esta obrigação de obedecer aplica-se não só às obras ou palavras exteriores, como também aos desejos e pensamentos mais íntimos. É evidente que podemos pecar não só fazendo o que Deus proíbe (pecado de ação), como deixando de fazer o que Ele ordena (pecado de omissão). É pecado roubar, mas também é pecado não pagar as dívidas justas. É pecado trabalhar servil e desnecessariamente aos domingos, mas também o é não prestar a Deus o culto devido, faltando à Missa nos dias de preceito. [p. 55]

A pergunta “o que é que faz boa ou má uma ação?” quase poderia parecer insultante pela sua simplicidade. E, não obstante, formulei-a algumas vezes a crianças e mesmo a gente com curso superior, sem receber a resposta correta. É a Vontade de Deus. Uma ação é boa se for o que Deus quer que façamos; é má se for algo que Deus não quer que façamos. Algumas crianças me

responderam que esta ou aquela ação é má “porque o disse o padre, ou o catecismo, ou a Igreja, ou as Escrituras”.

Não é, pois, despropositado mostrar aos pais a necessidade de que os filhos adquiram este princípio tão logo alcancem a idade suficiente para distinguir o bem do mal, e saibam que a bondade ou maldade de alguma coisa depende de que Deus a queira ou não; e que fazer o que Deus quer é o nosso modo, o nosso único modo, de provarmos o nosso amor a Deus. Esta idéia será tão sensata para uma criança como o é para nós. E ela obedecerá a Deus com melhor disposição e alegria do que se tivesse que fazê-lo a um simples pai, sacerdote ou livro.

É verdade que conhecemos a Vontade de Deus pela Escritura (Palavra escrita de Deus) e pela Igreja (Palavra viva de Deus). Mas nem as Escrituras nem a Igreja causam a Vontade de Deus. Inclusive os chamados “mandamentos da Igreja” não são mais do que aplicações particulares da vontade de Deus, interpretações detalhadas de nossos deveres, que, de outro modo, poderiam não nos parecer tão claros e evidentes.

Os pais devem ter o cuidado de não exagerar a seus filhos as dificuldades da virtude. Se aumentam cada faltazinha da criança até torná-lo um pecado muito feio e muito grande, se lhe caem em cima, dizendo-lhe que cometeu um pecado mortal e que Deus já não a ama, só porque soltou um “palavrão” que ouviu ou diz “não quero”, é muito provável que essa criança cresça com a idéia de que Deus é um preceptor muito severo e arbitrário. Se cada faltazinha lhe é descrita como um pecado muito grande, a criança crescerá desanimada ante a clara impossibilidade de ser boa, e deixará de tentá-lo. E isto acontece.

Para que uma coisa seja pecado mortal, sabemos que são necessárias três condições. Se falta qualquer delas, não haverá pecado mortal.

Em primeiro lugar e antes de mais nada, a matéria deve ser grave, seja por pensamento, palavras ou obras. Não é pecado mortal dizer uma mentira infantil, mas o é prejudicar a reputação alheia com uma mentira. Não é pecado mortal roubar uma maçã ou uma moeda, mas o é roubar uma quantia apreciável ou tocar fogo numa casa. [p. 56]

Em segundo lugar, devo saber que o que faço é errado, muito errado. Não posso pecar por ignorância. Se não sei que é pecado mortal participar do culto protestante, para mim não seria pecado ir com um amigo protestante à sua capela. Se esquecia que hoje é dia de abstinência e como carne, para mim não haverá pecado. Isto pressupõe, é claro, que esta ignorância não seja por minha culpa. Se não quero informar-me de certa coisa por medo de que atrapalhe meus planos, sou culpado desse pecado.

Finalmente, não posso cometer um pecado mortal se não resolvo livremente praticar determinada ação (ou omissão) que é contra a Vontade de Deus. Se, por exemplo, alguém mais forte que eu me força a lançar uma pedra contra uma vitrina, não me faz cometer um pecado mortal. Também não posso pecar mortalmente por acidente, como quando tropeço involuntariamente com alguém, e este cai e fratura o crânio. Não posso pecar dormindo, por maldosos que se apresentem os meus sonhos.

É importante que tenhamos idéias claras sobre isto, e é importante que nossos filhos as tenham na medida adequada à sua capacidade. O pecado mortal, a completa separação de Deus, é demasiado horrível para tomá-lo com leviandade, para utilizá-lo como arma na educação das crianças, para reduzi-lo ao nível da irreflexão ou das travessuras infantis.

QUAIS SÃO AS RAÍZES DO PECADO?

É fácil dizer se tal ou qual ação é pecaminosa. Não o é tanto dizer se tal ou qual pessoa pecou. Se alguém se esquece, por exemplo, de que hoje é festa de preceito e não vai à Missa, seu pecado é só externo. Interiormente não teve intenção de conduzir-se mal. Neste caso, dizemos que cometeu um pecado *material*, mas não um pecado *formal*. Existe neste caso uma obra má, mas não má intenção. Seria supérfluo e inútil mencioná-lo na confissão.

Mas também é verdade o contrário. Uma pessoa pode cometer interiormente um pecado sem realizar um ato pecaminoso. Usando o mesmo exemplo, se alguém pensa que hoje é dia de preceito e voluntariamente decide não ir à Missa sem razão suficiente, é culpado do pecado de omissão dessa Missa sem razão suficiente, é culpado do pecado de omissão dessa Missa, mesmo que esteja enganado e não seja dia de preceito. Ou, para dar outro exemplo, se um homem rouba uma grande quantia de dinheiro e depois percebe que roubou seu próprio dinheiro, interiormente cometeu um pecado de roubo, ainda que realmente não tenha roubado. Em ambos os casos dizemos que não houve pecado *material*, mas *formal*. E, naturalmente, estes dois pecados têm que ser confessados. [p. 57]

Vemos, pois, que é intenção na mente e na vontade de uma pessoa o que determina em última análise a malícia de um pecado. Há pecado quando a intenção quer alguma coisa contra o que Deus quer.

Por esta razão, sou culpado de pecado no momento em que decido cometê-lo, mesmo que não tenha oportunidade de praticá-lo ou mesmo que depois mude de opinião. Se decido mentir sobre um assunto quando me perguntarem, e a ninguém ocorre fazer a

pergunta, continuo sendo culpado de uma mentira por causa da minha má intenção. Se decido roubar umas ferramentas da oficina em que trabalho, mas me despedem antes de poder fazê-lo, interiormente já cometi o roubo, ainda que não se tenha apresentado a oportunidade de praticá-lo, e sou culpado disso. Estes pecados seriam reais, e, se a matéria fosse grave, teria que confessá-los.

Mesmo uma mudança de decisão não pode apagar o pecado. Se um homem decide hoje que amanhã irá fornicar e amanhã muda de idéia, continuará a ter sobre a sua consciência o pecado de ontem. A boa decisão de hoje não pode apagar o mau propósito de ontem. É evidente que aqui falamos de uma pessoa cuja vontade tenha tomado essa decisão. Não nos referimos à pessoa em grave tentação, que luta consigo mesma, talvez durante horas ou até dias. Se essa pessoa alcança, por fim, a vitória sobre si mesma e dá um “não” decidido à tentação, não cometeu pecado.

Antes pelo contrário, essa pessoa mostrou grande virtude e adquiriu grande mérito diante de Deus. Não dá motivo para sentir-se culpada, ainda que a tentação tenha sido violenta ou persistente; se fosse tão fácil, qualquer um seria bom; isso não teria mérito. Não. A pessoa de quem falávamos antes é a que resolve cometer um pecado, mas é impedida de fazê-lo por falta de ocasião ou por ter mudado de idéia.

Isto não quer dizer que o ato exterior não tenha importância. Seria um grande erro inferir que, já que alguém tomou a decisão, tanto dá levá-la à prática ou não. Muito pelo contrário, realizar a má intenção e praticar o ato acrescenta gravidade ao pecado, intensifica a sua malícia. E isto é especialmente assim quando esse pecado externo prejudica um terceiro, como no roubo; ou causa o pecado de outrem, como nas relações impuras.

E já que estamos falando de “intenção”, vale a pena mencionar que não podemos tornar boa ou indiferente uma ação má com uma boa intenção. Se roubo a um rico para dar a um pobre, isso continua sendo um roubo, e é pecado. Se digo uma mentira para tirar um amigo de apuros, isso continua sendo uma mentira, e eu peço. Se uns pais usam anticoncepcionais para os filhos que já têm [p. 58] disponham de mais meios, a pecaminosidade do ato se mantém. Em resumo, um bom fim nunca justifica meios maus. Não podemos forçar e retorcer a vontade de Deus para fazê-la coincidir com a nossa.

Da mesma maneira que o pecado consiste em opormos a nossa vontade à de Deus, a virtude não é senão o esforço sincero por identificarmos a nossa vontade com a de Deus. Não é tão árduo, a não ser que confiemos somente em nossas próprias forças, em lugar de confiarmos na graça de Deus. Um velho axioma teológico o expressa dizendo: “Deus não nega a sua graça a quem faz o que pode”.

Se fazemos “o que podemos” –rezando cada dia regularmente; confessando-nos e comungando com freqüência; considerando amiúde a grandiosidade do fato de o próprio Deus habitar em nossa alma em graça (que alegria saber que, seja qual for o momento em que Ele nos chame, estaremos preparados para contemplá-lo por toda a eternidade!, mesmo que venha previamente o purgatório); ocupando-nos num trabalho útil e em diversões sãs, evitando as pessoas e lugares que possam pôr à prova a nossa humana debilidade-, então não há dúvida da nossa vitória.

É também muito útil conhecermos as nossas fraquezas. Você se conhece bem? Ou, para dizê-lo de uma forma negativa, sabe qual é o seu defeito dominante?

Pode ser que você tenha muitos defeitos; a maioria de nós os tem. Mas fique certo de que há um que se destaca mais que os outros e é o seu maior obstáculo para o crescimento espiritual. Os autores espirituais descrevem esse defeito como “paixão dominante”.

Antes de mais nada, convém esclarecer a diferença entre um defeito e um pecado. Um defeito é o que poderíamos chamar “o ponto fraco” que nos faz facilmente cometer certos pecados, e mais difícil praticar certas virtudes. Um defeito é (até que o eliminemos) uma fraqueza do nosso caráter, mais ou menos permanente, ao passo que o pecado é algo eventual, um fato isolado que deriva do nosso defeito. Se compararmos o pecado a uma planta nociva, o defeito será a raiz que o sustenta.

Todos sabemos que, quando se cultiva um jardim, dá pouco resultado aparar as plantas daninhas rente ao chão. Se não se arrancam as raízes, crescerão outra vez. O mesmo ocorre na nossa vida com certos pecados: continuarão a aparecer continuamente, se não arrancarmos as raízes, esse defeito do qual eles nascem.

Os teólogos dão uma lista de sete defeitos ou fraquezas principais; quase todos os pecados atuais se baseiam num ou noutro deles. [p. 59] Estas sete fraquezas humanas se chamam ordinariamente, “os sete pecados capitais”. A palavra “capital” neste contexto significa relevante ou mais freqüente, não que necessariamente sejam os maiores ou os piores. Quais são esses sete vícios dominantes da natureza humana? O primeiro é a *soberba*, que poderíamos definir como a procura desordenada da nossa própria honra e excelência. Seria muito longa a lista de todos

os pecados que nascem da soberba: a ambição excessiva, a jactância em relação às nossas forças espirituais, a vaidade, o orgulho, eis aí uns poucos. Ou, para usar expressões contemporâneas, a soberba é a causa dessa atitude cheia de amor próprio que nos leva a “manter o *status*, para que os vizinhos não murmurem”, à ostentação, à ambição de escalar postos e brilhar socialmente, de estar na “crista da onda”, e outras coisas do mesmo jaez.

O segundo pecado capital é a *avareza*, ou o imoderado desejo de bens temporais. Daqui nascem não só os pecados de roubo e fraude, como também os menos reconhecidos de injustiça entre patrões e empregados, práticas abusivas nos negócios, tacaanhice e indiferença ante as necessidades dos pobres, e isso para mencionar só uns poucos exemplos.

O seguinte na lista é a *luxuria*. É fácil perceber que os pecados claros contra a castidade têm a sua origem na luxúria; mas esta também produz outros: há muitos atos desonestos, falsidades e injustiças que se pode atribuir à luxúria; a perda da fé e o desesperar da misericórdia divina são frutos freqüentes da luxúria.

Depois vem a *ira*, ou o estado emocional desordenado, que nos empurra a desforrar-nos dos outros, a opor-nos insensatamente a pessoas ou coisas. Os homicídios, as desavenças e as injúrias são conseqüências evidentes da ira, como também o são o ódio, a murmuração e o dano à propriedade alheia.

A *gula* é outro pecado capital. É a atração desordenada pela comida ou bebida. Parece o mais ignóbil dos vícios: no glutão há algo de animal. Prejudica a saúde, produz o linguajar soez e blasfemo, injustiças à própria família e a outras pessoas, e uma legião de males demasiado evidentes para necessitarem enumerações.

A *inveja* é também um vício dominante. É necessário sermos muitos humildes e sinceros conosco próprios para admitir que a temos. A inveja não consiste em desejar o nível de vida que outros têm: esse é um sentimento perfeitamente natural, a não ser que nos leve a extremos de cobiça. Não, a inveja é antes a tristeza causada pelo fato de outros estarem numa situação melhor que a nossa, é o sofrimento pela melhor sorte dos outros. Desejamos ter o que um outro tem, e que não o tenha. Pelo menos, desejaríamos que não o tivesse, se nós não o podemos ter também. A inveja leva-nos [p. 60] ao estado mental do clássico “cachorro do hortelão”, que nem aproveita o que tem nem deixa os outros aproveitarem, e produz o ódio, a calúnia, a difamação, o ressentimento, a difamação e outros males semelhantes.

Finalmente, temos a *preguiça*, que não é o simples desagrado perante o trabalho; há muita gente que não acha agradável o seu trabalho. A preguiça é, antes de tudo, fugir do trabalho pelo esforço que ele implica. É o desgosto e a recusa ante o cumprimento de nossos deveres, especialmente de nossos deveres para com Deus. Se nos contentamos com um nível baixo na nossa procura da santidade, especialmente se nos conformamos com a mediocridade espiritual, é quase certo que a sua causa é a preguiça. Omitir a Missa em dia de preceito, desleixar-se na oração, fugir das obrigações familiares e profissionais, tudo isso provém da preguiça.

Estes são, pois, os sete pecados capitais: soberba, avareza, luxúria, ira, gula, inveja e preguiça. Sem dúvida temos o louvável costume de examinar a nossa consciência antes de nos deitarmos e, evidentemente, ao nos confessarmos. De hoje em diante, seria muito proveitoso perguntarmo-nos não só “que pecados cometi e quantas vezes”, mas também “por quê”. [p. 61]

CAPÍTULO VII

A ENCARNAÇÃO

QUEM É MARIA?

A 25 de março celebramos o grande acontecimento que conhecemos por “Encarnação”: a notícia, levada pelo Arcanjo Gabriel a Maria, de que Deus a havia escolhido para ser a mãe do Redentor.

No dia da Anunciação, Deus eliminou a infinita distância que havia entre Ele e nós. Por um ato de seu poder infinito, Deus fez o que à nossa mente humana parece impossível: uniu a sua própria natureza divina a uma verdadeira natureza humana, a um corpo e alma como os nossos. E o que nos deixa ainda mais admirados é que desta união não resultou um ser com duas personalidades, a de Deus e a de homem. Ao contrário, as duas naturezas se uniram numa só Pessoa, a de Jesus Cristo, Deus e homem.

Esta união do divino e do humano numa Pessoa é tão singular, tão especial, que não admite comparação com outras experiências humanas, e, portanto, está fora da nossa capacidade

de compreensão. Como a Santíssima Trindade, é um dos grandes mistérios da nossa fé, a que chamamos o mistério da Encarnação.

Lemos no Evangelho de São João que “o Verbo se fez carne”, ou seja, que a segunda Pessoa da Santíssima Trindade, Deus Filho, se encarnou, se fez homem. Esta união de duas naturezas numa só Pessoa recebe um nome especial, e chama-se *união hipostática* (do grego *hipóstasis*, que significa “o que está debaixo”).

Para dar ao Redentor uma natureza humana, Deus escolheu uma donzela judia de quinze anos, chamada Maria, descendente do grande rei Davi, que vivia obscuramente com seus pais na aldeia de Nazaré. Maria, sob o impulso da graça, havia oferecido a Deus a sua virgindade, coisa que fazia parte do desígnio divino sobre ela. [p. 62]

Era uma nova prenda para a alma que havia recebido uma graça maior já no seu começo. Quando Deus criou a alma de Maria, eximiu-a da lei universal do pecado original no mesmo instante em que a Virgem foi concebida no seio de Ana. Maria recebeu a herança perdida por Adão: desde o início do seu ser, esteve unida a Deus. Nem por um momento se encontrou sob o domínio de Satã aquela cujo Filho lhe esmagaria a cabeça.

Ainda que Maria tivesse feito o que hoje chamaríamos voto de castidade perpétua, estava prometida a um artesão chamado José. Há dois mil anos, não havia “mulheres independentes” nem “mulheres profissionais”. Num mundo estritamente masculino, qualquer moça honrada necessitava de um homem que a tutelasse e protegesse. Mais ainda, não estava dentro do plano de Deus que, para ser mãe de seu Filho, Maria tivesse que sofrer o estigma das mães solteiras. E assim, atuando discretamente por meio da sua graça, Deus procurou que Maria tivesse um esposo.

O jovem escolhido por Deus para esposo de Maria e guardião de Jesus era, de per si, um santo. O Evangelho no-lo descreve dizendo simplesmente que era um “varão justo”. O vocábulo “justo” significa, em sua conotação hebraica, um homem cheio de todas as virtudes. É o equivalente à nossa palavra atual “santo”.

Não nos surpreende, pois, que José, a pedido dos pais de Maria, aceitasse gozosamente ser o esposo legal e verdadeiro de Maria, ainda que conhecesse a sua promessa de virgindade e soubesse que o matrimônio nunca seria consumado. Maria permaneceu virgem não só ao dar à luz Jesus, mas durante toda a sua vida. Quando o Evangelho menciona “os irmãos e irmãs” de Jesus, devemos recordar que é uma tradução grega do original hebraico, e que neste caso essas palavras significam simplesmente “parentes consangüíneos”, mais ou menos o mesmo que a nossa palavra “primos”.

A aparição do anjo ocorreu quando Maria ainda morava com seus pais, antes de ir a viver com José. O pecado veio ao mundo por livre decisão de Adão; Deus quis que a livre decisão de Maria trouxesse ao mundo a salvação. E o Deus dos céus e da terra aguardava o consentimento de uma mulher.

Quando, recebida a mensagem Angélica, Maria inclinou a cabeça e disse: “Faça-se em mim segundo a tua palavra”, Deus Espírito Santo (a quem se atribuem as obras de amor) engendrou no seio de Maria o corpo e a alma de uma criança, a quem Deus Filho se uniu no mesmo instante.

Por ter aceitado voluntariamente ser Mãe do Redentor, e por ter participado livremente (e de um modo tão íntimo!) na sua Paixão, Maria é aclamada pela Igreja como corredentora do gênero humano. É este momento transcendental da aceitação de

Maria e [p. 63] do começo da nossa salvação o que nós comemoramos sempre que recitamos o Ângelus.

E não surpreende que Deus preservasse da corrupção do sepulcro o corpo do qual tomou o seu próprio. No quarto mistério glorioso do Rosário, e anualmente na festa da Assunção, celebramos o fato de o corpo de Maria, depois da morte, se ter reunido à sua alma no céu.

Talvez algum de nós tenha exclamado em momentos de trabalho excessivo: “Queria ser dois para poder atender a tudo”. É uma idéia interessante, que pode levar-nos a fantasiar um pouco, mas com proveito. Imaginemos que eu pudesse ser dois, que tivesse dois corpos, duas almas e uma só personalidade, que seria eu. Ambos os corpos trabalhariam juntos harmoniosamente em qualquer tarefa em que me ocupasse: seria especialmente útil para transportar uma escada de mão ou uma mesa. E as duas mentes aplicar-se-iam juntas a solucionar qualquer problema que eu tivesse de enfrentar, o que seria especialmente agradável para resolver preocupações e tomar decisões.

É uma idéia total e claramente sem pés nem cabeça. Sabemos que no plano de Deus só há uma natureza humana (corpo e alma) para cada pessoa humana (minha identidade consciente, que me separa de qualquer outra pessoa). Mas esta fantasia talvez nos ajude a entender um pouquinho melhor a personalidade de Jesus. A união hipostática, a união de uma natureza humana e uma natureza divina numa Pessoa –Jesus Cristo– é um mistério de fé, o que significa que não podemos compreendê-lo cabalmente. Isto não quer dizer, porém, que não sejamos capazes de compreender um pouco.

Como segundo Pessoa da Santíssima Trindade, Deus Filho, Jesus existiu desde toda a eternidade. E por toda a eternidade é

gerado na mente do Pai. Depois, num ponto determinado do tempo, Deus Filho uniu-se, no seio da Virgem Maria, não só a um corpo como o nosso, mas a um corpo e a uma alma, a uma natureza humana completa. O resultado é uma só Pessoa, que atua sempre em harmonia, sempre unida, sempre como uma só identidade.

O Filho de Deus não levava simplesmente uma natureza humana, como um operário leva seu carrinho de mão. O Filho de Deus, em e com a sua natureza humana, tinha (e tem) uma personalidade tão indivisa e singular como a teríamos nós em e com as duas naturezas humanas que em nossa fantasia havíamos imaginado.

Jesus mostrou claramente a sua dualidade de naturezas ao fazer, por um lado, aquilo que só Deus poderia fazer, como ressuscitar mortos pelo seu próprio poder. Por outro, realizou as ações mais vulgares dos homens, como comer, como beber, e dormir. E é bom [p. 64] levar em conta que Jesus não aparentava simplesmente comer, beber, dormir e sofrer. Quando comia, era porque realmente tinha fome; quando dormia, era porque realmente estava fatigado; quando sofria, sentia realmente dor.

Com igual clareza Jesus mostrou a unidade da sua personalidade. Em todas as suas ações havia uma completa unidade de Pessoa. Por exemplo, não disse ao filho da viúva: “A parte de Mim que é divina te diz: “Levanta-te!”. Jesus manda simplesmente: “Eu te digo: “Levantate!”. Na Cruz, Jesus não disse: “Minha natureza humana tem sede”, mas exclamou: “Tenho sede”.

Pode ser que nada do que estamos dizendo nos ajude muito a compreender as duas naturezas de Cristo. No melhor dos casos, será sempre um mistério. Mas pelo menos recordarnos-á, ao dirigirmo-nos a Maria com seu glorioso título de “Mãe de Deus”, que não estamos utilizando uma imagem poética.

Às vezes, nossos amigos acatólicos se escandalizam daquilo que chamam a “excessiva” glorificação de Maria. Não têm inconveniente algum em chamar a Maria Mãe de Cristo; mas prefeririam morrer a chamá-la Mãe de Deus. E, não obstante, a não ser que nos disponhamos a negar a divindade de Cristo (e neste caso deixaríamos de ser cristãos), não existem razões para distinguir entre “Mãe de Cristo” e “Mãe de Deus”.

Uma mãe não é só mãe do corpo físico de seu filho; é mãe da pessoa inteira que traz em seu seio. A Pessoa completa concebida por Maria é Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. A Criança que há vinte séculos nasceu no estábulo de Belém tinha, de certo modo, Deus como Pai duas vezes: a segunda Pessoa da Santíssima Trindade tem Deus como Pai por toda a eternidade; Jesus Cristo teve Deus como Pai também quando, na Anunciação, o Espírito Santo engendrou uma Criança no seio de Maria.

Qualquer pessoa que tenha um amigo que goste de cachorros sabe a verdade que há no ditado inglês: “Se me amas, ama o meu cão”, o que poderá parecer tolo à nossa mentalidade. Mas estou certo de que qualquer homem ou mulher subscreveria esta outra afirmação: “Se me amas, ama minha mãe”.

Como pode, então, alguém afirmar que ama Jesus Cristo verdadeiramente, se não ama também sua Mãe? Os que objetam que a honra dada a Maria subtrai a que é devida a Deus; os que dizem que os católicos “adicionam” uma segunda mediação “ao único Mediador entre Deus e o homem, Jesus Cristo, Deus encarnado”, mostram que compreenderam muito pouco da verdadeira humanidade de Jesus Cristo. Porque Jesus ama a Virgem Maria não com o mero amor imparcial que Deus tem por todas as almas, não com o amor [p. 65] especial que Ele tem por

todas as almas santas; Jesus ama Maria com o amor humano perfeito que só o Homem Perfeito pode ter por uma Mãe perfeita. Quem menospreza Maria não presta um serviço a Jesus. Muito ao contrário, quem rebaixa a honra de Maria, reduzindo-a ao nível de “uma boa mulher”, rebaixa a honra de Deus numa de suas mais nobres obras de amor e misericórdia.

QUEM É JESUS CRISTO?

O maior dom da nossa vida é a fé cristã. A nossa vida inteira e a própria cultura de todo o mundo ocidental estão baseadas na firme convicção de que Jesus Cristo viveu e morreu. O normal seria que procurássemos empenhar-nos em conhecer o mais possível sobre a vida dAquele que influiu tanto em nossas pessoas como no mundo.

E, não obstante, há católicos que leram extensas biografias de qualquer personagem mais ou menos famoso, mas nunca abriram um livro sobre a vida de Jesus Cristo. Sabendo a importância que Ele tem para nós, dá pena que o nosso conhecimento de Jesus se limite, em muitos casos, aos fragmentos de Evangelho que se ouvem aos domingos na Missa.

Pelo menos, teríamos que ter lido a história completa de Jesus, tal como a contam Mateus, Marcos, Lucas e João, no Novo Testamento. E quando o tivermos feito, a narração dos Evangelhos adquirirá maior relevo se a completarmos com um bom livro sobre a biografia de Jesus. Há muitos nas livrarias e bibliotecas públicas. Nestes livros, os autores apóiam-se em seu douto conhecimento da época e costumes em que viveu Jesus, para dar corpo à concisa

narração evangélica². Para o nosso propósito, bastará aqui uma breve exposição de alguns pontos mais destacados da vida terrena de Jesus Cristo, Filho de Deus e Filho do homem. Após o nascimento de Jesus na gruta de Belém, o primeiro Natal, o acontecimento seguinte é a vida dos Magos do Oriente, guiados por uma estrela, para adorar o Rei recém-nascido. Foi um acontecimento de grande significado pra nós que não somos judeus. Foi o meio que Deus utilizou para mostrar, pública e claramente, que o Messias, o Prometido, não vinha salvar somente os judeus. Segundo a crença geral entre estes, o Messias que deveria vir pertenceria exclusivamente aos filhos de Israel e levaria a sua nação à [p. 66] grandeza e à glória. Mas, com a sua chamada aos Magos para que acorressem a Belém, Deus manifestou que Jesus vinha salvar tanto os gentios ou não judeus como o seu povo eleito. Por isso, a vinda dos Magos se conhece pelo nome grego de “Epifania”, que significa “manifestação”. Por isso também, este acontecimento tem tanta importância para você e para mim. Ainda que a festa da Epifania não seja dia santo de guarde em alguns países, por dispensa da lei geral, a Igreja concede-lhe a mesma e inclusive maior dignidade que à festa do Natal.

Depois da visita dos Magos e conseqüente fuga da Sagrada Família ao Egito paa escapar do plano de morte de Herodes, e após seu retorno a Nazaré, a ocasião seguinte em que vemos Jesus é acompanhando Maria e José a Jerusalém para celebrar a grande festa judaica da Páscoa. A história de Jesus perdido e achado no Templo, três dias mais tarde, nos é bem conhecida. Depois, o evangelista São Lucas deixa cair um véu de silêncio sobre a

² Entre as muitas biografias de Jesus, pode-se ver desde a clássica *Vida de Jesus Cristo*, de Frei Luís de Granada, até às atuais *Vida de Cristo*, de P. de Urbel (Edições Quadrante, São Paulo), e *Jesus Cristo*, de Karl Adam (N.T.).

adolescência e juventude de Jesus, que resume numa curta frase: “Jesus crescia em sabedoria e idade diante de Deus e diante dos homens” (2, 52).

Esta frase, “Jesus crescia em sabedoria”, levanta uma questão que vale a pena considerarmos por um momento: saber se Jesus, ao crescer, teve que aprender as coisas como as demais crianças. Para responder a este ponto, recordemos que Jesus tinha duas naturezas, a humana e a divina. Por isso, tinha dois tipos de conhecimento: o infinito, isto é, o conhecimento de tudo, que evidentemente Jesus, como Deus, possuía desde o princípio da sua existência no seio de Maria; e, como homem, o conhecimento humano. Por sua vez, este conhecimento humano de Jesus era de três espécies.

Jesus, em primeiro lugar, possuía o conhecimento beatífico desde o momento da sua concepção, consequência da união de sua natureza humana com uma natureza divina. Este conhecimento é similar ao que você e eu teremos quando virmos a Deus no céu. Depois, Jesus possuía também a ciência infusa, um conhecimento completo das coisas criadas –como o que Deus concedeu aos anjos e a Adão-, conferido diretamente por Deus, e que não se tem de adquirir por raciocínios laboriosos, partindo dos dados colhidos pelos sentidos. Além disso, Jesus possuía o conhecimento experimental –o conhecimento pela experiência-, que ia adquirindo à medida que crescia e se desenvolvia.

Graças a seus mapas e instrumentos, um navegante sabe que encontrará determinada ilha num ponto do oceano. Mas, ao encontrá-la, acrescentou o conhecimento experimental ao seu prévio conhecimento teórico. De modo semelhante, Jesus sabia desde o [p. 67] começo como seria, por exemplo, o andar. Mas só adquiriu o conhecimento experimental quando suas pernas

ficaram suficientemente fortes para sustentá-lo ... E assim, quando o Menino tinha doze anos, São Lucas no-lo deixa oculto em Nazaré dezoito anos mais.

Poderá ocorrer-nos perguntar por que Jesus Cristo “desperdiçou” tantos anos de sua vida na humilde obscuridade de Nazaré. Dos doze aos trinta anos, o Evangelho não nos diz absolutamente nada de Jesus, exceto que “crescia em sabedoria, idade e graça diante de Deus e diante dos homens”.

Depois, ao considerá-lo mais devagar, vemos que Jesus, com seus anos ocultos em Nazaré, está ensinando uma das lições mais importantes de que o homem pode necessitar. Deixando transcorrer tranqüilamente ano após ano, o que Ele fez foi ensinar-nos que diante de Deus não existe pessoa alguma sem importância nem trabalho algum que seja trivial.

Deus não nos mede pela importância do nosso trabalho, mas pela fidelidade com que procuramos cumprir o que pôs em nossas mãos, pela sinceridade com que nos dedicamos a fazer nossa a sua vontade.

Efetivamente, os silenciosos anos que Jesus passou em Nazaré são tão redentores como os três de vida ativa com que concluiu o seu ministério. Quando pregava pregos na oficina de José, Jesus nos redimia tão realmente como no Calvário, quando outros lhe atravessavam as mãos com eles.

“Redimir” significa recuperar algo perdido, vendido ou oferecido. Pelo pecado, o homem tinha perdido –jogou fora- seu direito de herança à união eterna com Deus, à felicidade perene no céu. O Filho de Deus feito homem assumiu a tarefa de recuperar esse direito para nós. Por isso o chamamos Redentor, e, à tarefa que realizou, redenção.

E do mesmo modo que a traição do homem a si mesmo se realiza pela negativa em dar seu amor a Deus (negativa expressada

no ato de desobediência que é o pecado), assim a tarefa redentora de Cristo assumiu a forma de um ato de amor infinitamente perfeito, expresso no ato de obediência infinitamente perfeita que abrangeu toda a sua vida na terra. A morte de Cristo na Cruz foi a culminância do seu ato de obediência; mas o que precedeu o Calvário e o que a ele se seguiu é também parte do seu Sacrifício.

Tudo o que Deus faz tem valor infinito. Por ser Deus, o menor dos sofrimentos de Cristo era suficiente para pagar o repúdio de Deus pelos homens. O mais leve calafrio que o Menino Jesus sofresse na gruta de Belém bastaria para reparar todos os pecados que os homens pudessem empilhar no outro prato da balança. [p. 68]

Mas, no plano de Deus, isso não era o bastante. O Filho de Deus realizaria seu ato de obediência infinitamente perfeita até o ponto de “aniquilar-se” totalmente, até o ponto de morrer no Calvário ou Gólgota, que significa “Lugar da Caveira”. O Calvário foi o ápice, a culminância do ato redentor. Tanto Nazaré como Belém fazem parte do caminho que a ele conduz. Pelo fato de a paixão e a morte de Cristo terem superado tanto o preço realmente necessário para satisfazer pelo pecado, Deus nos tornou patente de um modo inesquecível as duas lições paralelas da infinita maldade do pecado e do infinito amor que Ele nos tem.

Quando Jesus tinha trinta anos de idade, empreendeu a fase da sua tarefa que conhecemos comumente por vida pública. Teve começo com o primeiro milagre público nas bodas de Canã, e desenvolveu-se nos três anos seguintes. Durante esses anos, Jesus viajou de norte a sul e de leste a oeste pelo território palestino, pregando ao povo, ensinando as verdades que todos deviam

conhecer e as virtudes que deviam praticar se quisessem beneficiar-se da sua redenção.

Ainda que os sofrimentos de Cristo bastem para pagar por todos os pecados de todos os homens, isto não quer dizer que cada um de nós fique automaticamente liberado do pecado. Ainda é necessário que cada qual, individualmente, aplique a si os méritos do sacrifício redentor de Cristo, ou, no caso das crianças, que outro lhes aplique pelo Batismo.

Enquanto viajava e pregava, Jesus operou inúmeros milagres, não só movido por sua infinita compaixão, mas também (e principalmente) para provar seu direito de falar tal como o fazia. Pedir a seus ouvintes que cressem nEle como Filho de Deus era pedir muito. Por isso, ao fazer que o vissem limpar os leprosos, devolver a vista aos cegos e ressuscitar mortos, não lhes deixava lugar a dúvidas sinceras.

Além disso, durante esses três anos, Jesus lhes lembrava continuamente que o reino de Deus estava próximo. Este reino de Deus na terra –que nós denominamos igreja- seria a preparação do homem para o reino eterno do céu. A velha religião judaica, estabelecida por Deus para preparar a vinda de Cristo, ia terminar. A velha lei do temor ia ser substituída pela nova lei do amor.

Muito no começo da sua vida pública, Jesus escolheu os doze homens que iriam ser os primeiros a reger o seu reino, os primeiros bispos e sacerdotes da sua Igreja. Durante três anos instruiu e preparou seus doze Apóstolos para a tarefa de que os ia incumbir: estabelecer solidamente o reino que Ele estava fundando. [p. 69]

CAPÍTULO VIII

A REDENÇÃO

COMO TERMINA?

A ambição dos ditadores russos de agora é conquistar o mundo, propósito que começaram com o pé direito, segundo pode atestar uma dúzia de povos escravizados.

Há dois mil anos, os imperadores romanos conseguiram o que os russos agora quereriam conseguir. De fato, os exércitos de Roma haviam conquistado o mundo inteiro, um mundo muito mais reduzido que o que conhecemos hoje. Compreendia os países conhecidos do sul da Europa, do norte da África e do ocidente da Ásia. O resto do globo estava ainda por explorar. Roma tinha a mão menos pesada com seus países satélites que a Rússia de hoje com os seus. Enquanto se portavam bem e pagavam seus impostos a Roma, quase não eram incomodados. Uma guarnição de soldados romanos era destacada para cada país, e nela havia um procônsul ou governador para ficar de olho nas coisas. Mas, fora isto, permitia-se às nações conservarem seu próprio governo local

e seguirem suas próprias leis e costumes. Esta era a situação da Palestina nos tempos de Nosso Senhor Jesus Cristo. Roma era o chefe supremo, mas os judeus tinham seu próprio rei, Herodes, e eram governados pelo seu próprio parlamento ou conselho, chamado Sinédrio. Não havia partidos políticos como os que conhecemos hoje, mas algo muito parecido à nossa “máquina política” moderna. Esta máquina política compunha-se dos sacerdotes judeus, para quem política e religião eram a mesma coisa; dos fariseus, que eram os “de sangue azul” do seu tempo, e dos escribas, que eram os homens de leis. Com certas exceções, a maioria destes homens pertencia ao tipo dos que hoje chamamos “políticos aproveitadores”. Tinham empregos cômodos e agradáveis, enchendo os bolsos à custa do povo, a quem oprimiam de mil maneiras. [p. 70]

Assim andavam as coisas na Judéia e na Galiléia quando Jesus percorria seus caminhos e atalhos pregando a mensagem do amor de Deus ao homem e da esperança do homem em Deus. Enquanto fazia seus milagres e falava do reino de Deus que vinha estabelecer, muitos de seus ouvintes, tomando as suas palavras literalmente, pensavam em termos de um reino político, em vez de espiritual. Aqui e ali falavam de fazer de Jesus o seu rei, um rei que subjugaria o Sinédrio e expulsaria os odiados romanos.

Tudo isto chegou ao conhecimento dos sacerdotes, escribas e fariseus, e estes homens corrompidos começaram a temer que o povo pudesse arrebatá-los seus cômodos e proveitosos postos. Este temor converteu-se em ódio exacerbado quando Jesus condenou publicamente a sua avareza, hipocrisia e dureza de coração. Combinaram o modo de fazer calar esse Jesus de Nazaré que lhes tirava a tranqüilidade. Várias vezes enviaram sicários para matar Jesus, apedrejando-o ou lançando-o a um precipício. Mas, de cada vez, Jesus (não havia chegado ainda a sua hora)

escapuliu-se facilmente do cerco dos que pretendiam assassiná-lo. finalmente, começaram a procurar um traidor, alguém suficientemente íntimo de Jesus para que pudesse entregá-lo às suas mãos sem falhar, um homem cuja lealdade pudessem comprar. Judas Iscariotes era o homem e, infelizmente para ele, desta vez tinha chegado a hora de Jesus: estava a ponto de morrer. Sua tarefa de revelar as verdades divinas aos homens estava concluída, e Ele encerrara a preparação de seus Apóstolos. Agora esperava a chegada de Judas prostrado em seu próprio suor de sangue. Um suor que o conhecimento divino da agonia que o esperava lhe arrancava do organismo físico angustiado.

Judas chega, e os inimigos de Jesus a um julgamento que havia de ser uma paródia da justiça. A sentença de morte já tinha sido acertada pelo Sinédrio, mesmo antes de terem prestado declarações certas testemunhas subornadas e contraditórias. A acusação era bem simples: Jesus se proclamava Deus, e isso era uma blasfêmia. E como a blasfêmia era castigada com a morte, para a morte devia ir. Do Sinédrio seria conduzido a Pôncio Pilatos, o governador romano que devia confirmar a sentença, já que não se permitia às nações subjugadas ditarem uma sentença capital. Só Roma podia tirar a vida a um homem. [p. 71] Quando Pilatos se negou a condenar Jesus à morte, os chefes judeus ameaçaram o governador de criar-lhe dificuldades, denunciando-o a Roma por incompetência. O pusilânime Pilatos sucumbiu à chantagem, após alguns vãos esforços para aplacar a sede de sangue da população, permitindo que açoitassem brutalmente Jesus e o coroassem de espinhos. Meditamos estes acontecimentos ao recitar os mistérios dolorosos do Rosário ou ao fazer a

Via-Sacra. Também meditamos então o que ocorreu ao meio dia seguinte, quando ressoou no Calvário o golpear dos martelos e o

torturados Jesus pendeu da Cruz, durante três horas, morrendo finalmente, para que nós pudéssemos viver, nessa Sexta-feira que chamamos Santa.

Enquanto Jesus não morresse na Cruz, pagando pelos pecados dos homens, nenhuma alma podia entrar no céu; ninguém podia ver a Deus face a face. E, não obstante, haviam existido, de certeza, muitos homens e mulheres que tinham crido em Deus e na sua misericórdia, e guardado suas leis. Como estas almas não haviam merecido o inferno, permaneciam (até a Crucificação) num estado de felicidade puramente natural, sem visão direta de Deus. Eram muito felizes, mas com a felicidade que nós poderíamos alcançar na terra, se tudo nos corresse perfeitamente bem.

O estado de felicidade natural em que essas almas aguardavam a completa revelação da glória divina chama-se limbo. A estas almas Jesus apareceu enquanto seu corpo jazia na sepultura, para anunciar-lhes a boa nova da sua redenção; para, poderíamos dizer, acompanhá-las a apresentá-las pessoalmente a Deus Pai como suas primícias. A isto nos referimos quando rezamos no Credo que Jesus “desceu à mansão dos mortos”.

Como a morte de Jesus foi real, foi a sua alma que apareceu no limbo; seu corpo inerte, do qual a alma se havia separado, jazia no sepulcro. Durante todo este tempo, no entanto, a sua Pessoa divina permanecia unida tanto à alma como ao corpo, disposta a reuni-los de novo ao terceiro dia.

Segundo havia prometido, Jesus ressuscitou dentre os mortos ao terceiro dia. Havia prometido também que retornaria à vida por seu próprio poder, e não pelo de outro. Com este milagre daria a prova indiscutível e concludente de que era Deus.

O relato da Ressurreição, acontecimento que celebramos no Domingo da Ressurreição, é-nos demasiado conhecido para termos que repeti-lo aqui. A cega obstinação dos chefes judeus imaginava derrotar os planos de Deus colocando seus guardas junto ao sepulcro, a fim de manterem o corpo de Jesus encerrado e seguro. Porém, conhecemos o estupor dos guardas nessa madrugada e o rolar da pedra [p. 72] que fechava a entrada do sepulcro, quando Jesus saiu.

Jesus ressuscitou dentre os mortos com um corpo glorificado, idêntico ao que será o nosso depois da nossa ressurreição. Era um corpo “espiritualizado”, livre das limitações impostas pelo mundo físico. Era (e é) um corpo que não pode sofrer ou morrer; um corpo que irradiava a luminosidade e a beleza de uma alma unida a Deus; um corpo que a matéria não podia interceptar, podendo passar através de um sólido muro como se este não existisse; um corpo que não precisava caminhar com passos laboriosos, mas que podia mudar-se de um lugar para outro com a velocidade do pensamento; um corpo livre de necessidades orgânicas como comer, beber ou dormir.

Jesus, ao ressuscitar dentre os mortos, não subiu imediatamente ao céu, como teríamos imaginado. Se o tivesse feito, os cépticos que não acreditassem na sua Ressurreição (e que ainda estão entre nós) teriam sido mais difíceis de convencer. Foi em parte por este motivo que Jesus decidiu permanecer quarenta dias na terra. Durante esse tempo, apareceu a Maria Madalena, aos discípulos a caminho de Emaús e, várias vezes, aos seus Apóstolos. Mas podemos assegurar que houve mais aparições de Nosso Senhor, além das mencionadas nos Evangelhos: a pessoas (à sua Santíssima Mãe, certamente) e a multidões (São Paulo menciona uma delas, em que havia mais de quinhentas pessoas

presentes). Ninguém jamais poderá perguntar com sinceridade: “Como sabemos que ressuscitou? Quem a viu?”

Além de provar a sua ressurreição, Jesus tinha outra finalidade a cumprir nesses quarenta dias: completar a preparação e missão de seus doze Apóstolos. Na Última Ceia, na noite da Quinta-feira Santa, tinha-os ordenado sacerdotes. Agora, na noite do Domingo de Páscoa, complementa-lhes o sacerdócio, dando-lhes o poder de perdoar os pecados. Quando lhes aparece em outra ocasião, cumpre a promessa feita a Pedro e o faz cabeça da sua Igreja. Explica-lhes o Espírito Santo, que será o Espírito dador de vida na sua Igreja. Instrui-os confiando-lhes as linhas gerais do seu ministério. E, finalmente, no monte das Oliveiras, no dia em que comemoramos a Quinta-feira da Ascensão, dá aos seus Apóstolos a missão final de ir e pregar ao mundo inteiro; dá-lhes a sua última bênção e sobe aos céus.

Ali “está sentado à direita de Deus Pai”. Sendo Ele mesmo Deus, é igual ao Pai em tudo; como homem, está mais perto de Deus do que todos os santos, por sua união com Deus Pai, com autoridade suprema como Rei de todas as criaturas. À semelhança dos raios de luz que convergem numa lente, assim toda a criação [p. 73] converge nEle, desde que assumiu como própria a nossa natureza humana. Por meio da sua Igreja rege todas as questões espirituais; e inclusive em matérias puramente civis ou temporais, a sua vontade e a sua lei têm a primazia. E seu título de governante supremo dos homens está duplamente ganho por tê-los redimido e resgatado com seu precioso Sangue.

Depois da sua ascensão ao Pai, a próxima vez em que aparecerá à humanidade o seu Rei Ressuscitado será no dia do fim do mundo. Veio uma vez no desamparo de Belém; no final dos tempos virá em gloriosa majestade para julgar o mundo que seu

Pai lhe deu e que Ele mesmo comprou por tão grande preço. “Virá julgar os vivos e os mortos!”. [p. 74]

CAPÍTULO IX

O ESPÍRITO SANTO E A GRAÇA

A PESSOA DESCONHECIDA

Lemos nos Atos dos Apóstolos (19,2) que São Paulo foi à cidade de Éfeso, na Ásia. Ali encontrou um pequeno grupo que já cria nos ensinamentos de Jesus. Paulo perguntou-lhes: “Recebestes o Espírito Santo quando crestes?”. E eles responderam: “Nem sequer sabíamos que havia Espírito Santo”.

Hoje em dia, nenhum de nós desconhece o Espírito Santo. Sabemos que é uma das três Pessoas divinas que, com o Pai e o Filho, constituem a Santíssima Trindade. Sabemos também que se chama o Paráclito (palavra grega que significa “Consolador”), o Advogado (que defende a causa dos homens diante de Deus), o Espírito de Verdade, o Espírito de Deus e o Espírito de Amor. Sabemos também que vem a nós quando nos batizamos, e que continua morando em nossa alma enquanto não o rejeitamos pelo pecado mortal. E este é o total dos conhecimentos sobre o Espírito Santo para muitos católicos.

No entanto, não poderemos ter senão uma compreensão superficial do processo interior da nossa santificação se desconhecermos a função do Espírito Santo no plano divino.

A existência do Espírito Santo –e, evidentemente, a doutrina da Santíssima Trindade- era desconhecida antes de Cristo nos ter revelado essa verdade. Nos tempos do Velho Testamento, os judeus estavam rodeados de nações idólatras. Mais de uma vez trocaram o culto ao Deus único, que os havia constituído em povo eleito, pelo culto aos muitos deuses de seus vizinhos. Em consequência, Deus, por meio de seus profetas, inculcava-lhes insistentemente a idéia da *unidade* divina. Não complicou as coisas revelando ao homem pré-cristão que existem três Pessoas em Deus. Havia de ser Jesus Cristo quem nos comunicasse este vislumbre maravilhoso da natureza íntima da Divindade. [p. 75]

É oportuno recordar aqui brevemente a essência da natureza divina, na medida em que temos capacidade para entendê-la. Sabemos que o conhecimento que Deus tem de Si mesmo é um conhecimento infinitamente perfeito. Quer dizer, a “imagem” que Deus tem de Si na sua mente divina é uma representação *perfeita* de Si mesmo. Porém, essa representação não seria *perfeita* se não fosse uma representação *viva*. Viver, existir, é próprio da natureza divina. Uma imagem mental de Deus que não vivesse, não seria uma representação perfeita.

A imagem viva de Si mesmo que Deus tem em sua mente, a idéia de Si que Deus está gerando desde toda a eternidade em sua mente divina, chama-se Deus Filho. Poderíamos dizer que Deus Pai é Deus no ato eterno de “pensar-se a Si mesmo”; Deus Filho é o “pensamento” vivo (e eterno) que se gera nesse ato de pensar. E ambos, o Pensador e o Pensado, existem na mesma e única natureza divina. Há um só Deus, mas em duas Pessoas.

Mas não acaba aqui. Deus Pai e Deus Filho contemplam cada um a amabilidade infinita do outro. E flui assim entre estas duas Pessoas um Amor divino. É um amor tão perfeito, de tão infinito ardor, que é um amor *vivo*, a que chamamos Espírito Santo, a terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Como dois vulcões que trocam entre si uma mesma corrente de fogo, o Pai e o Filho se correspondem eternamente com esta Chama Viva de Amor. Por isso dizemos no Credo Niceno que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho.

Esta é a vida interior da Santíssima Trindade: Deus que conhece, Deus conhecido e Deus que ama e é amado. Três divinas Pessoas, cada uma distinta das outras duas em sua relação com elas e, ao mesmo tempo, possuidora da mesma e única natureza divina em absoluta unidade. Possuindo por igual a natureza divina, não há subordinação de uma Pessoa a outra. Deus Pai não é mais sábio que Deus Filho, Deus Filho não é mais poderoso que Deus Espírito Santo.

Devemos precaver-nos também para não imaginar a Santíssima Trindade em termos temporais. Deus Pai não “veio” em primeiro lugar, e depois, um pouco mais tarde, Deus Filho, e por último Deus Espírito Santo. Este processo de conhecimento e amor que constitui a vida íntima da Trindade existe desde toda a eternidade; não teve princípio.

Antes de começarmos a estudar o Espírito Santo em particular, há outro ponto que conviria ter presente: as três Pessoas divinas não somente estão unidas numa natureza divina, mas estão unidas *cada uma às outras*. Cada um está em cada uma das outras, numa unidade inseparável, de certo modo igual à das três cores primárias [p. 76] do espectro, que estão (por natureza) inseparavelmente unidas na radiação uma e incolor a que chamamos luz. É possível, certamente, fraccionar um raio de luz

por meios artificiais, como um prisma, e fazer um arcoíris. Mas se deixarmos o raio tal como é, o vermelho está no azul, o azul no amarelo e o vermelho nos dois: é um só raio de luz.

Nenhum exemplo pode ser adequado se o aplicarmos a Deus. Mas, por analogia, poderíamos dizer que, assim como as três cores do espectro estão inseparavelmente presentes cada uma nas outras, na Santíssima Trindade o Pai está no Filho, o Filho no Pai e o Espírito Santo em ambos. Onde está um, estão os três. Para o caso de alguém estar interessado em conhecer os termos teológicos, a inseparável unidade das três Pessoas divinas chama-se “circumincessão”.

Muitos de nós estudamos fisiologia e biologia na escola. Como resultado, temos uma noção bastante boa do que se passa em nosso corpo. Mas as idéias não são tão claras quanto ao que se passa em nossa alma. Referimo-nos com facilidade à graça –atual e santificante-, à vida sobrenatural, ao crescimento em santidade. Mas como é que responderíamos se nos perguntassem o *significado* destes termos?

Para dar uma resposta adequada, teríamos que compreender antes a função que o Espírito Santo desempenha na santificação de uma alma. Sabemos que o Espírito Santo é o Amor infinito que flui eternamente entre o Pai e o Filho. É o Amor em pessoa, um amor *vivo*. E tendo sido o amor de Deus pelos homens o que o induziu ao Espírito de Amor –ao Espírito Santo- as operações da graça na alma.

Não obstante, devemos ter presente que as três Pessoa divinas são inseparáveis. Em termos humanos (mas teologicamente não exatos), diríamos que, fora da natureza divina, nenhuma das três Pessoas atua separadamente ou sozinha. Dentro dela, dentro de Deus, cada Pessoa tem a sua atividade própria, a

sua própria *relação* particular com as demais. Deus Pai é Deus conhecendo-se a Si mesmo, “vendo-se” a Si mesmo; Deus Filho é a imagem viva de Deus em Si; e Deus Espírito Santo é o amor de Deus por Si mesmo.

Porém, “fora de Si mesmo” (se é possível expressar-nos tão amplamente), Deus atua somente na sua perfeita unidade; nenhuma Pessoa divina faz coisa alguma sozinha. O que uma Pessoa divina faz, as três o fazem. Fora da natureza divina, quem atua é sempre a Santíssima Trindade.

Utilizando um exemplo muito caseiro e inadequado, diríamos que o único lugar em que meu cérebro, coração e pulmões atuam [p. 77] por si mesmos é dentro de mim; cada um desenvolve ali a sua função em benefício dos demais. Mas, *fora* de mim, cérebro, coração e pulmões atuam inseparavelmente juntos. Para onde quer que eu vá, faça o que fizer, os três funcionam em unidade. Nenhum se ocupa numa atividade à parte.

Mas muitas vezes falamos como se o fizessem. Dizemos que um homem tem “bons pulmões”, como se a sua voz dependesse só deles; que está “descoroçoado”, como se o valor e a energia fossem coisa exclusiva do coração; que tem “boa cabeça”, como se o cérebro nela contido pudesse funcionar sem sangue e oxigênio. Atribuímos uma função a um órgão determinado, quando quem a realiza são todos eles juntos.

Agora podemos dar o tremendo salto que nos eleva da nossa baixa natureza humana às três Pessoas vivas que constituem a Santíssima Trindade. Talvez compreendamos um pouquinho melhor por que a tarefa de santificar as almas se atribui ao Espírito Santo. Já que Deus Pai é a origem do princípio da atividade divina que atua na Santíssima Trindade (a atividade de conhecer e

amar), é considerado o começo de tudo. Por esta razão atribuímos ao Pai a criação, embora de fato seja a Santíssima Trindade quem cria, tanto o universo como as almas individuais. O que faz uma Pessoa divina, fazem-no as três. Mas *apropriamos* ao Pai o ato da criação porque, pela sua relação com as outras duas Pessoas, a função de criar lhe convém melhor.

Depois, como Deus uniu a Si uma natureza humana –na Pessoa de Jesus Cristo- por meio da segunda Pessoa, atribuímos a tarefa da redenção a Deus Filho, Sabedoria viva de Deus Pai. O Poder infinito (o Pai) decreta a redenção; a Sabedoria infinita (o Filho) a realiza. No entanto, quando nos referimos a Deus Filho como Redentor, não perdemos de vista que Deus Pai e Deus Espírito Santo estavam também inseparavelmente presentes em Jesus Cristo. Falando em termos absolutos, foi a Santíssima Trindade quem nos redimiu. Mas *apropriamos* ao Filho o ato da redenção.

Finalmente, com o trabalho de santificação das almas é eminentemente um trabalho do amor divino (enquanto diferente das tarefas de poder ou de sabedoria), atribuímos a obra da santificação ao Espírito Santo. Afinal de contas, Ele é o Amor divino personificado. Basicamente, quem nos santifica é Deus, a Santíssima Trindade. Mas *apropriamos* a ação da graça ao Espírito Santo.

Nos parágrafos anteriores escrevi a palavra “apropriar” em grifo, porque esta é a palavra exata utilizada pela ciência teológica para descrever a forma de “dividir” as atividades da Santíssima Trindade entre as três Pessoas divinas. O que uma Pessoa faz, as três [p. 78] o fazem. E, no entanto, certas atividades parecem mais *apropriadas* a uma Pessoa que às outras. Em conseqüência, os teólogos dizem que Deus Pai é o Criador, por apropriação; Deus

Filho, por apropriação, o Redentor; e Deus Espírito Santo, por apropriação, o Santificador.

Tudo isto poderá parecer desnecessariamente técnico ao leitor médio, mas poderá ajudar-nos a entender o que quer dizer o catecismo quando, por exemplo, afirma: “O Espírito Santo habita na Igreja como fonte da sua vida e santifica as almas por meio do dom da graça”. O Amor de Deus realiza esta atividade, mas a sua sabedoria e o seu poder também estão presentes.

O QUE É A GRAÇA?

A palavra “graça” tem muitos significados. Pode significar “encanto”, quando dizemos: “Ela se movimentava pela sala com graça”. Pode significar “benevolência”, se dizemos: “É uma graça que espero alcançar da sua bondade”. Pode significar “agradecimento”, como na ação de graças das refeições. E qualquer um de nós poderia pensar em media dúzia mais de exemplos em que a palavra “graça” se usa habitualmente.

Na ciência teológica, porém, *graça* tem um significado muito estrito e definido. Antes de mais nada, designa um dom de Deus. Não qualquer tipo de dom, mas um que é muito especial. A própria vida é um dom divino. Para começar, Deus não tinha obrigação de criar a humanidade e muito menos de criar-nos a você e a mim como indivíduos. E tudo o que acompanha a vida é também dom de Deus. O poder de ver e falar, a saúde, os talentos que possamos ter –cantar, desenhar ou cozinhar um prato-, absolutamente tudo é dom de Deus. Mas são dons que chamamos *naturais*. Fazem parte da nossa natureza humana. Existem certas qualidades que têm que acompanhar necessariamente uma criatura

humana, tal como Deus a designou. E propriamente não podem chamar-se *graças*.

Em teologia, a palavra “graça” reserva-se para descrever os dons a que o homem não tem direito, nem sequer remotamente, dons a que a sua natureza humana não lhe dá acesso. A palavra “graça” usa-se para nomear os dons que estão *sobre* a natureza humana. Por isso dizemos que a graça é um dom *sobrenatural* de Deus.

Mas a definição está ainda incompleta. Há dons de Deus que são sobrenaturais, mas, em sentido estrito, não se podem chamar graças. Por exemplo, uma pessoa com câncer incurável pode curar-se [p. 79] milagrosamente em Lourdes. Neste caso, a saúde desta pessoa seria um dom sobrenatural, pois tinha-lhe sido restituída por meios que ultrapassam a natureza. Mas, se quisermos falar com precisão, esta cura não seria uma *graça*. Há também outros dons que, sendo sobrenaturais na sua origem, não se podem qualificar como graças. Por exemplo, a Sagrada Escritura, a Igreja ou os sacramentos são dons sobrenaturais de Deus. Mas este tipo de dons, por sobrenaturais que sejam, atuam fora de nós. Não seria incorreto chamá-los “graças externas”. A palavra “graça”, porém, quando utilizada em sentido simples e por si, refere-se àqueles dons *invisíveis* que residem e operam na alma. Assim, precisando um pouco mais a nossa definição, diremos que graça é um dom sobrenatural e *interior* de Deus.

Mas isto nos levanta imediatamente outra questão. Às vezes, Deus dá a alguns eleitos o poder de predizer o futuro. É um dom sobrenatural e interior. Chamaremos graça ao dom de profecia? Mais ainda, um sacerdote tem o poder de mudar o pão e o vinho no corpo e no sangue de Cristo e de perdoar os pecados. São, certamente, dons sobrenaturais e interiores. Serão graças? A

resposta é não a ambas as perguntas. Estes poderes, ainda que sejam sobrenaturais e interiores, são dados para benefício de outros, não daquele que os possui. O poder que tem um sacerdote de oferecer a Missa não lhe foi dado para si mesmo, mas para o Corpo Místico de Cristo. Um sacerdote poderia estar em pecado mortal, mas a sua Missa seria válida e obteria graças para os outros. Poderia estar em pecado mortal, mas as suas palavras de absolvição perdoariam aos outros os seus pecados. Isto nos leva a acrescentar outro elemento à nossa definição de graça: é um dom sobrenatural e interior de Deus, concedido *para nossa própria salvação*.

Uma última questão: se a graça é um dom de Deus, a que não temos absolutamente nenhum direito, por que nos é concedida? As primeiras criaturas (conhecidas) a quem se concedeu a graça foram os anjos e Adão e Eva. Não nos surpreende que, sendo Deus a bondade infinita, tenha dado a sua graça aos anjos e aos nossos primeiros pais. Não a *mereceram*, é certo, mas, embora não tivessem *direito* a ela, não eram positivamente indignos desse dom.

Não obstante, depois que Adão e Eva pecaram, eles (e nós, seus descendentes) não só não mereciam a graça, como eram *indignos* (e com eles, nós) de qualquer dom além dos naturais ordinários próprios da natureza humana. Como se pode satisfazer a justiça infinita de Deus, ultrajada pelo pecado original, para que a sua bondade infinita pudesse atuar de novo em benefício dos homens?

A resposta arredondará a definição de graça. Sabemos que foi [p. 80] Jesus Cristo que, por sua vida e morte, deu a satisfação devida à justiça divina pelos pecados da humanidade. Foi Jesus Cristo quem nos ganhou e mereceu a graça que Adão, com tanta

precipitação, havia perdido. E assim completamos a nossa definição dizendo: *A graça é um dom de Deus, sobrenatural e interior, que nos é concedido pelos méritos de Jesus Cristo para nossa salvação.*

Uma alma, ao nascer, está às escuras e vazia, sobrenaturalmente morta. Não existe laço de união entre a alma e Deus. Não têm comunicação. Se alcançássemos o uso da razão sem o Batismo e morrêssemos sem cometer um só pecado pessoal (uma hipótese puramente imaginária, virtualmente impossível), não poderíamos ir para o céu. Entraríamos num estado de felicidade natural a que, por falta de outra palavra melhor, chamamos limbo. Mas nunca veríamos a Deus face a face, como Ele é realmente.

A este ponto merece ser repetido: por natureza, nós, seres humanos, não temos *direitos* à visão direta de Deus, que é a felicidade essencial do céu. Nem sequer Adão e Eva, antes da sua queda, tinham *direito* algum à glória. De fato, a alma humana, no estado que poderíamos chamar puramente natural, não tem o poder de ver a Deus; simplesmente, não tem capacidade para uma união íntima e pessoal com Deus.

Mas Deus não deixou o homem em seu estado puramente natural. Quando criou Adão, dotou-o de tudo o que é próprio de um ser humano. Mas foi mais longe, e deu também à alma de Adão certa qualidade ou poder que lhe permitia viver em íntima (ainda que invisível) união com Ele nesta vida. Esta qualidade especial da alma –este poder de união e intercomunicação com Deus- está *acima* dos poderes *naturais* da alma, e por esta razão chamamos à graça uma qualidade *sobrenatural* da alma, um dom sobrenatural.

O modo que Deus teve de comunicar esta qualidade ou poder especial à alma de Adão foi a sua própria habitação nela. De uma

maneira maravilhosa, que será para nós um mistério até o dia do Juízo, Deus “fixou morada” na alma de Adão. E, assim como o sol comunica luz e calor à atmosfera que o rodeia, Deus comunicava à alma de Adão esta qualidade sobrenatural que é nada menos que a participação, até certo ponto, na própria vida divina. A luz solar não é o sol, mas é o resultado da sua presença. A qualidade sobrenatural de que falamos é distinta de Deus, mas fui dEle e é o resultado da sua presença na alma.

Esta qualidade sobrenatural da alma produz outro efeito. Não só nos torna capazes de ter uma união e comunicação íntima com Deus nesta vida, como também prepara a alma para outro dom que [p. 81] Deus lhe acrescentará após a morte: o dom da visão sobrenatural, o poder de ver a Deus face a face, tal como Ele é realmente.

O leitor já terá reconhecido nesta “qualidade sobrenatural da alma”, de que venho falando, o dom de Deus a que os teólogos chamam “graça santificante”. Descrevi-a antes de nomeá-la, na esperança de que o nome tivesse mais plena significação quando chegássemos a ele. E o dom acrescentado da visão sobrenatural após a morte é aquele a que os teólogos chamam em latim *lumen gloriae*, isto é, “luz de glória”. A graça santificante é a preparação necessária, um pré-requisito desta luz de glória. Como uma lâmpada elétrica se tornaria inútil se não houvesse uma tomada onde ligá-la, assim a luz de glória não poderia aplicar-se à alma que não possuísse a graça santificante.

Mencionei atrás a graça santificante referida a Adão. Deus, no mesmo ato em que o criou, colocou-o acima do simples nível natural, elevou-o a um destino sobrenatural conferindo-lhe a graça santificante. Pelo pecado original, Adão perdeu esta graça para si

e para nós. Jesus Cristo, por sua morte na cruz, transpôs o abismo que separava o homem de Deus. O destino sobrenatural do homem foi restaurado. A graça santificante é comunicada a cada homem individualmente no sacramento do Batismo.

Quando nos batizamos, recebemos a graça santificante pela primeira vez. Deus (o Espírito Santo, por “apropriação”) estabelece a sua morada em nós. Com sua presença, comunica à alma essa qualidade sobrenatural que faz com que Deus –de uma maneira grande e misteriosa- se veja em nós e, conseqüentemente, nos ame. E posto que esta graça santificante nos foi ganha por Jesus Cristo, por ela estamos unidos a Ele, compartilhamo-la com Cristo –e Deus, por conseguinte, nos vê como a seu Filho –a cada um de nós se torna filho de Deus.

Às vezes, a graça santificante é chamada graça habitual, porque a sua finalidade é ser a condição habitual, permanente, da alma. Uma vez unidos a Deus pelo Batismo, dever-se-ia conservar sempre essa união, invisível aqui, visível na glória.

A GRAÇA QUE VAI E VEM

Deus nos fez para a visão beatífica, para essa união pessoal que é a essência da felicidade do céu. Para nos tornar capazes de vê-lo diretamente, dar-nos-á um poder sobrenatural, a que chamamos *lumen gloriae*. Esta luz de glória, no entanto, não poderá ser concedida senão à alma já unia a Deus pelo dom prévio a que [p. 82] chamamos graça santificante. Se entrássemos na eternidade sem essa graça santificante, teríamos perdido Deus para sempre.

Uma vez recebida a graça santificante no Batismo, é questão de vida ou morte que conservemos este dom até o fim. E se nos

ferisse essa catástrofe voluntária que é o pecado mortal, seria de uma terrível urgência recuperarmos o precioso dom que o pecado nos arrebatou, o dom da vida espiritual que é a graça santificante e que teríamos matado em nossa alma.

É também importante que incrementemos a graça santificante da nossa alma: ela *pode* crescer. Quanto mais uma alma se purifica de si, melhor corresponde à ação de Deus. Na medida em que diminui o eu, aumenta a graça santificante. E o *grau* da nossa graça santificante determinará o grau da nossa felicidade no céu. Duas pessoas podem contemplar o teto da Capela Sixtina e ter um prazer completo à vista da obra mestra de Miguel Ângelo. Mas a que tiver melhor formação artística obterá um prazer maior que a outra, de gosto menos cultivado. A de menor gosto artístico ficará totalmente satisfeita; nem sequer se dará conta de que perde algo, ainda que esteja perdendo muito. De um modo semelhante, todos seremos perfeitamente felizes no céu. Mas o *grau* da nossa felicidade dependerá da acuidade espiritual da nossa visão. E esta, por sua vez, depende do grau em que a graça santificante tiver impregnado a nossa alma.

Estas são, pois, as três condições em relação à graça santificante: primeiro, que a conservemos permanentemente até o fim; segundo, que a recuperemos imediatamente se a perdemos pelo pecado mortal; terceiro, que procuremos crescer em graça, com a ânsia de quem vê o céu como meta.

Mas nenhuma destas condições é fácil de cumprir, nem sequer possível. Como a vítima de um bombardeio que vagueia débil e obnubilada por entre as ruínas, assim a natureza humana se tem arrastado através dos séculos, desde a explosão que a rebelião do pecado original provocou: com o juízo permanentemente distorcido, com a vontade permanentemente debilitada. Custa tanto reconhecer o perigo a tempo! É tão difícil admitir com

sinceridade o bem maior que devemos praticar! É tão duro afastar o olhar da hipnótica sugestão do pecado! Por estas razões, a graça santificante, como um rei rodeado de servidores, se faz preceder e acompanhar por um conjunto de auxílios especiais de Deus. Estes auxílios são as graças atuais. Uma graça atual é o *impulso* transitório e momentâneo, a descarga de energia espiritual com que Deus toca a alma, algo parecido à pancada que um mecânico dá com a mão à roda, para mantê-la em movimento. [p. 83]

Uma graça atual pode atuar sobre a mente ou a vontade, normalmente sobre as duas. E Deus a concede sempre para um dos três fins que mencionamos acima: preparar o caminho para infundir a graça santificante (ou restaurá-la se a perdemos), conservá-la na alma ou incrementá-la. Podemos esclarecer o modo como a graça atual opera descrevendo a sua ação numa pessoa imaginária que tivesse perdido a graça santificante pelo pecado mortal.

Primeiro, Deus ilumina a mente do pecador para que veja o mal que cometeu. Se aceita esta graça, admitirá para si: “Ofendi a Deus em matéria grave; cometi um pecado mortal”. O pecador pode, evidentemente, repelir esta primeira graça e dizer: “Isso que fiz não foi tão mau; muita gente faz coisas piores”. Se repele a primeira graça, provavelmente não terá uma segunda. No curso normal da providência divina, uma graça gera a seguinte. Este é o significado das palavras de Jesus: “Dar-se-á ao que tem, e terá em abundância; mas, ao que não tem, tirar-se-á mesmo aquilo que julga ter”. (Mt 25, 29).

Suponhamos, porém, que o pecador aceita a primeira graça. Então virá a segunda. Desta vez será um fortalecimento da vontade que lhe permitirá fazer um ato de contrição: “Meu Deus –gerará ele por dentro-, se morresse assim perderia o céu e iria para o

inferno. Com que ingratidão paguei o teu amor! Meu Deus, não farei isso nunca mais!”. Se a contrição do pecador for perfeita (se o seu motivo principal for o amor a Deus), a graça santificante retornará imediatamente à sua alma; Deus reatará imediatamente a união com esta alma. Se a contrição for imperfeita, baseada principalmente no temor à justiça divina, haverá um novo impulso da graça. Com a mente iluminada, o pecador dirá: “Preciso confessar-me”. Sua vontade fortalecida decidirá: “*Vou confessar-me*”. E no sacramento da Penitencia a sua alma recobrará a graça santificante. Está aqui um exemplo concreto de como opera a graça atual.

Sem a ajuda de Deus, não poderíamos alcançar o céu. Assim tão simples é a função da graça. Sem a graça santificante, não seremos *capazes* da visão beatífica. Sem a graça atual, não seremos *capazes* de nos manter em graça santificante por um período longo de tempo. Sem a graça atual, não poderíamos recuperar a graça santificante no caso de a termos perdido.

Em vista da absoluta necessidade da graça, é reconfortante recordar outra verdade que também é matéria de fé: que Deus dá a cada alma a graça santificante para alcançar o céu. Ninguém se condena a não ser por culpa própria, por não *utilizar* as graças que Deus lhe dá.

Porque podemos, sem dúvida, repelir a graça. A graça de Deus atua em e por meio da vontade humana. Não destrói a nossa [p. 84] liberdade de escolha. É verdade que a graça faz quase todo o trabalho, mas Deus requer a nossa cooperação. De nossa parte, a única coisa que podemos fazer é não levantar obstáculos à ação da graça em nossa alma.

Referimo-nos principalmente às graças atuais, a esses impulsos divinos que nos inclinam a conhecer o bem e a realizá-lo, talvez um exemplo para ilustrar a relação da graça com o livre arbítrio.

Suponhamos que uma doença me reteve na cama por longo tempo. Já estou convalescente, mas tenho que aprender a andar de novo. Se tentar fazê-lo sozinho, cairei de bruços pela cintura e eu me apóio firmemente em seu ombro. Suavemente, passeia-me pelo quarto. Já ando outra vez! É verdade que quase todo o trabalho, quem o realiza é o meu amigo, mas há uma coisa que ele não pode fazer por mim: que os meus pés se levantem do chão. Se eu não tentasse pôr um pé diante do outro, se não fizesse mais do que pendurar-me do ombro do amigo como um peso morto, seu esforço seria inútil. Apesar da sua ajuda, eu não andaria.

Do mesmo modo, podemos fazer com que muitas graças de Deus se desperdicem. A nossa indiferença ou indolência ou, pior ainda, a nossa resistência voluntária, podem frustrar a ação de graça divina em nossa alma. Evidentemente, se Deus quisesse, poderia dar-nos tanta graça que a nossa vontade humana seria arrebatada por ela, quase sem esforço da nossa parte. Esta graça é a que os teólogos chamam *eficaz*, para distingui-la da graça meramente suficiente. A graça eficaz sempre alcança o seu objetivo. Não só é *suficiente* para as nossas necessidades espirituais, como, além disso, é poderosa o bastante para vencer a fraqueza ou o endurecimento que poderiam levar-nos a descurar ou a resistir à graça.

Estou certo de que todos nós tivemos alguma vez experiências como esta: encontramos numa violenta tentação; talvez saibamos por experiência que tentações deste tipo nos vencem ordinariamente. Murmuramos uma oração, mas com pouca convicção; nem sequer estamos certos de *querer* ser ajudados. Porém, num instante, a tentação desaparece. Depois, ao refletir sobre isso, não podemos dizer honestamente que *vencemos* a tentação, que foi como se se tivesse evaporado.

Também já sabemos o que é realizar uma ação que, para o nosso modo de ser, surpreende por sua abnegação, generosidade ou desprendimento. Experimentamos uma sensação agradável. Mas não temos outro remédio senão admitir: “Realmente, eu não sou assim.”

Em ambos os exemplos, as graças recebidas não eram apenas *suficientes*, mas também eficazes. As graças destes exemplos são de [p. 85] um tipo bem mais relevante, mas, ordinariamente, sempre que fazemos o bem ou nos abtemos de um mal, a nossa graça foi eficaz, cumpriu seu fim. E isto é verdade mesmo quando sabemos que nos esforçamos, mesmo quando sentimos ter travado uma batalha.

Penso que, na verdade, uma de nossas maiores surpresas no dia do Juízo será descobrir *o pouco* que fizemos pela nossa salvação. Ficaremos atônitos ao saber como a graça de Deus nos rodeou, continua e completamente, e nos acompanhou ao longo da nossa vida. Aqui, muito poucas vezes reconhecemos a mão de Deus. Numa ou noutra ocasião não podemos deixar de reconhecer: “A graça de Deus esteve comigo”, mas no dia do Juízo veremos que, por cada graça que tenhamos notado, houve outras cem ou dez mil que nos passaram totalmente despercebidas.

E a nossa surpresa se misturará com um sentimento de vergonha. Passamos a vida felicitando-nos por nossas pequenas vitórias: o copo de vinho a mais a que dissemos não; os planos para sair com aquela pessoa que nos era ocasião de pecado, e a que soubemos renunciar; a réplica mordaz ou irada que não deixamos escapar da boca; o saber vencer-nos para saltar da cama e ir à Missa, quando o nosso corpo cansado nos gritava seus protestos... No dia do Juízo teremos a primeira visão objetiva de nós mesmos. Possuiremos um quadro completo da ação da graça em nossa vida e veremos que pouco contribuímos para as nossas decisões

heróicas e para as nossas ações presumivelmente nobres. Quase podemos imaginar nosso Pai Deus sorrindo, amoroso e divertido ao ver a nossa confusão, enquanto nos ouve exclamar envergonhados: “Meu Deus, mas se sempre e em tudo era Tu!”.

FONTE DE VIDA

Sabemos que há duas fontes de graça divina: a oração e os sacramentos. Uma vez recebida pelo Batismo, a graça santificante cresce na alma mediante a oração e os outros seis sacramentos. Se a perdêssemos pelo pecado mortal, nós a recuperaríamos por meio da oração (que nos prepara para receber o perdão) e do sacramento da Penitência.

A oração se define como “uma elevação da mente e do coração a Deus para adorá-lo, dar-lhe graças e pedir-lhe o que necessitamos.” Podemos elevar nossa mente e coração mediante o uso de palavras e dizer: “Meu Deus, arrependo-me de meus pecados”, ou “Meu Deus, amo-te”, falando com Deus com toda a naturalidade, com nossas próprias palavras ou utilizando palavras escritas por outros, fazendo por *entender* o que dizemos. [p. 86]

Estas “fórmulas estabelecidas” podem ser orações compostas privadamente (embora com aprovação oficial), como as que encontramos num devocionário ou numa estampa; ou podem ser litúrgicas, quer dizer, orações oficiais da Igreja, do Corpo Místico de Cristo, como as orações da Missa, do Breviário ou de várias funções sagradas. A maioria destas orações, como os Salmos e os Cânticos, foram tiradas da Bíblia, e por isso são palavras inspiradas pelo próprio Deus.

Podemos, pois, rezar com nossas próprias palavras ou com as de outros. Podemos usar orações privadas ou litúrgicas. Seja

qual for a origem das palavras que utilizamos, enquanto estas forem predominantes em nossa oração, serão *oração vocal*. E serão oração vocal mesmo que não as pronunciemos em voz alta, mesmo que as digamos silenciosamente para nós mesmos. Não é o tom da voz, mas o uso de palavras que define a oração vocal. É um tipo de oração utilizado universalmente, quer pelos muito santos quer pelos que não o são tanto.

Mas há outro tipo de oração que se chama *mental*. Neste caso, a mente e o coração fazem todo o trabalho sem recorrer a palavras. Quase todo o mundo, numa ocasião ou noutra, faz oração deste tipo, normalmente sem perceber. Se eu vejo um crucifixo e me vem ao pensamento o muito que Jesus sofreu por mim, ou como são pequenas as minhas contrariedades comparadas com os seus padecimentos, e resolvo ter mais paciência de hoje em diante, estou fazendo oração mental.

Esta oração, em que a mente considera alguma verdade divina –talvez algumas palavras ou ações de Cristo- e, como consequência, o coração (na realidade, a *vontade*) é movido a um maior amor e fidelidade a Deus, chama-se também usualmente meditação. Ainda que seja verdade que quase todos os católicos praticantes fazem alguma oração mental, ao menos de vez em quando, convém ressaltar que normalmente não poderá haver um crescimento espiritual apreciável se não se dedicar parte do tempo da oração a fazer regularmente uma oração mental. Tanto é assim, que o Direito Canônico da Igreja estabelece que todo sacerdote dedique diariamente um certo tempo à oração mental. A maioria das ordens religiosas prescreve para seus membros pelo menos uma hora diária de oração mental.

Para um fiel comum, uma maneira muito simples e frutuosa de fazer oração mental será ler um capítulo do Evangelho todos os dias. Terá que procurar uma hora e um lugar livres de ruídos e

distrações, e proceder à leitura com pausada meditação. Depois, dedicará alguns minutos a ponderar em sua mente o que leu, fazendo que cale fundo e aplicando-o à sua vida pessoal, o que o levará ordinariamente a formular algum propósito. [p. 87]

Além da meditação que consideramos, existe outra forma de oração mental –uma forma mais elevada de oração-, que se chama contemplação. Estamos acostumados a ouvir que os santos foram “contemplativos”, e o mais certo é que pensemos que a contemplação é coisa reservada a conventos e mosteiros. No entanto, a contemplação é algo a que todo cristão deveria tender. É uma forma de oração a que a nossa meditação nos conduzirá gradualmente, se nos aplicarmos a ela *regularmente*.

É difícil descrever a oração contemplativa, porque há muito pouco que descrever. Poderíamos dizer que é o tipo de oração em que a mente e o coração são elevados a Deus e nEle descansam. A mente ao menos está inativa. Os movimentos que possa haver são só do coração (ou vontade) para Deus. Se há “trabalho”, é feito pelo próprio Deus, que agora pode agir com toda a liberdade no coração que tão firmemente aderiu a Ele.

Antes de que alguém exclame: “Eu nunca poderei contemplar!”, deixem que lhes pergunte: “Alguma vez vocês se ajoelharam (ou sentaram) numa igreja silenciosa, talvez depois da Missa ou ao sair do trabalho, e permaneceram ali alguns minutos, sem pensamentos conscientes, talvez apenas olhando o sacrário, sem meditar, unicamente com uma espécie de *ânsia*; e saíram da Igreja com uma sensação desacostumada de fortaleza, decisão e paz?” Se foi assim, *praticaram* a oração de contemplação, quer o soubessem ou não. Então, não digamos que a oração de contemplação está fora das nossas possibilidades. É o tipo de oração que Deus quer que *todos* nós alcancemos; é o tipo de oração a que as demais –a vocal (tanto privada como litúrgica) e a

mental- tendem a conduzir-nos. É o tipo de oração que mais contribui para o nosso crescimento em graça.

Esta nossa maravilhosa vida interior –esta participação na própria vida de Deus que é a graça santificante- cresce com a oração. Cresce também com os sacramentos que se seguem ao Batismo. A vida de um bebê desenvolve-se com cada inspiração que faz, com cada grama de alimento que toma, com cada movimento de seus músculos informes. Assim também os outros seis sacramentos constroem sobre a primeira graça que o Batismo infundiu na alma. E isso também é verdade com relação ao sacramento da Penitencia. Ordinariamente, pensamos que o sacramento do perdão é o sacramento que devolve a vida quando se perdeu a graça santificante pelo pecado mortal. Não há dúvida de que esse é o fim primário da Penitencia. Mas, além de ser remédio que devolve a vida, é remédio que a revigora. Imaginar que se trata de um sacramento exclusivamente reservado ao perdão dos pecados mortais seria um erro [p. 88] sumamente infeliz. A Penitencia tem um fim secundário: para a alma que já está em estado de graça, é um sacramento tão dador de vida como é a Sagrada Eucaristia. Por isso o recebem com freqüência os que não querem conformar-se com uma vida espiritual medíocre.

No entanto, o sacramento que é fonte de vida por excelência é o da Sagrada Escritura. Mais que nenhum outro, enriquece e intensifica a vida da graça em nós. A própria forma do sacramento no-lo diz. Na Sagrada Escritura, Deus vem a nós, não pela limpeza de uma lavagem com água, não por uma confortadora unção com azeite, não por uma imposição de mãos transmissora de poder, mas como alimento e bebida sob as aparências do pão e do vinho.

Esta vida dinâmica que nos arrebatava para cima, e a que chamamos graça santificante, é o resultado da união da alma com

Deus, da habitação pessoal de Deus em nossa alma. Não há sacramento que nos una tão direta e intimamente a Deus como a Sagrada Eucaristia. E isto é verdade, quer pensemos nela em termos da Santa Missa como da Comunhão.

Na Missa, nossa alma se ergue, como a criança que busca o peito de sua mãe, até o seio da Santíssima Trindade. Quando nos unimos a Cristo na Missa, Ele junta o nosso amor a Deus ao seu amor infinito. Fazemo-nos parte do dom de Si mesmo que Cristo oferece ao Deus Uno e Trino neste Calvário perene. Poderíamos dizer que Cristo nos toma consigo e nos introduz nessa profundidade misteriosa que é a vida eterna de Deus. A Missa nos leva tão perto de Deus que não é de surpreender que seja para nós fonte e multiplicador efficacíssimo da graça santificante.

Mas o fluxo de vida não pára aí, pois na Consagração tocamos a divindade. O processo se torna reversível, e nós, que com Cristo e em Cristo tínhamos chegado até Deus, recebemo-lo quando, por sua vez, em Cristo e por Cristo Ele desce a nós. Numa união misteriosa, que deve deixar atônitos os próprios anjos, Deus vem a nós. Agora não usa água ou óleo, gestos ou palavras, como veículo da sua graça. Agora é o próprio Jesus Cristo, o Filho de Deus real e pessoalmente presente sob as aparências de pão, quem faz subir vertiginosamente o nível da graça santificante em nós.

Só a Missa, mesmo sem Comunhão, já é uma fonte de graça sem limites para o membro do Corpo Místico de Cristo que esteja espiritualmente vivo. Em cada um de nós, as graças da Missa crescem à medida que consciente e ativamente nos unimos ao oferecimento que Cristo faz de Si mesmo. Quando as circunstâncias tornam impossível comungar, uma comunhão espiritual sincera e fervorosa fará crescer mais ainda a graça que a Missa nos obtém. [p. 89] Cristo pode transpor perfeitamente os

obstáculos que não tenhamos erguido voluntariamente. Porém, é de notória evidencia que o católico sinceramente interessado no crescimento da sua vida interior devesse completar o ciclo da graça recebendo a Sagrada Escritura. “Cada Missa, uma Missa de comunhão”, deveria ser o lema de todos. Há um triste desperdício da graça nas Missas daquele que, por indiferença ou apatia, não abre o coração ao dom de Si mesmo que Deus lhe oferece. E é um equívoco, que beira a estupidez, considerar a Sagrada Comunhão como um “dever” periódico que precisa ser cumprido uma vez por mês ou cada ano.

Neste poder de dar vida, próprio da oração e dos sacramentos, há um ponto que merece ser destacado. Fez-se fincapé na afirmação de que a graça, em todas as suas formas, é um dom gratuito de Deus. Tanto no começo da santidade pelo Batismo, como no seu crescimento pela oração e demais sacramentos, até a mínima participação na graça é obra de Deus. Por muito heróicas que sejam as ações que eu realize, nunca poderia salvar-me sem a graça. E, não obstante, isto não me deve levar a pensar que a oração e os sacramentos sejam fórmulas mágicas que possam salvar-me ou santificar-me apesar de mim. Se eu pensasse assim, seria culpado desse “formalismo” religioso de que tantas vezes se acusa os católicos. O formalismo religioso aparece quando uma pessoa pensa que se torna “santa” simplesmente por realizar certos gestos, recitar certas orações ou assistir a certas cerimônias.

Esta acusação, quando feita contra os católicos em geral, é sumamente injusta, mas verdadeira se aplicada a determinados católicos cuja vida espiritual se limita a uma recitação maquinal e rotineira de orações fixas, sem cuidar de elevar a mente e o coração a Deus; a uma recepção dos sacramentos por costume ou

por falso sentido do dever, sem *luta* consciente por unir-se mais a Deus. Em resumo: Deus pode penetrar na alma só até onde o nosso *eu* o deixar.

O QUE É O MÉRITO?

Uma vez li na secção de pequenas notícias de um jornal que um homem construiu uma casa para a família. Ele mesmo fez quase todas as obras, investindo todas as suas economias nos materiais. Quando a terminou, verificou com horror que se tinha enganado de propriedade e que a tinha construído no terreno de um vizinho. Este, tranqüilamente, apossou-se da casa, enquanto o construtor não pode fazer outra coisa senão chorar o dinheiro e o tempo perdidos.

[p. 90]

Por lamentável que nos pareça a história deste homem, não chega a ter importância se a compararmos com a da pessoa que vive sem graça santificante. Por nobres e heróicas que sejam suas ações, não têm valor aos olhos de Deus. Se está sem Batismo ou em pecado mortal, essa alma separada de Deus vive seus dias em vão. Suas dores e tristezas, seus sacrifícios, suas bondades, tudo está desprovido de valor eterno, desperdiça-se diante de Deus. Não existe *mérito* no que faz. Então, o que *é* o mérito?

O mérito foi definido como aquela propriedade de uma obra boa que habilita quem a realiza a receber uma recompensa. Estou certo de que todos concordamos em afirmar que, em geral, agir bem exige certo esforço. É fácil de ver que alimentar um faminto, cuidar de um doente ou fazer um favor ao próximo requer certo sacrifício pessoal. Vê-se facilmente que estas ações têm um *valor*, e que por isso merecem, ao menos potencialmente, um

reconhecimento, uma recompensa. Mas esta recompensa não pode ser pedida a Deus, se Ele não teve parte nessas ações, se não existe comunicação entre Deus e aquele que as faz. Se um operário não quer que o incluam na folha de pagamento, por muito que trabalhe, não poderá reclamar o seu salário.

Por isso, só a alma que *está* em graça santificante pode adquirir mérito por suas ações. É esse *estado* que 'dá valor de eternidade a uma ação. É esse *estado* que dá valor de eternidade a uma ação. As ações humanas, se não puramente humanas, não têm nenhuma significação sobrenatural. Só adquirem valor divino quando se tornam obras do próprio Deus. E nossas ações *são* em certo sentido obra de obra de Deus quando Ele *está* presente numa alma, quando esta vive a vida sobrenatural a que chamamos graça santificante.

E isto é tão verdadeiro que a *menor* de nossas ações adquire valor sobrenatural quando a fazemos em união com Deus. Tudo o que Deus faz, ainda que o faça através de instrumentos livres, tem valor divino. Isto permite que a menor de nossas obras, desde que moralmente boa, seja meritória enquanto tivermos a intenção, ao menos habitual, de fazer tudo por Deus.

Se o mérito é “a propriedade de uma obra boa que habilita quem a reliza a receber uma recompensa”, a pergunta imediata e lógica será: Que recompensa? Nossas ações sobrenaturalmente boas merecem, mas merecem *o quê?* A recompensa é tripla: um aumento de graça santificante, a vida eterna e maior glória no céu. Sobre a segunda fase desta recompensa –a vida eterna-, é interessante ressaltar um aspecto: para a criança batizada, o céu é uma herança pela sua adoção como filha de Deus, incorporada em Cristo; mas para o cristão no uso da razão, o céu é também herança

como recompensa, a recompensa que Deus prometeu aos que o servem. [p. 91]

Quanto ao terceiro elemento do premico –uma maior glória no céu-, vemos que é consequência do primeiro. Nosso grau de glória dependerá do grau de união com Deus, da medida em que a graça santificante tiver empapado a nossa alma. Tanto quanto cresça a graça, crescerá a nossa capacidade de glória no céu.

No entanto, para alcançar a vida eterna e o grau de glória que tenhamos merecido, devemos, é claro, morrer em estado de graça. O pecado mortal arrebatava todos os nossos méritos, como a falência de um banco arruína as economias de toda uma vida. E não há maneira de adquirir méritos depois da morte, nem no purgatório, nem no inferno, nem sequer no céu. Esta vida –e só esta vida- é o tempo de prova, o tempo de merecer.

Mas é consolador saber que os méritos que podemos perder pelo pecado mortal se restauram tão logo a alma se reconcilia com Deus por um ato de contrição perfeita ou por uma confissão bem feita. Os méritos revivem no momento em que a graça santificante volta à alma. Em outras palavras, o pecador contrito não tem que começar de novo: seu tesouro anterior de méritos não se perde inteiramente.

Para você e para mim, que significa, na prática, viver em estado de graça santificante? Para responder à questão, observemos dois homens que trabalham juntos no mesmo escritório (na mesma fábrica, loja ou fazenda). Para quem os observe casualmente, os dois são muito parecidos. Têm a mesma categoria de trabalho, ambos são casados e têm família, ambos levam essa vida que poderíamos qualificar como “respeitável”. Um deles, porém, é o que poderíamos chamar “laico”. Não pratica nenhuma religião, e poucas vezes, para não dizer nenhuma, pensa

em Deus. Sua filosofia é que a felicidade de cada qual depende dele mesmo, e por isso deve-se procurar tirar da vida tudo o que esta pode oferecer. “Se eu não o consigo – diz ele-, ninguém o fará por mim”.

Não é um mau homem. Pelo contrário, em muitas coisas desperta admiração. Trabalha como um escravo porque quer triunfar na vida e dar à família tudo o que haja de melhor. Dedica-se sinceramente aos seus: orgulhoso da mulher, a quem considera uma companheira encantadora e generosa, devotado aos filhos, nos quais vê uma prolongação de si mesmo. “Eles são a única imortalidade que me interessa”, diz ele aos seus amigos. É um bom amigo, apreciado por todos os que o conhecem, moderadamente generoso e consciente de seus deveres cívicos. Sua laboriosidade, sinceridade, honradez e delicadeza não se baseiam em princípios religiosos: “Isso é que é *decente*” –explica-; tenho que fazê-lo por respeito a mim mesmo e aos outros”. [p. 92]

Em breve resumo, está aqui o retrato do homem “naturalmente” bom. Todos nós tropeçamos com ele em alguma ocasião. Todos nós tropeçamos com ele em alguma ocasião e, ao menos externamente, enchemo-nos de vergonha pensando em mais de um que se chama cristão. E, apesar disso, sabemos que esse homem falha no mais importante. *Não* faz o que é decente, *não* se comporta com respeito por si mesmo e pelos outros, porque ignora a única coisa realmente necessária, o fim para que foi criado: amar a Deus e provar esse amor cumprindo a vontade divina. Precisamente por ser tão bom em coisas menos transcendentais, a nossa compaixão é maior, a nossa oração por ele mais compassiva.

Dirijamos agora a nossa atenção ao outro homem, esse que trabalha na mesa, na máquina ou no balcão contíguo. À primeira

vista, parece uma cópia do primeiro; não há diferença: em posição, família, trabalho e personalidade. Mas existe uma diferença incalculável que os olhos não podem apreciar facilmente, porque reside na *intenção*. A vida do segundo não se baseia no “decente” ou no “respeito por si mesmo”, ou, pelo menos, não *principalmente*. Os afetos e aspirações naturais, que partilha com todo o gênero humano, nele se transformaram em afetos e aspirações mais altos: o amor a Deus e o desejo de cumprir a sua vontade.

Sua esposa não é apenas a companheira no lar. É também companheira no altar. Ele e ela estão associados a Deus e se ajudam mutuamente no caminho para a santidade, cooperam com Ele na criação de novos seres humanos destinados à glória eterna. Seu amor aos filhos não é mera extensão do amor a si mesmo; ele os vê como uma solene prova de confiança que Deus lhe dá, considera-se como o administrador que um dia terá que prestar contas dessas almas. Seu amor por eles, como o amor à mulher, é parte do seu amor a Deus.

Seu trabalho é mais que uma oportunidade de ganhar a vida e progredir. É parte da sua paternidade sacerdotal, é meio para atender às necessidades materiais de sua família e parte do plano querido por Deus para ele. Por isso, cumpre o melhor que pode com seu trabalho, porque compreende que é um instrumento nas mãos de Deus para completar a obra da Criação no mundo. A Deus só pode oferecer o melhor, e este pensamento o acompanha ao longo do dia. Sua cordialidade natural está saturada de espírito de caridade. Sua generosidade, aperfeiçoada pelo desprendimento. Sua delicadeza se imbuí da compaixão de Cristo. Talvez não pense freqüentemente nestas coisas, mas também não passa o dia pendente de si mesmo e de suas virtudes. Começou a jornada com o ponto de mira bem centrado: em Deus e longe de si. “Meu Deus

—disse ele-, ofereço-te todos os meus pensamentos, palavras e ações, e [p. 93] as contrariedades de hoje...”. Talvez tenha dado ao seu dia o melhor dos começos assistindo à Santa Missa.

Mas existe outra coisa que é imprescindível para fazer deste homem um homem autenticamente *sobrenatural*. A reta intenção é necessária, mas não basta. Seu dia deve não só dirigir-se a Deus como deve ser vivido em união com Ele, para que tenha valor eterno. Em outras palavras, este homem deve viver em estado de graça santificante.

Em Cristo, a mais insignificante das ações tinha valor infinito, porque a sua natureza humana estava unida à sua natureza divina. Tudo o que Jesus fazia, Deus o fazia. De modo semelhante —mas só semelhante—, o mesmo ocorre conosco. Quando estamos em graça, não *possuímos* a natureza divina, mas *participamos* da natureza de Deus, *compartilhamos* a vida divina de uma maneira especial. Em consequência, qualquer coisa que façamos —exceto o pecado—, Deus o faz por nós. Deus, presente em nossa alma, vai dando valor eterno a tudo o que fazemos. Até a mais caseira das ações —limpar o nariz à criança ou consertar uma ficha elétrica— merece um aumento de graça santificante e um grau mais alto de glória no céu, se a nossa vida está centralizada em Deus. Eis o que significa viver em estado de graça santificante, eis o que significa ser homem *sobrenatural*. [p. 94]

CAPÍTULO X

AS VIRTUDES E DONS DO ESPÍRITO SANTO

O QUE É VIRTUDE?

Você é virtuoso? Se lhe fizessem esta pergunta, a sua modéstia o faria responder: “Não, não de um modo especial”. E, no entanto, se você é batizado e vive em estado de graça santificante, possui as três virtudes mais altas: as virtudes divinas da fé, da esperança e da caridade. Se cometesse um pecado mortal, perderia a caridade (ou o amor de Deus), mas ainda lhe ficariam a fé e a esperança.

Mas antes de prosseguir, talvez seja conveniente repassar o significado da palavra “virtude”. Em religião, a virtude se define como “o hábito ou qualidade permanente da alma que lhe dá inclinação, facilidade e prontidão para conhecer e praticar o bem e evitar o mal”. Por exemplo, se você tem o hábito de dizer sempre a verdade, possuir a virtude da veracidade ou sinceridade. Se tem o hábito de ser rigorosamente honesto com os direitos dos outros, possuir a virtude da justiça.

Se adquirimos uma virtude por nosso próprio esforço, desenvolvendo conscientemente um hábito bom, denominamos *natural* essa virtude. Suponha que decidimos desenvolver a virtude da veracidade. Vigiaremos nossas palavras, cuidando de nada dizer que altere a verdade. A princípio, talvez nos custe, especialmente quando dizer a verdade nos causa inconvenientes ou nos envergonha. Um hábito (seja bom ou mau) consolida-se pela repetição de atos. Pouco a pouco se nos torna mais fácil dizer a verdade, mesmo que as suas conseqüências nos contrariem. Chega um momento em que dizer a verdade é para nós como que uma segunda natureza, e para mentir temos que fazer força. Quando for assim, poderemos dizer sinceramente que adquirimos a virtude da veracidade. E porque a conseguimos com o nosso próprio esforço, essa virtude chama-se *natural*.

Mas Deus pode infundir na alma uma virtude diretamente, sem esforço de nossa parte. Pelo seu poder infinito, pode conferir a uma [p. 95] alma o poder e a inclinação para realizar certas ações que são sobrenaturalmente boas. Uma virtude deste tipo –o hábito infundido na alma diretamente por Deus- chama-se *sobrenatural*. Entre estas virtudes, as mais importantes são as três a que chamamos *teologais*: fé, esperança e caridade. E chama-se teologias (ou divinas) porque dizem respeito diretamente a Deus: cremos em Deus, em Deus esperamos e a Ele amamos.

Estas três virtudes, junto com a graça santificante, são infundidas em nossa alma pelo sacramento do Batismo. Mesmo uma criança, se estiver batizada, possui as três virtudes, ainda que não seja capaz de praticá-las enquanto não chegar ao uso da razão. E, uma vez recebidas, não se perdem facilmente. A virtude da caridade, a capacidade de amar a Deus com amor sobrenatural, só se perde pelo pecado mortal.

Mas mesmo que se perca a caridade, a fé e a esperança permanecem. A virtude da esperança só se perde por um pecado direto contra ela, pelo desespero de não confiar mais na bondade e misericórdia divinas. E, é claro, se perdemos a fé, perdemos também a esperança, pois é evidente que não se pode confiar em Deus se não se crê nEle. E a fé, por sua vez, perde-se por um pecado grave contra ela, quando nos recusamos a crer no que Deus revelou.

Além das três grandes virtudes, a que chamamos teologais ou divinas, existem outras quatro virtudes sobrenaturais que, juntamente com a graça santificante, são infundidas na alma pelo Batismo.

Como estas virtudes não dizem respeito diretamente a Deus, mas sim às pessoas e coisas em relação a Deus, chamam-se virtudes morais. As quatro virtudes morais sobrenaturais são: prudência, justiça, fortaleza e temperança.

Possuem um nome especial: virtudes cardeais. O adjetivo “cardeal” deriva do substantivo latino “cardo”, que significa “gonzo”, e são assim chamadas por serem virtudes “gonzo”, pois delas dependem as demais virtudes morais. Se um homem é espiritualmente prudente, justo, forte e moderado, podemos afirmar que possui também as outras virtudes morais. Poderíamos dizer que estas quatro virtudes contêm a semente das demais. Por exemplo, a virtude da religião, que nos inclina a prestar a Deus o culto devido, emana da virtude da justiça. E, de passagem, diremos que a virtude da religião é a mais alta das virtudes morais.

É interessante mencionar duas diferenças notáveis entre a virtude natural e a sobrenatural. Uma virtude natural, precisamente porque se adquire pela prática freqüente e pela autodisciplina habitual, nos torna *mais fáceis* os atos dessa virtude.

Chegamos a um ponto em que, para dar um exemplo, se nos torna mais agradável [p. 96] ser sinceros que insinceros. Mas uma virtude sobrenatural, que é diretamente infundida e não adquirida pela repetição de atos, não torna necessariamente *mais fácil* a prática da virtude. Não é difícil imaginar uma pessoa que, possuindo a virtude da fé em grau eminente, tenha tentações de dúvida durante toda a vida.

Outra diferença entre a virtude natural e a sobrenatural é a forma como cada uma cresce. Uma virtude natural, como a paciência adquirida, aumenta com a prática repetida e perseverante. Uma virtude sobrenatural, porém, só aumenta pela ação de Deus, e esse aumento, Deus o concede em proporção com a bondade moral de nossas ações. Por outras palavras, tudo o que aumenta a graça santificante aumenta também as virtudes infusas. Crescemos em virtude tanto quanto crescemos em graça.

Que queremos dizer exatamente quando afirmamos “creio em Deus”, “espero em Deus” ou “amo a Deus”? Em nossas conversas habituais, é fácil usarmos estas expressões com pouca precisão; é bom recordar de vez em quando o sentido estrito e original das palavras que utilizamos.

Começemos pela fé. Das três virtudes teologais infundidas pelo Batismo, a fé é a fundamental. É evidente que não podemos esperar num Deus nem amar um Deus em quem não cremos.

A fé divina se define como “a virtude pela qual cremos firmemente em todas as verdades que Deus revelou, baseados na autoridade do próprio Deus, que não pode enganar-se nem enganar-nos”. Há aqui duas frases-chave – “crer firmemente” e “a autoridade do próprio Deus”- que merecem ser examinadas.

Crer significa admitir algo como verdadeiro. Cremos quando damos nossos assentimento definitivo e inquestionável a

determinada afirmação. Já vemos a pouca precisão de nossas expressões quando dizemos: “Creio que vai chover”, ou “creio que foi o dia mais agradável do verão”. Em ambos os casos expressamos simplesmente uma opinião: *supomos* que choverá; *temos a impressão* de que hoje foi o dia mais agradável do verão. Convém ter presente este ponto: uma opinião não é uma crença. A fé implica certeza.

Mas nem toda certeza é fé. Não digo que creio em alguma coisa, se a vejo e compreendo claramente. Não creio que dois e dois sejam quatro porque é algo evidente; posso compreendê-lo e prová-lo satisfatoriamente. O tipo de conhecimento que se refere a fatos que posso perceber e demonstrar é compreensão e não crença.

Crença –ou fé– é a aceitação de algo como verdadeiro, baseando-nos *na autoridade de outro*. Eu nunca estive na China, mas muitas pessoas que lá estiveram asseguram-me que esse país existe. Porque confio neles, creio que a China existe. Igualmente [p. 97] sei muito pouco de física e absolutamente nada de fissão nuclear. E apesar de nunca ter visto um átomo, creio em fissão nuclear porque confio na competência dos que asseguram que isso se pode fazer e se tem feito.

Este tipo de conhecimento é o da fé: afirmações que se aceitam pela autoridade de outros em quem confiamos. Havendo tantas coisas na vida que não compreendemos, e tão pouco tempo livre para comprová-las pessoalmente, é fácil ver que a maior parte de nossos conhecimentos se baseia na fé. Se não tivéssemos confiança em nossos semelhantes, a vida pararia. Se a pessoa que diz: “Se não vejo, não creio”, ou “se não entendo, não creio”, atuasse de acordo com as palavras, bem pouco poderia fazer na vida.

A este tipo de fé —a nossa aceitação de uma verdade baseados na palavra de outro— chamamos fé *humana*. O adjetivo “humana” distingue-a de fé que aceita uma verdade pela autoridade de Deus. Quando a nossa mente adere a uma verdade porque Deus a manifestou, a nossa fé chama-se *divina*. Vê-se claramente que a fé divina implica um conhecimento muito mais seguro que a fé meramente humana. Não é comum, mas é possível que todas as autoridades humanas se enganem em determinada afirmação, como aconteceu, por exemplo, com o ensinamento universal de que a terra era plana. Não é comum, mas é possível que todas as autoridades humanas procurem enganar, como acontece, por exemplo, com os ditadores que enganam o povo.

Mas Deus não pode enganar-se a si mesmo nem enganar os outros; Ele é a Sabedoria infinita e a Verdade infinita. Nunca poderá haver nem sombra de dúvida nas verdades que Deus nos revelou, e, por isso, a verdadeira fé é sempre uma fé firme. Andar com dúvidas sobre uma verdade de fé é duvidar da sabedoria infinita de Deus ou da sua infinita veracidade. Especular se haverá três Pessoas em Deus ou se Jesus está realmente presente na Eucaristia é questionar a credibilidade de Deus ou negar a sua autoridade. Na realidade, é rechaçar a fé divina.

Pela mesma razão, a verdadeira fé deve ser *completa*. Seria uma estupidez pensar que podemos escolher e ficar com as verdades que nos agradam dentre as que Deus revelou. Dizer: “Eu creio no céu, mas não no inferno”, ou “creio no Batismo, mas não na Confissão”, é o mesmo que dizer: “Deus pode enganar-se”. A conclusão que logicamente se seguiria seria esta: “Afinal, por que crer em Deus?”.

A fé de que falamos é fé *sobrenatural*, a fé que surge da virtude divina infusa. É possível ter uma fé puramente *natural* em Deus ou em muitas de suas verdades. Esta fé pode basear-se na

natureza, que dá testemunho de um Ser Supremo, de poder e [p. 98] sabedoria infinitos; pode basear-se também na aceitação dos testemunho de inúmeras pessoas grandes e sábias, ou na atuação da Providência divina em nossa vida pessoal. Uma *fé natural* deste tipo é uma preparação para a autêntica fé sobrenatural, que nos é infundida junto com a graça santificante na pia batismal. Mas é só esta fé sobrenatural, esta virtude da fé divina, que nos é infundida no Batismo, aquela que nos dá condições para crer firme e inteiramente em *todas* as verdades, mesmo as mais inefáveis e misteriosas, que Deus nos revelou. Sem esta fé, os que alcançaram o uso da razão não poderiam salvar-se. A *virtude* da fé salva a criança, batizada, mas, quando se adquire o uso da razão, deve haver também *atos* de fé.

ESPERANÇA E AMOR

É doutrina da nossa fé cristã que Deus dá a cada alma que cria a graça suficiente para que alcance o céu. A virtude da esperança, infundida na alma pelo Batismo, baseia-se neste ensinamento da Igreja de Cristo e dele se nutre e se desenvolve com o decorrer do tempo.

A esperança se define como “a virtude sobrenatural pela qual confiamos que Deus, que é todo-poderoso e fiel às suas promessas, nos concederá a vida eterna e os meios necessários para alcançá-la”. Por outras palavras, ninguém perde o céu senão por culpa própria. Por parte de Deus, a nossa salvação é certa. É somente a nossa parte –a nossa cooperação com a graça de Deus- o que a torna incerta.

Esta confiança que temos na bondade divina, no seu poder e fidelidade, suaviza os contratempos da vida. Se a prática da

virtude nos exige às vezes autodisciplina e abnegação, talvez mesmo a auto-imolação e o martírio, vamos encontrar a nossa fortaleza e valor na certeza da vitória final.

A virtude da esperança é implantada na alma no Batismo, juntamente com a graça santificante. Mesmo um recém-nascido, se for batizado, possuir a virtude da esperança. Mas devemos acautelar-nos. Ao chegarmos ao uso da razão, esta virtude deve traduzir-se no *ato* de esperança em Deus e em suas promessas. O ato de esperança deveria destacar-se de modo proeminente em nossas ações diárias. É uma forma de oração especialmente grata a Deus, já que manifesta ao mesmo tempo a nossa completa dependência dEle e a nossa absoluta confiança no seu amor por nós.

É evidente que o ato de esperança é absolutamente necessário para nos salvarmos. Nutrir dúvidas sobre a fidelidade de Deus em manter suas promessas, ou sobre a efetividade da sua graça em [p. 99] superar as nossas fraquezas humanas, é um insulto blasfemo a Deus. Nessas condições, ser-nos-ia impossível superar os rigores da tentação e praticar a caridade abnegada. Em resumo, não poderíamos viver uma vida autenticamente cristã, se não tivéssemos confiança no resultado final. Quão poucos teriam a fortaleza suficiente para perseverar no bem, se só tivessem uma possibilidade em um milhão de ir para o céu!

Daqui se segue que a nossa esperança deve ser *firme*. Uma esperança fraca amesquinha Deus no seu poder infinito ou na sua bondade ilimitada. Isto não significa que não devamos manter um sã temor de perder a alma. Mas este temor deve proceder da falta de confiança em nós, não da falta de confiança em Deus. Se Lúcifer pode rejeitar a graça, nós também estamos expostos a fracassar, mas esse fracasso não seria imputável a Deus. Só um néscio se lembraria de dizer, ao arrepender-se de seu pecado: “Oh

Deus, tenho tanta vergonha de ser tão fraco!”. Quem tem esperança dirá: “Meu Deus, tenho tanta vergonha de ter esquecido como sou fraco!”. Pode-se definir um santo como aquele que desconfia absolutamente de si mesmo e confia absolutamente em Deus.

Também é bom não perder de vista que o fundamento da esperança cristã se aplica aos outros, tanto quanto a nós mesmos. Deus quer não só a *minha* salvação, como a de todos os homens. Esta razão levar-nos-á a não nos cansarmos de pedir pelos pecadores e descrentes, especialmente pelos mais próximos por relações de parentesco ou de amizade. Os teólogos católicos ensinam que Deus nunca retira completamente a sua graça, nem sequer aos pecadores mais empedernidos. Quando a Bíblia diz que Deus endurece o seu coração para com o pecador (como, por exemplo, diz do Faraó que se opôs a Moisés), não é senão um modo poético de descrever a reação do pecador. É este quem endurece o seu coração ao resistir à graça de Deus.

E se falecesse um ser querido, aparentemente sem arrependimento, também não deveríamos desesperar-nos e “afligir-nos como os que não têm esperança”. Enquanto não chegarmos ao céu, não saberemos que torrente de graças pôde Deus derramar sobre o pecador recalcitrante em seu último segundo de consciência –graças que a nossa oração confiante terá obtido.

Embora a confiança na Providência divina não seja exatamente o mesmo que a virtude divina da esperança, está suficientemente ligada a ela para conceder-lhe agora a nossa atenção. Confiar na providência divina significa que cremos que Deus nos ama a cada um de nós com um amor infinito, um amor que não poderia ser mais direto e pessoal se fôssemos a única alma

sobre a terra. A esta [p. 100] fé junta-se a convicção de que Deus só quer o que é para o nosso bem, e que, em sua sabedoria infinita, conhece melhor o que é bom para nós e no-lo dá por seu infinito poder.

Ao confiarmos no sólido apoio do amor, cuidado, sabedoria e poder de Deus, estamos seguros. Não caímos num estado de ânimo sombrio quando “as coisas correm mal”. Se os nossos planos se entortam, os nossos sonhos se frustram e o fracasso aparenta acossar-nos a cada passo, sabemos que Deus fará que tudo contribua para o nosso bem definitivo. Mesmo a ameaça de uma guerra atômica não nos altera, porque sabemos que até os males que o homem produz, Deus fará que de algum modo se encaixem em seus planos providenciais.

Esta confiança na divina providência é a que vem em nossa ajuda quando somos tentados (e quem não o é uma vez ou outra?) a pensar que somos mais espertos que Deus, que sabemos melhor do que Ele o que nos convém em certas circunstâncias concretas. “Pode ser que seja pecado, mas não podemos permitir-nos nenhum filho mais”; “pode ser que não seja muito honesto, mas nos negócios todo mundo faz o mesmo”; “já sei que parece um pouco escuso, mas a política é assim”. Quando nos vierem estas desculpas à boca, devemos desfazê-las com a nossa confiança na providência de Deus. “Se fizer o que é correto, pode ser que apanhe muitos desgostos”, devemos dizer, “mas Deus conhece todas as circunstâncias. Sabe mais do que eu. E ocupa-se de mim. Não me afastarei nem um milímetro da sua vontade.”

A única virtude que permanecerá sempre conosco é a caridade. No céu, a fé cederá lugar ao conhecimento: não haverá necessidade de “crer” em Deus quando o virmos. A esperança também desaparecerá, já que possuiremos a felicidade que

esperávamos. Mas a caridade não só não desaparecerá, como será unicamente no momento estático em que virmos a Deus, face a face, que esta virtude, infundida em nossa alma pelo Batismo, alcançará a plenitude da sua capacidade. Então o nosso amor a Deus, tão obscuro e fraco nesta vida, brilhará como um sol em explosão. Quando nos virmos unidos a esse Deus infinitamente amável, que é o único capaz de satisfazer os anseios de amor do coração humano, a nossa caridade se expressará eternamente num ato de amor.

A caridade divina, virtude implantada em nossa alma no Batismo, juntamente com a fé e a esperança, define-se como “a virtude pela qual amamos a Deus por Si mesmo, sobre todas as coisas, e ao próximo como a nós mesmos, por amor a Deus”. É chamada a rainha das virtudes, porque as outras, tanto as teologia como as morais, nos *conduzem* a Deus, mas a caridade é a que nos *une* a [p. 101] Ele. Onde houver caridade, *estarão*, também as demais virtudes. “Ama a Deus e faz o que quiseses”, disse um santo. É evidente que, se amarmos de verdade a Deus, nos será grato fazer somente o que for do seu agrado.

Evidentemente, o que se infunde em nossa alma pelo Batismo é a *virtude* da caridade. E quando alcançamos o uso da razão, a nossa tarefa é fazer atos de amor. O poder de fazer tais atos de amor, fácil e sobrenaturalmente, nos é dado pelo Batismo.

Uma pessoa pode amar a Deus com amor natural. Ao contemplar a bondade e a misericórdia divinas, os benefícios intermináveis que nos concede, podemos sentir-nos inclinados a amá-lo como se ama qualquer pessoa amável. Certamente, uma pessoa que não teve ocasião de ser batizada (ou que está em pecado mortal e não tem possibilidade de se confessar) não poderá salvar-se a não ser que faça um ato de amor perfeito a Deus, isto é, um ato de amor desinteressado: amar a Deus porque é

infinitamente amável, amar a Deus só por Ele mesmo. Para um ato de amor assim, também necessitamos da ajuda divina sob a forma de graça atual, mas ainda assim estamos em face de um amor *natural*.

Só pela habitação de Deus na alma, pela graça sobrenatural a que chamamos graça santificante, é que nos tornamos capazes de um ato de amor sobrenatural a Deus. A razão pela qual o nosso amor se torna sobrenatural está em que *realmente é o próprio Deus quem se ama a Si mesmo através de nós*. Para esclarecer isto, podemos servir-nos do exemplo de um filho que compra um presente de aniversário para seu pai, e paga-o utilizando a conta de crédito do pai (com autorização deste). Ou como a criança que escreve uma carta à mãe, com a própria mãe guiando a sua mão inexperiente. De modo semelhante, a vida divina em nós torna-nos capazes de amar a Deus adequadamente, proporcionadamente, com um amor digno de Deus e também *agradável* a Deus, apesar de ser, de certo modo, o próprio Deus quem realiza a ação de amar.

Esta mesma virtude da caridade (que acompanha sempre a graça santificante) torna possível amar o próximo com amor sobrenatural. Amamos alguém não com um mero amor natural, pelo simples fato de ser uma pessoa agradável, por termos ambos a mesma índole, por nos darmos bem ou porque de alguma maneira essa pessoa atrai a nossa simpatia. Este amor natural não é mau, mas não há nele nenhuma mérito sobrenatural. Pela virtude divina da caridade, tornamo-nos veículo, instrumento pelo qual Deus, *através de nós*, pode amar o nosso próximo. Nosso papel consiste simplesmente em oferecer-nos a Deus, em não levantar obstáculos ao fluxo do amor de Deus. Nosso papel consiste em ter boa vontade para [p. 102] com o próximo, por amor de Deus, porque sabemos que é isto o que Deus quer. Nosso próximo,

diremos de passagem, inclui todas as criaturas de Deus: os anjos e santos do céu (coisa fácil), as almas do purgatório (coisa fácil), e todos os seres humanos vivos, inclusive os *nostros inimigos* (uf!).

E precisamente neste ponto tocamos o coração do cristianismo. É precisamente aqui que nós encontramos a cruz, que provamos a realidade ou a falsidade do nosso amor a Deus. É fácil amar a família e os amigos. Não é muito duro amar “todo mundo” de uma maneira vaga e geral, mas querer bem (e rezar e estar disposto a ajudar) à pessoa do escritório contíguo que lhe passou uma rasteira, à vizinha da frente que fala mal de você, ou àquele parente que conseguiu com artifícios a herança da tia Josefina, àquele criminosos que saiu nos jornais por ter violentado e morto uma menina de seis anos..., se perdoá-los já é bastante duro, como será amá-los? De fato, naturalmente falando, *não somos capazes de fazê-lo*. Mas com a divina virtude da caridade, podemos; mais ainda, *devemos fazê-lo*, ou o nosso amor a Deus será uma falsidade e uma ficção.

Mas tenhamos presente que o amor sobrenatural, seja a Deus ou ao nosso próximo, não tem que ser necessariamente *emotivo*. O amor sobrenatural reside principalmente na *vontade*, não nas emoções. Podemos ter um profundo amor a Deus, conforme prova a nossa fidelidade a Ele, e não *senti-lo* de modo especial. Amar a Deus significa simplesmente que estamos dispostos a *qualquer coisa* antes que ofendê-lo com um pecado mortal. Da mesma maneira, podemos ter um sincero amor sobrenatural ao próximo, e no plano natural sentirmos uma marcada repulsa por ele. Eu lhe perdô, por amor a Deus, o mal que me fez? Rezo por ele e confio em que alcance as graças necessárias para salvar-se? Estou disposto a ajudá-lo se estiver em necessidade, apesar da minha natural resistência? Se é assim, amo-o sobrenaturalmente. A

virtude divina da caridade opera no meu interior, e posso fazer atos de amor (que deveriam ser freqüentes cada dia) sem hipocrisia nem ficção.

MARAVILHAS INTERIORES

Um jovem, a quem acabava de batizar, dizia-me pouco depois: “Sabe, padre, não notei nenhuma das maravilhas que o senhor dizia que experimentaria ao batizar-me. Sinto um alívio especial em saber que meus pecados foram perdoados e alegro-me de saber que sou filho de Deus e membro do Corpo Místico de Cristo, mas isso da habitação de Deus na alma, da graça santificante, mais as virtudes [p. 103] da fé, esperança e caridade, e os dons do Espírito Santo...bem, não os *senti* de maneira nenhuma”.

E é assim. Não *sentimos* nenhuma dessas coisas; pelo menos, não é comum senti-las. A espantosa transformação que ocorre no Batismo não se localiza no corpo –no cérebro, no sistema nervoso ou nas emoções-, mas no mais íntimo do nosso ser, em nossa alma, fora do alcance da análise intelectual ou da reação emocional. Porém, se por um milagre pudéssemos dispor de umas lentes que nos permitissem ver a alma como é, quando está em graça santificante e adornada de todos os dons sobrenaturais, tenho a certeza de que andaríamos de um lado para outro como que em transe, deslumbrados e em estado perpétuo de assombro, ao ver a superabundância com que Deus nos equipa para enfrentarmos esta vida e nos prepara para a outra.

No riquíssimo dote que acompanha a graça santificante, estão incluídos os sete dons do Espírito Santo. Estes dons – sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade e

temor de Deus- são qualidades que se comunicam à alma e que a tornam sensível aos movimentos da graça e lhe facilitam a prática da virtude. Despertam-nos a atenção para ouvirmos a silenciosa voz de Deus em nosso interior, tornam-nos dóceis aos delicados toques da mão divina. Poderíamos dizer que os dons do Espírito Santo são o “lubrificante” da alma, enquanto a graça é a energia.

O primeiro dom é o da sabedoria, que nos dá o adequado sentido de proporção para sabermos apreciar as coisas de Deus; damos ao bem e à virtude seu verdadeiro valor, e encaramos os bens do mundo como degraus para a santidade, não como fins em si. O homem que, por exemplo, perde o seu fim de semana para assistir a um retiro espiritual, foi conduzido pelo dom da sabedoria, mesmo que não o saiba.

Depois vem o dom do entendimento. Dá-nos a percepção espiritual necessária para entendermos as verdades da fé em consonância com as nossas necessidades. Em igualdade de condições, um sacerdote prefere cem vezes explicar um ponto de doutrina a quem está em graça santificante do que a alguém que esteja em pecado. O primeiro possui o dom do entendimento, e por isso compreenderá com muito mais rapidez o ponto em questão.

O terceiro dom, o dom de conselho, aguça o nosso juízo. Com a sua ajuda, percebemos – e escolhemos- a decisão que será para maior glória de Deus e nosso bem espiritual. Tomar em estado de pecado mortal uma decisão de importância, quer seja sobre a vocação, a profissão, os problemas familiares ou sobre qualquer outra matéria das que devemos enfrentar continuamente, é um passo [p. 104] perigoso. Sem o dom de conselho, o juízo humano é demasiado falível.

O dom de fortaleza mal requer comentários. Uma vida cristã tem de ser necessariamente, em algum grau, uma vida heróica. E

sempre palpita nela o heroísmo oculto da conquista de si mesmo. Às vezes, pede-se-nos um heroísmo maior: quando fazer a vontade de Deus acarreta o risco de perder amigos, bens ou saúde. Também temos o heroísmo mais alto dos mártires, que sacrificaram a própria vida por amor a Deus. Não é em vão que Deus robustece a nossa debilidade humana com seu dom de fortaleza.

O dom de ciência comunica-nos a faculdade de “saber fazer”, a destreza espiritual. Torna-nos aptos para reconhecer o que nos é espiritualmente útil ou prejudicial. Está intimamente unido ao dom de conselho. Este nos move a *escolher* o útil e a repelir o nocivo, mas, para escolher, devemos antes *conhecer*. Por exemplo, se percebo que excessivas leituras frívolas estragam o meu gostos pelas coisas espirituais, o dom de ciência induz-me a deixar de comprar tantas publicações desse tipo, e inspira-me a começar uma leitura espiritual regular.

O dom de piedade é freqüentemente mal entendido pelos que a representam de mãos juntas, olhos baixos e orações intermináveis. A palavra “piedade”, no seu sentido original, diz respeito à atitude de uma criança para com seus pais: uma combinação de amor, confiança e reverência. Se essa é a nossa disposição habitual para com nosso Pai Deus, estamos vivendo o dom de piedade. O *dom* de piedade incita-nos a praticar a *virtude*, a manter uma atitude de confiante intimidade com Deus.

Finalmente, o dom do temor de Deus, que equilibra o dom de piedade. É muito bom contemplarmos a Deus com olhos de amor, confiança e terna reverência, mas é também muito bom nunca esquecer que Ele é o Juiz de justiça infinita, diante de quem um dia teremos que responder pelas graças que nos concedeu. Esta lembrança nos dará um santo temor de ofendê-lo pelo pecado.

Sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus: são esses os auxiliares das graças, seus

“lubrificantes”. São predisposições para a santidade que, junto com a graça santificante, são infundidas em nossa alma pelo Batismo.

Muitos dos catecismos que conheço enumeram “os doze frutos do Espírito Santo”: caridade, gozo, paz, paciência, benignidade, bondade, longanimidade, mansidão, fé, modéstia, continência e castidade. Mas até agora, e pela minha experiência, rara vez se faz mais do que mencioná-los de passagem nas aulas de instrução religiosa. E ainda mais raramente são explicados em sermões.

E é uma pena que seja assim. Se um professor de ciências [p. 105] começa a explicar na aula a macieira, descreverá naturalmente as raízes e o tronco, e dirá que o sol e a umidade a fazem crescer. Mas não lhe ocorrerá terminar a sua explicação com esta brusca afirmação: “E esta é a árvore que dá maçãs”. Considerará a descrição do fruto como uma parte importante da sua explicação didática. Do mesmo modo, é ilógico falar da graça santificante, das virtudes e dons que a acompanham, e fazer uma referencia casual aos *resultados*, que são, precisamente, os frutos do Espírito Santo: frutos exteriores da vida interior, produto externo da habitação do Espírito.

Utilizando outra figura, poderíamos dizer que os doze frutos são as grandes pinceladas que perfilam o retrato do cristão autêntico. Talvez o mais simples seja ver como é esse retrato, como é a pessoa que vive habitualmente em graça santificante e procura com perseverança subordinar o seu ser à ação da graça.

Antes de mais nada, essa pessoa é generosa. Vê Cristo no seu próximo, e invariavelmente o trata com consideração, está sempre disposta a ajudá-lo, mesmo à custa de transtornos e aborrecimentos. É a caridade.

Depois, é uma pessoa alegre e otimista. Parece irradiar um resplendor interior que a faz ser notada em qualquer reunião. Quando está presente, é como se o sol brilhasse com um pouco mais de luz: a gente sorria com mais facilidade, fala com maior delicadeza. É um tipo *equânime*, a pessoa idônea sem ranger os dentes nem culpar a sua sorte. É a paciência.

É amável. Todos a procuram em seus problemas, e encontram nela o confidente sinceramente interessado, saindo aliviados pelo simples fato de terem conversado com ela; tem uma consideração especial pelas crianças e anciãos, pelos aflitos e atribulados. É a benignidade.

Defende com firmeza a verdade e o direito, mesmo que todos a deixem só. Não está orgulhosa de si própria nem julga os outros; é lenta em criticar e mais ainda em condenar; suporta a ignorância e as fraquezas dos outros, mas jamais compromete as suas convicções, jamais contemporiza com o mal. Em sua vida interior, é [p. 106] invariavelmente generosa com Deus, sem procurar a atitude mais cômoda. É a bondade.

Não se revolta com o infortúnio e o fracasso, com a doença e a dor. Desconhece a autocompaixão: levantará ao céu os olhos cheios de lágrimas, mas nunca cheios de revolta. É a longanimidade.

É delicada e está cheia de recursos. Entrega-se totalmente a qualquer tarefa que surja, mas sem a menor sombra da agressividade do ambicioso. Nunca procura dominar os outros. Sabe raciocinar com persuasão, mas jamais chega à disputa. É a mansidão.

Sente-se orgulhosa de ser membro do Corpo Místico de Cristo, mas não pretende coagir os outros nem fazê-los engolir a sua religião. Por outro lado, menos ainda sente respeitos humanos por suas convicções. Não oculta a sua piedade, e defende a

verdade com prontidão, quando esta é atacada na sua presença; a religião é para ela o mais importante da vida. É a fê. Seu amor a Jesus Cristo a faz estremecer ante a idéia de atuar como cúmplice do diabo, de ser ocasião de pecado para alguém. No seu comportamento, modo de vestir e linguagem, há uma decência que a faz –a ela ou a ele- fortalecer a virtude dos outros, jamais enfraquecê-la. É a modéstia.

É uma pessoa moderada, com as paixões firmemente controladas pela razão e pela graça. Não está um dia no auge da exaltação, e, no dia seguinte, em abismos de depressão. Quer coma ou beba. Trabalhe ou se divirta, em tudo mostra um domínio admirável de si. É a continência.

Sente uma grande reverência pela faculdade de procriar que Deus lhe deu, perante o fato de Deus ter querido compartilhar seu poder criador com os homens. Vê o sexo como algo precioso e sagrada, um vínculo de união, para ser usado unicamente dentro do âmbito matrimonial e para os fins estabelecidos por Deus; nunca como divertimento ou como fonte de prazer egoísta. É a castidade.

E aqui temos o retrato do homem e da mulher cristãos: caridade, gozo, paz, paciência, benignidade, bondade, longanimidade, mansidão, fê, modéstia, continência e castidade. Podemos conferir o nosso perfil com o do retrato, e ver onde nos separamos dele.

AS VIRTUDES MORAIS

Um axioma da vida espiritual diz que a graça aperfeiçoa a natureza, o que significa que, quando Deus nos dá a sua graça, não

aniquila antes a nossa natureza humana para colocar a graça em seu lugar. Os efeitos da graça em nós, o uso que dela fizemos, está condicionado em [p. 107] grande parte pela nossa constituição pessoal: física, mental e emocional. A graça não faz de um idiota um gênio, nem endireita as costas do corcunda, nem normalmente transforma um neurótico numa pessoa equilibrada.

Portanto, cada um de nós tem a responsabilidade de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para tirar os obstáculos à ação da graça. Não falamos aqui de obstáculos morais, como o pecado ou o egoísmo, cuja ação nociva à graça é evidente. Referimo-nos agora ao que poderíamos chamar obstáculos *naturais*, como a ignorância, os defeitos do caráter e os maus hábitos adquiridos. É claro que é um obstáculo à graça reduzirmos o nosso panorama intelectual a jornais ou revistas populares; que a nossa agressividade, se nos conduz facilmente à ira, é outro obstáculo à graça; que também são obstáculo à graça a nossa moleza e a falta de pontualidade, na medida em que, por causarem inconvenientes aos outros, supõem uma falta de caridade.

Estas considerações são especialmente oportunas quando se estudam as virtudes morais. Por virtudes morais, distintas das teologais, entendemos as virtudes que nos inclinam a levar uma vida moral ou boa, ajudando-nos a tratar as pessoas e as coisas com retidão, quer dizer, de acordo com a vontade de Deus. Possuímos estas virtudes na sua forma sobrenatural quando estamos em graça santificante, pois esta nos dá certa predisposição, certa *facilidade* para a sua prática, juntamente com o mérito sobrenatural correspondente ao seu exercício. Esta facilidade é semelhante à que uma criança adquire, ao chegar a certa idade, para ler e escrever. A criança ainda não possui a técnica da leitura e da escrita, mas o organismo já está preparado; a faculdade já está ali.

Talvez se compreenda melhor o que acabamos de dizer se examinarmos mais em detalhe algumas das virtudes morais. Sabemos que as quatro principais virtudes morais são aquelas a que chamamos cardeais: prudências, justiça, fortaleza e temperança.

Prudência é a faculdade de julgar retamente. Uma pessoa temperamentalmente impulsiva, propensa a ações precipitadas, a juízos instantâneos, terá de enfrentar a tarefa de tirar essas barreiras para que a virtude da prudência possa atuar nela efetivamente. É também evidente que, em qualquer circunstância, o conhecimento e a experiência pessoais facilitam o exercício desta virtude. Uma criança possui a virtude da prudência em germe; por isso, em assuntos relativos ao mundo dos adultos, não se pode esperar dela que faça juízos prudentes, porque carece de conhecimento e experiência.

A segunda virtude cardinal é a justiça, que aperfeiçoa a nossa vontade (como a prudência aperfeiçoa a inteligência) e salvaguarda [p. 108] os direitos dos nossos semelhantes à vida e à liberdade, à santidade do lar, ao bom nome e à honra, aos bens materiais. Um dos obstáculos à justiça que salta à vista é o preconceito de cor, raça, nacionalidade ou religião, que nega ao homem os seus direitos humanos ou dificulta o seu exercício. Outro obstáculo pode ser a mesquinhez natural, que é um defeito resultante talvez de uma infância cheia de privações. É nosso dever tirar estas barreiras, se queremos que a virtude sobrenatural da justiça atue com plenitude em nosso interior.

A fortaleza, terceira virtude cardinal, inclina-nos a fazer o bem apesar das dificuldades. A perfeição da fortaleza revela-se nos mártires, que preferem morrer a pecar. Poucos de nós teremos que enfrentar uma decisão que requeira tal grau de heroísmo. Mas

a virtude da fortaleza não poderá atuar, nem mesmo nas pequenas situações que exijam valor, se não tirarmos as barreiras levantadas por um conformismo exagerado, pelo desejo de não aparecer, de ser “da multidão”. Estas barreiras são o temor irracional à opinião pública (a que chamamos respeito humanos), o medo de sermos criticados, menosprezados ou, pior ainda, ridicularizados.

A quarta virtude cardeal é a temperança, que nos ajuda a dominar os nossos desejos e, em especial, a usar dignamente das coisas que agradam aos sentidos. A temperança é necessária especialmente para moderar o uso dos alimentos e bebidas, para regular o prazer sexual na vida de casado. A virtude da temperança não suprime a atração pelo álcool; por isso, para alguns, a única temperança verdadeira será a abstinência. A temperança não elimina os desejos, mas regula-os. Neste caso, tirar obstáculos consistirá principalmente em evitar as circunstâncias que poderia despertar desejos que, em consciência, não podem ser satisfeitos. Além das quatro virtudes cardeais, existem outras virtudes morais. Só mencionaremos algumas e, se formos sinceros conosco mesmos, cada um descobrirá o seu obstáculo pessoal. Temos a piedade filial (e, por extensão, o patriotismo), que nos leva a honrar, amar e respeitar os nossos pais e a pátria. Temos a obediência, que nos leva a cumprir a vontade dos superiores como manifestação da vontade de Deus. Temos a veracidade, a liberalidade, a paciência, a humildade, a castidade, e muitas mais. Mas, em princípio, se formos prudentes, justos, fortes e temperados, essas outras virtudes nos acompanharão necessariamente, como os filhos pequenos acompanham o pai e a mãe.

O que significa, pois, ter “espírito cristão”? não é uma expressão fácil de definir. Significa, evidentemente, ter o espírito

de Cristo, o que, por sua vez, quer dizer ver o mundo como Cristo o vê; reagir ante as circunstâncias da vida como Cristo reagiria. O genuíno [p. 109] espírito cristão em nenhum lugar está melhor compendiado do que nas oito bemaventuranças com que Jesus deu início ao incomparavelmente belo Sermão da Montanha.

De passagem, diremos que o Sermão da Montanha é um trecho do Novo Testamento que todos nós deveríamos ler por inteiro de vez em quando. Encontra-se nos capítulos 5, 6 e 7 do Evangelho de São Mateus, e contém uma verdadeira destilação dos ensinamentos do Salvador.

Mas voltemos às bem-aventuranças. O nome deriva da palavra latina “beatus”, que significa bem-aventurado, feliz, e que é a palavra que introduz cada bem-aventurança. “Bemaventurados os que têm espírito de pobreza”, diz-nos Cristo, “porque deles é o reino dos céus”. Esta bem-aventurança, a primeira das oito, lembra-nos que o céu é para os humildes. Têm espírito de pobreza os que nunca esquecem que tudo o que são e possuem lhes vem de Deus. Sejam talentos, saúde, bens ou filhos, nada, absolutamente nada, têm como próprio. Por essa pobreza em espírito, pela voluntariedade com que se dispõem a entregar a Deus qualquer de seus dons que Ele decida levar, a própria adversidade, se vier, clama a Deus e obtém-lhes graças e mérito. É uma garantia de que Deus, a quem apreciam acima de todas as coisas, será a sua recompensa perene. Dizem com Jô: “O Senhor deu, o Senhor tirou, bendito seja o nome do Senhor!” (1, 21).

Jesus sublinha este ensinamento repetindo a mesma consideração na segunda e na terceira bem-aventuranças. “Bem-aventurados os mansos”, diz Ele, “porque possuirão a terra”. A terra a que Jesus se refere é, evidentemente, uma singela imagem poética para designar o céu. E isto é assim em todas as bem-

aventuras: em cada uma delas se promete o céu sob uma linguagem figurativa. Os “mansos” de que Jesus fala na segunda bem-aventurança não são os caracteres pusilânimes, sem nervo nem sangue, que o mundo designa com essa palavra. Os verdadeiros mansos não são de maneira nenhuma personalidades fracas.

É necessária uma grande fortaleza interior para aceitar decepções, reveses, inclusive desastres, e manter em todo o momento o olhar fixo em Deus e a esperança incólume.

“Bem-aventurados os que choram”, continua Jesus na terceira bem-aventurança, “porque serão consolados”. De novo, como nas duas bem-aventuras anteriores, impressiona-nos a infinita compaixão de Jesus para com os pobres, os infelizes, os aflitos e os atribulados. Os que sabem ver na dor a justa sorte da humanidade pecadora, e sabem aceitá-la sem rebeliões nem queixas, unidos à própria cruz de Cristo, encontram um lugar de predileção na mente e no coração de Jesus. São os que dizem com São Paulo: “Tenho por [p. 110] certo que os padecimentos do tempo presente não são nada em comparação com a glória que há de manifestar-se em nós” (Rm 8, 18).

Porém, por excelente que seja levarmos as nossas cargas cheios de ânimo e esperança, não o é aceitarmos indiferentemente as injustiças que se fazem aos outros. Por muito generosos que sejamos em entregar a Deus a nossa felicidade terrena, estamos obrigados, por um paradoxo divino, a promover a felicidade dos outros. A injustiça não se limita a destruir a felicidade temporal de quem a padece; põe também em perigo a felicidade eterna de quem a comete. E isto é verdade quer se trate de uma injustiça econômica que oprime o pobre (o emigrante sem recursos, o carregador, o favelado, são exemplos que ocorrem facilmente), como de uma injustiça racial que degrada o nosso próximo (o que

é que *você* pensa dos negros e da segregação?), ou de uma injustiça moral que afoga a ação da graça (perturba-o ver certas publicações na biblioteca do amigo?). Devemos ter zelo pela justiça, quer se trate da justiça no relacionamento com os demais, quer da justiça mais elevada com Deus, tanto nossa como dos outros. São essas algumas das implicações da quarta bem-aventurança: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados”, saciados no céu, nunca aqui na terra. “Bem-aventurados os misericordiosos”, continua Cristo, “porque alcançarão misericórdia”. É tão difícil perdoar a quem nos ofende, tão duro acolher com paciência o fraco, o ignorante e o antipático! Mas aqui está a própria essência do espírito cristão. Não poderá haver perdão para quem não perdoa.

“Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus”. A sexta bem-aventurança não se refere principalmente à castidade, como muitos pensam, mas ao esquecimento próprio, à necessidade de ver tudo do ponto de vista de Deus, e não do nosso. Quer dizer unidade de fins: primeiro Deus, sem hipocrisias nem equilíbrios.

“Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus”. Ao ouvir estas palavras de Cristo, tenho que perguntar a mim mesmo se sou foco de paz e harmonia no meu lar, centro de boa vontade na minha comunidade, mediador de discórdias no meu trabalho. É caminho direto para o céu.

“Bem-aventurados os que sofrem perseguição pela justiça, porque deles é o reino dos céus”. E, com a oitava bem-aventurança, baixamos a cabeça, envergonhados pela pouca generosidade com que enfrentamos os insignificantes sacrifícios que a nossa religião nos exige, em comparação com as das almas torturadas dos nossos irmãos por trás da cortina de ferro e da cortina de bambu. [p. 111]

CAPÍTULO XI

A IGREJA CATÓLICA

O ESPÍRITO SANTO E A IGREJA

Quando o sacerdote instrui um possível converso, geralmente nas primeiras etapas de suas explicações, ensina-lhe o significado do perfeito amor a Deus. Explica-lhe o que quer dizer fazer um ato de contrição perfeita. Ainda que esse converso deva esperar vários meses até receber o Batismo, não há razão para que viva esse tempo em pecado. Um ato de perfeito amor a Deus –que inclui o desejo de batizar-se- purifica-lhe a alma antes do Batismo.

O possível converso, naturalmente, alegra-se de sabê-lo, e eu estou certo de ter derramado a água batismal na cabeça de muitos adultos que já possuíam o estado de graça santificante. Por haverem feito um ato de perfeito amor a Deus, tinham recebido o batismo de desejo. E, não obstante, em todos e em cada um dos casos, o converso manifestou uma grande alegria e alívio ao receber o sacramento, porque até esse momento não podia ter *certeza* de que seus pecados tivessem sido perdoados. Por muito que nos esforcemos por fazer um ato perfeito de amor a Deus, nunca poderemos estar certos de tê-lo conseguido. Mas quando a

água salvífica lhe é derramada sobre a cabeça, o neófito passa a ter a certeza de que Deus veio a ele.

São Paulo diz-nos que ninguém, nem sequer o melhor de nós, pode ter certeza *absoluta* de estar em estado de graça santificante. Mas tudo o que pedimos é certeza moral, o tipo de certeza que temos quando somos batizados ou quando recebemos a absolvição no sacramento da Penitencia. A paz da alma, a gozosa confiança que esta certeza proporciona, é uma das razões pelas quais Jesus Cristo instituiu uma Igreja visível. As graças que Ele nos adquiriu no Calvário, podia tê-las aplicado a cada alma diretamente e invisivelmente, sem recorrer a sinais externos ou cerimônias. No entanto, [p. 112] como conhecia a nossa necessidade de uma segurança visível, preferiu canalizar as suas graças através de símbolos sensíveis. Instituiu os sacramentos para que pudéssemos saber quando, como e que espécie de graça recebemos. E uns sacramentos visíveis necessitam de um agente visível no mundo, que os guarde e distribua. Este agente visível é a Igreja instituída por Jesus Cristo.

A necessidade de uma Igreja não se limita, evidentemente, à guarda dos sacramentos. Ninguém pode *querer* os sacramentos se não os *conhece*. Como ninguém pode *crer* em Cristo se antes não lhe *falaram* dEle. Para que a vida e a morte de Cristo não sejam em vão, tem que existir uma voz viva no mundo que transmitia os ensinamentos de Cristo através dos séculos. Deve haver uma voz audível, deve haver um porta-voz visível, em quem todos os homens de boa vontade possam reconhecer a autoridade. Consequentemente, Jesus fundou a sua Igreja não só para santificar a humanidade por meio dos sacramentos, mas, antes de tudo, para *ensinar* aos homens as verdades que Jesus Cristo ensinou, as verdades necessárias à salvação.

Basta um momento de reflexão para nos darmos conta de que, se Jesus não tivesse fundado uma Igreja, até mesmo o nome de Jesus Cristo nos seria hoje desconhecido.

Porém, não nos basta ter à nossa disposição a graça dos sacramentos visíveis da Igreja visível. Não nos basta ter a verdade proclamada pela voz viva da Igreja docente. Precisamos também saber o que *devemos* fazer por Deus; precisamos de um guia seguro que nos indique o caminho que devemos seguir de acordo com a verdade que conhecemos e as graças que recebemos. Da mesma maneira que seria inútil para os cidadãos de um país ter uma Constituição, se não houvesse um governo para interpretá-la e fazê-la observar mediante uma legislação adequada, o conjunto da Revelação cristã precisa de ser interpretada de modo apropriado. Como fazer-se membro da Igreja e como permanecer nela? Quem pode receber este ou aquele sacramento, quando e como? Quando a Igreja promulga suas leis, responde a perguntas como as anteriores, cumprindo sob Cristo o seu terceiro dever, além dos de ensinar e santificar: *governar*.

Conhecemos a definição de Igreja: é “a congregação de todos os batizados, unidos na mesma fé verdadeira, no mesmo sacrifício e nos mesmos sacramentos, sob a autoridade do Sumo Pontífice e dos bispos em comunhão com ele”. Uma pessoa torna-se membro da Igreja ao receber o sacramento do Batismo, e continua a sê-lo enquanto dela não se separar por cisma (negação ou contestação da [p. 113] autoridade papal), por heresia (negação de uma ou mais verdades de fé proclamadas pela Igreja), ou por excomunhão (exclusão da Igreja por certos pecados graves não contritos). Mas mesmo estas pessoas, se foram batizadas validamente, permanecem basicamente súditos da Igreja, e estão

obrigadas a cumprir as suas leis, a não ser que delas sejam dispensadas especificamente.

Ao dizer tudo isto, vê-se bem que consideramos a Igreja de um ponto de vista apenas externo. Assim como um homem é mais do que o seu corpo físico, assim a Igreja é infinitamente mais do que a mera organização exterior visível. O que torna o homem um ser humano é a alma. E é a alma da Igreja o que a torna, além de uma organização, um *organismo vivo*. Assim como a habitação das três Pessoas divinas dá à alma a vida sobrenatural a que chamamos graça santificante, assim a habitação da Santíssima Trindade dá à Igreja a sua vida inextinguível, a sua perene vitalidade. Já que a tarefa de santificar-nos (que é própria do Amor divino) se atribui ao Espírito Santo por apropriação, é Ele quem nós designamos por *alma* da Igreja, desta Igreja cuja Cabeça é Cristo.

Deus modelou Adão do barro da terra, e depois, segundo a bela imagem bíblica, insuflou uma alma nesse corpo, e Adão se converteu em ser vivo. Deus criou a Igreja de uma maneira muito semelhante. Primeiro desenhou o Corpo da Igreja na Pessoa de Jesus Cristo. Esta tarefa estendeu-se por três anos, desde o primeiro milagre público de Jesus, em Cana, até à sua ascensão ao céu. Durante os primeiros bispos da sua Igreja. Por três anos os instruiu e os treinou nos seus deveres, na missão de estabelecer o reino de Deus. Nesse mesmo período de tempo, desenhou também os sete canais, os sete sacramentos, pelos quais fluiriam às almas dos homens as graças que Ele ganharia na cruz.

Ao mesmo tempo, Jesus confiou aos Apóstolos uma tríplice missão, que é a tríplice missão da Igreja. Ensinar: “Ide, pois, ensinai a todos os povos..., ensinando-os a observar tudo quanto eu vos mandei” (Mt 28, 19-20). Santificar: “Batizando-as em

nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28, 19); “Isto é o meu corpo... fazei isto em memória de mim” (Lc 22, 19); “Aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; a quem os retiverdes, serão retidos” (Jo 20, 23). E governar em seu nome: “Se se recusar a ouvi-los, dize-o à Igreja, e se recusar a ouvir também a Igreja, seja ele para ti como um pagão ou um publicano... Tudo o que ligardes sobre a terra, será ligado no céu, e tudo o que desligardes sobre a terra, será também desligado no céu” (Mt 18, 17-18); “Quem vos ouve, a mim ouve, e quem vos rejeita, a mim rejeita” (Lc 10, 16). [p. 114]

Outra missão de Jesus, ao formar o Corpo da sua Igreja, foi a de prover uma autoridade para o seu Reino na terra. Atribuiu esta tarefa ao Apóstolo Simão, filho de João, e, ao fazê-lo, impôs-lhe um nome novo, Pedro, que quer dizer pedra. A promessa foi esta: “Bem-aventurado tu, Simão, filho de João... E Eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do reino dos céus” (Mt 16, 17, 18-19). E Jesus cumpriu essa promessa depois de ressuscitar, segundo lemos no capítulo 21 do Evangelho de São João. Após conseguir de Pedro uma tríplice manifestação de amor (“Simão, filho de João, amas-me?”), fez de Pedro o pastor supremo do seu rebanho. “Apascenta os meus cordeiros”, disse-lhe Jesus, “apascenta as minhas ovelhas”. Todo o rebanho de Cristo –ovelhas e cordeiros; bispos, sacerdotes e fiéis- foi posto sob a jurisdição de Pedro e de seus sucessores, porque, é evidente, Jesus não veio à terra para salvar todas as almas, enquanto houver almas que salvar.

O tríplice dever (e poder) dos Apóstolos –ensinar, santificar e governar- foi por eles transmitido a outros homens, a quem, pelo sacramento da Ordem, ordenariam e consagrariam para continuarem a sua missão. Os bispos atuais são sucessores dos

Apóstolos. Cada um deles recebeu o seu poder episcopal de Cristo, por meio dos Apóstolos, em continuidade ininterrupta. E o poder supremo de Pedro, a quem Cristo constituiu cabeça de *tudo*, reside hoje no bispo de Roma, a quem chamamos com amor o Santo Padre. Isto é assim porque, pelos desígnios da Providência, Pedro foi a Roma e lá morreu como primeiro bispo da cidade. Conseqüentemente, quem for bispo de Roma está automaticamente o sucessor de Pedro e, portanto, possui o especial poder de Pedro de ensinar e governar toda a Igreja.

Este é, pois, o Corpo da Igreja de Cristo, tal como Ele a criou: não uma mera irmandade invisível de homens unidos pelos laços da graça, mas uma *sociedade visível* de homens subordinada a uma cabeça investida em autoridade e governo. É o que chamamos uma sociedade *hierárquica*, com as sólidas e admiráveis proporções de uma pirâmide. No cume o Papa, com suprema autoridade espiritual. Imediatamente abaixo, formando com o Papa o Colégio Episcopal, do qual o Sumo Pontífice é a cabeça, os outros bispos, cuja jurisdição, cada um na respectiva diocese, procede de sua união com o sucessor de Pedro. Mais abaixo, os sacerdotes que, como cooperadores dos bispos, em virtude do sacramento da Ordem, são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o [p. 115] culto divino. Finalmente, está a ampla base do povo de Deus, as almas de todos os batizados, para quem os outros existem.

Este é o Corpo da Igreja tal como Jesus o constituiu em seus três anos de vida pública. Como o corpo de Adão, jazia à espera da alma. Esta alma havia sido prometida por Jesus quando disse aos seus Apóstolos antes da Ascensão: “Recebereis o poder do Espírito Santo, que virá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia, na Samaria e até os confins da

terra” (At 1, 8). Conhecemos bem a história do Domingo de Pentecostes, décimo dia da Ascensão e quinquagésimo da Páscoa (Pentecostes significa “quinquagésimo”): “Apascentaram-lhes repartidas umas como línguas de fogo, que pousaram sobre cada um deles (dos Apóstolos), ficando todos cheios do Espírito Santo” (At 2, 34). E, nesse momento, o corpo tão maravilhosamente desenhado por Jesus durante três pacientes anos aflorou subitamente à vida. O Corpo Vivo se levanta e começa a sua expansão. Nasceu a Igreja de Cristo.

NÓS SOMOS A IGREJA

O que é um ser humano? Poderíamos dizer que é um animal que anda ereto sobre as suas extremidades posteriores, e pode raciocinar e falar. A nossa definição seria correta, mas não completa. Dir-nos-ia apenas o que é o homem visto de fora, mas omitiria a sua parte mais maravilhosa: o fato de possuir uma alma espiritual e imortal.

O que é a Igreja? Também poderíamos responder dando uma visão externa da Igreja. Poderíamos defini-la (e, de fato, freqüentemente o fazemos) como a sociedade dos batizados, unidos na mesma fé verdadeira, sob a autoridade do Papa, sucessor de São Pedro.

Mas, ao descrevê-la nestes termos, enquanto organização hierárquica composta pelo Papa, bispos, sacerdotes e leigos, devemos ter presente que estamos descrevendo o que se chama a Igreja *jurídica*. Quer dizer, encaramos a Igreja como uma *organização*, como uma sociedade pública cujos membros e dirigentes estão ligados entre si por laços de união visíveis e legais. De certo modo, é algo semelhante à maneira como os

cidadãos de uma nação estão unidos entre si por laços de cidadania, visíveis e legais. Os Estados Unidos da América, por exemplo, são uma sociedade *jurídica*.

Jesus Cristo, evidentemente, estabeleceu a sua Igreja como uma sociedade jurídica. Para cumprir a sua missão de ensinar, santificar e reger os homens, a Igreja devia ter uma organização visível. O Papa Pio XII, na sua encíclica sobre “O Corpo Místico de Cristo”, apontou-nos esse fato. E o mesmo fez a constituição “Lumen [p. 116] Gentium” do Concílio Vaticano II, que ensina que “a Igreja é constituída e organizada neste mundo como uma sociedade”. E como tal é a sociedade jurídica mais perfeita que existe, pois tem o mais nobre dos fins: a santificação de seus membros para a glória de Deus.

Mas a Igreja é muito mais que uma organização jurídica. É o próprio Corpo de Cristo, um corpo tão especial, que deve ter um nome especial: o Corpo Místico de Cristo. Cristo é a Cabeça do Corpo; cada batizado é uma parte viva, um *membro* desse Corpo, cuja alma é o Espírito Santo.

Trata-se de um mistério oculto, que durante este exílio terreno só podemos enxergar obscuramente. Mas procuraremos fazê-lo, ainda que seja a meia luz. Sabemos que o nosso corpo físico é composto de milhões de células individuais, todas trabalhando conjuntamente para o bem de todo o corpo, sob a direção da cabeça. As diferentes partes do corpo não se ocupam em fins próprios e privados. Os olhos, os ouvidos e os demais sentidos captam conhecimentos para utilidade de todo o corpo. Os pés levam o corpo inteiro para onde ele queira ir. As mãos levam o alimento à boca, o intestino absorve a nutrição necessária a todo o corpo. O coração e os pulmões enviam sangue e oxigênio a todas as partes da anatomia. Todos vivem e atuam para todos.

E a alma dá vida e unidade a todas as diferentes partes, a cada uma das células individuais. Quando o aparelho digestivo transforma o alimento em substância corporal, as novas células não se agregam ao corpo de forma eventual, como o esparadrapo à pele. As novas células tornam-se parte do corpo vivo, porque a alma se torna presente nelas, do mesmo modo que no resto do corpo.

Apliquemos agora esta analogia ao Corpo Místico de Cristo. Quando somos batizados, o Espírito Santo toma posse de nós, de maneira muito semelhante àquela com que a nossa alma toma posse das células que se vão formando no corpo. Este mesmo Espírito Santo é por sua vez o Espírito de Cristo, que “se compraz em morar na amada alma do nosso Redentor como em seu santuário mais estimado; este Espírito que Cristo nos mereceu na cruz, pelo derramamento do seu sangue... Porém, após a glorificação de Cristo na cruz, seu espírito derrama-se superabundantemente sobre a Igreja, de modo que ela e seus membros individuais possam tornar-se dia a dia mais semelhantes ao seu Salvador”. Pelo Batismo, o Espírito de Cristo torna-se também o nosso Espírito. “A Alma da Alma” de Cristo torna-se também Alma da nossa alma.

Assim é, pois, a Igreja vista por “dentro”. É uma sociedade jurídica, sim, com uma organização visível dada pelo próprio Cristo. Mas é muito mais, é um *organismo vivo*, um Corpo que vive, cuja [p. 117] Cabeça é Cristo, cujos membros somos nós, os batizados, e cuja alma é o Espírito Santo. É um Corpo vivo de que podemos separar-nos por heresia, cisma ou excomunhão, do mesmo modo que um dedo é extirpado pelo bisturi do cirurgião. É um Corpo em que o pecado mortal –como um torniquete aplicado a um dedo- pode interromper temporariamente o fluxo vital, até que seja retirado pelo arrependimento. É um corpo em

que cada membro se beneficia de cada Missa que se celebra, de cada oração que se oferece, de cada boa obra que se faz por cada um dos outros membros, em qualquer lugar do mundo. É o Corpo Místico de Cristo.

Sociedade e Corpo Místico são, porém, uma só realidade, como explica a “*Lúmen Gentium*”: “A sociedade provida de órgãos hierárquicos e o Corpo Místico de Cristo, a assembléia visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja enriquecida de bens celestes, não devem ser consideradas duas coisas, mas formam uma só realidade complexa em que se fundem o elemento divino e o humano”.

A Igreja é o Corpo Místico de Cristo. Eu sou membro desse Corpo. Que represente isto para mim? Sei que no corpo humano cada parte tem uma função a realizar: os olhos, ver; o ouvido, ouvir; a mão, apanhar; o coração, impulsionar o sangue. Há no Corpo Místico de Cristo uma função que *me* está designada? Todos sabemos que a resposta a essa pergunta é *sim*. Sabemos também que há três sacramentos pelos quais Cristo nos marca os nossos deveres.

Primeiro, o sacramento do Batismo, pelo qual nos tornamos membros do Corpo Místico de Cristo. Dissemos que pelo Batismo somos *incorporados* em Cristo. Esta palavra “incorporado” deriva do latim “corpus” e significa “feito parte do corpo”. O alimento é incorporado quando se converte em células vivas e se torna parte do nosso corpo. É isto, analogamente, o que nos ocorre quando somos batizados; somos *incorporados* em Cristo. Ao unirmos a Ele com essa intimidade, Jesus compartilha conosco, na medida das limitações humanas, tudo quanto é e tudo tudo quanto tem. Especialmente, faz-nos participar do seu sacerdócio eterno. Compartilhamos com Ele a tremenda tarefa de oferecer à

Santíssima Trindade um culto adequado. O cristão batizado, quando exerce conscientemente o sacerdócio comum que compartilha com Cristo, participa da Missa de uma maneira que uma pessoa não batizada jamais poderá alcançar.

Mas, além da Missa, adoramos a Deus de outras maneiras: pela oração, pelo sacrifício e pela prática das virtudes da fé, da esperança e da caridade, *especialmente* da caridade. Caridade significa amor a Deus e amor às almas que Deus criou e pelas quais [p. 118] Jesus morreu. Pela nossa condição de membro do Corpo Místico de Cristo e por participarmos do seu sacerdócio eterno, move-nos o zelo de trabalhar ativamente com Cristo na sua obra de redenção. Para sermos fiéis à nossa vocação de batizados, *devemos* sentir zelo pelas almas. Todos e cada um de nós devemos ser apóstolos e, se fazemos parte do laicato, devemos ser apóstolos leigos.

Estas duas palavras vêm do grego. Nessa língua, “apóstolo” significa “enviado”. Os doze homens que Jesus enviou ao mundo para estabelecer a sua Igreja chamam-se os Doze Apóstolos, assim, com maiúsculas. Mas não haviam de ser os únicos apóstolos. Na pia batismal, Jesus nos envia, a cada um, a continuar o que os Doze Apóstolos iniciaram. Nós também somos apóstolos, com “a” minúsculo.

A palavra “leigo” também provém do grego, e significa simplesmente “novo”. Sabemos que na Igreja há três amplas categorias de membros: os *clérigos*, termo que abrange os bispos, os sacerdotes e os diáconos; os *religiosos*, homens e mulheres que vivem vida comum e fazem voto de pobreza, castidade e obediência; e finalmente os *leigos*, os cristãos comuns. Este termo compreende todos os batizados que não sejam clérigos nem religiosos.

Juntas, as três categorias de membros compõem o Corpo Místico de Cristo. Não apenas os clérigos, nem os clérigos com os religiosos, mas os clérigos, os religiosos e os leigos, todos unidos num Corpo, num só Povo de Deus, constituem a Igreja de Cristo. Nesse Corpo, cada categoria tem a sua função própria. Mas todos têm em comum, independentemente da categoria a que pertençam, o chamado para serem apóstolos, cada um segundo o seu estado, chamado que receberam no Batismo.

Jesus compartilha conosco o seu sacerdócio eterno pelo Batismo e, de forma mais completa, pela Confirmação. No Batismo, compartilha a sua função de adoração da Trindade e, na Confirmação, a função “profética”, a função docente. Assim como no Batismo fomos marcados com um selo indelével como membros do Corpo de Cristo e partícipes do seu sacerdócio, na Confirmação somos marcados de novo com o selo indelével de canais da verdade divina. Agora temos direito a qualquer graça de que possamos carecer para ser fortes na fé, e a quaisquer luzes de que necessitemos para tornar a nossa fé inteligível aos outros, sempre partindo da base, é claro, de que fazemos o que está ao nosso alcance para aprender as verdades da fé e nos deixamos guiar pela autoridade docente da Igreja, que reside no Papa e nos bispos. Uma vez confirmados, temos como que uma *dupla* responsabilidade de ser apóstolos e uma dupla fonte de graça e fortaleza para cumprir esse dever. [p. 119]

Finalmente, o terceiro dos sacramentos que fazem participar do sacerdócio é a Ordem. Desta vez, Cristo compartilha *plenamente* o seu sacerdócio: completamente nos bispos e em grau subordinado nos sacerdotes. No sacramento da Ordem, não há apenas uma chamada, não há apenas uma graça, mas, além disso, um *poder*. O sacerdote recebe o poder de consagrar e perdoar, de santificar e abençoar. O bispo, além disso, recebe o poder de

ordenar ouros bispos e sacerdotes, e a jurisdição de governar almas e de definir as verdades de fé. Este poder de definir verdades de fé reside no Colégio Episcopal –todos os bispos do mundo juntos- quanto, em união com o Papa, exerce o seu supremo magistério.

Mas todos somos chamados a ser apóstolos. Todos recebemos a missão de ajudar o corpo Místico de Cristo a crescer e a manter-se são. Cristo espera que cada um de nós contribua para a salvação do mundo, da pequena parcela do mundo em que vivemos: nosso lar, nosso ambiente de trabalho e de lazer, nossas relações sociais, etc. Espera que, por meio de nossas vidas, O tornemos visível àqueles com quem trabalhamos e nos distraímos. Espera que sintamos um pleno sentido de responsabilidade para com as almas dos que nos cercam, que nos penalizem os seus pecados, que nos preocupe a sua incredulidade. Cristo espera de cada um de nós que participemos, cada um de acordo com a sua vocação, da única missão salvadora da Igreja. Diz o Concílio Vaticano II que “é específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus”. E acrescenta que é nas condições ordinárias da vida familiar e social que devem contribuir, a modo de fermento, para a santificação do mundo.

Há, além disso, a possibilidade de inscrever-nos em associações de natureza apostólica que tenham uma clara finalidade de santificação pessoal e alheia, sem deixarmos por isso de ser leigos. [p. 120]

CAPÍTULO XII

AS NOTAS E OS ATRIBUTOS DA IGREJA

ONDE A ENCONTRAMOS?

“Não é produto genuíno se não traz esta marca”. Encontramos com frequência este lema nos anúncios dos produtos. Talvez não acreditemos em toda a tagarelice sobre os “produtos de qualidade” e “os entendidos o recomendam”, mas, quando vão fazer compras muitos insistem em que lhes sirvam determinada marca, e quase ninguém compra um artigo de prata sem lhe dar a volta para verificar se traz o contraste que garante que é prata de lei, e muito poucos compram um anel sem antes olhar a marca dos quilates.

Sendo a sabedoria de Cristo a própria sabedoria de Deus, era de esperar que, ao estabelecer a sua Igreja, tivesse Ele previsto alguns meios para reconhecê-la, não menos inteligentes que os dos modernos comerciantes; umas “marcas” para que todos os homens de boa vontade pudessem reconhecê-la facilmente. Era de esperar que o fizesse, especialmente tendo em conta que Jesus fundou a

sua Igreja à custa da sua própria vida. Jesus não morreu na cruz por gosto. Não deixou aos homens a escolha de pertencer ou não à Igreja, segundo as suas preferências. A sua Igreja é a Porta do Céu, pela qual todos (ao menos com um desejo implícito) devem entrar.

Ao constituir a Igreja como pré-requisito para a nossa felicidade eterna, o Senhor não deixou de estampar nela, claramente, a sua marca, o sinal da sua origem divina, e tão à vista que não pudéssemos deixar de reconhecê-la no meio da miscelânea de mil seitas, confissões e religiões do mundo atual. Podemos dizer que a “marca” da Igreja é um quadrado, e que o próprio Jesus Cristo nos disse que devíamos olhar para cada lado desse quadrado.

Primeiro, a *unidade*. “Tenho ainda outras ovelhas que não são deste aprisco, e é preciso que eu as traga, e ouvirão a minha voz, [p. 121] e haverá um só rebanho e um só pastor (Jo 10, 16). E também: “Pai santo, guarda em teu nome estes que me deste, a fim de que sejam um como nós” (Jo 17, 11).

Depois, a *santidade*. “Santifica-os na verdade... Santifico-me por eles, para que também eles sejam santificados na verdade” (Jô 17, 17-19). Esta foi a oração do Senhor pela sua Igreja, e São Paulo nos recorda que Jesus Cristo “se entregou por nós para resgatar-nos de toda iniquidade e purificar para si um povo aceitável, zeloso pelas boas obras” (Tit 2, 14).

O terceiro lado do quadrado é a *catolicidade* ou *universalidade*. A palavra “católico” vem do grego, como a palavra “universal” vem do latim, mas ambas significam o mesmo: “tudo”. *Todo* o ensinamento de Cristo a *todos* os homens, em *todos* os tempos e em *todos* os lugares. Escutemos as palavras do Senhor: “Este Evangelho do reino será pregado em todo o mundo, como testemunho para todas as nações” (Mt 24, 14). “Ide

por todo o mundo e pregai o Evangelho a todas as criaturas” (Mc 16, 15). “Sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia, na Samaria e até os confins do mundo” (At 1, 8).

O quadrado se completa com a nota de *apostolicidade*. Esta palavra parece um pouco complicada de se pronunciar, mas significa simplesmente que a Igreja que proteste ser de Cristo deve ser capaz de remontar a sua linhagem, em linha ininterrupta, até os Apóstolos. Deve ser capaz de mostrar a sua legítima descendência de Cristo por meio dos Apóstolos. De novo fala Jesus: “E eu te digo a ti que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (Mt 16, 18). Dirigindo-se a todos os Apóstolos: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, pois, ensinais a todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a observar tudo o que vos prescrevi. Eis que eu estou convosco todos os dias, até à consumação do mundo” (Mt 28, 18-20). São Paulo sublinha este sinal da apostolicidade quando escreve aos efésios: “Já não sois hóspedes nem peregrinos, mas concidadãos dos santos e membros da família de Deus, edificados sobre os Apóstolos e os profetas como fundamento, sendo o próprio Cristo Jesus a pedra angular” (Ef 2, 19-20).

Qualquer igreja que proteste ser de Cristo deve mostrar estas quatro notas. Há muitas “igrejas” no mundo de hoje que se chamam cristãs. Abreviemos o nosso trabalho de escrutínio examinando a nossa própria igreja, a Igreja Católica, e se encontrarmos nela a marca de Cristo, não precisaremos examinar as outras.

Por muito errado que você esteja sobre alguma coisa, sempre é desagradável que alguém lho diga sem rodeios. E enquanto esse [p. 122] alguém lhe explica cuidadosamente *por que* está

enganado, é provável que você se mostre mais e mais obstinado. Talvez nem sempre sucede isso consigo, ou talvez você seja muito santo e nunca tenha essa reação. Mas, em geral, nós, os homens, somos assim. Por esse motivo, raras vezes é bom discutir sobre religião. Todos devemos estar dispostos a expor a nossa religião em qualquer ocasião; mas nunca a discutir sobre ela. No momento em que dissermos a alguém: “Sua religião é falsa e eu lhe direi por quê”, fecharemos com uma batida de porta a mente dessa pessoa, e nada do que dissermos depois conseguirá abri-la.

Por outro lado, devemos ver que, se conhecermos bem a nossa religião, poderemos explicá-la, inteligente e amavelmente, ao vizinho que não é católico ou que não pratica: haverá bastante esperança de que nos escute. Se pudermos demonstrar-lhe que a Igreja Católica é a verdadeira Igreja estabelecida por Jesus Cristo, não há razão para dizer-lhe que a “Igreja” dele é falsa. Poderá ser que seja teimoso, mas não será estúpido, e é de confiar que tire as suas próprias conclusões. Tendo isto em mente, examinemos agora a Igreja Católica para ver se apresenta a marca de Cristo, se Jesus a indicou como sua, sem possibilidades de erro.

Primeiro, vejamos a *unidade*, que o Senhor estabeleceu como característica do seu rebanho. Observemos esta unidade em suas três dimensões: unidade de credo, unidade de autoridade e unidade de culto.

Sabemos que os membros da Igreja de Cristo devem manifestar unidade de credo. As verdades em que cremos são as que foram dadas a conhecer pelo próprio Cristo; são verdades que procedem diretamente de Deus. Não há verdades mais, “verdadeiras” que a mente humana possa conhecer a aceitar do que as reveladas por Deus. Deus *é* a verdade; sabe tudo e não pode errar; é infinitamente verdadeiro e não pode mentir. É mais fácil

crer, por exemplo, que não existe sol em pleno dia do que pensar que Jesus tenha podido enganar-se ao dizer-nos que existem três Pessoas em um só Deus.

Por este motivo, consideramos o princípio do “juízo privado” como absolutamente ilógico. Há pessoas que estendem o princípio do juízo privado às questões religiosas. Admitem que Deus nos deu a conhecer certas verdades, mas dizem que cada homem tem de interpretar essas verdades de acordo com o seu critério. Que cada um leia a sua Bíblia, e o que chegue a pensar que a Bíblia significa, esse *é o significado para ele*. Não está em nossas mãos escolher e acomodar a revelação de Deus às nossas preferências ou às nossas conveniências. [p. 123]

Esta teoria do “juízo privado” levou, naturalmente, a dar um passo mais: a negar *toda* verdade absoluta. Hoje, muita gente pretende que a verdade e a bondade são termos *relativos*. Uma coisa será verdadeira enquanto a maioria dos homens pensar que é útil, enquanto parecer que essa coisa “funciona”. Se crer que Deus ajuda você, então creia em Deus; mas, se você pensa que essa crença dificulta a marcha do progresso, deve estar disposto a afastá-la. E o mesmo ocorre com a bondade. Uma coisa ou uma ação é boa se contribui para o bem-estar e a felicidade do homem. Mas se a castidade, por exemplo, parece que referia o avanço de um mundo que está sempre evoluindo, então a castidade deixa de ser boa.

Em resumo, bom ou verdadeiro é apenas o que, aqui e agora, é útil para a comunidade, para o homem como elemento construtivo da sociedade, e é bom ou verdadeiro *somente enquanto* continua a ser útil. Esta filosofia tem o nome de pragmatismo. É muito difícil dialogar com um pragmático sobre a verdade, porque minou o terreno que você pisa começando por negar a existência de qualquer verdade real e absoluta. Tudo o que

um homem de fé pode fazer por ele é rezar e demonstrar-lhe com uma vida autêntica que o cristianismo “funciona”.

Talvez nos tenhamos desviado um pouco do nosso tema principal: o de que não há igreja que possa dizer que é de Cristo se todos os seus membros não crêem nas mesmas verdades, já que essas verdades são de Deus, eternamente imutáveis, as mesmas para todos os povos. Sabemos que na Igreja Católica *todos cremos* nas mesmas verdades, bispos, sacerdotes ou crianças; americanos, franceses e japoneses; brancos ou negros; cada católico, esteja onde estiver, diz exatamente o mesmo quando recita o Credo dos Apóstolos.

Não estamos unidos entre nós apenas pelo que cremos, mas também por estarmos debaixo da mesma autoridade. Jesus Cristo designou São Pedro como pastor supremo do seu rebanho, e tomou as medidas necessárias para que os sucessores do Apóstolo até o fim dos tempos fossem a cabeça da sua Igreja e quem guardasse as suas verdades. A lealdade ao bispo de Roma, a quem chamamos carinhosamente Santo Padre, será sempre o centro obrigatório da Igreja de Cristo: “Onde está Pedro, ali está a Igreja”.

Estamos unidos também no culto, como nenhuma outra Igreja. Temos um só altar, sobre o qual Jesus Cristo renova, todos os dias, o seu oferecimento na cruz. Só um católico pode dar a volta ao mundo sabendo que, aonde quer que vá –à África ou à Índia, à Alemanha ou à América do Sul-, se encontrará sempre em casa, do ponto de vista religioso. Em toda a parte, a mesma Missa; em toda a parte, os mesmos sete sacramentos. [p. 124]

Uma fé, uma cabeça, um culto. Esta é a unidade pela qual Cristo orou, a unidade que estabeleceu como um dos sinais que identificariam perpetuamente a sua Igreja. É uma unidade que só pode ser encontrada na Igreja Católica.

SANTA E CATÓLICA

Os argumentos mais fortes contra a Igreja Católica são as vidas dos maus católicos e dos católicos relaxados. Se perguntássemos a um católico tíbio: “Não será que tanto faz uma igreja como outra?”, certamente nos responderei indignado: “Claro que não! Há uma só Igreja verdadeira, a Igreja Católica”. E pouco depois ficaria como um mentiroso diante dos seus amigos acatólicos, ao contar as mesmas piadas imorais, ao embebedar-se nas mesmas reuniões, ao colaborar com eles em mexericos maliciosos, ao comprar os mesmos anticoncepcionais e até, talvez, ao mostrar-se menos escrupuloso que eles nos seus negócios ou na sua atuação política.

Sabemos que estes homens e mulheres são a minoria, ainda que já seria excessivo que houvesse um só. Também sabemos que não nos pode surpreender que na Igreja de Cristo haja membros indignos. O próprio Jesus comparou a sua Igreja à rede que apanha peixes maus e bons (Mt 13, 47-50); ao campo, onde o joio cresce entre o trigo (Mt 13, 24-30); à festa de bodas, em que um dos convidados se apresenta sem a veste nupcial (Mt 22, 11-14).

Sempre haverá pecadores. Até o final do caminho serão a cruz que Jesus Cristo deve carregar aos ombros do seu Corpo Místico. E, não obstante, Jesus sublinhou a *santidade* como uma das notas distintivas da sua Igreja. “Por seus frutos os conhecereis”, disse Ele. “Porventura colhem-se uvas dos espinhos e figos dos abrolhos? Toda árvore boa dá bons frutos; toda árvore má dá maus frutos” (Mt 7, 16-17).

Ao responder à pergunta: “Por que é santa a Igreja Católica?”, diz o Catecismo: “A Igreja Católica é santa porque foi fundada por Jesus Cristo, que é santo; porque ensina, segundo a

vontade de Cristo, uma doutrina santa e oferece os meios para se levar uma vida santa, formando assim membros santos em todas as idades”.

Todas e cada uma destas palavras são verdade, mas não são um ponto fácil de aceitar para o nosso conhecido não católico, especialmente se na noite anterior estive de farra com um católico, e, além disso, sabia que esse seu amigo pertence à Confraria de Nossa Senhora das Dores da paróquia de São Pafúncio. *Sabemos* que Jesus Cristo fundou a Igreja e que as outras comunidades que se autodenominam “igrejas” foram fundadas por homens. Mas o luterano, [p. 125] provavelmente, zombará da nossa afirmação de que Martinho Lutero fundou uma nova igreja, e dirá que ele nada mais fez senão purificar a antiga Igreja dos seus erros e abusos. O anglicano, sem dúvida, dirá algo parecido: Henrique VIII e Cranmer não iniciaram uma nova Igreja; simplesmente, separaram-se do “ramo romano” e estabeleceram o “ramo inglês” da Igreja cristã original. Os presbiterianos dirão o mesmo de John Knox, e os metodistas de John Wesley, e assim sucessivamente em toda a longa lista das seitas protestantes. Todas elas sem exceção proclamam Jesus Cristo como seu fundador.

Acontecerá o mesmo quando, como prova da sua origem divina, afirmarmos que a Igreja ensina uma doutrina santa. “A minha igreja também ensina uma doutrina santa”, responderá o nosso amigo acatólico. “Concordo sem reservas”, podemos responder. “Penso, evidentemente, que a tua igreja está a favor do bem e da virtude. Mas também creio que não há igreja que promova a caridade cristã e o ascetismo tão plenamente como a Igreja Católica”. Com toda a certeza, o nosso amigo continuará impassível e porá de lado a questão da “santidade da doutrina” como questão de opinião.

Mas não poderíamos ao menos apontar os santos como prova de que a santidade de Cristo continua operando na Igreja Católica? Sim, porque é uma evidencia difícil de se ignorar. Os milhares e milhares de homens, mulheres e jovens que levaram uma vida de santidade eminente, e cujos nomes estão inscritos no santoral, são algo que se torna bastante difícil de não ver, como também que as outras igrejas não têm coisa parecida, nem de longe. Não obstante, se o nosso interlocutor possui um verniz de psicologia moderna, poderá tratar de derrubar os santos com palavras como “histeria”, “neurose”, “sublimação de instintos básicos”... E, de qualquer maneira, nos dirá que esses santos estão só nos livros e que não podemos mostrar-lhe um santo aqui mesmo, agora.

Bem, e agora, que podemos dizer? Só ficamos tu e eu. O nosso amigo perguntador (esperemos que pergunte com interesse sincero) pode proclamar Cristo como seu fundador, pode atribuir uma doutrina santa à sua igreja e pode qualificar os santos como um tema discutível. Porém, não *nos* pode ignorar a *nós*; não pode permanecer surdo e cego ao testemunho de nossas vidas. Se cada católico que o nosso inquiridor imaginário encontrasse fosse uma pessoa de eminentes virtudes cristãs: amável, paciente, abnegado e amistoso; casto, delicado e reverente na palavra; honrado, sincero e simples; generoso, sóbrio, leal e puro na conduta, com que impressão você pensa que ele ficaria?

Se somente no nosso país os 33.000.000 de católicos vivessem assim suas vidas, que testemunho tão arrasador da santidade da Igreja [p. 126] de Cristo! Temos que recordar-nos uma e mil vezes de que *somos* os guardiões do nosso irmão. Não podemos tolerar as nossas pequenas debilidades, o nosso egoísmo, pensando que tudo se resolve sacudindo o pó numa confissão. Teremos que responder diante de Cristo não só pelos nossos

pecados, mas também pelos pecados das almas que poderão ir para o inferno por nossa culpa. Disse 33 milhões? Esquece-te dos 32.999.999 restantes; concentremo-nos, agora mesmo, tu em ti e eu em mim. Então a nota de santidade da Igreja Católica se tornará evidente ao menos na pequena área em que tu e eu vivemos e nos movemos.

“Sempre, todas as verdades, em todos os lugares”. Esta frase descreve de uma forma condensada a terceira das quatro notas da Igreja. É o terceiro lado do quadrado que constitui a “marca” de Cristo e que nos prova a origem divina da Igreja. É o selo da autenticidade que só a Igreja Católica possui.

A palavra “católica” significa que abrange tudo, e provém do grego, como dissemos antes; e significa o mesmo que a palavra “universal”, que vem do latim.

Quando dizemos que a Igreja Católica (com “C” maiúsculo) é católica (com “c” minúsculo) ou universal, queremos dizer antes de mais nada que existiu *todo o tempo* desde o Domingo de Pentecostes até os nossos dias. As páginas de qualquer livro de história darão fé disto, e não é necessário sequer que seja um livro escrito por um católico. A Igreja Católica tem uma existência ininterrupta de mais de mil e novecentos anos, e é a *única* Igreja que pode dizê-lo de verdade.

Digam o que quiserem as outras “igrejas” sobre a purificação da primitiva Igreja ou os “ramos” da Igreja, o certo é que, nos primeiros séculos da história cristã, não houve outra Igreja além da Católica. As comunidades cristãs não católicas mais antigas são as nestorianas, as monofisitas e as ortodoxas. A ortodoxa grega, por exemplo, teve o seu começo no século nono, quando o arcebispo de Constantinopla recusou a comunhão ao imperador Bardas, que vivia publicamente em pecado. Levado pelo despeito,

o imperador separou a Grécia da sua união com Roma, e assim nasceu a confissão ortodoxa.

A confissão protestante mais antiga é a luterana, que começou a existir no século XVI, quase mil e quinhentos anos depois de Cristo. Teve a sua origem na rebelião de Martinho Lutero, um frade católico de personalidade magnética, e ficou devendo a sua rápida difusão ao apoio dos príncipes alemães, que se insurgiam contra o poder do Papa de Roma. A tentativa de Lutero de corrigir os abusos da Igreja (e não há dúvida de que havia abusos) acabou num [p. 127] mal muito maior: a divisão da Cristandade. Lutero abriu um primeiro furo no dique, e, atrás dele, veio a inundação. Já mencionamos Henrique VIII, John Knox e John Wesley. Porém, as primeiras confissões protestantes se subdividiram e proliferaram (especialmente nos países de língua alemã e inglesa), dando lugar a centenas de seitas diferentes, num processo que ainda não terminou. Mas nenhuma delas existia antes de 1517, ano em que Lutero afixou as suas famosas “95 Teses” na porta da igreja de Wittenberg, na Alemanha.

A Igreja Católica não só é a única cuja história não se interrompe desde os tempos de Cristo, como também é a única que ensina *todas as verdades* que Jesus ensinou e como Ele as ensinou. Os sacramentos da Penitencia e Unção dos Enfermos, a Missa e a Presença Real de Jesus Cristo na Eucaristia, a supremacia espiritual de Pedro e seus sucessores, os papas, a eficácia da graça e a possibilidade de o homem merecer a graça e o céu –são pontos dos quais alguns são repelidos pelas variadas igrejas não católicas. De fato, há hoje comunidades que pretendem ser “igrejas cristãs” e chegam inclusive a duvidar da divindade de Jesus Cristo. Em contrapartida, não há uma só verdade revelada por Jesus Cristo (pessoalmente ou pelos seus Apóstolos) que a Igreja Católica não proclame e ensine.

Além de ser universal no tempo (*todos* os dias desde o Pentecostes) e universal na doutrina (*todas* as verdades ensinadas por Jesus Cristo), a Igreja Católica é também universal em *extensão*. Consciente da missão que lhe foi confiada pelo seu Fundador, a Igreja Católica levou a mensagem de salvação a todas as latitudes e longitudes da face da terra, lá onde houvesse almas que salvar. A Igreja Católica não é uma igreja “alemã” (os luteranos) ou inglesa (os anglicanos), ou “escocesa” (os presbiterianos), ou “holandesa” (a Igreja Reformada), ou “americana” (centenas de seitas distintas). A Igreja Católica está em todos esses países, e, além disso, em todos aqueles que permitiram a entrada aos seus missionários. Mas a Igreja Católica não é propriedade de nenhuma nação ou raça. Em qualquer parte se acha em casa, sem ser propriedade de ninguém. Foi assim que Cristo a quis. A sua Igreja é para *todos* os homens; deve abranger o mundo inteiro. A Igreja Católica é a única a cumprir esta condição, a única que está em toda a parte, por todo o mundo.

Católica, universal, no tempo, nas verdades e no território; esta é a terceira nota da autêntica Igreja de Cristo. E a quarta, a que completa o quadrado, é a “*apostolicidade*”, que significa, simplesmente, que a Igreja que pretenda ser de Cristo deverá provar a sua [p. 128] legítima descendência dos Apóstolos, alicerce sobre o qual Jesus edificou a sua Igreja.

Que a Igreja Católica passa pela prova da “apostolicidade”, é coisa muito fácil de demonstrar. Temos a lista dos bispos de Roma, que se remonta do Papa atual numa linha contínua até São Pedro. E os outros bispos da Igreja Católica, verdadeiros sucessores dos Apóstolos, são os elos atuais na ininterrupta cadeia que se estende por mais de vinte séculos.

Desde o dia em que os Apóstolos impuseram as mãos sobre Timóteo e Tito, Marcos e Policarpo, o poder episcopal transmitiu-se pelo sacramento da Ordem Sagrada de geração em geração, de bispo a bispo.

E com isto, fechamos o quadrado. Na Igreja Católica distingue-se com toda a clareza a “marca” de Cristo: una, santa, católica e apostólica. Não somos tão ingênuos que esperemos que os convertidos venham agora correndo aos molhos, visto que lhes mostramos essa marca. Os preconceitos humanos não cedem tão facilmente à razão. Mas ao menos tenhamos a prudência de vermos nós essa marca com lúcida segurança.

A RAZÃO, A FÉ... E EU

Deus concedeu ao homem a faculdade de raciocinar, e Ele pretende que a utilizemos. Existem duas maneiras de abusar dessa faculdade. Uma é não utilizá-la. Uma pessoa que não aprendeu a usar da razão é, por exemplo, aquela que toma como verdade do Evangelho tudo o que lê nos jornais e nas revistas, por mais absurdo que seja. É a que aceita ingenuamente as mais extravagantes afirmações de vendedores e anunciantes, uma arma sempre pronta para ser empunhada por publicitários espertos. Deslumbra-o o prestígio; se um famoso cientista ou industrial diz que Deus não existe, para ela é claro que não há Deus. Noutras palavras, este não-pensante não possuir senão opiniões prefabricadas. Nem sempre é a preguiça intelectual a que produz um não-pensante. Às vezes, infelizmente, são os pais e os mestres os causadores desta apatia mental, quando reprimem a natural curiosidade dos jovens e afogam os normais “porquês” com os seus “porque eu o digo e pronto”.

No outro extremo está o homem que faz da razão um autêntico deus. É aquele que não crê em nada que não veja e compreenda por si mesmo. Para ele, os únicos dados certos são os que vêm dos laboratórios científicos. Nada é certo a não ser que ele assim o ache, a não ser que, já e agora, produza resultados práticos. O que dá resultado, é certo; o que é útil, é bom. Este tipo de pensador é o que chamamos de pragmático. Recusa qualquer verdade [p. 129] que se baseie na autoridade. Crerá na autoridade de um Einstein e aceitará a teoria da relatividade, mesmo que não a entenda. Crerá na autoridade dos físicos nucleares, ainda que continue a não entender nada. Mas a palavra “autoridade” produz-lhe uma repulsa automática quando se refere à autoridade da Igreja.

O pragmático respeita as declarações das autoridades humanas porque acha que elas devem saber o que dizem, confia na sua competência. Mas este mesmo pragmático olhará com um desdém impaciente o católico que, pela mesma razão, respeita as declarações da Igreja, confiado em que a Igreja sabe o que está dizendo através da pessoa do Papa e dos bispos. É verdade que nem todos os católicos têm uma compreensão inteligente da sua fé. Para muitos, a fé é uma aceitação *cega* das verdades religiosas baseada na autoridade da Igreja. Esta aceitação sem raciocínio poderá ser devida à falta de ocasião de estudo, à falta de instrução ou, até, infelizmente, à preguiça mental. Para as crianças, e as pessoas sem instrução, as crenças religiosas devem ser desse gênero, sem provas, como a sua crença na necessidade de certos alimentos e a nocividade de certas substancias é uma crença sem provas. O pragmático que afirma: “Eu creio no que diz Einstein porque não há dúvida de que sabe do que está falando”, deverá também achar lógico que uma criança diga: “Creio porque papai diz”, e, quando for mais crescida, diga: “Creio porque assim

o diz o padre (ou a freira)”, e não poderá estranhar que um adulto sem instrução afirme: “É o Papa que o diz, e para mim basta”.

Não obstante, para um católico que raciocina, a aceitação das verdades da fé deve ser uma aceitação raciocinada, uma aceitação inteligente. É certo que a virtude da fé em si mesma –a *faculdade* de crer- é uma graça, um dom de Deus. Mas a fé adulta se edifica sobre a razão; não é uma frustração da razão. O católico instruído considera suficiente a clara evidencia histórica de que Deus falou, e de que o fez por meio de seu Filho, Jesus Cristo; de que Jesus constituiu a Igreja como seu porta-voz, como sua manifestação visível à humanidade; de que a Igreja Católica é a mesma que Jesus Cristo estabeleceu; de que os bispos dessa Igreja, como sucessões dos Apóstolos (e especialmente ao Papa, sucessor de São Pedro), Jesus Cristo deu o poder de ensinar, santificar e governar espiritualmente em seu nome. À competência da Igreja para falar em nome de Cristo sobre matérias de fé doutrinal ou de ação moral, para administrar os sacramentos e exercer o governo espiritual, chamamos a *autoridade* da Igreja. O homem que, pelo uso da sua razão, vê com clareza satisfatória que a Igreja Católica possui esse atributo de autoridade, não vai contra a razão, mas, pelo contrário, [p. 130] *segue-a* quando afirma: “Creio em tudo o que a Igreja Católica ensina”.

De igual modo, o católico segue tanto a razão como a fé quando aceita a doutrina da infalibilidade. Este atributo significa simplesmente que a Igreja (seja na pessoa do Papa ou de todos os bispos juntos sob o Papa) não pode errar quando proclama solenemente que certa matéria de crença ou de conduta foi revelada por Deus e deve ser aceita e seguida por todos. A promessa de Cristo “Eu estarei convosco todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28, 20) não teria sentido se a sua Igreja não fosse

infalível. Certamente Jesus não estaria com a sua Igreja se a permitisse cair em erro em matéria essenciais à salvação. O católico sabe que o Papa pode pecar, como qualquer homem. Sabe que as opiniões pessoais do Papa têm a força que a sua sabedoria humana lhes possa dar. Mas também sabe que quando o Papa, pública e solenemente, declara que certas verdades foram reveladas por Cristo, seja pessoalmente ou por meio de seus Apóstolos, o sucessor de Pedro não pode errar. Jesus não estabeleceu uma Igreja que pudesse desencaminhar os homens.

O direito de falar em nome de Cristo e de ser escutada é o atributo (ou qualidade) da Igreja Católica a que chamamos “autoridade”. A certeza de estar livre de erro quando proclama solenemente as verdades de Deus à Igreja universal é o atributo a que chamamos “infalibilidade”.

Existe uma terceira qualidade da Igreja Católica. Jesus não disse só: “Quem vos ouve, a mim ouve; e quem vos rejeita, a mim rejeita” (Lc 10, 16) –*autoridade*-. Não disse só: “Eu estarei convosco, todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28, 20) –*infalibilidade*-. Também disse: “Sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (Mt 16, 18), e com estas palavras indicou a terceira qualidade inerente à Igreja Católica: a *indefectibilidade*.

O atributo de indefectibilidade significa simplesmente que a Igreja permanecerá até o fim dos tempos como Jesus a fundou, que não é perecível, que continuará a existir enquanto houver almas a salvar. “Permanência” seria um bom sinônimo de indefectibilidade, mas parece que os teólogos sempre se inclinam pelas palavras mais longas.

Seria um grande equívoco que o atributo da indefectibilidade nos induzisse a um falso sentimento de segurança. Jesus disse que

a sua Igreja permaneceria até o fim dos tempos. Com a ameaça do materialismo no Leste e no Oeste, seria trágico que permanecêssemos impassíveis ante o perigo, pensando que nada de realmente mau pode acontecer-nos porque Cristo está na sua Igreja. Se descurarmos a nossa exigente vocação de cristãos –e, por isso, de [p. 131] apóstolos-, a Igreja de Cristo poderá tornar-se outra vez uma Igreja clandestina, como já o foi no Império Romano, feita de almas destinadas ao martírio. Não são as bombas e os canhões do comunismo que devemos temer, mas sim o seu fervor, o seu dinamismo, o seu afã proselitista, um perigo muito mais temível. Bem pouco têm eles a oferecer, mas com que zelo o proclamam! Nós temos *tanto* que partilhar e, não obstante, que apáticos –quase indiferentes- somos em levar a verdade aos outros!

“Quantas pessoas converti?”. Ou, pelo menos, “quanto me preocupei, quanta dedicação pus na conversão dos outros?”. Esta é uma pergunta que cada um de nós deveria fazer a si próprio de vez em quando. Pensar que teremos de apresentar-nos diante de Deus, no Dia do Juízo, de mãos vazias, deveria fazer-nos estremecer. “Onde estão os seus frutos, onde estão as suas almas?”, perguntar-nos-á Deus, e com razão. E o perguntará tanto aos cristãos comuns como aos sacerdotes e aos religiosos. Não podemos descartar-nos desta obrigação dando esmolas para as missões. Isso está bem, é necessário, mas é apenas o começo. Também temos que rezar. Nossas orações quotidianas ficariam lamentavelmente incompletas se não pedíssemos pelos missionários, tanto nacionais como estrangeiros, e pelas almas com que eles trabalham. Mas rezamos todos os dias pedindo o dom da fé para os vizinhos da porta do lado, se não são católicos ou não praticam? Rezamos pelo companheiro de trabalho que está

no escritório contíguo, na máquina ao lado? Com que frequência convidamos um amigo não católico a assistir à Missa conosco, dando-lhe previamente um livrinho que explique as cerimônias? Temos em casa alguns bons livros que expliquem a fé católica, uma boa coleção de folhetos, que damos ou emprestamos à menor oportunidade, a qualquer um que mostre um pouco de interesse? Se fazemos tudo isto, inclusive combinando para esses amigos uma entrevista com um sacerdote com quem possam conversar (quando as suas perguntas parecem encostar-nos à parede), então estamos cumprindo uma parte, pelo menos, da nossa responsabilidade para com Cristo, pelo tesouro que nos confiou.

Naturalmente, nenhum de nós pensa que todos os não católicos vão para o inferno, assim como não pensamos que chamar-se católico seja suficiente para introduzir-nos no céu. A sentença “fora da Igreja não há salvação” significa que não há salvação para os que se acham fora da Igreja por culpa própria. Alguém que seja católico e abandone a Igreja deliberadamente não poderá salvar-se se não retornar; a graça da fé não se perde a não ser por culpa própria. Um não católico que, sabendo que a Igreja Católica é a verdadeira, [p. 132] permanece fora por sua culpa, não poderá salvar-se. Um não católico, cuja ignorância da fé católica seja voluntária, com cegueira deliberada, não poderá salvar-se. Mas aqueles que se encontram fora da Igreja sem culpa própria, e que fazem tudo o que podem conforme seu reto entender, fazendo bom uso das graças que Deus certamente lhes dará em vista da sua boa vontade, esses *poderão* salvar-se. Deus não pede o impossível a ninguém; recompensará cada um segundo o uso que tenha feito do que lhe foi concedido. Mas isto não quer dizer que nós possamos iludir a nossa responsabilidade dizendo: “Como o meu vizinho pode ir para o céu sem se fazer católico, por que me

preocupar?”. Também não quer dizer que “tanto faz uma igreja como outra”.

Deus quer que todos pertençam à Igreja que Ele fundou. Jesus Cristo quer um só rebanho e um só Pastor. E nós *devemos* desejar que nossos parentes, amigos e conhecidos tenham essa confiança maior na sua salvação de que gozamos na Igreja de Cristo; maior plenitude de certeza; mais segurança em saber o que está certo e o que é errado; os inigualáveis auxílios que as Missas e os sacramentos nos oferecem. Tomamos pouco a sério a nossa fé se podemos conviver com os outros, dia após dia, sem nunca nos perguntarmos: “Que posso fazer para ajudar esta pessoa a reconhecer a verdade da Igreja Católica e a unir-se a mim no Corpo Místico de Cristo?” O Espírito Santo vive na Igreja permanentemente, mas com frequência tem que esperar por mim para achar maneira de entrar na alma daquele que está ao meu lado. [p. 133]

CAPÍTULO XIII

A COMUNHÃO DOS SANTOS E O PERDÃO DOS PECADOS

O FIM DO CAMINHO

Se alguém nos chamasse santos, o mais provável é que estivesse brincando conosco. Somos demasiado conscientes de nossas imperfeições para aceitarmos esse título. E, não obstante, todos os fiéis do Corpo Místico de Cristo na Igreja primitiva se chamavam santos. É o termo favorito de São Paulo para se dirigir aos que compunham as comunidades cristãs. Escreve “aos santos que estão em Éfeso” (Ef 1, 1) e “aos santos que se encontram em toda a Acaia” (2Cor 1, 1). Os Atos dos Apóstolos, que contêm a história da Igreja nascente, chamam também santos aos seguidores de Cristo.

A palavra “santo”, derivada do latim, descreve a alma cristã que, incorporada a Cristo pelo Batismo, é morada do Espírito Santo (enquanto permanece em estdo de graça santificante). Essa alma é um santo no sentido original da palavra. atualmente, limitou-se o seu significado àqueles que estão no céu. Mas a palavra é empregada na sua acepção primitiva quando, ao

recitarmos o Credo dos Apóstolos, dizemos: “Creio ... na comunhão dos santos”. A palavra “comunhão” significa, claro está, “união com”, e com ela queremos indicar que existe uma união, uma comunicação entre as almas em que o Espírito Santo, o Espírito de Cristo, tem a sua morada. Esta comunicação refere-se em primeiro lugar a nós mesmos, que somos membros da Igreja na terra. O nosso “ramo” da comunhão dos santos chama-se Igreja militante, quer dizer, a Igreja que ainda luta com o pecado e o erro. Se cáissemos em pecado mortal, não deixaríamos de pertencer à comunhão dos santos, mas seríamos como membros mortos do Corpus Místico e cortaríamos a comunhão com os outros membros enquanto continuássemos a excluir o Espírito Santo da nossa alma. [p. 134]

As almas do purgatório são também membros da comunhão dos santos. Estão confirmadas na graça para sempre, ainda que tenham que purificar-se dos seus pecados veniais e das suas dívidas de penitencia. Não podem ver a Deus ainda, mas o Espírito Santo está com elas e nelas, e nunca o poderão perder. Frequentemente designamos este ramo da Igreja como Igreja padecente.

Finalmente, esta a Igreja triunfante, composta pelas almas dos bem-aventurados que se encontram no céu. É a Igreja eterna, a que absorverá tanto a Igreja militante como a padecente depois do Juízo Final.

E, na prática, que significa para mim a comunhão dos santos? Significa que todos nós que estamos unidos em Cristo – os santos do céu, as almas do purgatório e os que ainda vivemos na terra- devemos ter consciência das necessidades dos outros.

Os santos do céu não estão absorvidos na sua própria felicidade que esqueçam as almas que deixaram atrás. Ainda que

quisessem, não o poderiam fazer. Seu perfeito amor a Deus deve incluir um amor a todas as almas criadas por Deus e adornadas com suas graças, a todas essas almas em que Ele mora e pelas quais Jesus morreu. Em resumo, os santos *devem* amar as almas que Jesus ama, e o amor que os santos do céu têm pelas almas do purgatório e pelas almas da terra não é um amor passivo. Os santos estão *ansiosos* por ajudar a caminhar para a glória essas almas cujo valor infinito estão agora em condições de apreciar como antes não podiam. E se a oração de um homem bom na terra pode mover o coração de Deus, como não será a força dos corações que os santos oferecem a nós! Eles são os heróis de Deus, seus amigos íntimos, seus familiares.

Os santos do céu oram pelas almas do purgatório e por nós. Nós, de nossa parte, devemos venerar e honrar os santos. Não só porque podem e querem interceder por nós, mas porque o nosso amor a Deus assim o exige. Um artista é honrado quando se elogia a sua obra. Os santos são as obras mestras da graça de Deus; quando os honramos, honramos Aquele que os fez, o seu Redentor e Santificador. A honra que se presta aos santos não é subtraída a Deus. Ao contrário, é uma honra que lhe tributamos de uma maneira que Ele mesmo pediu e deseja. Vale a pena recordar que, ao honrarmos os santos, honramos também muitos seres queridos que já se acham com Deus na glória. Não só os canonizados, mas *cada* alma que está no céu é um santo. Por esta razão, além das festas especiais dedicadas a alguns dos santos canonizados, a Igreja dedica um dia do ano a honrar toda a Igreja triunfante; é a festa de Todos os Santos, no dia primeiro de novembro. [p. 135]

Como membros da comunhão dos santos, nós que ainda estamos na terra devemos orar, além disso, pelas benditas almas do purgatório. Agora, elas não podem ajudar-se: seu tempo de merecer passou. Mas nós, sim, podemos fazê-lo, pedindo para elas

o favor de Deus. Podemos aliviar seus sofrimentos e abreviar seu tempo de espera do céu com as nossas orações, com as Missas que oferecemos ou fazemos oferecer por elas, com as indulgências que para elas ganhamos (todas as indulgências concedidas pela Igreja podem ser aplicadas às almas do purgatório, se as oferecemos por essa intenção). Não sabemos se as almas do purgatório podem interceder por nós ou não, mas sabemos que, quando estiverem entre os santos do céu, recordar-se-ão certamente daqueles que se lembraram delas em suas necessidades, e serão suas especiais intercessoras diante de Deus.

É evidente que os que estamos ainda na terra devemos rezar também uns pelos outros, se quisermos ser fiéis à nossa obrigação de membros da comunhão dos santos. Devemos ter uns pelos outros um sincero amor sobrenatural, praticar a virtude da caridade fraterna por pensamentos, palavras e obras, especialmente mediante o exercício das obras de misericórdia corporais e espirituais. Se queremos assegurar a nossa *permanente* participação na comunhão dos santos, não podemos menosprezar a nossa responsabilidade neste campo. [p. 136]

CAPÍTULO XIV

A RESSURREIÇÃO DA CARNE E A VIDA ETERNA

O FIM DO MUNDO

Vivemos e lutamos durante poucos ou muitos anos, e depois morremos. Bem sabemos que esta vida é um tempo de prova e de luta; é o campo de provas da eternidade. A felicidade do céu consiste essencialmente na plenitude do amor. Se não entrarmos na eternidade com amor a Deus em nosso coração, seremos absolutamente incapazes de gozar da felicidade da glória. A nossa vida aqui em baixo é o tempo que Deus nos dá para adquirirmos o provarmos o amor que lhe guardamos em nosso coração, amor que devemos provar ser maior que o amor por qualquer dos bens por Ele criados, como o prazer, a riqueza, a fama ou os amigos. Devemos provar que o nosso amor resiste à investida dos males criados pelo homem, como a pobreza, a dor, a humilhação ou a injustiça. Quer estejamos numa posição alta ou baixa, em qualquer momento devemos dizer: “Meu Deus, eu te amo”, e prová-lo com as nossas obras. Para alguns, o caminho será curto; para outros, longo. Para uns, suave; para outros, abrupto. Mas acabará para todos. Todos morreremos.

A morte é a separação da alma e do corpo. Pelo desgaste da velhice ou da doença, por acidente, o corpo decai, e chega um momento em que a alma não mais pode operar por seu intermédio. Então abandona-o, e dizemos que tal pessoa morreu. Raras vezes se pode determinar o instante exato em que isso ocorre. O coração pode cessar de bater, a respiração parar, mas a alma pode ainda estar presente. É o que se demonstra pelo fato de algumas vezes pessoas aparentemente mortas reviverem pela respiração artificial ou por outros meios. Se a alma não estivesse presente, seria impossível reviver. Isto permite que a Igreja autorize os seus [p. 137] sacerdotes a dar a absolvição e a unção dos enfermos condicionais até duas horas depois da morte aparente, para o caso de a alma ainda estar presente. No entanto, uma vez que o sangue começa a coagular e aparece o *rigor mortis*, sabemos com certeza que a alma deixou o corpo.

E o que acontece então? No exato momento em que a alma abandona o corpo, é julgada por Deus. Quando os que estão junto ao leito do defunto se ocupam ainda de fechar seus olhos e cruzar-lhe as mãos, a alma já foi julgada; já sabe qual vai ser o seu destino eterno. O juízo individual da alma imediatamente após a morte chama-se Juízo Particular. É um momento terrível para todos, o momento para o qual fomos vivendo todos esses anos na terra, o momento para o qual toda a vida esteve orientada. É o dia da retribuição para todos.

Onde é que tem lugar esse Juízo Particular? Provavelmente no mesmo local em que morremos, para falar humanamente. Depois desta vida, não há “espaço” ou “lugar” no sentido ordinário destas palavras. A alma não tem que “ir” a nenhum lugar para ser julgada. Quando à forma em que se realiza este Juízo Particular, só podemos fazer conjecturas: a única coisa que Deus nos revelou

é que haverá Juízo Particular. Sua descrição como um juízo terreno, em que a alma se acha de pé ante o trono de Deus, com o diabo de um lado como acusador e o anjo da guarda do outro como defensor, não é senão uma imagem poética, é claro. Os teólogos conjecturam que provavelmente o que ocorre é que a alma se vê como Deus a vê, em estado de graça ou em pecado, com amor a Deus ou rejeitando-o, e, conseqüentemente, sabe qual será o seu destino segundo a infinita justiça divina. Este destino é irrevogável. O tempo de prova e de preparação terminou. A misericórdia divina fez tudo quanto podia; agora prevalece a justiça de Deus.

E que acontece depois? Bem, consideremos primeiro o caso mais desagradável. Vejamos a sorte da alma que se escolheu a si mesma em vez de escolher Deus, e morreu sem se reconciliar com Ele; por outras palavras, a sorte da alma que morre em pecado mortal. Tendose afastado deliberadamente de Deus nesta vida, tendo morrido sem o vínculo de união com Ele que é a graça santificante, fica sem possibilidade de restabelecer a comunicação com Deus. Perdeu-o para sempre. Está no inferno. Para esta alma, morte, juízo e condenação são simultâneos.

Como é o inferno? Ninguém o sabe com certeza, porque ninguém de lá voltou para no-lo contar. Sabemos que há nele fogo inextinguível, porque Jesus no-lo disse. Sabemos também que não é o fogo que vemos em nossos fornos e caldeiras: esse fogo não [p. 138] poderia afetar uma alma, porque é espírito. Tudo o que sabemos é que no inferno há uma “pena de sentido”, segundo a expressão dos teólogos, e que tem tal natureza que não há melhor maneira de descrevê-la em linguagem humana que com a palavra “fogo”.

Mas o mais importante não é a “pena de sentido”, mas a “pena de dano”. É esta pena – separação eterna de Deus- a que constitui o pior sofrimento do inferno. Imagino que, dentro do âmbito das verdades reveladas, todo mundo imagina o inferno a seu modo. Para mim, o que mais me abala quando penso nele é a sua terrível solidão. Vejo-me de pé, despido e só, numa solidão imensa, cheia exclusivamente de ódio, ódio a Deus e a mim mesmo, desejando morrer e sabendo que é impossível, sabendo também que este é o destino que eu escolhi livremente a troco de um prato de lentilhas, ouvindo continuamente, cheia de escárnio, a voz da minha própria consciência: “É para sempre... sem descanso... sem alívio... para sempre... para sempre...”. Mas não existem palavras ou pincel que possam descrever o horror do inferno na sua realidade. Dele nos livre Deus a todos.

Certamente, há muito poucos tão otimistas que esperem que o Juízo Particular os apanhe livres de todo vestígio de pecado, o que significaria estarem limpos não só de pecados mortais, mas também de toda pena temporal ainda por satisfazer, de toda dívida de reparação ainda não paga a Deus p'elos pecados perdoados. Custa-nos pensar que possamos morrer com a alma imaculadamente pura, e, não obstante, não há razão que nos impeça de confiar nisso, pois foi para isso que se institui o sacramento da Extrema Unção: limpar a alma das relíquias do pecado; é para isso que se concedem as indulgências, especialmente a plenária para o momento da morte, que a Igreja concede aos moribundos com a Última Benção.

Suponhamos que morremos assim: confortados pelos últimos sacramentos e com uma indulgência plenária bem ganha no momento da morte. Suponhamos que morremos sem a menor mancha nem vestígio de pecado em nossa alma. O que nos espera?

Se for assim, a morte, que o instinto de conservação nos faz parecer tão temível, será o momento da nossa mais brilhante vitória. Enquanto o corpo resistirá a desatar o vínculo que o une ao espírito que lhe deu a vida e a dignidade, o juízo da alma será a imediata visão de Deus.

“Visão beatífica” é o gélido termo teológico que designa a resplandecente realidade que significa, uma realidade que ultrapassa qualquer imaginação ou descrição humana. Não é apenas uma “visão” no sentido de “ver” a Deus; designa também a nossa união com Ele: Deus que toma posse da alma, e a alma que possui a Deus, numa unidade tão inteiramente arrebatadora que supera sem medida a do [p. 139] amor humano mais perfeito. Enquanto a alma “entra” no céu, o impacto do Amor Infinito que é Deus é uma sacudidela tão forte que aniquilaria a alma se o próprio Deus não lhe desse a força necessária para sustentar o peso da felicidade que é Ele. Se fôssemos capazes de afastar por um instante o nosso pensamento de Deus, os sofrimentos e as provas da terras nos pareceriam insignificantes; o preço pago por essa felicidade arrebatadora, deslumbrante, inesgotável, infinita, que ridículo nos pareceria! É, além disso, uma felicidade que nada poderá arrebatar-nos. É um instante de ventura absoluta, que jamais terminará. É a felicidade para sempre: assim é a essência da glória eterna.

Haverá também outras alegrias, outros gozos acidentais que se derramarão sobre nós.

Teremos a ventura de gozar da presença do nosso glorificado Redentor Jesus Cristo e de nossa Mãe Santa Maria, cujo doce amor tanto admiramos à distancia. Teremos a dita de ver-nos em companhia dos anjos e dos santos, entre os quais estarão membros da nossa família e amigos que nos precederam na glória. Mas estes

gozos serão como o tilintar de umas campainhas ante a sinfonia esmagadora que será o amor de Deus derramando-se sobre nós.

Mas o que acontecerá se, ao morrermos, o Juízo Particular não nos encontrar separados de Deus pelo pecado mortal, mas também não com a perfeita pureza da alma que a união com o Santo dos santos requer? O mais provável é que seja este o nosso caso, se nos conformamos com um nível espiritual medíocre: calculistas na oração, pouco generosos na mortificação, em barganhas com o mundo. Nossos pecados mortais, se os cometemos, foram perdoados pelo sacramento da Penitência (não dizemos no Símbolo dos Apóstolos: creio na remissão dos pecados?); mas se a nossa religião foi cômoda, não será mais lógico que, no último momento, não sejamos capazes de fazer esse perfeito e desinteressado ato de amor a Deus que a indulgência plenária exige? E eis-nos no Juízo: não merecemos o céu nem o inferno; que será de nós?

Aqui se põe de manifesto como é razoável a doutrina sobre o purgatório. Mesmo que esta doutrina não tivesse sido transmitida pela Tradição desde Cristo e os Apóstolos, a simples razão nos diria que deve haver um processo de purificação final que lave até a menor imperfeição que se interponha entre a alma e Deus. Essa é a função do estado de sofrimento temporário que chamamos purgatório. No purgatório, como no inferno, há uma “pena de sentido”, mas, assim como o sofrimento essencial do inferno é a perpétua separação de Deus, o sofrimento essencial do purgatório será a penosíssima agonia que a alma tem que sofrer ao ver adiada, mesmo por um instante, a sua união com Deus. Recordemos que a alma foi [p. 140] *feita* para Deus. Como o corpo atua nesta vida, digamos assim, como isolante da alma, esta não sente a tremenda atração de Deus. Alguns santos a experimentam

ligeiramente, mas a maioria de nós não a sente ou sente-a pouco. Não obstante, no momento em que a alma abandona o corpo, encontra-se exposta à força plena deste impulso, e experimenta uma fome tão intensa de Deus que se lança contra a barreira de suas imperfeições ainda presentes, até que, com a agonia da separação, purga as imperfeições, quebra a barreira e encontra-se com Deus.

É consolador recordar que o sofrimento das almas do purgatório é um sofrimento gozoso, ainda que seja tão intenso que não possamos imaginá-lo deste lado do Juízo. A grande diferença que existe entre o sofrimento do inferno e o do purgatório é que no inferno há a certeza da separação eterna e no purgatório a certeza da libertação. A alma do purgatório não quer aparecer diante de Deus no seu estado de imperfeição, mas, na sua agonia, tem a felicidade de saber que no fim, se reunirá a Ele.

É evidente que ninguém sabe quanto “tempo” dura o purgatório para uma alma. Pus a palavra tempo entre aspas porque, embora haja *duração* depois da morte, não há “tempo” no sentido em que o conhecemos; não há dias ou noites, horas ou minutos. No entanto, se medirmos o purgatório quer por duração ou por intensidade (um instante de tortura pode ser pior que um ano de ligeiros incômodos), o certo é que a alma do purgatório não pode diminuir ou encurtar os seus sofrimentos. Nós, os que ainda vivemos na terra, sim, podemos ajudar essas almas, pela misericórdia divina; a frequência e a intensidade da nossa oração, seja por uma determinada alma ou por todos os fiéis defuntos, nos dará a medida do nosso amor.

Se de alguma coisa estamos certos, é de desconhecer quando acabará o mundo. Poderá ser amanhã ou dentro de um milhão de anos. O próprio Jesus, quando lemos no capítulo XXIV do

Evangelho de São Mateus, descreveu alguns dos prodígios que precederão o fim do mundo. Haverá guerras, fome e pestes; virá o reino do Anticristo; o sol e a lua se obscurecerão e as estrelas cairão do céu; aparecerá a cruz no firmamento. Só depois destes acontecimentos “veremos o Filho do Homem vir sobre as nuvens do céu com grande poder e majestade” (Mt 24, 30). Mas tudo isto nos diz bem pouco; já houve guerras e pestes. A dominação comunista facilmente poderia ser o reino do Anticristo, e os espetáculos celestiais poderiam acontecer em qualquer momento. Por outro lado, as guerras, as fomes e as pestes que o mundo conheceu poderão não ser nada em comparação com as que precederão o final do mundo. Não o sabemos. Só podemos preparar-nos. [p. 141]

Durante séculos, o capítulo XX do Apocalipse de São João (Livro da Revelação para os protestantes) foi para os estudiosos da Bíblia uma fonte de material fascinante. Nele, São João descreve uma visão profética e nos diz que o diabo será acorrentado e ficará preso durante mil anos, e que nesse tempo os mortos ressuscitarão e reinarão com Cristo; ao fim desses mil anos, o diabo será solto e definitivamente vencido; então virá a segunda ressurreição. Alguns, como as testemunhas de Jehová, interpretam esta passagem literalmente, o que é um modo sempre perigoso de interpretar as imagens que tanto abundam no estilo profético. Os que tomam esta passagem literalmente e pensam que Jesus virá reinar na terra durante mil anos antes do fim do mundo, chamam-se “milenaristas”, do latim “millenium”, que significa “mil anos”. Esta interpretação, no entanto, não se harmoniza com as profecias de Cristo, e o milenarismo é rejeitado pela Igreja Católica como herético.

Alguns exegetas católicos acham que “mil anos” é um modo de falar que indica um longo período anterior ao fim do mundo,

em que a Igreja gozará de grande paz e Cristo reinará nas almas dos homens. Mas a interpretação mais comum dos peritos bíblicos católicos é que esse milênio represente todo o tempo que se segue ao nascimento de Cristo, em que Satanás foi certamente acorrentado. Os justos que tenham vivido nesse tempo terão uma primeira ressurreição, reinarão com Cristo enquanto permanecerem em estado de graça, e terão uma segunda ressurreição no fim do mundo. Paralelamente, a primeira morte é o pecado, e a segunda é o inferno.

Detivemo-nos neste breve comentário sobre o milênio porque é um ponto que poderá surgir em nossas conversas com amigos não católicos. Mas têm mais interesse prático as coisas que conhecemos com *certeza* sobre o fim do mundo. Uma delas é que, quando a história dos homens acabar, os corpos de todos os que viveram se levantarão dos mortos para unir-se novamente às suas almas. Já que foi o homem *completo*, corpo e alma, quem amou a Deus e o serviu, mesmo à custa de dor e de sacrifício, é justo que seja o homem *completo*, alma e corpo, quem goze da união eterna com Deus, que é a recompensa do amor. E já que é o homem completo quem rejeita a Deus ao morrer em pecado, impenitente, é justo que o corpo partilhe com a alma a separação eterna de Deus, que todo o homem escolheu. Nosso corpo ressuscitado será constituído de tal maneira que ficará livre das limitações físicas que o caracterizam neste mundo. Já não mais necessitará de alimento ou bebida, e, de certo modo, será “espiritualizado”. Além disso, o corpo dos bem-aventurados será “glorificado”; possuirá uma beleza e perfeição que será participação na beleza e perfeição da alma unida a Deus. [p.

Como o corpo da pessoa em que morou a graça foi certamente templo de Deus, a Igreja sempre mostrou uma grande reverência pelos corpos dos fiéis defuntos: sepulta-os com orações cheias de afeto e reverência, em túmulos bentos especialmente para este fim. A única pessoa dispensada da corrupção do túmulo foi a Mãe de Deus. *Pelo especial privilégio de sua Assunção, o corpo da Bem-aventurada Virgem Maria, unido à sua alma imaculada, foi glorificado e assunto ao céu.* Seu divino Filho, que dela tomou a sua carne, levou-a consigo para o céu. Este acontecimento é comemorado no dia 15 de agosto –ou no domingo seguinte a esta data-, festa da Assunção de Maria.

O mundo acaba, os mortos ressuscitam, e depois vem o Juízo Universal. Esse Juízo verá Jesus no trono da justiça divina, que substitui a cruz, trono de sua infinita misericórdia. O Juízo Final não oferecerá surpresas em relação ao nosso eterno destino. Já teremos passado pelo Juízo Particular; a nossa alma já estará no céu ou no inferno. O escopo do Juízo Final é, em primeiro lugar, dar glória a Deus, manifestando a toda a humanidade a sua justiça, sabedoria e misericórdia. O conjunto da vida –que com tanta freqüência nos parece um emaranhado esquema de acontecimentos sem relação entre si, às vezes duros e cruéis, às vezes mesmo estúpidos e injustos –desenrolar-se-á ante os nossos olhos. Veremos que a hesitante parte da vida que conhecemos se encaixa no magno conjunto do plano magnífico de Deus para os homens. Veremos que o poder e a sabedoria de Deus, seu amor e sua misericórdia, foram sempre o motor do conjunto. “Por que Deus permite que isto aconteça?”, queixamo-nos freqüentemente. “Por que Deus faz isto ou aquilo?”, perguntamo-nos. Agora conheceremos as respostas. A sentença que recebemos no Juízo Particular será

agora confirmada publicamente. Todos os nossos pecados –e todas as nossas virtudes- serão expostos diante de todos. O sentimental superficial que afirmava “eu não creio no inferno” ou “Deus é demasiado bom para permitir que uma alma sofra eternamente”, verá agora que, depois de tudo, Deus não é um vovôzinho complacente. A justiça de Deus é tão infinita como a sua misericórdia. As almas dos condenados, apesar deles mesmos, glorificarão eternamente a justiça de Deus, assim como as almas dos justos glorificarão para sempre a sua misericórdia. Quanto ao resto, abramos o Evangelho de São Mateus no capítulo XXV (versículos 34, 36) e deixemos que o próprio Jesus nos diga como preparar-nos para esse dia terrível.

E assim termina a história da salvação do homem, essa história que a terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, [p. 143] escreveu. Com o fim do mundo, a ressurreição dos mortos e o Juízo Final, acaba a obra do Espírito Santo. Seu trabalho santificador começou com a criação da alma de Adão. Para a Igreja, o princípio foi o dia de Pentecostes. Para ti e para mim, o dia do nosso batismo. Quando terminar o tempo e só permanecer a eternidade, a obra do Espírito Santo encontrará sua fruição na comunhão dos santos, agora um conjunto reunido na glória sem fim. [p. 144]

SEGUNDA PARTE
OS
MANDAMENTOS

CAPÍTULO XV

OS DOIS GRANDES MANDAMENTOS

A FÉ PROVA-SE COM OBRAS

“Sim, creio na democracia, creio que um governo constitucional de cidadãos livres é o melhor possível”. Alguém que dissesse isto e, ao mesmo tempo, não votasse, nem pagasse seus impostos, nem respeitasse as leis de seu país, ficaria em evidencia pelas suas próprias ações, que o condenariam como mentiroso e hipócrita.

É igualmente evidente que qualquer pessoa que manifeste crer nas verdades reveladas por Deus e não se empenhe em observar as leis de Deus, será absolutamente insincero. É muito fácil dizer “Creio”; mas as nossas obras devem ser a prova irrefutável da nossa fé. “Nem todo o que diz: Senhor, Senhor! Entrará no reino dos céus, mas somente aquele que faz a vontade de meu Pai que está nos céus” (Mt 7, 21). Não se pode dizê-lo mais claramente: se cremos em Deus, temos que fazer o que Deus nos pede: devemos guardar os seus mandamentos.

Convençamo-nos de uma vez de que a lei de Deus não se compõe de arbitrários “faça isto” e “não faça aquilo”, com o objetivo de nos aborrecer. É verdade que a lei de Deus põe à prova

a fortaleza da nossa fibra moral, mas não é esse o seu objetivo primordial. Deus não é um ser caprichoso. Não estabeleceu seus mandamentos como quem coloca obstáculos numa corrida. Deus não está postado à espreita do primeiro dos mortais que caia de bruços, para fazê-lo sentir o peso da sua ira.

Muito pelo contrário, a lei de Deus é a expressão do seu amor e sabedoria infinitos. Quando adquirimos um aparelho doméstico, seja de que tipo for, se temos senso comum, utilizá-lo-emos segundo as instruções do seu fabricante. Damos por descontado que quem o fez sabe melhor do que nós como usá-lo para que funcione bem [p. 147] e dure. Também, se temos senso comum, confiaremos em que Deus conhece muito melhor do que nós o que é mais apropriado à nossa felicidade pessoal e à da humanidade. Poderíamos dizer que a lei de Deus é simplesmente um folheto de instruções que acompanha o nobre produto de Deus, que é o homem. Mais estritamente, diremos que a lei de Deus é a expressão da divina sabedoria dirigida ao homem, para que este alcance o seu fim e a sua perfeição. A lei de Deus regula “o uso” que o homem há de fazer de si mesmo, tanto nas suas relações com Deus como com o próximo.

Se consideramos como seria o mundo se todos obedecessem à lei de Deus, fica claro que esta se destina a promover a felicidade e o bem-estar do homem. Não haveria delitos e, em consequência, não haveria necessidade de juízes, polícia e cadeias. Não haveria cobiça ou ambição, e, em consequência, não haveria necessidade de guerras, exércitos ou armadas. Não haveria lares desmanchados, nem delinquência juvenil, nem hospitais para alcoólatras. Sabemos que, como consequência do pecado original, este mundo belo e feliz jamais existirá.

Mas, individualmente, *pode* existir para cada um de nós. Nós, como a humanidade no seu conjunto, encontraríamos a verdadeira

felicidade, inclusive neste mundo, se identificássemos a nossa vontade com a de Deus. Fomos feitos para amar a Deus aqui e na eternidade. Este é o

fim da nossa existência, nisso encontramos a nossa felicidade. E Jesus nos dá as instruções para conseguirmos essa felicidade com simplicidade absoluta: “Se me amais, guardai os meus mandamentos” (Jo 14, 15).

A lei de Deus que rege a conduta humana chama-se lei *moral*, do latim “*mores*”, que significa modo de agir. A lei moral é diferente das leis *físicas*, pelas quais Deus governa o resto do universo.

As leis da astronomia, da física, da reprodução e do crescimento, obrigam necessariamente a natureza criada. Não há modo de iludi-las, não há liberdade de escolha. Se você dá um passo sobre o precipício, a lei da gravidade atua fatalmente e você se despenca, a menos que a neutralize por outra lei física –a da pressão do ar- e utilize um paraquedas. Mas a lei moral obriga-nos de modo diferente. Atua dentro do marco do livre arbítrio. Não *devemos* desobedecer à lei moral, mas *podemos* fazê-lo. Por isso dizemos que a lei moral obriga moralmente, mas não fisicamente. Se não fôssemos fisicamente livres, não poderíamos ter mérito. Se não tivéssemos liberdade, a nossa obediência não poderia se um ato de amor.

Ao considerarem a lei divina, os moralistas distinguem entre lei *natural* e lei *positiva*. A reverência dos filhos para com os pais, a fidelidade matrimonial, o respeito à pessoa e à propriedade alheias pertencem à própria *natureza* humana. Esta conduta, que a [p. 148] consciência do homem (seu juízo guiado pela justa razão) aplaude, chama-se lei natural. Comportar-se assim seria bom, e o contrário, mau, ainda que Deus não no-lo tivesse declarado

expressamente. Mesmo que não existisse o sexto mandamento, o adultério seria mau. Uma violação da lei natural é má *intrinsecamente*, quer dizer, má por uma própria natureza. Já era má antes de que Deus desse a Moisés os Dez Mandamentos no Monte Sinai.

Além da lei natural, existe a lei divina positiva, que agrupa todas aquelas ações que são boas porque Deus as mandou, e más porque Ele as proibiu. São as ações cuja bondade não está na própria raiz da natureza humana, mas que foi imposta por Deus para aperfeiçoar o homem segundo os seus desígnios. Um exemplo simples da lei divina positiva é a obrigação que temos de receber a Sagrada Eucaristia por indicação explícita de Cristo.

Quer consideremos uma ou outra lei, a nossa felicidade depende da obediência de Deus. “Se queres entrar na vida”, disse Jesus, “cumpre os mandamentos” (Mt 19, 17).

Amar significa não ter em conta o que as coisas custam. Uma mãe jamais pensa em medir os esforços e desvelos que dedica a seus filhos. Um esposo não leva em conta a fadiga que lhe causa velar pela esposa doente. Amor e sacrifício são termos quase sinônimos. Por essa razão, obedecer à lei de Deus não é um sacrifício para quem o ama. Por essa razão, Jesus resumiu toda a Lei de Deus em dois grandes mandamentos de amor.

“E perguntou-lhe um deles, que era doutor, tentando-o: Mestre, qual é o maior mandamento da lei? Ele lhe disse: Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente. Este é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a este: Amarás o próximo como a ti mesmo. Desses dois preceitos dependem toda a Lei e os Profetas (Mt 22, 35-40).

Na realidade, o segundo mandamento está contido no primeiro, porque, se amamos a Deus com todo o coração e com toda a alma, amaremos aqueles que, atual ou potencialmente, possuem uma participação na bondade divina, e quereremos para eles o que Deus quer. Também nos amaremos retamente a nós mesmos, querendo para nós o que Deus quer. Quer dizer, acima de tudo, quereremos crescer em amor a Deus, que é o mesmo que crescer em santidade; e, mais que tudo, quereremos ser felizes com Deus no céu. Nada que se interponha entre Deus e nós terá valor. E como o amor por nós é a medida do nosso amor ao próximo (que se estende a todos, exceto aos demônios e aos condenados do inferno), desejaremos para o nosso próximo o que desejamos para nós. Quereremos que o próximo [p. 149] cresça em amor a Deus, que cresça em santidade. Quereremos também que alcance a felicidade eterna para a qual Deus o criou.

Isto significa, por sua vez, que teremos que odiar qualquer coisa que separe o próximo de Deus. Odiaremos as injustiças e os males feitos pelo homem, que podem ser obstáculos para o seu crescimento em santidade. Odiaremos a injustiça social, as moradias inadequadas, os salários insuficientes, a exploração dos fracos e ignorantes. Amaremos e procuraremos tudo o que contribua para a bondade, felicidade e perfeição do nosso próximo.

Deus facilitou-nos o trabalho ao apontar-nos nos Dez Mandamentos os nossos principais deveres para com Ele, para com o nosso próximo e para conosco próprios. Os três primeiros mandamentos declaram os nossos deveres para com Deus; os outros sete indicam os principais deveres para com o nosso próximo e, indiretamente, para conosco próprios. Os Dez Mandamentos foram dados originalmente por Deus a Moisés no

Monte Sinai, gravados em duas tábuas de pedra, e foram ratificados por Jesus Cristo, Nosso Senhor: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os profetas; não vim revogá-la, mas aperfeiçoá-la” (Mt 5, 17). Jesus aperfeiçoa a Lei de duas maneiras.

Em primeiro lugar, fixa-nos alguns deveres concretos para com Deus e para com o próximo. Estes deveres, dispersos nos Evangelhos e nas Epístolas, são os que se relacionam nas obras de misericórdia corporais e espirituais. Em segundo lugar, Jesus esclarece esses deveres dando à sua Igreja o direito e o dever de interpretar e aplicar na prática a lei divina, o que se concretiza nos denominados mandamentos da Igreja.

Devemos ter em conta que os mandamentos da Igreja não são novas cargas adicionais que nos obriguem por cima e para além dos mandamentos divinos. As leis da Igreja não são mais do que interpretações e aplicações concretas da lei de Deus. Por exemplo, Deus ordena que dediquemos algum tempo ao seu culto. Nós poderíamos dizer: “Sim, quero fazê-lo, mas como?” E a Igreja responde: “Indo à Missa aos domingos e dias de guarda”. Este fato, o fato de as leis da Igreja não serem senão aplicações práticas das leis divinas, é um ponto que merece ser destacado. Há pessoas, até católicas, que raciocinam distinguindo as leis de Deus das leis da Igreja, como se Deus pudesse estar em oposição consigo mesmo.

Aqui temos, pois, as diretrizes divinas que nos dizem como aperfeiçoar a nossa natureza, como cumprir a nossa vocação de almas redimidas: os Dez Mandamentos de Deus, as sete obras de misericórdia corporais e as sete espirituais, e os mandamentos da Igreja de Deus. Todos eles, é claro, prescrevem somente um mínimo de [p. 150] santidade: fazer a vontade de Deus em matérias obrigatórias. Mas não deveríamos pôr limites, *não há* limites no nosso crescimento em santidade. O autentico amor a

Deus supera a letra da lei, indo ao seu espírito. Devemos esforçar-nos por fazer não só o que é bom, mas o que é perfeito. Aos que não têm medo de voar alto, o Senhor propõe a observância dos chamados conselhos evangélicos: pobreza voluntária, castidade perpétua e obediência perfeita.

Falaremos de cada um deles –dos Mandamentos de Deus e da sua Igreja, das obras de misericórdia e dos conselhos evangélicos- a seu devido tempo. E, dado que o lado positivo é menos conhecido que as proibições, comecemos com as obras de misericórdia.

SUBLINHAR O POSITIVO

É pena que, para muita gente, levar uma vida cristã não signifique senão “guardar-se do pecado”. De fato, “guardar-se do pecado” é apenas um lado da moeda da virtude. É algo necessário, mas não suficiente. Talvez essa visão negativa da religião, que se contempla como uma série de proibições, explique a falta de alegria de muitas almas bem intencionadas. Guardar-se do pecado é o começo básico, mas o amor a Deus e ao próximo vai muito mais longe.

Para começar, temos a sobras de misericórdia corporais. Chamam-se assim porque dizem respeito ao bem-estar físico e temporal do próximo. Respigadas das Sagradas Escrituras, são sete: (1) visitar e cuidar dos enfermos; (2) dar de comer a quem tem fome; (3) dar de beber a quem tem sede; (4) dar pousada aos peregrinos; (5) vestir os nus; (6) redimir os cativos, e (7) enterrar os mortos. Na sua descrição do Juízo final (Mt 25, 34-40), Nosso Senhor estabelece o seu cumprimento como prova do nosso amor por Ele.

Quando nos detemos a examinar a maneira de cumprir as obras de misericórdia corporais, vemos que são três as vias pelas quais podemos dirigir os nossos esforços. Primeiro, temos o que se poderia chamar a “caridade organizada”. Em nossas cidades modernas, é muito fácil esquecer o pobre e desgraçado, perdido entre a multidão. Mais ainda, algumas necessidades são demasiado grandes para que possam ser remediadas por uma só pessoa. E assim contamos com muitos tipos de organizações para as mais diversas atenções sociais, a que os necessitados podem recorrer. Temos hospitais, orfanatos, asilos, instituições para crianças abandonadas e subnormais, para mencionar algumas. Quando as ajudamos, quer diretamente, quer por meio de coletas ou campanhas, cumprimos uma *parte* de [p. 151] nossas obrigações para com o próximo, mas não todas.

Outro modo de praticar as obras de misericórdia corporais é colaborar em movimentos pela promoção cívica e social. Se nos preocupamos de melhorar a habitação das famílias pobres; se trabalhamos para atenuar as injustiças que pesam sobre os migrantes do campo; se apoiamos os justos esforços dos operários para obter um salário adequado e segurança econômica; se prestamos a nossa cooperação ativa a organizações cujo objetivo é tornar a vida do próximo um pouco menos pesada, estamos praticando as obras de misericórdia corporais.

Mas, evidentemente, tudo isto não nos livra da obrigação de prestar ajuda direta e pessoal aos nossos irmãos sempre que se apresente a oportunidade –ou, melhor dito, o *privilégio*. Não posso dizer ao necessitado que conheço: “Já dei a tal associação de caridade; procure-a”. Tenhamos presente que Cristo se apresenta debaixo de muitos disfarces. Se somos demasiado “prudentes” em nossa generosidade, avaliando cientificamente o “mérito” de uma

necessidade, chegará necessariamente um momento em que Cristo nos encontrará adormecidos. Jesus falou muitas vezes dos pobres, mas nem uma só mencionou “os pobres meritórios”. Damos por amor a Cristo, e o mérito ou demérito do pobre não nos deve preocupar excessivamente. Não podemos fomentar a vadiagem dando com *imprudência*; mas devemos ter em conta que negar a nossa ajuda a uma família necessitada por ser um coleção de inúteis, porque o pai bebe ou a mãe não é boa dona de casa (o que equivale a castigar as crianças pelos defeitos dos pais), é pôr em perigo a salvação da nossa alma. A verdade não é menos exigente que isso.

Além de proporcionar alimentos, roupas ou meios econômicos urgentes aos necessitados, existem, evidentemente, outras maneiras de praticar as obras de misericórdia. No mundo de hoje, não é tão fácil “visitar os presos” como o era nos tempos do Senhor. Muitos presos têm as visitas limitadas aos parentes próximos. Mas podemos comunicar-nos como poderíamos ser úteis aos presos. Cigarros, material de leitura ou de recreio? Terços, devocionários, escapulários? (Facilmente podíamos ser tu e eu quem estivesse atrás das grades!) Muito melhor que visitar os presos é procurar que não cheguem a essa situação. Tudo o que possamos fazer para melhorar a nossa vizinhança – proporcionando instalações para que a juventude tenha diversões sãs e atividades formativas; estendendo a mão ao jovem que vacila à beira da delinquência, etc. –nos assemelha a Cristo.

“Visitar os enfermos”. Como são afortunados os médicos e as enfermeiras que dedicam toda a sua vida à sexta obra de misericórdia corporal! (sempre que o façam movidos pelo amor a Deus, e não [p. 152] por motivos “humanitários” ou econômicos). Mas a enfermidade do irmão é um repto cristão pra todos sem exceção. Cristo nos acompanha de cada vez que visitamos um dos

seus membros doentes: são visitas que não curam, mas que confortam e animam. O tempo que empreguemos em ler alguma coisa a um convalescente ou a um cego, em aliviar por umas horas o trabalho de uma dona de casa, substituindo-a na atenção ao marido ou ao filho doente, tem um mérito muito grande. Mesmo um bilhete expressando o nosso desejo de que o doente melhore, enviado por amor de Deus, nos ganhará o sorriso divino.

“Enterrar os mortos”. Já ninguém no nosso país tem que construir um caixão ou cavar uma sepultura a serviço do próximo. Mas, quando vamos a um velório, honramos Cristo, cuja graça santificou o corpo a que oferecemos nossos últimos respeitos. Quem acompanha um enterro pode dizer com razão que, na pessoa do próximo, está acompanhando Cristo à sepultura.

Quando, por amor de Cristo, nos ocupamos em suavizar os dissabores de um nosso irmão, estamos agradando a Deus. Quando nos empenhamos, por meio das obras de misericórdia corporais, em diminuir as necessidades do próximo —doença, pobreza, tribulação, o céu nos sorri. Mas a sua felicidade *eterna* tem uma importância infinitamente maior que o bem-estar físico e temporal. Por isso, as obras de misericórdia *espirituais* são mais urgentes para o cristão que as corporais.

As obras de misericórdia espirituais são tradicionalmente sete: (1) ensinar a quem não sabe; (2) dar bom conselho a quem dele necessita; (3) corrigir a quem erra; (4) perdoar as injúrias; (5) consolar o triste; (6) sofrer com paciência os defeitos do próximo; (7) rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos.

“Ensinar a quem não sabe”. O intelecto humano é um dom de Deus, e Ele quer que o utilizemos. Toda verdade, tanto humana como sobrenatural, reflete a infinita perfeição de Deus. Em consequência, todo aquele que contribui para o desenvolvimento

da mente, formando-a na verdade, realiza uma obra autenticamente cristã, se o faz por amor a Deus e ao próximo. Aqui os pais têm o papel mais importante, e logo a seguir os mestres, incluídos os que ensinam matérias profanas, porque *toda* a verdade é de Deus. Não é difícil ver a razão pela qual o ensino se torna uma vocação tão nobre, uma vocação que pode ser estrada real para a santidade.

Naturalmente, o conhecimento de maior dignidade é o conhecimento religioso. Os que dão aulas de catecismo praticam essa obra de misericórdia na sua forma mais plena. Inclusive os que ajudam a construir e a sustentar escolas católicas e centros catequéticos, tanto [p. 153] na nossa pátria como em centros de missão, compartilham o mérito que deriva de “ensinar a quem não sabe”.

“Dar bom conselho a quem dele necessita” é uma obra de misericórdia que dispensa comentários. A maioria das pessoas gosta de dar a sua opinião. Quando tivermos que aconselhar, estejamos certos de que o nosso conselho é cem por cento sincero, desinteressado e baseado nos princípios da fé. Tenhamos a certeza de não escolher o caminho fácil de dar a quem nos escuta o conselho que quer ouvir, sem ter em conta o seu valor; também não devemos cair no extremo contrário de dar um conselho que se baseie nos nossos interesses egoístas.

“Corrigir a quem erra” é um dever que recai principalmente sobre os pais e só um pouco abaixo sobre os mestres e demais educadores da juventude. Este dever é muito claro; o que nem sempre enxergamos com a mesma clareza é que o exemplo é sempre mais convincente que as admoestações. Se no lar há intemperança ou uma preocupação excessiva pelo dinheiro ou pelos êxitos mundanos; se há críticas maliciosas ou os pais brigam diante dos filhos; se papai fanfarroneia e mamãe mente sem

escrúpulos ao telefone, então, que Deus se compadeça dos filhos a quem os pais educam no pecado.

“Corrigir a quem erra” não é uma obrigação exclusiva de pais e mestres. A responsabilidade de conduzir os outros para a virtude é algo que nos toca a todos, de acordo com a nossa maior ou menor autoridade. É um dever que temos que exercer com prudência e inteligência. Às vezes, ao ser corrigido, um pecador obstina-se mais no seu pecado, especialmente se a correção é feita em tom santarrão ou paternalista. (Não estou bêbado; deixe-me em paz. Garçom, traga-me outro copo”). É essencial que façamos a nossa correção com delicadeza e com carinho, tendo bem presentes as nossas próprias faltas e fraquezas. Mas prudência não quer dizer covardia. Se sei que um amigo meu usa contraceptivos, ou comete infidelidades conjugais, ou planeja casar-se fora da Igreja, ou de outro modo põe em perigo a sua salvação eterna, o amor a Deus me *exige* que faça tudo o que está ao meu alcance para dissuadi-lo do seu suicídio espiritual. É uma covardia da pior espécie procurar eximir-se dizendo: “Bem, ele sabe tão bem como eu o que está certo e o que está errado; já tem idade para saber o que faz; não é assunto meu dizer-lhe o que tem que fazer”. Se eu o visse apontando uma pistola à cabeça, ou chegando uma faca ao pescoço, certamente consideraria assunto meu detê-lo, por muito que essa pessoa protestasse pela minha intromissão. E é evidente que a sua vida espiritual deve preocupar-me mais do que a sua vida física. Ouçamos qual será a nossa [p. 154] recompensa: “Meus irmãos, se algum de vós se extraviar da verdade e outro conseguir convertê-lo, saiba que aquele que reconduz um pecador do erro do seu caminho salvará a sua própria alma da morte e cobrirá a multidão de seus pecados” (Tg 5, 1920).

“Perdoar as injúrias” e “sofrer com paciência os defeitos do próximo”. Ah! Aqui é que as coisas ficam pretas. Tudo o que

temos de humano, tudo o que nos é natural se subleva contra o motorista imprudente que nos fecha a passagem, contra o amigo que traiçoa, contra o vizinho que espalha mentiras sobre nós, contra o comerciante que nos engana. É aqui que tocamos o nervo mais sensível do amor próprio. Custa tanto dizer com Cristo na sua cruz: “Pai, perdoa-os porque não sabem o que fazem”! Mas temos que fazê-lo, se de verdade somos de Cristo. É aqui que o nosso amor a Deus passa pela prova máxima e se vê se o nosso amor ao próximo é autenticamente sobrenatural.

“Consolar os tristes” é algo que, para muitos, surge espontaneamente. Se somos seres humanos normais, sentimo-nos naturalmente compadecidos dos aflitos. Mas é essencial que o consolo que oferecemos seja mais do que meras palavras e gestos sentimentais. Se podemos *fazer* alguma coisa para confortar o que sofre, não podemos deixar de fazê-lo por nos causar aborrecimentos ou sacrifícios. Nossas palavras de consolo serão mil vezes mais eficazes se forem acompanhadas de obras.

Finalmente, “rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos” é algo que certamente todos fazemos, conscientes do que significa ser membro do Corpo Místico de Cristo e da Comunhão dos Santos. Mas aqui também pode meter-se o egoísmo, se as nossas orações se limitarem às necessidades da nossa família e dos amigos mais íntimos. A nossa oração, como o amor de Deus, deve abarcar o mundo.

O MAIOR BEM

“Se me amas”, diz Deus, “o que *deves* fazer é isto”: e nos dá os seus mandamentos. “Se me amas *muito*”, acrescenta Ele, “isto é o que *poderias* fazer”, e nos dá os conselhos evangélicos, um

convite à prática da pobreza voluntária, da castidade perpétua e da obediência perfeita. Chamam-se “evangélicos” porque é nos Evangelhos que encontramos o convite que Jesus nos dirige para que os pratiquemos.

Vale a pena recordar na sua totalidade o patético incidente que São Mateus nos conta no capítulo XIX do seu Evangelho (versículo 16-20): “Aproximou-se de Jesus um jovem e perguntou-lhe: Mestre, que devo fazer de bom para alcançar a vida eterna? Disse-lhe Jesus: [p. 155] Por que me interrogas a respeito do que se deve fazer de bom? Só Deus é bom. Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos. Quais? Perguntou ele. E Jesus disse: Não matarás, não cometerás adultério, não furtarás, não levantarás falso testemunho, honra teu pai e tua mãe e ama o teu próximo como a ti mesmo. Disse-lhe o jovem: Tenho observado tudo isso desde a minha infância. Que me resta ainda? Disse-lhe Jesus: Se queres ser perfeito, vai, vende o que tens, dá-o aos pobres, e terás um tesouro nos céus. Depois, vem e segue-me. Ao ouvir estas palavras, o jovem retirou-se triste, porque possuía muitos bens”.

Sentimos uma grande compaixão por esse jovem que esteve tão perto de ser um dos primeiros discípulos do Senhor, mas perdeu a sua gloriosa oportunidade porque não teve generosidade. Não há dúvida de que hoje também Jesus está chamando uma multidão de almas. Falta tanto da sua obra por realizar, são precisos tantos operários! Se o número de operários é insuficiente (e sempre o é), não é porque Jesus não chame. Pode acontecer que não se queira ouvir a sua voz, ou que, como ao jovem do Evangelho, falte generosidade para segui-lo. por isso é essencial que todos, pais e filhos, compreendam a natureza dos conselhos evangélicos e a natureza da vocação para a vida religiosa.

De todos os conselhos e diretrizes que se dão no Evangelho, os chamados conselhos evangélicos são os mais perfeitos. Sua observância nos liberta –na medida em que a natureza humana pode ser livre- dos obstáculos que se opõem ao nosso crescimento em santidade, em amor a Deus. Quem abraça esses conselhos renuncia a uns bens valiosos, mas menores, que, no quadro da nossa natureza decaída, competem freqüentemente com o amor a Deus. Ao desposarmos voluntariamente a pobreza, manietamos a cobiça e a ambição, que são as instigadoras de tantos pecados contra Deus e contra o próximo. Ao oferecermos a Deus a castidade perfeita, subjugamos a carne para que o espírito possa elevar-se sem amarras nem divisões até Deus. Ao aderirmos à obediência perfeita, fazemos a mais custosa das renúncias, entregamos o que é mais caro ao homem, mais que a ambição de possuir ou o poder de procriar: renunciemos ao domínio da nossa própria vontade. Esvaziados de nós mesmos tão completamente quanto possa sê-lo um homem –sem propriedade, sem família, sem vontade própria-, ficamos livres ao máximo dos nossos condicionalismos, para abrir-nos à ação da graça; estamos no caminho da perfeição.

Se queremos progredir em santidade, o *espírito* dos conselhos evangélicos é imprescindível a todos nós. A todos, casados ou solteiros, religiosos ou fiéis comuns, é necessário o desprendimento [p. 156] dos bens deste mundo, a sobriedade na satisfação dos gostos e necessidades, a partilha generosa dos bens com outros menos afortunados, em atitude de agradecimento a Deus pelo que nos dá, ao mesmo tempo que nos desprendemos de tudo isso para o caso de Ele nos pedir que lho devolvamos.

Para cada um segundo o seu estado, a castidade é imprescindível. Para o solteiro, a castidade deve ser absoluta, com voto ou sem voto. Certamente, é uma das glórias da nossa religião

que tantos vivam a castidade perfeita, fora e dentro de um mundo cujas seduções são tão abundantes e onde as ocasiões são tão freqüentes. Há heroísmo autêntico na pureza dos jovens que dominam o imperioso instinto sexual até que a idade e as circunstancias os permitam casar-se. Há um heroísmo menos chamativo, mas não menos real, nos solteiros de mais idade cuja situação é tal que não os permite casar-se, talvez para sempre. Há um nobre heroísmo na continência daqueles que fizeram a opção de permanecer solteiros no mundo, para poderem dar-se mais plenamente ao serviço dos outros. Há nestes leigos que preferiram o celibato uma profunda reverencia pela faculdade sexual, que encaram como um maravilhoso dom de Deus, reservado para os fins que Ele designou, e que deve manter-se impoluto enquanto esses fins não sejam possíveis. E também dentro da vida conjugal se deve viver a castidade, a formosíssima castidade dos esposos cristãos, para os quais a união física não é uma diversão ou um meio de satisfação egoísta, mas a feliz expressão da união interior e espiritual de um com o outro e com Deus, para cumprir a sua Vontade, sem pôr limites aos filhos que Ele queira enviar, abstendo-se de usar do sexo sempre que isso sirva melhor aos fins de Deus.

Por último, há a obediência no mundo, a submissão da vontade ao que o verdadeiro amor a Deus e ao próximo reclamam, muitas vezes obrigatoriamente. Esta obediência não implica somente a submissão à voz de Deus na sua Igreja e à vontade de Deus nas circunstancias da vida que muitas vezes são fonte de contrariedades. Implica a submissão diária da vontade e o controle dos desejos para todos os que querem viver em paz e caridade com os outros, seja o esposo com a esposa, ou o vizinho com o vizinho.

Sim, não há dúvida de que o espírito dos conselhos evangélicos –pobreza, castidade e obediência- não se encerra entre os muros dos conventos e mosteiros. Esse espírito é essencial a toda vida autenticamente cristã. A maioria dos cristãos é chamada a viver este espírito, embora a sua observância absoluta só se peça a uns poucos. O Corpo Místico de Cristo é um corpo, e não apenas alma. Por isso tem que haver pais cristãos que perpetuem os membros [p. 157] desse Corpo. Mais ainda, se o espírito de Cristo deve impregnar o mundo, deve haver exemplos de Cristo em todas as circunstâncias da vida, deve haver homens e mulheres cristãos em todos os ofícios, profissões e estados.

É evidente que há muita gente que vive “no mundo” e é muito mais santa que outros que vivem “em religião”. É igualmente evidente que ninguém deve pensar que está condenado a uma vida “imperfeita” porque não se tornou frade ou freira. Para cada indivíduo, a vida mais perfeita é aquela para a qual Deus o chama. Há santas na cozinha como as há no claustro; no mercado como no convento.

Mas não há dúvida de que, independentemente da vocação particular de um determinado indivíduo, a vida religiosa é vida de perfeição, não porque uma pessoa se faça automaticamente perfeita ao pronunciar os três votos religiosos, mas porque tomou pé numa senda de perfeição ao renunciar a tudo o que poderia embaracá-la no seu propósito de consagrar-se a Deus. Suas origens são tão antigas como a própria Igreja. A vida religiosa que hoje conhecemos –um belo mosaico composto de muitas ordens e congregações- tem a sua origem nas “Virgens” e “Confessores” da primitiva cristandade.

Além da necessidade que tem o mundo de testemunhos vivos que mostrem que o amor de Deus pode preencher o vazio de outros

amores menores, há outra razão para a promoção da vida religiosa. O preciosíssimo Sangue de Cristo chama as almas pelas quais Ele morreu com uma urgência que não pode ignorar; seu número é tão grande e o trabalho tão vasto que há necessidade de uma hoste de almas generosas e abnegadas que se entregue, sem nada que as possa distrair, às obras de misericórdia corporais e espirituais. Há necessidade de centrais de luz e energia espiritual, de oração, que consigam as graças necessárias para os insensatos que não querem rezar, e assim temos as ordens de monges e monjas de clausura, cujas vidas estão inteiramente dedicadas à oração e à penitência em favor do Corpo Místico de Cristo.

São necessários braços e orações sem conta para o cuidado dos enfermos, dos aflitos, dos sem lar; para buscar em seu domicílio e trazer ao redil as ovelhas perdidas; para ensinar nas escolas e colégios, a fim de que se fale de Deus e não só de Júlio César e de Shakespeare; para ensinar o catecismo. E assim temos as congregações de homens e mulheres que se dedicam a estas obras de caridade, não por dinheiro, prestígio ou satisfação, mas sim por amor a Deus e às almas. Só Deus sabe quanto trabalho ficaria por fazer se não existissem essas almas. [p. 158]

Os que entram para a vida religiosa obrigam-se à observância da pobreza, castidade e obediência. Os votos podem ser feitos por toda a vida ou por um determinado número de anos. Mas antes de se fazer *qualquer* voto, há um tempo de formação e de prova espirituais, que se chama “noviciado” e que pode durar um ou dois anos, a que se seguem os votos temporários, que proporcionam um novo tempo de prova, até se pronunciarem os votos finais.

A vida dos religiosos está aberta a qualquer pessoa solteira e maior de quinze anos, que não esteja impedida por obrigações ou responsabilidades que a tornem incompatível com a vida religiosa,

como, por exemplo, a obrigação de cuidar de um parente doente. Se alguém tem saúde física e mental normais, não precisa senão de ter uma intenção reta para dar esse passo: o desejo de agradar a Deus, de salvar a alma, de ajudar o próximo. Tendo em conta as prementes necessidades atuais, podemos ter a certeza de que Deus chama muitas almas, que não aceitam o seu convite. Talvez não sigam a sua voz –Ele fala sempre com suavidade-; talvez a ouçam, mas se assustem com a dificuldade, sem levarem em conta que quem as chama é Deus e Ele dará a fortaleza necessária; talvez ouçam e tenham a suficiente generosidade, mas são dissuadidas pelos pais, que, com boa intenção, aconselham cautela e demoram a decisão, até que conseguem calar a voz de Deus e malograr a vocação. Como se poderia ter “cautela” com Deus! Uma das intenções constantes de nossas orações deveria ser pedir para que todos aqueles a quem Deus chama escutem sua voz e respondam; e para que aqueles que responderam tenham a graça da perseverança. [p. 159]

CAPÍTULO XVI

O PRIMEIRO MANDAMENTO

O NOSSO PRIMEIRO DEVER

O supremo destino do homem é dar honra e glória a Deus. Para isso fomos feitos. Qualquer outro motivo para nos criar teria sido indigno de Deus. É, pois, correto dizer que Deus nos fez para sermos eternamente felizes com Ele. Mas a nossa felicidade é uma razão secundária do nosso existir; é a consequência de cumprirmos o fim primário para que fomos destinados: glorificar a Deus.

Não é de surpreender, pois, que o primeiro dos Dez Mandamentos nos recorde essa obrigação: “Eu sou o Senhor teu Deus”, escreveu Deus nas tábuas de pedra de Moisés, “não terás outros deuses diante de Mim”. É uma forma resumida do primeiro mandamento. Tal como aparece no livro do Êxodo, no Velho Testamento (capítulo XX, versículos 2 a 6), é muito mais comprido: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de Mim. Não farás para ti escultura nem imagem alguma do que está no alto dos céus, ou em baixo sobre a terra, ou nas águas, debaixo da terra. Não te prostrarás diante dessas coisas nem lhes prestarás

culto; porque eu sou o Senhor teu Deus, um Deus zeloso, que vinga a iniquidade dos pais nos filhos, até a terceira e quarta geração daqueles que me odeiam; e que usa de misericórdia até mil gerações com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos”.

Este é o primeiro mandamento na sua forma completa. Pode ser de interesse mencionar aqui que os mandamentos, segundo Deus os deu, não estão claramente numerados de um a dez. a sua disposição em dez divisões, para ajudar a memorizá-los, é coisa dos homens. Antes que a invenção da imprensa tendesse a normalizar as coisas, os mandamentos se numeravam umas vezes de uma maneira, outras de outra. Frequentemente, o primeiro mandamento, tão extenso, dividia-se em dois: “Eu sou o Senhor teu Deus..., não [p. 160] terás outros deuses diante de Mim”, era o primeiro mandamento. O segundo era: “Não farás para ti escultura nem imagem alguma... Não te prostrarás diante dessas coisas nem lhes prestarás culto”. Depois, para manter exatamente o número de dez, os dois últimos mandamentos – “Não cobiçarás a casa do teu próximo” e “Não desejarás a mulher do teu próximo... nem nada do que lhe pertence”- se juntaram em um só. Quando Martinho Lutero deu origem à primeira confissão protestante, escolheu este sistema de numeração. O outro sistema, que nos é tão familiar, fez-se comum na Igreja Católica. Esta circunstancia fez com que o nosso segundo mandamento seja para muitos protestantes o terceiro, o nosso terceiro o quarto, e assim sucessivamente. Num catecismo protestante, é o sétimo mandamento e não o sexto que proíbe o adultério. Em ambos os casos, os mandamentos são os mesmos; há apenas diferentes sistemas de numeração.

Já mencionamos que o número dez não é senão uma ajuda mnemônica. Vale a pena recordar que os mandamentos em si são

também ajudas que Deus proporciona à memória, seja qual for o sistema de numeração. No Monte Sinai, Deus –à exceção de ter destinado um dia específico para Ele- não impôs *novas* obrigações à humanidade. Desde Adão a lei natural exigia do homem a prática do culto a Deus, da justiça, da veracidade, da castidade e das demais virtudes morais. Deus apenas gravou em tábuas de pedra o que a lei natural já exigia do homem. Mas, no Monte Sinai, Deus também não entregou um tratado exaustivo da lei moral. Limitou-se a proporcionar uma lista dos pecados mais graves contra as virtudes mais importantes: idolatria contra religião, profanação contra reverência, homicídio e roubo contra justiça, perjúrio contra veracidade e caridade; e deixou ao homem essas virtudes como guias onde enquadrar os deveres de natureza similar. Poderíamos dizer que os Dez Mandamentos são como dez cabides onde podemos pendurar ordenadamente as nossas obrigações morais.

Mas voltemos agora à consideração particular do primeiro mandamento. Podemos dizer que poucos de nós se acham em situação de cometer um pecado de idolatria em sentido literal. Mas já se poderia falar figurativamente daqueles que rendem culto ao falso deus de si mesmo: aos que colocam as riquezas, os negócios, o êxito social, o prazer mundano ou o bem-estar físico acima dos seus deveres para com Deus. No entanto, esses pecados de auto-idolatria enquadram-se, em geral, em mandamentos diferentes do primeiro.

Admitindo que o pecado de idolatria não é problema para nós, poderemos dirigir a nossa atenção para o significado *positivo* do primeiro mandamento. Dele se pode afirmar –como de quase [p. 161] todos os outros- que a forma negativa em que se expressa não passa de uma fórmula literária para ressaltar sinteticamente os

nossos deveres positivos. Assim, o primeiro mandamento ordena que ofereçamos unicamente a Deus o culto supremo, culto que lhe é devido como Criador e fim nosso, e essa obrigação positiva abrange muito mais coisas do que a mera abstenção da idolatria.

Nunca se insistirá suficientemente na idéia de que levar uma vida virtuosa é muito mais que a simples abstenção do pecado. A virtude, como as moedas, tem anverso e reverso. Abster-se do mal é apenas uma face da moeda. A outra é a necessidade de fazer *boas* obras, que são o contrário das más a que renunciamos. Assim, pois, não basta passar diante de um ídolo pagão e não tirar o chapéu. Devemos prestar ativamente ao verdadeiro Deus o culto que lhe é devido. O catecismo resume os deveres a esse respeito com estas palavras: “Prestamos culto a Deus por meio de atos de fé, esperança e caridade, adorando-o e dirigindo-lhe as nossas orações”.

Em religião, tudo se baseia na fé. Sem ela, não há nada. Por isso devemos começar por concentrar a atenção na virtude da fé.

Sabemos que a virtude da fé é infundida em nossa alma juntamente com a graça santificante, no momento do batismo. Mas a virtude da fé ficaria anquilosada em nossa alma se não a vitalizássemos mediante *atos* de fé. Fazemos um ato de fé de cada vez que assentimos conscientemente às verdades reveladas por Deus; não precisamente por as compreendermos plenamente; não precisamente por nos terem sido demonstradas, e a prova nos ter convencido cientificamente; mas sim, primordialmente, porque Deus as revelou. Deus, por ser infinitamente sábio, não pode enganar-se. Deus, por ser infinitamente verdadeiro, não pode mentir. Em consequência, quando Deus diz que uma coisa é assim e não de outra maneira, não se pode pedir certeza maior. A palavra

divina contém mais certeza que todos os tubos de ensaio e arrazoados lógicos do mundo.

É fácil ver a razão por que um ato de fé é um ato de culto a Deus. Quando digo “Meu Deus, creio nestas verdades porque Vós as revelastes, e Vós não podeis enganar-vos nem enganar-me”, estamos honrando a sabedoria e a veracidade infinitas de Deus do modo mais prático possível, aceitando-as baseados na sua palavra.

Este dever de dar culto a Deus pela fé impõe-nos umas obrigações concretas. Deus não faz as coisas sem motivo. É evidente que, se nos deu a conhecer certas verdades, é porque de algum modo elas nos seriam úteis para alcançarmos o nosso fim, que é dar glória a Deus pelo conhecimento, pelo amor e pelo serviço. Assim, saber que verdades são essas converte-se numa responsabilidade para nós, segundo a nossa capacidade e oportunidades. [p. 162]

Para um não católico, isto significa que, mal começa a suspeitar que não possui a verdadeira religião revelada por Deus, está obrigado imediatamente a procurá-la. Quando a encontra, está obrigado a abraçá-la, a fazer o seu ato de fé. Nós não podemos julgar ninguém, pois só Deus lê os corações, mas todo sacerdote, no decurso do seu ministério, encontra pessoas que parecem estar convencidas de que a fé católica é a verdadeira e, contudo, não entram na Igreja. É como se o preço lhes parecesse excessivamente elevado; perda de amigos, de negócios ou de prestígio. Às vezes, o obstáculo é o temor de desgostar os pais segundo a carne, como se a lealdade para com eles tivesse precedência sobre essa lealdade superior que devemos ao nosso Pai Deus.

Nós, que já possuímos a fé, temos que ver se não dormimos sobre os louros. Não podemos estar tranquilos pensando que, por termos freqüentado um colégio onde nos ensinaram o catecismo

na juventude, já sabemos tudo o que precisamos sobre religião. Uma mente adulta necessita de uma compreensão de adulto das verdades divinas. Ouvir com atenção sermões e práticas, ler livros e revistas de doutrina cristã, participar de círculos de estudo, não são simples questão de gosto, coisas em que nos ocupamos se nos dá na veneta. Não são práticas “piedosas” para “almas devotas”. É um dever especial procurarmos um *adequado* grau de conhecimento da nossa fé, e esse dever resulta do primeiro dos mandamentos. Não podemos fazer atos de fé sobre uma verdade ou verdades que nem sequer conhecemos. Muitas tentações sobre a fé, se as temos, desapareceriam se nos déssemos ao trabalho de estudar um pouco mais as verdades da nossa fé.

O primeiro mandamento não nos obriga apenas a procurar e a conhecer as verdades divinas e a aceitá-las. Também nos pede que façamos *atos* de fé, que prestemos culto a Deus pela adesão explícita da nossa mente às suas verdades, uma vez alcançado o uso da razão.

Quando *devo* fazer atos de fé? Com freqüência, mas sobretudo quando chega ao meu conhecimento uma verdade de fé que ignorava anteriormente. *Devo* fazer um ato de fé quando se apresenta uma tentação contra esta virtude ou contra outra qualquer em que a fé esteja implicada. *Devo* fazer um ato de fé muitas vezes na vida, para que a virtude não fique inativa por falta de exercício. A prática habitual do bom cristão é fazer atos de fé diariamente, como parte das orações da manhã e da noite.

Não é suficiente procurar conhecer a verdade, nem podemos limitar-nos a prestar-lhe o nosso assentimento interior. O primeiro mandamento requer que, além disso, façamos *profissão* externa da nossa fé. Esta obrigação passa a ser imperativa sempre [p. 163] que a honra de Deus ou o bem-estar do próximo o requeiram. A

honra de Deus o requer quando omitir essa profissão de fé equivaleria a negá-la. E esta obrigação não se aplica somente aos casos extremos, em que nos é exigida a negação expressa da nossa fé, como na antiga Roma ou nos atuais países comunistas, mas também à vida ordinária de cada um. Podemos ter reparos em expressar a nossa fé por medo de que prejudique os nossos negócios, por medo de chamar a atenção, por medo às ironias ou ao ridículo. O católico que assiste a um congresso, o católico que estuda na Universidade, a católica que participa em reuniões sociais, pode encontrar-se em situações em que ocultar a sua fé equivalha a negá-la, em prejuízo da honra devida a Deus.

E muitas vezes, quando fugimos de professar a nossa fé por covardia, o próximo sofre também. Muitas vezes um irmão ou irmã de fé mais fraca observa a nossa conduta antes de decidir a sua forma de agir. Realmente, enfrentaremos muitas situações em que a necessidade concreta de dar testemunho da nossa fé surgirá da obrigação de fortalecermos com o nosso exemplo a fé dos outros.

PECADOS CONTRA A FÉ

O primeiro mandamento obriga-nos a conhecer o que Deus revelou e a crer nessas verdades firmemente. Isto é o que significa praticar a virtude da fé. Sempre que deixamos de cumprir estas obrigações, pecamos contra a fé.

Mas há certos pecados graves e concretos contra esta virtude que merecem uma menção especial, e o primeiro de todos é o pecado de apostasia. A palavra “apóstata” soa de modo parecido a “apóstolo”, mas significa quase o contrário. Apóstolo é aquele que propaga a fé. Apóstata é aquele que a abandona completamente.

Encontram-se apóstatas em quase todas as paróquias: pessoas que dirão que foram católicas, mas que já não crêem em nada. Com frequência, a apostasia é consequência de um mau casamento. Começa com um casamento realizado fora da Igreja ou com uma pessoa que não pratica. Excluindo-se do fluxo da graça divina, a fé do católico definha e morre, e no final do processo a pessoa se vê sem fé nenhuma.

Não são a mesma coisa apostasia e relaxamento. Pode haver um católico relaxado que não vá à Missa nem comungue há dez anos. Ordinariamente, a raiz desta negligência é simplesmente a preguiça. “Trabalho muito toda a semana e tenho o direito de descansar aos domingos”, dirá certamente esse homem. Se lhe perguntarmos qual [p. 164] é a sua religião, responderá: “Católico, naturalmente”. Em geral, defender-se-á dizendo que é melhor católico do que “muitos que vão à Missa todos os domingos”. É uma desculpa típica, que todo sacerdote tem de ouvir uma vez por outra.

Um católico relaxado não é ainda um apóstata. De forma vaga, pretende voltar num futuro impreciso à prática da sua religião. Se morre antes de fazê-lo, não lhe será necessariamente negado o enterro cristão, se o pároco puder encontrar nele qualquer sinal de que ainda conservava a fé e de que se arrependeu à hora da morte. É uma idéia errônea supor que a Igreja nega enterro cristão aos que não cumprem o chamado dever pascal.

É verdade que a Igreja toma este fato como evidencia de que uma pessoa possui a verdadeira fé: se consta que comunga pela Páscoa, não será preciso mais ainda. Mas, como Mãe amorosa que é para os seus filhos extraviados, basta à Igreja a menor prova para que conceda o enterro cristão ao defunto, supondo que este conservava a fé e se arrependeu de seus pecados, quer dizer,

sempre que não tenha morrido excomungado ou publicamente impenitente. Um enterro cristão não garante, de modo algum, que determinada alma vá para o céu, mas a Igreja não quer aumentar a dor dos parentes negando o enterro cristão, contanto que possa encontrar uma desculpa válida para o autorizar.

Um católico relaxado não é necessariamente um católico apóstata, se bem que, muito freqüentemente, o relaxamento conduza à heresia. Ninguém pode ir vivendo de costas para Deus, mês após mês, ano após ano; ninguém pode viver indefinidamente em pecado mortal, rejeitando constantemente a graça de Deus, sem que afinal se encontre sem fé. A fé é um dom de Deus, e tem que chegar um momento em que Deus, que é infinitamente justo como é infinitamente misericordioso, não possa permitir que seu dom continue a ser desprezado e se continue abusando do seu amor. Quando a mão de Deus se retira, a fé morre.

Outra casa de apostasia, além do relaxamento, é a soberba intelectual. É um perigo a que se expõe quem se aventura imprudentemente a ultrapassar os seus limites intelectuais e espirituais. É o caso do jovem que entra na Universidade e começa a descurar a oração, a missa e os sacramentos. Assim que abandona a sua vida espiritual, vê-se deslumbrado pela atitude de desdenhosa superioridade deste ou daquele professor para com “as superstições superadas”, entre as quais inclui a religião. Em vez de aceitar o repto da irreligião superficialóide com que tropeça nas aulas — e estudar as respostas —, o jovem estudante troca a autoridade de Deus e da sua Igreja pela autoridade do professor. Isto não quer dizer que [p. 165] a maioria dos professores universitários sejam ateus ou coisa parecida, mas apenas que é possível encontrar casos desses com alguma facilidade: professores que, levados pela sua própria insegurança, tentam

afirmar o seu eu menosprezando as mentes superiores à sua. Um homem assim pode causar danos irreparáveis a estudantes impressionáveis e contagiá-los com a sua soberba intelectual.

As leituras imprudentes são outro perigo frequente para a fé. Uma pessoa afetada de pobreza intelectual pode ser presa fácil das areias movediças de autores refinados e engenhosos, cuja atitude para com a religião seja de suave ironia ou altivo desprezo. Ao ler tais autores, é provável que a mente superficial comece a pôr em dúvida as suas crenças religiosas. Se não sabe sopesar as provas e pensar por conta própria, se não tem presente o ditado inglês de que “um tolo pode fazer mais perguntas numa hora do que um sábio responder num ano”, o leitor incauto troca a sua fé pelos sofismas brilhantes e pelos absurdos impenetráveis que vai lendo.

Finalmente, a apostasia pode ser resultado do pecado habitual. Um homem não pode viver em contínuo conflito consigo mesmo. Se as suas ações contradizem a sua fé, uma das duas partes tem que ceder. Se negligencia a graça, é fácil que jogue pela janela a fé, e não o pecado. Muitos justificam a perda da fé por dificuldades intelectuais, quando na realidade tratam de encobrir desse modo o conflito mais íntimo e menos nobre que têm com as suas paixões.

Além da rejeição total da fé, que é o pecado da apostasia, existe a rejeição parcial, que é o pecado de heresia, e quem o comete chama-se herege. Herege é um batizado que se recusa a crer numa ou mais verdades reveladas por Deus e ensinadas pela Igreja Católica. Uma verdade revelada por Deus e proclamada solenemente pela Igreja denomina-se *dogma* de fé. A concepção virginal de Jesus —o fato de não ter tido pai humano— é um exemplo de dogma de fé. A infalibilidade do sucessor de Pedro, do Papa, quando ensina doutrina de fé e moral a toda a Cristandade, é

também dogma de fé. Outro é o da Imaculada Conceição, isto é, o fato de Deus ter criado a alma de Maria livre do pecado original.

São alguns exemplos dos dogmas que, entrelaçados, formam a tapeçaria da fé católica. Rejeitar um deles é rejeitar todos. Se Deus, que fala pela sua Igreja, pode errar num ponto de doutrina, não há razão nenhuma para crer nos demais. Não pode haver ninguém que seja “ligeiramente herético”, como também não pode haver ninguém que esteja “ligeiramente morto”. Às vezes, poderíamos pensar que os anglicanos da “High Church” estão muito perto da Igreja porque crêem que quase tudo o que nós cremos, têm cerimônias [p. 166] parecidas à nossa Missa, confessionários e paramentos litúrgicos em seus templos, e queimam incenso.

Mas não é assim: dizer que alguém é “quase católico” é tão absurdo como dizer que alguém está “quase vivo”.

Deve-se ter em conta que no pecado de heresia, como em qualquer pecado, se distingue entre pecado *material* e pecado *formal*. Se uma pessoa faz alguma coisa objetivamente errada, mas o ignora sem culpa própria, dizemos que cometeu pecado material, mas não formal. Um católico que rejeita uma verdade de fé, que decide, por exemplo, não crer no inferno, é culpado de heresia formal e material. No entanto, o protestante que crê sinceramente nos ensinamentos da religião em que foi educado e que não teve oportunidade de conhecer a verdadeira fé, é apenas um herege material; não é *formalmente* culpado do pecado de heresia.

Há outro tipo de heresia especialmente comum e especialmente perigoso: o erro de *indiferentismo*. O indiferentismo sustenta que todas as religiões são igualmente gratas a Deus, que tão boa é uma como outra, e que é questão de preferência professar determinada religião ou até não ter nenhuma.

O erro básico do indiferentismo está em imaginar que o erro e a verdade são igualmente gratos a Deus; ou em pensar que a verdade absoluta não existe; que a verdade é o que cada um crê. Se aceitássemos que uma religião é tão boa como outra qualquer, logicamente o passo seguinte seria concluir que nenhuma vale a pena, visto não haver nenhuma que tenha sido estabelecida e aprovada por Deus.

A heresia do indiferentismo está especialmente enraizada nos países que se gabam de ter mentalidade aberta. Confundem o indiferentismo com a democracia. A democracia pede coisas que a caridade cristã, também exige, isto é, o respeito à consciência do próximo, às suas convicções sinceras, mesmo que se saiba que são erradas. Mas a democracia *não nos pede* que digamos que o erro não tem importância, não nos exige que o ponhamos no mesmo pedestal que a verdade. Resumindo, o católico que baixa a cabeça quando alguém afirma: “Não interessa em que coisas você crê, o que interessa são as suas obras”, é culpado de um pecado contra a fé.

O indiferentismo pode ser pregado tanto por palavras como por ações. É por este motivo que se torna má a participação de um católico em cerimônias não católicas, a assistência, por exemplo, aos serviços religiosos protestantes, fora dos casos prescritos pela Igreja, dentro das normas sobre o ecumenismo. Participar ativamente de tais cerimônias –por exemplo, receber a comunhão num culto protestante- é um pecado contra a virtude da fé. Nós *sabemos* como Deus quer que lhe prestemos culto e, por isso, é gravemente [p. 167] pecaminoso fazê-lo segundo formas criadas pelos homens, em vez de observarmos as que Ele mesmo ditou.

É evidente que isto não significa que os católicos não possam orar com pessoas de outra fé. Mas, quando se trata de cerimônias públicas ecumênicas ou sem denominação específica, os católicos

devem seguir as diretrizes que forem dadas pelo seu bispo a esse respeito.

Um católico pode, naturalmente, assistir (sem participar ativamente) a um serviço religioso não católico, sempre que haja razão suficiente. Por exemplo, a caridade justifica a nossa assistência às exéquias ou ao casamento de um parente, de um amigo ou vizinho não católico. Em ocasiões assim, todos sabem a razão da nossa presença.

Para muitos, torna-se difícil entender a firme atitude que nós, católicos, adotamos nesta questão da não participação. Não é raro que os ministros protestantes de diferentes denominações se revezem entre si no culto. A recusa do sacerdote católico em participar, por exemplo, nas celebrações ou cultos eucarísticos de algumas igrejas protestantes, é muito provável que a tomem como uma espécie de intolerância. Ou que o vizinho não católico diga: “Acompanhei você à Missa do Galo no Natal; por que não pode vir agora comigo ao meu serviço de Páscoa?” A nossa recusa, por delicada que seja, pode levá-los a pensar que não jogamos limpo, que somos intolerantes. E não é fácil explicar a nossa posição a críticos assim, e fazê-los ver a coerência da nossa atitude. Se alguém está convencido de possuir a verdade religiosa, não pode em consciência transigir com um erro religioso. Quando um protestante, um judeu ou um maometano presta culto a Deus no seu templo, cumpre o que ele acha que é vontade de Deus. Mas *nós* não podemos agradar a Deus se com a nossa participação proclamamos que o erro não tem a menor importância.

ESPERANÇA E CARIDADE

“Papai dará um jeito; ele pode fazer tudo”. “Perguntarei a papai; ele sabe tudo”. Quantas vezes os pais se comovem ante a confiança absoluta do filho no poder e saber ilimitados de seus papais! Ainda que, às vezes, essa confiança seja causa de apuros, quando os pais não sabem como estar à altura do que deles se espera. Mas o pai que não se sente interiormente alegre com os manifestos atos de confiança absoluta de seus filhos, é realmente um pai muito estranho. [p. 168]

Fica assim muito fácil de ver por que um ato de esperança é um ato de culto a Deus: expressa nossa confiança total nAquele que é Pai amoroso, onisciente e todo-poderoso. Quer se trate de um ato de esperança interior ou de sua exteriorização por meio de palavras, com ele louvamos o poder, a fidelidade e a misericórdia infinitos de Deus. Realizamos um ato de verdadeiro culto. Cumprimos um dos deveres do primeiro mandamento.

Quando fazemos um ato de esperança, afirmamos a nossa convicção de que o amor de Deus é tão grande que Ele se obrigou por promessa solene a levar-nos para o céu (... “confiando no vosso poder e misericórdia infinitos e em vossas promessas”). Afirmamos também a nossa convicção de que a sua misericórdia sem limites ultrapassa as fraquezas e extravios humanos (“Com a ajuda da vossa graça, confio obter o perdão de meus pecados e a vida eterna”). Para isso, uma só condição é necessária, uma condição que se pressupõe, ainda que não se chegue a expressar num ato de fé formal: “sempre que, de minha parte, faça razoavelmente tudo o que possa”. Não tenho que fazer tudo o que possa absolutamente, coisa que muito poucos –para não dizer ninguém– conseguem. Mas é necessário que eu faça razoavelmente tudo o que esteja ao meu alcance.

Por outras palavras, ao fazer um ato de esperança, reconheço e recordo que não perderei o céu a não ser por culpa minha. Se for para o inferno, não será por “má sorte”, não será por acidente, não será porque Deus me falte. Se perco a minha alma, será por ter preferido a minha vontade à de Deus. Se me vejo separado dEle por toda a eternidade, será por me ter separado de Deus deliberadamente, de olhos bem abertos, aqui e agora.

Com o conhecimento do que é um ato de esperança, torna-se fácil deduzir quais sai os pecados contra essa virtude. Podemos pecar contra ela esquecendo a “cláusula silenciosa” do ato de esperança, quer dizer, esperando de Deus *tudo*, em vez de *quase* tudo. Deus dá a cada um as graças de que necessita para ir para o céu, mas espera que cooperemos com a sua graça. Como o bom pai provê seus filhos de alimento, casa e cuidados médicos, mas espera que ao menos levem a colher à boca e comam, que vistam a roupa que lhes proporciona, que voltem para casa quando chove e se mantenham longe de lugares perigosos –como um lamaçal profundo ou um incêndio–, Deus também espera de cada um que utilize a graça que lhe concede e se mantenha longe de perigos desnecessários.

Se *não* fazemos o que está ao nosso alcance, se assumimos a cômoda posição de evitar esforços, pensando que, como Deus quer que vamos para o céu, é assunto seu conduzir-nos até lá, independentemente de que a nossa conduta seja esta ou aquela, então somos [p. 169] culpados do pecado de *presunção*, um dos dois pecados contra a esperança.

Vejamos uns exemplos simples do pecado de presunção. Um homem sabe que, cada vez que entra em certo bar, acaba bêbado; esse lugar é, pois, para ele ocasião de pecado, e ele está consciente de que deve afastar-se dali. Mas, ao passar em frente, diz:

“Entrarei só por um momento, só para cumprimentar os companheiros e, se for o caso, tomarei uma dose e nada mais. Desta vez não me embebedarei”. Pelo simples fato de se pôr desnecessariamente em ocasião de pecado, procura arrancar de Deus uma graça a que não tem direito: não faz o que depende de si. E mesmo que nessa ocasião *não acabe* bêbado, é culpado de um pecado de presunção, porque se expôs imprudentemente ao perigo. Outro exemplo seria o da jovem que sabe que, sempre que sai com certo rapaz, peca. Mas pensa: “Bem, hoje sairei com ele, mas farei com que desta vez se porte bem”. Mais um perigo desnecessário, mais um pecado de presunção. Um último exemplo poderia ser o da pessoa que, submetida a fortes tentações, sabe que deve orar mais e receber os sacramentos com mais frequência, pois essas são as ajudas que Deus nos dá para vencermos as tentações. Mas essa pessoa desleixa culposamente as suas orações e é muito irregular na recepção dos sacramentos. De novo um pecado de presunção, agora por omissão.

Além da presunção, há outro tipo de pecado contra a virtude da esperança: o desespero, que é o oposto da presunção. Enquanto neste caso se espera demasiado de Deus, naquele espera-se demasiado pouco. O exemplo clássico do pecado de desespero é o daquele que diz: “Pequei excessivamente toda a minha vida para pretender que Deus me perdoe agora. Não pode perdoar os que são como eu. É inútil pedi-lo”. A gravidade desse pecado está no insulto que se faz à infinita misericórdia e ao amor ilimitado de Deus. Judas Iscariotes, balançando com uma corda no pescoço, é a imagem perfeita do pecador desesperado, que tem remorsos, mas não contrição.

Para a maioria das pessoas, o desespero constitui um perigo remoto; é-nos mais fácil cair no pecado de presunção. Mas, de

cada vez que pecamos para evitar um mal real ou imaginário – dizer uma mentira para sair de uma situação embaraçosa, usar anticoncepcionais para evitar ter outro filho-, está implícita nisso certa dose de falta de esperança. Não estamos completamente convencidos de que, se fazemos o que Deus quer, tudo será para bem, que podemos confiar em que Ele cuidará das conseqüências.

Honramos a Deus com a nossa fé nEle, honramo-lo com a nossa esperança nEle. Mas, acima de tudo, honramo-lo com o nosso amor. [p. 170] Fazemos um ato de amor de Deus sempre que manifestamos –interiormente com a mente e o coração, ou externamente com palavras ou obras- o fato de amarmos a Deus sobre todas as coisas e por Ele mesmo.

“Por Ele mesmo” é uma frase chave. A verdadeira caridade ou amor de Deus não tem por motivo o que Ele possa fazer por nós. A caridade autêntica consiste em amar a Deus somente (ou, ao menos, principalmente) porque Ele é bom e infinitamente amável em si mesmo. O genuíno amor a Deus, como o amor de um filho por seus pais, não é mercenário ou egoísta.

É certo que um filho deve muito a seus pais e espera muito deles. Mas o verdadeiro amor filial ultrapassa essas razões interesseiras. Um filho normal continua amando seus pais, mesmo que estes percam todos os seus bens e nada possam fazer por ele materialmente. De igual maneira, o nosso amor a Deus se eleva por cima de suas dádivas e mercês (ainda que estes sejam o ponto de partida) e dirige-se à amabilidade infinita de Deus em si mesmo.

Convém fazer notar que o amor a Deus reside primariamente na vontade e não nas emoções. É perfeitamente natural que alguém se sinta frio para com Deus num nível puramente emotivo e, no entanto, possua um amor profundo por Ele. O que constitui o

verdadeiro amor a Deus é a firmeza da vontade. Se temos o desejo habitual de fazer tudo o que Ele nos pede (simplesmente porque Ele o quer), e a determinação de evitar tudo o que Ele não quer (simplesmente porque não o quer), temos então amor a Deus independentemente de que *sintamos* ou não.

Se o nosso amor a Deus é sincero e verdadeiro, é natural que amemos todos os que Ele ama. Isto quer dizer que amamos todas as almas que Ele criou e pelas quais Cristo morreu, com a única exceção dos condenados.

Se amamos o nosso próximo (quer dizer, a todos) por amor de Deus, não tem especial importância que esse próximo seja *naturalmente* amável ou não. Ajuda, e muito, se o é, mas então o nosso amor tem menos mérito. Sejam simpáticos ou não, mesquinhos ou nobres, atraentes ou repulsivos, o nosso amor a Deus nos leva a desejar que *todos* alcancem o céu, porque é isso o que Deus quer. E nós temos que fazer tudo o que pudermos para ajudá-los a consegui-lo.

É fácil ver que o amor sobrenatural ao próximo, tal como o amor a Deus, não reside nas emoções. Podemos sentir naturalmente uma forte antipatia por uma pessoa determinada, e, no entanto, ter por ela um sincero amor sobrenatural. Esse amor sobrenatural ou caridade se manifesta em desejar-lhe o bem, especialmente a sua salvação eterna, em recomendá-la ao Senhor em nossas orações, em [p. 171] perdoar-lhe as injúrias que possa infligir-nos, em repelir qualquer pensamento de rancor ou vingança contra ela.

Ninguém sente prazer quando abusam dele, quando o enganam ou lhe mentem, e Deus não pede isso. Mas pede que, seguindo o seu exemplo, desejemos a salvação do pecador, embora sintamos desgosto pelos seus pecados.

Quais são, pois, os principais pecados contra a caridade? Um deles é omitir o *ato* de caridade conscientemente, sempre que tenhamos o dever de fazê-lo. o dever de fazer atos de caridade nasce, em primeiro lugar, quando se nos apresenta a obrigação de amar a Deus por Ele mesmo, e o nosso próximo por amor a Deus. Temos também o dever de fazer um ato de caridade quando nos assaltam tentações que só podem ser vencidas com um ato de caridade, como, por exemplo, as tentações de ódio. Temos a obrigação de fazer freqüentes atos de caridade ao longo da nossa vida (porque são parte do culto devido a Deus) e sobretudo na hora da nossa morte, quando nos preparamos para ver Deus face a face.

Vejamos agora alguns pecados concretos contra a caridade e, em primeiro lugar, o pecado de ódio. Como já vimos, odiar não é o mesmo que sentir desgosto por uma pessoa, nem sentir-nos magoados quando abusam de nós de uma forma ou de outra. O ódio é um espírito de rancor, de vingança. Odiar é desejar mal a outrem, é sentir prazer com a desgraça alheia.

A pior espécie de ódio é, evidentemente, o ódio a Deus; o desejo (certamente absurdo) de fazer-lhe mal, a disposição de frustrar a sua vontade, o prazer diabólico em pecar por ser um insulto a Deus. Os demônios e os condenados odeiam a Deus, mas, felizmente, não acontece assim habitualmente com os homens, já que se trata do pior de todos os pecados; embora, às vezes, tudo leve a suspeitar que certos ateus declarados, mais do que não crer em Deus, o que fazem é odiá-lo.

O ódio ao próximo é muito mais freqüente. É desejar-lhe o mal e alegrar-se com qualquer desgraça que caia sobre ele. Se chegássemos a desejar a alguém um mal *grave*, como a doença ou a falta de trabalho, o nosso pecado seria mortal. Desejar-lhe um mal leve, como, por exemplo, que perca o ônibus ou que a mulher

grite com ele, é um pecado venial. Não é pecado, no entanto, desejar a alguém um mal para que obtenha um bem maior. Podemos retamente desejar que o vizinho bêbado tenha tal ressaca que nunca mais volte a beber, que o delinqüente seja preso para que deixe de fazer o mal, que o tirano morra para que o seu povo viva em paz. Sempre que, como é lógico, o nosso desejo inclua o bem espiritual e a salvação eterna dessa pessoa. [p. 172]

Outro pecado contra a caridade é a inveja. Consiste num ressentimento contra a boa sorte do próximo, como se esta fosse uma forma de nos roubar. Mais grave ainda é o pecado de escândalo, pelo qual, com as nossas palavras ou o nosso exemplo, induzimos uma pessoa a pecar ou a colocamos em ocasião de pecado, mesmo que este não se siga necessariamente. Trata-se de um pecado de que os pais, como modelos de seus filhos, devem guardar-se a qualquer preço.

Finalmente, temos o pecado de acedia, um pecado contra o amor sobrenatural que devemos a nós mesmos. A acedia é uma preguiça espiritual pela qual desprezamos os bens espirituais (como a oração ou os sacramentos) pelo esforço que acarretam.

SACRILÉGIO E SUPERSTIÇÃO

Não é fácil perder a fé. Se apreciamos e cultivamos o dom da fé que Deus nos outorgou, não cairemos na apostasia ou na heresia. Apreciar e cultivar esse dom significa, entre outras coisas, fazer freqüentes atos de fé, manifestando assim o nosso agradecido reconhecimento a Deus por crermos nEle e em tudo o que Ele nos revelou. Deveríamos incluir um ato de fé em nossas orações diárias.

Apreciar e cultivar a fé significa, além disso, não interromper a formação doutrinária –de modo a termos uma melhor compreensão daquilo que cremos- e, por conseguinte, prestar atenção a práticas e instruções, ler livros e revistas de sã doutrina para aumentar o conhecimento da fé. Sempre que houvesse ocasião, deveríamos participar em algum círculo de estudos sobre temas religiosos.

Apreciar e cultivar a fé significa, sobretudo, *vivê-la*, quer dizer, que a nossa vida esteja de acordo com os princípios que professamos. Um ato de fé se torna mero ruído de palavras sem sentido na boca de quem proclama com a sua conduta diária: “Não há Deus; ou, se há, pouco me importa”.

Conseqüentemente, no seu aspecto negativo, apreciar e cultivar a fé exige que evitemos as companhias que constituam um perigo para ela. Não é o anticatólico declarado quem nós devemos temer, por mais amargos que sejam os seus ataques à fé. O maior perigo provém sobretudo do descrente culto e refinado, de sua condescendência amável para com as nossas “ingênuas” crenças, de suas ironias sorridentes. Preocupamo-nos tanto com o que as pessoas pensam de nós e com a possibilidade de nos tomarem por antiquados, que as suas insinuações podem acovadar-nos.

O apreço que temos pela nossa fé nos levará também a afastar para longe a literatura que possa ameaçá-la. Por muito que os [p. 173] críticos elogiem determinada obra, por muito culta que uma revista nos pareça, se se opõem à fé católica, não são para nós. Uma consciência bem formada não sentirá a falta do Índice de Livros Proibidos, hoje suprimido, como guia de suas leituras. Bastará a sua consciência para alertá-lo e mantê-lo longe de muitas publicações.

Algumas pessoas que se julgam intelectuais podem estranhar estas restrições que os católicos fazem às leituras. “Por que é que

vocês têm medo?”, dizem. “Temem por acaso que façam ver que vocês estavam enganados? Não tenham uma mente tão estreita. Vocês têm que ver sempre os dois lados de uma questão. Se a fé que vocês têm é firme, podem ler tudo sem medo de que lhes faça mal.”

A estas objeções devemos responder, com toda a sinceridade, que sim, que *temos* medo. Não é o medo de que nos demonstrem que a nossa fé é errônea; é medo da nossa fraqueza. O pecado original obscureceu a nossa razão e debilitou a nossa vontade. Viver a fé implica sacrifício, e um sacrifício muitas vezes heróico. Com freqüência, o que Deus quer é algo que, humanamente, nós não queremos, que nos custa. O diabinho do amor próprio sussurra que a vida seria mais agradável se não tivéssemos fé. Sim, com toda a sinceridade, *temos medo* de topar com algum escritor engenhoso que a tal ponto inche o nosso eu, que, como Adão, decidamos ser os nossos próprios deuses. E sabemos que, quer a censura venha da Igreja ou da nossa consciência, não nega a liberdade. Recusar o veneno para a mente não é uma limitação, exatamente como não o é recusar o veneno para o estomago. Para provarmos que o nosso aparelho digestivo é bom, não é preciso beber um copo de ácido sulfúrico.

Se a nossa fé é profunda, viva e cultivada, não há o perigo de cairmos em outro pecado contra o primeiro mandamento que emana da falta de fé: o pecado de sacrilégio. É sacrilégio maltratar pessoas, lugares ou coisas sagradas. Na sua forma mais leve, procede de uma falta de reverência para o que é de Deus. Na sua gravidade máxima, vem do ódio a Deus e a tudo o que é dEle. O nosso tempo viu desoladores exemplos dos piores sacrilégios na conduta dos comunistas: gado estabulado em igrejas, religiosos e sacerdotes encarcerados e torturados, a Sagrada Eucaristia

pisoteada. Estes exemplo, diremos, são os três tipos de sacrilégio que os teólogos distinguem. Os maus tratos infligidos a uma *pessoa* consagrada a Deus, por pertencer ao estado clerical ou religioso, chamam-se sacrilégio *pessoal*. Profanar ou aviltar um lugar dedicado ao culto divino pela Igreja é um sacrilégio *local* (do latim “locus”, que significa “lugar”). O mau uso de coisas consagradas, como os sacramentos, a Bíblia, os [p. 174] vasos e paramentos sagrados, enfim, de tudo o que é consagrado e bento para o culto divino ou para a devoção religiosa, é um sacrilégio *real* (do latim “realis”, que significa “pertencente às coisas”).

Se o ato sacrílego for plenamente deliberado e em matéria grave, como receber indignamente um sacramento, é pecado mortal. Fazer, por exemplo, uma má confissão ou receber a Eucaristia em pecado mortal é um sacrilégio de natureza grave. Este sacrilégio no entanto, é apenas venial se não tiver havido consentimento ou deliberação plenos. Um sacrilégio pode ser também pecado venial pela irreverência que implica, como seria o caso do leigo que, levado pela curiosidade, pegasse um cálice consagrado.

Contudo, se a nossa fé é sã, o pecado de sacrilégio não nos causará problemas. Para a maioria de nós, o que mais nos afeta é manifestar a devida reverência pelos objetos religiosos que usamos habitualmente: guardar a água benta em um recipiente limpo e em lugar apropriado; manusear os evangelhos com reverência e tê-los em lugar de honra na casa; queimar os escapulários e terços estragados, em vez de jogá-los na lata do lixo; passar por alto as fraquezas e defeitos dos sacerdotes e religiosos que nos desagradam, e falar deles com respeito por ver neles alguém que pertence a Deus; conduzir-nos com respeito na igreja, especialmente nos casamentos e batizados, quando o

aspecto social pode levar-nos a descurá-lo. Esta reverencia é a roupagem externa da fé.

Você leva uma figa no pescoço? Trata de tocar em madeira quando ocorre algo que “dá” má sorte? Incomoda-se quando são treze à mesa? Se se cruza com um gato preto no seu caminho, anda depois com mais cuidado que normalmente? Se você pode responder não a estas perguntas e também não liga para superstições populares semelhantes, então pode ter a certeza de ser uma pessoa bem equilibrada, com a fé e a razão em firme controle de suas emoções.

A superstição é um pecado contra o primeiro mandamento porque atribui a pessoas ou coisas criadas uns poderes que só pertencem a Deus. A honra que devia dirigir-se a Ele desvia-se para uma de suas criaturas.

Por exemplo, tudo o que é bom nos vem de Deus: não de uma pata de coelho ou de uma ferradura. E nada de mau sucede se Deus não o permite, e sempre que de algum modo contribua para o nosso último fim; nem derramar sal, nem quebrar um espelho, nem um número treze atrairá a má sorte sobre a nossa cabeça. Deus não dorme nem deixa o campo livre ao demônio.

De igual maneira, só Deus conhece de modo absoluto o futuro contingente, sem ressalvas nem acasos. Todos somos capazes de [p. 175] predizer acontecimentos pelos dados que conhecemos. Sabemos a que horas nos levantaremos amanhã (sempre que não esqueçamos de pôr o despertador); sabemos o que faremos no domingo (se não ocorrer nada de imprevisto); os astrônomos podem predizer a hora exata em que nascerá e se porá o sol no dia 15 de fevereiro de 1997 (se o mundo não acabar antes). Mas só Deus pode conhecer o futuro com certeza absoluta, tanto

nos eventos que dependem de seus decretos eternos como nos que procedem da livre vontade dos homens.

Por essa razão, acreditar em adivinhos ou espíritos é um pecado contra o primeiro mandamento, porque é uma desonra a Deus. Os adivinhos sabem combinar a psicologia com a lei das probabilidades e, talvez, com um pouco de vigarice, são capazes de confundir mesmo pessoas inteligentes. Os médiuns espíritas combinam a sua anormalidade (histeria autoinduzida) com a sugestionabilidade humana e, freqüentemente, com a trapaça declarada, e podem preparar cenas capazes de impressionar muitos que se dão ares de pessoas ilustradas. A questão de saber se alguns adivinhos ou médiuns estão ou não em contato com o diabo não foi resolvida satisfatoriamente. O grande ilusionista Houdini se gabava de que não existia sessão de espiritismo que ele não fosse capaz de reproduzir por meios naturais –truques-, e assim o provou em muitas ocasiões.

Por sua natureza, a superstição é um pecado mortal. No entanto, na prática, muitos desses pecados são veniais por não haver plena deliberação, especialmente nos casos de arraigadas superstições populares que tanto abundam em nossa sociedade materialista: dias nefastos e números de sorte, tocar em madeira e outras coisas do gênero.

Contudo, em matéria declaradamente grave, é pecado mortal acreditar em poderes sobrenaturais, adivinhos e espíritas. Mesmo sem acreditar neles, é pecado consultá-los profissionalmente. Ainda que sejamos levados apenas pela curiosidade, é pecado, porque damos mau exemplo e cooperamos com o pecado alheio. Predizer a sina deitando as cartas ou ler a palma da mão numa festa, quando todo mundo sabe que é um jogo para divertir-se, que nada tem de sério, não é pecado. A consulta a adivinhos profissionais é outra coisa bem diferente.

Às vezes, os nossos amigos não católicos suspeitam que pecamos contra o primeiro mandamento pelo culto que rendemos aos santos. Esta acusação seria fundada se lhes prestássemos o culto da latría, de adoração, que se deve a Deus e só a Deus. Mas não é assim; não somos tão loucos. O próprio culto que tributamos a Maria, a Santíssima Mãe de Deus, um culto que ultrapassa o dos anjos e santos [p. 176] canonizados, é de natureza muito diferente do culto de adoração que prestamos –e só se pode prestar- a Deus.

Quando rezamos à nossa Mãe e aos santos do céu (como temos que fazer) e lhes pedimos ajuda, sabemos que o que fizerem por nós, **não o farão** pelo seu próprio poder, como se fossem divinos. O que fazem por nós, é Deus que o faz por intercessão deles. Se damos valor às orações dos nossos amigos da terra, pela certeza de que nos ajudam, é evidente que é muito lógico pensar que as orações dos nossos amigos do céu serão mais eficazes. Os santos são os amigos seletos de Deus, seus heróis na lide espiritual. Agrada a Deus que queiramos imitá-los, e Ele gosta de mostrar o seu valor dispensando as suas graças por meio deles. E também a honra que tributamos aos santos não diminui a honra devida a Deus. Os santos são as obras primas da graça. Quando os honramos, é a Deus –que foi quem lhes deu essa perfeição- que nós honramos. A maior honra que se pode prestar a um artista é elogiar a obra de suas mãos.

É verdade que honramos as estátuas e pinturas dos santos e veneramos suas relíquias. Mas não *adoramos* essas representações e relíquias, assim como o Profissional sério, que todas as manhãs coloca flores frescas junto à fotografia de sua boa mãe, não adora esse retrato. Se rezamos diante de um crucifixo ou da imagem de um santo, é para que nos ajudem a fixar a mente no que estamos

fazendo. Não somos tão estúpidos (assim o espero) que pensemos que uma imagem de madeira ou de barro tem em si algum poder para nos ajudar. Acreditar nisso seria um pecado contra o primeiro mandamento, que proíbe que se fabriquem imagens para adorá-las, coisa que, evidentemente, não fazemos. [p. 177]

CAPÍTULO XVII

O SEGUNDO E O TERCEIRO MANDAMENTOS

SEU NOME É SANTO

“Que é um nome? Por acaso, a rosa, com outro nome, não teria a mesma fragrância?”. Estas conhecidas palavras de “Romeu e Julieta” de Shakespeare são apenas meia verdade. Um nome, seja de pessoa ou de coisa, adquire com seu uso constante certas conotações emotivas. O nome se torna algo mais que uma simples combinação de letras do alfabeto; um nome vem a ser a representação da pessoa que o usa. Os sentimentos que a palavra “rosa” desperta são bem diferentes dos da palavra “cebolinha”. É suficiente que um namorado ouça o nome de sua amada, mesmo que tenha sido mencionado casualmente por um estranho, para que seu pulso se acelere. Alguém que tenha sofrido uma grande injúria às mãos de uma pessoa chamada Jorge conservará sempre uma inconsciente aversão por esse nome. Muitos mataram —e morreram— em defesa do seu “bom nome”. Famílias inteiras sentiram-se desonradas porque algum de seus membros “manchou” o sobrenome familiar. Em resumo, um nome é a

representação de quem o usa, e a nossa atitude para com esse nome é um reflexo dos sentimentos que nutrimos pela pessoa.

Tudo isto é bem sabido, mas recordá-lo nos ajudará a compreender por que é um pecado usar o nome de Deus em vão. Se amamos a Deus, amaremos o seu nome e jamais o mencionaremos com falta de respeito ou de reverência, como exclamação de ira, de impaciência ou de surpresa: evitaremos tudo o que possa desonrá-lo. Esse amor pelo nome de Deus estender-se-á também ao de Maria, sua Mãe, ao de seus amigos, os santos, e a todas as coisas consagradas a Deus, cujos nomes pronunciaremos com reverência ponderada. Para que [p. 178] não esqueçamos nunca este aspecto do nosso amor por Ele, Deus nos deu o segundo mandamento: “Não tomarás o nome de Deus em vão”.

Há muitas formas de atentar contra a reverência devida ao nome de Deus. A mais habitual é o simples pecado de falta de respeito: usar o seu santo nome para desafogarmos os nossos sentimentos. “Não, por amor de Deus!”; “Garanto, por Deus, que te lembrará”; “Minha Nossa Senhora!”. Raramente se passa um dia sem que ouçamos frases como estas. Às vezes, sem haver sequer a desculpa das emoções. Todos conhecemos pessoas que usam o nome de Deus com a mesma sem-cerimônia com que fariam de alhos e cebolas, coisa que sempre é uma prova certa da superficialidade do seu amor a Deus.

Em geral, este gênero de irreverência é pecado venial, porque falta a intenção deliberada de desonrar a Deus ou de desprezar o seu nome; se essa intenção existisse, o pecado se converteria em mortal, mas, de ordinário, é um modo de falar devido à leviandade e ao descuido, mais do que à malícia. Este tipo de irreverência pode tornar-se mortal, no entanto, se for

ocasião de escândalo grave: por exemplo, se com isso um pai destrói nos filhos o respeito devido ao nome de Deus.

Esta falta de respeito por Deus é o que muita gente chama erroneamente “jurar”. Jurar é coisa bem diferente. É um erro acusar-se em confissão de “ter jurado”, quando, na realidade, o que se quer dizer é que se pronunciou o nome de Deus sem respeito.

Jurar é tomar Deus por testemunha da verdade do que se diz ou se promete. Se exclamo: “Por Deus!”, é uma irreverência; se digo: “Juro por Deus que é verdade”, é um juramento. Já se vê que jurar não é necessariamente um pecado. Antes pelo contrário, um juramento reverente é um ato de culto grato a Deus, se se reúnem três condições.

A primeira é que haja razão suficiente. Não se pode invocar frivolamente Deus como testemunha. Às vezes, até é necessário jurar; por exemplo, quando temos que depor como testemunhas em juízo ou somos nomeados para um cargo público. Outras vezes, a própria Igreja pede que se jure, como aos padrinhos de um batizado cujo registro batismal se tenha perdido. Outras, não é que se *tenha que fazer* um juramento, mas pode estar a serviço de um fim bom –que contribua para a honra de Deus ou para o bem do próximo- garantir a verdade do que dizemos com um juramento. Jurar sem motivo ou necessidade, salpicar a conversa com frases como “juro pela minha saúde”, “juro por Deus que é verdade” e outras parecidas, é pecado. Normalmente, se dizemos a verdade, esse [p. 179] pecado será venial, porque, como no caso anterior, é produto da irreflexão e não da malícia.

Mas, se o que dizemos é falso e sabemos que o é, esse pecado é mortal. Esta é a segunda condição para um legítimo juramento: que, ao fazê-lo, digamos a verdade estrita, tal como a conhecemos.

Invocar Deus por testemunha de uma mentira é uma desonra grave que lhe fazemos. É o pecado de perjúrio, e o perjúrio deliberado é sempre pecado mortal.

Para que um juramento seja meritório e um ato agradável a Deus, deve ter um terceiro elemento, se se trata do que chamamos um juramento *promissório*. Se nos obrigamos a fazer alguma coisa sob juramento, devemos ter a certeza de que o que prometemos é bom, útil e possível. Se alguém jura, por exemplo, vingar-se de uma injúria recebida, é evidente que tal juramento é mau e é mau cumpri-lo. é obrigatório *não* cumpri-lo. Mas se o juramento promissório é bom, então devo ter a sincera determinação de fazer o que jurei.

Podem surgir circunstâncias que anulem a obrigação contraída por um juramento. Por exemplo, se o filho mais velho jura diante do pai gravemente doente que cuidará do irmão pequeno e o pai se restabelece, o juramento fica anulado (o motivo deixou de existir); ou, se esse irmão mais velho fica doente e perde todos os recursos, a obrigação cessa (porque cessam as condições em que fez o juramento, a sua possibilidade); se o irmão menor chega à maioridade e tem com que sustentar-se, a obrigação cessa também (o objeto da promessa mudou substancialmente). Outros fatores ainda podem desligar da obrigação contraída, como a dispensa concedida por aquele a quem se fez a promessa; ou descobrir que o objeto do juramento (quer dizer, a coisa a fazer) é inútil ou até pecaminosa; ou a anulação do juramento (ou sua dispensa) por uma autoridade competente, como o confessor.

Que diferença há entre juramento e voto? Quando juramos, invocamos Deus como testemunha de que dizemos a verdade tal como a conhecemos. Se juramos como testemunhas, temos um juramento de afirmação. Se juramos fazer alguma coisa para

alguém no futuro, temos um juramento promissório. Em ambos os casos, apenas pedimos a Deus, Senhor da verdade, que seja testemunha da nossa veracidade e do nosso propósito de fidelidade. Não lhe prometemos nada que seja diretamente para Ele.

Mas, se o que fazemos é um voto, prometemos algo a Deus com intenção de nos obrigarmos. Prometemos algo especialmente grato a Deus sob pena de pecado. Neste caso, Deus não é mera testemunha, é também o destinatário do que prometemos fazer. [p. 180]

Um voto pode ser *privado* ou *público*. Por exemplo, uma pessoa pode fazer voto de ir ao santuário de Fátima em agradecimento por se ter curado de uma doença; outra, que é solteira no mundo, pode fazer voto de castidade. Mas é necessário sublinhar que estes votos privados jamais podem ser feitos levianamente. Um voto obriga sob pena de pecado, ou não é voto nenhum. Violar um voto será pecado mortal ou venial conforme a intenção de quem o faz e a importância da matéria (ninguém pode obrigar-se a uma coisa sem importância sob pena de pecado mortal). Mas ainda que esse alguém queira obrigar-se unicamente sob pena de pecado venial, é uma obrigação demasiado séria para ser tomada levianamente. Ninguém deveria fazer voto privado algum sem antes consultar o confessor.

Voto público é o que se faz perante um representante oficial da Igreja, como um bispo ou um superior religioso, que o aceita em nome da Igreja. Os votos públicos mais conhecidos são os que obrigam uma pessoa à plena observância dos conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência, dentro de uma comunidade religiosa. Daquele que faz estes três votos publicamente, diz-se que “entra em religião”, que abraçou o estado religioso. É assim que uma mulher se torna freira, monja ou irmã

leiga, e um homem frade, monge ou irmão leigo. Se um religioso recebe, além disso, o sacramento da Ordem, será um religioso sacerdote.

Um ponto em que, às vezes, nem os próprios católicos têm idéias claras é a distinção entre um irmão leigo e um sacerdote. Há muitos jovens que sentem o generoso impulso de dedicar a sua vida ao serviço de Deus e das almas no estado religioso e que, não obstante, estão convencidos de não ter vocação para o sacerdócio. Esses jovens podem fazer uma de duas coisas.

A primeira, entrar em alguma das ordens ou congregações religiosas compostas de irmãos leigos e sacerdotes, como os franciscanos, os passionistas, os jesuítas. Farão o noviciado religioso e os três votos, mas não receberão o sacramento da Ordem. Dedicarão a sua vida a ajudar com solicitude os sacerdotes, talvez como secretários, cozinheiros ou bibliotecários. Serão o que se chama irmãos auxiliares. Todas as ordens religiosas que conheço têm premente necessidade destes irmãos; cada um deles libera um sacerdote para que possa dedicar-se completamente ao trabalho que só um sacerdote pode realizar.

Outra possibilidade é que esse jovem que sente a chamada para a vida religiosa, mas não para o sacerdócio, solicite o ingresso em alguma das congregações compostas unicamente de irmãos, como a das Escolas Cristãs, a dos maristas etc. Estas congregações de religiosos dedicam-se a levar avante escolas, hospitais, asilos e outras [p. 181] instituições dedicadas a obras de misericórdia. Seus membros fazem o noviciado religioso, professam os três votos de pobreza, castidade e obediência, mas não vão a um seminário teológico nem recebem o sacramento da Ordem. São irmãos, não sacerdotes, e seu número jamais será excessivo porque jamais haverá excesso de braços nas atividades a que se consagram.

Outra distinção que as pessoas confundem ocasionalmente é a que existe entre os sacerdotes religiosos e os seculares. Obviamente, não é preciso dizer que essa distinção não significa que uns sejam religiosos e os outros *irreligiosos*. Significa que os sacerdotes religiosos, além de sentirem uma chamada para a vida religiosa, sentiram a vocação para o sacerdócio. Entraram para uma ordem religiosa, como a dos beneditinos, dos dominicanos ou redentoristas; fizeram o noviciado religioso e pronunciaram os três votos de pobreza, castidade e obediência. Depois de se terem tornado religiosos, estudaram teologia e receberam o sacramento da Ordem. Chama-se *religiosos* sacerdotes porque abraçaram o estado religioso e vivem como membros de uma ordem ou congregação de religiosos.

Há jovens que se sentem chamados por Deus ao sacerdócio, mas não a uma vida em religião, como membros de uma ordem de religiosos. Um jovem assim manifesta seu desejo ao bispo da diocese, e, se possui as condições necessárias, o bispo o envia ao seminário diocesano, onde fará estudos de grau médio, e, a seguir, estudará teologia. A seu tempo, se persevera e é idôneo, receberá a ordenação, far-se-á sacerdote, e será um sacerdote *secular* (secular deriva da palavra latina “saeculum”, que significa “mundo”), porque não viverá numa comunidade religiosa, mas no mundo, entre as pessoas que serve. Também se chama sacerdote *diocesano*, porque pertence a uma diocese e não o superior de uma comunidade religiosa. Quando é ordenado, promete obediência ao bispo e, normalmente, enquanto viver, a sua atividade se desenvolverá dentro dos limites da sua diocese. E faz o compromisso de castidade perpétua, ao ordenar-se como diácono, que é o primeiro passo importante para o altar.

BENDIZEI E NÃO AMALDIÇOEIS

“Bendizei os que vos perseguem, bendizei e não amaldiçoeis”, diz São Paulo na sua epístola aos Romanos (12, 14). Amaldiçoar significa desejar o mal a uma pessoa, lugar ou coisa. Uma maldição freqüente na boca dos que têm pouco respeito pelo nome de Deus é [p. 182] “Deus te amaldiçoe”, que é a mesma coisa que dizer “Deus te mande para o inferno”. É evidente que uma maldição desse estilo seria pecado mortal se fosse proferida a sério. Pedir a Deus que condene uma alma que Ele criou e pela qual Cristo morreu, é ato grave de desonra a Deus, ao nosso Pai infinitamente misericordioso. É também um pecado grave contra a caridade, que nos obriga a desejar e a pedir a *salvação* de todas as almas, e não a sua condenação eterna.

Normalmente, uma maldição assim surge da ira, da impaciência ou do ódio, e não a sangue frio; quem a diz não a diz a sério. Se não fosse assim, seria pecado moral, mesmo com a desculpa da ira. Ao considerar os abusos para com o nome de Deus, convém, pois, ter presente que, mais do que as palavras ditas, o pecado real é o ódio, a ira ou a impaciência. Ao confessar-nos, é mais correto dizer: “Irritei-me e, levado pela irritação, amaldiçoei alguém” ou “Irritei-me e fui irreverente com o nome de Deus”, do que simplesmente confessar-nos de ter amaldiçoado ou blasfemado.

Além dos exemplos mencionados, há, certamente, outras maneiras de amaldiçoar. *Cada vez* que desejo mal a alguém, sou culpado de ter amaldiçoado. “Morra e me deixe em paz”, “Oxalá você quebre a cabeça!”, “Que vão para o diabo que os carregue, ele e todos os seus”. Nestas ou em outras frases parecidas

(geralmente proferidas sem deliberação), falta-se contra a caridade e a honra de Deus.

O princípio geral é que, se o mal que desejamos é grave, e o desejamos a sério, o pecado é mortal. Se desejamos um mal pequeno (“gostaria que lhe amassassem o carro e lhe dessem uma lição”), o pecado será venial. E, como já se disse, um mal grave desejado a alguém, é apenas pecado venial quando falta premeditação.

Se nos recordamos de que Deus ama tudo o que saiu de suas mãos, compreenderemos que é uma desonra a Deus amaldiçoar qualquer de suas criaturas, ainda que não sejam seres humanos. No entanto, os animais e as coisas inanimadas têm um valor incomparavelmente inferior, pois não possuem alma imortal. E assim o fã das corridas de cavalos que grita: “Oxalá esse cavalo se estraçalhe!”, ou o encanador que amaldiçoa com um “o diabo que te leve” o cano entupido que não consegue consertar, não comete necessariamente um pecado.

Mas é útil recordar aqui aos pais a importância de formar retamente as consciências dos filhos nesta matéria da má língua. Nem tudo o que chamamos de palavrão é um pecado, e não se deve dizer às crianças que é pecado aquilo que não o é. Por exemplo, as palavras como “diabos” ou “maldito” não são em si palavras pecaminosas. O homem que exclama: “Esquecime de levar ao correio a maldita carta”, ou a mulher que diz: “Maldito seja!, outro copo [p. 183] quebrado!”, utilizam uma linguagem que alguns acharão pouco elegante, mas que não é certamente linguagem pecaminosa. E isto se aplica também aos palavrões, de uso tão freqüente em certos ambientes, que descrevem partes e processos corporais. Essas palavras serão grosseiras, mas não são pecado.

Quando o menino vem da rua com um palavrão recém-aprendido nos lábios, seus pais cometem um grande erro se se mostram gravemente escandalizados e lhe dizem muito sérios: “Essa palavra é um grande pecado, e Jesus não amará você se voltar a dizê-la”. **Dizer** isso a uma criança é ensinar-lhe uma idéia distorcida de Deus e confundi-la na formação da sua consciência, talvez para sempre. O pecado é um mal suficientemente grave e terrível para ser utilizado como “papão” no ensino das boas maneiras aos meninos. Basta dizer-lhes com calma: “Joãozinho, você disse uma palavra muito feia; não é pecado, mas os meninos bem educados não dizem essas coisas. Mamãe ficará muito contente se você não a disser mais”. Isto será suficiente para quase todas as crianças. Mas, se alguma não se emenda e continua usando-a, convirá explicar-lhe então que há ali um pecado de desobediência. Mas, na educação moral dos filhos, é preciso manter-se sempre na verdade.

Na blasfêmia há diversos graus. Às vezes, é a reação na premeditada de contrariedade, dor ou impaciência perante um contratempo: “Se Deus é bom, como permite isto?”, “se Deus me amasse, não me deixaria sofrer tanto”. Outras vezes, blasfema-se por frivolidade: “Este é mais esperto que Deus”, “se Deus o leva para o céu, é que não sabe o que está fazendo”. Mas também pode ser claramente antirreligiosa e até proceder do ódio a Deus: “Os Evangelhos são um conto de fadas”, “a Missa é uma conversa”, e chegar a afirmar: “Deus é um mito, uma fábula”. Neste último tipo de blasfêmia há, além disso, um pecado de heresia ou infidelidade. Sempre que uma expressão blasfema implica em negação de uma determinada verdade de fé, como, por exemplo, a virgindade de Maria ou o poder da oração, além do pecado de blasfêmia, há um

pecado de heresia (Uma negação da fé, em geral, é um pecado grave de infidelidade).

Por natureza, a blasfêmia é sempre pecado mortal, porque sempre supõe uma grave desonra a Deus. Só quando não há suficiente premeditação ou consentimento é que é venial, como seria o caso de proferi-la sob uma dor ou angústia grandes.

Com o pecado da blasfêmia completamos o catálogo das ofensas ao segundo mandamento: pronunciar sem respeito o nome de Deus, jurar desnecessária ou falsamente, fazer votos frivolamente ou [p. 184] quebrá-los, amaldiçoar e blasfemar. Quando se estudam os mandamentos, é preciso ver o seu lado negativo para adquirir uma consciência retamente formada.

No entanto, neste momento, como em todos os outros, abster-se de pecado é apenas a metade do quadro. Não podemos limitar-nos a evitar o que desagrade a Deus; também *devemos fazer* o que lhe agrada. De outro modo, a nossa religião seria como um homem sem perna nem braço direitos.

Assim, do ponto de vista positivo, devemos honrar o nome de Deus sempre que tenhamos que fazer um juramento necessário. Nestas condições, um juramento é um ato de culto agradável a Deus e meritório. E o mesmo ocorre com os votos; a pessoa que se obriga com um voto prudente, sob pena de pecado, a fazer algo grato a Deus, faz um ato de culto divino, um ato da virtude da religião. E cada ato derivado desse voto é também um ato de religião.

As ocasiões de honrar o nome de Deus não se limitam, evidentemente, a juramentos e votos. Existe, por exemplo, o louvável costume de fazer uma discreta reverência sempre que pronunciamos ou ouvimos pronunciar o nome de Jesus. Ou o excelente hábito de fazer um ato de reparação sempre que se falta

ao respeito devido ao nome de Deus ou de Jesus em nossa presença, dizendo interiormente: “Louvado seja Deus”, ou “louvado seja o nome de Jesus”. Há também o ato público de reparação que fazemos sempre que nos unimos aos louvores que se costumam rezar depois da Benção com o Santíssimo.

Honra-se publicamente o nome de Deus em procissões, peregrinações e outras reuniões de pessoas organizadas em ocasiões especiais. São testemunhos públicos de cuja participação não nos deveríamos retrair. Quando a divindade de Cristo ou a glória de sua Mãe é a razão primordial dessas manifestações públicas, a nossa participação ativa honra a Deus e o seu santo nome, e Ele a abençoa.

Mas o essencial é que, se amamos a Deus de verdade, amaremos o seu nome e, conseqüentemente, o pronunciaremos sempre com amor, reverência e respeito. Se tivermos o hábito infeliz de usá-lo profanamente, pediremos a Deus esse amor que nos falta e que tornará o uso irreverente do seu nome amargo como o quinino em nossos lábios.

A nossa reverência pelo nome de Deus nos levará, além disso, a encontrar um gosto especial nessas orações essencialmente de louvor, como o “Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo”, que deveríamos dizer com muita freqüência, o “Glória” e o “Santo, Santo, Santo” da Missa. Às vezes, deveríamos sentir-nos movidos a utilizar o Livro dos Salmos para a nossa oração, esses belos hinos em que [p. 185] Davi canta repetidas vezes seus louvores a Deus, como o Salmo 112, que começa assim: “Aleluia! Louvai, servos do Senhor, louvai o nome do Senhor. Seja bendito o nome do Senhor, desde agora e para sempre.

Desde o nascer do sol até o seu ocaso, seja louvado o nome do Senhor”.

POR QUE IR À MISSA AOS DOMINGOS?

Uma canção muito popular durante a I Guerra Mundial dizia em seu estribilho: “Que agradável levantar-se de manhã, mas mais agradável ainda ficar na cama”, ou algo parecido. Raro é o católico que não tenha experimentado uma vez por outra sentimentos parecidos, enquanto se aconchega entre os lençóis num domingo de manhã, e que, ao deixar a cama em obediência ao terceiro mandamento de Deus: “Santificarás o dia do Senhor”, não o faça com a sensação de realizar uma proeza.

Que haja um dia do Senhor é uma conseqüência lógica da lei natural (quer dizer, da obrigação de nos comportarmos de acordo com a nossa natureza de criaturas de Deus), que exige que reconheçamos a nossa absoluta dependência de Deus e agradeçamos a sua bondade para conosco. Sabemos que, na prática, é impossível ao homem médio manter-se em constante atitude de adoração, e por isso é natural que se determine o tempo ou tempos de cumprir esse dever absolutamente necessário. De acordo com essa necessidade, estabeleceu-se um dia em cada sete para que todos homens, em todos os lugares, rendam a Deus essa homenagem consciente e deliberada que lhe cabe por direito.

Sabemos que, nos tempos do Antigo Testamento, esse dia do Senhor era o sétimo da semana, o “Sabat”. Deus assim ordenou a Moisés no Monte Sinai: “Santificarás o dia do Senhor” (Êxodo 20-8). No entanto, quando Cristo estabeleceu a Nova Aliança, a velha lei litúrgica caducou. A Igreja primitiva determinou que o dia do Senhor fosse o primeiro da semana, o nosso domingo. Que a Igreja

tenha o direito de estabelecer essa lei, é verdade por muitas passagens do Evangelho em que Jesus lhe confere o poder de prescrever leis em seu nome.

A razão desta mudança do dia do Senhor do sábado para o domingo reside em que, para a Igreja, o primeiro dia da semana é duplamente santo. É o dia em que Jesus venceu o pecado e a morte e nos assegurou a glória futura. É, além disso, o dia que Jesus [p. 186] escolheu para nos enviar o Espírito Santo, o dia do nascimento da Igreja. É também muito provável que a Igreja tenha mudado o dia do Sábado por uma razão psicológica: para sublinhar que o culto dos hebreus do Velho Testamento, que era preparação para o advento do Messias, havia caducado. A religião cristã não havia de ser uma simples “revisão” do culto da sinagoga; a religião cristã era o plano definitivo de Deus para a salvação do mundo, e o pano final caiu sobre o “Sabat”. Os cristãos não seriam uma “seita” mais dos judeus: seriam um povo novo, com uma Lei nova e um novo Sacrifício.

No Novo Testamento, não se diz nada da mudança do dia do Senhor do sábado para domingo. Sabemo-lo exclusivamente pela tradição da Igreja, pelo fato de no-lo ter sido transmitido desde os tempos primitivos pela viva voz da Igreja. Por essa razão, encontramos muito pouca lógica na atitude de muitos não católicos que afirmam não aceitar nada que não esteja na Bíblia, e, no entanto, continuam mantendo o domingo como dia do Senhor, baseados na tradição da Igreja Católica.

“Santificarás o dia do Senhor”. “Sim”, dizemos, “mas como?” Na sua função legisladora divinamente instituída, a Igreja responde à nossa pergunta dizendo que santificaremos o dia do Senhor sobretudo assistindo ao santo Sacrifício da Missa. A Missa é o ato de culto *perfeito* que Jesus nos deu para que, com Ele,

podéssemos oferecer a Deus a honra adequada. Em sentido religioso, sacrifício é a oferenda a Deus de algo que de algum modo se destrói, ofertado em benefício de um grupo por alguém que tem o direito de representá-lo. Desde o começo da humanidade e entre todos os povos, o sacrifício foi a maneira natural que o homem achou para prestar culto a Deus. O grupo pode ser uma família, uma tribo, uma nação. O sacerdote pode ser o pai, o patriarca ou o rei; ou, como indicou Deus aos hebreus, os descendentes de Aarão. A vítima (o dom oferecido) pode ser pão, vinho, trigo, frutos ou animais. Mas todos esses sacrifícios têm um grande defeito: nenhum é digno de Deus, porque foi Ele mesmo que os fez.

Mas, com o sacrifício da Missa, Jesus nos deu uma oferenda realmente digna de Deus, um dom perfeito de valor adequado a Deus: o dom do próprio Filho de Deus, igual ao Pai. Jesus, o Grande Sacerdote, ofereceu-se a Si mesmo como Vítima no Calvário, de uma vez para sempre, ao ser justificado pelos seus verdugos. No entanto, você e eu não pedíamos estar ao pé da cruz, para nos unirmos a Jesus em sua oferenda a Deus. Por isso Jesus nos proporcionou o santo Sacrifício da Missa, no qual o pão e o vinho se transformam no seu próprio corpo e sangue, separados ao morrer no Calvário, e pelo qual Jesus renova incessantemente o dom de Si mesmo ao Pai, [p. 187] *proporcionando-nos a maneira de nos unirmos a Ele em seu oferecimento*, dando-nos a oportunidade de entrar a fazer parte da Vítima que se oferece. Na verdade, não pode haver melhor modo de santificar o dia do Senhor e de santificar os outros seis dias da semana.

O nosso tempo, como nós mesmos, pertence a Deus. Mas Deus e a sua Igreja são muito generosos conosco. Dão-nos seis dias em cada sete para nosso uso, um total de 144 horas em que trabalhar, distrair-nos e dormir. A Igreja é muito generosa

inclusive com o dia que reserva para Deus. Do que pertence totalmente a Deus, pede-nos somente uma hora (e nem sequer completa): a que se requer para assistir ao santo Sacrifício da Missa. As outras 23, Deus no-las dá de volta para nosso uso e descanso. Deus agradece que destinemos mais tempo exclusivamente a Ele e ao seu serviço, mas a única obrigação estrita em matéria de culto é assistir à Santa Missa aos domingos e festas de guarda. Na prática, temos, pois, obrigação de reservar para Deus, como algo seu, uma hora das 168 que Ele nos dá em cada semana.

Se tivermos isto em conta, compreenderemos a razão pela qual faltar à Missa dominical deliberadamente é um pecado mortal. Compreenderemos a radical ingratidão que existe na atitude de certas pessoas “muito ocupadas” ou “muito cansadas” para ir à Missa, para dedicar a Deus essa única hora que Ele nos pede; dessas pessoas que, não satisfeitas com as 167 horas que já têm, roubam a Deus os sessenta minutos que Ele reservou para Si. Vê-se claramente a falta total de amor e, mais ainda, de um mínimo de decência, que mostra aquele que nem sequer tem a generosidade de reservar uma hora de sua semana para unir-se a Cristo e adorar adequadamente a Santíssima Trindade de Deus, agradecer-lhe seus benefícios durante a semana transcorrida e pedir sua ajuda para a semana que começa.

Não temos obrigação apenas de assistir à Missa, mas de assistir a uma Missa *inteira*. Se omitirmos uma parte essencial da Missa – toda a Liturgia da Palavra, a Consagração ou a Comunhão do celebrante-, será quase o mesmo que omitir a Missa toda, e o pecado será mortal se a nossa falta tiver sido deliberada. Omitir uma parte menor da Missa –por exemplo, chegar depois da primeira leitura ou sair antes da bênção final- é pecado venial. É

uma coisa de que devemos lembrar-nos, se temos tendência a demorar em vestir-nos para ir à Missa ou a sair antes do tempo para evitar “engarrafamentos”. A Missa é a nossa oferenda semanal a Deus, e a Deus não se pode oferecer algo incompleto ou defeituoso. Jamais nos passará pela cabeça dar como presente de casamento uns pratos rachados, uns talheres oxidados ou um jogo de toalhas desbotado. E por Deus devemos ter, pelo menos, um respeito igual. [p. 188]

Para cumprir essa obrigação, temos que estar fisicamente presentes na Missa, a fim de nos integrarmos na comunidade. Não se pode satisfazer esse dever seguindo a Missa pela televisão ou da calçada oposta à Igreja, quando há lugar dentro. Às vezes, em alguns lugares, pode acontecer que a igreja esteja tão repleta que os fiéis não caibam e se juntem na calçada em frente à porta. Neste caso *assistimos* à Missa porque *tomamos parte* na assembléia, estamos fisicamente presentes e tão perto quanto nos é possível.

Não devemos estar presentes apenas fisicamente, mas também *mentalmente*. Quer dizer, devemos ter intenção –ao menos implícita- de assistir à Missa, e ter também certa idéia do que se está celebrando. Quem deliberadamente se prepara para passar pelo sono na Missa ou nem sequer está atento às partes principais, comete um pecado mortal. As distrações menores ou as faltas de atenção, se forem deliberadas, constituem pecado venial. As distrações involuntárias não são pecado.

Mas o nosso amor a Deus nos levará a colocar o nível em que assistimos à Missa acima do que é pecado. Levar-nos-á a chegar à igreja antes de que comece e a permanecer no lugar até que o sacerdote se tenha retirado. Fará que nos unamos a Cristo Vítima e que pronunciemos ou acompanhemos atentamente as orações da Missa. Faltaremos à Missa unicamente por uma razão grave: por doença, tanto própria como de alguém de quem

devemos cuidar; pela excessiva distancia ou por falta de meios de locomoção, por uma situação imprevista e urgente que tenhamos que enfrentar.

O terceiro mandamento, além da obrigação de assistir à Missa, exige que aos domingos nos abstenhamos de trabalhos servis desnecessários. Trabalho servil é aquele que requer o exercício do corpo mais que o da mente. A Igreja fez do domingo um dia de descanso, em primeiro lugar para preservar a santidade desse dia e para dar aos homens tempo para render culto a Deus e orar. Mas também porque ninguém melhor do que ela conhece as limitações de seus filhos, criaturas de Deus; a necessidade que têm de um descanso que os alivie da monotonia quotidiana, de um tempo para poderem desfrutar deste mundo que Deus nos deu, cheio de beleza, conhecimentos, companheirismo e atividade criadora.

Ocupar-se em trabalhos servis aos domingos pode ser pecado mortal ou venial, conforme o tempo que lhe dediquemos seja curto ou considerável. Trabalhar desnecessariamente três ou quatro horas seria pecado mortal. Para determinar se este ou aquele trabalho concreto é permitido num domingo, devemos perguntar-nos duas coisas: é um trabalho mais físico que mental, como por exemplo escrever à máquina, desenhar, bordar? Se for mais físico que mental, [p. 189] é um trabalho realmente necessário, algo que não pode ser feito no sábado e que não pode ser adiado para a segunda-feira, como alimentar o gado, fazer as camas ou lavar os pratos? Para responder a estas perguntas, não é necessário que sejamos peritos em leis; basta sermos sinceros; e se a resposta às duas perguntas for afirmativa, então esse trabalho é permitido aos domingos. [p. 190]

CAPÍTULO XVIII

O QUARTO E O QUINTO MANDAMENTOS

PAIS, FILHOS E CIDADÃOS

Tanto os pais como os filhos têm necessidade de examinar periodicamente a sua fidelidade ao quarto mandamento de Deus. Nele, Deus se dirige explicitamente aos filhos: “Honrarás pai e mãe”, mandando-os amar e respeitar os pais, obedecer-lhes em tudo o que não seja uma ofensa a Deus e atendê-los em suas necessidades. Mas, enquanto se dirige a eles, olha os pais por cima do ombro dos filhos, mandando-os implicitamente ser *dignos* do amor e respeito que pede aos filhos.

As obrigações estabelecidas pelo quarto mandamento, tanto as dos pais como as dos filhos, derivam do fato de que toda autoridade vem de Deus. Tanto a autoridade do pai como a de um poder civil ou a de um superior religioso são, em última análise, a autoridade de Deus, que Ele se digna compartilhar com algumas pessoas. A obediência que, dentro dos limites de uma reta capacidade, lhes é devida, é obediência a Deus, e assim deve ser considerada. Daí que as pessoas constituídas em autoridade tenham, como agentes e delegados de Deus, obrigação grave de

ser leais à confiança que nelas foi depositada. Especialmente para os pais, deve ser um incentivo considerar que um dia terão que prestar contas a Deus da alma de seus filhos.

Trata-se de um ponto que deve ser lembrado à mãe que sem necessidade decide trabalhar fora do lar; ao pai ambicioso que descarrega sobre a família a tensão nervosa acumulada durante a jornada. É um ponto que deve ser lembrado aos pais que abandonam os filhos ao cuidado das empregadas domésticas por causa das suas múltiplas ocupações ou distrações; aos pais que reúnem em casa amigos bebedores e de língua solta; aos pais que discutem freqüentemente [p. 191] diante dos filhos. De fato, é um ponto a ser recordado a *todos* os pais que se esquecem que o *negócio* mais importante de sua vida é criar os filhos num lar cheio de carinho, alegria e pa, centrado em Cristo.

Quais são em detalhe os principais deveres dos pais para com os filhos? Em primeiro lugar, é claro, os cuidados materiais: alimento, roupa, casa e assistência médica. A seguir, o dever de educá-los para fazer deles bons cidadãos: úteis, economicamente suficientes, bem educados e patriotas inteligentes. Depois, têm o dever de proporcionar-lhes os meios necessários ao seu desenvolvimento intelectual, na medida em que os talentos dos filhos e a situação econômica dos pais o permitam. E como não pode haver desenvolvimento intelectual completo sem um conhecimento adequado (e crescente, segundo a idade) das verdades da fé, têm o dever de enviá-los a centros de ensino onde se dê boa educação religiosa. É um dever – não se esqueça- que obriga em consciência.

E com isto passamos das necessidades naturais dos filhos – materiais, cívicas e intelectuais- às necessidades espirituais e sobrenaturais. É evidente que, como o fim dos filhos é alcançarem

a vida eterna, tocamos o mais importante de todos os deveres paternos. E assim em primeiro lugar, os pais têm obrigação de batizar os filhos o mais cedo possível depois do nascimento, normalmente dentro das duas semanas seguintes ou, quando muito, dentro do mês. Depois, quando a mente infantil começa a abrir-se, surge o dever de falar-lhes de Deus, especialmente da sua bondade e providência amorosa, e da obediência que lhe devemos. E mal começam a falar, é preciso ensiná-los a rezar, muito antes de terem idade para ir à escola.

Se por desgraça não houve possibilidade de enviá-los a uma escola em que se dê boa formação religiosa, deve-se procurar que assistam regularmente a aulas de catecismo, e que aquilo que o menino aprende nessas aulas seja multiplicado pelo exemplo que vê em casa. É especialmente neste ponto que os pais podem realizar o seu trabalho mais frutífero, porque uma criança assimila muito mais o que vê do que o que lhe dizem. É por esta razão que a melhor escola católica não pode suprir o mal causado por um lar relaxado.

À medida que a criança cresce, os pais hão de manter uma atitude vigilante em relação aos colegas dos filhos, às suas leituras e diversões, mas sem interferir inoportunamente, aconselhando-os ou chegando a adotar uma firme atitude negativa, se for caso disso. A criança deverá aprender a amar a Missa dominical e a freqüentar a confissão e a comunhão, não por ser “mandada”, mas porque acompanhará os pais espontânea e orgulhosamente no cumprimento dessas normas de piedade. [p. 192]

Tudo isto representa uma longa lista de deveres, mas, felizmente, Deus dá aos bons esposos a sabedoria de que necessitam para cumpri-los. E, ainda que pareça um contra-senso, ser bom pai ou mãe não começa com os filhos, mas com o amor mútuo e verdadeiro que marido e mulher têm entre si. Os psicólogos afirmam que os esposos que dependem dos filhos para

satisfazerem a sua necessidade de carinho, raras vezes conseguem uma adequada relação de afeto com eles. Quando os esposos não se amam o suficiente, é muito possível que seu amor de pais seja esse amor possessivo e ciumento, que busca a satisfação própria mais do que o verdadeiro bem dos filhos. E amores assim tornam os filhos egoístas e mimalhos.

Mas os pais que se amam um ao outro em Deus, e amam os filhos como dons de Deus, podem ficar tranquilos: têm tudo aquilo de que necessitam, ainda que jamais tenham lido um só livro de psicologia infantil (embora ler esses livros, se forem bons, seja certamente uma coisa aconselhável). Poderão cometer muitos erros, mas não causarão aos filhos nenhum mal permanente, porque num lar assim o filho se sente amado, *querido*, seguro; crescerá equânime de caráter e forte de espírito.

Todos nós sem exceção temos obrigações para com nossos pais. Se já faleceram, nossos deveres são simples: recordá-los em nossas orações e na Missa, e oferecer periodicamente alguma Missa pelo descanso de suas alma. Se ainda vivem, esses deveres dependerão da nossa idade e situação, e da deles. Talvez seja mais apropriado dizer que a maneira de *cumprir* estas obrigações varia com a idade e a situação, mas o que é certo é o que o dever essencial de amar e respeitar os pais obriga a *todos*, mesmo aos filhos casados e com uma família própria que atender.

Esta dívida de amor –se a mãe e o pai forem como devem ser– não é normalmente uma obrigação dura de cumprir. Mas, mesmo nos casos em que não seja fácil estimá-los humanamente, é um dever que obriga, ainda que, por exemplo, o pai seja um brutamontes ou a mãe tenha abandonado o lar. Os filhos devem amar os pais com esse amor sobrenatural que Cristo manda ter também pelos que são difíceis de amar naturalmente, como os

inimigos. Devemos desejar o bem-estar e a salvação eterna dos pais, e rezar por eles. Seja qual for o mal que nos tenham causado, devemos estar prontos a estender a nossa mão em sua ajuda, sempre que nos seja possível.

Com o progressivo aumento da média de vida, os filhos casados encontram-se cada vez mais em face do problema dos pais anciãos e dependentes. Que é que pede o amor filial nessas circunstancias? É um dever estrito tê-los em casa, ainda que esta esteja cheia de [p. 193] crianças e a esposa já tenha mais trabalho que o que pode realizar? Não é uma questão que possa ser resolvida com um simples sim ou não. Nunca há dois casos iguais, e o filho ou a filha que enfrente esse dilema deve aconselhar-se com o seu diretor espiritual ou com um católico de reto critério. Mas devemos fazer notar que ao longo de toda a história do homem se observa que Deus abençoa, com uma benção especial, os filhos e as filhas que provam o seu amor filial e desinteressado com a abnegação. A obrigação dos filhos de manter os pais indigentes ou impossibilitados é muito clara: obriga em consciência. Mas que esse dever deva ser cumprido no lar dos filhos ou num asilo ou em outra instituição semelhante, é coisa que dependerá das circunstancias pessoais. O que realmente conta é a sinceridade do amor com que se toma a decisão.

O respeito que devemos aos pais converte-se espontaneamente em amor num lar verdadeiramente cristão: tratamo-los com reverencia, procuramos satisfazer seus desejos, aceitar suas correções sem insolência, e procuramos seu conselho em decisões importantes, como a escolha do estado de vida ou a idoneidade de um possível casamento. Em assuntos que concernem aos direitos naturais dos filhos, os pais podem

aconselhar, mas não mandar. Por exemplo, os pais não podem obrigar um filho a casar-se, se prefere ficar solteiro; também não podem obrigá-lo a casar-se com determinada pessoa, nem proibir que se faça sacerdote ou abrace a vida religiosa.

Quando ao dever de respeitar os pais, o período mais difícil na vida de um filho é a adolescência. São os anos do “esticão”, quando um rapaz se encontra dividido entre a necessidade de depender dos pais e o nascente impulso para a independência. Os pais prudentes devem temperar a sua firmeza com a compreensão e a paciência.

Nem vale a pena lembrar que odiar os pais, bater-lhes, ameaçá-los, insultá-los, ridicularizá-los seriamente, amaldiçoá-los ou recusar-lhes ajuda, se estão em grave necessidade, ou fazer qualquer outra coisa que lhes cause grande dor ou ira, é pecado mortal. Estas coisas já o são se feitas a um estranho; feitas aos pais, são pecados de dupla malícia. Mas, em geral, a desobediência de um filho é pecado venial (ou talvez nem seja pecado), a não ser que a matéria seja grave, como evitar más companhias, ou a desobediência se deva ao desprezo pela autoridade paterna. A maior parte das desobediências filiais se devem a esquecimento, descuido ou indelicadeza e, portanto, não atingem o grau de consciência e deliberação necessário para haver pecado, ou, pelo menos, pecado grave.

Não se pode terminar um estudo sobre o quarto mandamento sem mencionar a obrigação que nos impõe de amar a pátria (que é [p. 194] a nossa família em maior escala), de interessarmos sinceramente pela sua prosperidade, de respeitar e obedecer às autoridades legítimas. Talvez tenhamos que sublinhar aqui a palavra “legítimas” porque os cidadãos têm o direito de se defender da tirania, quando esta ameaça os direitos humanos

fundamentais. Nenhum governo pode interferir com suas leis no direito do indivíduo (ou da família) de amar e prestar culto a Deus, de receber a instrução e os serviços da Igreja. Um governo –com um pai- não tem o direito de mandar o que Deus proíbe ou de proibir o que Deus ordena.

Mas, excetuados estes casos, um bom católico será necessariamente um bom cidadão. Consciente de que a reta razão exige que trabalhe pelo bem de sua nação, cumprirá exemplarmente todos os seus deveres cívicos; obedecerá às leis do seu país e pagará os impostos como justa contribuição para os gastos de um bom governo; defenderá a pátria em caso de guerra justa (como defenderia a sua própria família se fosse atacada injustamente), mediante o serviço das armas se a isso for chamado, considerando justa a causa da sua nação, a não ser que haja evidência adequada e indiscutível do contrário. E fará tudo isso não somente por motivos de patriotismo natural, mas porque a sua consciência de católico lhe diz que o respeito e a obediência à legítima autoridade do seu governo são serviço prestado a Deus, de quem procede toda a autoridade.

A VIDA É DE DEUS

Só Deus dá a vida; só Deus pode tomá-la. Cada alma é individual e pessoalmente criada por Deus, e só Deus tem o direito de decidir quando o seu tempo de permanência na terra terminou.

O quinto mandamento, “não matarás”, refere-se exclusivamente à vida humana. Os animais foram dados por Deus ao homem para seu uso e conveniência. Não é pecado matar animais por causa justificada, como, por exemplo, eliminar pragas, prover de alimentos a população ou fazer experiências

científicas. Seria injusto ferir ou matar animais sem razão; no entanto, se houvesse pecado, não seria contra o quinto mandamento, mas se abuso dos dons de Deus.

O fato de a vida humana pertencer a Deus é tão evidente que a gravidade do homicídio – que é tirar injustamente a vida a outrem- é universalmente reconhecido pela simples lei da razão entre os homens de boa vontade. A gravidade do pecado de suicídio –que é tirar a vida própria deliberadamente- é igualmente evidente. E como o suicida morre no preciso momento em que está cometendo um pecado mortal, não pode receber sepultura cristã. Na prática, é muito raro que um católico tire a sua própria vida em pleno uso [p. 195] de suas faculdades mentais; e, quando há indícios de que o suicídio pode ter resultado de uma alienação mental, mesmo temporária, jamais se recusa a sepultura cristã ao suicida.

É alguma vez lícito matar alguém? Sim, em defesa própria. Se um agressor injusto ameaça a minha vida ou a de um terceiro, e matá-lo é a única maneira de detê-lo, posso fazê-lo. Também é lícito matar quando o criminoso ameaça tomar ou destruir bens de grande valor e não há outra maneira de pará-lo. Daí se segue que os guardiões da lei não violam o quinto mandamento quando, não podendo dissuadir o delinqüente de outra maneira, lhe tiram a vida.

Um duelo, no entanto, não pode ser qualificado como defesa própria. O duelo é um combate com armas letais, pré-estabelecido entre duas pessoas, normalmente em defesa –real ou imaginária- da “honra”. O duelo foi um pecado muito comum na Europa e mais raro na América. No seu esforço por erradicar esse mal, a Igreja excomunga todos os que participam de um duelo, não só os contendores, como também os padrinhos, as testemunhas e os espectadores voluntários que não façam tudo o que possam para evitá-lo.

Deve-se ter em conta que o princípio de defesa própria só se aplica quando se é vítima de uma agressão *injusta*. Nunca é lícito tirar a vida a um inocente para salvar a própria. Se naufrago com outra pessoa e só há alimentos para uma, não posso matá-la para salvar a minha vida. Também não se pode matar diretamente a criança gestante para salvar a vida da mãe. A criança ainda não nascida não é agressora injusta da mãe, e tem o direito de viver todo o tempo que Deus lhe conceda. Destruir direta e deliberadamente a sua vida é um pecado de suma gravidade, um assassinato, e tem, além disso, a malícia redobrada de enviar uma alma para a eternidade sem lhe dar oportunidade de ser batizada. É outro pecado que a Igreja procura conter impondo a excomunhão a todos os que tomam parte nele voluntariamente; não só à mãe, mas também ao pai que dê o seu consentimento e aos médicos ou enfermeiras que o realizem.

O princípio de defesa estende-se às nações, tanto como aos indivíduos. Em consequência, o soldado que combate pelo seu país numa guerra justa peca se mata. Uma guerra é justa: a) se se torna necessária para que uma nação defenda seus direitos em matéria grave; b) se se recorre a ela em último extremo, uma vez esgotados todos os demais meios de dirimir a disputa; c) se se leva a cabo segundo os ditames das leis natural e internacional, e d) se se suspende tão logo a nação agressora ofereça a satisfação devida. Na prática, torna-se às vezes muito difícil para o cidadão médio dizer [p. 196] se a guerra em que a sua nação se empenha é justa ou não. Raras vezes o homem da rua conhece todos os meandros de uma situação internacional. Mas, assim como os filhos devem dar a seus pais o benefício da dúvida em assuntos pouco claros, também o cidadão deve conceder ao seu governo o benefício da dúvida quando não for evidente que se trata de uma guerra justa.

Mas mesmo numa guerra justa pode-se pecar pelo uso injusto dos meios bélicos, como nos casos de bombardeio direto ou indiscriminado de civis em objetivos desprovidos de valor militar.

A nossa vida é nossa. É um dom de Deus, de quem somos administradores. Este motivo nos obriga a usar de todos os meios razoáveis para preservar tanto a nossa vida como a do próximo. É claramente evidente que pecamos se causamos deliberadamente um mal físico a outrem; e o pecado se torna mortal se o mal for grave. Por isso, agredir alguém é um pecado contra o quinto mandamento, além de ser um pecado contra a virtude da caridade, e, dado que a ira, o ódio e a vingança levam a causar um mal físico ao próximo, são também pecados contra o quinto mandamento, além de serem pecados contra a caridade. Quando se tem que defender um castelo (a vida, neste caso), devemos defender também os seus acessos. Em consequência, o quinto mandamento proscreeve *tudo* o que leve a tirar injustamente a vida ou a causar injustamente um mal físico.

Daqui se deduzem algumas consequências práticas. É evidente que quem deliberadamente dirige o seu carro de forma imprudente é réu de pecado grave, pois expõe a sua vida e a de outros a um perigo desnecessário. Isto também se aplica ao condutor cujas faculdades estejam diminuídas pelo álcool. O condutor que bebeu é um criminoso, além de pecador. Mais ainda, a própria embriagues é um pecado contra o quinto mandamento, mesmo que não haja a agravante de ser estar conduzindo um carro nesse estado. Beber em excesso, como comer excessivamente, é um pecado porque prejudica a saúde e porque a intemperança produz facilmente outros efeitos nocivos. O pecado de embriagues torna-se mortal quando afeta de tal modo o bebedor que este já não

sabe o que faz. Mas beber um pouco mais da conta também pode ser um pecado mortal, se traz más conseqüências: se prejudica a saúde, se causa escândalo ou se leva a descuidar os deveres para com Deus ou para com o próximo. Quem habitualmente bebe em excesso e se julga livre de pecado porque ainda conserva a noção do tempo, em geral engana-se a si mesmo; raras vezes a bebida habitual deixa de produzir um mal grave à própria pessoa ou aos outros. [p. 197]

Somos responsáveis diante de Deus pela vida que Ele nos deu, e por isso temos obrigação de cuidar da nossa saúde dentro de limites razoáveis. Expor-se a perigos deliberados ou desnecessários, não consultar o médico quando sabemos ou suspeitamos de uma doença que tem cura, é faltarmos aos nossos deveres como administradores de Deus. Evidentemente, há pessoas que se preocupam *demasiado* com a sua saúde, que não se sentem felizes se não tomam algum remédio. São os hipocondríacos. O mal destas pessoas está na mente, mais do que no corpo, e temos que compadecer-nos delas, pois seus males são muito reais para elas.

A vida de *todo* o corpo é mais importante que a de qualquer de suas partes; em conseqüência, é lícito extirpar um órgão para conservar a vida. Não há dúvida, pois, de que a amputação de uma perna gangrenada ou de um ovário canceroso é moralmente reta. É pecado, no entanto, mutilar o corpo desnecessariamente; e será pecado mortal se a mutilação for em si ou nos seus efeitos. O homem ou mulher que se submete voluntariamente a uma operação dirigida diretamente a causar a esterilidade, comete um pecado mortal, bem como o cirurgião que a realiza. Alguns Estados têm leis para a esterilização dos loucos ou débeis mentais. Tais leis opõem-se à lei de Deus, já que nenhum governo tem o direito de mutilar um inocente. A chamada “eutanásia” –matar um

doente incurável para pôr termo aos seus sofrimentos- é pecado grave, mesmo que o próprio doente o peça. *A vida é de Deus*. Se uma doença incurável é parte da providência de Deus para mim, nem eu nem ninguém tem o direito de distorcer esse plano.

Se passamos do mundo da ação para o do pensamento, veremos que o ódio (o ressentimento amargo que deseja o mal ao próximo e se regozija com o seu infortúnio) e a vingança (procurar a desforra por uma injúria sofrida) são quase sempre pecados mortais. Teoricamente, podemos odiar “um pouquinho” ou vingar-nos “um pouquinho”. Mas, na prática, não é tão fácil controlar esse “pouquinho”.

A gravidade do pecado de ira é fácil de ver. A ira causada por uma má ação e não dirigida à pessoa que a cometeu (sempre que a ira não seja excessiva) não é pecado. É o que poderíamos chamar uma ira reta. Um bom exemplo é o do pai irado (lembrese, não em excesso!) por uma malandragem de seu filho. O pai ainda ama o *filho*, mas está aborrecido com a sua má *conduta*. Mas a ira dirigida a pessoas –normalmente à que feriu o nosso amor próprio ou contrariou os nossos interesses-, e não contra as más ações, é uma ira pecaminosa. Em geral, pode-se dizer que, quando nos iramos pelo que nos fizeram e não pelo que fizeram a Deus, a nossa ira não é reta. Na maioria destas irritações, não há deliberação [p. 198] –ferveunos o sangue- e, portanto, pecado grave. Mas se percebemos que a nossa ira é pecaminosa e a alentamos e atizamos deliberadamente, o nosso pecado torna-se grave. Ou, se temos um caráter irascível, e o sabemos, e não fazemos nenhum esforço para controlá-lo, é muito fácil que cometamos um pecado mortal.

Há um último ponto nos atentados ao quinto mandamento: o mau exemplo. Se é pecado matar ou ferir o corpo do próximo,

matar ou ferir a sua alma é um pecado maior. Cada vez que minhas más palavras ou ações incitam alguém ao pecado, faço-me réu de um pecado de escândalo, e o pecado de dar mau exemplo torna-se mortal se o mal que dele se segue for grave. Tanto espiritual como fisicamente, *sou* o guardião de meu irmão. [p. 199]

CAPÍTULO XIX

O SEXTO E O NONO MANDAMENTOS

O SEXTO E O NONO MANDAMENTOS

Há duas atitudes errôneas sobre o sexo, as duas bastante comuns. Uma é a do moderno hedonista, daquele cuja máxima aspiração na vida é o prazer. O hedonista vê a capacidade sexual como um objeto pessoal, de que não tem que prestar contas a ninguém. Para ele (ou ela) a finalidade dos órgãos genitais é a sua satisfação pessoal e a sua gratificação física, e nada mais. Essa atitude é a do solteiro farrista ou a da solteira fácil, que têm ligações amorosas, mas jamais amor. É também uma atitude que se encontra com frequência entre os separados e os divorciados, sempre em busca de novos mundos de prazer a conquistar.

A outra atitude errônea é a daquele que pensa que tudo o que é sexual é baixo e feio, um mal necessário que manchou a raça humana. Sabe, é claro, que a faculdade de procriar deve ser usada para perpetuar a humanidade, mas, para ele, a união física entre marido e mulher continua sendo algo sujo, algo que mesmo em pensamento mal pode ser tolerado. Esta infeliz atitude mental é adquirida geralmente na infância, por uma educação errada dos

pais e mestres. Na sua ânsia de formá-los na pureza, os adultos incutem nas crianças a idéia de que as partes íntimas do corpo são em essência más e vergonhosas, em vez de ensinar-lhes que são dons de Deus, dons que elas deve apreciar e reverenciar. A criança adquire assim a noção turva de que o sexo é algo que as pessoas bem educadas jamais mencionam, nem sequer em casa e aos próprios pais. A pior característica deste estado mental é que tende a perpetuar-se: a criança assim deformada transmitirá por sua vez a idéia aos seus. Esta idéia errada do sexo derruba muitos casamentos que, de outros pontos de vista, seriam felizes. [p. 200]

O certo é que o poder de procriar é um dom maravilhoso com que Deus dotou a humanidade. Deus não era obrigado a dividi-la em homens e mulheres. Podia tê-la formado com seres assexuados, dando origem a cada corpo (como faz com a alma) por um ato direto da sua vontade. Em vez disto, na sua bondade, dignou-se fazer com que a humanidade participasse do seu poder criador, para que pudessem existir as belas instituições do matrimônio e da paternidade; para que através da paternidade humana pudéssemos compreender melhor a paternidade divina, sua justiça e sua providência, e através da maternidade humana compreendêssemos melhor a ternura maternal de Deus, sua misericórdia e compaixão; desse modo preparava também o caminho para a santa maternidade de Maria e para que no futuro entendêssemos melhor a união entre Cristo e sua Esposa, a Igreja.

Todas estas razões e muitas outras ocultas na profundidade da sabedoria de Deus levaram-no a criar a humanidade dividida em homens e mulheres. Situando-se como vértice, Deus estabeleceu uma trindade criadora composta de esposo, esposa e Ele mesmo; os esposos atuam como instrumentos de Deus na formação de um novo corpo humano, e Ele próprio se coloca de certa maneira à disposição de marido e mulher para criar a alma

imortal desse minúsculo corpo que, debaixo de Deus, eles geram pelo amor.

Assim é o sexo, *assim* é o matrimônio. Sendo obra de Deus, o sexo é por natureza bom, santo, sagrado. Não é uma coisa má, não é uma coisa vil e sórdida. O sexo torna-se mau e turvo somente quando é arrancado do marco divino da paternidade potencial e do matrimônio. O poder de procriar e os órgãos genitais não trazem o estigma do mal; o mal provém da vontade pervertida, que os desvia dos seus fins, que os usa como mero instrumento de prazer e satisfação, como um bêbado que se empanturra de cerveja, sorvendo-a de um cálice consagrado para o altar.

O exercício da faculdade de procriar pelos esposos (os únicos a quem cabe esse exercício) não é pecado, como também não o é procurar e gozar o prazer do abraço conjugal. Pelo contrário, Deus uniu um grande prazer físico a esse ato para garantir a perpetuação do gênero humano. Se não surgisse esse impulso de desejo físico nem houvesse a gratificação do prazer imediato, os esposos poderiam mostrar-se renitentes em usar essa faculdade dada por Deus, ante a perspectiva de terem que enfrentar as cargas de uma possível paternidade. O mandamento divino “crescei e multiplicai-vos” poderia frustrar-se. Sendo um prazer *dado* por Deus, gozar dele não é pecado para o esposo e para a esposa, sempre que não se exclua dele, voluntariamente, o fim divino. [p. 201]

Mas, para muita gente –e em algumas ocasiões para a maioria-, esse prazer dado por Deus pode converter-se em pedra de tropeço. Por causa do pecado original, o controle perfeito que a razão deveria exercer sobre o corpo e seus desejos, está gravemente debilitado. Sob o impulso veemente da carne rebelde, surge uma ânsia de prazer sexual que prescinde dos fins de Deus

e das estritas limitações que Ele estabeleceu (dentro do matrimônio cristão) para o ato sexual. Em outras palavras, somos tentados contra a virtude da castidade.

Esta virtude é a que Deus nos pede no sexto e no nono mandamentos: “Não cometerás adultério” e “não desejarás a mulher do teu próximo”. Rememoremos que nos foi dada uma lista de mandamentos como ajuda para a memória: uns compartimentos pelos quais distribuir os diferentes deveres para com Deus. Cada mandamento menciona especificamente apenas um dos pecados mais graves contra a virtude a praticar (“não matarás”, “não furtarás”), e sob esse encabeçamento são agrupados todos os pecados e todos os deveres de natureza semelhante. Assim, é pecado não só matar, como também travar um duelo ou odiar; é pecado não só furtar, como também danificar a propriedade alheia ou cometer fraude. Do mesmo modo, é pecado não só cometer adultério –a relação carnal quando um ou os dois participantes são casados com terceiras pessoas-, como também cometer fornicção –a relação sexual entre duas pessoas solteiras-; é pecado praticar *qualquer* ação deliberada, como tocar-se a si mesmo ou tocar outra pessoa, com o propósito de despertar o apetite sexual fora da relação conjugal. É pecado não só desejar a mulher do próximo, como também alimentar pensamentos ou desejos desonestos sobre *qualquer* pessoa.

A castidade –ou pureza- é definida como a virtude moral que regula retamente toda expressão voluntária de prazer sexual dentro do casamento e a exclui totalmente fora do estado matrimonial. Os pecados contra esta virtude diferem dos que atentam contra a maioria das demais virtudes num ponto muito importante: os pensamentos, palavras e ações contra a virtude da castidade, se

forem plenamente deliberados, são *sempre* pecado mortal. Uma pessoa pode violar outras virtudes, inclusive deliberadamente, e, no entanto, pecar venialmente, se se trata de matéria leve. Uma pessoa pode ser ligeiramente intemperante, insincera ou desonesta. Mas ninguém pode cometer um pecado leve contra a castidade se violar a virtude da pureza com pleno consentimento. Tanto nos pensamentos como nas palavras ou ações, não há “matéria leve”; não há matéria irrelevante quanto a esta virtude.

[p.

202]

A razão é muito clara. O poder de procriar é o mais sagrado dos dons físicos do homem, o que mais diretamente se liga a Deus. Este caráter sagrado faz que sua transgressão tenha maior malícia. Se a isso acrescentamos que o ato sexual é a fonte da vida humana, compreenderemos que, se se envenena a fonte, envenena-se a humanidade. Este é o motivo por que Deus rodeou o ato sexual de uma muralha alta e sólida, com cartazes bem visíveis para todos: *Proibida a passagem!* Deus empenha-se em que o seu plano para a criação de novas vidas humanas não lhes seja tirado das mãos e se degrade ao nível de instrumento de prazer e de excitação perversos. A única ocasião em que um pecado contra a castidade pode ser venial é quando falta plena deliberação ou pleno consentimento.

A matéria desta virtude difere da que é própria da virtude da modéstia. A modéstia não é a castidade, mas sua guardiã, a sentinela que protege os acessos à fortaleza. A modéstia é uma virtude que nos leva a abster-nos de ações, palavras ou olhares que possam despertar o apetite sexual ilícito em nós mesmos ou em outros. As ações podem ser beijos, abraços ou carícias imprudentes; podem ser formas de vestir atrevidas ou a leitura de

escabrosos romances “modernos”. As palavras podem ser relatos sugestivos de cores fortes, cantar ou deleitar-se com canções obscenas ou de duplo sentido. Os olhares podem ser os que seguem banhistas de uma praia ou os que se concentram numa janela indiscreta, a contemplação mórbida de fotografias ou desenhos em revistas ou filhinas. É certo que “tudo é limpo para os limpos”, mas também quem é limpo deve evitar tudo aquilo que ameace a sua pureza.

Diferentemente dos pecados contra a castidade, os pecados contra a modéstia podem ser veniais. Os atentados contra esta virtude que se proponham diretamente despertar um apetite sexual ilícito, são sempre pecado mortal. Excluindo esses, a gravidade dos pecados contra a modéstia depende da intenção do pecador, do grau em que a sua imodéstia excite movimentos sexuais, da gravidade do escândalo causado.

Um aspecto da questão que todos devemos ter muito em conta é que Deus, ao estabelecer os meios para perpetuar a espécie humana, fez do homem varão o princípio ativo do ato procriador. Por essa razão, os desejos masculinos acendem-se normalmente com muito mais facilidade do que na mulher. Pode acontecer que uma moça, com toda a inocência, faça umas meiguices carinhosas que para ela não serão mais do que uma expansão romântica à luz da lua, mas que para seu jovem companheiro serão ocasião de pecado mortal. Na mesma linha de ignorante inocência, uma mulher pode atentar sem má intenção contra a modéstia no vestir, simplesmente [p. 203] por medir a força dos instintos sexuais masculinos pela sua própria. Na nossa cultura contemporânea, há dois pontos fracos que nos devem chamar a atenção em que se tratando da virtude da castidade. Um é a prática –cada vez mais freqüente– de saírem habitualmente “bandos” de moços e moças. Inclusive nos primeiros anos do ensino médio, formam-se pares

que costumam sair juntos regularmente, trocam presentinhos, estudam e divertem-se juntos. Estas situações prolongadas (sair freqüentemente com a mesma pessoa do sexo contrário por períodos de tempo consideráveis) são sempre um perigo para a pureza. Para aqueles que têm idade suficiente para contrair casamento, esse perigo está justificado; um noivado razoável é necessário para se encontrar o companheiro idôneo para o casamento. Mas, para os adolescentes, que ainda não têm condições para casar-se, essa *constante companhia* é pecado, porque proporciona ocasiões de pecado injustificadas, umas ocasiões que alguns pais “bobos” até fomentam, pensando que essa relação tem “graça”.

Outra forma de companhia constante que, por sua própria natureza, é pecaminosa é a de avistar-se com pessoas separadas ou divorciadas. Um encontro com um divorciado (ou uma divorciada) pode ser suficiente para que o coração se apegue e se chegue facilmente a um pecado de adultério ou, pior ainda, a uma vida de permanente adultério ou a um “casamento” fora da Igreja.

Às vezes, em momentos de grave tentação, podemos pensar que este dom maravilhoso de procriar que Deus nos deu é uma bênção discutível. Em momentos assim, temos que recordar duas coisas: primeiro, que não há virtude autêntica nem bondade verdadeira sem esforço. Uma pessoa que nunca sofresse tentações não poderia jamais ser chamada *virtuosa* no sentido comum (não no teológico) da palavra. Deus pode, naturalmente, conceder a alguém um grau excelso de virtude sem a prova da tentação, como foi o caso de Nossa Mãe Santa Maria. Mas o normal é que, precisamente por suas vitórias sobre fortes tentações, uma pessoa se torne virtuosa e adquira méritos para o céu.

Também devemos lembrar-nos de que, quanto maior for a tentação, maior será a graça que Deus nos dará se a pedirmos a aceitarmos, se lutarmos por todos os meios ao nosso alcance. Deus nunca permite que sejamos tentados acima da nossa força de resistência (com a sua graça). Ninguém pode dizer: “Pequei porque não pude resistir”. O que está ao nosso alcance é evitar os perigos desnecessários; sermos constantes na oração, especialmente nos momentos de fraqueza; freqüentar a Missa e a Sagrada Comunhão; ter uma profunda e sincera devoção por Maria, Mãe Puríssima. [p. 204]

CAPÍTULO XX

O SÉTIMO E O DÉCIMO MANDAMENTOS

O MEU E O TEU

É pecado que um faminto fure um pão, mesmo que tenha de quebrar uma vitrina para o fazer? É pecado que um operário fure ferramentas da oficina em que trabalha se todo mundo o faz? Se uma mulher encontra um anel de diamantes e ninguém o reclama, pode ficar com ele? É imoral compara pneus a um preço de pechincha, se se suspeita que são roubados? O sétimo mandamento da lei de Deus diz: “Não roubarás”, e parece um mandamento muito claro à primeira vista. Mas logo começam a chegar os “mas” e os “ainda que”, e já nada parece tão claro.

Antes de começarmos a examinar este mandamento, podemos tratar do décimo —“Não cobiçarás os bens alheios”— muito rapidamente. O décimo mandamento é companheiro do sétimo, como o nono o é do sexto. Em ambos os casos se nos proíbe fazer em pensamento o que nos é proibido na ação. Assim, não só é pecado roubar como também é pecado *querer* roubar, desejar tirar e conservar o que pertence ao próximo.

Tudo o que digamos sobre a natureza e a gravidade das ações contra este mandamento aplica-se também ao desejo correspondente, exceto que neste caso não se nos exige restituição. Este ponto deve ser tido em conta em todos os mandamentos: que o pecado se comete no momento em que deliberadamente se deseja ou se decide cometê-lo. realizar a ação agrava a culpa, mas o pecado já foi cometido no instante em que se tomou a decisão ou se consentiu no desejo. Por exemplo, se decido roubar uma coisa assim que se apresente a ocasião, e esta nunca aparece, impedindo-me de levar avante o meu propósito, esse pecado de intenção de roubar gravará a minha consciência. [p. 205]

Portanto, a que obriga o sétimo mandamento? Exige-nos que pratiquemos a virtude da justiça, que se define como a virtude moral que obriga a dar a cada um o que é seu, o que lhe é devido. Pode-se violar esta virtude de muitas maneiras. Em primeiro lugar, pelo pecado de roubo, que é furto quando se tiram os bens alheios ocultamente, ou rapina se se tomam com violência e manifestamente. Roubar é tirar ou reter voluntariamente, contra o direito e a razoável vontade do próximo, aquilo que lhe pertence. “Contra o direito e a razoável vontade do próximo” é uma cláusula importante. A vida é mais importante que a propriedade. Não é razoável recusarmo-nos a dar a alguém algo de que precisa para salvar a sua vida. Assim, o faminto que toma um pão, não rouba. O fugitivo que se apossa de um carro ou de um barco para escapar dos perseguidores que lhe ameaçam a vida ou a liberdade, não rouba.

Esta cláusula distingue também roubar de tomar emprestado. Se o meu vizinho não está em casa e pego da sua garagem umas ferramentas para reparar meu automóvel, sabendo que ele não faria objeção, é claro que não roubo. Mas é igualmente claro que é imoral tomar emprestada uma coisa quando sei que o seu

proprietário poria dificuldades nisso. O empregado que toma emprestado da caixa, ainda que pense devolver algum dia esse “empréstimo”, é réu de pecado.

Seguindo o princípio de que tudo o que seja privar alguém, contra a sua vontade, do que lhe pertence, se for feito deliberadamente, é pecado, já vemos que, além de roubar, há muitas maneiras de violar o sétimo mandamento. Não cumprir um contrato ou um acordo de negócios, se causa prejuízos à outra parte contratante, é pecado. Também o é assumir dívidas sabendo que não se poderão pagar: é pecado muito comum nestes tempos em que tanta gente vive acima de suas possibilidades. Igualmente é pecado danificar ou destruir deliberadamente a propriedade alheia.

A seguir, vêm os pecados de fraude: privar alguém do que lhe pertence, usando de engano. Incluem-se neste grupo as práticas por meio das quais se rouba no peso, nas medidas ou no troco, ou se vendem produtos de qualidade inferior sem reduzir o preço, ou se ocultam defeitos da mercadoria (os vendedores de carros de segunda mão, bem como todos os vendedores, devem precaver-se contra isto), ou se vende com margens de lucro exorbitantes, ou se passa moeda falsa, ou se vendem produtos adulterados: numa palavra, todos os sistemas de tornar-se rico do dia para a noite, que tanto abundam na sociedade moderna. Outra forma de fraude é não pagar o salário justo, recusando aos trabalhadores e empregados o salário suficiente para viverem, aproveitando-se de que o excesso de mão de obra no mercado permite ao patrão dizer: “Se você não gosta de trabalhar [p. 206] aqui, desapareça”. E também pecam os operários que *defraudam* um salário justo, se deliberadamente desperdiçam os materiais ou o tempo da empresa, ou não rendem um justo dia de trabalho pelo justo salário

que recebem. Os empregados públicos são outra categoria de pessoas que necessitam de precaução neste mandamento. Estes empregados são escolhidos e pagos para executar as leis e administrar os assuntos públicos com imparcialidade e prudência, para o bem comum de todos os cidadãos. Um empregado público que aceite subornos –por muito habilmente que os disfarce- em troca de favores políticos, atraiçoa os concidadãos que o elegeram ou designaram, e peca contra o sétimo mandamento. Também peca quem exige presentes de empregados inferiores.

Duas novas ofensas contra a justiça completam o quadro dos pecados mais comuns contra o sétimo mandamento. Uma é aceitar bens que sabemos serem roubados, quer os recebamos de graça ou pagando. Nesta matéria, uma suspeita fundada equivale ao conhecimento. Aos olhos de Deus, quem recebe bens roubados é tão culpado como o ladrão. Também é pecado ficar com objetos *achados* sem fazer um esforço razoável para encontrar o proprietário. A medida deste esforço (perguntar e anunciar) dependerá, é claro, do valor da coisa; e o proprietário, se aparecer, tem obrigação de reembolsar quem encontro o objeto, de todos os gastos que suas diligências lhe tenham ocasionado.

Não se pode medir o dano moral com uma fita métrica, nem obter o seu total numa máquina de somar. Assim, quando alguém pergunta: “A partir de quanto um pecado é mortal?”, não há uma resposta preparada e instantânea. Não podemos dizer: “Se o roubo só chega a 2.999 cruzeiros, é pecado venial: de 3.000 para cima, já é pecado mortal”. Só se pode falar em geral e dizer que o roubo de algo de pouco valor será pecado venial, e que roubar algo valioso será pecado mortal (quer esse grande valor seja *relativo ou absoluto*). Isto, como é natural, aplica-se tanto ao furto

propriamente dito como aos demais pecados contra a propriedade: rapina, fraude, receptação de bens roubados, etc.

Quando falarmos do valor *relativo* de uma coisa, referimo-nos ao seu valor consideradas as circunstancias. Para um operário com família a manter, a perde de um dia de trabalho será normalmente uma perda considerável. Roubá-lo ou enganá-lo no equivalente poderia ser facilmente pecado mortal. A gravidade de um pecado contra a propriedade mede-se, tanto pelo dano que causa ao proprietário como pelo valor real do objeto em questão. [p. 207]

Mas, ao apreciarmos o valor de um objeto (ou de uma soma de dinheiro), chegaremos a um ponto em que toda pessoa razoável concordará no que é um valor considerável, quer seja pobre ou rica a pessoa que sofre a perda. Este valor é o que denominaremos *absoluto*, um valor que não depende das circunstancias. E neste ponto a fronteira entre pecado mortal e pecado venial é conhecida somente por Deus. Nós podemos dizer com certeza que roubar dez cruzeiros é pecado venial, e que roubar dez mil, ainda que o proprietário seja a General Motors, é pecado mortal. Mas ninguém pode dizer exatamente onde traçar a linha divisória. Há uns dez anos, os teólogos estavam de acordo em afirmar que o roubo de três ou quatro mil cruzeiros era matéria grave absoluta, e que uma injustiça por essa importância era geralmente pecado mortal. No entanto, um cruzeiro de hoje não vale a mesma coisa que um cruzeiro de há dez anos, e os livros de teologia não podem ser revisados cada seis meses segundo os índices do “custo de vida”. A conclusão evidente é que, se formos escrupulosamente honrados no nosso relacionamento com o próximo, nunca teremos que perguntar: “Isto é pecado mortal ou venial?” Para quem peque contra a justiça, outra conclusão também evidente é que deve

arrepender-se do seu pecado, confessá-lo, reparar a injustiça e não tornar a cometê-lo.

E isto traz a lume a questão da restituição, quer dizer, a necessidade de ressarcir os prejuízos causados pelo que adquirimos ou danificamos injustamente. O verdadeiro arrependimento dos pecados cometidos contra o sétimo mandamento deve incluir sempre a intenção de reparar tão logo seja possível (*aqui e agora*, se se pode) todas as conseqüências da nossa injustiça. Sem essa sincera intenção por parte do penitente, o sacramento da Penitencia é impotente para perdoar um pecado de injustiça. Se o pecado foi mortal e o ladrão ou aproveitador morre sem ter feito nenhuma tentativa de restituir o alheio, embora pudesse fazê-lo, morre em estado de pecado mortal. Malbaratou a sua felicidade eterna, trocando-a pelos seus lucros injustos.

Mesmo os pecados veniais de injustiça não podem ser perdoados se não se restitui ou não se faz o propósito sincero de restituir. Quem more sem reparar os seus pequenos furtos ou fraudes, verificará que o preço que as suas velhacarias lhe custarão no purgatório excede de longe os benefícios ilícitos que teve na vida. E, a este propósito, será bom mencionar de passagem que mesmo os pequenos furtos podem constituir um pecado mortal, se se cometem numa série contínua durante um período curto de tempo, de modo que o total seja considerável. Uma pessoa que se apodera injustamente de 50 a 100 cruzeiros cada semana, será réu de pecado mortal quando [p. 208] a importância total chegar a ser, somadas todas as parcelas, matéria pecaminosa grave.

Há certos princípios fundamentais que regem as questões de restituição. O primeiro deles é que a restituição deve ser feita à *pessoa que sofreu a perda* ou aos seus herdeiros, se aquela faleceu. E, supondo que não se pode encontrar a pessoa e que seus

herdeiros sejam desconhecidos, aplica-se outro princípio: ninguém pode beneficiar-se com a injustiça. Se o proprietário é desconhecido ou não pode ser encontrado, a restituição deverá ser feita doando os benefícios ilícitos a instituições beneficentes, apostólicas, etc. não se exige que quem restitui dê a conhecer a sua injustiça e com isso arruíne a sua reputação: pode restituir anonimamente, pelo correio, por meio de um terceiro ou por qualquer outro sistema que proteja o seu bom nome. Também não se exige que, para efetuar essa restituição, a pessoa se prive a si mesma ou prive a família dos meios para atender às necessidades ordinárias da vida. Seria uma péssima conduta esbanjar dinheiro em luxos ou caprichos, e não fazer a restituição. Mas isto também não quer dizer que sejamos obrigados a viver do ar e a dormir debaixo de uma ponte até que tenhamos feito a restituição.

Outro princípio é que, se se roubou um objeto, é esse mesmo objeto que deve ser devolvido ao proprietário, junto com qualquer outro ganho natural que dele tiver resultado: os bezerros, por exemplo, se o que se roubou foi uma vaca. Só se esse objeto não existir mais ou estiver estragado e não for possível repará-lo, é que se pode fazer a restituição entregando o seu valor em dinheiro.

Talvez se tenha dito já o suficiente para fazermos uma idéia destas questões de justiça e direitos, que às vezes podem tornar-se complicadas. Por isso não nos devemos surpreender se até o sacerdote tiver que consultar seus livros de teologia nestas matérias. [p. 209]

CAPÍTULO XXI

O OITAVO MANDAMENTO

SÓ A VERDADE

O quinto mandamento, além do homicídio, proíbe muitas coisas. O sexto aplica-se a muitos outros pecados, além da infidelidade conjugal. O sétimo abrange muitas ofensas contra o propriedade, além do simples roubo. O enunciado dos mandamentos, sabemos, é uma ajuda para a memória. Cada um deles menciona um pecado específico contra a virtude a que o referido mandamento se aplica, e espera-se de nós que utilizemos esse enunciado como uma espécie de cabide onde pendurar os restantes pecados contra a mesma virtude.

Assim, não nos surpreende que o oitavo mandamento siga o mesmo esquema. “Não levantarás falso testemunho” proíbe explicitamente o pecado de calúnia: prejudicar a reputação do próximo mentindo sobre ele. No entanto, além da calúnia, há outros modos de pecar contra a virtude da verdade e contra a virtude da caridade por palavras e obras.

A calúnia é um dos piores pecados contra o oitavo mandamento, porque combina um pecado contra a verdade

(mentir) com um pecado contra a justiça (ferir o bom nome alheio) e a caridade (falhar no amor devido ao próximo). A calúnia fere o próximo onde mais dói: na sua reputação. Se roubamos dinheiro a um homem, este pode irar-se ou entristecer-se, mas, normalmente, se refará e ganhará mais dinheiro. Quando manchamos o seu bom nome, roubamos-lhe algo que todo o trabalho do mundo não lhe poderá devolver. É fácil ver, pois, que o pecado de calúnia é mortal se com ele prejudicamos *seriamente* a honra do próximo, ainda que seja na consideração de uma só pessoa e mesmo que esse próximo não tenha notícia do mal que lhe causamos. [p. 210]

Isto é certo também quando deliberada e injustamente causamos um prejuízo sério à reputação do próximo em nossa própria mente. É o juízo temerário, um pecado em que incorre muita gente e que talvez sejamos desleixados em examinar quando nos preparamos para a confissão. Se alguém inesperadamente realiza uma boa ação, e eu me surpreendo pensando: “A quem tentará bajular?”, cometo um pecado de juízo temerário. Se alguém pratica um ato de generosidade, e eu digo para mim mesmo: “Aí está esse fulano bancando o herói”, peço contra o oitavo mandamento. Talvez não seja um pecado mortal, mas pode sê-lo facilmente se a reputação dessa pessoa sofre *seriamente* no meu juízo acerca dela, por causa da minha suspeita injusta.

A detração ou difamação é outro pecado contra o oitavo mandamento. Consiste em prejudicar a reputação alheia manifestando sem justo motivo pecados e defeitos alheios que são *verdade*, mas não as comumente conhecidos: por exemplo, quando conto aos amigos ou vizinhos as terríveis brigas que tem o casal do lado, ou lhes revelo que o marido chega bêbado a casa todos os sábados. Pode ser que haja ocasiões em que, para corrigir

ou prevenir, seja necessário revelar a um pai as más companhias do filho; ou que convenha informar a polícia de que certa pessoa saía furtivamente da loja que foi roubada. Pode ser necessário avisar os pais da vizinhança que esse novo vizinho tem antecedentes de incomodar sexualmente as crianças. Mas, habitualmente, quando começamos por dizer: “Acho que deveria contar-lhe...”, o que no fundo queremos dizer é: “Morro de vontade de contar-lhe, mas não quero reconhecer o fato de que adoro murmurar”.

Ainda que, por assim dizer, uma pessoa fira ela mesma a sua própria fama pela sua conduta imoral, será sempre pecado para mim dar a conhecer sem necessidade o seu mau comportamento. É de certo modo o mesmo que roubar um ladrão: ainda que seja um ladrão, se eu o roubo, peço. Não é necessário dizer que não é pecado referir fatos que são do conhecimento geral, como, por exemplo, um crime cometido por alguém que foi condenado por um tribunal público. Mas, mesmo nestes casos, a caridade nos levará a condenar o pecado, e não o pecador, e a rezar por ele.

No oitavo mandamento, não há apenas pecados de palavra e mente, mas também de ouvido. Cometemos pecado quando escutamos com agrado a calúnia e a difamação, ainda que não digamos uma palavra. Esse mesmo silêncio fomenta que se difundam murmurações maliciosas. Se o nosso agrado em escutar se deve a mera curiosidade, o pecado será venial. Mas se a atenção que prestamos [p. 211] for por ódio à pessoa difamada, o pecado será mortal. Se se ataca a fama de alguém na nossa presença, nosso dever é cortar a conversa, ou, pelo menos, mostrar pela nossa atitude que o tema não nos interessa.

O insulto pessoal (os teólogos preferem chamá-lo “contumélia”) é outro pecado contra o oitavo mandamento, que se comete contra o próximo na sua presença, e que se reveste de muitas formas. Por palavras ou obras, podemos recusar-lhe as manifestações de respeito e amizade que lhe são devidas, como, por exemplo, voltar-lhe as costas ou ignorar-lhe a mão estendida, falar-lhe de modo grosseiro ou desconsiderado, dirigir-lhe apelidos pejorativos. Um pecado parecido de grau menor é esse criticismo depreciativo, que encontra faltas em tudo e que, para muitas pessoas, parece constituir um hábito profundamente arraigado.

A intriga é também um pecado contra o oitavo mandamento. É o pecado do mexeriqueiro que semeia discórdia, que corre a dizer a Pedro o que João comentou dele. Também neste caso a intriga se faz preceder geralmente de um “acho que te conviria saber...”, quando, muito pelo contrário, seria melhor que Pedro *ignorasse* essa alusão que João fez acerca dele, uma alusão que talvez lhe tenha escapado por descuido ou num momento de irritação. “Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus”: eis uma boa citação para recordar nestas ocasiões.

Uma mentira simples, que não causa prejuízo nem se diz sob juramento, é pecado venial. Deste tipo costumam ser as que se ouvem aos fanfarrões (e, muitas vezes, aos apaixonados pela pesca). Como também as mentiras que se dizem para evitar uma situação embaraçosa para a própria pessoa ou para outros. Também se incluem aqui as que são contadas pelos brincalhões zombeteiros. Mas, seja qual for a motivação de uma mentira, não dizer a verdade é sempre pecado. Deus nos deu o dom de podermos comunicar nossos pensamentos para que manifestemos sempre a verdade. De cada vez que, por palavras ou obras,

divulgamos uma falsidade, abusamos de um dom divino e pecamos.

Daí se segue que não existem as “mentirinhas brancas” nem as mentiras inócuas. Um mal moral, mesmo o mal moral de um pecado venial, é maior que qualquer mal físico. Não é lícito cometer um pecado venial, nem mesmo para salvar da destruição o mundo inteiro. No entanto, deve-se também mencionar que posso não dizer a verdade sem pecar quando *injustamente* procuram averiguar por meu intermédio alguma coisa sobre mim. O que venha a dizer neste [p. 212] caso poderá ser falso, mas não é uma mentira: é um meio lícito de autodefesa quando não resta alternativa.

Também não há obrigação de dizer sempre *toda* a verdade. Infelizmente, há muitos xeretas neste mundo, que perguntam o que não têm o direito de saber. É perfeitamente legítimo dar a tais pessoas uma resposta evasiva. Se alguém me pergunta quanto dinheiro trago comigo (e suspeito de que se trata de uma “facada”), e eu lhe respondo que trago mil cruzeiros quando na realidade tenho dez mil, não minto. *Tenho* mil cruzeiros, mas não menciono os outros nove mil que também tenho. Mas seria uma mentira, é claro, afirmar que tenho dez mil cruzeiros quando só tenho mil.

Há frases convencionais que aparentemente são mentiras, mas não o são na realidade porque toda pessoa inteligente sabe o que significam. “Não sei” é um exemplo dessas frases. Qualquer pessoa de inteligência média sabe que dizer “não sei” pode significar duas coisas: que *realmente* desconheço aquilo que me perguntam, ou que não estou em condições de revelá-lo. É a resposta do sacerdote –do médico, do advogado ou do parente-, quando alguém procura tirar-lhe uma informação confidencial.

Outra frase similar é: “não está em casa”. “Não estar em casa” pode significar que a pessoa saiu efetivamente, ou que não recebe visitas. Se a menina, ao abrir a porta, diz ao visitante que mamãe não está em casa, não mente; não há por que dizer que mamãe está no banho ou corando a roupa. Quem se engana com frases como esta (ou outras parecidas de uso corrente) não é enganado: engana-se a si mesmo.

O mesmo princípio se aplica a quem aceita como verídica uma história contada como piada, que qualquer pessoa com um pouco de talento percebe imediatamente. Por exemplo, se afirmo que na minha terra o milho cresce tanto que a colheita tem que ser feita de helicóptero, quem o tome literalmente está-se enganado a si mesmo. No entanto, essas mentiras jocosas podem tornar-se verdadeiras mentiras se não fica claro para as pessoas que a história contada é uma brincadeira.

Outro possível pecado contra o oitavo mandamento é revelar os segredos que nos foram confiados. A obrigação de guardar um segredo pode surgir de uma promessa feita, da própria profissão (médicos, advogados, jornalistas, etc) ou simplesmente porque a caridade proíbe que eu divulgue o que pode ofender ou ferir o próximo. As únicas circunstancias que permitem revelar segredos sem pecar são aquelas que tornam necessário fazê-lo para prevenir um mal maior à comunidade, a um terceiro inocente ou à própria pessoa que me comunicou o segredo. Inclui-se neste tipo de pecados ler a correspondência [p. 213] alheia sem licença ou procurar ouvir conversas privadas. Nestes casos, a gravidade do pecado será proporcional ao mal ou ofensa causados.

Antes de encerrarmos o temo do oitavo mandamento, devemos ter presente que este mandamento, como o sétimo, *nos obriga a restituir*. Se prejudiquei um terceiro por calúnia,

difamação, insulto ou revelação de segredos a mim confiados, meu pecado não será perdoado se não procuro reparar o melhor que possa o mal causado. E isto é assim mesmo que essa reparação exija que me humilhe ou cause prejuízos a mim próprio. Se caluniei, devo proclamar que me tinha enganado redondamente; se murmurei, tenho que compensar a minha difamação com elogios justos que movam à caridade; se insultei, devo pedir desculpas, publicamente, se o insulto foi público; se violei um segredo, devo reparar o mal causado da forma que puder e o mais depressa possível.

Tudo isto deve levar-nos a renovar a determinação sobre os propósitos que, sem dúvida, fizemos há tempo: não abrir a boca senão para dizer o que estritamente pensamos ser verdade; nunca falar do próximo –ainda que digamos *verdades* sobre ele-, a não ser para elogiá-lo; e, se temos que dizer de certa pessoa algo pejorativo para ela, que o façamos obrigados por uma grave razão. [p. 214]

CAPÍTULO XXII

OS MANDAMENTOS DA IGREJA

AS LEIS DA IGREJA

Às vezes, tropeçamos com pessoas que dão a impressão de imaginar que as leis da Igreja obrigam menos que as de Deus. “Bem, não é senão uma lei da Igreja”, dizem talvez. “Não é senão uma lei da Igreja” é uma frase tola. As leis da Igreja são praticamente o mesmo que as leis de Deus, porque são suas aplicações. Uma das razões pelas quais Jesus estabeleceu a sua Igreja foi precisamente esta: a promulgação de todas as leis necessárias para corroborar seus ensinamentos, para o bem das almas. Para comprová-lo, basta recordar as palavras do Senhor: “Aquele que a vós ouve, a mim ouve, e aquele que a vós despreza, a mim despreza” (Lc 10, 16). Cristo falava à Igreja na pessoa de seus Apóstolos. Assim, pois, as leis da Igreja têm toda a autoridade de Cristo. Violar deliberadamente uma lei da Igreja é tão pecado como violar um dos Dez Mandamentos.

Quantas leis da Igrejas há? A maioria responderá “cinco” ou “seis”, porque esse é o número que nos dá o Catecismo. Mas o certo é que são mais de duas mil. São as contidas no Código de Direito Canônico. Muitas delas foram revogadas pelos recentes papas (por exemplo, as relativas ao jejum eucarístico) e por decretos do Concílio Vaticano II. Agora estáse procedendo a uma revisão completa do Código de Direito Canônico. Não obstante, por muito que varie a sua aplicação, as seis leis básicas enumeradas no Catecismo não serão abolidas. São as que chamamos habitualmente os Mandamentos da Igreja, a saber: (1) Ouvir Missa inteira todos os domingos e festas de guarda; (2) Confessar os pecados mortais ao menos uma vez ao ano e em perigo de morte ou se se tem de comungar; (3) Comungar pela Páscoa da Ressurreição; (4) Jejuar [p. 215] e abster-se de comer carne quando manda a Santa Madre Igreja; (5) Ajudar a Igreja em suas necessidades; e (6) Observar as leis da Igreja sobre o matrimônio.

A obrigação de assistir à Missa aos domingos e festas de guarda –obrigação que começa para cada católico quando completa os sete anos- já foi aqui tratada ao comentarmos o terceiro mandamento do Decálogo. Não vamos repetir aqui o que já se disse, mas pode ser oportuno mencionar alguns aspectos sobre os dias de preceito.

Na sua função de guia espiritual, a Igreja tem o dever de procurar que a nossa fé seja uma fé *viva*, de tornar vivas e reais para nós as pessoas e os eventos que constituem o Corpo Místico de Cristo. Por essa razão, a Igreja marca uns dias por ano e os declara dias sagrados.

Neles recorda-nos acontecimentos importantes da vida de Jesus, de sua Mãe e dos santos. A Igreja realça essas festas periódicas

equiparando-as ao dia do Senhor e obrigando-nos, sob pena de pecado mortal, a ouvir Missa e abster-nos do trabalho quotidiano na medida em que nos seja possível.

O calendário da Igreja fixou dez desses dias, que são guardados na maioria dos países católicos. Em alguns países não oficialmente católicos –em que o calendário de trabalho não reconhece essas festas-, estes dias, além dos domingos, reduzem-se a uns poucos. Assim, por exemplo, no Brasil são dias santos de guarda: a solenidade da Santíssima Mãe de Deus (1º de janeiro), que comemora o dogma da Maternidade divina de Maria, fonte de todos os seus privilégios; o dia do *Corpus Christi*, solenidade do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo (quinta-feira depois do domingo da Santíssima Trindade), em que a Igreja adora a Presença Real de Cristo no sacramento da Eucaristia; a Imaculada Conceição de Maria (8 de dezembro), que celebra a criação da alma de Maria livre do pecado original, o primeiro dos passos da nossa redenção; e o dia de Natal (25 de dezembro), em que comemoramos o nascimento de Nosso Senhor.

Algumas solenidades que, no calendário geral da Igreja, têm uma data que não costuma coincidir com um feriado, foram transferidas para o domingo mais próximo, normalmente o domingo seguinte. Encontram-se neste caso: a solenidade da Epifania ou Manifestação do Senhor (antigamente no dia 6 de janeiro), que, na vocação dos Magos, os primeiros pagãos chamados ao conhecimento de Jesus, comemora as primícias da nossa vocação para a fé; a Ascensão do Senhor (antigamente na quinta-feira, 40 dias depois da Páscoa), que comemora a subida gloriosa de Jesus aos céus; a Assunção de Maria (antigamente no dia 15 de agosto), em que nos alegramos [p. 216] com a entrada de nossa Mãe em corpo e alma na glória; o dia de Todos os Santos (antes no dia 1º de novembro), quando honramos *todos* os santos

do céu, incluídos os nossos entes queridos que já se encontram gozando de Deus. Além disso, há outros dois dias que, no calendário geral da Igreja, são de guarda, mas não o são no Brasil nem foram transferidos para o domingo: a solenidade de São José (19 de março), em que honramos o glorioso Patriarca, esposo da Virgem Maria, pai nutrício de Jesus e padroeiro da Igreja universal; e solenidade dos apóstolos São Pedro e São Paulo (29 de junho), dedicada especialmente a São Pedro, príncipe dos Apóstolos, constituído por Cristo cabeça de toda a Igreja e o primeiro dos Papas.

Além destas festas, há outros dias de especial relevo para os católicos: são os dias de jejum e os dias de abstinência. Ao lermos os Evangelhos, teremos notado a freqüência com que Nosso Senhor recomenda que façamos penitencia. E podemos perguntar-nos: “Sim, mas como?” A Igreja, cumprindo a sua obrigação de ser guia e mestra, fixou um mínimo para todos, uma penitencia que todos —com certos limites— devemos fazer. Este mínimo estabelece uns dias de abstinência (em que não podemos comer carne) e outros de jejum e abstinência (em que devemos abster-nos de carne e tomar uma só refeição completa).

Como Cristo Nosso Salvador morreu numa Sexta-feira, a Igreja estabeleceu todas as sextas-feiras do ano —e também a Quarta-feira de Cinzas— como dias obrigatórios de penitencia. O preceito geral da Igreja obriga a abster-se de carne todas as sextas-feiras do ano. Mas o Papa Paulo VI, na constituição *Paenitemini*, deu às Conferencias episcopais dos diversos países a faculdade de trocar a abstinência de carne por outras práticas de penitencia cristã, como a oração, a esmola, outras mortificações, etc. De acordo com essa faculdade, os bispos do Brasil determinaram que nas sextas-feiras do ano, inclusive nas da Quaresma — exceto a

Sexta-feira Santa-, a abstinência de carne pode ser substituída, à escolha de cada um, por outras formas de penitência, principalmente por obras de caridade e exercícios de piedade, isto é, por algumas orações.

Mas na Quarta-feira de Cinzas e na Sexta-feira Santa fica de pé a obrigação de fazer jejum e abstinência. Nesses dias, só se pode fazer uma refeição completa, podendo tomar-se alimento duas vezes mais no dia desde que, juntas, não formem uma refeição completa. Nenhuma dessas refeições pode incluir carne.

Tomar deliberadamente carne ou caldo de carne num dia de abstinência é pecado grave, se envolve desprezo do preceito e a quantidade que se toma é considerável. Mesmo uma quantidade pequena, tomada de modo deliberado, seria um pecado venial. Também seria [p. 217] pecado quebrar voluntariamente o jejum, fazendo –nos dias em que deve guardar-se- duas ou mais refeições completas.

Os doentes que precisam de alimento, os que se ocupam em trabalhos pesados ou os que comem o que podem ou quando podem (os muito pobres) estão dispensados das Elis de jejum e abstinência. Aqueles para quem jejuar ou abster-se de carne possa constituir um problema sério, podem obter dispensa do seu pároco. A lei da abstinência obriga os que tenham completado catorze anos, e dura toda a vida; a obrigação de jejuar começa quando se fazem vinte e um anos e termina quando se entra nos sessenta.

A lei relativa à confissão anual significa que todo aquele que deva confessar explicitamente um pecado mortal, torna-se réu de um novo pecado mortal se deixa passar mais de um ano sem receber outra vez o sacramento da Penitência. Evidentemente, a Igreja não quer dizer-nos com isso que seja suficiente uma confissão por ano para os católicos praticantes. O sacramento da

Penitência reforça a nossa resistência à tentação e nos faz crescer em virtude, se o recebemos com freqüência. É um sacramento tanto para os santos como para os pecadores.

No entanto, a Igreja quer garantir que ninguém viva indefinidamente em estado de pecado mortal, com perigo para sua salvação eterna. Por isso exige de todos aqueles que tenham consciência de ter cometido um pecado mortal, que o confessem explicitamente (ainda que esse pecado já tenha sido perdoado por um ato de contrição perfeita), recebendo o sacramento da Penitência dentro do ano.

A mesma preocupação pelas almas faz com que a Igreja estabeleça um mínimo absoluto de uma vez por ano para receber a Sagrada Eucaristia. O próprio Jesus disse: “Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes seu sangue, não tereis a vida em vós” (Jo 6, 54), e disse-o sem paliativos: ou nós, os membros do Corpo Místico de Cristo, recebemos a Sagrada Comunhão, ou não iremos para o céu. Naturalmente, vem logo a pergunta: “Com que freqüência devo comungar?”, e Cristo, por meio da sua Igreja, nos responde: “Com a freqüência que você puder; semanal ou diariamente. Mas a obrigação absoluta é receber a Comunhão uma vez por ano, na Páscoa”. Se faltarmos em dar a Jesus esse mínimo de amor, tornamo-nos culpados de pecado mortal.

Contribuir para a sustentação da Igreja é outra das obrigações que surgem da nossa natureza de membros do Corpo Místico de Cristo. No Batismo, e de novo na Crisma, Jesus nos associa à sua tarefa de salvar almas. Não seríamos verdadeiramente de Cristo se não tratássemos com sinceridade de ajudá-lo —com meios [p. 218] econômicos— tanto com obras e orações— a levar a cabo a sua missão. Normalmente, atendemos a esta obrigação de ajuda material prestando nossa colaboração às

diversas coletas organizadas pela paróquia ou pela diocese, com a generosidade que os nossos meios permitam. E devemos ajudar não só a nossa diocese ou paróquia, mas também o Papa, para que atenda às necessidades da Igreja universal, em missões e obras de beneficência. Se perguntamos: “Quanto devo dar”, não há resposta nenhuma além de recordar que Deus jamais se deixa vencer em generosidade.

Jesus, para poder permanecer sempre conosco com a força da sua graça, entregou-nos os sete sacramentos, cuja guarda confiou à Igreja e a quem deu a autoridade e o poder de estabelecer as leis necessárias para regulamentar a recepção e a concessão dos sacramentos. O Matrimônio é um deles. É importante que nos demos conta de que as leis da Igreja que governam a recepção do sacramento do Matrimônio não são leis meramente humanas: são preceitos do próprio Cristo, dados por sua Igreja.

A lei básica que rege o sacramento do Matrimônio é que se deve recebê-lo na presença de um sacerdote autorizado e de duas testemunhas. Por sacerdote “autorizado” entendemos o superior da paróquia em que se celebra o casamento, ou o sacerdote a quem o bispo da paróquia delega o poder para tanto. Um sacerdote qualquer não pode officiar um casamento católico. O matrimônio é um compromisso demasiado sério para que se possa contrai-lo batendo à porta de qualquer sacristia. O sacramento do Matrimônio pode ser celebrado em qualquer tempo litúrgico, mas a Igreja admoesta os esposos a evitarem demasiada pompa quando se celebra nos tempos de Advento e Quaresma, que não são os mais apropriados para receber este sacramento.

Para a recepção válida do sacramento do Matrimônio, o esposo deve ter pelo menos dezesseis anos de idade e a esposa catorze. No entanto, se as leis civis estabelecem uma idade

superior, a Igreja as respeita, ainda que não esteja estritamente obrigada a fazê-lo. a preparação dos jovens que vão assumir a responsabilidade de uma família tem o maior interesse tanto civil como espiritualmente. Quanto aos efeitos civis do casamento, a Igreja reconhece o direito do Estado de estabelecer a necessária legislação.

Além de contar com a idade suficiente, os futuros esposos não devem ser parentes com laços de sangue mais próximos que os de primos terceiros. No entanto, se há graves razões, a Igreja concede dispensa para que primos irmãos ou primos segundos possam contrair matrimônio. A Igreja também dispensa, quando há razão suficiente, dos impedimentos resultantes do Batismo (casamento [p. 219] entre padrinho ou madrinha e afilhada ou afilhado) ou do Matrimônio (casamento de um viúvo com a cunhada ou de uma viúva com o cunhado).

A Igreja também determina que um católico despose a uma católica, embora conceda dispensa para que um católico se case com uma não católica. Nestes casos, os contraentes devem seguir as leis da Igreja relativas aos casamentos mistos. O contraente católico deve comprometer-se a dar bom exemplo ao cônjuge não católico, levando uma vida exemplarmente católica. Deve também estar absolutamente disposto a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que a prole seja educada na fé católica. Infelizmente, os casamentos mistos conduzem com certa frequência ao enfraquecimento ou à perda da fé no esposo católico; à perda da fé nos filhos, que vêm seus pais divididos em matéria religiosa; ou à ausência de uma felicidade completa na vida do lar por falta de um ingrediente básico: a unidade de fé. A Igreja mostra-se relutante em conceder essas dispensas, dada a triste experiência de uma Mãe que conta com vinte séculos de vida.

Mas o essencial é recordar que não há verdadeiro casamento entre católicos se não se celebra perante um sacerdote autorizado. A Santa Sé, na instrução “*Matrimonii sacramentum*” de 1966, estabeleceu, além disso: “Deve evitar-se absolutamente qualquer celebração de matrimónio ante um sacerdote católico e um ministro acatólico que façam simultaneamente o rito de cada um”. Se um católico se casasse só civilmente ou perante um pastor protestante, não estaria casado de modo algum aos olhos de Deus, que é a única coisa que realmente conta. No entanto, dado que a Igreja é a Presença visível de Cristo no mundo e seu porta-voz, pode modificar as leis que regem o matrimónio. Aqui foram mencionadas as que estão vigentes no momento em que se escrevem estas páginas. [p. 220]

TERCEIRA PARTE
OS SACRAMENTOS E A
ORAÇÃO

CAPÍTULO XXIII

OS SACRAMENTOS

INTRODUÇÃO AOS SACRAMENTOS

A Teologia, ciência que trata de Deus e das relações do homem com Deus, abrange três grandes campos. O primeiro é o *das verdades em que devemos crer*, verdades reveladas por Deus por meio de seus profetas e, especialmente, por meio do seu Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, e dos seus Apóstolos; verdades que Cristo nos ensina através da sua Igreja e que estão resumidas no Credo dos Apóstolos.

Mas não é suficiente crer com uma fé meramente passiva. Se a nossa fé tem realmente valor para nós, levar-nos-á a agir. O segundo grande campo da Teologia abrange, pois, *o que devemos fazer* à luz do que cremos. Examina os nossos deveres para com Deus, para conosco e para com o próximo, deveres que o próprio Deus nos impôs nos seus mandamentos e nas obrigações estabelecidas pela sua Igreja.

Ao chegarmos a este ponto no exame da religião, poderíamos deixar-nos dominar pelo desanimo, vendo quanto a sublimidade das verdades divinas ultrapassa a inteligência

humana; quanto o código moral da Grande Lei do Amor choca com o egoísmo da débil natureza humana.

Mas o nosso desanimo se desvanece ao entrarmos no terceiro grande campo da Teologia e descobriremos *as ajudas que Deus nos dá* para podermos crer e agir. É nele que veremos os meios que Deus nos preparou, através dos sacramentos, para nos aplicar a sua graça. Nele conheceremos o que podemos fazer, por meio da oração, da penitencia e da esmola, para aumentar essa graça. É o campo da Teologia que trata dos sacramentos e da oração.

Sabemos que Deus, tendo-nos dotado de livre arbítrio, o respeitará até o fim. A morte de Jesus na Cruz para nos redimir do pecado não quer dizer que, como consequência, todo o mundo *terá* [p. 223] que ir para o Céu, querendo ou não. Não quer dizer que Deus nos tirará a nossa liberdade, de modo a *termos* que ser bons contra a nossa vontade.

O que a morte de Jesus na Cruz significa é que foi oferecida a infinita reparação pelo mal infinito da rebelião do homem contra Deus; e que foi pago um preço infinito para assegurar o fluxo ilimitado da graça que permite ao homem retornar a Deus e permanecer em união com Ele durante toda esta vida e a eterna.

O problema que se levanta é, pois, o dos meios a utilizar. Como é que Jesus aplicaria às almas individuais essa superabundância de graças que nos reconcilia com Deus e nos mantém unidos a Ele apesar da fraqueza humana? Seria por um sistema totalmente invisível? Daria Ele a cada pessoa de boa vontade uma simples convicção silenciosa e interna da sua salvação? E, cada vez que sentíssemos a necessidade da ajuda divina, bastaria pedi-la para imediatamente a sentirmos brotar em nós como uma fonte de força espiritual?

Deus, é claro, podia ter estabelecido desse modo o seu plano se tivesse querido, pois ninguém é capaz de limitar o poder divino.

Mas neste ponto quis atuar no interior do homem em coerência com a maneira pela qual o havia criado: unindo o material e o espiritual, o corpo e a alma. Somos cidadãos de dois mundos, vivemos agora no mundo das coisas visíveis, pelas quais nos vem todo o conhecimento, inclusive o conhecimento de Deus; e, no entanto somos também cidadãos de um mundo invisível, que é onde temos a nossa morada permanente. Jesus estabeleceu o seu sistema de aplicação da graça de acordo com esse duplo aspecto da nossa natureza. A graça seria invisível, como corresponde à sua natureza; mas viria a nós por meio das coisas visíveis de uso corrente.

Há outra razão —de fato, são duas— para que Deus, na sua sabedoria, tivesse decidido conceder-nos a sua graça de modo visível. Por um lado, protegia-nos contra a ilusão de pensar que recebíamos a sua graça, quando realmente isso não acontecesse; por outro lado, proporcionava-nos a certeza tranquilizadora de *querecebíamos* a graça quando no-la tivesse concedido realmente. Podemos imaginar a tortura que seria caminharmos pela vida sempre com uma dúvida asfixiante sobre o estado das nossas relações com Deus e as nossas perspectivas quanto à eternidade.

Por isso, Deus tomou as coisas ordinárias do nosso mundo — coisas que podemos tocar, saborear e sentir; palavras que podemos ouvir; gestos que podemos entender —e as fez veículos da sua graça. Deus nos dá nelas inclusive um sinal do fim para o qual nos confere a sua graça: a água, para a graça que limpa; as aparências de pão e vinho, para a graça que nos alimenta e faz crescer; o azeite, para a graça que nos fortalece. A essa combinação de [p. 224] sinais externos e graça interna que Cristo estabeleceu, a Igreja dá o nome latino de “sacramentum” ou coisa sagrada. Terminado este preâmbulo, podemos começar a nossa incursão pelo reino da teologia dos sacramentos.

Às vezes, podemos chegar a compreender melhor uma coisa separando-lhe as partes e examinando-as uma por uma. É um processo pouco aconselhável para relógios ou automóveis, se não somos mecânicos experientes, mas, no que diz respeito aos sacramentos, temos a certeza de poder colocar depois todas as peças no seu lugar.

A definição exata de sacramento é: “um sinal sensível e eficaz da graça, instituído por Jesus Cristo para santificar as nossas almas”. Vemos imediatamente que essa breve definição contém três idéias distintas. “Um sinal sensível” é a primeira delas; “instituído por Jesus Cristo”, a segunda; e “da graça”, a terceira. Para o nosso exame por separado, comecemos com a pergunta: “Há nos sinais sensíveis algo de especial que devamos conhecer?”

Os sinais sensíveis –recordemos- são a forma escolhida por Deus para nos tratar de acordo com a natureza humana que temos: proporciona a sua graça invisível à nossa alma espiritual por meio de símbolos materiais que os nossos corpos materiais podem perceber – coisas, palavras, gestos. Nos sinais que constituem a parte material de um sacramento, os teólogos distinguem dois elementos. O primeiro é a “coisa” que se utiliza, que denominam matéria do sacramento; por exemplo, derramar água na cabeça daquele que é batizado.

Logo se vê que esta ação, em si, não teria significado se o seu propósito não se manifestasse de algum modo. Seria o mesmo que dar um banho no batizado, molhar-lhe o cabelo antes de penteá-lo ou pregar-lhe uma boa peça. Têm que acompanhá-la algumas palavras ou gestos que lhe dêem *significado*. Este segundo elemento do sacramento –as palavras ou gestos que dão significado à ação que se realiza- chama-se “a forma” do sacramento. No sacramento do Batismo, a aplicação da água é a *matéria*; as palavras “Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do

Espírito Santo” são a sua *forma*. E as duas juntas constituem o “sinal sensível”.

Sabemos que não há poder humano –nem sequer o poder da Igreja que, embora humanamente exercido, é divinamente guiado– que possa ligar a graça interior a um sinal externo. Isso é algo que somente Deus pode fazer, e que nos leva ao segundo elemento da definição de sacramento: “instituído por Jesus Cristo”. No período compreendido entre o começo da sua vida pública e a sua ascensão aos céus, Jesus instituiu os sete sacramentos. A ascensão do Senhor [p. 225] pôs ponto final à instituição dos sacramentos. Assim, a Igreja não pode criar novos sacramentos; e não pode haver nunca nem mais nem menos que sete, os sete que Jesus nos deu: Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos (dantes chamada Extrema-Unção), Ordem e Matrimônio.

Ainda que Jesus tenha especificado completamente a matéria e a forma de alguns sacramentos –em particular, os do Batismo e da Eucaristia–, isso não quer dizer que Ele tivesse fixado necessariamente a matéria e a forma de todos os sacramentos até os últimos detalhes. Provavelmente, em alguns deles deixou à sua Igreja –depositária e dispenseira dos sacramentos– a tarefa de fixar os detalhes da matéria e forma que lhes marcou.

Voltando a nossa atenção para o terceiro dos elementos da definição de sacramento, vemos que seu escopo essencial é dar graça. Se não dessem graça por si, como instrumentos escolhidos pelo poder divino, esses sinais sensíveis não seriam sacramentos, ainda que tivessem sido instituídos por Jesus Cristo em pessoa. Um exemplo disso está no chamado “mandatum”, o lava-pés da Quinta-feira Santa. É uma cerimônia instituída pelo próprio Cristo na Última Ceia, mas não dá graça por si; e, por isso, é um sacramental, mas não um sacramento.

Que espécie de graça nos dão os sacramentos? Em primeiro lugar, o principal: dão a graça santificante. Essa graça, conforme já sabemos, é aquela maravilhosa vida sobrenatural, aquele compartilhar a própria vida de Deus, que provém da habitação do Espírito Santo, Amor Divino, na nossa alma. À alma separada de Deus pelo pecado original, o Batismo traz a graça santificante pela primeira vez; abre-a ao fluxo do amor de Deus e estabelece a união entre ela e Deus. À alma separada de Deus pelo pecado mortal, o sacramento da Penitência devolve a graça sobrenatural que havia perdido; remove a barreira que impedia a entrada do Espírito Santo e permite outra vez o acesso ao Amor de Deus, que dá a Vida. Estes sacramentos, como podem ser recebidos com a alma espiritualmente sem vida, são por vezes chamados “sacramentos de mortos”.

Os outros cinco sacramentos –como também a Penitência se é recebida em estado de graça- *aumentam* a graça santificante, isto é, aprofundam e intensificam a vida espiritual da graça santificante que já palpitava na nossa alma. Cada vez que se recebe um novo sacramento (ou se repete, se o sacramento o permite), o nível de vitalidade espiritual se eleva na nossa alma, como a intensidade da luz cresce a cada giro que damos ao reostato. Não é que o *amor* de Deus cresça, pois, para começar, é infinito. Mas cresce a capacidade da alma para absorvê-lo, do mesmo modo que a [p. 226] vitalidade de uma criança aumenta com cada alimento que assimila. Estes cinco sacramentos, uma vez que só podem ser recebidos com dignidade e proveito pela alma que já estiver na posse do estado de graça santificante, denominam-se “sacramentos de vivos”.

SETE SACRAMENTOS, POR QUÊ?

Se cada sacramento dá (ou aumenta) a graça santificante à alma, por que Jesus instituiu sete? Não teria bastado instituir um só, que receberíamos conforme necessitássemos?

Assim teria se a graça santificante fosse a única espécie de graça que Deus tivesse querido dar-nos, e se a vida espiritual que a graça santificante institui fosse a única ajuda que Deus tivesse querido dar-nos. Mas Deus, de quem procede toda a paternidade, não determinou prover-nos de vida espiritual e depois deixar-nos entregues à nossa sorte. Os pais não dizem ao filho recém-nascido: “Nós te demos a vida, mas não haverá alimento quando tiveres fome, nem remédios quando adoeceres, nem o apoio de um braço quando te sentires fraco. Portanto, arranja-te e vive como puderes”.

Deus nos dá a vida espiritual, que é a graça santificante; e, depois, nos provê de tudo aquilo de que precisamos para que essa vida seja atuante em nós –sem nos privar da nossa liberdade-, para que cresça e se conserve. Em consequência, além da graça santificante, que é comum a todos os sacramentos, há outras ajudas especiais que Deus nos dá, ajudas adequadas às nossas necessidades particulares ou ao nosso estado de vida. A ajuda especial que, neste sentido, cada sacramento dá, chama-se “a graça sacramental” de cada um dos sete sacramentos.

Seria muito interessante fazer agora uma pausa e perguntar-nos: “Se Deus tivesse deixado a mim a decisão sobre o número dos sacramentos que deveria haver, quantos teria eu estabelecido?” Poderíamos ter decidido que fossem três, ou cinco, ou dez, ou qualquer outro número; mas, se estudássemos as nossas necessidades espirituais à luz das necessidades naturais, é muito

provável que também chegássemos à mesma conclusão que Deus, acabando por decidir que os sacramentos teriam que ser sete.

Na ordem natural, a primeira coisa que acontece é nascermos. No nascimento, recebemos não só a vida, mas também o poder de *renová-la*, a faculdade de repor e reparar as células corporais, faculdade necessária para que a vida se mantenha. Parecer-nos-ia, pois, sumamente oportuno contar com um sacramento que nos desse não só a vida espiritual (a graça santificante), mas também o poder de [p. 227] conservar e renovar incessantemente essa vida. Assim, não surpreende que Deus nos tenha dado esse sacramento –o Batismo– pelo qual recebemos a graça santificante, bem como uma cadeia ininterrupta de graças que nos permitem conservar e aumentar essa graça com a prática das virtudes da fé, esperança e caridade.

Depois de nascer, há outra coisa importante que nos acontece na ordem física: crescemos, amadurecemos. Não será, pois, conveniente que exista um sacramento que nos confira a maturidade espiritual e nos livre dos temores e fraquezas da infância, tornando-nos fortes, intrépidos e apostólicos na confissão e no exercício da nossa fé? Em resposta a essa linha de raciocínio, temos o sacramento da Confirmação (ou Crisma), que não só aumenta a nossa vitalidade básica (a graça santificante), mas estabelece também um depósito de graças atuais (a graça sacramental), das quais podemos valer-nos para nos fazermos fortes, ativos e *frutíferos* exemplos de vida cristã.

Depois do nascimento e da maturidade, o terceiro grande fenômeno do nosso ser físico é a morte: nascemos, crescemos e morremos. A fim de preparar-nos para enfrentar com confiança o terrível momento da nossa dissolução física, contamos com o sacramento da Unção dos Enfermos e a sua graça especial própria,

que nos conforta no sofrimento e nos sustém perante as tentações finais que possam assaltar-nos, preparando-nos para ver com gozo a eternidade.

Independentemente dos seus três grandes períodos, a vida precisa satisfazer duas grandes necessidades: a do alimento, para podermos crescer e conservar-nos sãos; e a dos remédios, que nos curam das enfermidades e nos vacinam contra as infecções. Correspondentemente, temos dois sacramentos que são para a alma o que o alimento e os remédios são para o corpo: o sacramento da Eucaristia, cuja graça sacramental específica é o crescimento da caridade sobrenatural (o amor a Deus e ao próximo); e o sacramento da Penitência, que nos vacina contra o pecado e cuja graça sacramental é curar as enfermidades espirituais do pecado e ajudar-nos a vencer as tentações.

Depois das três grandes etapas e das duas necessidades essenciais da vida, temos os dois grandes *estados*, que impõem grave responsabilidade pela alma dos outros: o sacerdócio e o matrimônio. Por isso, não nos causa surpresa descobrir que há dois sacramentos –a Ordem e o Matrimônio- que conferem a quem os recebe a sua própria graça sacramental para que os sacerdotes e os esposos possam enfrentar fácil e meritoriamente perante Deus as cargas, por vezes pesadas, das suas obrigações de estado.

Como vemos, a “graça sacramental” de um sacramento não é algo que recebamos de uma vez. Trata-se antes de uma espécie de garantia moral de ajuda divina (algo semelhante ao que se passa [p. 228] se dispomos de um livro de cheques com uma conta bancária), para qualquer necessidade que se depare e *consoante e quando se deparar*, para cumprir o fim específico desse sacramento particular. Dá-nos direito a uma *cadeia* de graças atuais. Essa cadeia de graças será longa ou curta, conforme se trate

de um sacramento que possamos receber uma vez (ou raras vezes) ou com muita frequência.

Se você molha um dedo na água benta e faz o sinal da cruz, receberá graça; uma graça atual, se não levanta obstáculos; e também um incremento da graça santificante, se realiza a ação livre já do pecado mortal e com devoção. A água benta é um sacramental, e os sacramentais devem a sua eficácia principalmente às orações que a Igreja oferece (por exemplo, na cerimônia da bênção da água) por aqueles que usam o sacramental em questão. A prece da Igreja é o que torna um sacramental veículo de graça. O sinal externo de um sacramental –a água, neste caso-, por si e em si, não tem a faculdade de conferir graça.

No caso dos sacramentos, trata-se de algo muito diferente. Um sacramento dá graça *por si e em si, pelo seu próprio poder*; e isso é assim porque Jesus uniu a sua graça ao sinal externo, de modo que, por assim dizer, o sinal sensível e a graça andam sempre juntos. Isto não quer dizer que a nossa disposição não faça diferença. Podemos, evidentemente, impedir por um ato positivo da vontade que a graça penetre na nossa alma; por exemplo, por não quisermos expressamente recebê-la ou por não arrependermos sinceramente do pecado mortal. Mas, se não se põe uma barreira direita, ao recebermos um sacramento, recebemos graça. O próprio sacramento *dá* graça.

As nossas disposições interiores, no entanto, afetam a quantidade de graça que recebemos. Quanto mais perfeita for a nossa contrição no sacramento da Penitência; quanto mais ardente o nosso amor ao recebermos o sacramento da Eucaristia; quanto mais viva a nossa fé ao recebermos a Confirmação –tanto maior será a graça recebida. As nossas disposições não causam a graça; simplesmente, removem os obstáculos à sua recepção e, em certo

sentido, aumentam a capacidade da nossa alma para recebê-la. Poderíamos ilustrar esta afirmação dizendo que quanto mais areia tirarmos do balde, mais água poderá ele conter.

As disposições de quem administra o sacramento não influem no seu efeito. É uma grande desordem que um sacerdote administre um sacramento com a sua alma em pecado mortal; mas isso não diminui a graça que o sacramento confere. Quem receber esse sacramento obterá a mesma quantidade de graça, independentemente de que o sacerdote seja pecador ou santo. O essencial na [p. 229] administração de um sacramento é ter o *poder* de administrá-lo, ou seja, o poder sacerdotal (exceto no Batismo e no Matrimônio); ter *intenção* de administrá-lo (a intenção de fazer o que a Igreja faz); realizar as cerimônias essenciais a esse sacramento (como derramar a água e pronunciar a fórmula no Batismo). Se aquele que o recebe não põe obstáculos à graça e aquele que o administra é um sacerdote com faculdades para isso, o sacramento confere graça sempre e infalivelmente.

Além do efeito de distribuir graça (santificante e sacramental), temos que mencionar outro, que é peculiar a três sacramentos: o *caráter* que o Batismo, a Confirmação e a Ordem imprimem na alma. Ainda que, às vezes, ao ensinar o catecismo às crianças, digamos que, com estes sacramentos, Deus imprime uma “marca” na alma, bem sabemos que a alma é espírito e não pode ser marcada como se marca um papel com um carimbo de borracha. A marca própria dos sacramentos do Batismo, da Confirmação e da Ordem é definida pelos teólogos como uma “qualidade” que confere à alma umas faculdades que antes não tinha. É uma qualidade *permanente* da alma, uma alteração para sempre visível aos olhos de Deus, dos anjos e dos santos.

“Qualidade” é um termo bastante vago, alo mais fácil de entender do que de definir. Se dizemos: “a qualidade da luz solar é diferente da elétrica”, todo o mundo sabe a que nos referimos. Mas se nos perguntam: “Que quer você dizer com essa palavra?”, põem-nos em apuros. E só podemos balbuciar: “Bem, que não são iguais”.

Poderia ser-nos útil comparar os caracteres destes três sacramentos –que se recebem uma só vez na vida (porque, sendo o seu efeito permanente, só podem ser recebidos uma vez) – com os talentos. Consideremos alguém com talento para a pintura, alguém capaz de pintar belos quadros. Não passa todo o tempo a pintar, mas o seu talento está sempre com ele. Ainda que perdesse as mãos num acidente e não pudesse mais pintar, continuaria possuindo esse talento. Claramente, essa pessoa possui algo que os outros não têm, uma *qualidade* que é real, permanente, e que lhe concede uma faculdade não possuída por quem dela não tiver sido dotado.

O caráter do Batismo é, pois, um “talento” sobrenatural que nos dá a faculdade de absorver a graça dos outros seis sacramentos e de participar da Missa. O caráter da Confirmação nos dá a faculdade de professar valentemente a nossa fé e difundi-la. O sacramento da Ordem dá ao sacerdote a faculdade de celebrar a Missa e de administrar os restantes sacramentos. [p. 230]

CAPÍTULO XXIV

O BATISMO

O INICIO DA VIDA

Um bebê recém-nascido vem a este mundo com a alma sobrenaturalmente morta. Possui plenamente a vida natural: tem todas as faculdades e poderes (alguns ainda não desenvolvidos) que lhe pertencem estritamente como ser humano: a faculdade de ver, ouvir e sentir; o poder de raciocinar, recordar e querer. Tem tudo o que é próprio da natureza humana, mas *nada mais*.

A razão de não possuir “nada mais “ está no fracasso do nosso pai Adão em conservar aquele “algo mais” que Deus nos queria dar. Deus, ao criar Adão, além da vida natural, concedeu-lhe uma vida *sobrenatural*. Deus habitava na alma de Adão, fazendo-o participar da sua própria vida divina; de certa maneira, era como a mãe que compartilha a sua vida com o filho que traz nas entranhas. Todas as ações de Adão tinham um valor sobrenatural, além do valor natural. Quando Adão terminasse a sua vida neste mundo, não entraria numa vida sem fim de mera felicidade natural no limbo; estava destinado a passar da união com Deus invisível à união com Deus visível, a participar do

êxtase inefável da eterna felicidade divina. Esta vida sobrenatural de que Adão gozou –uma vitalidade espiritual outorgada pela habitação divina na alma- é chamada pelos teólogos “graça santificante”. Segundo o desígnio divino, a graça sobrenatural ia ser a herança que Adão transmitiria à sua posteridade. Para assegurá-la para si e para os seus descendentes, uma só coisa era necessária: obedecer à ordem que Deus lhe tinha dado no Paraíso.

O que aconteceu depois é conhecido de todos. Adão recusou-se a prestar a Deus esse ato de obediência. Escolheu-se a si mesmo em [p. 231] vez de preferir Deus. Aceitou a sugestão diabólica: “sereis como deuses”. Cometeu o primeiro pecado da humanidade, o pecado *original*. Rechaçando Deus, rechaçou a sua união com Ele. Extinguiu na alma a vida sobrenatural com que Deus o havia dotado; perdeu a graça santificante, não só para si, mas também para os seus descendentes e para sempre. Como Adão *era* o gênero humano quando o pecado foi cometido, todos os homens estavam presentes nele. E a graça santificante – recordemo-lo- é algo a que o homem, por natureza, não tem direito. Era (e é) um dom absolutamente imerecido, um espantoso presente que Deus oferecia à humanidade por meio de Adão, um presente que este desprezou, dando um safanão à mão que Deus lhe entedia.

No seu amor sem medida, Deus dignou-se conceder a cada indivíduo a oportunidade de recuperar o dom que Adão havia falhado em conseguir para o gênero humano como um todo. O próprio Deus, na Pessoa de Jesus Cristo, ofereceu a reparação infinita pela infinita malícia da ingratidão de Adão. Sendo Deus e Homem, Jesus eliminou o abismo entre a humanidade e a divindade. Conseguiu (como só Deus poderia fazê-lo) pagar uma

satisfação adequada por uma dívida humana que era impagável: reparou o pecado original. (Aqui nos vem à mente a figura de um pai bom, que tira dinheiro da sua própria conta no banco para pagar a dívida do filho transviado).

Mas, voltando ao nosso recém-nascido, podemos agora compreender por que vem ao mundo apenas com as faculdades *naturais* própria da natureza humana. A vida sobrenatural, efeito da habitação pessoal e íntima de Deus na alma, está ausente dessa alma. De um menino assim, dizemos que está em “estado de pecado original”. O pecado original não é, em sentido estrito, uma “mancha” na alma, nem, para falar com propriedade, uma “coisa”. É a *ausência* de algo que devia estar ali. É a escuridão onde devia haver luz.

Para restaurar na alma da criança (uma alma saída das mãos do seu Pai e objeto do amor do Pai) a herança perdida, Jesus instituiu o sacramento do Batismo. O Batismo é o meio instituído por Jesus para aplicar a cada alma individual a reparação do pecado original que Ele nos obteve na cruz. Jesus não nos força a receber o seu dom, esse dom de vida sobrenatural que Ele nos conseguiu. Oferece-o a nós com todo o interesse, mas cada um tem que aceitá-lo livremente. E essa aceitação se realiza quando recebemos o sacramento do Batismo.

Para quem “nasceu na fé” e foi batizado em criança, a aceitação foi passiva. Poderíamos dizer que Deus, movido pelo seu ardente desejo de morar na nossa alma, presume essa aceitação; se bem que, quando se podem achar padrinhos, estes, em nome da criança, aceitam [p. 232] formalmente a vida sobrenatural. Mas, quer se trate da aceitação passiva da criança, quer da explícita do adulto, em sendo administrado o sacramento do Batismo, esse vazio espiritual a que chamamos pecado original

desaparece, e Deus se torna presente na alma. A alma passa a participar da própria vida de Deus, e a essa participação chamamos graça santificante.

Às vezes, um casal que não pode ter filhos adota uma ou mais crianças. Quando a autoridade competente autentica os papéis de adoção, a criança torna-se –real e verdadeiramente, para todos os efeitos legais- um filho da própria carne e sangue dos pais adotivos. De fato, se estes pudessem, dariam com gosto a sua carne e sangue a cada um dos filhos adotados. Se encontrassem maneira de fazê-lo, fá-los-iam partilhar da as própria natureza, para que pudessem ser uma verdadeira imagem deles mesmos.

Mas, infelizmente, isso não é possível. Por pequeno que seja o filho adotado, não podem metê-lo no seio da sua nova mãe para que ali adquira as características físicas da mãe e do pai adotivos. Tampouco a ciência médica achou o modo de injetar os genes dos pais legais no corpo da criança para modelá-lo física e mentalmente segundo as características dos novos pais.

Mas o que os homens não podem fazer pelos seus filhos adotivos, Deus pode fazê-lo pelos seus e o faz. O sacramento do Batismo, como aprendemos na escola e facilmente recordaremos, “confere a primeira graça santificante, pela qual é perdoado o pecado original e também os atuais, se os há; redime toda a pena por eles devida; imprime o caráter de cristãos; faz-nos filhos de Deus, membros da Igreja e herdeiros da glória; e habilita-nos a receber os demais sacramentos”. Quando Deus desce à nossa alma no Batismo, a nova vida (a chamada graça santificante) que Deus imprime à alma é *real e verdadeiramente* uma participação na própria vida divina. Agora, como nunca antes, Deus pode amar essa alma, porque apresenta pela primeira vez um aspecto

realmente digno do seu amor: o reflexo, como num espelho, dEle mesmo.

Há também uma diferença entre os direitos da herança dos filhos adotivos de Deus e os da adoção humana. Legalmente, um filho adotivo converte-se em herdeiro dos seus pais legais. E a não ser que seja expressamente deserdado por um testamento desfavorável, será chamado à aceitação do legado ao falecerem os pais, mas *não antes do seu falecimento*. Ora, o filho adotivo de Deus recebe a herança no próprio momento da sua adoção, no instante do seu batismo. A sua herança é a união eterna com Deus, que recebe *já*. Ninguém pode despojá-lo dela, nem mesmo Deus, pois Ele se liga irrevogavelmente às suas promessas e jamais se desdiz. Só o herdeiro [p. 233] pode repudiar esses direitos – cometendo um pecado mortal-, e ninguém mais pode privá-lo deles, de maneira alguma.

A natureza dessa herança pode ser ilustrada com o exemplo dos pais legais que cedem todos os seus bens ao filho adotivo ao legalizarem a sua adoção. Ainda que não entre na plena posse deles até a maioridade, ou talvez até o falecimento dos seus novos pais, a propriedade, não obstante, é sua, com todos os seus dividendos e rendimentos.

Do mesmo modo, nós, ao sermos batizados, entramos na posse imediata da nossa herança. A glória do céu será nossa porque estamos já em união com Deus. O pleno gozo dessa herança –a visão de Deus face a face- virá com a nossa morte física. Mas, entretanto, todas as graças que recebemos e todos os méritos que adquirimos são dividendos e rendimentos acrescentados à nossa herança. Um ponto em que temos que fazer finca-pé e não esquecer jamais é que, ao sermos batizados, estamos já potencialmente no céu.

E temos que fazer finca-pé nisso porque, para muitos, o Batismo é algo negativo: “apaga o pecado original”. O Batismo perdoa o pecado original, não há dúvida. E, se quem se batiza é adulto, perdoa também todos os pecados mortais e veniais que o batizado tenha cometido, se estiver arrependido deles. Além disso, apaga toda a pena devida por eles, a pena eterna do pecado mortal e a pena temporal (seja aqui ou no purgatório) que, devido à imperfeição da nossa contrição, ainda ficamos devendo depois de os nossos pecados terem sido perdoados. Também apaga a pena temporal devida pelos pecados veniais, se aquele que se batiza os tiver cometido.

O Batismo é como passar um traço numa conta e começar outra nova. Mas esse passar o traço não é fazer algo negativo, como quem esvazia a lata de lixo no carro do lixeiro. O pecado e suas conseqüências desaparecem quando Deus vem à alma, como a escuridão se dissipa quando chega a luz. O pecado é um vazio espiritual que se preenche quando chega a graça.

O Batismo não restaura os dons *preternaturais* que Adão nos perdeu; não nos exime do sofrimento e da morte, da ignorância e das inclinações desordenadas das nossas paixões. Mas que diferença faz? É algo insignificante comparado com os dons *sobrenaturais* que nos são devolvidos. Eis uma alma recém-batizada, adornada de uma beleza que o artista mais inspirado jamais poderá imaginar, resplandecente com um resplendor que a torna admirada dos anjos e santos. Eis uma alma já preparada para o céu, de que a separa a trivial formalidade de uns poucos e breves anos, ainda que a sua vida dure um século. *Isto é o que conta!* [p. 234]

A MARCA DO CRISTÃO

Ao sermos batizados, acontecem conosco duas grandes coisas: recebemos a vida sobrenatural –a graça santificante- que preenche o vazio espiritual do pecado original; e a nossa alma fica selada com uma qualidade permanente e distintiva a que chamamos o *caráter* ou *marca* do Batismo. Se depois de batizados pecamos mortalmente, cortamos a nossa união com Deus e o fluxo da sua graça, como a artéria seccionada corta o fluxo de sangue que o coração envia aos órgãos. Perdemos a graça santificante, mas *não* o caráter batismal, que transformou a nossa alma para sempre.

Precisamente por possuírmos esse caráter batismal, somos capazes de recuperar com facilidade a graça perdida. Ficamos com o direito de receber o sacramento da Penitencia, que devolve a vida espiritual à nossa alma. Se não fosse esse caráter, seria a mesma coisa irmos confessar-nos uma vez ou cem: nada mudaria. O pecado mortal continuaria à espera de ser perdoado; a alma continuaria espiritualmente morta. O pecado mortal pode também ser perdoado mediante a contrição perfeita, mas isso é outra questão. No que diz respeito ao sacramento da Penitencia, seria como se não existíssemos, como se não estivéssemos ali quando se pronunciassem as palavras da absolvição. E isso se aplica também aos outros cinco sacramentos. Nenhum deles produziria o menor efeito enquanto a alma não tivesse *capacidade* para recebê-los, isto é, enquanto não tivesse recebido o caráter batismal.

Suponhamos que uma pessoa que ainda não tenha podido ser batizada (um converso, talvez, que ainda não tenha completado a sua instrução) faz um ato perfeito de amor a Deus. Todos os seus pecados, inclusive o pecado original, são perdoados

imediatamente. É o que chamamos “batismo de desejo”. Mas essa pessoa não pode receber ainda nenhum outro sacramento. Se comete um pecado mortal, a confissão não a pode ajudar. Se comunga, a Eucaristia não lhe comunica graça alguma. A mudança que lhe habilita a alma para isso, essa mudança que só a atual recepção do sacramento do Batismo pode operar e a que chamamos *caráter batismal*, ainda não se produziu na sua alma. Sem esse caráter, a pessoa permanece tão impermeável às graças diretas dos sacramentos como alguém que estivesse exposto à chuva metido num saco de plástico.

A mesma coisa se pode dizer da assistência ao Santo Sacrifício da Missa. Não queremos dizer com isso que as preces dessa pessoa não sejam gratas a Deus ou que a fé com que presta culto a Deus não atraia a graça divina. Ou que a Missa, que é oferecida pelo mundo inteiro, não lhe traga nenhum proveito. O que queremos dizer é que, sejam quais forem as graças que receba, estas não procederão [p. 235] da sua participação pessoal na Missa em si.

Isto se deve ao fato de o caráter atual do Batismo nos “revestir” de Cristo, segundo a expressão de São Paulo. É esse caráter que, segundo São Tomás, nos faz participar do seu sacerdócio eterno. O Batismo nos dá o poder –e o dever- de participar com Cristo de tudo o que pertence ao culto de Deus: da Missa e dos sacramentos. Fazemo-nos co-ofertantes com Cristo do Santo Sacrifício. Não do mesmo modo, certamente, de quem recebeu a Ordem Sagrada: só o sacerdote ordenado pode *celebrar* Missa, pode consagrar. Mas, como membros do Corpo Místico de Cristo e partícipes do seu sacerdócio, compartilhamos a sua oferta na Missa; pomos “algo” nessa Missa, algo impossível para quem não foi batizado. E participamos de um modo especial

das graças de cada Missa que se celebra, até daquelas em que não estamos fisicamente presentes.

O que acabamos de ver é apenas uma pequena parte do que significa ter recebido a “marca” batismal. Além do aspecto *configurativo* desse caráter, acima mencionado, os teólogos falam do seu efeito *distintivo*, que distingue os membros da Igreja –do Corpo Místico de Cristo- daqueles que não o são. É sem dúvida a impressão desse caráter na alma que nos *faz* membros da Igreja.

Por último, o caráter batismal é sinal *obrigatório*, impõe-nos a obrigação de cumprir os deveres que decorrem do fato de sermos cristãos, de pertencermos à Igreja de Cristo. Isto significa que devemos levar uma vida de acordo com o modelo que Cristo nos deixou, que temos que obedecer aos representantes de Cristo, ao nosso bispo e, especialmente, ao Santo Padre, o Papa.

Convém frisar que *todos* os batizados são *membros* da Igreja enquanto não romperem o vínculo de união pela heresia, pelo cisma ou pelas formas extremas da excomunhão. Mas mesmo neste caso continuam a ser súditos de Cristo (como todos os homens) e da sua Igreja (como todos os batizados). A menos que sejam expressamente dispensados disso (como a Igreja pode fazer com os batizados não católicos em relação a certas leis), continuam sujeitos às leis da Igreja. Para um católico excomungando, por exemplo, continua a ser pecado mortal comer carne em dia de abstinência.

Se alguém lhe pergunta: “Qual é a coisa mais importante da vida para todos sem exceção?”, fico na dúvida de saber se você responderia adequadamente, imediatamente, sem vacilar. Se a sua formação católica for sólida, não terá problema. Responderá imediatamente:

“O Batismo!”

Sabemos que, se um ser humano é privado de alimento, bebida ou oxigênio por um certo tempo, morre fisicamente. Mas, se está [p. 236] batizado, entra na vida eterna. A morte física é um mal, mas principalmente para os que continuam vivos. Para o que morre, significa simplesmente que chegou antes ao céu, supondo que não tenha cometido o suicídio espiritual de morrer em pecado mortal.

Por outro lado, uma pessoa pode viver um século inteiro, cheia de saúde, riquezas e triunfos; mas, se morre sem Batismo, desperdiçou os seus cem anos de vida. De que lhe serviu tudo isso, se não alcançou o único fim da sua existência, se perde a união eterna com Deus?

Não há como fugir a esta necessidade absoluta do Batismo. “Quem não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino dos céus”, disse Jesus a Nicodemos (Jo 3, 5). E ordenou aos seus Apóstolos: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer (e, por indiferença, não se batizar) será condenado” (Mc 16, 15-16). A afirmação é absoluta, sem paliativos. Não há modo de mitigá-la.

Torna-se pois, muito fácil ver a razão da insistência da Igreja em que se batizem as crianças quanto antes, logo que seja possível levá-las à Igreja sem riscos. É dogma de fé que quem morre em estado de pecado original não pode entrar no céu, não pode ver a Deus.

No entanto, a Igreja nunca ensinou oficialmente que as almas das crianças que morrem sem batismo não possam alcançar a visão beatífica; pode ser que Deus tenha previsto alguma maneira de compensá-las do fato de não terem sido batizadas. Mas, se assim é, Ele não no-lo revelou. A maioria dos teólogos pensa que as

almas das crianças não batizadas gozam de um alto grau de felicidade *natural* (a que dão o nome de “limbo”), mas não a felicidade suprema e sobrenatural da visão de Deus. Em qualquer caso, a nossa obrigação é seguir a via mais segura e *já* permitir que por culpa nossa uma alma entre na eternidade sem ter sido batizada. Isto significa que os pais nunca devem adiar indevidamente o batismo do filho recém-nascido: os laços que o prendem à vida são demasiado frágeis, o risco de uma doença e morte súbita demasiado sério, para arriscar o seu batismo desnecessariamente.

Os pais que demoram ou descutam injustificadamente o batismo de um filho por muito tempo –e alguns teólogos sustentam que, neste caso, um mês é “muito tempo”- tornam-se culpados de pecado mortal. Seria um grave erro, por exemplo, adiar o batismo simplesmente porque o tio Jorge virá visitar-nos no próximo mês e nós gostaríamos muito de que fosse ele o padrinho da criatura. A criança necessita agora do Batismo muito mais que do tio Jorge, que, aliás, pode ser padrinho por meio de um representante. Muito [p. 237] mais grave seria dilatar o prazo de um batismo até o próximo “13º salário”, para poder dar uma festa. A grande festa da criança é com Deus, com os anjos e os santos na pia batismal, e nenhum deles está interessado em celebrá-la com um barril de vinho.

Pode-se batizar uma criança nascida fora do casamento canônico? A resposta é sim. A Igreja não penaliza o filho pelos pecados de seus pais. *Toda* criança pode ser batizada na Igreja Católica sob uma só condição: o sacerdote deve ter provas razoáveis de que será educada na fé. Como se trata de um assunto de critério, o pároco deve avaliar cada caso particular e as suas circunstâncias.

Se a situação anômala dos pais pode ser corrigida facilmente, o pároco provavelmente insistirá em que seja regularizada antes de autorizar o batismo da criança. O motivo é que as probabilidades que essa criança tem de ser educada na fé será pequenas se a fé dos pais for tão fraca que eles *deliberadamente* persistam em não regularizar a sua situação matrimonial, sem haver razões de peso.

Se as circunstâncias não permitem que a situação seja regularizada –como, por exemplo, no caso de um dos progenitores estar já previamente casado-, mas um dos pais ou os dois continuam assistindo à Missa nos dias de preceito e dão provas de conservar a sua fé católica, a criança pode ser batizada.

As perguntas a que o pároco deve receber respostas plenamente satisfatórias são: “Há possibilidades de que esta criança se eduque na fé católica? Quer dizer, há possibilidades de que frequente uma escola católica ou, pelo menos, receba aulas de catecismo? Haverá modo de que receba a primeira comunhão e de que seja crismada? Ser-lhe-á inculcado o hábito de ir à Missa nos dias de preceito? Se a resposta for sim –inclusive, um sim com ressalvas-, essa criança pode ser batizada.

O BATIZADO DA CRIANÇA

Quando uma pessoa se batiza na Igreja Católica, torna-se um personagem histórico; seu nome e outros dados pertinentes são inscritos no registro batismal da paróquia e cuidadosamente guardados. Se não sobreviver nenhuma catástrofe –incêndio, inundação ou bombardeio-, esse registro permanecerá até o fim do mundo. É fácil, por exemplo, encontrar as atas de batismo de famosas figuras da história de há muitos séculos atrás.

Talvez você não esteja muito interessado em que seu filho passe a ser um personagem histórico, mas não há dúvida de que *está* [p. 238] *interessado* no futuro desenvolvimento da sua vida católica, e, para isso, o registro batismal é essencial. Uma vez que nenhum dos demais sacramentos é válido se não se recebeu previamente o batismo, um católico deve provar esse fato em cada escalão do seu progresso espiritual.

Quando for fazer a primeira comunhão, ser-lhe-á pedido que mostre uma cópia da certidão batismal. Quando chegar a hora de ser crismado, deverá apresentá-la outra vez. Quando for com a noiva ver o pároco para contrair matrimônio, os dois terão que voltar a exibi-la. Se um jovem resolve ingressar num seminário e uma jovem num convento, um e outra deverão apresentar-se providos da correspondente certidão de batismo. O Batismo tem uma importância tão absoluta, que a Igreja o comprova em cada etapa da vida para ter a certeza de que não houve falhas nessa questão capital.

Tudo isto nos leva a indicar de passagem qual é o primeiro passo a dar ao planejar o batizado de um recém-nascido. O mais cedo possível após o nascimento, o pai (ou algum membro adulto da família) deve ir à paróquia para fixar a data da cerimônia e fornecer os dados requeridos para o registro batismal. O sacerdote perguntará os nomes e sobrenomes da criança e dos pais, a data do nascimento e os nomes do padrinho e da madrinha. Estes dados constarão do registro batismal.

Em princípio, a paróquia competente é a da residência dos pais. Salvo os casos de emergência, nenhum outro sacerdote a não ser o pároco dos pais —ou o sacerdote delegado pelo pároco— tem o direito de administrar o sacramento do Batismo a uma criança. Isto é assim para assegurar a boa ordem na Igreja e para que cada

pastor possa conhecer as suas ovelhas. Ordinariamente, nenhum outro sacerdote batizará a criança, a não ser que o pároco dos pais autorize a fazê-lo em outro lugar.

Os pais cristãos quererão, naturalmente, que o seu filho tenha um nome cristão. O mais provável é que o nome da criança tenha sido tema de muitas conversas nas semanas anteriores ao nascimento. Um dos nomes pelo menos deve ser o de um santo, para que a criança tenha um protetor no céu, cujas virtudes possa imitar e a quem possa pedir inspiração e ajuda. Qualquer “Ano Cristão” contém os nomes e breves biografias de muitos santos. Satisfeito este requisito, os pais podem dar ao filho outros nomes que não sejam de santos, como o de personagem literários ou históricos, se assim o desejarem.

Ser padrinho de batismo é uma grande honra. Quando os pais de um recém-nascido pedem a um parente ou amigo que seja o [p. 239] padrinho de seu filho, o que na realidade pedem é: “Se alguma coisa nos acontecer, não há ninguém no mundo a quem quereríamos confiar a criança mais que a você”. ou, pelo menos, assim deveriam pensar os pais. Os deveres dos padrinhos não terminam ao saírem da igreja, depois da cerimônia: assumiram uma responsabilidade por toda a vida para com o bem espiritual do afilhado ou da afilhada.

Na maioria dos casos, esta responsabilidade cumpre-se rezando pelos afilhados nas orações diárias e dando-lhes bom exemplo de vida cristã. Mas, se alguma coisa acontece aos pais (e, pelos que lemos nos jornais, não há semana em que não tenhamos notícia de pais que perderam a vida num acidente de trânsito), compete aos padrinhos assegurar os meios para que o afilhado ou a afilhada recebam uma sólida formação na fé.

Ou, se os pais negligenciaram a formação católica do filho, torna-se dever para o padrinho ou a madrinha fazer tudo o que esteja ao seu alcance para suprir essa negligência. É uma situação delicada, que requer muito tato. Se os padrinhos não forem prudentes, os pais podem taxá-los de intrometidos. Mas, se chega o momento em que a Susana fará sete anos e não há indícios de estar sendo preparada para a primeira comunhão, então a madrinha deve abordar a mãe e dizer-lhe mais ou menos assim: “Já sei, querida, que você está muito ocupada; importa-se de que eu passe aos sábados por aqui e leve a Susana às aulas de catecismo?”

Portanto, é evidente que a primeira condição que os padrinhos devem preencher é que sejam bons católicos. Um velho adágio diz que ninguém dá o que não tem, e esse dar inclui a religião. Pode ser uma tentação pedir ao tio Jorge que seja padrinho porque é rico. Sabemos que vai à igreja somente para as Missas de sétimo dia, mas talvez se lembre do afilhado no testamento. Se não esquecermos, porém, que todo o dinheiro do tio Jorge não lhe poderá comprar um bilhete para o céu, riscaremos o seu nome da lista de candidatos a padrinho.

É também evidente que um não católico não pode ser nomeado padrinho, o que às vezes pode representar um problema para os casais mistos. Os avós não católicos podem sentir-se menosprezados se não lhes pedem que apadrinhem o neto, nem sequer quando já é o sexto ou o sétimo dos irmãos. Mas se se lhes explica claramente que têm que fazer em nome da criança um ato de fé na Igreja Católica –que só um católico pode fazer-, normalmente esses parentes compreendem a nossa atitude. Além disso, as normas atuais da Igreja permitem que –por razões de parentesco ou amizade- um cristão não católico possa ser “testemunha” do batismo, ao lado do padrinho católico. [p. 240]

Como os padrinhos têm que substituir os pais em caso de necessidade, é natural que estes não sejam os padrinhos: não se podem substituir a si mesmos. Por uma razão parecida, também não pode ser padrinho o esposo ou esposa de uma pessoa adulta que vai batizar-se.

Fora estas exceções, qualquer bom católico, maior de 16 anos, pode ser escolhido como padrinho de batismo, incluídos os irmãos e as irmãs. Pelo batismo, cria-se uma relação espiritual entre afilhado e o padrinho, relação que é muito real, e que constitui, portanto, um impedimento para o matrimônio entre ambos. Se quem vai batizar-se é uma pessoa adulta, seu noivo ou noiva não deveria apadrinhá-lo porque, neste caso, seria necessário obter mais tarde a dispensa para se poder celebrar o matrimônio.

Às vezes, acontece que os pais desejam que determinada pessoa seja padrinho do filho, mas a pessoa está impedida de assistir à cerimônia por estar de cama, viver em outra cidade ou estar fazendo o serviço militar. Nessas circunstâncias, o ausente pode ser escolhido como padrinho e delegar a sua presença. Basta-lhe estar informado do batismo, dar o seu consentimento e concordar em que alguém o represente. Ainda que se encontre no estrangeiro, não há necessidade de adiar a data do batismo: pode enviar o seu consentimento por via aérea. O melhor é fazê-lo por escrito (mencionando o nome da pessoa que o representará), e o documento deverá ser apresentado ao sacerdote quando se marcar a cerimônia.

O ausente será o padrinho real, e será dele o nome inscrito no registro batismal. É ele (ou ela) quem contrai a responsabilidade pelo afilhado. Quem apadrinha obriga-se a manter um afetuoso interesse pelo afilhado durante toda a vida. Qualquer pessoa, inclusive os pais, pode fazer as suas vezes ao pé

da pia batismal, mas quem atua em nome do padrinho não contrai nenhuma obrigação espiritual.

ANTES E DEPOIS DO NASCIMENTO

Agora que estamos examinando o tema do batismo, é oportuno chamar a atenção para duas belíssimas bênçãos que são tradicionais na Igreja, embora não sejam obrigatórias.

Uma é a “bênção para a mãe gestante”, que a futura mãe pode receber simplesmente entrando na sacristia num domingo depois da Missa e pedindo-a ao pároco. Ou, se está de cama, chamando por telefone um sacerdote para que este a venha dar. A ciência médica moderna tornou a gravidez relativamente segura, mas é sempre bom voltar-se para Deus e confiar no seu cuidado amoroso. [p. 241]

A outra bênção, já mais familiar, é a da mãe *depois* do parto. É um costume que foi muito popular em outros tempos, embora sugerisse certas conotações aborrecidas, como, por exemplo, que a mãe tivesse que purificar-se para poder voltar a freqüentar a igreja. Esta idéia ligada à bênção após o parto é profundamente errada. Tem tão pouco a ver com o antigo rito judaico de purificação legal da mãe com a pia de água benta, à porta de nossas igrejas, com “a água de purificação” que costumava haver nos templos judeus. Talvez exista uma ligeira relação de origem, mas nada mais. Uma vez quebradas pela morte de Cristo as cadeias do pecado original, a purificação da mãe deixou de ter sentido.

Se a mãe se acha suficientemente bem para unir-se à comitiva batismal, ela e o filho podem receber essa bênção depois da cerimônia. Caso contrário, pode pedi-la mais tarde, quando estiver em condições de ir até à igreja com o filho.

Todos nós estivemos presentes num batizado pelo menos: o nosso. A não ser que nos tenhamos batizado já adultos, o mais provável é que fossemos demasiado jovens para saber o que se estava passando. Mas o mais certo é que a maioria de nós tenha presenciado algum batismo, além do nosso, na qualidade de pai, padrinho, amigo ou parente. No entanto, ainda que estejamos muito familiarizados com o rito batismal, penso que nos pode ser útil rever as respectivas cerimônias com algum comentário ocasional sobre o seu significado.

Antes, porém, gostaria de fazer uma sugestão aos pais que prevejam algum batizado num futuro mais ou menos próximo. A certo momento do rito batismal, o oficiante coloca na criança uma veste branca, se a criança não a trazia já ao ser levada à igreja. É o que restou do costume de vestir o neófito com uma túnica batismal, como símbolo da inocência que recobriu a sua alma. Mais ainda: simboliza o fato de o batizado se ter vestido de Cristo, de se ter identificado com Cristo. De agora em diante, para onde quer que vá, levará Cristo consigo, viverá nEle e falará e agirá por Ele. É o que significam as palavras de São Paulo: “porque todos vós, que fostes batizados em Cristo, fostes revestidos de Cristo” (Gal 3, 27).

Este costume faz-nos recuar aos próprios começos da Igreja. Os conversos eram batizados na véspera do Domingo da Ressurreição. Vestiam uma túnica batismal, que conservavam com alegria durante oito dias. No calendário antigo da Igreja, o Domingo que se segue à Páscoa chamava-se “Dominica in albis” –o domingo das vestes brancas-, porque nesse dia os cristãos tiravam a túnica batismal.

Tudo isto nos leva à sugestão que queria fazer. Não há razão para que o bebe não use uma veste batismal; desse modo se frisaria

[p. 242] o simbolismo da cerimônia. Nos meses que precedem o nascimento, a mãe poderia fazer ou mandar fazer esse vestido para o batismo da criança.

Imediatamente depois do rito da veste batismal, os pais da criança ou os padrinhos acendem uma vela na chama do círio pascal, que o celebrante lhes apresenta dizendo: “Recebei a luz de Cristo”. Esta vela é símbolo da fé, a luz de Cristo, e significa que os pais e os padrinhos se responsabilizam por ajudar as crianças a caminharem na vida como “filhos da luz”, como cristãos. Também aqui poderia ser oportuno que os pais adquirissem o costume de proporcionar a vela para essa cerimônia, com o fim de levá-la depois para casa e guardá-la. Em alguns países, nos lares católicos onde se compreende e aprecia a importância do Batismo como nascimento espiritual, essa data é celebrada com muito mais alegria que o aniversário do nascimento. Em cada aniversário de batismo, convidam-se os padrinhos a almoçar ou jantar e, no centro da mesa brilha, acesa, a chama da vela batismal.

O NASCIMENTO DE UMA ALMA

O rito do Batismo está cheio de riqueza e simbolismo espiritual. Sempre que possível, é celebrado no domingo, dia em que a Igreja comemora o mistério da Ressurreição de Cristo e que, portanto, é muito apropriado para o nascimento espiritual de uma alma que, nas águas batismais, vai —como diz São Paulo— ressuscitar com Cristo e nascer para uma vida nova. Acompanhados pelos padrinhos, o pai e a mãe apresentam o filho à Igreja e solicitam o batismo, que é a porta de ingresso na Igreja.

O sacerdote (ou o diácono), que vai administrar o batismo, dirige-se então ao encontro dos pais e dos padrinhos, à porta ou no

local da igreja onde estes se encontram reunidos, e, depois de saudá-los, recorda-lhes a alegria de acolher os filhos como dom de Deus, desse Deus que é a fonte de toda vida e quer dar agora ao novo ser a sua própria Vida: a graça santificante e a filiação divina.

O celebrante inicia então o rito com um breve diálogo, em que lhes pergunta, além do nome escolhido para a criança, o que pedem à Igreja para ela. A resposta dos pais pode ser: “O Batismo”, ou “a fé”, “a graça de Cristo”, “a entrada na Igreja”, “a vida eterna”... Qualquer dessas respostas exprime bem a consciência da grandeza do momento e dos frutos sobrenaturais do santo Batismo.

A seguir, o celebrante lembra o compromisso que pais e padrinhos assumem em relação à criança, e convida-os a traçar, [p. 243] juntamente com ele, o sinal da cruz na fronte da criança. É o sinal da cristãos, que deverá marcar-lhe os passos da vida e acompanhá-la sempre.

Como acontece na celebração de todos os sacramentos, antes de se iniciar o rito sacramental propriamente dito, tem lugar a Liturgia da Palavra, que consta de algumas leituras bíblicas relacionadas com o batismo. A homilia que se segue à leitura tem como finalidade, além de comentar os textos lidos, preparar todos os presentes para entenderem melhor a profundidade do mistério do Batismo e assumirem com alegria as obrigações que dele decorrem, especialmente quanto aos pais e aos padrinhos.

A Liturgia da Palavra encerra-se com a oração dos fiéis, a invocação dos santos e uma bela oração pedindo a Deus que faça com “que estas crianças, livres da mancha original, se tornem um templo vivo pela presença do Espírito Santo”; e, por último, com a unção prébatismal.

Esta primeira unção é feita pelo celebrante no peito de cada criança com o óleo dos catecúmenos, ao mesmo tempo que diz: “O Cristo Salvador vos dê a sua força. Que ela penetre em vossas vidas com este óleo em vosso peito”. O óleo dos catecúmenos é um dos três óleos que o bispo da diocese consagra todos os anos na Quinta-feira Santa. Os outros dois são o Santo Crisma e o Óleo dos Enfermos. A unção no peito da criança representa a “couraça” espiritual com que o Batismo a recobre. O seu significado encontra-se nas palavras de São Paulo, que diz (Ef 6, 13-16): “Tomai, pois, a armadura de Deus..., revesti-vos da couraça da justiça... com a qual possais apagar os dardos inflamados do maligno”. E de novo: “Revestidos da couraça da fé e da caridade” (1Tes 5, 8).

Logo após, todos se dirigem ao batistério, e, quando se encontram junto da pia batismal, o celebrante recorda o admirável plano de Deus, que pela água quis santificar o homem. Está a começar a Liturgia Sacramental, que tem como primeiro passo uma oração sobre a água, que o celebrante toca com a mão, enquanto pede que venha sobre ela a força do Espírito Santo, para que todos os que forem batizados ressuscitem com Cristo para a Vida.

Depois, chega o momento de fazer as promessas do Batismo, que serão pronunciadas pelos pais e padrinhos. O celebrante pergunta-lhes: “Renunciais a Satanás?”, e eles respondem: “Renuncio”. “E a todas as suas obras?”, “Renuncio”. “E a todas as suas seduções?”. “Renuncio”. Uma vez formuladas as promessas, o celebrante recebe a profissão de fé dos pais e padrinhos, perguntando-lhes: “Credes em Deus Pai todo-poderoso, criador do céu e da terra?”, [p. 244] “Credes em Jesus Cristo, seu único Filho, Nosso Senhor, que nasceu da Virgem Maria, padeceu e foi

sepultado, ressuscitou dos mortos e subiu ao Céu?”. “Credes no Espírito Santo, na Santa Igreja Católica, na Comunhão dos Santos, na remissão dos pecados, na ressurreição dos mortos e na vida eterna?”. A cada uma destas três perguntas, os pais e padrinhos respondem: “Creio”.

Todos os anos; na liturgia da Vigília Pascal, os batizados renovam solenemente estas promessas e esta profissão da nossa fé. Em alguns países, as famílias que celebram o aniversário do batismo têm a prática admirável de renovar as promessas do Batismo antes de se sentarem à mesa para a refeição da festa; é o pai quem pergunta, e todos respondem em uníssono.

Chega, por fim, o momento central da cerimônia. O sacerdote (ou o diácono) vai administrar o batismo à criança. Primeiro, o celebrante convida a família a aproximar-se da água batismal. Citando o nome da criança, pergunta aos pais e padrinhos se querem que seja batizada na mesma fé da Igreja que acabam de professar, “N..., eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

Ao mencionar o nome de cada uma das três Pessoas divinas, mergulha três vezes a criança na água (batismo por imersão) ou derrama três vezes água sobre a sua cabeça (batismo por infusão). Na prática, a forma que se segue normalmente é a do batismo por infusão, e, neste caso, o pai ou a mãe seguram a criança sobre a pia batismal. Onde for tradicional que a segurem o padrinho ou a madrinha, conserva-se essa tradição. É muito conveniente manter a criança com a cabeça ligeiramente inclinada para baixo, de modo que a água possa correr-lhe sobre a fronte sem entrar nos olhos.

Para mim, que já batizei tantas crianças, este é sempre um momento de solenidade máxima. Imagino a milícia celestial congregada em torno da fonte batismal, em ansiosa espera de que

um novo membro se incorpore ao Corpo Místico de Cristo e à Comunhão dos Santos. Penso no próprio Deus todo-poderoso, com olhar de amor impaciente, aguardando o momento de tomar posse daquela e quase posso sentir o calor da presença do Espírito Santo (E pensar que nós, muitas vezes, damos tão pouca importância a isso! “Sim, tivemos batizado no domingo”).

Com os olhos da fé, podemos ver as águas da salvação envolvendo a criança, enterrando para sempre a antiga carga de pecado do homem, para que a criança possa surgir delas convertida num homem novo em Cristo. Este especial simbolismo do Batismo torna-se mais expressivo quando o batismo é administrado por imersão [p. 245] completa. Mas o batismo por infusão conserva também o mesmo significado.

Uma vez transcorrido este momento culminante, a cerimônia vai chegando rapidamente ao fim. A criança é agora um filho de Deus, um príncipe da família real dos céus. A criança participa também do sacerdócio eterno de Cristo. E assim como os reis e sacerdotes dos tempos antigos eram ungidos, a criança é agora ungida também, na cabeça, com o óleo santo. Antes da unção, o celebrante pede a Deus: “Que Ele te consagre com o óleo santo para que, como membro de Cristo, sacerdote, profeta e rei, continues no seu Povo até à vida eterna”. É agora que tem lugar o breve rito da veste branca; se a criança não estiver de branco, é revestida com uma pequena túnica ou véu branco. O celebrante recorda: “Agora nasceste de novo e te revestiste de Cristo; por isso trazes esta veste branca. Que teus pais e amigos te ajudem por sua palavra e exemplo a conservar a dignidade de filho de Deus até à vida eterna”. Acabada esta oração, o sacerdote apresenta o círio pascal e diz: “Recebe a luz de Cristo”. E os pais ou os padrinhos acendem no círio pascal a vela da criança, que tem

um belo simbolismo, exprimido nas palavras que o celebrante lhes dirige: “Pais e padrinhos, esta luz vos é entregue para que a alimenteis. Por isso, esforçai-vos para que esta criança caminhe na vida iluminada por Cristo, como filho da luz. Perseverando na fé, possa com todos os santos ir ao encontro do Senhor quando Ele vier”. A seguir, o celebrante pode tocar os ouvidos e a boca da criança, dizendo: “O Senhor Jesus, que fez os surdos ouvir e os mudos falar, te conceda que possas logo ouvir a sua palavra e professar a fé para louvor e glória de Deus Pai”.

Vem agora a conclusão do rito do Batismo. De pé, diante do altar, o celebrante dirige aos presentes uma exortação, para que preparem os novos batizados para a recepção dos Sacramentos da Crisma e da Eucaristia, quando for o momento; e todos juntos rezam o Pai Nosso. Dá uma bênção às mães, aos pais e a todos os presentes, e encerra o rito com uma bênção final e a despedida.

Os pais ofereceram seu filho a Deus. Deus lhes devolve um santo.

QUEM PODE BATIZAR?

Em caso de emergência, você saberia administrar o sacramento do Batismo? Provavelmente sim. Há poucos católicos que, tendo recebido aulas de catecismo, ainda que sejam apenas as preparatórias para a primeira comunhão, não tenham bem inculcada a [p. 246] importância de saber como batizar em caso de necessidade. Ordinariamente, quem administra o batismo é o sacerdote (ou o diácono), e seria muito mau que um leigo o fizesse em seu lugar sem uma razão grave. Por sua vez, é essencial não permitir que ninguém com condições para receber o batismo morra sem ele: é um requisito imprescindível para se entrar no céu.

Por esta razão, Nosso Senhor Jesus Cristo deixou as portas desse sacramento abertas de par em par em caso de necessidade urgente. Quando um não batizado está, pois, em perigo de morte, e reúne as condições para receber o sacramento, não havendo sacerdote ou diácono disponível, *qualquer* pessoa pode batizá-lo. mesmo um não católico ou um ateu pode administrar validamente o batismo, desde que tenha a intenção pelo menos de “fazer o que faz a Igreja” nessa cerimônia e empregue a forma corretamente.

O que se tem a fazer é extremamente simples. Basta derramar água da torneira na frente do batizado e, ao mesmo tempo, pronunciar audivelmente (*enquanto a água escorre*) as palavras: “Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Estas palavras deveriam ser tão familiares a um batizado como o seu próprio nome. Pode apresentar-se uma ocasião em que a salvação eterna de uma alma dependa de conhecê-las. No batismo solene, que se administra na igreja, a água que se utiliza é a batismal, especialmente benta na Vigília Pascal. Mas, num batismo privado, basta a água corrente, que é até preferível à água benta.

Muito freqüentemente administra-se o batismo privado em maternidades, quando se torna duvidosa a sobrevivência do recém-nascido. Se o hospital é bem atendido por pessoal católico, os pais não têm razão para preocupar-se: uma freira ou enfermeira se encarregará de administrar o batismo se a vida da criança estiver em perigo. Mas se a futura mãe vai para um hospital que não oferece garantias nesse aspecto, deve tomar as medidas necessárias para que seu filho seja batizado em caso de necessidade, inclusive levando a fórmula do batismo escrita num papel. Chegada a hora do parto, dará o papel ao médico (ou à enfermeira) e dirá: “Doutor, se a vida de meu filho correr perigo, por favor, derrame um pouco de água sobre a sua cabeça e diga ao

mesmo tempo essas palavras em voz alta, com a intenção de fazer o que a Igreja Católica quer fazer no batismo”.

Se a criança estiver em casa e adoecer repentinamente antes de ser batizada, qualquer membro da família pode (e deve) batizá-la. Os laços que prendem um bebê à vida são frágeis, e, às vezes, a margem entre a vida e a morte é muito tênue. Nesses casos, não se deve esperar pelo sacerdote. O batismo terá a mesma eficácia, independentemente de quem o administre. E terá que ser administrado [p. 247] incondicionalmente, quer dizer, sem *restrições* nem *acréscimos*. Quer sobreviva ou não, a criança foi batizada e não poderá voltar a sê-lo.

Mas se a criança batizada privadamente sobrevive, deve-se dar notícia do batismo ao pároco –informá-lo da data e de quem o administrou- para que se possa inscrevê-lo no registro batismal. Lembremo-nos de que essa criança necessitará mais tarde de uma certidão de batismo para poder fazer a primeira comunhão e receber os demais sacramentos. Depois de a criança se recuperar, os pais devem combinar com o pároco a data para lhe serem administradas as restantes cerimônias do rito batismal. Terão que levá-la à igreja, para receber as cerimônias do batismo solene, exceto a infusão da água, a menos que haja motivos para suspeitar que isso não foi feito adequadamente.

Quando se batiza uma criança privadamente, é conveniente que haja padrinhos (pelo menos um), e escolhê-los talvez entre os vizinhos ou parentes que o queiram. A única coisa necessária é que tenham intenção de ser padrinhos. Em casos assim, esse mesmo casal (se lhe for possível) deve acompanhar a criança à igreja para a administração das restantes cerimônias. Na prática, raras vezes se podem conseguir padrinhos para um batismo privado, especialmente qualquer pessoa a quem os pais o peçam.

É pouco provável que tenhamos ocasião de administrar privadamente o batismo a um adulto, mas pode acontecer. Um possível converso pode ficar gravemente doente antes de ser recebido na Igreja. Ou um amigo não batizado pode manifestar o desejo de ser batizado no leito de morte e ter a fé necessária para isso: fé na Santíssima Trindade, que premia os justos e castiga os pecadores, e em Jesus Cristo, como Filho de Deus e nosso Redentor; e a vontade de aceitar tudo o que a Igreja Católica ensina. Talvez não se apresente nunca semelhante ocasião, mas é de capital importância estarmos preparados para ela.

Se o Batismo é absolutamente necessário para ir para o céu (e é), que acontece com toda a gente que morre sem oportunidade de recebê-lo e que talvez nem sequer saiba que existe? Perderão o céu, sem culpa alguma de sua parte?

Ninguém que tenha chegado ao uso da razão perde o céu a não ser por culpa própria. É um artigo da fé cristã –definido pela Igreja- que Deus dá a cada alma que cria a graça suficiente para se salvar. Ninguém poderá jamais dizer: “Não pude alcançar o céu porque não tive meios para isso”.

Para os que não têm ocasião de receber o Batismo, o caminho [p. 248] até Deus é um caminho de amor. Uma pessoa que ama a Deus sobre todas as coisas e quer fazer tudo o que Deus quer, tem o batismo de desejo. Se as circunstâncias a impedem de receber o batismo sacramental, bastará o seu batismo de desejo para lhe serem abertas as portas do céu. Do mesmo modo que o supremo amor a Deus perdoo todos os pecados, mesmo mortais, à alma que não pode apresentar-se à Confissão, o supremo amor a Deus apagará todos os pecados, tanto o original como os atuais, da alma que não pode receber o batismo.

Quando alguém que ama a Deus conhece o Batismo e quer recebê-lo, chamamos a essa disposição batismo de desejo *explícito*. Quando alguém que desconhece o Batismo ama a Deus e quer fazer a sua vontade em tudo, possui o batismo de desejo *implícito*. Por outras palavras, o desejo do batismo está contido implicitamente no desejo de cumprir a vontade de Deus. Se essa pessoa conhecesse o Batismo e soubesse que Deus deseja que o receba, batizarse-ia porque quer o que Deus quer.

Uma pessoa preparada para receber o batismo tem já o batismo de desejo explícito, se a sua fé é acompanhada pelo amor a Deus por Deus mesmo. Um judeu piedoso, com supremo amor a Deus, pode muito bem estar de posse do batismo de desejo *implícito*.

A forma mais elevada de substituir o batismo sacramental ou o de desejo é aquela que chamamos batismo de sangue. “Ninguém tem maior amor que aquele que dá a vida por seus amigos” (Jo 15, 13). Mesmo sem batismo, qualquer pessoa que sofra o martírio por Cristo tem a certeza de alcançar a recompensa eterna. Mártir é todo aquele que “sofre por motivo sobrenatural a morte ou uma ferida mortal infligida por ódio a Cristo, à sua religião ou a uma virtude cristã”.

O termo “mártir” reserva-se oficialmente para os que sofrem morte violenta ou derramam o seu sangue por Cristo. Nos dias em que a Igreja formulava a sua definição de martírio, a morte às mãos dos seus inimigos era geralmente rápida. Ficavam reservados para a nossa época, “civilizada” e moderna, os métodos de tortura em que a morte pode ser prolongada por muitos anos e se pode matar um homem sem deixar sinais em seu corpo. Há hoje muitas almas em prisões e campos de trabalho que sofrem o que Fulton Sheen chamou “um martírio seco”. Não restam dúvidas sobre a realidade

de tais martírios. A agonia de mente e corpo pode durar anos. Morram de desinteria ou de outra doença contraída nas prisões, levarão a palma do martírio por toda a eternidade, e, sem dúvida, muitos deles são catecúmenos que não tiveram oportunidade de receber o batismo antes de serem presos. [p. 249]

CAPÍTULO XXV

A CONFIRMAÇÃO

O SACRAMENTO DA CONFIRMAÇÃO

Nascer e crescer são dois acontecimentos inconfundíveis na vida de uma pessoa, reconhecidos por todos. Também reconhecemos que há entre eles uma dependência íntima: é evidente que ninguém pode crescer se antes não nasceu. É quase tão evidente que o fim do nascimento se frustra até certo ponto se não é seguido pelo crescimento. Um anão causa pena porque o seu desenvolvimento físico completo foi impedido por um defeito glandular. Compadecemos-nos de um idiota cujo crescimento mental parou por um defeito nas células cerebrais. Nascemos para crescer e, ao crescer, aperfeiçoamos o nosso nascimento.

Estes fatos patentes da vida física podem ajudar-nos a compreender a íntima relação que há na nossa vida espiritual entre os sacramentos do Batismo e da Confirmação. Ainda que a Confirmação seja por direito um sacramento diferente e completo, tem por fim aperfeiçoar o que o Batismo iniciou em nós.

Poderíamos dizer que, de certo modo, somos batizados para sermos confirmados.

Nascemos espiritualmente no Batismo: através dele, passamos a participar da vida divina da Santíssima Trindade e começamos a viver a vida sobrenatural. Ao praticarmos as virtudes da fé, da esperança e da caridade, e ao unirmo-nos a Cristo na sua Igreja para prestar culto a Deus, crescemos também em graça e bondade. Mas nessa etapa da vida espiritual, como na vida de uma criança, concentramo-nos principalmente em nós mesmos. Tendemos a estar preocupados com as necessidades da nossa própria alma, com os nossos esforços por “sermos bons”. É claro que não podemos concentrar-nos exclusivamente em nós mesmos; não, se entendemos o que significa ser membro do Corpo Místico de Cristo; não, se entendemos o significado da Missa como um ato *comum* de culto, e [p. 250] a Sagrada Comunhão como o laço de união com o nosso próximo. Mas, em geral, a nossa vida religiosa está girando em torno do nosso eu.

E recebemos a Confirmação ou Crisma. Com ela, chega-nos uma graça que aprofunda e enriquece nossa fé, para que seja suficientemente forte não só para as necessidades próprias, como também para as dos outros, com os quais procuraremos compartilhá-la. Com o despertar da adolescência, uma criança começa a assumir, paulatina e progressivamente, as responsabilidades da idade adulta. Começa a ver o seu lugar no quadro completo da família, e também no da sociedade. De forma parecida, o cristão crismado começa a ver cada vez com maior clareza (ou *deveria* fazê-lo) a sua responsabilidade para com Cristo e o seu próximo. Compromete-se profundamente (ou *deveria* fazê-lo) com o bem de Cristo-no-mundo, que é a Igreja, com o bem de Cristo-no-próximo. Nesse sentido, a Confirmação é um crescimento espiritual.

Para que possamos assumir essa responsabilidade para com a Igreja e para com o próximo, tanto em obras como em sentimentos, o sacramento da Confirmação ou Crisma nos confere uma graça e um poder especiais. Assim como a “marca” do Batismo nos faz participar na função sacerdotal de Cristo e nos dá o poder de nos unirmos a Cristo na sua homenagem a Deus, a Confirmação “vincula-nos mais perfeitamente à Igreja, enriquecidos de especial força do Espírito Santo, e nos torna mais estreitamente obrigados à fé que, como verdadeiras testemunhas de Cristo, devemos defender e difundir tanto por palavras como por obras” (“Lumen Gentium”, n.11).

Agora compartilhamos com Cristo a sua missão de estender o Reino, de adicionar novas almas ao Corpo Místico de Cristo. As nossas palavras e atos já não se dirigem meramente à santificação pessoal, mas vão, além disso, fazer com que a verdade de Cristo se torne real e viva para aqueles que nos rodeiam.

O catecismo define a Confirmação como “um sacramento pelo qual se recebe o Espírito Santo, se imprime em nossa alma o caráter de soldados de Jesus Cristo e nos tornamos perfeitos cristãos”. A analogia pela qual se compara o cristão confirmado a um soldado pode ter perdido força pelo seu largo uso, mas, se a compreendermos adequadamente, está cheia de significado. O cristão confirmado guarda uma lealdade inalterável para com o Rei cuja causa serve; está disposto a suportar qualquer sofrimento a serviço do seu Rei, a combater o mal, inclusive até à morte, onde quer que se encontre; a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para dilatar o reino do seu Soberano. [p. 251]

É, pois, de lamentar que muitos católicos encarem o seu papel de soldados de um ponto de vista negativo. Vêm-se na defensiva, dispostos a lutar pela sua fé se lhes trouxerem a luta à

sua porta. Ou vêm talvez o reino de Cristo –e a si mesmos- como que em estado de sítio, cercados pelo inimigo, lutando pela mera sobrevivência.

Mas não é essa, de maneira nenhuma, a verdadeira e dinâmica concepção da graça e do poder da Confirmação. O cristão confirmado lança-se jubilosamente ao cumprimento da sua vocação. Forte na fé e cheio de um amor ardente pelas almas –que nasce do seu amor a Cristo, sente uma preocupação constante pelos outros. Experimenta uma inquieta insatisfação se não faz pelos outros algo que valha a pena, algo que contribua para lhes aliviar as cargas da vida, algo que contribua para lhes assegurar a promessa da vida eterna. Seus atos e palavras proclamam aos que o rodeiam: “Cristo *vive* e vive para *ti*”. A graça para agir assim é a que Jesus prometeu aos seus Apóstolos (e a nós) quando disse: “Recebereis o poder do Espírito Santo, que descera sobre vós, e sereis minhas testemunhas... até os confins da terra” (At 1, 8).

Não sabemos exatamente quando foi que Jesus, na sua vida pública, instituiu o sacramento da Confirmação. É uma das “muitas coisas que Jesus fez” de que nos fala São João e que não estão escritas nos Evangelhos (ver Jo 21, 25). Conhecemos o fato pela Tradição da Igreja, isto é, pela doutrina da Igreja transmitida até nós desde os tempos do Senhor por meio dos Apóstolos, inspirados pelo Espírito Santo. E a Tradição tem a mesma autoridade que a Sagrada Escritura, como fonte da verdade divina. Se um amigo nosso, partidário de que “unicamente a Bíblia é a fonte da revelação”, torce o nariz e nos diz: “Digame onde é que isso está escrito na Bíblia para que eu creia”, não cairemos na armadilha. Bastará responder-lhe com toda a suavidade: “Mostre-me onde se diz na Bíblia que devemos crer só no que aparece ali escrito”.

Mas a Sagrada Escritura fala-nos da Confirmação. Não com esse nome, é claro, pois, à exceção do Batismo, os nomes dos sacramentos foram inventados pelos primeiros teólogos da Igreja. O primitivo nome da Confirmação era “imposição das mãos”. Esse é o nome que a Sagrada Escritura utiliza nesta passagem dos Atos dos Apóstolos: “Quando os Apóstolos que estavam em Jerusalém souberam que havia sido recebida na Samaria a palavra de Deus, enviaram para lá Pedro e João, os quais, tendo chegado, fizeram oração por eles a fim de receberem o Espírito Santo, pois ainda não havia descido sobre nenhum deles, mas somente tinham sido [p. 252] batizados em nome do Senhor Jesus. Então impuseram-lhes as mãos, e eles receberam o Espírito Santo. E quando Simão, o mago, viu que o Espírito Santo lhes era comunicado por meio da imposição das mãos dos Apóstolos, ofereceu-lhes dinheiro, dizendo: “Daí-me também a mim esse poder, a fim de que todo aquele a quem eu impuser as mãos receba o Espírito Santo” (At 8, 14-19).

É desta passagem –que relata a tentativa de Simão, o mago, de comprar o poder de conferir a Confirmação- que veio a resultar a palavra “simonia”, nome que se dá ao pecado de comprar ou vender coisas sagradas. Mas trata-se de um ponto de menos importância. A verdadeira importância da passagem está no fato de nos falar do sacramento da Confirmação. Diz-nos que, embora seja um *complemento* do Batismo, que completa o que este iniciou, a Confirmação é um sacramento *diferente* do Batismo. Os samaritanos já tinham sido batizados, mas ainda era necessário que “lhes impusessem as mãos”. A passagem conta ainda como se administrava a Confirmação: pondo a mão de quem confirma sobre a cabeça daquele que vai ser confirmado e dizendo ao mesmo tempo uma oração para que este receba o Espírito Santo.

De momento, estamos especialmente interessados *nesse fato* que a passagem nos conta claramente: que eram os Apóstolos – isto é, os *bispos*- quem confirmava. Fosse quem fosse que tivesse batizado os samaritanos, é evidente que não tinha poder para “impor-lhes as mãos” e comunicar-lhes o Espírito Santo. Dois dos Apóstolos, Pedro e João, têm que deslocar-se de Jerusalém à Samaria para administrar a Confirmação a esses novos cristãos.

Como era no princípio, assim é agora. Geralmente, só o bispo é que confirma. Em alguns casos, porém, pode fazê-lo um sacerdote, por concessão do direito geral –por exemplo, em perigo de morte- ou por indulto ou delegação especial. Desde tempos remotos, têm também esta autorização os sacerdotes da Igreja Católica grega. Nesse ramo da Igreja, o sacerdote que batiza uma criança confere-lhe também a Confirmação logo depois. No rito latino, como sabemos, não se dá essa prática.

O Papa Pio XII, que tanto lutou por tornar os sacramentos mais acessíveis ao povo, concedeu em 1947 uma autorização muito paternal. Autorizou os párocos de qualquer lugar – sempre que o bispo não tivesse disponível- a administrar dentro da sua paróquia o sacramento da Confirmação, como ministro extraordinário, a qualquer batizado que não estivesse confirmado e se encontrasse em perigo de morte por doença, acidente ou idade avançada.

E isto é assim, mesmo que seja um bebê quem esteja em perigo de morte. Ainda que a Confirmação na Igreja Católica de rito [p. 253] latino seja administrada normalmente só aos batizados que tenham alcançado o uso da razão e possuam suficiente maturidade, essa limitação não é válida para os que estão em perigo de morte. Contanto que a criança tenha sido batizada, tem direito à Confirmação se corre o risco de morrer. Portanto, os pais devem informar o pároco com presteza se se dão essas circunstancias na família. Se Deus levar a criança, esta

entrará no céu com o caráter da Confirmação –além do caráter batismal- impresso na alma.

O SIGNIFICADO DA CONFIRMAÇÃO

Provavelmente, muitos de nós já presenciamos a administração da Confirmação ou Crisma várias vezes, talvez como confirmandos, pais ou padrinhos.

No rito atual, costuma haver junto do bispo um ou vários sacerdotes celebrantes. Depois da saudação do bispo – “A paz esteja convosco”- e de uma oração pedindo o dom do Espírito Santo, tem lugar a celebração da palavra de Deus, com uma ou várias leituras. Após essas leituras da Sagrada Escritura, os confirmandos são chamados pelo nome, e permanecem diante do bispo, que lhes dirige umas palavras, comentando a grandeza e o significado do sacramento.

Vinca-se a relação da Confirmação com o Batismo, renovando as promessas batismais. Vem então a parte essencial da cerimônia, que consta da imposição das mãos e da unção com o santo crisma.

O bispo –como também os sacerdotes concelebrantes- impõe as mãos sobre todos os confirmandos, dizendo: Deus todo-poderoso, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que, pela água e pelo Espírito Santo, fizestes renascer estes vossos servos, libertando-os do pecado, envia-lhes o Espírito Santo Paráclito; daí-lhes, Senhor, o espírito de sabedoria e inteligência, o espírito de conselho e fortaleza, o espírito de ciência e piedade, e enchei-os do espírito do vosso temor. Por Nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, na unidade do Espírito Santo”.

A unção com o crisma, que se faz seguir, é a parte essencial do rito. É neste momento, como dizia Paulo VI na Constituição

“Divinum consortium naturae”, que se confere o sacramento da Confirmação. A própria unção com o crisma é a imposição de mãos sacramental.

Cada confirmando aproxima-se do bispo. Colocando a mão direita sobre o ombro do confirmando, a pessoa que o apresentou diz o seu nome ao bispo. Também pode declará-lo o próprio confirmando. O bispo, tendo mergulhado o polegar no crisma, marca o [p. 254] confirmando na fronte com o sinal da cruz, dizendo: “N..., recebe, por este sinal, o Dom do Espírito Santo”. E o confirmando responde: “Amém”.

Vale a pena determo-nos um pouco a comentar o significado deste rito sacramental.

O crisma é um dos três óleos que o bispo benze todo ano na sua Missa de Quinta-Feira Santa. Os outros dois são: o óleo dos catecúmenos (usado no Batismo) e o óleo dos enfermos (usado na Unção dos Enfermos). Todos os santos óleos são de azeite puro de oliveira. Desde a antiguidade, o azeite de oliveira é considerado como uma substancia fortificante, tanto que muitos atletas costumavam untar o corpo com ele, antes de participarem de um certame atlético. O significado dos santos óleos que são utilizados na administração dos sacramentos é, pois, patente: o azeite significa o efeito fortificante da graça de Deus. Além da bênção especial e diferente que cada óleo recebe, o crisma tem outra particularidade: é misturado com bálsamo, uma substancia aromática que se extrai dessa árvore. No crisma, o bálsamo simboliza a “fragrância” da virtude, o bom odor, a *atração* que deverá desprender-se da vida daquele que põe em movimento as graças da Confirmação.

A cruz que se traça sobre a fronte do confirmando é outro símbolo poderoso, se realmente o entendemos e pomos em prática.

É muito fácil sabê-lo. Basta perguntar-nos: “Vivo de verdade como se trouxesse uma cruz visível gravada na minha fronte, que me marca como homem ou mulher de Cristo? Na minha vida diária, dou testemunho de Cristo? Nas minhas atitudes e no meu relacionamento com os que me rodeiam, em todas as minhas ações, proclamo: Isto é o que significa ser cristão, isto é o que quer dizer viver segundo o Evangelho?” Se a resposta for não, é prova de que desperdiçamos um caudal de graças: a graça especial da Confirmação. É uma graça que tenho abundantemente à minha disposição, se quiser utilizá-la: a graça de vencer a minha mesquinhez humana, a minha covardia ante os respeitos humanos, a minha repugnância em face do sacrifício.

Sem o Batismo não podemos ir para o céu. Sem a Confirmação sim, mas o nosso caminho até ele será mais difícil. Na verdade, sem a Confirmação, é muito fácil extraviar-se por completo, muito fácil perder a fé. Esta é a razão pela qual todo o batizado tem a obrigação de receber também a Confirmação logo que tiver essa oportunidade. Sabemos que Jesus não instituiu nenhum dos sacramentos só “pelo gosto de fazê-lo”: Jesus instituiu cada sacramento [p. 255] porque, na sua infinita sabedoria, previu que careceríamos de graças especiais para determinadas circunstâncias.

Entre outras coisas, previu os perigos a que estaria exposta a nossa fé. Alguns, internos, quando as paixões ou o egoísmo entram em choque com a nossa fé. Se desejamos seguir um caminho que a nossa fé nos proíbe, mas, por outro lado, não podemos viver em permanente conflito conosco, e queremos ter paz interior, algo tem que ceder. Se pudéssemos convencernos de que a nossa fé é errada, ficaríamos de mãos livres para seguir os nossos desejos e conservar essa paz. É nessas circunstancias que a graça da

Confirmação vem em nossa ajuda, se a deixamos agir, e faz retroceder de maneira irresistível os apetites do egoísmo para que triunfe a fé. A paz que então encontramos é uma paz *real*.

Outras vezes, o perigo vem de fora. A situação de perigo em que se encontra todo aquele que é ativamente perseguido, preso ou torturado por causa da fé, é algo evidente. Nesses casos, podemos apreciar claramente a necessidade da graça da Confirmação. A situação de perigo dos que vivem numa atmosfera de indiferentismo religioso não é tão evidente, mas é muito real. O perigo de nos deixarmos arrastar pelo ambiente, de querermos ser “boas pessoas”, mas medíocres, está sempre presente. A tentação de amortecer a fé, de não tomá-la muito a sério, é quase inevitável. A graça da Confirmação virá em nossa ajuda para preservar a nossa escala de valores e manter o bom rumo.

Há um perigo externo que ameaça especialmente os católicos que cursam estudos superiores, sobretudo se freqüentam uma universidade de orientação não cristã. Esses católicos têm de enfrentar o peso dos erros de alguns eclesiásticos do passado, dos erros humanos cometidos por este ou aquele agente humano de Cristo, o lastro de papas indignos e prelados extravagantes, da condenação de Galileu e dos excessos da Inquisição. Tende-se a esquecer que divinos não são os agentes de Cristo na sua Igreja, mas sim Ele mesmo nela, e o católico começa a adotar uma atitude defensiva e a sentir-se um pouco envergonhado.

Depara com o desprezo mal disfarçado de alguns professores para com a religião em geral e a católica em particular, apresentada como coisa superada, própria de mentalidades rudes e sem formação. O nosso católico passa então de um ligeiro sentimento de vergonha para um claro ressentimento contra a fé, que o torna objeto de irrisão de pessoas a quem admira pela sua

erudição e prestígio. De novo a graça da Confirmação acode em sua ajuda para fazê-lo superar a dificuldade. Esse católico com estudos superiores lembra-se então de que a sabedoria humana de hoje é a humana estultícia [p. 256] de amanhã, ao passo que as verdades de Deus permanecem inalteráveis. Forte na fé, ouvem sem se perturbar as explicações de tais professores.

Sim, todos temos necessidade da graça de Confirmação. Tanto que é pecado não receber este sacramento se há ocasião disso, um pecado que seria mortal se a recusa se devesse ao desprezo por esse sacramento. Os pais que, por descuido, impedem que seus filhos sejam confirmados, cometem um sério pecado de negligência.

Enquanto na Igreja oriental é costume confirmar as crianças quando são batizadas, a tradição da Igreja latina é administrar a Confirmação quando alcançado o uso da razão, isto é, em torno dos sete anos de idade. Os adultos que não tenham sido confirmados podem sê-lo com facilidade falando com o pároco. Tanto no caso das crianças como no dos adultos, é necessário um padrinho, que deve ser do mesmo sexo de quem se vai confirmar e ter ao menos treze anos de idade. O padrinho deve ser católico praticante, confirmado e diferente aos padrinhos de batismo. Como estes, deve também fazer tudo quanto esteja ao seu alcance para que o afilhado chegue a uma vida católica plena.

A especial graça *sobrenatural* da Confirmação é, como vimos, um fortalecimento da fé. Sob o aspecto negativo, tornamo-nos fortes contra as tentações e a perseguição; do ponto de vista positivo, aumentam as nossas forças para chegarmos a ser testemunhas ativas de Cristo. A Confirmação produz também em nossa alma um aumento dessa fonte de vida básica que é a graça *santificante*. Deus não pode aumentar o que não está presente; por

isso, quem vai receber o sacramento da Confirmação deve fazê-lo em estado de graça. Receber a Confirmação em pecado mortal seria abusar do sacramento: seria cometer o grave pecado de sacrilégio. No entanto, a recepção do sacramento seria válida. No momento em que essa pessoa recebesse a absolvição de seus pecados, as graças latentes da Confirmação reviveriam nela. [p. 257]

CAPÍTULO XXVI

A EUCARISTIA

O MAIOR DOS SACRAMENTOS

Agora que nos dispomos a estudar o sacramento da Sagrada Eucaristia, vamos passar por uma situação semelhante à do viajante que torna a percorrer uma região bem conhecida. Encontraremos muitas paisagens familiares –neste caso, verdades- já vistas anteriormente. Mas, nestas verdades que vamos recordar, confiamos em que haveremos de notar fatos de interesse que antes nos passaram despercebidos. Podemos também confiar em descobrir outras paisagens –outras verdades- que escaparam totalmente à nossa observação em viagens anteriores por esta região amada e familiar, que é o tema do maior dos sacramentos.

Quando dizemos que a Sagrada Escritura é o maior dos sacramentos, afirmamos algo evidente. O Batismo é, sem dúvida, o sacramento mais *necessário*; sem ele, não podemos ir para o céu. No entanto, apesar das maravilhas que o Batismo e os outros cinco sacramentos produzem na alma, não são senão instrumentos de que Deus se serve para nos dar a sua graça; mas na Sagrada Eucaristia não temos apenas um instrumento que nos comunica as

graças divinas: é-nos dado o próprio Dador da graça, Jesus Cristo Nosso Senhor, real e verdadeiramente presente.

O sacramento do Corpo e do Sangue de Cristo tem tido muitos nomes ao longo da história cristã: Pão dos Anjos, Ceia do Senhor, Sacramento do altar e outros que não são bem conhecidos. Mas o nome que permaneceu desde o princípio, o nome que a Igreja dá oficialmente a este sacramento é Sagrada Escritura. Provém do Novo Testamento. Os quatros escritores sagrados – Mateus, Marcos, Lucas e Paulo- que nos narram a Última Ceia, dizemnos que Jesus tomou o pão e o vinho em suas mãos e “deu graças”. E assim, da palavra [p. 258] grega “eucharistia”, que significa “ação de graças”, resultou o nome do nosso sacramento: a Sagrada Eucaristia.

O catecismo ensina-nos que a Eucaristia é ao mesmo tempo *sacrifício* e *sacramento*. Como *sacrifício*, a Eucaristia é a Missa, a ação divina em que Jesus, por meio de um sacerdote humano, transforma o pão e o vinho no seu próprio corpo e sangue e continua no tempo o oferecimento que fez a Deus no Calvário, o oferecimento de Si próprio em favor dos homens. O *sacramento* da Sagrada Eucaristia adquire o ser (ou é “confeccionado”, como dizem os teólogos) na Consagração da Missa; nesse momento, Jesus se torna presente sob as aparências do pão e do vinho. E enquanto essas aparências permanecem, Jesus continua a estar presente e o sacramento da Sagrada Eucaristia continua a existir ali. O ato de *receber* a Sagrada Eucaristia chama-se Sagrada Comunhão. Podemos dizer que a Missa é a “confeção” da Sagrada Eucaristia e que a comunhão é a sua recepção. Entre uma e outra, o sacramento continua a existir (como no sacrário), quer o recebamos, quer não.

Ao tratarmos de aprofundar no conhecimento deste sacramento, não temos melhor maneira de fazê-lo do que começando por onde Jesus começou: por aquele dia na cidade de Cafarnaum, em que fez o mais incrível das promessas: a de dar a sua carne e o seu sangue como alimento da nossa alma.

Na véspera, Jesus tinha lançado os alicerces da sua promessa. Sabendo que ia fazer uma tremenda exigência à fé de seus ouvintes, preparou-os para ela. Sentado numa ladeira, do outro lado do mar de Tiberíades, tinha pregado a uma grande multidão, que o havia seguido até ali, e agora, já ao cair da tarde, prepara-se para despedi-los. Mas, movido de compaixão e como preparação para a sua promessa do dia seguinte, faz o milagre dos Paes e dos peixes. Alimenta a multidão –só os homens eram cinco mil- com cinco Paes e dois peixes; e depois de todos se terem saciado, seus discípulos recolhem doze cestos de sobras. Esse milagre haveria de estar presente (ou deveria estar) na mente dos que o escutaram no dia seguinte.

Tendo despedido a multidão, subiu monte acima, a fim de orar em solidão, como era seu costume. Mas não era muito fácil separar-se daquela multidão, que queria ver mais milagres e ouvir mais palavras de sabedoria de Jesus de Nazaré: acamparam por ali para passar a noite, e viram os discípulos embarcar (sem Jesus) rumo a Cafarnaum, na única barca que havia. Nessa noite, depois de terminar a oração, Jesus atravessou andando as águas tormentosas [p. 259] do lago e juntou-se aos seus discípulos na barca, e assim chegou com eles a Cafarnaum.

Na manhã seguinte, a turba não conseguia encontrar Jesus. Quando chegaram outras barcas de Tiberíades, desistiram de procurá-lo e embarcaram para Cafarnaum. Qual não foi o seu assombro ao encontrarem de novo Jesus, que havia chegado antes

deles, sem ter subido à barca que partira na noite anterior! Foi outro portento, outro milagre que Jesus fez para fortalecer a fé daquela gente (e de seus discípulos), pois ia pô-la à prova pouco depois.

Os discípulos e os que conseguiram entrar aglomeraram-se em seu redor na sinagoga de Cafarnaum. Foi ali e então que Jesus fez a promessa que hoje nos enche de fortaleza e vida: prometeu a sua carne e o seu sangue como alimento; prometeu a Sagrada Eucaristia.

Se tinha poder para multiplicar cinco pães e com eles alimentar cinco mil homens, como não havia de tê-lo para alimentar toda a humanidade com um pão celestial feito por Ele! Se tinha poder para andar sobre as águas como se fosse terra firme, como não havia de tê-lo para ordenar aos elementos do pão e do vinho que lhe emprestassem a sua aparência e para utilizá-la como capa para a sua Pessoa! Jesus tinha preparado bem os seus ouvintes e, como veremos, eles tinham necessidade disso.

Se você tem um exemplar do Novo Testamento à mão, será muito bom que leia inteiro o capítulo sexto do Evangelho de São João. Só assim poderá captar todo o ambiente, as circunstâncias e o desenrolar dos acontecimentos na sinagoga de Cafarnaum. Vou citar somente as linhas pertinentes que começam no versículo 51 e acabam no 67.

“Eu sou o pão vivo que desci do céu”, disse Jesus. “Quem comer deste pão viverá para sempre, e o pão que eu lhe darei é a minha carne para salvação do mundo. Discutiam entre si os judeus, dizendo: Como pode este dar-nos a comer a sua carne? E Jesus disse-lhes: Em verdade, em verdade vos digo: Se não comerdes a carne do Filho do homem e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós. Aquele que come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna; e eu ressuscitarei no último dia.

Porque a minha carne é verdadeira comida e o meu sangue verdadeira bebida... Este é o pão que desceu do céu; não como o pão que vossos pais comeram e, não obstante, morreram. Quem come deste pão viverá para sempre... Muitos dos seus discípulos disseram: São duras estas palavras! Quem as pode ouvir? Conhecendo Jesus que os seus discípulos murmuravam por isso, disse-lhes:... As palavras que eu vos disse são espírito e são vida; mas há alguns de [p. 260] vós que não crêem... Desde então, muitos dos seus discípulos se retiraram e já não o seguiam”.

Este breve extrato do capítulo sexto de São João contém os dois pontos que mais nos interessam agora: os dois pontos que nos dizem, meses antes da Última Ceia, que na Sagrada Eucaristia estarão presentes o verdadeiro Corpo e o verdadeiro Sangue de Jesus. Lutero rejeitou a doutrina da presença verdadeira e substancial de Jesus na Eucaristia, doutrina que havia sido seguida firmemente por todos os cristãos durante mil e quinhentos anos. Lutero aceitava certa espécie de presença de Cristo, ao menos no momento de se receber a comunhão. Mas no terreno adubado por Lutero brotaram outras confissões protestantes que foram recusando mais e mais a crença na presença real. Na maioria das confissões protestantes de hoje, o “serviço da comunhão” não passa de um simples rito comemorativo da morte do Senhor; o pão continua a ser pão e o vinho continua a ser vinho.

Em seus esforços por iludir a doutrina da presença real, teólogos protestantes procuraram mitigar as palavras de Jesus, afirmando que Ele não pretendia que as tomassem no seu sentido literal, mas apenas espiritual ou simbolicamente. Mas é evidente que não se podem diluir as palavras de Cristo sem violentar o seu sentido claro e rotundo. Jesus não poderia ter sido mais enfático: “A minha carne é verdadeira comida e o meu sangue é verdadeira

bebida”. Não há forma de dizê-lo com mais clareza. No oriental grego, que é a língua em que São João escreveu o seu Evangelho, a palavra do versículo 55 que traduzimos por “comer” estaria mais próxima do seu sentido original se a traduzíssemos por “mastigar” ou “comer mastigando”.

Tentar explicar as palavras de Jesus como simples modo de expressar-se levar-nos-ia a outro beco sem saída. Entre os judeus, que eram aqueles a quem Jesus se dirigia, a única ocasião em que a frase “comer a carne de alguém” se utilizava figurativamente era para significar ódio a determinada pessoa ou perseguir alguém com furor. De modo parecido, “beber o sangue de alguém” queria indicar que esse alguém seria castigado com penas severas. Nenhum desses significados –os únicos que os judeus conheciam– se revela coerente se os aplicarmos às palavras de Jesus.

Outra prova de peso, que confirma que Jesus quis verdadeiramente dizer o que disse – que o seu corpo e o seu sangue estariam realmente presentes na Eucaristia– está no fato de que alguns dos seus discípulos o abandonaram por terem achado a idéia de comê-lo demasiado repulsiva. Não tiveram fé suficiente para compreender que, se Jesus lhes ia dar a sua carne e o seu [p. 261] sangue em alimento, o faria de forma a não causar repugnância à natureza humana. Por isso o abandonaram, “e já não o seguiam”.

Jesus nunca os teria deixado ir-se embora se a sua deserção fosse simples resultado de um mal-entendido. Muitas vezes antes tinha-se dado ao trabalho de esclarecer as suas palavras quando eram mal compreendidas. Por exemplo, quando disse a Nicodemos que era preciso nascer de novo, e este lhe perguntou como é que um adulto podia entrar de novo no ventre de sua mãe (Jo 3, 3). Pacientemente, Jesus esclareceu-lhe as suas palavras sobre o Batismo. Mas agora, em Cafarnaum, Jesus não esboça o

menor gesto para impedir que os seus discípulos o abandonem nem para lhes dizer que o haviam entendido mal. Não pode fazê-lo pela simples razão de que o tinham entendido perfeitamente e por isso o deixavam. O que lhes faltou foi fé, e Jesus, tristemente, tem que resignar-se a vê-los partir.

Tudo isto faz com que a afirmação da doutrina da presença real esteja iniludivelmente contida na promessa de Cristo, porque, se não fosse assim, as suas palavras não teriam sentido, e Jesus não falava por enigmas indecifráveis.

JESUS MANTÉM A SUA PROMESSA

Na sinagoga de Cafarnaum, quase um ano antes da sua morte, Jesus prometeu dar o seu próprio corpo e o seu próprio sangue como alimento de salvação dos homens. Na Última Ceia, na véspera da sua crucifixão, cumpriu a sua promessa. Legou à Igreja e a cada um de seus membros, não terras, casas ou dinheiro, mas um legado como só Deus nos podia dar: o dom da sua própria Pessoa viva.

No Novo Testamento, há quatro relatos da instituição da Eucaristia. São os de Mateus (26, 26-28), Marcos (14, 22-24), Lucas (22, 19-20) e Paulo (1Co 11, 23. 29). São João, que é quem nos conta a promessa da Eucaristia, não se preocupa de repetir a história da instituição deste sacramento. Foi o último Apóstolo a escrever um Evangelho, e conhecia os outros relatos. Em seu lugar, decide transmitir-nos as belíssimas palavras finais de Jesus aos seus discípulos na Última Ceia.

Eis aqui o relato da instituição da Sagrada Eucaristia segundo nos conta São Paulo: “O Senhor Jesus, na noite em que foi entregue, tomou o pão e, depois de dar graças, partiu-o e disse:

Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em minha memória. Do mesmo modo, depois de ter ceado, tomou o cálice, dizendo: Este é o cálice da Nova Aliança no meu sangue; fazei isto em minha memória todas as vezes que o beberdes”. [p. 262]

As suas palavras não podem ser mais claras. “Isto” quer dizer “esta substância que tenho em minhas mãos e que agora que começo a falar é pão, e ao terminar não será já pão, mas o meu próprio corpo”. “Este cálice” quer dizer “este cálice que agora que começo a falar contém vinho, e ao terminar não será mais vinho, mas o meu próprio sangue”.

“Isto é o meu corpo” e “este cálice... é o meu sangue”. Os Apóstolos tomaram as palavras de Jesus literalmente. Aceitaram como um fato (e que ato de fé, essa aceitação!) que a substância que ainda parecia pão era agora o Corpo de Jesus; e que a substância que continuava a parecer vinho era agora o Sangue de Cristo.

Esta foi a doutrina que os Apóstolos pregaram à Igreja nascente. Esta foi a crença universal dos cristãos durante mil anos. No século XI, um herege chamado Berengário pôs em dúvida a verdade da presença real, e ensinava que Jesus falou apenas em sentido figurado e, assim, o pão e o vinho consagrados não eram *realmente* seu corpo e seu sangue. A heresia de Berengário foi condenada por três concílios, e Berengário retratou-se do seu erro e voltou ao redil. A doutrina da presença real permaneceu indiscutida por outros quinhentos anos.

No século XVI, chegaram Lutero e a reforma protestante. O próprio Lutero não negou inteiramente a presença real de Jesus na Eucaristia. Admitia que as palavras de Jesus eram demasiado terminantes para que fosse possível explicá-las de outro modo. Mas Lutero queria abolir a Missa, bem como a adoração de Jesus

presente no altar. Por isso, tratou de resolver o seu dilema ensinando que, embora o pão continuasse a ser pão e o vinho, vinho, Jesus se faz presente juntamente com as substancias do pão e do vinho; mas sustentava que Jesus está presente apenas no momento em que se recebe o pão e o vinho; não antes nem depois. Outros reformadores protestantes foram mais longe que Lutero e acabaram por negar completamente a presença real. Tanto eles como os teólogos protestantes que lhes sucederam sustentam que, quando Jesus disse: “Isto é o meu corpo” e “Isto é o meu sangue”, lançou a mão de um recurso de linguagem, e que o que queria dizer era: “Isto *representa* o meu corpo” ou “Isto é um *símbolo* do meu sangue”. Na sua tentativa de alterar as palavras de Cristo, tiveram que valer-se de todo tipo de interpretações inverossímeis, mas deixaram sem resposta as razões realmente sólidas que provam que Jesus disse o que queria dizer e que quis dizer o que disse.

A primeira delas reside na solenidade da ocasião: a noite anterior à sua morte. Nela, Jesus faz o seu testamento, deixa-nos a sua [p. 263] última vontade. Um testamento não é lugar apropriado para empregar uma linguagem figurativa; mesmo sob circunstâncias as mais favoráveis, os tabeliães têm, às vezes, dificuldade em interpretar as intenções do testador, quanto mais se este emprega uma linguagem simbólica.

Mais ainda: sendo Deus, Jesus sabia que, em consequência das palavras que ia pronunciar naquela noite, milhões e milhões de pessoas lhe prestariam culto sob a aparência de pão. Se não tivesse querido estar realmente sob essas aparências, os adoradores prestariam culto a um simples pedaço de pão e incorreriam no pecado de idolatria, e isto, certamente, não é coisa a que o próprio Deus quisesse induzir-nos, preparando o cenário e utilizando obscuros modos de falar.

Que os Apóstolos tomaram literalmente as palavras de Jesus, é evidente, pois se baseia no fato de os cristãos terem crido desde os primórdios na presença real de Jesus na Eucaristia. De ninguém mais, além dos Apóstolos, poderiam ter obtido tal crença. E quem melhor do que estes nos poderia dizer o que Cristo quis dizer? Os Apóstolos estavam lá; podiam ter perguntado a Jesus —e certamente o fizeram— todas as questões que lhes ocorressem sobre o significado das palavras que acabavam de ouvir. Às vezes, tendemos a esquecer que os Evangelhos registram apenas uma pequena parte do que se passou entre Jesus e os Apóstolos. Compilar três anos de diálogo, de perguntas e respostas, de ensinamentos, requeria um bom montão de livros.

Quando, na noite da Quinta-Feira Santa, Jesus pronunciou as palavras: “Isto é o meu corpo” sobre o pão, e “Isto é o meu sangue” sobre o vinho, os Apóstolos tomaram essas palavras ao pé da letra, coisa que a sua conduta posterior nos prova claramente. Se Jesus lançou mão de uma metáfora, se o que na realidade quis dizer era: “Este pão é como que um símbolo do meu corpo e este vinho significa o meu sangue; portanto, cada vez que os meus seguidores se reunirem e participarem de um pão e um vinho como estes, honrar-me-ão e representarão a minha morte”; se foi isto o que Jesus quis dizer, então todos os Apóstolos o entenderam mal. E, através da sua interpretação errônea, toda a cristandade, durante muitos séculos, esteve adorando um pedaço de pão como se fosse Deus.

É totalmente insensato pensar que Jesus pudesse permitir que os seus discípulos caíssem num erro tão grave. Em outras ocasiões, em muitíssimas outras ocasiões, e tratando-se de matérias muito menos importantes que esta, Jesus corrige os seus Apóstolos quando o interpretam mal. Para citar um só exemplo, no Evangelho de São Mateus (16, 6-12), Jesus diz aos seus

Apóstolos que estejam [p. 264] prevenidos contra o fermento dos fariseus e dos saduceus. Eles pensam que lhes está falando de pão real, e cochicham entre si que não têm pão. Pacientemente, Jesus esclarece-lhes que está falando dos *ensinamentos* dos fariseus e saduceus, não do pão que se come. Em outras ocasiões, quando Jesus se serve de metáforas, o próprio escritor sagrado nos esclarece o respectivo significado, como naquela ocasião em que Jesus disse: “Destruí este templo, e eu o reedificarei em três dias”, e João explica imediatamente que Ele se referia ao templo do seu corpo (2, 19-21). Encontramos incidentes parecidos em grande abundância nos Evangelhos, e, no entanto, querem agora fazer-nos crer que, no momento solene da Última Ceia, Jesus utilizou modos de dizer novos e estranhos, sem se dar ao trabalho de explicar qual era o seu significado.

Porque *são* modos de dizer novos e estranhos. Nem o pão é um símbolo natural do corpo humano, nem o vinho um símbolo natural do sangue. Se alguém cortasse uma fatia de pão e a oferecesse a outro comensal, dizendo-lhe: “Isto é o meu corpo”, este pensaria logo que estava diante de um gozador ou de um louco varrido. E é blasfemo tratar de explicar a Jesus qualquer das duas alternativas.

Como recurso literário, só é válido lançar mão de um modo de dizer quando o seu significado é claro. Esta clareza pode resultar da natureza da afirmação, como quando mostro uma fotografia e digo: “É a minha mãe”, ou aponto um menino irrequieto e digo: “É uma máquina de movimento contínuo”, ou digo de um cavalo veloz: “É um raio”; ou quando me ponho a explicar o sentido da metáfora; por exemplo, quando coloco uns fósforos sobre a mesa e digo: “Esta é a minha casa, e aqui está a sala de jantar”. Mas, nem pela natureza da afirmação, nem por

explicações dadas, as palavras “Isto é o meu corpo” fazem sentido como metáfora.

A idéia de que Jesus teria falado em metáforas na Última Ceia torna-se ainda mais incrível se tivermos em conta que se dirigia a homens que, na sua maioria, eram uns pobres e incultos pescadores. Não tinham sido educados nas subtilezas da retórica. Mais ainda, antes de o Espírito Santo ter descido sobre eles, assombram-nos pelo seu lento entendimento das coisas. Temos um exemplo na passagem da ressurreição de Lázaro. Lemos em São João (11, 11-14) que, quando Jesus disse: “O nosso amigo Lázaro dorme, mas eu vou despertá-lo”, os discípulos replicam: “Senhor, se Lázaro dorme, ficará bom”. Então Jesus disse-lhes claramente: “Lázaro morreu”. Eram mentalidades difíceis para lhes falar em metáforas!

Outra indicação de que Jesus não falava em metáforas ao instituir a Eucaristia, achamola nas palavras com que São Paulo [p. 265] conclui o seu relato da Última Ceia (1Co 11, 27-30): “Portanto, quem comer este pão e beber o cálice do Senhor indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e então coma do pão e beba do cálice; pois aquele que o come e bebe indignamente, come e bebe a sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor”. É duro dizer que um homem se torna réu do Corpo e do Sangue do Senhor, que come e bebe a sua própria condenação, se o pão não é mais do que pão, mesmo que seja pão bento, e o vinho não é senão vinho, mesmo que seja um vinho sobre o qual se pronunciaram umas orações.

Nós, certamente, não necessitamos de provas como as que aqui se esquematizaram para crer na presença real de Jesus Cristo na Sagrada Eucaristia. Cremos nessa verdade não por provas

racionais, mas, primordialmente, porque a Igreja de Cristo, que não pode errar em matérias de fé e moral, assim no-lo diz. Mas sempre é útil conhecer as dificuldades com que tropeçam os que procuram interpretações pessoais nas palavras de Nosso Senhor.

Nós preferimos seguir a regra da sensatez que diz que, para conhecer o significado de uma coisa que se disse, não há melhor caminho do que perguntar a quem a ouviu ou que estava lá. Os Apóstolos estavam lá; os primeiros cristãos, os que escutaram a pregação dos Apóstolos, em certo sentido, estavam lá. Mesmo nós, que herdamos uma tradição ininterrupta, em certo sentido, estávamos lá. Independentemente de ser um dogma definido pela Igreja, preferimos crer nos ensinamentos dos Apóstolos e na crença unânime dos cristãos durante mil e quinhentos anos, em vez de prestar ouvidos aos ensinamentos desconhecidos dos reformadores protestantes. Homens como Lutero, Carlstadt, Zwinglio ou Calvino exigem demasiado quando nos pedem para crer que durante quinze séculos os cristãos permaneceram no erro e que, de repente, eles, os reformadores protestantes, encontraram a resposta certa.

JÁ NÃO É PAO

Que aconteceu exatamente quando Jesus disse na Última Ceia (e os sacerdotes esta manhã na Missa): “Isto é o meu corpo” sobre o pão, e “Este é o cálice do meu sangue” sobre o vinho? cremos que a substancia do pão deixou de existir completa e totalmente, e que a substancia do próprio Corpo de Cristo substituiu a substancia do pão, que ficou aniquilada. cremos também que Jesus, pelo seu poder onipotente como Deus,

preservou as aparências do pão e do vinho, apesar do fato de as respectivas substancias terem desaparecido. [p. 266]

Por “aparências” de pão e de vinho entendemos todas as formas externas e acidentais que de um modo ou de outro podem ser percebidos pelos sentidos da vista, do tato, do paladar, do ouvido e do olfato. A Sagrada Escritura ainda parece pão e vinho, ainda sabe e cheira a pão e vinho, ainda é sensível ao tato como pão e vinho, e, se a partíssemos ou derramásemos, soariam a pão e vinho. Inclusive se a submetêssemos a um exame microscópico, eletrônico ou radiológico, só poderíamos perceber nela as qualidades do pão e do vinho. Com efeito, a observação humana só pode obter a aparência externa de *qualquer* coisa. A sua configuração, a sua reação a determinadas circunstancias, as leis físicas a que parece obedecer, são as únicas questões que a ciência pode investigar. Mas a substancia de uma coisa, o que lhe está subjacente, a substancia *como* substancia, está fora do alcance dos sentidos e dos instrumentos humanos.

Hoje em dia, a ciência da física nuclear teoriza que toda matéria é uma forma de energia; que toda matéria se compõe de partículas em movimento, carregadas eletricamente. A diferença entre um pedaço de madeira e um pedaço de ferro é simplesmente a diferença entre o número, a velocidade e a direção das partículas carregadas eletricamente que compõem os dois materiais. Mas se o físico consegue fotografar com uma câmara eletrônica algumas dessas partículas, ainda continua manejando aparências. A substancia *como* substancia, aquilo que faz uma coisa ser o que é e não outra coisa, continua a estar fora do alcance dos cientistas. Todo este tema da relação da “substancia” (o que uma coisa é) como os “acidentes” (as qualidades perceptíveis de uma coisa) é uma questão filosófica, e não podemos estender-nos aqui na sua análise. Basta-nos saber, como sabemos, que, pelas palavras da

consagração, a substancia do corpo de Cristo substitui a substancia do pão, e que a substancia do sangue de Cristo substitui a substancia do vinho, ao mesmo tempo que permanecem as aparências do pão e do vinho.

Evidentemente, é um milagre; um milagre contínuo, realizado centenas de milhares de vezes por dia pelo poder infinito de Deus. A bem dizer, é um duplo milagre: é o milagre da transformação do pão e do vinho em Jesus Cristo; e o milagre adicional pelo qual Deus mantém as aparências do pão e do vinho, ainda que a substancia subjacente tenha desaparecido, como se o rosto de uma pessoa permanecesse num espelho depois de esta se ter retirado.

A mudança operada pelas palavras da consagração é de um tipo especial, e a Igreja teve de cunhar um termo especial para a designar: *transsubstanciação*, que, literalmente, significa a passagem de uma substancia para outra; neste caso, uma singular espécie de mudança. [p.267] Na vida ordinária, estamos acostumados a muitas espécies de mudanças. Às vezes, são mudanças apenas aparentes, como quando a água gela e se torna sólida, ou um pedaço de barro é modelado e se torna um vaso. Vemos também mudanças que afetam tanto a substancia como os acidentes, como quando o vinho se transforma em vinagre, ou o carvão sob pressão se torna um diamante. Tem havido mudanças milagrosas deste gênero, como a que Jesus operou em Cana, mudando a água em vinho.

No entanto, em lugar nenhum da ordem natural e, pelo que conhecemos, também na ordem sobrenatural, se produzem mudanças semelhantes à que se opera no pão e no vinho pelas palavras da consagração: uma mudança de substância sem mudança de aparências. Por esta razão, a palavra

“transubstanciação” se aplica exclusivamente a esse milagre cotidiano.

Ainda que, pelas palavras da consagração o corpo de Jesus se torne presente sob as aparências do pão, e o seu sangue sob as aparências do vinho, sabemos que a Pessoa de Jesus, ressuscitado dentre os mortos, não pode ser dividida. Onde está o seu corpo, deve estar também o seu sangue; e onde estão o seu corpo e o seu sangue, devem estar também a sua alma e a sua natureza divina, a que estão unidos o seu corpo e o seu sangue. Em consequência, pelas palavras “Isto é o meu corpo”, torna-se presente não só o corpo de Jesus, como também –pelo que os teólogos chamam “concomitância”, quer dizer, por força da sua unidade de Pessoa– o seu sangue, alma e divindade. O mesmo ocorre na consagração do vinho.

É por esta razão que não é necessário receber a Comunhão sob as duas espécies de pão e vinho, embora se possa fazê-lo nos casos previstos pelas normas litúrgicas. Se a recebemos sob qualquer das duas, seja pão, seja vinho, recebemos Jesus *todo*, completo e inteiro.

Jesus Cristo, todo e inteiro, está presente na Sagrada Eucaristia sob as aparências do pão e do vinho. Está presente simultaneamente em cada uma das hóstias consagradas de cada altar de todo o mundo e em cada cálice consagrado onde quer que se celebre a Santa Missa. Mais ainda, Jesus todo e inteiro está presente em cada partícula consagrada e em cada gota de vinho consagrado. Se a sagrada hóstia se divide –como o sacerdote faz durante a Missa–, Jesus está totalmente presente em cada uma das partes. Se caísse ao chão uma partícula da hóstia consagrada ou se

derramasse uma gota do cálice, Jesus estaria presente todo e inteiro nessa partícula e nessa gota. [p. 268]

É por isso que os panos de altar têm que ser lavados com a máxima reverência, porque poderia haver aderida a eles uma partícula das Sagradas Espécies. Estes panos de altar compreendem o corporal, sobre o qual se coloca a patena com a hóstia e o cálice consagrados durante a Missa; a p ala, o pano quadrado que cobre o cálice durante a Missa; e o sanguíneo, o pano com que o sacerdote enxuga os lábios depois de consumir o precioso Sangue e seca os dedos e o cálice depois de lavar o cálice com vinho e água, ou só com água. Jesus, evidentemente, não deixa o seu lugar no céu, “à direita do Pai”, para se tornar presente na Sagrada Eucaristia. Permanece no céu e está no altar. Quem se faz presente sob as aparências do pão e do vinho é o corpo *glorificado* de Jesus, o seu corpo tal como está no céu.

Na Sagrada Eucaristia, Jesus está presente tal como é *no tempo* dessa presença. Na Última Ceia, por exemplo, foi o corpo “passível” de Jesus (quer dizer, ainda mortal) que se tornou presente quando pronunciou as palavras da consagração, pois ainda não tinha morrido. Se os Apóstolos tivessem celebrado Missa naquelas horas em que Jesus permaneceu no sepulcro, o que se teria tornado presente seria o seu corpo morto; sob as aparências do pão teria estado o seu corpo sem o sangue, e sob as aparências do vinho, o seu sangue sem o corpo, pois este estava empapando o solo do Calvário. Teria estado presente também a sua natureza divina, visto que corpo e sangue estão inseparavelmente unidos ao Filho; mas teria estado ausente a alma, que se achava no limbo.

A presença de Jesus na Eucaristia –sob dimensões tão pequenas e em tantos lugares ao mesmo tempo- parece suscitar

duas aparentes dificuldades: Como pode um corpo humano estar presente num espaço tão pequeno? Como pode um corpo humano estar em vários lugares ao mesmo tempo? Estas dificuldades, é claro, são apenas aparentes. Deus assim o fez: portanto, pode ser feito. Deve-se recordar que Deus é o autor da natureza, o amo e o senhor da Criação. As leis físicas do universo foram estabelecidas por Deus, e Ele pode suspender a sua ação se assim o quiser, sem que o seu poder infinito tenha que fazer nenhum esforço.

É verdade que, segundo a experiência humana, um corpo deve ter determinada “extensão”, isto é, deve ocupar determinado espaço. Segundo a nossa experiência, um corpo deve estar num só lugar de cada vez. A multilocação (estar em vários lugares ao mesmo tempo) é algo desconhecido para nós. Pode-se, pois, afirmar que um corpo sem extensão no espaço, ou que ocupe vários lugares ao mesmo tempo, é um impossível físico; isto é, impossível para as leis [p. 269] físicas. Mas estes fenômenos não são impossíveis metafisicamente; quer dizer, não há contradição inerente na idéia de um corpo sem extensão ou na idéia da multilocação. Uma contradição inerente os tornaria absolutamente impossíveis; estaria neste caso, por exemplo, a idéia de um círculo quadrado, que é uma contradição nos seus próprios termos.

Talvez isto nos arraste excessivamente para o campo da filosofia. Mas os pontos que nos interessa deixar claro são: primeiro, que Jesus não está presente na Eucaristia em miniatura. Está ali na plenitude da sua Pessoa glorificada, de uma maneira espiritualizada, sem extensão nem espaço. Não tem altura, nem largura ou espessura.

O segundo ponto é que Jesus não se multiplica: não passa a haver muitos Jesuses; também não se divide entre as diferentes hóstias. Há um só Jesus, completo e indiviso. A sua multilocação não é resultado de multiplicações ou divisões, mas da suspensão

da lei no espaço relativamente ao seu sagrado corpo. É como se estivesse num lugar, e todas as partes do espaço fossem atraídas para Ele. É fácil ver a razão pela qual a Eucaristia é chamada –e é- o sacramento da unidade. Quando comungamos –nós e os nossos companheiros de comunhão do mundo inteiro-, estamos onde Ele está. O espaço se dissolveu para nós, e todos juntos somos um em Cristo.

Quanto tempo permanece Jesus na Sagrada Eucaristia? O tempo que permanecem as espécies do pão e do vinho. Se um fogo repentino destruísse as hóstias consagradas do sacrário, Jesus não se queimaria. As aparências do pão e do vinho se transformariam em cinzas, mas Jesus já não estaria lá. Quando, depois de comungarmos, o nosso processo digestivo destrói as aparências do pão, Jesus já não permanece corporalmente em nós; só fica a sua graça.

O PÃO, O VINHO E O SACERDOTE

Na Última Ceia, Jesus transformou o pão e o vinho no seu próprio corpo e sangue. Ao mesmo tempo, mandou os seus Apóstolos repetirem a mesma ação sagrada no futuro. “Fazei isto em minha memória”, foi o encargo solene que lhes deu. Evidentemente, Jesus não manda coisas impossíveis e, portanto, juntamente com esse mandato conferiu-lhes o poder necessário para transformarem o pão e o vinho no seu corpo e sangue. Com as palavras “Fazei isto em minha memória”, Jesus converteu os seus Apóstolos em sacerdotes.

O poder de transformar o pão e o vinho no corpo e no sangue do Salvador foi transmitido pelos Apóstolos aos homens que deveriam perpetuar o seu trabalho e partilhar da sua missão

quando [p. 270] eles se fossem embora. E estes, por sua vez, confeririam esse poder sacerdotal a outros. E assim, de geração em geração, durante quase dois mil anos, o poder do sacerdócio se foi transmitindo por meio do sacramento da Ordem Sagrada. De bispo em bispo, chegou até os sacerdotes de hoje.

A ação litúrgica pela qual se transforma o pão e o vinho no corpo e no sangue do Senhor é a Santa Missa. A palavra “Missa” deriva do latim “missa”, que significa “despedida”. Por força de um costume da primitiva cristandade, este vocábulo passou a ser o nome da ação pela qual Jesus se torna presente na Eucaristia. À exceção dos batizados, ninguém estava autorizado a assistir ao sacrifício eucarístico. Os futuros conversos (chamados catecúmenos) tinham que deixar o recinto ao terminar a leitura do Evangelho e o sermão. Tanto a estes após o sermão, como ao resto da assembléia ao terminar a ação sagrada, o sacerdote dirigia a advertência oficial: “Ide, é a despedida”, em latim “Ite missa est”. Pelo uso, a palavra “missa” chegou a designar o sacrifício eucarístico completo.

Teremos ocasião de estudar mais adiante a Missa como sacrifício. Aqui queremos apenas indicar que é nela que o pão e o vinho são transformados no corpo e no sangue de Cristo, mudança que tem lugar quando o sacerdote, fazendo-se instrumento livre e voluntário de Cristo, pronuncia sobre as espécies das palavras do Senhor “Isto é o meu Corpo” e “Este é o cálice do meu Sangue”. De pé no altar, como representante visível de Jesus, o sacerdote humano “aciona” o poder infinito de Cristo, e Cristo, pela força do Espírito Santo, no mesmo instante se torna presente sob as aparências do pão e do vinho.

Nessas palavras –que são chamadas palavras da consagração- está a essência da Missa, e só elas, e não as demais

orações e cerimônias (à exceção da comunhão do sacerdote, que completa a Missa), *são* a Missa. Isto requer, naturalmente, que o sacerdote tenha a *intenção* de consagrar o pão e o vinho. Se, por exemplo, almoçando a uma mesa em que houvesse pão e vinho, um sacerdote se pusesse a narrar a Última Ceia aos demais comensais, e ao fazê-lo pronunciasse as palavras da consagração, é evidente que não haveria consagração, porque o sacerdote não teria essa intenção.

Só o pão feito de trigo se pode converter no corpo de Cristo, visto Jesus ter utilizado pão de trigo na Última Ceia. Se as palavras da consagração fossem pronunciadas sobre pão feito de outra espécie de grão, como aveia, centeio ou milho, por exemplo, não haveria transubstanciação.

Qualquer pão de farinha de trigo serve. No entanto, a Igreja de rito latino requer que só se utilize pão ázimo, quer dizer, sem [p. 271] fermento. Esta antiqüíssima lei da Igreja de rito latino baseia-se em que, com toda a probabilidade, Jesus utilizou pão ázimo, visto ter celebrado a Última Ceia “no primeiro dia dos ázimos”, um período de sete dias em que os judeus só comiam pão sem fermento.

Não obstante, a Igreja Católica de rito grego, como a maioria das igrejas orientais, usa pão com fermento para a Missa, e é tão Missa como a nossa. Mas, quer tenha fermento quer não, o pão deve ser de trigo.

Como Jesus utilizou vinho de uva na Última Ceia, só se deve usar vinho de uva para a Missa. Se as palavras da consagração se pronunciassem sobre vinho feito de outra fruta (como vinho de cerejas ou de ameixas), não produziriam efeito. O corpo e o sangue do Senhor não se fariam presentes. Só o sumo puro fermentado de uva pode ser utilizado na Missa.

Uma vez que o pão e o vinho se tenham transformado no corpo e no sangue de Cristo, o nosso Salvador permanece presente enquanto as aparências do pão e do vinho se conservarem intactas. Por outras palavras, Jesus está presente na Sagrada Eucaristia não somente durante a Missa, mas enquanto as hóstias consagradas na Missa continuarem mantendo as aparências de pão. Isto quer dizer que devemos à Eucaristia a adoração que se deve a Deus, já que a Sagrada Eucaristia contém o próprio Filho de Deus. Adoramos a Eucaristia com culto de *latría*, que é o culto reservado exclusivamente a Deus.

Na Igreja Primitiva, a adoração a Jesus sacramentado se praticava apenas dentro da Missa. A devoção ao Santíssimo Sacramento fora dela –tão familiar nos nossos dias- desenvolveu-se lenta e gradualmente. Parece que os cristãos demoraram bastante tempo a aperceber-se plenamente do tesouro que tinham na Eucaristia. Só no século XII é que nasceu o costume de reservar a Sagrada Eucaristia para a adoração dos cristãos fora da Missa. A partir daí, a devoção ao Santíssimo Sacramento desenvolveu-se rapidamente.

Hoje, em cada igreja católica, há um tabernáculo, um sacrário. Esse tabernáculo (do latim “tabernaculum”, que significa “tenda”) é uma caixa coberta com um véu, que se identifica por uma luz que arde na lamparina do sacrário. Dentro dela, Jesus está presente, tanto na hóstia grande que se usa na bênção solene, e que se guarda numa caixa de metal, como nas hóstias pequenas, guardadas numa copa revestida de ouro –o cibório-, que é utilizada para distribuir a comunhão aos fiéis.

A partir do momento em que se começou a estender a devoção à Sagrada Eucaristia fora da Missa, três práticas devotas se [p. 272] tornaram universais: a festa e procissão do Corpus

Christi, a exposição e bênção com o Santíssimo Sacramento e a devoção das Quarenta Horas.

A festa do Corpus Christi, do Corpo de Cristo, originou-se na diocese de Liege, na Bélgica, no ano de 1246, e dezoito anos mais tarde o Papa Urbano IV estendeu-a a toda a Igreja. O Corpus Christi é celebrado sempre na quinta-feira seguinte ao domingo da Santíssima Trindade. Parte da celebração consiste na procissão do Corpus, que pode ser nesse dia ou no domingo seguinte, se houver razões para isso. Nessa procissão, a Sagrada Eucaristia é levada na chamada custódia ou ostensório, que significa literalmente caixa para mostrar. O ostensório é uma caixa circular de ouro, prata ou metal, montada sobre um suporte. Nas procissões e nas bênções solenes, a lúpula que contém a Sagrada Hóstia é inserida no ostensório, para que todos os participantes a possam ver.

O rito eucarístico a que chamamos bênção com o Santíssimo Sacramento foi introduzido gradualmente a partir da instituição da festa do Corpus Christi. Tornou-se costume expor o Santíssimo Sacramento para adoração dos fiéis, e logo houve um desenvolvimento adicional desse costume, concluindo-se o ato com a bênção dos assistentes, que o sacerdote dá com o Santíssimo. O rito da bênção, tal como hoje o conhecemos, remonta ao século XIV. Consiste num breve período de exposição e adoração, em que se medita a Sagrada Escritura, se cantam hinos, se dizem orações, se adora e reza em silêncio, terminando com a bênção que o sacerdote dá com o ostensório ou o cibório. É a bênção do próprio Jesus na Sagrada Eucaristia.

A devoção das Quarenta Horas foi iniciada em Milão, no século XVI. Originalmente, consistia em 40 horas ininterruptas de adoração ao Santíssimo Sacramento exposto, em comemoração das 40 horas em que o corpo de Jesus permaneceu no sepulcro. O

bispo, se o julgar oportuno, pode fixar a cada paróquia e comunidade religiosa certas datas para que cada semana, em algum lugar da diocese (a não ser que esta seja muito pequena), a devoção das Quarenta Horas se mantenha, e assim se ofereça a Jesus sacramentado uma adoração perpétua. Esta devoção costuma começar com o canto das Ladainhas dos santos e terminar com a procissão do Santíssimo Sacramento. [p. 273]

CAPÍTULO XXVII

A MISSA

COMEÇAMOS A MISSA

No capítulo anterior, estudamos a Sagrada Eucaristia como sacramento, o sacramento pelo qual Jesus Cristo nutre a nossa alma com a sua própria carne e sangue. Nesse estudo, referimo-nos ligeiramente à Missa, mencionando apenas que é a ação sagrada pela qual Jesus se torna presente sob as aparências do pão e do vinho. De passagem, vimos que o nome que os primeiros cristãos davam à Missa era “ação de graças” ou também “fração do pão”, expressões tomadas da narração da Última Ceia, em que se nos diz que Jesus, tendo tomado o pão, “deu graças, partiu-o e deu-o, dizendo: Isto é o meu corpo, fazei isto em minha memória” (Lc 22, 19).

É o momento de considerarmos a Missa com mais detalhe. Seria um grande erro pensar que a Missa não passa de um instrumento necessário para podermos receber a Sagrada Comunhão. A Missa é mais, muito mais do que isso. É verdade que é na Missa que o pão se transforma no corpo de Cristo, mas

deveríamos vê-la como um grande todo, do qual a nossa união com Jesus na comunhão é uma parte maravilha.

Mesmo quando recebemos a Sagrada Comunhão fora da Missa, deveríamos considerar essa comunhão como um prolongamento até nós da Missa em que foi consagrada a hóstia que agora recebemos. Nos alvares da Igreja (quando as comunidades de fiéis eram muito pequenas), era costume o sacerdote, logo após a Missa, levar a Sagrada Comunhão aos que não tivessem podido estar presentes. A esses irmãos ausentes, a Sagrada Comunhão levava a graça sacramental, mas estabelecia também um laço de união com Cristo na Missa que havia sido oferecida, e com os irmãos que tinham comido do mesmo santo Pão. Quando as circunstâncias nos [p. 274] obrigarem a comungar fora da Missa, devemos ver a nossa comunhão a essa luz.

Bem, se a Missa não é simplesmente a cerimônia preparatória da comunhão, que é a Missa?

Antes de mais nada, é um memorial de Nosso Senhor. “Fazei isto em minha memória”, disse Jesus ao ordenar sacerdotes os seus Apóstolos. É inerente ao coração humano o desejo de conservar viva a lembrança das pessoas a quem se amou ou se admirou. Quer se trate de um retrato desbotado de nossos falecidos pais, ou de um monumento a um herói nacional, o mundo está semeado de memoriais. Nosso Senhor Jesus, que tanto nos ama e que tanto deseja o nosso amor, deixou-nos um memorial de Si mesmo como só Deus o podia conceber. Não é um quadro, um monumento, uma estátua; é a presença viva de Si mesmo, que vem diariamente a nós na Missa.

Na Missa, temos o próprio Corpo e o próprio Sangue de Jesus imolado na Cruz. Nela, Jesus continua através do tempo o oferecimento de Si no Calvário, aplicando à nossa alma os méritos que nos ganhou no Gólgota.

Não é apenas a sua morte que recordamos na Missa, mas também a sua ressurreição, pela qual Jesus nos arrebatou das garras da morte, de uma vez para sempre; e também a sua Ascensão aos céus, à glória para a qual nos predestinou, e que partilhará conosco, se nós o quisermos.

Além de ser uma recordação de Nosso Senhor, a Missa é um banquete sagrado. À sua mesa, Jesus alimenta-nos com o seu próprio corpo e sangue. Já examinamos com certo vagar este aspecto da Sagrada Eucaristia, mas pode ter interesse histórico verificar como os primeiros cristãos seguiam o exemplo de Jesus ao inserirem a celebração da Eucaristia numa ceia.

Era um tipo especial de ceia, um “ágape”, palavra grega que significa “festa da amizade”. A comunidade cristã reunia-se na casa de algum de seus membros, pois, naturalmente, ainda não havia templos. Cada um trazia a sua própria comida e bebida, de acordo com as suas poses; uns muita, outros pouca ou nenhuma. A comida era repartida entre todos, como manifestação de amor mútuo. No fim da ceia, quem presidia, isto é, o bispo, celebrava a Eucaristia, segundo o exemplo de Cristo.

Mas começaram a introduzir-se abusos nesse costume. Alguns cristãos ricos começaram a comer a sua própria comida, sem reparti-la com os irmãos mais pobres, e alguns chegaram a beber em excesso. Por esses abusos, São Paulo repreende os coríntios na primeira carta que lhes dirige (11, 20-22): “E quando vos reunis, não é para comer a ceia do Senhor, porque cada um se antecipa a tomar a sua própria refeição, e, enquanto uns passam fome, outros estão [p. 275] ébrios. Porventura não tendes casas para comer e beber? Ou em tão pouco tendes a igreja de Deus, e assim envergonhais os necessitados? Que vos direi? Louvar-vos-ei? Nisto não vos louvo”.

Por causa destes abusos, a “fração do pão” cedo se desligou da ceia chamada “ágape”, passando a celebrar-se de manhã, enquanto o ágape se tomava ao anoitecer. Na metade do século II, ficou fixado o costume de comungar em jejum, e duzentos anos depois o costume do ágape tinha cessado por completo. No entanto, a lição que o ágape nos dá –a necessidade de praticar a caridade como preparação continua para a comunhão- jamais deve ser esquecida.

A Missa é um memorial do Senhor Jesus. É um memorial perfeito, em que a sua Presença viva nos mantém vividamente conscientes dEle. É também um banquete divino, em que Deus provê a mesa com o seu próprio corpo e o seu próprio sangue. Mas é mais do que um memorial e mais do que um banquete. É sobretudo um sacrifício.

Com o transcorrer dos séculos, a palavra “sacrifício” perdeu grande parte do seu significado exato, e passou a indicar antes algo doloroso e, por isso, desagradável: a renúncia a alguma coisa que gostaríamos de ter ou de fazer.

Originalmente, no entanto, a palavra “sacrifício” tinha um só significado: aplicava-se à ação pela qual se oferece a Deus um dom, e esse é ainda hoje o seu sentido estrito e mais apropriado. Deriva de duas palavras latinas: *sacrum*, sagrado, e *facere*, fazer. Fazia-se sagrada uma coisa subtraindo-a à posse e ao uso humanos, e oferecendo-a a Deus por um ato simbólico de doação.

O desejo de oferecer dádivas a Deus parece estar profundamente arraigado no coração humano. Os primeiros sacrifícios de que se tem notícia são os que ofereciam os filhos de Adão, Caim e Abel. Que Deus queria ser honrado com dons oferecidos pelas suas criaturas, é sem dúvida uma verdade que Adão e Eva levaram consigo do Paraíso. No entanto, mesmo

prescindindo da revelação divina, tudo leva a concluir que a humanidade sempre experimentou um instinto irresistível de oferecer sacrifícios. Em toda a história, não se encontram povos ou tribos que não tenham oferecido sacrifícios. Às vezes, povos sumidos na ignorância de Deus renderam culto a muitos deuses falsos; outras, essa ignorância chegou a tal extremo que os levou a buscar o beneplácito divino mediante sacrifícios humanos. Mas, sempre e por toda a parte, o homem sentiu a necessidade de oferecer dons a Deus ou aos deuses.

Entre os povos que adoraram o verdadeiro Deus, distinguimos três períodos históricos. No período que vai de Adão a Moisés [p. 276] —a época patriarcal—, o povo de Deus tendia a viver em tribos unidas por laços de sangue e governadas por um patriarca, que era o progenitor mais velho ainda vivo, de quem descendiam os membros da tribo. Noé, por exemplo, foi um patriarca, como o foi Abraão. O patriarca era também o sacerdote da família (ou tribo) e presidia a oferta dos sacrifícios a Deus.

Quando Deus suscitou Moisés para conduzir o seu povo do Egito até à Terra Prometida, introduziu algumas mudanças: especificou detalhadamente que sacrifícios lhe deviam ser oferecidos daí por diante; e, ao mesmo tempo, constituiu um sacerdócio oficial e hereditário. A partir desse momento, seria Aarão (o irmão de Moisés) e seus descendentes varões quem ofereceria os sacrifícios por toda a nação judaica, e assim continuaria a ser até que se iniciasse, com a vinda de Cristo, o período final da história religiosa. Este período, que vai de Moisés até o advento do Messias, chama-se idade mosaica.

Com a vinda de Cristo, começou uma nova era, a era cristã, em que vivemos você e eu. Tudo o que antes dela aconteceu era preparação para a etapa final do plano divino para a salvação dos homens. As idades patriarcal e mosaica estiveram cheias de

profecias e figuras que, como postes indicadores numa estrada, apontavam para Cristo, a sua “boa nova” e o seu perfeito sacrifício.

Basta-nos recordar Melquisedec, sacerdote da idade patriarcal, que ofereceu ao Senhor pão e vinho (Gn 14, 18-20). E mais tarde, na idade mosaica, as profecias do Salmista sobre Jesus: “Tu serás sacerdote para sempre segundo a ordem de Melquisedeque” (Os 109, 4). Ou então o profeta Malaquias, que prediz o dia em que já não agradarão a Deus os sacrifícios de cordeiros e bois, porque “... desde a saída do sol até o ocaso, meu nome é grande entre os gentios, em todo lugar há sacrifícios e se oferece ao meu nome uma hóstia imaculada: porque meu nome é grande entre os gentios, diz o Senhor dos exércitos” (Mal 1, 11).

Isto faz voltar a nossa atenção para as razões pelas quais se afirma que a Missa é o sacrifício *perfeito*. Todos os sacrifícios anteriores à Missa tinham um grande defeito: para Deus, os dons oferecidos não tinham, em si, valor nenhum. Simplesmente devolviam a Deus as coisas que, para começar, Ele mesmo criara: touros, ovelhas, pão e vinho. Mesmo todo o ouro que é guardado nos bancos do mundo, em si, não teria valor nenhum para Deus. O Senhor se comprazia nas oferendas porque se dignava fazê-lo; aceitava graciosamente os nossos insignificantes dons por serem expressão do amor dos homens.

Mas no Sacrifício da Missa irrompe um elemento novo e [p. 277] maravilhoso: pela primeira vez e todos os dias, a humanidade pode já oferecer a Deus um Dom digno dEle: o dom do seu próprio Filho, um dom de valor infinito, digno de Deus infinito. Aqui temos um dom que Deus não só se digna aceitar, mas (atrevemo-nos dizer) tem que aceitar, um dom que Deus não pode recusar, um dom precioso aos seus olhos porque é um dom de Deus a Deus.

A Missa é as três coisas: memorial, banquete, sacrifício, mas, acima de tudo, é sacrifício. É *o* sacrifício, que durará enquanto o tempo durar.

QUE CONSTITUI O SACRIFÍCIO?

“Sócrates sacrificou o seu prestígio pessoal na jogada e passou a bola ao centro-avante, que marcou o primeiro gol do encontro”, lemos numa crônica esportiva. O uso do termo “sacrifício” para descrever uma jogada de futebol dá-nos uma idéia de como se pode deteriorar o significado de uma palavra com o correr dos anos.

Sabemos que, no seu sentido original, sacrifício é um dom feito a Deus. No entanto, nem todos os dons oferecidos a Deus são sacrifícios. Os cem cruzeiros com que contribuímos para as despesas da paróquia ou o par de calças velhas que damos às Conferencias vicentinas, ainda que ambos sejam dons oferecidos a Deus (se a nossa intenção é reta), não constituem um sacrifício no sentido estrito da palavra.

Num autêntico sacrifício, a oferenda é subtraída ao uso humano e de alguma maneira *destruída*, para significar que é um dom que se faz a Deus. Nos sacrifícios pré-cristãos, se ofereciam um animal, este era morto sobre o altar e, freqüentemente, consumido pelo fogo. Se ofereciam vinho, este era derramado no chão, diante do altar. Esta destruição do dom (nós o devolvemos a Ti, oh Deus!) é essencial à idéia de sacrifício.

Há um nome especial para o dom que se oferece a Deus em sacrifício: *vítima*. A palavra é outra das que tiveram alterado o seu

significado com o transcorrer dos séculos. Hoje em dia, falamos da vítima de um acidente ou de um estelionato. Mas, originalmente, a palavra latina “victima” significava especificamente o dom que se oferecia a Deus em sacrifício. E o mesmo sentido que “vítima” tem a palavra “hóstia”.

Outro ponto a sublinhar é que o sacrifício não é um ato de piedade individual. A oferenda de um sacrifício é um ato de culto social, quer dizer, de grupo. Isto significa que quem oferece um sacrifício não o faz em nome próprio, como indivíduo particular. [p. 278] Oferece-o em nome do grupo que representa, do qual ele é o porta-voz. Nos tempos pré-cristãos, o patriarca oferecia o sacrifício em nome da sua tribo ou família; o rei, em nome dos seus súditos; os filhos de Aarão, em nome dos israelitas.

E isto revela-nos o último requisito de um sacrifício genuíno: deve haver um sacerdote. Quem oferece um sacrifício deve ter o direito de representar o grupo em cujo nome faz a oferenda. Seja patriarca-sacerdote, rei-sacerdote ou aaromita-sacerdote, deve ter o direito de se dirigir a Deus em nome do povo de Deus. É curioso observar que a palavra “sacerdote” é uma das que não adquiriram significados diferentes. Ainda hoje, quando se usa literalmente, *sacerdote* tem um sentido específico: o homem que oferece sacrifícios. Por essa razão, não se chama sacerdotes aos ministros das seitas protestantes: eles não oferecem sacrifícios, não crêem neles.

Passo a passo, construímos a definição de sacrifício. Podemos agora descrevê-lo como “a oferenda de um dom (chamado vítima) que um grupo faz a Deus, e a destruição dessa vítima para indicar que é um dom feito a Deus, realizado por alguém (chamado sacerdote) que tem o direito de representar esse grupo”.

Devemos ter idéias claras sobre a razão pela qual chamamos à Missa o Santo Sacrifício. Tem todos os elementos essenciais a um verdadeiro sacrifício. O primeiro e o principal é que há a oferta de um dom infinitamente precioso, da vítima infinitamente perfeita: o próprio Filho de Deus. Há o grupo pelo qual o dom é oferecido: todos os cristãos batizados em união com o Vigário de Cristo na terra, o Papa; quer dizer, o Corpo Místico de Cristo. Há também o sacerdote: o homem que, por meio do sacramento da Ordem Sagrada, recebeu de Deus não só o mandato, mas também o *poder* necessário para oferecer a Deus este dom sublime, o poder de mudar o pão e o vinho no Corpo e no Sangue de Cristo.

O sacerdote humano, no entanto, não passa de uma figura secundária. É o próprio Jesus Cristo quem representa *realmente* o povo de Deus, um povo que Ele comprou com o seu sangue. É o próprio Cristo o sacerdote real de cada Missa; é Cristo-sacerdote quem oferece Cristo-Vítima a Deus por todos nós. O sacerdote humano é, simplesmente, o “instrumento vivo de Cristo-sacerdote”, como nos lembra o Concílio Vaticano II. Pelo sacramento da Ordem Sagrada, Jesus designou esse homem e deu-lhe poderes para ser seu agente livre e cooperante; para dizer as palavras pelas quais Cristo, num ponto determinado do tempo e do espaço, renova a oferta de Si mesmo feita na cruz.

E é aqui que se dá a destruição da Vítima. Cada Missa não [p. 279] é um novo sacrifício em que Jesus morre outra vez, mas a continuação e prolongamento –no tempo– da morte, de uma vez por todas, de Jesus na cruz. Usando uma expressão moderna, poderíamos dizer que Jesus nos reativa o sacrifício do Calvário. A Missa nos torna presente e eficaz, aqui e agora, a Vítima oferecida no altar da cruz. A morte de Jesus é muito mais que um fato histórico. É um sacrifício *eterno*. Não há ontem para Deus. Na sua

mente infinita, para a qual todas as coisas passadas são presente, Jesus pende eternamente da cruz.

Não é uma verdade fácil de captar, mas é a verdade: na Missa, o tempo e a distancia são aniquilados num sentido místico, e você e eu nos encontramos ao pé da cruz qual o Filho de Deus se oferece em reparação pelos nossos pecados.

Na Missa, Jesus Cristo Sacerdote, Vítima perfeita e Dom infinitamente precioso, se oferece a si próprio a Deus, por nós. Por que? Com que fim?

A Missa tem um fim quádruplo, e esses quatro objetivos têm um firme enraizamento na relação que existe entre Deus e nós. Deus é o Dono e Senhor de toda a criação. Tudo o que existe, foi Ele que o fez. Somos criaturas de Deus, propriedade de Deus; pertencemos-lhe em corpo e alma. Da própria natureza da relação de criatura para Criador, surgem certas obrigações iniludíveis.

A primeira de todas é reconhecer essa própria relação: reconhecer o infinito poder, sabedoria e bondade de Deus, reconhecer que Ele é tudo e nós não somos nada comparados com Ele. O próprio fim da nossa existência, a razão pela qual Deus nos fez, é dar-lhe glória. Abaixo de nível humano, as coisas criadas dão glória a Deus pelo simples fato de existirem. Os minerais, as plantas e os animais dão testemunho da grandeza de Deus simplesmente sendo o que são. Mas o caso do homem é diferente, e dele se espera mais. Com a sua alma imortal, com o seu livre arbítrio e as suas potencias de pensar e falar, o homem não pode ser um mero testemunho mudo da glória divina. Com a sua liberdade, que é seu privilégio exclusivo, o homem deve dar glória a Deus livremente, deve cantar livremente os louvores divinos.

Em resumo, o homem deve *adorar* a Deus. Adora a Deus é o primeiro dos deveres do homem, o elemento mais essencial da

oração, o fim primordial de todo sacrifício. Em consequência, a adoração é o fim primordial da Missa. Na Missa, pela primeira vez, a humanidade pode adorar a Deus *adequadamente*, na pessoa do próprio Filho de Deus, que nos representa.

Depois da adoração, o segundo dos nossos deveres para com Deus é a gratidão. Sendo Deus a fonte de todo o bem, sabemos [p. 280] que tudo o que somos, temos ou esperamos, vem de Deus. Nem sequer poderíamos continuar a existir se Ele nos deixasse fora da sua mente por um simples instante. A vida física e a vida espiritual, as graças que continuamente recebemos todos os dias, o amor e a amizade, as ondas da televisão e a água que sai da torneira: tudo, absolutamente tudo, é de Deus e a Ele devemos agradecer. Dar graças é, pois, o segundo elemento essencial de toda oração e sacrifício verdadeiros.

É o segundo fim da Missa. Nela, Jesus Cristo oferece a Deus, em nosso nome, uma ação de graças que sobrepuja os dons que recebemos, uma ação de graças infinita, que a própria infinita bondade de Deus não pode superar.

Além de adorar e dar graças, a nossa relação com Deus impõe-nos outro dever: o de pedir a Deus as graças de que nós e os demais homens necessitamos para alcançar o céu. Dotando-nos de uma vontade livre, Deus fez com que a nossa salvação dependesse da nossa livre cooperação; Ele não nos força a aceitar umas graças que não queremos. Mostramos a nossa disposição de cooperar quando pedimos a Deus as graças de que necessitamos.

Deus fez também com que, em certo grau, a nossa salvação dependesse dos outros. Jesus Cristo dignou-se fazer-nos participar do seu trabalho redentor; as nossas orações beneficiam os outros, do mesmo modo que as dos outros nos beneficiam. Posto que é lei de Deus que amemos os outros como a nós mesmos, é lógico que tenhamos que rezar por eles –pelas graças de que necessitam-,

como rezamos por nós. Naturalmente, rezamos pelos que estão ligados a nós por laços de sangue, de dever ou de afeto; mas as nossas orações devem ir mais longe e abranger todos os homens. Se queremos, podemos pedir favores temporais —e Deus se compraz nos nossos pedidos—, mas *devemos* pedir pelas nossas necessidades espirituais e pelas do próximo. A petição é o terceiro fim pelo qual se oferece a Missa, e é o próprio Jesus Cristo quem nela intercede conosco e por nós.

Além de adorar, dar graças e pedir, devemos a Deus reparação pelos nossos pecados. Pela própria natureza da nossa relação com Deus —a de uma criatura com o seu Criador—, devemos obediência absoluta à vontade divina. Rebelar-nos pelo pecado contra esse Deus que nos fez é um ato de injustiça infinita, e ao mesmo tempo uma ingratidão monstruosa. Se assim nos rebelamos, é nossa obrigação restaurar a balança da justiça reparando o nosso pecado. Mais ainda, dada a unidade do gênero humano e a interdependência entre todos, é também necessário que ofereçamos reparação pelos pecados alheios. Devemos recordar de novo que Deus quer que participemos da obra redentora de seu Filho. [p. 281]

Nenhum de nós pode oferecer uma satisfação adequada pelo pecado; só Jesus podia, e na cruz o fez, e na Missa continua todos os dias a fazê-lo, tirando-a daquele depósito inesgotável. O valor infinito da satisfação de Cristo pelo pecado não dispensa, evidentemente, a nossa reparação pessoal. É precisamente pela infinita satisfação pelo pecado, que Jesus ofereceu na cruz, que os nossos atos de reparação, oferecidos em união com os de Cristo, ganham valor aos olhos de Deus. Este é o quarto dos fins pelos quais se oferece a Missa: reparação a Deus pelos pecados dos homens.

Adorar a Deus, dar-lhe graças, pedir a sua graça e reparar o pecado: ao assistirmos à Missa, esses quatro fins devem ter preferência em nossas intenções quando oferecemos o Santo Sacrifício. No nosso apreço pela Missa, a glória de Deus deve ter precedência sobre as graças que ela nos consegue.

CADA MISSA É A NOSSA MISSA

O fim primordial da Missa é dar honra e glória a Deus. No entanto, os efeitos da Missa não se detêm aí; oferecendo a sua infinita homenagem a Deus, Jesus Cristo também alcança grandes graças para nós. As graças que Deus, pelos méritos de seu Filho, nos concede na Missa chamam-se “frutos” da Missa.

Os teólogos distinguem três espécies de frutos na Missa. O primeiro é o fruto *geral*. Em consonância com a intenção de Nosso Senhor e da sua Igreja, o sacerdote oferece em cada Missa o Santo Sacrifício pelos presentes; pela Igreja, pelo Papa e pelo bispo da diocese; por todos os fiéis cristãos, vivos e defuntos, e pela salvação de todos os homens. Por vontade de Cristo e da sua Igreja, estas intenções estão presentes em cada Missa, e o sacerdote que a oferece não pode excluí-las nem que queira. As graças que resultam dessa intenção são as que poderíamos chamar “graças comuns” da Missa.

O grau em que cada alma a recebe dependerá em grande parte da união com que participe da Missa e das suas próprias disposições interiores. O altar irradia essas graças comuns como ondas que abrangerão o mundo inteiro, mas elas encontram melhor acolhida nos corações melhor dispostos. Essas graças crescem especialmente nas pessoas unidas em espírito e todas as Missas que se oferecem em toda a parte; aí está uma intenção que

deveríamos fazer nossa todos os dias, nas orações da manhã. Nalgum lugar, em qualquer momento das vinte e quatro horas do dia, está-se oferecendo uma Missa; deveríamos ter o desejo de participar em cada uma delas. [p. 282]

É evidente que a aplicação do fruto geral da Missa não depende inteiramente das disposições daqueles por quem é oferecida. Se assim fosse, a Missa não produziria efeito nos pecadores ou descrentes por quem se oferece. A aplicação das graças da Missa depende da vontade de Deus, tanto como das disposições pessoais. Que a Missa causa a conversão de almas endurecidas e empedernidas, é uma verdade que todos experimentamos.

Além do fruto geral da Missa, temos o fruto *especial*, que se aplica à pessoa ou pessoas (vivas ou mortas) por quem a Missa é oferecida pelo celebrante. Quando damos uma espórtula para que se celebre uma Missa, esse fruto especial aplica-se às pessoas por quem se oferece a intenção da Missa, isto é, a nós ou a terceiros. Todos, sem dúvida, sabemos que o antigo costume de dar uma espórtula ao solicitar uma Missa tem a sua origem nas palavras de São Paulo (1Cor 9, 13) que dizem que aquele que serve o altar deve participar do altar. Não se deve perguntar nunca: “Quanto custa uma Missa?” A Missa tem valor infinito e não se pode fixar-lhe um preço. A espórtula não é um preço que pagamos, é uma oferta que fazemos. E quando o sacerdote aceita recebê-la, é obrigado em consciência, sob pena de pecado mortal, a procurar que essa Missa seja oferecida de acordo com as intenções do doador.

O costume de dar uma espórtula é, no fundo, uma grande vantagem para os fiéis. Poderia um sacerdote prometer dizer uma Missa por alguém e depois esquecer a sua promessa ou mudar de

opinião. Mas, uma vez que aceitou a espórtula, não se permitirá esquecê-la ou mudar de opinião.

Este fruto especial da Missa é simultaneamente –como dizem os teólogos- impetratório e propiciatório. “Impetratório” (de “impetrare”, pedir ou alcançar) significa simplesmente o poder de conseguir de Deus as graças e benefícios que pedimos. “Propiciatório” significa o poder de propiciar, de reparar pelos pecados. Como sabemos, as almas do purgatório têm uma só necessidade: a de serem libertadas do castigo temporal devido pelos seus pecados; compreende-se, pois, que o fruto especial da Missa seja inteiramente propiciatório quando é oferecida pelos mortos.

Não temos maneira de saber que parte do fruto propiciatório de uma Missa se aplica a determinada alma; por isso, seguimos o reto instinto de oferecer mais de uma Missa pela alma que desejamos ajudar. Também não temos maneira de saber quando termina o purgatório para certa alma; por conseguinte, é uma idéia boa ter uma intenção secundária ao oferecermos uma Missa por um defunto: “Senhor, se esta alma já está no céu, rogo-te que apliques o fruto desta Missa a esta ou àquela intenção”. [p. 283]

Além dos frutos geral e especial da Missa, há um terceiro: as graças que resultam da participação pessoal do sacerdote celebrante, e que contribuirão para a sua própria santificação e reparação de seus pecados. Este fruto é chamado fruto pessoal da Missa.

Uma Missa que se oferece por uma pessoa falecida não tem que ser necessariamente de defuntos. Normalmente, a Missa exequial –de corpo presente, de sétimo dia- será de réquiem, e se o calendário litúrgico o permite, a Missa de trigésimo dia e as de

aniversário serão também de defuntos. No entanto, há muitos dias de festa no calendário da Igreja que não permitem que se digam Missas de defuntos, mas isto não deve criar problemas àqueles que as solicitam. O fruto especial da Missa se aplicará igualmente à pessoa falecida, quer seja Missa de réquiem ou a própria do dia litúrgico.

Isto dá pé para outra questão que podemos comentar de passagem: o costume de oferecer Missas em honra de nossa Mãe Santa Maria e dos santos. É uma prática que remonta aos primeiros tempos da Igreja, quando se ofereciam Missas pelos mártires, nos aniversários da sua morte. Sabemos perfeitamente que não se pode oferecer a Missa a um santo; só a Deus pode ser oferecida. Mas é grato a Deus que honremos os seus amigos, os santos, comemorando-os especialmente no dia da sua festa. O princípio é o mesmo de qualquer devoção aos santos: dar glória a Deus honrando as obras mestras de sua graça: os seus santos. Quando oferecemos a Missa em honra de um santo, pedimos a esse santo que se una a nós para dar glória a Deus, e pedimos a Deus que nos conceda as graças que solicitamos por intercessão daquele santo. Por conseguinte, podemos oferecer uma Missa em honra da Santíssima Virgem ou de algum santo, e, ao mesmo tempo, aplicar o seu fruto especial a uma alma ou almas do purgatório.

A MISSA TEM HISTÓRIA

Ao lermos no Evangelho a descrição da Última Ceia e compararmos a sua simplicidade com as Missas que hoje se oferecem em nossas igrejas, percebemos que o cerimonial do Santo Sacrifício experimentou um grande desenvolvimento nestes

quase dois mil anos. É um desenvolvimento que é muito fácil de entender.

O sacrifício eucarístico que Jesus Cristo instituiu na noite de Quinta-feira Santa é uma pedra preciosa que Ele ofereceu à sua Igreja. Era uma jóia perfeita, sem impureza nenhuma, mas, como toda jóia, necessitava de um engaste apropriado para que a sua [p. 284] grandeza e formosura ressaltassem aos olhos de todos. Não é de surpreender, pois, que a Igreja, ao longo dos séculos, tenha modelado e embelezado o engaste que é o cerimonial da Missa que hoje conhecemos.

Eis aqui a descrição da Última Ceia segundo São Mateus (26, 26-28): “Enquanto comiam, Jesus tomou o pão, abençoou-o, partiu-o e, dando-o aos seus discípulos, disse: Tomais e comei, isto é o meu corpo. E, tomando o cálice e dando graças, deu-lho, dizendo: Bebei dele todos vós, que este é o meu sangue da aliança, que será derramado por muitos para remissão dos pecados.”

Temos já o Santo Sacrifício em essência, em básica simplicidade: a Consagração e a Comunhão. Além destes elementos essenciais do sacrifício, há outras circunstâncias incidentais que nos interessam. Vemos que Jesus “deu graças”. As palavras da sua ação de graças não foram recolhidas pelos evangelistas, mas está bem refletida na Oração Eucarística das Missas de hoje, e especialmente no Prefácio com que se inicia. Sabemos também pelo Evangelho de São João (13, 4-10) que Jesus colocou antes da Última Ceia a lavagem dos pés dos seus Apóstolos, um rito simbólico de purificação cujo eco encontramos no ato penitencial do começo da Missa. É também São João (13, 14-17) quem nos transmite as belíssimas palavras de Jesus aos seus Apóstolos na Última Ceia, de que é reflexo o sermão ou homilia que integra a liturgia das nossas Missas, especialmente das Missas dominicais.

As primitivas comunidades cristãs, quando se reuniam para a “fração do pão”, seguiam muito de perto o singelo cerimonial da Última Ceia. Mas os primeiros cristãos eram judeus, e, a princípio, não perceberam como devia ser completa a ruptura com a antiga religião do Antigo Testamento (abolida por Deus). Continuavam a assistir e a participar das cerimônias da sinagoga, e reuniam-se privadamente em grupos pequenos para a “fração do pão”. Quando foram expulsos da sinagoga por seus irmãos judeus, os cristãos começaram a antepor à “fração do pão” umas orações moldadas segundo as cerimônias da sinagoga. Essas cerimônias consistiam basicamente em duas leituras, uma do livro de Moisés e outra tomada dos demais profetas, seguidas de um sermão, e tudo entremeado de diferentes orações. Ao adotarem o modelo das sinagogas, os cristãos o “batizaram”: começaram a usar leituras do Novo Testamento juntamente com outras do Antigo. E assim se originou a primeira parte da nossa Missa de hoje (leituras do Antigo e Novo Testamento, Evangelho, homilia e outras orações). Na realidade, tratava-se de uma preparação para a Missa propriamente dita, que se chama Liturgia da Palavra e outrora era designada com o nome [p. 285] de Missa dos catecúmenos, porque, nos primeiros tempos da Igreja, era essa a única parte a que podiam assistir os possíveis conversos: enquanto não fossem batizados, não os deixavam assistir à Missa inteira.

A elaboração das cerimônias da Missa desenvolveu-se muito rapidamente. O esquema da Missa que hoje oferecemos ficou praticamente estabelecido no ano 150. um escritor cristão daquele tempo, São Justino Mártir, descreve-nos assim a Missa que então se oferecia: “Num dia cujo nome se toma do sol, os que moram na cidade e os do campo se reúnem e então, quando há tempo, lêem-se as memórias dos Apóstolos (quer dizer, os Evangelhos) e os

escritos dos profetas. Terminadas as leituras, o presidente (quer dizer, o sacerdote) dirige-nos um discurso (quer dizer, um sermão), em que nos pede encarecidamente que pratiquemos as belas lições que acabamos de ouvir”. Esta era a Liturgia da Palavra, como hoje a chamamos. São Justino descreve-nos em seguida a parte mais essencial da Missa, isto é, a Liturgia Eucarística.

“Então, leva-se pão e um cálice com água e vinho ao presidente dos irmãos, que os recebe e oferece louvores ao Pai de todos, em nome do Filho e do Espírito Santo, e depois prossegue com certa detenção, recitando uma prece de ação de graças (a que hoje chamamos de Oração Eucarística ou Cânon da Missa, em que se inclui a consagração), porque Ele nos fez dignos de participar desses dons. Quando termina as orações e a ação de graças, todo o povo presente responde: Amém”. (Este é o grande Amém da nossa Missa, que se diz depois do “Por Cristo, com Cristo, em Cristo”, logo antes do Pai Nosso).

“Depois da ação de graças do presidente e da resposta do povo, os diáconos, como se chamam entre nós, distribuem o pão e o vinho entre os que pronunciaram a ação de graças... e não os tomamos como alimento e bebida comuns; do mesmo modo como nos foi ensinado que, pela palavra de Deus, Jesus Cristo Nosso Senhor se encarnou, assim também estes alimentos, para os que tenham pronunciado as palavras de petição e ação de graças, são a verdadeira carne e sangue daquele Jesus que se fez homem e que entra na nossa carne e sangue quando o recebemos” (Cap. 65-67 da “Primeira Apologia”). Vemos aqui a Missa já muito perto da sua forma final.

No ano 150, a estrutura fundamental da Missa estava já estabelecida. No entanto, as orações nela contidas continuaram a desenvolver-se durante mais quatro séculos e meio. Nos tempos

do Papa São Gregório Magno, que morreu no ano 604, o desenvolvimento da Missa tinha chegado a um esquema muito parecido ao atual. [p. 286]

Durante o período que vai de São Justino a São Gregório, foi acrescentado um elemento de oração ao elemento de instrução que constituía a Missa dos catecúmenos, parte inicial da Missa. Nos tempos de São Justino, havia duas leituras, uma do Velho Testamento e outra dos Evangelhos, e a homilia (sermão). Nos de São Gregório, o *Intróito* ou canto de entrada, o *Kyrie* ou “Senhor”, tende piedade de nós”, o *Glória* e a *oração* (Coleta), se incluíam nessa parte, junto com as leituras e o sermão.

Já desde a sua origem, o *Intróito* foi um hino processional, que consistia num salmo escolhido para expressar o espírito da Missa do dia, gozosa, penitente ou triunfante. Cantavam-no o povo e o coro, enquanto o celebrante e seus ajudantes saíam da sacristia (situada então perto da porta de entrada da igreja), a caminho do altar. Vemos agora onde é que o Intróito (do latim “introitus”, que significa “entrada”) obteve o seu nome. No começo, era um salmo completo, mas, no século VIII, essas procissões solenes de entrada caíram pouco a pouco em desuso, e o Intróito tornou-se cada vez mais curto.

A procissão do Intróito é uma das quatro de que constava a Missa já em tempos remotos. As outras três eram a procissão do Evangelho, que atravessava a igreja até o “gradus” ou degrau em que o diácono cantava o Evangelho; a procissão do Ofertório, em que alguns membros da comunidade dos fiéis traziam ao altar as oferendas de pão e vinho e outros dons; e a procissão da Comunhão, em que os presentes se aproximavam em filas ordenadas para receber a comunhão. Em cada uma dessas procissões, o coro e o povo cantavam um salmo apropriado.

Felizmente, três dessas procissões –a do Intróito, a do Ofertório e a da Comunhão- foram restauradas pela reforma litúrgica realizada pelo Concílio Vaticano II.

Depois do Intróito vem o *Kyrie, eleison* (“Senhor, tende piedade de nós”). Esta súplica à misericórdia divina, que antes se dizia em língua grega, vem dos dias (antes do século IV) em que o grego era a língua litúrgica de Roma. O *Kyrie* é um vestígio de um antiqüíssimo costume romano. O povo congregava-se numa igreja (a igreja da assembléia) onde se reunia com o Papa ou outro bispo e seu séquito. De lá iam todos em procissão a outra igreja (chamada estacional) para a celebração da Missa. Durante essa procissão, todos juntos entoavam uma ladainha de aclamações a Deus. Quando essas procissões caíram em desuso (por volta do século VI), conservou-se uma versão abreviada como parte da Missa: o “Senhor, tende piedade de nós” e o “Cristo, tende piedade de nós”, que se mantém no Missal atual. [p.

287]

Não sabemos exatamente quando é que o *Glória* veio a fazer parte da Missa. Sabemos que, na sua origem, era cantado apenas na Missa da Noite de Natal, e, no século VI, na Missa dos domingos e em certas festas, mas unicamente pelo Papa. Aos sacerdotes comuns era permitido o canto do Glória só na Missa da Páscoa. Estas restrições só foram levantadas no século XII, quando o glória passou a fazer parte das Missas de caráter gozoso.

A oração que o sacerdote recita na Missa logo após o Glória (ou o *Kyrie*, se não há *Glória*), chama-se *Coleta*, ou simplesmente Oração. O nome *collecta* originou-se no fato de que, na época das Missas estacionais, esta oração era recitada pelo Papa ou por um bispo na igreja da assembléia ou reunião (*ecclesia collecta*), antes de a procissão partir para a igreja estacional. Quando estas

procissões cessaram, a Coleta passou a fazer parte integrante da Missa.

Para terminar a história desta primeira parte da Missa, resta apenas explicar como surgiram o Credo e a Oração dos Fiéis.

O Credo, embora fosse recitado algumas vezes durante a Missa dos primeiros séculos, somente foi estabelecido como parte oficial da liturgia no ano 1014, pelo papa Bento VIII. Depois de ouvir a palavra de Deus nas leituras, o Evangelho e o sermão, vemos como é próprio fazer uma declaração da nossa fé, recitando o Credo antes de se proceder à sagrada Ação da Missa.

A oração dos fiéis, tradicional nas liturgias dos primeiros séculos, consistia numa enumeração das intenções pelas quais se oferecia o Santo Sacrifício, cuja parte essencial começava a seguir. Foi suprimida na época de São Gregório Magno, provavelmente por terem sido incorporadas ao Cânon orações de intercessão que cumpriam a mesma finalidade. Recentemente, o Concílio Vaticano II quis restaurá-la. Na oração dos fiéis, “exercendo a sua função sacerdotal, o povo suplica por todos os homens”. Reza-se “pela Santa Igreja, pelos governantes, pelos que padecem necessidade, por todos os homens e pela salvação de todo o mundo” (Instrução Geral do Missal Romano, nº 45).

A LITURGIA EUCARISTICA

A Liturgia da Palavra é a primeira das duas grandes partes da Missa, que nos prepara com leituras, orações e instrução para a grande Ação da Missa. Nos ritos, no ato penitencial, no *Kyrie*, no *Glória* e na oração inicial da Missa, nós nos dirigimos a Deus. Nas

leituras e nas homilias, Deus se dirige a nós com palavras de instrução e admoestação. [p. 288]

Agora estamos prontos para começar o Sacrifício. Na Igreja primitiva, chegado este momento, os catecúmenos e os penitentes públicos deviam abandonar a assembléia; só os batizados que não estivessem sob interdito permaneceriam para a Eucaristia, a Ação de Graças, a Missa. Foi por essa razão que esta parte da Missa passou a chamar-se a Missa dos Fiéis, hoje designada pelo nome de “Liturgia Eucarística”.

A Liturgia Eucarística tem três partes. A primeira costuma chamar-se *Ofertório*. Começa com a apresentação das oferendas – acompanhada às vezes por um canto- e acaba com a Oração sobre as oferendas; em seguida, vem a *Oração Eucarística*, coração e centro da Missa, que começa com o Prefácio e termina com a chamada doxologia final: “Por Cristo, com Cristo, em Cristo...”; e, finalmente, temos a *Comunhão*, que começa com o Pai Nosso e termina com a bênção e despedida finais. O significado de cada uma dessas três partes da Missa é este:

No Ofertório, apresentamos as nossas oferendas, o nosso amor, o nosso ser (representados pelo pão e pelo vinho); unimo-nos a Cristo, que está prestes a oferecer-se, como oferenda perfeita, à Santíssima Trindade. Na Oração Eucarística, Jesus consagra a nossa oferenda e nos leva consigo, dom infinitamente perfeito, até Deus. Na Comunhão da Missa, tendo aceito a nossa oferenda e depois de transformá-la na Pessoa infinitamente preciosa de seu Filho, Deus nos devolve esse dom. No Ofertório, unimo-nos a Jesus em espírito; na Comunhão, unimo-nos a Ele realmente, a fim de crescermos e vivermos para a vida eterna.

Podemos representar a Missa como um triângulo. Por um lado, subimos com Cristo até Deus. No vértice do triângulo, está

a Consagração da Missa, a aceitação de Deus e a transformação. Pelo outro lado, Deus desce até nós em Cristo.

Seria preciso um livro extenso para descrever em detalhe o desenvolvimento histórico da Liturgia Eucarística. Aqui apenas podemos mencionar alguns pontos de maior relevância.

Na Igreja primitiva, o Ofertório era mais uma ação do povo que uma série de orações recitadas pelo sacerdote. Depois da Missa dos catecúmenos, os fiéis aproximavam-se do presbitério em procissão, trazendo as suas oferendas. Traziam pão e vinho, dos quais uma parte seria utilizada para confeccionar a Eucaristia. Mas também traziam outras dádivas, como frutas, mel, azeite, queijo ou leite. Estas últimas eram para o corpo Místico de Cristo, para ajudar os pobres e para manter o clero. Fosse qual fosse a oferenda, seu simbolismo era o mesmo; esses donativos representavam o doador, que se colocava a *si mesmo* na Missa. [p. 289]

Um diácono recebia as oferendas e colocava-as sobre uma mesa perto do altar, esvaziando as vasilhas de vinho num recipiente maior, e dispondo os pães sobre um pano de linho. Durante a procissão do Ofertório, a comunidade dos fiéis e o coro alternavam-se no canto de alguns salmos apropriados.

Terminada a oferenda, o diácono levava ao altar o pão e o vinho que iam ser necessários para o Santo Sacrifício, incluídos os que seriam devolvidos aos fiéis como dom de Deus sob a forma de Sagrada Comunhão. Depois de ter aceitado e disposto as oferendas sobre o altar, os que as haviam manejado lavavam as mãos; esta é a origem do lavabo que o sacerdote faz hoje na Missa. Então, o celebrante dizia uma oração sobre o pão e o vinho destinados ao Sacrifício, a única oração do Ofertório que era dita

pelo sacerdote. Esta aparece na nossa Missa atual, como *oração sobre as oferendas*, oração que se diz logo antes do Prefácio.

O Ofertório termina com a oração do sacerdote sobre as oferendas. E agora vamos entrar na parte mais solene do Santo Sacrifício: a Oração Eucarística ou Cânon, que se inicia com um hino de louvor chamado Prefácio; um hino que canta a glória do Rei que está prestes a chegar e a subir ao seu trono, a cruz.

A palavra “cânon” –tradicional, na Igreja, para designar a Oração Eucarística- significa regra. Na língua grega, cânon significa tanto régua de carpinteiro como regra de conduta. Esta parte central da Missa chamou-se Cânon porque é fixa –em seus diversos formulários- e imutável, no sentido de que o celebrante não pode acrescentar-lhe ou tirar-lhe nada.

Nos primeiros tempos da Igreja, não era assim. A *Eucharistia* ou Ação de graças –que assim se chamava o Cânon- consistia numa oração improvisada na sua maior parte pelo sacerdote, em que se agradecia em detalhe a Deus os seus muitos benefícios e bondades; e alcançava o seu ponto culminante na descrição do maravilhoso dom da carne e do sangue de Cristo.

Gradualmente, algumas dessas orações (provavelmente, as compostas por bispos especialmente venerados) foram sendo adotadas de modo geral, e mais tarde tornou-se costume usar apenas uma delas: o Cânon Romano (a atual Oração Eucarística primeira), que desde o ano 600 até os nossos dias permaneceu substancialmente inalterada. Atualmente, o novo Missal Romano contém quatro Orações Eucarísticas –o sacerdote escolhe uma ou outra, conforme as circunstâncias-, restabelecendo assim o uso de algumas daquelas antigas formas. É interessante notar que os primeiros cristãos consideravam a Oração Eucarística inteira como a oração da Consagração. Hoje [p. 290] temos plena

consciência de que o pão e o vinho se convertem no Corpo e no Sangue do Senhor no momento em que o sacerdote pronuncia as palavras “Isto é o meu Corpo” e “Este é o cálice do meu Sangue”. Na primitiva cristandade, no entanto, os cristãos não tinham a noção exata de que esse preciso momento era *o* momento. Para eles, toda esta parte da Missa era uma ação única, a Ação do Sacrifício, e não tinham a mesma consciência que nós da diferença entre as suas partes. Por essa razão, a Igreja terminava a Ação com a elevação da Sagrada Hóstia e do Cálice, exatamente antes do Pai Nosso, para que o povo pudesse adorá-los.

Durante um milênio, esta foi a única elevação da Missa. A elevação das espécies consagradas imediatamente após a Consagração só se introduziu no século XI. A primitiva elevação ainda se conserva na Missa –ao dizer-se “Por Cristo, com Cristo, em Cristo”-, e conserva o seu posto relevante, quando se eleva a patena e o cálice ante o povo, enquanto este diz em uníssono o Grande “Amém”.

Com o Pai Nosso começa o rito da Comunhão, a terceira das partes que compõem a Liturgia Eucarística. Como as outras, esta também se desenvolveu gradualmente através dos séculos. Deve-se notar que, nos tempos antigos, até bem avançada a Idade Média, tinha-se por certo que todos os que assistiam à Missa receberiam também a Sagrada Comunhão. Durante os primeiros mil anos de história cristã, o povo tinha a plena compreensão de que cada Missa é “a nossa Missa”. Todos participavam da Missa da maneira mais completa possível, o que supunha participar na Vítima do Sacrifício, recebendo de Deus, transformado, o dom que lhe haviam oferecido; por outras palavras, indo comungar.

Na Idade Média, este sentido de participação ativa parece ter diminuído e, em consequência, o povo se desleixou em receber a

Sagrada Eucaristia. Desde os tempos dos papas São Pio X e Pio XII, a Igreja empenhou-se sobremaneira em restaurar o conceito da Comunhão como parte integrante do Santo Sacrifício, animando-nos a todos a estar em estado de graça –confessando-nos, se preciso- e com as devidas disposições, a fim de podermos comungar em todas as Missas a que assistimos.

Historicamente, o rito da Comunhão era muito simples na sua origem. De fato, a primitiva Igreja nem sequer via a Comunhão como parte separada da Missa: simplesmente, completava o Sacrifício. Quando os primeiros cristãos se sentavam ou se reclinavam à mesa para o Sacrifício Eucarístico, o santo Pão e o santo Cálice eram passados de um para outro. Quando aumentou o número de pessoas, fez-se necessário que os fiéis avançassem para receber a Comunhão das mãos do celebrante ou dos diáconos que o assistem. [p. 291] Enquanto se aproximava em procissão da mesa situada perto do altar, o povo cantava uma antífona, um salmo adequado ao espírito do tempo litúrgico ou da festa. Atualmente podem cantar-se, durante a Comunhão, não apenas salmos, mas também outros cânticos, aprovados pela autoridade eclesiástica, que favoreçam o recolhimento e a alegria convenientes a esta parte da Missa. Quando não há canto, recita-se uma antífona.

O Pai Nosso (a oração dominical que o próprio Senhor compôs) apareceu pela primeira vez na Missa por volta do ano 350. O Cordeiro de Deus foi acrescentado por volta do ano 700, a fim de preencher o tempo que o celebrante demorava a fracionar as hóstias grandes em pedaços pequenos, para dar a Comunhão aos fiéis. A oração depois da Comunhão, que o sacerdote recita ou canta no final da Missa, é uma antiga oração litúrgica. As demais orações que aparecem entre o Pai Nosso e a bênção final são de

origem muito posterior: algumas só começaram a tornar-se parte fixa da Missa no século XVI. Tem uma especial significação a oração pela paz que se lhe segue, e que exprime a íntima fraternidade entre os que vão participar da Mesa do Senhor.

Até o século XVI, na Igreja Católica de rito latino, distribuía-se a Sagrada Comunhão aos fiéis sob as duas espécies de pão e de vinho, prática ainda em uso, habitualmente, na Igreja de rito oriental. No entanto, sabemos que Jesus está presente, todo e inteiro, em cada uma das duas espécies; para receber a Sagrada Comunhão, basta uma delas. Esta tem sido a prática geral da Igreja de rito latino, muito embora a recente legislação tenha restaurado a recepção da Comunhão sob ambas as formas em determinadas ocasiões especiais, como, por exemplo, na Missa de casamento, em que os nubentes podem comungar sob as duas espécies, se o desejarem.

POR QUE VESTIR PARAMENTOS?

“Os olhos são as janelas da alma”, diz um antigo aforisma que nos recorda que somos homens, não anjos. Todo conhecimento nos vem pelos sentidos. Se fosse possível alguém nascer e viver sem possuir os sentidos da percepção –sem poder ver, ouvir, cheirar, saborear ou tocar-, a sua mente estaria absolutamente em branco, independentemente da boa conformação física que tivesse o seu cérebro. Estaria nele a alma espiritual, mas todos os seus acessos ao conhecimento estariam fechados. Dos sentidos corporais dependem não só os conhecimentos, mas também as emoções e as atitudes [p. 292] interiores. Queremos música suave nos nossos momentos

sentimentais e marchas garbosas em nossos desfiles militares. Queremos luzes difusas no descanso e brilhantes nos divertimentos.

Não nos surpreende, pois, que os acessórios externos tenham importância na nossa vida religiosa e nos nossos atos de culto. Se as insígnias e os barretes dão solenidade a uma cerimônia universitária, e os uniformes e as bandeiras a um desfile militar, e os trajes de etiqueta e os vestidos de gala a um baile de sociedade, não se deve estranhar que um modo especial de vestir fomenta em nós o sentido do respeito a Deus no culto que Lhe prestamos. Ninguém sabe disto melhor do que o próprio Deus que nos criou. Por isso, no Velho Testamento, Deus prescreveu expressamente certas vestes que deveriam ser usadas no sacerdócio mosaico. Por isso, a Igreja de Deus, sob essa orientação, prescreveu no Novo Testamento vestes especiais que os sacerdotes devem usar no cumprimento dos seus sagrados deveres, em especial ao celebrarem o Sacrifício da Missa.

Durante os primeiros trezentos ou quatrocentos anos da história cristã, quando os fiéis se reuniam para a celebração da Eucaristia, o sacerdote usava vestes comuns, uma espécie de toga romana. Quando, até fins do século IV, as tribos bárbaras do Norte conquistaram o Império romano, o estilo da roupa masculina começou a mudar, mas os sacerdotes continuaram a vestir a túnica comprida ao celebrarem a Missa. Assim, o mais antigo dos paramentos da Missa é a *alva* (que significa “branca”), essa túnica que o sacerdote põe sobre a batina (o traje eclesiástico que é a sua veste diária). A alva simboliza a pureza de coração e, com ela, o sacerdote expressa a sua renúncia às coisas do mundo, exigida para se oferecer o Cordeiro de Deus. Em tempos antigos, a toga romana era cingida por um cordão ou cinto, que ainda continua a

utilizar-se, se é necessário, e conserva o mesmo nome romano: cingulo. É feito de linho ou lã, e significa a castidade, o domínio dos desejos carnaís.

Ao longo do século VIII, tornou-se costume que o sacerdote se dirigisse ao altar com a cabeça coberta com um capuz. Esse capuz foi-se utilizando até se tornar o paramento a que chamamos *amito* (do latim *amictus*, que significa “coberto”). É um lenço branco de forma oblonga ou retangular, com compridas fitas cosidas a dois de seus ângulos. Em algumas ordens religiosas, ainda se usa o amito em forma de capuz, sobre a cabeça. Mas, para os demais sacerdotes, o prescrito é utilizá-lo por baixo da alva, quando esta não encobre completamente as vestes comuns que circundam o pescoço. A Igreja fez do amito um símbolo do “capacete de salvação” de que nos fala São Paulo, que protege a cabeça contra os ataques de Satanás. [p. 293]

A segunda peça importante vestida pelo sacerdote, depois da alva ou túnica, é a estola: uma longa faixa de cor, que se coloca sobre os ombros e se deixa pender diante do peito. O uso da estola foi introduzido no século IV, e parece derivar da roupagem oficial que os juízes romanos vestiam no tribunal. A Igreja adotou-o como símbolo da autoridade sacerdotal. A roupagem do princípio foi evoluindo até adquirir a forma de hoje. Na sua liturgia, a Igreja compara a estola à “roupa de imortalidade” que recobre a alma cristã. Eventualmente, a própria estola pode fazer as vezes de casula. Assim, para o Brasil, a Santa Sé aprovou a possibilidade – se o sacerdote assim o desejar – de se substituir o conjunto alva e casula por uma túnica ampla, de cor neutra, com uma estola da cor do tempo ou da festa.

O último paramento de que o sacerdote se reveste é a casula. A casula é uma vestidura ampla comumente com adornos, que pende dos ombros do sacerdote, pela frente e pelas costas. Do fato

de envolver o sacerdote derivou o nome latino *casula*, que significa “casa pequena”. No simbolismo cristão denota o jugo de Cristo, a responsabilidade do celebrante como cristão e como sacerdote. Há dois estilos de casulas: a mais ampla, que pende dos braços aos lados, e se chama gótica; e a atualmente menos usada, recortada nos lados para deixar os braços livres, chamada romana. A casula não é senão uma adaptação da capa que os homens vestiam nos primeiros séculos da história cristã.

Interessa-nos olhar agora para o celebrante detidamente, quando sai da sacristia já paramentado, pronto para começar a Missa.

Notamos logo que os parâmetros exteriores do sacerdote são de cor, uma cor que não é a mesma todos os dias. Há cinco cores que dão variedade à liturgia: o branco, o vermelho, o verde, o roxo (ou violeta) e, eventualmente, o preto. O branco é símbolo de pureza e santidade, e também expressa gozo. É a cor das festas de Nosso Senhor, da Santíssima Virgem, dos santos que não são mártires, e utiliza-se também na Páscoa. O vermelho é a cor do fogo e do sangue. Significa o fogo ardente do amor, e por isso é a cor usada nas festas do Espírito Santo, que no dia de Pentecostes desceu sobre os Apóstolos em forma de línguas de fogo. É também a cor das festas dos mártires, esses santos que provaram o seu amor a Cristo derramando o seu sangue por Ele. Por maioria de razão, emprega-se no Domingo de Paixão (Ramos) e na Sexta-feira Santa, quando se celebra a morte dAquele que é—como dizia Santo Agostinho— a “Cabeça dos Mártires”. O verde é a cor que cobre a terra quando a natureza desperta do seu letargo invernal. É, por conseguinte, a cor da esperança, e expressa a nossa confiança em [p. 294] alcançar a vida eterna. É a cor que se utiliza nos domingos do Tempo Comum, quando a Missa não é de um santo ou outra

festa. A cor roxa evoca a preparação e a paciência e, por isso, é usada nos domingos e dias de semana do Advento e da Quaresma, quando não se comemora outra festa. A cor roxa é ainda utilizada nas Missas de defuntos, que podem ser celebradas também com casula de cor preta.

Podemos aproveitar o ensejo para passar brevemente em revista os principais objetos sagrados necessários para a celebração da Missa. Entre eles distinguem-se os vasos sagrados: especialmente o cálice e a patena. No cálice, o vinho é consagrado, transformando-se no Sangue de Nosso Senhor, que é oferecido por nós. E na patena –que tem a forma de uma pequena bandeja- o pão converte-se no Corpo de Jesus, que igualmente se oferece ao Pai em sacrifício pelos nossos pecados. Por isso, esses vasos sagrados sempre são de material nobre, sólido e incorruptível. O normal é que sejam metálicos, e, nesse caso, convém que recebam o revestimento de um banho de ouro no seu interior, que estará em contacto com o Preciosíssimo Sangue ou o Sagrado Corpo de Cristo. Este banho é logicamente desnecessário quando se trata de um cálice ou de uma patena de ouro. Também pode suprimir-se quando se utilizam outros metais nobres inoxidáveis.

Há também outro vaso sagrado: o cibório, que, como o seu próprio nome indica (*ciborium* em latim quer dizer recipiente do pão), é uma copa que contém as hóstias pequenas com as quais os fiéis comungam. Valem a respeito da sua confecção as mesmas observações que fizemos a propósito do cálice e da patena. Quando o número de comungantes não é muito elevado, pode-se prescindir do cibório, utilizando a própria patena.

Além dos vasos sagrados, são importantes vários outros objetos para a celebração da Eucaristia. São as toalhas, o corporal,

o sanguíneo e a pala, todos eles de pano branco, e, finalmente, as velas. As toalhas cobrem o altar. Deve haver pelo menos uma. O corporal é uma peça quadrada de pano branco, que se estende sobre a toalha. Sobre o corporal descansarão –no cálice e na patena- o Corpo e o Sangue de Jesus; daí o seu nome. O sanguíneo é um pano de linho fino que serve para enxugar o cálice no fim da Missa. A pala é um pequeno quadrado de pano rígido, com o qual se pode cobrir o Cálice durante a celebração, para impedir que caia poeira ou qualquer impureza no Sangue de Cristo. Sobre as velas que ardem no altar ou diante dele (Cristo, Luz do mundo), basta dizer que se utilizam pelo menos duas. Em dias de festa, são quatro ou [p. 295] seis. Também vemos, no altar ou junto dele, um crucifixo, que recorda constantemente ao sacerdote que está a oferecer o Sacrifício do Calvário.

O MISSAL ROMANO

Todas as orações fixas que se recitam ou se cantam nas Missas de rito latino estão contidas num livro chamado Missal romano. Este livro contém também as instruções detalhadas das cerimônias que a Igreja prescreve para a celebração da Missa. No Missal latino, os textos que devem ser lidos costumam estar impressos em preto, ao passo que as instruções vão em vermelho. Por esta razão são chamadas *rubricas* da Missa, do latim *ruber*, que significa “vermelho”. Note-se que as leituras estão reunidas em vários volumes independentes, chamados Lecionários. Depois da última reforma litúrgica, a riqueza das leituras é muito grande.

O nosso livro de altar chama-se Missal Romano, para distingui-lo dos utilizados pela Igreja Católica de ritos orientais. Devemos recordar que, inclusive antes da reforma realizada pelo

Concílio Vaticano II, que autoriza as Missas em língua vernácula, o latim não era a única língua em que se celebrava a Missa, nem as cerimônias de rito latino as únicas na sua celebração. O latim passou a ser a língua dominante na Igreja Católica devido ao que poderíamos chamar uma circunstância histórica. Durante os primeiros trezentos anos da história cristã, a língua oficial do culto, mesmo em Roma, era a grega. No século IV, a Igreja adotou o latim, que tinha deslocado o grego como língua do povo, para que este participasse mais ativamente do Santo Sacrifício. Por essa mesma razão, agora se empregam línguas vernáculas.

Enquanto em Roma as cerimônias da Missa se desenvolviam segundo as linhas que nos são tão conhecidas, as comunidades cristãs de Jerusalém, Antioquia (Síria), Alexandria (Egito), e Constantinopla (Grécia), desenvolviam outras orações e cerimônias para a Missa.

Poderíamos dizer que estavam desenhando outros estilos de engaste para a jóia preciosa que

Jesus nos doou na Última Ceia. Das liturgias dessas comunidades orientais nasceram as orações e cerimônias da Missa que hoje conhecemos por ritos orientais. Diversos bispos adaptaram uma ou outra dessas liturgias orientais à linguagem do seu povo, o que levou a uma diversidade ainda maior. Como resultado, temos os ritos bizantino (ou grego), o sírio, o caldeu, o armênio, para mencionar alguns.

O que surpreende os católicos de rito latino é que alguns bispos de rito oriental tenham rompido a sua união com o bispo de Roma, [p. 296] o Papa. Isto deu origem às igrejas orientais separadas, quer dizer, igrejas que cortaram o vínculo de unidade com o bispo de Roma, o Papa.

Não podemos expor aqui em detalhe as razões históricas da ruptura com Roma. Basta observar que as igrejas orientais que romperam com Roma são chamadas comumente Igrejas Ortodoxas, ao passo que aquelas que permaneceram fiéis se chamam Uniatas (quer dizer, unidas). Em consequência, deparamos com divisões tais como a Igreja Católica de rito oriental, a Igreja Ortodoxa Grega, a Igreja Católica de rito armênio e a Igreja Ortodoxa Armênia, etc. O último Concílio, e depois os Papas, têm-se esforçado por procurar os caminhos da união das Igrejas orientais separadas com a Igreja Católica. Mas devemos sublinhar que, enquanto Deus não se dignar conceder-nos a alegria desta nova união, os *católicos* dos ritos orientais são tão católicos como nós. Reconhecem o Papa como cabeça espiritual suprema, têm verdadeira Missa e verdadeiros sacramentos, ainda que as cerimônias da sua liturgia sejam diferentes e possuam tradição própria. E temos absoluta liberdade para assistir à Missa em suas igrejas, como eles a têm para assistir às nossas.

De fato, se tivermos oportunidade, não será má idéia comparecer alguma vez a uma igreja católica de rito oriental. Servirá para entendermos melhor o que significa a palavra católico, quer dizer, universal, que abraça todos os homens e se adapta a qualquer cultura. Veremos também que o que de verdade importa é o que se passa na Missa: a oferenda de cada um em união com Cristo, a Hóstia perfeita, e não a língua em que se celebra ou os gestos que se fazem.

Podem-se encontrar igrejas católicas de rito oriental nas grandes cidades, mas, antes de entrarmos nelas, devemos certificar-nos de que se trata de uma igreja *católica*, uniata. As igrejas ortodoxas não são católicas e, por isso, os católicos não devem ir a elas a não ser que, no lugar onde se encontram, não haja uma igreja católica ou existam outras razões para o fazer

assim. De fato, as igrejas ortodoxas –embora separadas- têm verdadeiro sacerdócio e verdadeiros sacramentos.

Dissemos que foi um simples acidente histórico o que fez do rito latino o mais estendido na Igreja. Mas esta afirmação, se cremos na providência de Deus, não é estritamente certa. Por inspiração divina, é um fato histórico que as novas e vigorosas nações pagãs do Ocidente foram evangelizadas por missionários de rito latino, que Roma enviava, e não por missionários de Constantinopla. Devemos a Santos como Patrício, Bonifácio, Agostinho, Cirilo e Metódio o fato de o Missal Romano ter sido o livro de Missa da grande maioria dos católicos através dos tempos. [p. 297]

A propósito do Missal, queríamos, finalmente, observar que o novo Missal Romano se encontra em muitos países traduzido para as respectivas línguas vernáculas, pelo menos nas partes relativas às Missas dos domingos e das solenidades. Embora não seja indispensável, é muito útil possuir um, para acompanhar melhor todas as orações e leituras da Missa, e para poder a qualquer momento meditar nos seus belos textos.

PARTICIPAR DA MISSA

Qual é a melhor maneira de participarmos da Missa? No que diz respeito à nossa atitude durante a Missa, não há discussão possível desde a “Constituição sobre liturgia” do Concílio Vaticano II, e as subseqüentes Instruções que aplicam a reforma litúrgica. A Missa é o sacrifício, o culto perfeito que tributa a Deus Pai o próprio Cristo e, com Ele, a Igreja inteira, o Corpo Místico de Cristo. Por isso, todo o povo presente deve participar dela, de

modo ativo e consciente. A Missa não é lugar apropriado para recitarmos orações privadas, por mais excelentes que sejam, como o terço.

Na Missa, cumprimos o nosso importante papel de membros do Povo de Deus – incorporados ao Corpo Místico de Cristo pelo Batismo- rezando ou cantando em comum. Escutamos Jesus que nos fala nas leituras, no Evangelho e na homilia da Missa. Nos momentos de silêncio, unimo-nos ao sacerdote nas orações que recita. A participação ativa na Missa adquire uma significação renovada como supremo ato de culto que nós e os nossos irmãos coparticipantes oferecemos em união com Cristo. O uso da nossa própria língua na Missa ajuda-nos a ganhar uma consciência muito viva do que se passa no altar.

Mas é essencial recordar que a nossa participação na Missa é muito mais que a mera conformidade externa com umas orações e cerimônias; a Missa é sobretudo o oferecimento do sacrifício do Calvário, que realizamos com Jesus.

Pelo ministério visível do seu sacerdote ordenado, Jesus oferece à Santíssima Trindade um ato de adoração que é digno de Deus, porque é oferecido pelo próprio Filho de Deus. É um ato de adoração que se expressa num ato de amor infinito, amor que, por sua vez, adquiriu o seu valor pela obediência infinitamente perfeita de Jesus à vontade de seu Pai.

Na Missa, Jesus congrega-nos em torno dEle. Aceita do coração de cada um de nós a oferenda do nosso amor a Deus e dá-lhe um valor eterno unindo-a ao seu próprio amor infinito. Juntos, Jesus é nós, aproximamo-nos de Deus em unidade. Constituímos assim [p. 298] uma só Vítima, uma só Hóstia, depositada ao pé do trono divino. Podemos ser dez ou dez mil, mas, olhe o Pai para onde olhar, é o seu Filho quem Ele vê. E, enquanto o amor de Deus

flui para Jesus, este amor do Pai pelo seu Filho derrama-se sobre cada um de nós.

É, pois, evidente que a nossa atitude – a disposição e a atitude da nossa mente e do nosso coração – é mais importante que todas as palavras que possamos pronunciar. O sacerdote tem que falar, porque deve realizar o sinal externo que tornará presente a ação do Calvário, aqui e agora. Nós *teríamos* que falar ou cantar – nos momentos apropriados –, para expressar a nossa identificação com o que está acontecendo. Mas não esqueçamos que cumpriríamos, poderíamos cumprir a nossa parte na Missa, mesmo que fossemos surdo-mudos. Cumprimo-la quando realmente nos fazemos um com Jesus; um com Ele no seu ato de amor. Um com Ele na sua função de Vítima.

Que significa fazer-se vítima? Significa entregar-se no altar da vontade de Deus. Significa dizer ao Senhor do fundo do coração: “Toma-me, Senhor, sou teu sem condições. Faz comigo o que quiseres. Viver e trabalhar, sofrer ou morrer: o que Tu quiseres é o que eu quero; faça-se em mim a tua vontade. Faz-me instrumento para estender o teu reino; ajusta-me ao teu plano sobre mim, ainda que tenhas que golpear-me com força para que eu encaixe no meu lugar”.

O pensamento de nos entregarmos no altar tão incondicionalmente talvez nos cause um pouco de medo. Talvez tenhamos que admitir que não nos sentimos capazes de dizer, com sinceridade absoluta, palavras de entrega tão completa. Então, que pelo menos *queiramos* poder dizê-las. Em vez de dizer: “Toma-me, Senhor, sou teu sem condições”, teremos que nos contentar com dizer: “Toma-me, Senhor, e dá-me a generosidade de querer ser teu sem condições”. Entregar-se parcialmente como vítima é melhor do que não se entregar absolutamente. Deus terá paciência

com a nossa atual frouxidão, descobrirá em nós algum traço do seu Filho e, com a sua graça, nos elevará ao nível de fortaleza que agora não temos.

Além da nossa identificação com Cristo na sua função de Vítima, que temos de fazer sem reservas, há outro aspecto da nossa participação na Santa Missa que é de capital importância. É continuarmos no tempo, pelos laços da caridade, a identificação com Jesus que fizemos na Missa. A nossa entrega como vítimas seria um gesto vazio se a negássemos com as obras, se com a nossa conduta faltássemos à caridade com os nossos irmãos, os homens. [p. 299]

Se na verdade somos um em Cristo, veremos os outros com os olhos de Cristo, vê-lo-emos como almas que temos que amar, que salvar, por pouco atraente que nos pareça o seu aspecto externo. Se odiarmos de verdade uma só alma, teremos destruído a nossa união com Jesus, ter-nos-emos separado de qualquer participação real na Missa. Se, sem chegar ao ódio, abrigarmos algum rancor, por menor que seja, ter-nos-emos situado numa zona marginal, separados dos *muitos feitos* um que têm o direito de aclamar na Missa: “Santo, santo, santo, Senhor Deus do universo!”

Dar-se a Deus sem reservas e praticar a caridade com todos: estas são as disposições que nos fazem participar ativamente da Missa. Alegra-nos muito que o Concílio Vaticano II tenha permitido que a Missa se diga na nossa língua, porque se tornou mais fácil a nossa participação externa e interna. Mas, sempre, o essencial na nossa participação na Missa, digase em latim, português ou inglês, continua a ser a sua raiz no interior da nossa alma.

Há mil e quinhentos anos, o latim era a língua vulgar do povo no Império Romano. Quando as pessoas iam à Missa, entendiam o que se fazia e, mais ainda, contribuía para o que se fazia. Oravam com o sacerdote e com ele cantavam, e faziam-no com plena compreensão porque a Missa se dizia na sua língua habitual. Nas procissões do Ofertório e da Comunhão, dirigiam-se ao altar para levar seus dons e receber o dom divino. Com uma participação tão ativa na Missa, era-lhes fácil perceber que formavam uma comunidade, a comunidade cristã, consagrada com Cristo, sua Cabeça, à tarefa de reconciliar o homem com Deus.

Mas das terras não civilizadas do norte da Europa irromperam as tribos bárbaras. Estes pagãos invadiram o Império romano, trazendo consigo as suas próprias línguas, das quais surgiram muitos dos idiomas modernos da Europa atual. Pouco a pouco, o latim sofreu transformações sucessivas, deixando de ser a língua do povo. Tornou-se uma língua “morta”, que ninguém além das pessoas cultas falava. Gradualmente, o povo foi ficando para trás no oferecimento do Santo Sacrifício, até este se tornar um trabalho exclusivo do sacerdote, do sacerdote assistido por uns poucos ajudantes e por um coro profissional. Já não era tão patente que a Missa, é a ação de *todo* o Corpo Místico de Cristo. Para o povo inculto, a Missa converteu-se assim num espetáculo: algo a que devia assistir e que devia vê, mas em que não tinha parte.

Com isso, porém, a Missa não perdeu nada dos seus valores essenciais. Nela, Jesus Cristo continuava a oferecer-se a Deus, pelo ministério do sacerdote, como Oferenda perfeita, como Sacrifício perfeito. A Missa era —e é— a Grande Ação, a Grande Obra de [p. 300] Cristo na sua Igreja: adorar a Deus e redimir o homem. Mas, quando o povo deixou de tomar parte ativa na Missa, esta perdeu grande parte do seu valor secundário: do seu

valor como monitora da vida cristã e modeladora da mente cristã. Quando o povo participava ativamente da Missa, esta lhe recordava constantemente a sua unidade com Cristo e de uns com os outros.

Enquanto recitava ou cantavam as orações da Missa, os fiéis viviam com Cristo a sua paixão, morte e ressurreição. A sua religião estava impregnada de alegria, porque lhes recordava vivamente que Cristo os havia resgatado do pecado e da morte e, por sua ressurreição, lhes havia dado o penhor da vida eterna. Era também uma religião centrada em Cristo; saíam da igreja conscientes da sua obrigação de participar da obra redentora de Cristo e da sua responsabilidade para com o próximo.

Quando os fiéis deixaram de participar de forma inteligível na liturgia (“liturgia” é uma palavra grega que significa “obra”, “tarefa”), a sua vida espiritual foi sofrendo uma mudança gradual. Por um lado, centrava-se menos em Cristo e mais nas pessoas, que se preocupavam mais com a sua alma e menos com a do próximo e com as suas necessidades. Em sua mente, pensavam mais como indivíduos que como membros interdependentes do único Corpo Místico. A religião perdeu parte do seu caráter gozoso à medida que os cristãos foram perdendo parte da alegre confiança na eficácia da redenção de Cristo aplicada a si mesmos. Começaram a ficar mais preocupados com a inclinação pessoal para o pecado e, em consequência, passaram a encarar a “virtude” primordialmente como preservação do pecado. Não há dúvida de que preservar-se do pecado é imprescindível, mas não é senão o começo. Não devemos esforçar-nos apenas por permanecer sem pecado; devemos trabalhar com Jesus para aumentar a nossa caridade, o nosso amor.

A perda da íntima participação do povo na liturgia teve outra consequência. Com o obscurecimento do sentido da Missa, começaram a florescer as devoções privadas de todos os gêneros. O desejo humano de participar do culto empurrou os fiéis para as novenas e para outras formas de piedade não litúrgicas. Nenhuma delas era má —qualquer forma de oração é boa e agradável a Deus—, mas, com muita freqüência, essas devoções privadas tornaram-se mais importantes do que a própria Missa; e o que está em primeiro lugar deve ocupar o primeiro lugar.

Devemos estar agradecidos ao Concílio Vaticano II e aos recentes Papas por terem posto tanto empenho em devolver à liturgia o lugar que lhe corresponde: como centro da vida e do culto cristãos. O século XX passará à história cristã como a era em que, graças a esta renovação, a liturgia reviveu como ponto focal da piedade e [p. 301] da vida cristãs. Por isso, é dever de cada um de nós aprofundar no conhecimento do significado da Missa e aumentar o seu amor por ela. Temos que tornar mais completa a entrega de nós mesmos que, em união com Cristo, fazemos na Santa Missa, unir-nos mais estreitamente aos nossos irmãos pelos laços da comum fraternidade e viver a Missa levando a nossa entrega pessoal e o amor fraterno a todas as atividades de cada dia. [p. 302]

CAPÍTULO XXVIII

A SAGRADA COMUNHÃO

TÃO PERTO DE CRISTO

Na augusta Ação a que chamamos Santa Missa, o pão e o vinho transformam-se no Corpo e no Sangue de Jesus. Mas seria um grave erro supor que a Missa não é senão o meio ou instrumento para confeccionar a Sagrada Eucaristia. A Missa tem um fim próprio: é um Sacrifício que constantemente renova no tempo o Sacrifício da Cruz. E é um tema tão grandioso que foi preciso dedicarmos a ele um estudo à parte. Agora vamos ver a Eucaristia como Sacramento.

Ao chegarmos a este ponto, surgem-nos naturalmente algumas perguntas: Que fim tem o sacramento da Eucaristia? Que efeitos produz na alma? Sabemos que cada sacramento produz o seu efeito ou efeitos próprios. Se o fim de todos os sacramentos fosse simplesmente dar-nos a mesma espécie de graça, teria bastado que houvesse um só; não haveria necessidade de Jesus Cristo ter instituído sete.

O sacramento da Sagrada Eucaristia foi instituído como alimento espiritual. Por isso, o sinal externo desse sacramento, as

aparências do pão e do vinho, são sinais de alimento, como o sinal externo do Batismo, a água, é sinal de limpeza. A ação pela qual nós, como indivíduos, recebemos a Sagrada Eucaristia é uma ação de comer: ingerimos as aparências do pão e do vinho sob as quais Jesus está realmente presente. Esta ação chama-se Comunhão. Visto a Eucaristia ser um alimento espiritual, é de supor que cause na alma efeitos análogos aos do alimento material em relação ao corpo. E assim é.

O primeiro e o mais importante dos efeitos do alimento material é tornar-se uma só coisa com quem o come; transforma-se na substância da pessoa que o ingere e torna-se parte dela. Na Sagrada Comunhão, passa-se espiritualmente algo de parecido, mas com uma grande diferença. Opera-se uma união entre a pessoa e o alimento, [p. 303] mas, neste caso, é o indivíduo quem se une ao alimento, mais do que o alimento ao indivíduo. O inferior une-se ao superior: tornamo-nos uma só coisa com Cristo.

A nossa união sacramental com Cristo não consiste na mera união física entre o nosso corpo e a Sagrada Hóstia que recebemos. É antes a união mística e espiritual da alma com Jesus, operada pela divina virtude do amor mediante contacto físico com o sagrado Corpo de Jesus. Este efeito –a incorporação mística da alma a Jesus por meio da caridade- produz-se “ex opere operato”, como dizem os teólogos. Quer dizer, produz-se pela virtude do próprio sacramento, sem esforço da nossa parte. Se não opomos barreiras à sua ação –como seriam as barreiras da falta de fé ou do pecado-, ao recebermos a comunhão unimo-nos infalivelmente de um modo íntimo a Jesus pelo laço da caridade.

Esta maravilhosa fusão da alma com Jesus é um tipo muito especial. Evidentemente, não nos tornamos “parte de Deus”, não nos unimos a Jesus por uma união hipostática como a que existe entre a Sagrada Humanidade de Cristo e a sua Natureza divina. A

união com Jesus que a Sagrada Comunhão opera em nós é de um tipo único na sua espécie. É muito mais que a união “ordinária” com Deus que o Espírito Santo estabelece em nós pela graça santificante, mas é menos que a união final e da máxima intimidade de que gozaremos no céu com a visão beatífica. A união é nem hipostática nem beatífica: é muito simplesmente *Comunhão*.

Ao unirmo-nos a Cristo nessa união íntima e pessoal, uma união tão particular, unimonos também a todos os que estão “em” Cristo, aos outros membros do seu Corpo Místico. A união com Cristo na Sagrada Comunhão é o laço de caridade que nos faz uma só coisa com o próximo. Não podemos experimentar um crescimento no amor a Deus, que a nossa união com Deus nos comunica, sem experimentar ao mesmo tempo um crescimento no amor ao próximo. E o fruto das nossas comunhões torna-se suspeito se continuamos a manter preconceitos de nação ou de raça, se guardamos rancor ao próximo, se não vemos melhorar a nossa afabilidade, compaixão, paciência e compreensão para com os demais.

O próprio sinal desse sacramento simboliza a nossa absoluta unidade com Cristo. Muitos grãos de trigo se juntaram no pão que se converterá no Corpo de Cristo. Muitos grãos de uva foram espremidos juntos para encher o cálice que conterà o Sangue de Cristo. Somos muitos num. E esse Um é Cristo. “E o pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo? Porque o pão é um só, e nós, embora muitos, formamos um só corpo, pois participamos todos desse único pão” (1 Co 10, 17). [p. 304]

Pode ser oportuno fazer aqui uma observação. O amor a Deus e ao próximo de que vimos falando não é um amor sentimental nem, necessariamente, emocional. Podemos crescer em amor a Deus e ao próximo sem “sentir” a emoção que se sente nas relações humanas de afeto. Aliás, a emoção é um guia de

pouca confiança. Não devemos preocupar-nos se a nossa emotividade permanece inalterada; devemos medir a eficácia das nossas comunhões freqüentes pela melhora no nosso modo de ser e de agir.

Quando o organismo se alimenta, e transforma o alimento na sua própria substância, qual é resultado? Nas primeiras etapas da vida, o efeito mais notável é o crescimento: ganhamos em força e estatura. Outro dos efeitos é conservar a vida: o alimento repara constantemente as células desgastadas e consumidas do corpo e proporciona-lhe os elementos de defesa contra as infecções. O alimento tem também um valor medicinal: muitos doentes não precisam de outra medicação além de um regime equilibrado de comida para recuperarem a saúde.

Dado que a Sagrada Eucaristia é alimento, é lógico esperar que produza na alma os mesmos efeitos que o alimento material produz no corpo. Já fizemos notar que o processo de união entre o alimento e aquele que o toma atua em sentido contrário na Sagrada Eucaristia: neste caso, quem o toma une-se ao alimento. Dessa união única e íntima derivam outras conseqüências.

A primeira é o crescimento espiritual que se produz pelos repetidos incrementos de graça santificante que a Sagrada Comunhão comunica. É próprio de cada sacramento dar ou aumentar a graça santificante. No entanto, cada um dos outros sacramentos tem um fim específico próprio, além de conferir a graça santificante. O Batismo apaga o pecado original, a Penitência perdoa o pecado atual, a Confirmação fortalece a fé, o Matrimônio santifica os esposos, e assim por diante. Mas a Sagrada Eucaristia é um sacramento cujo *fim especial* é aumentar a graça santificante, repetida e freqüentemente, por meio da união pessoal com o próprio Autor da graça. Esta é a razão pela qual a

Eucaristia é o sacramento por excelência do crescimento espiritual: aumenta-nos a estatura e a força espirituais.

Esta é também a razão pela qual devemos estar já em estado de graça santificante ao recebermos a Sagrada Comunhão. O alimento material não pode beneficiar um corpo morto e a Sagrada Eucaristia não pode beneficiar uma alma morta. É evidente, além disso, que a pessoa que comungasse sabendo estar em pecado mortal, acrescentaria uma nova dimensão de culpa ao seu estado pecaminoso: cometeria o gravíssimo pecado de sacrilégio. No mesmo ato em que se oferecesse externamente a Jesus, na união de amor que é a [p. 305] essência da Comunhão, opor-se-ia a Ele pelo não a Deus que o estado de pecado mortal acarreta implicitamente.

O alimento material não devolve a vida a um corpo morto, mas devolve a saúde a um corpo debilitado. De modo análogo, a recepção da Sagrada Eucaristia não perdoa o pecado mortal, mas perdoa o venial, sempre que, naturalmente, quem comunga esteja arrependido desses pecados. Outra vez opera aqui o amor. O que poderíamos chamar “descarga” de amor que Jesus lança na alma no momento da união pessoal, tem tal força purificadora que limpa a alma das suas infidelidades menores. Seja qual for a montanha de pecados veniais que embarace a alma, dissolve-se e aniquila-se (se há arrependimento) quando Cristo entra em contacto com ela.

O alimento não restaura a vida, mas preserva-a. outro dos efeitos da Sagrada Comunhão é, portanto, preservar a alma da morte espiritual, do pecado mortal. Já se deu um passo nessa direção ao ficarem perdoados os pecados veniais, pois estes formam a vertente gradual que leva à queda brusca e repentina do pecado mortal.

Mas a Sagrada Comunhão tem um efeito adicional que ajuda a preservar-nos do pecado mortal. Atua sobre o que os teólogos

denominam “a proclividade para a concupiscência”. A concupiscência é essa tendência para o pecado, que é herança comum de todo o gênero humano em resultado da queda de Adão. É a atração das paixões desordenadas que puxam para baixo, é o embate dos impulsos rebeldes que controlamos inadequadamente, é a tendência para a soberba da vontade, que quer seguir o seu caminho sem contar com Deus. Esta concupiscência, esta inclinação para o pecado, debilita-se em nós quando recebemos o sacramento da Sagrada Eucaristia. Quando uma nave espacial sai da atmosfera terrestre, a atração da força da gravidade da terra vai-se debilitando à medida que a nave se aproxima do sol. Chega um ponto em que, de fato, essa força de gravidade fica completamente anulada e os corpos flutuam livremente no espaço. De modo parecido, quando nos aproximamos mais e mais de Jesus pela comunhão freqüente, notamos que a força de atração da concupiscência diminui e o poder da tentação se debilita. Não é apenas que fiquemos mais fortes (ainda que fiquemos, é claro), mas, além disso, o pecado começa a perder em boa parte o seu atrativo e começamos a ver os nossos apegamentos de ontem como são na realidade: bugigangas sem valor. Não é fácil alcançar nesta vida esse ponto de não gravidade, mas podemos chegar muito perto dele.

A Sagrada Comunhão nos une com Cristo e aumenta o nosso amor a Deus e ao próximo: incrementa em nós a graça santificante, [p. 306] perdoa o pecado venial; enfraquece a concupiscência e, assim, preserva-nos do pecado mortal. Finalmente, como toda boa alimentação, anima-nos a trabalhar. Quem comunga com freqüência, bem preparado e com fruto, não pode ficar encerrado em si mesmo. O seu horizonte espiritual vai-se abrindo mais e mais ao amor de Deus, e sente a urgência de *fazer* coisas por Cristo

e com Cristo; fortalecido pelas graças da Sagrada Comunhão, converte-se num cristão apóstolo.

QUEM PODE COMUNGAR?

Todo católico que tenha alcançado o uso da razão e possua o necessário conhecimento pode e deve receber o sacramento da Sagrada Eucaristia.

Considera-se que uma criança chegou ao uso da razão quando é capaz de distinguir (pelo menos até certo ponto) a diferença entre o bem e o mal morais. Uma criança de quatro anos pode saber que uma ação é “má” porque desagrada a seus pais, e “boa” porque a louvam por ela. Mas é incapaz de perceber que certas ações são boas ou más porque correspondem ao que Deus quer ou não; não chega a captar as idéias abstratas de virtude e pecado. Como regra “a olho”, aceita-se que, comumente, uma criança entra no uso da razão aos sete anos de idade. Mas são poucas as crianças “comuns”. Tanto mental como fisicamente, umas se desenvolvem mais depressa ou mais devagar que outras. Cada criança tem a sua medida pessoal de desenvolvimento. É responsabilidade dos pais e educadores determinar quando a criança atingiu idade suficiente para receber o sacramento da Sagrada Eucaristia.

Os doentes mentais que tenham perdido por completo o contacto com a realidade não podem comungar. Se têm períodos de lucidez, em que raciocinam com coerência, podem receber a Sagrada Comunhão nesses intervalos. Também podem fazê-lo se a doença é apenas parcial e ainda são capazes de distinguir a Sagrada Eucaristia do pão comum.

A profundidade de conhecimento requerida para receber a Sagrada Comunhão dependerá da capacidade mental de cada indivíduo. Evidentemente, uma criança de sete anos não captará a natureza da Sagrada Eucaristia tão plenamente como um adulto, e um analfabeto pode não compreender as verdades da fé tão claramente como um universitário. Como mínimo, quem vai comungar deve saber (e crer) as verdades divinas que são imprescindíveis para a salvação: o conhecimento de Deus Uno e Deus Trino, que premia a virtude e castiga o pecado; e de Jesus Cristo, Deus e homem, nosso Redentor. [p. 307]

Na prática, quando as crianças são preparadas para a primeira comunhão, recebem, naturalmente, muito mais doutrina que esse mínimo. Não obstante, convém que os pais saibam que, quando uma criança está em perigo de morte, pode e deve receber a Sagrada Comunhão, mesmo que não haja feito a primeira comunhão, sempre que tenha idade suficiente para distinguir a Sagrada Eucaristia do pão comum. Nestes casos, os pais devem consultar o pároco com a máxima diligência.

Que outros requisitos são necessários para comungar dignamente? O primeiro é não estar em pecado mortal. A Sagrada Eucaristia é o sacramento do crescimento espiritual, não o sacramento do nascimento espiritual ou da medicina espiritual. Isto pressupõe que quem o recebe possua já a vida da graça. A Sagrada Eucaristia é o sacramento da união amorosa de Cristo com a alma; seria monstruoso tentar essa união quando a alma está em inimizade com Deus por um pecado grave não perdoado. Receber a comunhão sabendo que se está em pecado mortal é, em si, um novo pecado mortal: é um grave pecado de sacrilégio, porque é um abuso do mais precioso dom de Deus aos homens, o dom de Si mesmo.

Se cometemos um pecado mortal, não basta um ato de perfeita contrição para podermos receber a Sagrada Comunhão. É verdade que um ato de contrição perfeito (dor do pecado por amor a Deus) devolve à alma o estado de graça. No entanto, para nos protegermos do perigo de nos enganarmos a nós mesmos em matéria tão importante, e para proteger a Sagrada Eucaristia do perigo da profanação, a Igreja exige explicitamente que, se sabemos ter cometido um pecado mortal, recorramos ao sacramento da Penitência antes de comungar. *E essa lei obriga-nos mesmo que sinceramente julguemos ter uma contrição perfeita por esse pecado.*

Isto não significa que, cada vez que vamos comungar, tenhamos que passar antes pela confissão. A confissão regular e freqüente é uma prática excelente e muito desejável. Mas, enquanto tivermos consciência de estar livres de pecado mortal, podemos continuar comungando todo o tempo que queiramos, sem necessidade de nos confessarmos antes.

Devemos também esclarecer que a confissão antes da comunhão só é necessária quando temos toda a certeza de estar em pecado mortal. Pode acontecer que cometamos um pecado e depois tenhamos sinceras dúvidas sobre se foi mortal ou venial. Podemos, por exemplo, deixar-nos levar por um ataque de ira e, depois, duvidar se foi plenamente consciente ou deliberado, ou suficientemente grave para constituir um pecado mortal. Esta mesma dúvida pode assaltar-nos no caso de fortes tentações contra a castidade ou outra [p. 308] virtude qualquer. Se a dúvida é sincera e não uma clara manobra para nos enganarmos a nós mesmos, podemos fazer um ato de perfeita contrição e comungar sem passar antes pela confissão. É evidente que ninguém pode estar nunca *absolutamente* certo de ter uma contrição perfeita; mas, em casos como os mencionados, basta uma certeza razoável.

Em termos estritos, nenhum ser humano (com exceção da Santíssima Virgem) pode ser genuinamente digno de receber a Sagrada Comunhão. Ser verdadeiramente digno de tão íntima união com o Deus feito homem exigiria uma santidade Angélica, fora do alcance dos mortais. Quando falamos de uma comunhão digna, usamos o conceito de dignidade em sentido relativo; falamos do mínimo grau de dignidade que Jesus Cristo e a sua Igreja estabeleceram como necessário para comungarmos com fruto. É o nível de disposição fora do qual o sacramento da Sagrada Eucaristia não pode infundir a sua graça em nossa alma. Não devemos exigir de nós mais condições que as que o próprio Jesus nos impõe. Sempre que se possuam os requisitos mínimos para comungar dignamente, seria um grande erro abster-se da comunhão ou da comunhão freqüente, por causa de um sentimento exagerado de indignidade. Devemos ter presente que Jesus não nos pede que sejamos santos para podermos comungar freqüentemente. O que nos pede é que comunguemos freqüentemente para podermos ser santos.

Há cerca de trezentos anos, surgiu na Igreja uma heresia chamada jansenismo. Tomou o nome de um bispo holandês, Jansen, que escreveu um livro sobre o tema da graça, extremamente rigoroso nas suas exigências. A heresia jansenista sustentava que só os muito santos podiam receber a Sagrada Comunhão freqüentemente, e que ninguém deveria ousar aproximar-se da Santa Mesa sem uma preparação profunda e uma longa e intensa prática da virtude. E apesar de ter sido condenada por vários Papas, essa heresia difundiu-se por toda a Igreja e perdurou em certa medida até o nosso próprio século. Só recebeu o golpe de morte quando o Papa São Pio X promulgou o seu famoso decreto sobre a Comunhão freqüente.

O Papa São Pio disse muito claramente que, além de se estar livre de pecado mortal, a outra única condição necessária para comungar diariamente é fazê-lo com intenção reta. A intenção mais perfeita é um ardente desejo de nos unirmos a Jesus por causa do nosso grande amor por Ele. Pode ser que não tenhamos alcançado ainda esse grau de perfeição nas nossas disposições, o grau de termos fome dEle. No entanto, mesmo que a disposição não seja perfeita, continua a ser *reta*. Comungar pelo desejo de vencer as tentações e [p. 309] de livrar-se do pecado é uma intenção reta. Comungar por querer crescer em graça; comungar porque Jesus promete o céu aos que o comem no seu Sacramento, comungar por espírito de obediência, simplesmente por sabermos que Ele o quer, são naturalmente intenções retas. Todas essas intenções –ou qualquer delas- nos tornam aptos para a Sagrada Comunhão. Já vemos, pois, que é uma solene idiotice abster-nos da Sagrada Eucaristia com a desculpa de não estarmos de humor para as coisas espirituais ou de não sentirmos nada ao comungar. As nossas emoções são um índice irrelevante das nossas disposições para a comunhão. Recebemos a Sagrada Eucaristia pelo menos porque Jesus o quer, e isso basta para compreendermos que o estado atual das nossas emoções não tem nada a ver com o assunto. Podemos alcançar um grau elevado de vida interior sem sentir palpitações cardíacas, sem lágrimas ou doces arrebatamentos. A pedra de toque do nosso amor a Jesus Cristo é o que estamos dispostos a fazer por Ele, não o que sentimos por Ele.

É evidente que alguns podem querer comungar por motivos indignos. Receber a Sagrada Comunhão simples e exclusivamente porque toda a gente o faz (como na Páscoa ou numa Missa comunitária, por exemplo) e por ser o que toda a gente espera que façamos, quer dizer, comungar sem o desejo sincero de receber a

graça, sem ter consciência do que fazemos, não é uma intenção reta. Receber a Sagrada Comunhão resistindo interiormente, recebê-la só porque alguém nos repreenderia se não comungássemos, não é uma intenção reta. Receber a Sagrada Comunhão para causar boa impressão em alguém (pais, mestres ou até a noiva ou o chefe) e por nenhum outro motivo, é uma intenção claramente torta. Receber a Sagrada Comunhão para exibir uma piedade externa é um pecado de hipocrisia.

Mas deve-se notar que a ausência de uma intenção reta não significa necessariamente um pecado de sacrilégio, a não ser, é claro, que se comungue em estado de pecado mortal. A falta total de intenção reta faz com que não se receba a graça do Sacramento; ou, se a intenção é claramente indigna (como comungar para exibir uma piedade externa), não só não se receba a graça, como se cometa um pecado de irreverência.

Se comungamos movidos por uma intenção reta, de um tipo ou de outro, e com a alma livre de pecado mortal, recebemos infalivelmente a graça do sacramento. A quantidade de graça recebida dependerá da perfeição das nossas disposições. Quanto mais ardente for o nosso amor por Jesus Cristo, quanto menos pecados veniais (sem arrependimento) tivermos, e quanto mais incondicional for a nossa entrega a Deus, maior será a graça que receberemos. [p. 310]

O JEJUM EUCARÍSTICO

Durante muitas centenas de séculos, era lei da Igreja que qualquer pessoa que desejasse receber a Sagrada Comunhão deveria abster-se de todo alimento e bebida desde a meia noite

anterior. Excetuavam-se desta lei geral os enfermos e os moribundos.

As razões dessa lei são as mesmas que ditam as atuais leis do jejum eucarístico, e são tanto de índole espiritual como prática. A razão espiritual reside no desejo da Igreja de que manifestemos especial reverência a Jesus sacramentado, e que a manifestemos por um ato de mortificação, abstendo-nos de alimento e bebida por um tempo determinado antes de participarmos do Corpo de Cristo. A razão prática consiste em guardarmo-nos de possíveis irreverências à Sagrada Eucaristia, irreverências que poderiam ocorrer se fôssemos comungar com o estômago cheio de comida e bebida, especialmente de álcool.

O Papa Pio XII deu o primeiro passo na mitigação da lei multisecular que fixava o tempo de jejum da meia noite em diante, e em 1964 o Papa Paulo VI facilitou-a ainda mais. A lei básica atual é esta: quando vamos comungar (seja numa Missa matutina, vespertina ou de meia noite), devemos abster-nos de qualquer alimento e bebida uma hora antes de recebermos a Sagrada Comunhão. (A água natural não quebra o jejum, e pode-se tomá-la sem limite de tempo). Deve-se notar que a lei especifica que seja uma hora antes de comungar, e não uma hora antes da Missa. Assim, se uma pessoa pensa comungar na Missa das sete da tarde, e sabe que a Sagrada Comunhão não será distribuída antes das sete e quinze, pode comer e beber até as seis e quinze.

Este tempo deve ser medido estritamente. Seria um grande erro raciocinar: “Bom, faltam apenas dois ou três minutos, e isso não tem importância; portanto, vou comungar”. Não podemos ser demasiado indulgentes nesta matéria do jejum eucarístico. Se o sacerdote acaba de dar a Sagrada Comunhão quando ainda nos faltam dois ou três minutos para completar a hora desde que comemos ou bebemos alguma coisa (excluída a água), é melhor

abstermo-nos de comungar nessa altura. Evidentemente, neste tema vigora também o princípio da dúvida. Se nos esquecemos de olhar o relógio quando tomamos o último pedaço e agora não temos certeza de ter sido há uma hora exata, podemos conceder-nos o benefício da dúvida e receber a Sagrada Comunhão.

Ao revisar a lei do jejum eucarístico, o Papa Paulo VI estabeleceu que qualquer doente, mesmo não acamado, pode tomar antes da comunhão, sem limite de tempo, alimentos líquidos e quaisquer remédios, mesmo sólidos ou que contenham álcool; não, porém, alimentos líquidos alcoólicos nem bebidas alcoólicas. Em 1973, um [p. 311] novo decreto da Santa Sé introduziu outras mitigações para os doentes e pessoas idosas, reduzindo para um quarto de hora o período de tempo suficiente para o jejum eucarístico, isto é, para a abstenção de comidas, mesmo sólidas, e de bebidas alcoólicas. Esta concessão foi dada em favor: dos doentes internados em casas de saúde ou retidos em sua própria casa, mesmo que não estejam de cama; dos fiéis de idade avançada que, por velhice, se achem retidos em casa ou internados nalguma instituição; dos sacerdotes doentes e idosos que desejem celebrar a Missa ou receber a comunhão; e, finalmente, daqueles que prestam serviços de assistência aos doentes ou a pessoas idosas, e dos familiares dos mesmos, que desejem receber conjuntamente com eles a Santíssima Eucaristia, quando não puderem, sem um certo incomodo, observar o jejum durante uma hora.

Quando se diz que uma pessoa doente pode tomar remédios sem limite de tempo, não está pensando apenas em doenças graves. Uma aguda dor de cabeça justifica que tomemos uma aspirina antes de irmos à Missa; um catarro rebelde autoriza que tomemos um xarope medicinal; uma afecção cardíaca crônica permite o uso dos comprimidos prescritos.

Para aplicarmos estas especiais concessões aos doentes, não é necessário obter autorização de um sacerdote. O Santo Padre concedeu que fossemos utilizar sem outras condições os privilégios concedidos aos enfermos. E, visto a lei não estabelecer um especial grau de doença, podemos utilizar esses privilégios mesmo que a nossa enfermidade seja livre. A lei sobre a recepção da Sagrada Comunhão em perigo de morte não mudou. Uma pessoa em perigo de morte pode comungar sem necessidade de jejum de qualquer tipo.

CONSELHOS PRÁTICOS PARA COMUNGAR

Os requisitos para recebermos dignamente a Sagrada Eucaristia já nos são conhecidos: não estar em pecado mortal, ter uma intenção reta e guardar o jejum eucarístico aplicável ao nosso caso. Se cumprirmos estas condições, de cada vez que comungarmos receberemos infalivelmente um aumento de graça santificante, juntamente com muitas graças atuais.

Não é preciso dizer que o nosso aspecto externo deve estar de acordo com as adequadas disposições interiores. A mais elementar cortesia nos diz que, quando nos aproximamos da Comunhão, devemos estar limpos de corpo e de roupa. Não é necessário irmos solenemente vestidos: Nosso Senhor acolherá sem dúvida com carinho o operário que se detém no seu percurso até à fábrica para assistir [p. 312] à Missa e comungar com a roupa de trabalho; ou o pobre homem que não tem outro remédio senão usar a sua roupa remendada e cerzida. Mas a limpeza e o asseio estão ao alcance de todos.

O mesmo ocorre com a modéstia no vestir. Os que querem visitar a rainha da Inglaterra devem submeter-se a um protocolo rígido; e ninguém sonharia, nem sequer no país mais democrático

do mundo, em entrevistar-se com o presidente da República vestido de calças curtas e camisa esporte. O Rei dos reis tem incomparavelmente mais direito às manifestações externas de reverência e respeito que lhe devemos. Não é pedantice nem beatice, mas piedade da mais elementar, a que proíbe as sumárias peças esportivas e os vestidos decotados para nos aproximarmos da Comunhão.

Pode ser útil mencionar aqui o especial afeto e agradecimento que despertam no sacerdote aqueles que, ao comungarem –ajoelhados ou de pé-, inclinam a cabeça ligeiramente para trás, abrem suficientemente a boca e põem a língua por cima dos bordos do lábio inferior. Felizmente, a maioria dos que comungam fazem isso. Mas surpreende ver com que frequência o sacerdote tem que transpor obstáculos tais como cabeças inclinadas para a frente, dentes semi-cerrados ou línguas que não se decidem a sair. Se alguém tem dúvidas sobre o seu espírito de colaboração nesta matéria, dê uma espiada no espelho e tire as conclusões.

Onde está autorizada a prática de receber a comunhão na mão, os que desejam recebê-la assim devem apresentar a mão esquerda com a palma aberta sobre a palma da mão direita. Ali será depositada a Sagrada Hóstia, que deverá ser tomada com a máxima reverência com o indicador e o polegar da mão direita, e levada à boca antes de sair do lugar. As normas vigentes não permitem em caso algum que o próprio fiel tome diretamente a Hóstia do cibório ou do altar ou que a receba com os dedos em pinça. E a Igreja estabeleceu que, mesmo nos lugares onde se dá legitimamente a comunhão na mão, qualquer fiel tem o direito – que deve ser respeitado pelo sacerdote- de receber a Sagrada Comunhão na boca.

Alguns preocupam-se desnecessariamente com a possibilidade de que a Sagrada Hóstia lhes toque os dentes, coisa que é absolutamente irrelevante. Pode-se até mastigar a Hóstia, como se mastigam os alimentos, pois afinal é alimento espiritual. Embora isto quase nunca seja necessário.

Quer mastiguemos a Sagrada Hóstia ou não, o que devemos garantir é que engulamos, já que a Sagrada Eucaristia é alimento espiritual, e, para recebê-lo, temos que comê-la. Se quiséssemos que a Sagrada Hóstia se dissolvesse completamente na boca, de modo que [p. 313] já não conservasse as aparências de pão, não receberíamos a Sagrada Comunhão nem as graças que esse sacramento nos confere. Devemos, pois, manter a Sagrada Hóstia na boca apenas o tempo o tempo suficiente para que se umedeça e a possamos ingerir.

Seria um erro sério recebermos a Sagrada Comunhão quando sofremos de indisposições digestivas que possam facilmente produzir vômitos. Se alguém sofresse um ataque repentino de náusea e vomitasse a Sagrada Hóstia, deveria recolhê-la num pano limpo e entregá-la ao sacerdote para que dispusesse dela. Se o sacerdote não se encontra perto ou é duvidoso que as aparências de pão ainda subsistem, os vômitos devem ser envolvidos num pano e queimados. Voltando a temas mais agradáveis e mais práticos, propomos uma tríplice questão: “Com que frequência me é permitido comungar? Com que frequência tenho obrigação de comungar? Com que frequência deveria comungar?”

A norma geral é que é permitido comungar só uma vez por dia, e não é lícito desprezar esta norma geral por simples devoção. Mas a Instrução *Immensae charitatis* de 29 de Janeiro de 1973 estabeleceu:

“De acordo com a disciplina vigente, os fiéis podem aproximar-se da Sagrada

Comunhão pela segunda vez no mesmo dia: na segunda Missa do dia de Páscoa ou numa das Missas que são celebradas no dia de Natal, ainda que hajam comungado na missa da vigília pascal e na missa de meia noite do Natal, respectivamente; igualmente, na missa vespertina ‘in Coena Domini’ da Quinta-Feira Santa, mesmo que tenham comungado também na ‘missa crismal’; do mesmo modo, no sábado à tarde ou na véspera de um dia de preceito, se se quer cumprir com a obrigação de ouvir Missa, ainda que já se tenha comungado no mesmo dia pela manhã”.

Podem apresentar-se outras circunstâncias especiais em que é permitido receber pela segunda vez a Sagrada Comunhão (citamos os casos mais normais estabelecidos na Instrução): nas missas “rituais” em que se administram os sacramentos do Batismo, Confirmação, Unção dos Enfermos, Ordem, Matrimônio, e na Missa em que se dá a primeira comunhão; nas seguintes Missas de defuntos; Missa de exéquias, “ao receber a notícia da morte”, na missa celebrada no dia do enterro e na do primeiro aniversário; por ocasião da administração do Viático, durante a qual se pode dar a comunhão aos familiares e a amigos do enfermo que se acham presentes. Naturalmente, a Instrução refere-se a pessoas que já receberam a Sagrada Comunhão nesse dia.

Tenho obrigação de comungar uma vez por ano pela Páscoa (desde a Quarta-Feira de Cinzas até o dia de Nossa Senhora do [p. 314] Carmo, 16 de julho) e em perigo de morte. Omitir deliberadamente a comunhão em qualquer desses casos é pecado grave.

Deveria comungar com a freqüência que me fosse possível. A Sagrada Eucaristia é o nosso alimento espiritual e, pelo menos, deveríamos ter tanto interesse em alimentar a nossa alma como em alimentar o nosso corpo; ora, ninguém omite as suas refeições por

grandes temporadas. A Sagrada Eucaristia é também garantia de felicidade eterna, se a recebemos regularmente e com razoável frequência, todos os dias, se pudermos. Jesus prometeu: “Aquele que comer deste pão viverá eternamente” (Jo 6, 59). Com os privilégios que a Igreja concedeu aos que têm dificuldades para jejuar, deveríamos fazer o propósito de *receber a Sagrada Comunhão em todas as Missas a que assistamos*, como faziam os primeiros cristãos. Suponhamos que estamos preparados por dentro e por fora para fazer uma comunhão digna. Podemos perguntar-nos: “Quanta graça poderei receber quando comungar?”

Já ouvimos dizer que uma só comunhão contém um depósito inesgotável de graças, que uma só comunhão seria suficiente para tornar santa uma pessoa. Já ouvimos estas e outras afirmações parecidas, e podemos sentir-nos um pouco desanimados ao ver que, apesar das nossas comunhões freqüentes, ainda parece que nos movemos em níveis de santidade demasiado medíocres.

Não há dúvida de que cada comunhão contém um depósito inesgotável de graças: quem está presente na Sagrada Eucaristia é Jesus Cristo, e Jesus Cristo é Deus, e Deus é infinito, e pode dispor de graças infinitas. Mas o total de graças que cada indivíduo recebe numa comunhão depende da *capacidade* que esse indivíduo tenha.

Há muita água no Oceano Atlântico, mas uma garrafa de litro só poderá conter um litro dessa água, mesmo que a mergulhemos até o fundo. De forma parecida, a nossa alma tem uma capacidade limitada para a graça. Como criatura finita que é, nenhuma alma humana pode ter capacidade infinita para a graça, nenhuma alma está em condições de absorver toda a graça que uma comunhão põe à sua disposição.

Mas isto não quer dizer que em cada uma de nossas comunhões estejamos conseguindo toda a graça que nos é

possível. Não quer dizer que não possamos aumentar a nossa capacidade de adquirir graça. Se a garrafa que mergulhamos no oceano não está vazia, mas cheia de areia até três quartos, não tiraremos um litro de água, mas apenas um quarto da sua capacidade total. Só Deus sabe qual é a capacidade máxima de graça de uma alma. Mas todos podemos ter a certeza de não haveremos alcançado ainda essa capacidade máxima. [p. 315] Aumentamos a nossa capacidade de graça quando retiramos a areia da garrafa, quando tiramos os obstáculos à graça que embarçam a nossa alma. O primeiro e o maior deles é o apego ao pecado venial (uma comunhão digna pressupõe ausência de pecado mortal). Enquanto houver um só pecado venial que não queiramos abandonar (um rancor contra o chefe, a intemperança no uso do álcool, uns comentários maliciosos com laivos de murmuração), estaremos reduzindo a capacidade de graça da nossa alma.

Uma vez livres do pecado venial, ainda resta a luta contra as imperfeições, essas falhas que mostram que o nosso amor a Deus não é ainda de todo o coração. Pode haver desleixo ou desinteresse na nossa oração, resistência egoísta em ajudarmos o próximo, falta de esforço para vencer a nossa irritabilidade ou impaciência, certa vaidade infantil nas nossas atitudes ou nos nossos talentos. Sejam quais forem, essas imperfeições são provavelmente muitos grãos de areia na nossa garrafa.

Que podemos fazer com esses pecados e imperfeições? Por um pouco mais de esforço e receber a Sagrada Comunhão com maior freqüência. Um efeito maravilhoso da graça da comunhão é que nos purifica e fortalece contra as mesmas coisas que a impedem de agir. Com um pequeno esforço da nossa parte, cada Sagrada Comunhão prepara o caminho para maiores graças na seguinte. Cada comunhão edifica sobre a anterior.

Este fato esclarece também a afirmação de que “uma só comunhão é suficiente para fazer um santo”. É verdade que o Senhor podia, por um milagre da sua graça, fazer de um pecador um santo com uma só comunhão. Mas, normalmente, Deus permite que o crescimento na santidade seja um crescimento orgânico, gradual e estável como o de uma criança, que mal se percebe de um dia para o outro. De novo aqui uma graça edifica sobre a anterior. É melhor para a nossa humildade não conhecermos claramente o progresso que fazemos.

A única conclusão que devemos tirar de tudo isto é que nos importa muito que cada comunhão nos leve o mais longe possível. Isto exige uma preparação *imediata* de cada comunhão, que estimule os nossos sentimentos de arrependimento, fé, amor e gratidão, que nos arraste a uma entrega autêntica, para identificarmos a nossa vontade com a de Deus. E é evidente que cumprirmos tudo isto se nos unimos com sinceridade e recolhimento ao oferecimento da Missa.

Depois, temos esses preciosos minutos após a comunhão, em que Nosso Senhor Jesus nos tem, poderíamos dizer, abraçados. A “ação de graças” da comunhão significa renovarmos as nossas promessas [p. 316] de amor e gratidão, significa perguntarmo-nos valentemente: “Senhor, que queres que eu faça?”, e escutarmos com mais valentia ainda a resposta que virá. Se a bênção final da Missa nos apanha já com um pé no corredor, preparados para empreender uma veloz corrida para casa em busca do nosso café com leite, é que estamos malbaratando lastimavelmente muitas graças que Jesus ainda não acabara de nos dar. Fora alguma circunstância excepcional, deveríamos ter por norma permanecer na igreja por mais dez minutos, dando graças pela comunhão.

Há um ponto final (e muito consolador) que convém ter presente: podemos comungar com muita frequência; podemos

preparar-nos adequadamente para a comunhão e depois dar graças com generosidade; podemos estar tratando sinceramente, de comunhão em comunhão, de por em prática os nossos propósitos e, apesar de tudo isso (ou talvez por causa disso), sentirmo-nos insatisfeitos conosco próprios. Então, não nos limitemos a exclamar: “Com tantas comunhões, como devia ser melhor!” Perguntemo-nos também: “Sem tantas comunhões, que seria de mim?” [p. 317]

CAPÍTULO XXIX

A PENITÊNCIA

O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

É um estranho paradoxo. Frequentemente, os conversos dizem que uma das coisas mais duras para se fazerem católicos é o pensamento de terem de “ir confessar-se”. E, no entanto, para nós, que crescemos na Igreja, o sacramento da Penitência, é provavelmente o que, à parte o Batismo, menos quereríamos deixar. A paz de mente e de alma que o sacramento da Penitência nos dá não tem sucedâneo. É uma paz que brota da certeza – não de uma esperança insegura – de que os nossos pecados foram perdoados, de que estamos em amizade com Deus. Evidentemente, também o converso aprende rapidamente a amar o sacramento da Penitência, quando supera os seus vagos temores, temores que nascem da ignorância do que este sacramento é na realidade.

A palavra “penitência” tem dois significados. Em primeiro lugar, temos a virtude da penitência, a *virtude* sobrenatural que nos leva a detestar os nossos pecados, por um motivo que a fé nos dá a conhecer, e ao propósito conseqüente de não ofender mais a

Deus e de desagrává-lo por isso. Neste sentido, o termo “penitência” é sinônimo de “arrependimento”. Antes de Cristo, a *virtude* da penitência era o único meio pelo qual os homens podiam alcançar o perdão de seus pecados. Mesmo hoje, para os que estão fora da Igreja de boa fé e não dispõem do sacramento da Penitência, ela é o único meio de alcançar o perdão dos pecados.

Além de ser uma virtude, a Penitência é um sacramento. Define-se como “o sacramento instituído por Jesus Cristo para perdoar os pecados cometidos depois do Batismo”. Ou, para dar uma definição mais longa e descritiva, podemos dizer que a Penitência é o sacramento pelo qual o sacerdote, como instrumento vivo de Deus, [p. 318] perdoa os pecados cometidos depois do Batismo, quando o pecador está sinceramente arrependido, diz as suas faltas em confissão ao sacerdote e se submete à satisfação ou pena que este lhe impõe.

Pela sua morte na cruz, Jesus Cristo redimiu o homem do pecado e das conseqüências do pecado, especialmente da morte eterna, que é seu efeito. Não é, pois, de surpreender que Jesus tenha instituído no mesmo dia em que ressuscitou dentre os mortos o sacramento pelo qual os pecados dos homens podem ser perdoados.

Ao entardecer do Domingo da Ressurreição, Jesus aparece aos Apóstolos, reunidos na sala alta onde tinham celebrado a Última Ceia. Estes retrocedem assombrados, com uma mistura de temor e esperança incipiente, enquanto Jesus lhes fala para tranquilizá-los. Mas deixemos que seja São João quem conte (20, 19-23): “Veio Jesus e, pondo-se no meio deles, disse-lhes: A paz seja convosco. E, dizendo isto, mostrou-lhes as mãos e o lado. Os discípulos alegraram-se vendo o Senhor. Disse-lhes Ele outra vez: A paz seja convosco. Como meu Pai me enviou, assim eu vos envio. Dizendo isto, soprou e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo;

àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos”.

Parafraseando estas palavras de Jesus numa linguagem mais moderna, o que Jesus disse foi: “Como Deus, tenho o poder de perdoar os pecados. Agora vos transmito o uso desse poder. Sereis meus representantes. Quaisquer pecados quer perdoardes, Eu os perdoarei. Quaisquer pecados que não perdoardes, Eu não os perdoarei”. Jesus sabia bem que muitos de nós esqueceríamos as valentes promessas do Batismo e cometeríamos pecados graves depois. Sabia que muitos de nós perderíamos a graça, a participação na própria vida divina que nos foi dada no Batismo. Sendo infinita e inesgotável a misericórdia de Deus, era inevitável, digamos assim, que Ele desse uma segunda oportunidade (e uma terceira, e uma quarta, e uma centésima, se necessário) aos que recaíssem no pecado.

É lógico que, com a morte dos Apóstolos, não se interrompesse o poder que Jesus lhes deu de perdoar os pecados, bem como o de mudar o pão e o vinho no seu Corpo e Sangue. Jesus não veio à terra para salvar apenas um minúsculo punhado de almas escolhidas. Não veio para salvar unicamente os contemporâneos dos seus Apóstolos. Jesus veio para salvar *todos* os homens que quisessem salvar-se, até o fim dos tempos. Quando morria na cruz, tinha-nos presentes a você e a mim, tanto como a Timóteo e a Tito.

É evidente que o poder de perdoar os pecados é parte do poder sacerdotal, e, portanto, tinha que se transmitir de geração em geração por meio do sacramento da Ordem Sagrada. É um poder que [p. 319] cada sacerdote exerce quando estende as mãos sobre o pecador contrito e diz: “Eu te absolvo dos teus pecados,

em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”. Temos ouvido estas palavras muitas vezes. São “a fórmula da absolvição”.

Todo sacerdote tem o *poder* de perdoar os pecados. Mas, na prática, precisa de algo mais. Precisa do que se chama “jurisdição”. O sacramento da Penitência assemelha-se a um processo judicial: o sacerdote escuta a declaração, e o sacerdote pronuncia a sentença. Sabemos que, na ordem da lei civil, o juiz de uma comarca judicial não pode julgar as causas de outra comarca, a não ser que seja nomeado pela autoridade. Sem essa nomeação, nenhum juiz tem jurisdição fora da sua comarca.

Da mesma maneira, um sacerdote não pode exercer o seu poder de juiz espiritual no tribunal da Penitência a não ser que, e até que, o bispo da diocese lhe dê autorização para fazê-lo. sem essa licença, o sacerdote carece de jurisdição; não pode absolver validamente os pecados. Mais ainda, o seu poder limita-se à diocese para a qual tem licença. Um sacerdote da arquidiocese de Aracaju, por exemplo, não pode confessar validamente na diocese de Chapecó, a não ser que o bispo de Chapecó o autorize a fazê-lo, ou a não ser que, encontrando-se o sacerdote em Chapecó, um dos seus paroquianos de Aracaju lhe peça que o confesse.

Pode acontecer uma vez ou outra que o sacramento da Penitência nos pareça uma carga. Talvez até tenhamos chegado a exclamar nalguma ocasião: “Oxalá não tivesse que ir confessar-me!”. Mas também não há dúvida de que, em momentos de serenidade, teremos compreendido o amor que devemos a este sacramento e como não quereríamos passar sem ele. Basta pensar um poço em tudo o que o sacramento da Penitência faz por nós! Em primeiro lugar, se uma pessoa se separou de Deus por um ato grave e deliberado de desobediência (quer dizer, por um pecado mortal), o sacramento da Penitência reconcilia essa alma com

Deus; a graça santificante volta a essa alma. Ao mesmo tempo, os pecados são perdoados. Do mesmo modo que a escuridão desaparece de um quarto mal se acende a luz, o pecado tem que desaparecer da alma assim que chega a graça santificante.

Se alguém vai confessar-se sem pecado mortal, nem por isso o sacramento é recebido em vão. Neste caso, a alma recebe um *incremento* de graça santificante, o que significa que se aprofunda e se fortalece aquela participação na vida divina pela qual a alma está unida a Deus. E quer se esteja ou não em pecado mortal, são sempre perdoados todos os pecados veniais que o penitente tenha cometido e de que esteja arrependido. Trata-se desses pecados leves e [p. 320] mais comuns que não nos separam de Deus, mas dificultam a plena irradiação da graça na nossa alma, como as nuvens dificultam a irradiação solar.

Além de restaurar ou aumentar a graça santificante e de perdoar os pecados morais e veniais, que outras vantagens nos proporciona este sacramento?

Se se trata de pecados mortais, é cancelado pela Penitência o castigo eterno que deles resulta inevitavelmente. Sabemos que quem rejeita Deus pelo pecado mortal e entra na eternidade impenitente, separa-se dEle para sempre; vai para o inferno. Mas quando Deus, no sacramento da Penitência, une outra vez essa alma a Si e a absolve do pecado mortal, elimina também o perigo de desastre eterno a que essa alma estava destinada.

Ao mesmo tempo que perdoa o castigo *eterno* devido pelo pecado mortal, o sacramento da Penitência perdoa pelo menos parte da pena *temporal* devida pelo pecado. Esta pena temporal é simplesmente a dívida de satisfação que devo a Deus pelos meus pecados, inclusive depois de terem sido perdoados. É questão de “consertar os estragos”, poderíamos dizer.

Vejamo-lo por um exemplo caseiro: um rapaz deixa-se arrebatado por um momento de ira e dá um pontapé numa mesinha, derrubando e quebrando um objeto de cerâmica. “Sinto muito, mamãe – diz ele, arrependido-. Não deveria tê-lo feito”. “Bem – diz a mãe-; se está arrependido, não o castigarei. Mas terá que recolher os pedaços quebrados, e, além disso, espero que compre um objeto novo com as suas economias”. A mãe perdoa a desobediência e absolve o filho do castigo, mas espera que ele ofereça uma satisfação pela sua rebeldia.

Esta é a satisfação que devemos a Deus por havê-lo ofendido, e a que chamamos “pena temporal devida pelo pecado”. E ou pagamos essa pena com orações, mortificações e outras boas ações feitas em estado de graça nesta vida, ou teremos que pagá-la no purgatório. Esta é a dívida que o sacramento da Penitência reduz, ao menos em parte, proporcionalmente ao grau do nosso arrependimento. Quanto mais fervorosas forem as nossas disposições, mais se reduz a satisfação temporal que devemos.

Outro efeito do sacramento da Penitência é devolver-nos os méritos das boas obras que tenhamos feito e que se tenham perdido pelo pecado mortal. Como sabemos, toda boa ação que realizamos em estado de graça santificante, com a intenção de agradar a Deus, é uma ação *meritória*, isto é, merece-nos um aumento de graça nesta vida e de glória no céu. Mesmo as ações mais simples – uma palavra amável, um gesto de cortesia-, feitas com amor de Deus causam [p. 321] este efeito; muito mais as orações, Missas e sacramentos. No entanto, o pecado mortal cancela todos esses méritos acumulados, como uma jogada insensata na roleta pode fazer perder as economias de toda uma vida. Ao perdoar-nos o pecado mortal, Deus podia, em perfeita justiça, deixar que os nossos méritos passados continuassem perdidos para sempre. Mas, na sua bondade infinita, não o faz, não nos obriga a começar

outra vez do princípio: o sacramento da Penitência não só perdoa os nossos pecados, como nos devolve também os méritos que tínhamos perdido voluntariamente.

Finalmente, além de todos esses benefícios, o sacramento da Penitência dá-nos direito a quaisquer graças atuais de que possamos necessitar —e na medida em que delas necessitemos— para podermos satisfazer os nossos pecados passados e vencer as nossas tentações futuras. Esta é a “graça sacramental” especial da Penitência, que nos fortifica contra as recaídas no pecado. É o remédio espiritual que fortalece e ao mesmo tempo cura. Esta é a razão pela qual toda pessoa desejosa de ter verdadeira vida interior sente necessidade de confessar-se com freqüência. A confissão freqüente é uma das melhores defesas contra o pecado mortal. Seria, pois, o cúmulo da estupidez dizer: “Eu não preciso confessar-me porque não cometi nenhum pecado mortal”.

Todos estes efeitos do sacramento da Penitência —a restauração ou o aumento da graça santificante, o perdão dos pecados, a remissão da pena, a devolução do mérito e a graça para vencer as tentações— só possíveis graças aos infinitos méritos de Jesus Cristo que este sacramento imprime na nossa alma. Jesus Cristo na cruz realizou já a sua obra por nós; no sacramento da Penitência, damos a Deus simplesmente a oportunidade de partilhar conosco os infinitos méritos de seu Filho.

PREPARAÇÃO DA CONFISSÃO

Provavelmente, muitos de nós recebemos o sacramento da Penitência com razoável freqüência. E, sem dúvida, quando somos severamente tentados, ou de algum modo temos o espírito

atribulado, encontramos nesse sacramento uma fonte abundante de fortaleza e paz. Agradecemos a Deus por nos ter dado essa oportunidade tão à mão de obtermos orientação e conselho espiritual, além das graças que a Penitencia nos dá. Se somos sensatos, procuraremos o mesmo confessor regularmente, para que possa conhecer melhor as nossas necessidades. Não obstante, pode ser que muitos de nós –sem grandes [p. 322] tentações nem problemas de peso- recebamos o sacramento da Penitencia rotineiramente. Vamos confessarnos com freqüência porque damos crédito à afirmação de que é bom para a nossa alma. Dizemos os nossos pecados e cumprimos depois a penitencia, e não passamos disso. Não sentimos sensação alguma de renovação ao sairmos do confessionário; não nos vemos melhorar apreciavelmente de confissão para confissão. Qual pode ser a causa desta espécie de apatia? Que está faltando da nossa parte para nos confessarmos com fruto?

O catecismo dá uma lista de cinco condições para recebermos dignamente o sacramento da Penitencia. Primeiro, examinarmos a nossa consciência. Segundo, doer-nos dos nossos pecados. Terceiro, fazer o firme propósito de não pecar daí por diante. Quarto, confessar os nossos pecados ao sacerdote. Quinto, querer cumprir a penitencia que o confessor nos impõe. Omitir qualquer destes pontos pode ocasionar, no pior dos casos, uma confissão completamente indigna, uma confissão sacrílega; e, no melhor, uma confissão com menos fruto, em que a nossa alma receba muito pouca graça.

Consideremos em primeiro lugar o exame de consciência. Define-se como o esforço sincero por recordar todos os pecados cometidos desde a última confissão válida. Devemos cumprir essa tarefa antes de nos aproximarmos do confessionário. Se alguém

tem dificuldade em examinar a sua consciência –por exemplo, por estar afastado da confissão há muito tempo ou por ter pouca formação religiosa-, o sacerdote o ajudará com gosto a fazê-lo, se lhe falar disso. Mas o normal é ter os pecados antecipadamente preparados para desfilarem em revista perante o sacerdote, logo que este nos possa ouvir.

A questão é saber se o nosso exame de consciência tem a profundidade e a seriedade que deveria ter. É fácil, especialmente se nos confessamos com frequência, descurar este ponto. “O mesmo que da última vez”, dizemos. “Descuidei as orações, usei o nome de Deus com pouca reverência, perdi a paciência uma vez e disse duas ou três mentiras pequenas”. E com essa olhada rápida julgamos estar preparados para a confissão. Parece que esquecemos que o que vamos receber é nada menos que um sacramento, um *sacramento* por cuja eficácia Cristo morreu em agonia. O nosso exame de consciência deveria ser uma preparação pausada e cuidadosa: caso contrário, não nos deve surpreender que a nossa quota de graça seja pequena.

Antes de mais nada, o nosso exame deve começar com uma oração fervorosa, pedindo ao Espírito Santo luzes para podermos reconhecer os nossos pecados claramente, confessá-los adequadamente [p. 323] e arrepender-nos sinceramente. Só depois nos dedicaremos a inventariá-los. Sem pressas nem nervosismos (deixando que outros passem à nossa frente no confessionário, se chega a nossa vez e ainda não estamos preparados), repassaremos os mandamentos da lei de Deus e da Igreja e os nossos deveres particulares de estado, aplicandoos à nossa pessoa. Devemos preocupar-nos de recordar os pecados mortais se, infelizmente, existem. Cada pecado mortal deveria doer-nos como a proverbial punhalada. Mas, como pretendemos fazer uma confissão *muito*

frutífera, buscaremos também os nossos pecados veniais, aquelas coisas que impedem o nosso pleno amor a Deus.

Podemos sentir a inclinação de despachar um ou outro mandamento demasiado depressa. Dizemos: “O primeiro mandamento? Não adorei nenhum deus falso”. Não, evidentemente. Mas que acontece com as irreverências na igreja, com as distrações na oração, com um pouco de superstição talvez? “O quinto mandamento? Não matei ninguém”. Não; mas que acontece com as broncas em casa, quando começo a gritar e deixo todo o mundo ressentido? Que dizer sobre o rancor que guardo contra fulano e sicrano? Que dizer sobre a minha secreta esperança de que fulano “se meta na enrascada que andava procurando?” “O sexto? Não cometi adultério ou fornicação”. Não, mas que dizer desse olho curioso na praia, dessas piadas marrom de escritório? “O oitavo? Ah, sim! Disse uma ou duas mentirinhas certa vez.” Sim? E que dizer daquela murmuração daninha que soprei, daquelas reticências e preconceitos contra essa pessoa de outro país ou raça? Quando *de verdade* começarmos a examinar-nos sobre a virtude da caridade, surpreender-nos-á ver que necessitamos de mais tempo do que pensávamos.

E que acontece com a honestidade da nossa conduta em assuntos de dinheiro, com a justiça com os subordinados, com a nossa generosidade com repartir com os menos afortunados os nossos bens materiais? Que acontece com a nossa plena aceitação de tudo o que a Igreja ensina? E com a temperança e a sobriedade na comida e, sobretudo, nas bebidas? (Ou teremos que embebedar-nos para perceber que não somos comedidos?) E com o exemplo de vida cristã que damos aos que nos rodeiam?

Não é necessário continuar aqui a lista. Uma fraqueza a que nos inclinamos é compararmos com o vizinho da frente ou com a vizinha do lado, e concluir que, depois de tudo, não somos tão

maus assim. Esquecemos que o único com quem temos o direito de comparar-nos é Jesus Cristo. Ele é o nosso modelo, ninguém mais.

Antes de receber o sacramento da Penitencia, é importante examinarmos bem a consciência; mas é mais importante ainda [p. 324] assegurar-nos de que temos dor sincera dos nossos pecados. Podemos esquecer-nos involuntariamente de confessar um pecado –até mortal- e mesmo assim fazer uma boa confissão, receber o perdão dos nossos pecados. Mas também podemos confessar todos os nossos pecados com a máxima precisão e, no entanto, sair do confessionário com eles ainda em nossa alma, se não temos uma contrição sincera.

Que é, pois, essa contrição tão essencial para recebermos validamente o sacramento da Penitencia? A palavra “contrição” deriva do latim e significa “moer”, “pulverizar”. A idéia de reduzir o eu a pó é a que nos leva a apresentar-nos diante de Deus com profunda humildade. O Concílio de Trento, que tratou amplamente do sacramento da Penitencia, diz que a contrição é “um pesar de coração e detestação do pecado cometido, com o propósito de nunca mais cometê-lo”.

É fácil compreender a necessidade da contrição como condição para o perdão. Se ofendemos alguém, seria uma loucura pensar que essa pessoa nos perdoará mesmo que não sintamos dor da ofensa cometida nem lho façamos saber. Não é de surpreender, pois, que Deus, a quem ofendemos com uma desobediência deliberada aos seus mandamentos, exija que nos arrependamos das nossas ofensas para sermos absolvidos da culpa. Deus não perdoa *nenhum* pecado, mortal ou venial, se não estamos arrependidos.

Mas também temos a outra cara da moeda, muito mais consoladora. Nos assuntos humanos, deparamos às vezes com gente rancorosa e vingativa, que nunca perdoa um insulto, por mais que nos doa o mal cometido e nos desculpemos. Deus não é assim. Deus perdoa *toda* ofensa, por odiosa que seja, se o pecador tem verdadeira contrição.

Temos que distinguir duas espécies de contrição: a *perfeita* e a *imperfeita*. A diferença entre elas baseia-se nos motivos que as produzem, nos “porquês” do nosso arrependimento. A contrição perfeita é a dor dos pecados que nasce de um perfeito amor a Deus. Ama-se a Deus sobre todas as coisas por Ele mesmo, simplesmente por ser infinitamente bom e merecedor da nossa lealdade absoluta, e essa consideração nos leva ao pesar de o termos ofendido. Esta é a contrição perfeita.

Deve-se notar que este “amor a Deus sobre todas as coisas por Ele mesmo” não implica necessariamente um sentimento de amor à maneira humana, emocional. É fácil sentirmos um amor mais ardente por certas pessoas que por Deus; mas isto não quer dizer que *prefiramos* essas pessoas a Deus. Santa Branca, mãe de São Luís (o rei Luís IX de França), dá-nos um bom exemplo disso. Não se pode duvidar do ardente amor materno que sentia por seu filho, e, [p. 325] no entanto, disse-lhe certa vez: “Preferiria ver-te morto aos meus pés a ver-te cometer um só pecado mortal!”. Se formos capazes de dizer a mesma coisa sinceramente, se estivermos dispostos a renunciar por Deus a qualquer pessoa ou coisa antes que ofendê-lo, então temos perfeito amor de Deus. E se é este o amor que inspira a nossa dor pelos pecados, então temos uma contrição perfeita.

De passagem, diremos que uma contrição perfeita perdoa o pecado mortal imediatamente, sempre que tenhamos a intenção de

nos acusarmos dele na nossa próxima confissão. Isto deveria levar-nos a incluir um ato de perfeito amor a Deus nas nossas orações diárias, para nos recordarmos de que Deus é o mais importante da nossa vida, não só pelo que fez por nós, mas pelo que é. Se nos mantemos “em forma” desta maneira, temos melhores possibilidades de fazer um ato de perfeita contrição, caso venhamos a precisar dela, contando sempre com a graça de Deus.

A contrição imperfeita é uma espécie de dor mais egoísta, mas deve ficar claro que não é uma *má* espécie de dor. Embora não tenha o poder de perdoar o pecado mortal fora da confissão, é uma dor suficientemente sincera para nos conseguir o perdão no sacramento da Penitência.

Os motivos que inspiram a contrição imperfeita são o ódio ao pecado por ser essencialmente um mal, ou o temor à justiça divina: a perda do céu e o desterro eterno no inferno. A dor que brota de um ou de ambos os motivos constitui a contrição imperfeita. Para a contrição imperfeita, não é suficiente o medo ao inferno como o maior dos males, de modo que decido explicitamente que, se não houvesse inferno, pecaria com gosto. Este é o tipo de temor que tem o cachorro quando vê o chicote nas mãos do seu amo. É um temor completamente egoísta, de escravos. O nosso temor a Deus deve nascer da consideração de que Ele é o nosso máximo bem, deve ser como o de uma criança para com um pai amoroso, não como o de um escravo para com um capataz severo.

Ambas as espécies de contrição, a perfeita e a imperfeita, devem incluir, evidentemente, o firme propósito de não pecar daí para a frente. É óbvio que não estamos contritos de um pecado se continuamos dispostos a cometê-lo novamente, se tivermos ocasião. Este propósito de não mais pecar deve abranger *todos* os

pecados mortais, não só os que se confessaram; e deve incluir todos os pecados veniais que confiamos nos sejam perdoados.

Ao referirmo-nos à contrição perfeita, é conveniente fazer notar que, embora apague o pecado mortal *imediatamente*, há o expresso preceito que nos proíbe de receber a Sagrada Comunhão enquanto não o tenhamos confessado no sacramento da Penitência. [p. 326]

CAPÍTULO XXX

A CONTRIÇÃO

QUANDO É REAL A DOR?

Às vezes, tropeçamos com alguém na rua ou no ônibus e dizemos: “Sinto muito”. Dizemo-lo por cortesia, ainda que não o sintamos de maneira nenhuma. Por dentro, temos vontade de exclamar: “Por que esse indivíduo não olha por onde anda?”. Ou se alguém se aborrece por algo que dissemos com toda a inocência, dizemos: “Sinto muito”, ainda que por dentro estejamos comentando: “Por que será que este homem é tão suscetível?”

É muito fácil multiplicar os exemplos de ocasiões em que as pessoas dizem “Sinto muito” sem sentir nada. Mas quando se trata, como é o caso, de nos prepararmos para receber o sacramento da Penitência, ou a nossa contrição é cem por cento sincera ou é melhor não nos confessarmos. Receber o sacramento da Penitência sem dor verdadeira é fazer uma confissão indigna, e o sacramento seria inválido e infrutífero. Se não temos contrição autêntica, Deus não nos perdoará os pecados. Como podemos, pois, saber se a nossa contrição é autêntica ou não? Quais os requisitos essenciais de um ato de contrição genuíno?

Os teólogos enumeram quatro condições. O primeiro e o mais evidente dos requisitos é que a contrição seja *interior*. Quando dizemos a Deus: “Sinto muito haver-te ofendido”, não fazemos um mero ato de cortesia nem apresentamos a obrigatória desculpa cortês. O nosso coração deve estar nas nossas palavras. Simplesmente devemos querer dizer o que dizemos. Mas isto não significa necessariamente que devamos sentir uma dor *emocional*. Como o amor, a dor é um ato da vontade, não um golpe de emoção. Assim como podemos amar a Deus sem experimentar [p. 327] sensações, podemos ter uma profunda dor dos nossos pecados sem sentir reação emocional alguma. Se com toda a sinceridade nos determinamos a evitar tudo o que possa ofender a Deus, com a ajuda da sua graça, então temos contrição interior.

Além de interior, a nossa contrição deve ser sobrenatural. A razão se baseia no “porquê” da nossa contrição. Se um homem se arrepende de embriagar-se porque depois fica com uma ressaca tremenda, essa dor é natural. Se uma mulher se lamenta de ter falado mal, murmurado maliciosamente, porque isso lhe fez perder a sua melhor amiga, essa dor é natural. Se um menino lamenta a sua desobediência porque por isso lhe darão uns açoites, a sua dor é natural. Essa dor natural não tem nada a ver com Deus, com a alma ou com motivos sobrenaturais. Não é que essa dor seja má, mas é insuficiente em relação a Deus.

A nossa dor é sobrenatural quando nasce de considerações sobrenaturais; quer dizer, quando o seu “porquê” se baseia na fé em algumas verdades que Deus ensinou. Por exemplo, Deus nos disse que devemos amá-lo sobre todas as coisas e que pecar é negar-lhe esse amor. Deus nos disse que um pecado mortal causa a perda do céu e nos faz merecedores do inferno, e que o pecado venial deve ser reparado no purgatório. Disse-nos que o pecado é a causa de que Jesus tenha morrido na cruz e que é uma ofensa à

bondade infinita de Deus. Disse-nos que o pecado é odioso por sua própria natureza. Quando a nossa dor se baseia nestas verdades que Deus revelou, é dor sobrenatural. Elevou-se acima de meras considerações naturais.

Em terceiro lugar, a nossa dor deve ser *suprema*. Quer dizer, devemos encarar realmente o mal moral do pecado como o máximo mal que existe, maior que qualquer mal físico ou meramente natural que nos possa ocorrer. Significa que, quando dizemos a Deus que nos arrependemos dos nossos pecados, estamos dispostos, com a ajuda da sua graça, a sofrer *qualquer coisa* antes que ofendê-lo outra vez. A frase “com a ajuda da sua graça” é muito importante. A dor suprema não exclui um sincero temor de pecar outra vez, se fazemos depender a vitória apenas das nossas forças humanas. Pelo contrário, devemos desconfiar de nós e da nossa auto-suficiência; devemos reconhecer que dependemos da graça divina.

Ao mesmo tempo, sabemos que nunca nos faltará a graça de Deus, se fizermos o que está ao nosso alcance. Seria um grande erro tentar verificar se a nossa dor é ou não suprema imaginando tentações extraordinárias. Por exemplo, não faz nenhum sentido que um homem se pergunte: “Permaneceria casto se me fechassem num quarto com uma mulher nua e sedutora?” Sem culpa nossa, Deus jamais permitirá que tenhamos que enfrentar tentações que superem [p. 328] a nossa capacidade de resistência; e se Ele permitisse tentações extraordinárias, podemos ter a certeza absoluta de que nos daria todas as graças extraordinárias de que necessitaríamos para vencê-las.

Por último, a nossa dor –interior, sobrenatural e suprema– deve ser também *universal*. Isto significa que devemos arrependê-nos de *todos* os pecados mortais sem exceção. Um só pecado mortal nos separaria de Deus e nos privaria da graça

santificante. Ou nos arrependemos de todos ou não poderemos recuperar a graça de Deus. Ou todos são perdoados ou nenhum. Se dêssemos quatro bofetadas a um amigo, seria ridículo dizer-lhe: “Arrependome de três delas, mas não da quarta”.

Deve-se notar que essas quatro condições se aplicam tanto à contrição perfeita como à imperfeita. Especialmente quanto à segunda condição, as pessoas têm às vezes uma noção errada, e confundem a dor *natural* com a contrição *imperfeita*, quando não são de maneira nenhuma a mesma coisa. Também a contrição imperfeita deve ser sobrenatural nos seus motivos; deve basear-se num motivo conhecido pela fé, como a crença no céu e no inferno ou na fealdade essencial do pecado. Uma simples dor natural não é contrição nenhuma, nem mesmo imperfeita.

Suponhamos que ofendi um amigo espalhando uma calúnia acerca dele. Quero agora recuperar a sua amizade e peço-lhe desculpas dizendo: “Arrependo-me do que fiz, Pedro, mas reservo-me o direito de fazê-lo outra vez se me der vontade”. Não é preciso ser professor de psicologia para adivinhar que Pedro continuará magoado, e com razão. Minha pretensa desculpa não o é absolutamente. Se de verdade lamento havê-lo ofendido, propor-me-ei com toda a firmeza não ofendê-lo outra vez.

Passa-se o mesmo com as ofensas a Deus. Não há ato de contrição verdadeiro se não se fizer acompanhar do propósito de emenda. Este propósito não é outra coisa senão a simples e sincera determinação de evitar o pecado no futuro, bem como as ocasiões próximas de pecado, tanto quanto nos seja possível. Sem esse propósito, não pode haver perdão dos pecados, nem mesmo dos veniais.

Ocasião próxima de pecado é qualquer circunstância que nos possa levar a ele. Algumas ocasiões de pecado são próximas por sua própria natureza: livros e revistas declaradamente obscenos,

por exemplo. Outras podem ser ocasiões próximas só para determinados indivíduos. Assim, um bar pode ser ocasião de pecado para quem tenha dificuldade de beber com moderação; estacionar o carro à noite à luz da lua pode ser ocasião de pecado para os jovens namorados que viajam nele. Geralmente, as experiências do passado nos dirão quais são para nós as ocasiões próximas de pecado. Ao [p. 329] fazermos o ato de contrição, devemos resolutamente a todas essas ameaças ao nosso bem espiritual, quer provenham de pessoas, de lugares, de coisas ou de certas atividades.

Deve-se notar que o nosso propósito de emenda –a nossa resolução de evitar o pecado e as ocasiões próximas de pecado– deve abranger não só os pecados mortais que tenhamos cometido, mas *todos* os pecados mortais possíveis sem exceção. Sem esta resolução universal, nenhum pecado mortal pode ser perdoado.

A situação é diferente com relação ao pecado venial. O pecado venial não nos separa de Deus, não extingue a sua graça em nossa alma. Por conseguinte, é possível obter o perdão de determinado pecado venial, mesmo que os outros fiquem por perdoar. Isto significa que o nosso propósito de emenda *deve* estender-se a todos os pecados veniais que esperamos nos sejam perdoados, mas não necessariamente a todos os pecados veniais cometidos. Agarrar-se a alguma pecado venial enquanto se renuncia a outros, denota, evidentemente, um nível muito baixo de amor a Deus, mas aqui não estamos falando do que é *melhor*, mas do *mínimo* necessário.

Sem dor não pode haver perdão, e sem propósito de emenda não pode haver dor genuína. É um princípio evidente e, no entanto, é possível que algumas pessoas, que se horrorizariam ante o pensamento de fazer uma má confissão ocultando um pecado mortal, não sentem o mesmo horror ante uma confissão inválida

por falta de um propósito firme de emenda. Se alguém é culpado de pecados mortais, não basta que os diga ao confessor ou recite um ato de contrição rotineiro. Se o penitente não está sincera e firmemente resolvido a não tornar a cometer um pecado mortal, a sua confissão é um ato de hipocrisia. É uma confissão tão má como a daquele que ocultasse conscientemente um ou mais pecados mortais ao confessor.

No entanto, ao ganharmos consciência da necessidade de fazer um propósito de emenda sincero, não devemos cair no erro de confundir o momento atual com as possibilidades do futuro. Uma pessoa pode muito bem experimentar sentimentos como este: “Arrendo-me sinceramente dos meus pecados mortais, e real e verdadeiramente não quero cometer nenhum pecado moral outra vez. Mas conheço a minha fraqueza e sei como, sob pressão, tenho quebrado os meus bons propósitos no passado. Já antes me propus não cair outra vez, mas caí. Como posso, pois, estar certo de que o meu propósito de agora é firme?”

Podemos estar certos de ter um firme propósito de emenda *agora*, se mantivermos a nossa mente no agora, sem procurar complicações imaginando um futuro hipotético. Ainda que no passado tenhamos [p. 330] falhado doze vezes, cem vezes, isso não significa que estejamos condenados a falhar sempre. Esta pode ser a vez em que saltemos o fosso. Precisamente esta pode ser a vez em que, com a paciente graça de Deus, alcancemos o triunfo. Ainda que seja um axioma avalizado por um longo uso, *não* é verdade que o inferno esteja cheio de boas intenções. O que está cheio de boas intenções é o caminho do céu; o do inferno está cheio de desânimos e desespero. Como podemos triunfar nalguma coisa se não tentamos uma vez, e outra, e outra ainda, sem desanimar? Quem escala uma montanha pode avançar três

passos e retroceder dois; mas, se é bastante tenaz, bastante forte, chegará a alcançar o cume.

Uma pessoa que tenha a desgraça de cair num hábito de pecado –seja de impureza, de ira, contra a caridade ou qualquer outra virtude- precisa de ter idéias absolutamente claras acerca do verdadeiro propósito de emenda: *o que conta na confissão é este momento de agora e esta intenção de agora*. Pode ser que depois haja mais tropeços e mais quedas, antes da vitória final. Mas o único pecador que é derrotado é aquele que deixa de lutar.

AGRADECER A DEUS PELA CONFISSÃO

Os que não compreendem a fé católica afirmam com certa frequência: “Eu nunca poderei acreditar na confissão. Se erro, direi a Deus na intimidade da minha alma que sinto muito, e Deus me perdoará. Não tenho por que dizer os meus pecados a um simples homem para que Deus me perdoe”. Parece uma afirmação razoável, não é verdade? E, no entanto, está tão cheia de falácias como de buracos uma rede de pescador.

Em primeiro lugar, a questão não é saber se eu *gosto* da confissão ou se prefiro que se perdoem os meus pecados de outro modo. A questão é saber *como Deus quer* que se perdoem os pecados. Se Jesus Cristo, verdadeiro Deus, ao instituir o sacramento da Penitencia, como meio necessário para o perdão dos pecados cometidos depois do Batismo, fez da confissão dos pecados cometidos depois do Batismo, fez da confissão dos pecados ao sacerdote parte essencial do sacramento, então esse é o modo de fazê-lo. Nós não temos a liberdades de escolher e de recusar, quando Deus já se pronunciou. Não podemos dizer: “Eu gostaria mais que fosse de outra maneira”.

Jesus quis que a acusação dos nossos pecados fosse parte essencial do sacramento da Penitência. Ao conferir aos seus sacerdotes no Domingo da Ressurreição o poder de perdoar os pecados, Ele disse: “Aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão [p. 331] perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos” (Jo 20, 23). E, com a infinita sabedoria de Deus, Jesus não disse essas palavras levianamente; e essas palavras não têm sentido a não ser que pressuponham a acusação dos pecados. Como é que os Apóstolos e os sacerdotes que os sucederiam poderiam saber que pecados perdoar e que pecados não perdoar se não soubessem que pecados eram esses? E como é que poderiam conhecer esses pecados se não fosse o próprio pecador a manifestá-los?

A história da Igreja confirma o significado patente dessas palavras do Senhor. Os escritos primitivos dizem-nos que, já desde o começo da Igreja, só se concedia o perdão aos penitentes depois de confessarem os seus pecados. A principal diferença entre os primeiros séculos e os nossos dias é que, quando a Igreja estava na sua infância, o perdão dos pecados não era concedido sem mais nem menos. Se o pecado era do conhecimento público –como a idolatria, o adultério ou o assassinato-, o pecador devia submeter-se a uma penitência que durava toda a vida, e só lhe era concedido o sacramento da Penitência no leito de morte.

O que os críticos da confissão (e de outras doutrinas da Igreja) esquecem é que nem todas as palavras de Jesus estão registradas nos Evangelhos. Quando consideramos que Jesus pregou e ensinou durante um período de quase três anos, percebemos como é pouco o que as poucas páginas dos quatro evangelistas registram em comparação com tudo o que Jesus deve ter ensinado. Podemos estar certos, por exemplo, de que, na noite do Domingo da Ressurreição, os Apóstolos aproveitaram a fundo

a ocasião para perguntar a Jesus qual o significado exato das suas palavras: “A quem perdoardes os pecados...” e sobre as condições que teriam que exigir para esse perdão.

A história mostra-nos que a manifestação dos pecados para obter o perdão é tão antiga como a Igreja Católica. Em consequência, o sectário que afirma que “a confissão é uma invenção dos padres para ter as pessoas na mão” está exibindo a sua ignorância religiosa tanto quanto os seus preconceitos. A réplica evidente a esse crítico é perguntar-lhe: “Bem, se os padres inventaram a confissão, então por que não se eximiram eles próprios da obrigação de confessar-se?” O Papa tem que confessar-se, os bispos têm que confessar-se, os padres têm que confessar-se, tal como toda a gente.

Todas essas objeções à confissão que ouvimos de vez em quando baseiam-se na suposição de que o sacramento da Penitencia é um horrível suplício que devemos temer e evitar tanto quanto possível. Nós, os católicos praticantes, sabemos que não é assim, que essa suposição é uma patranha. *Sabemos* que o sacramento da Penitencia [p. 332] é um dos maiores presentes que Deus nos fez, um presente sem o qual não poderíamos passar e que sempre teremos de agradecer.

Em primeiro lugar, ao requerer a explícita confissão dos nossos pecados, Deus nos protege contra a universal fraqueza humana, que nos leva a justificar-nos. Está muito bem dizer: “Na intimidade da minha alma, direi a Deus que me arrependo, e Deus me perdoará”. Se nos fosse pedido somente isso, seria muito fácil enganarmo-nos, pensando que estávamos arrependidos, quando, na realidade, continuaríamos apegados aos nossos pecados e os tornaríamos a cometer com a maior sem-cerimônia. Mas quando temos que trazê-los à luz, quando temos que pôr-nos de joelhos e manifestá-los de viva voz, então temos que enfrentar a verdade. Já

não é tão fácil que nos enganemos. Deus, que nos fez e sabe com que facilidade nos enganamos, proporcionou-nos um bendito meio para não nos iludirmos.

Outro dos benefícios da confissão, digno de ser levado em conta como parte do sacramento da Penitência, é que nos proporciona um conselho autorizado para as nossas necessidades espirituais. Assim como um médico nos ajuda com a sua ciência a curar e a prevenir as doenças físicas, na confissão encontramos um perito nos males da alma, que nos prescreve os remédios, e as salvaguardas necessárias para conservarmos a saúde espiritual e crescermos em santidade.

Também não é desprezível a ajuda psicológica que obtemos na confissão, tal como a sensação de alívio que se segue à manifestação dos nossos pecados, a paz e o júbilo interiores que acompanham a *certeza* de termos sido perdoados, a libertação dos sentimentos de culpa que nos perturbavam e desalentavam. Não nos surpreende que um eminente psiquiatra (não católico) tenha dito: “Se todas as religiões tivessem a confissão, haveria muito menos pacientes nos nossos manicômios”. Não nos surpreende também que aquele que conhece os benefícios deste sacramento exclame: “Obrigado, meu Deus, pela Confissão!”

Depois do Batismo, há uma só coisa que nos pode separar de Deus: o pecado mortal, o repúdio consciente e deliberado da vontade de Deus em matéria grave. O principal fim do sacramento da Penitência é restaurar na alma do pecador a vida divina (a graça santificante) que havia perdido. Por conseguinte, os pecados que *devemos* dizer na confissão são todos os pecados mortais cometidos depois do Batismo e não confessados previamente.

Já que o pecado venial não extingue em nós a vida da graça, não somos obrigados a mencioná-los na confissão. Mas é muito proveitoso fazê-lo, ainda que não seja obrigatório: nada nos pode

dar maior certeza de terem sido perdoados do que submetê-los à [p. 333] absolvição de um sacerdote; além disso, no sacramento da Penitencia recebemos graças especiais, que nos dão forças para evitar esses pecados no futuro. Mas é verdade que o pecado venial pode ser perdoado fora da confissão por um ato de contrição sincero (ao menos se for uma contrição perfeita) e um propósito de emenda.

Também não há obrigação de confessar os pecados mortais *duvidosos*. Mas, novamente, é mais prudente manifestar esses pecados na confissão, para o bem da nossa paz interior e por causa da graça que recebemos contra as recaídas. No entanto, não é imprescindível confessar os pecados mortais duvidosos para se fazer uma boa confissão. Se o fazemos, devemos mencionar as nossas dúvidas ao sacerdote e confessá-los depois “como estiverem na presença de Deus”. Um exemplo de pecado mortal duvidoso seria um acesso de ira vingativa, que desperta em nós a dúvida de saber se essa ira foi plenamente deliberada ou não. Outro exemplo poderia ser o dos pensamentos impuros, com a dúvida posterior de saber se consentimos ou resistimos com a prontidão suficiente. Não é necessário sublinhar que devemos ter muito cuidado em não nos enganarmos nesta matéria. Devemos fugir de nos procurarmos convencer de que um pecado mortal é duvidoso quando há indícios razoáveis do contrário.

Ao confessarmos os nossos pecados mortais, temos obrigação de dizer o número de vezes que cometemos cada pecado. Para um católico praticante que se confessa freqüentemente, não há nenhum problema nisso. Quem não se tenha confessado há muito tempo pode ver-se em dificuldades. Deve lembrar-se então de que Deus não pede a ninguém o impossível. Se não puder recordar o número exato de vezes que cometeu certo pecado, basta que faça uma estimativa sincera. Um

modo prático de proceder nesses casos é fazer o cálculo com base no número de pecados cometidos por semana ou por mês. Ao referirmos os nossos pecados na confissão, temos que indicar a *espécie* de pecados que cometemos. Não basta dizer: “Pequei contra o segundo mandamento”. Devemos mencionar (supondo que o pecado foi mortal) se pecamos por blasfêmia, falso juramento, maldição ou profanação. Não basta dizer: “Pequei contra a justiça”. Temos que distinguir se foi roubo, fraude, dano à propriedade ou à reputação alheia. A maioria dos devocionários proporciona uma relação de possíveis pecados, que podem ajudar o penitente a enumerá-los e classificá-los.

Não convém sobrecarregar a confissão com pormenores desnecessários das faltas cometidas. Os incidentes que nos tenham levado a odiar o cunhado e as conseqüências que daí resultaram para a [p. 334] vida do lar, o modo como conseguimos aquele contrato que agora vemos que foi leonino, não são normalmente coisas que digam respeito à confissão. No entanto, deve-se mencionar qualquer circunstancia que realmente acrescente ao pecado uma nova malícia. Assim, dizer que se roubou um copo dourado não basta se porventura esse copo é o cálice da paróquia; neste caso, ao pecado de roubo acrescenta-se o pecado de sacrilégio. Não basta dizer que se jurou falso se o juramento causou um grave prejuízo a um terceiro nos seus bens ou na sua fama; neste caso, acrescenta-se a injustiça ao perjúrio.

Para fazer uma boa confissão, é importante não só dizer os pecados, mas também dizê-los de *modo* adequado. Se todo o espírito do sacramento da Penitência é de arrependimento pelo erro reconhecido, é evidente que devemos ir à confissão com uma profunda humildade de coração. Atitudes como as daquele que diz: “Bem, afinal de contas, não sou tão mau assim”, ou “imagino que sou como todo o mundo” ou “todos fazem coisas assim; não

deve ser um pecado tão terrível”, seriam fatais para se fazer uma boa confissão.

A sinceridade é outra das condições exigidas pelo sacramento da Penitência. Isto significa nada mais (e nada menos) que devemos manifestar os nossos pecados com sinceridade e franqueza totais, sem intenção alguma de ocultá-los ou desfigurá-los. A nossa confissão seria insincera se tentássemos fazê-la usando frases vagas ou ambíguas, na esperança de que o confessor não perceba de que é que estamos falando; se andássemos por aí buscando um sacerdote duro de ouvido a quem escapem as nossas palavras atropeladas ou sussurradas; se intercalássemos desculpas e álibis com a intenção de salvar o nosso amor próprio. Mencionamos estes defeitos não porque sejam prática comum, mas para que compreendamos melhor a essência de uma boa confissão. A grande maioria dos católicos recebe freqüentemente e com agradecimento o sacramento da Penitência: são um exemplo constante de como fazer uma boa confissão, e a sua sinceridade e humildade são fonte inesgotável de edificação para os sacerdotes que os atendem. [p. 335]

CAPÍTULO XXXI

A CONFISSÃO

ACUSAÇÃO DOS PECADOS

Nosso Senhor Jesus Cristo quis que o sacramento da Penitência fosse também um *ato* de penitência, um ato de humildade; mas não que se tornasse um peso intolerável para os membros do seu rebanho.

É verdade que todos os pecados mortais cometidos depois do Batismo devem ser explicitamente confessados, e este princípio é válido mesmo quando, por necessidade urgente, é preciso adiar temporariamente a confissão explícita.

Uma pessoa gravemente doente, que esteja tão fraca que não possa especificar os seus pecados, pode receber o sacramento da Penitência simplesmente manifestando que pecou e que se arrepende dos pecados cometidos. Pode-se absolver um grupo numeroso de soldados, à hora de entrarem em combate, se manifestam em termos gerais a sua culpa e, ao mesmo tempo, a sua contrição: mas, em casos de emergência como estes ou outros análogos, previstos pelas leis da Igreja, o pecador continua obrigado a manifestar em detalhe os pecados mortais da próxima

vez que for confessar-se. Se alguém recebesse uma absolvição coletiva –nos casos muito especiais previstos pela Igreja- e não tivesse o propósito de confessar individualmente, numa próxima confissão individual, os pecados mortais não acusados, não receberia o sacramento da Penitencia. Teria feito um ato inválido.

Aplica-se o mesmo princípio quando alguém se esquece de mencionar na confissão um ou mais pecados mortais que tenha cometido. Se depois se recorda desse pecado, deve mencioná-lo na próxima confissão, mas não é necessário que corra imediatamente ao confessor, e, entretanto, pode aproximar-se da comunhão. Devido à contrição universal do penitente, o pecado por ele esquecido já foi [p. 336] indiretamente perdoado; fica apenas a obrigação de mencioná-lo, se o recorda, na confissão seguinte, para que seja diretamente perdoado.

Seria de uma grande insensatez angustiar-se indevidamente à hora de preparar a confissão ou inquietar-se por medo de esquecer acidentalmente algum pecado. Mais insensato ainda seria deixar-se perturbar por vagas inquietações acerca de confissões passadas. Deus é justo juiz, mas não um juiz tirano. Tudo o que nos pede é que usemos dos meios razoáveis para fazer uma boa confissão. Não nos pedirá contas das inevitáveis fragilidades humanas, tais como a má memória.

Uma só coisa pode viciar a nossa confissão e torná-la “má” ou sacrílega: omitir consciente e deliberadamente a manifestação de um pecado que temos a certeza de ser mortal e que deveríamos confessar. Proceder assim é não querer cumprir uma das condições que Deus nos pede para nos conceder o seu perdão. Se não nos “abrimos” a Deus, Deus não abrirá o seu tribunal ao perdão.

O trágico de uma má confissão é que produz uma reação em cadeia de pecados. A não ser que –e até que- retifiquemos a confissão inválida, cada confissão e cada comunhão posteriores

serão um novo sacrilégio, e um novo pecado se acrescentará ao anterior. Com o passar do tempo, a consciência poderá insensibilizar-se, mas nunca poderá ter verdadeira paz. Felizmente, uma má confissão pode ser corrigida com facilidade, desde que o penitente decida emendar-se. Basta que diga ao sacerdote: “Certa vez fiz uma má confissão e agora quero corrigi-la”. O confessor tomará esta declaração como ponto de partida e, interrogando com compreensão, ajudará o pecador a descarregar-se do seu pecado.

É necessário sublinhar a frase “interrogando com compreensão”. A nossa relutância em confessar uma ação vergonhosa será muito menor se tivermos presente que aquele a quem nos dirigimos *está* cheio de compreensão e afeto. O sacerdote sentado do outro lado da grade do confessionário não está cheio de si nem disposto a franzir o sobrolho a cada falta que lhe comunicemos. Ele também é humano. Ele também se confessa. Em vez de nos desprezar pelo que temos a dizer-lhe, admirará a humildade com que estaremos vencendo a nossa vergonha. Quanto maior for o nosso pecado, mais alegria daremos ao sacerdote com o nosso arrependimento. Se o sacerdote chegasse a saber quem é o penitente, seu apreço por ele não diminuiria; ao contrário, aumentaria pela sinceridade e confiança depositada no confessor.

À parte estas considerações, sabemos — e é algo reconfortante para todos — que os pecados que dizemos em confissão estão cobertos [p. 337] pelo mais estrito vínculo de segredo que existe na terra. Este vínculo de segredo — “o sigilo sacramental” — proíbe o sacerdote de revelar *por qualquer motivo, sem exceção alguma*, o que lhe foi dito em confissão. O penitente é o único que pode dispensar o sacerdote deste sigilo. Nem mesmo ao próprio

penitente pode o sacerdote mencionar fora da confissão as faltas de que tomou conhecimento, a não ser que o penitente assim o deseje e declare. Menos ainda pode, pois, o sacerdote aludir a esses temas diante de terceiras pessoas, parentes, amigos ou colegas.

O sacerdote está decidido a enfrentar a morte ou, o que é pior, as acusações falsas e a desonra, antes que violar o sigilo da confissão. No decorrer da história, muito sacerdotes se viram obrigados a agir assim. Um sacerdote não pode revelar o que lhe disseram na confissão sacramental nem mesmo para salvar o mundo inteiro da destruição. Se porventura violasse o sigilo sacramental, seria condenado com o mais estrito tipo de excomunhão que a Igreja pode infligir.

De passagem, diremos que esta obrigação afeta também os leigos. Se alguém chega a ouvir algo que um penitente esteja dizendo na confissão, é obrigado a não revelar jamais e em hipótese nenhuma aquilo que ouviu. Fazê-lo seria um pecado grave. Nem mesmo pode mencioná-lo à pessoa a quem ouviu confessar-se. O penitente é o único que não está preso ao sigilo da confissão; mas mesmo ele deve abster-se de comentar com outros o que disse em confissão, a menos que seja necessário.

É fácil ver que são raros os casos de confissões sacrílegas, quer por se ocultar um pecado mortal, quer por não haver verdadeiro arrependimento. É difícil que alguém se dedique a perder o tempo fazendo algo que sabe ser pior do que não confessar-se, além de ser inútil.

Também é fácil verificar que a maioria das pessoas que recebem com frequência o sacramento da Penitência não costumam ter pecados mortais a confessar. A graça especial deste sacramento fortalece-nos contra as tentações e cria as resistências

da alma ao pecado, muito mais do que as vitaminas em relação às infecções do corpo. Seria um grande erro negligenciar a confissão freqüente sob o pretexto de que não temos pecados mortais de que acusar-nos: precisamente essa confissão freqüente nos faz receber as graças necessárias para evitar o pecado mortal com maior segurança. Mais ainda, o sacramento da Penitência confere à alma que está livre de pecado mortal um aumento de graça santificante, um crescimento em vida interior que não podemos desprezar.

No entanto, para se poder receber este sacramento, é necessário confessar *algum* pecado atual, porque o sacramento da Penitência foi [p. 338] instituído para perdoar os pecados cometidos depois do Batismo. A pessoa que não tivesse cometido absolutamente nenhum pecado não poderia receber o sacramento da Penitência, pois não haveria matéria sobre a qual o sacramento pudesse atuar, e é crença comum que somente a Virgem Maria foi o ser humano adulto que jamais cometeu o mais leve pecado venial. (Evidentemente, Jesus Cristo, como homem, esteve também livre de pecado).

Se não temos pecados mortais a confessar, acusar-nos de um ou mais pecados veniais – de que estejamos verdadeiramente arrependidos- dar-nos-á condições para receber o sacramento da Penitência e as graças correspondentes. Se não pudermos recordar-nos sequer de um pecado venial cometido depois da última confissão, então podemos voltar a confessar algum pecado da nossa vida passada.

Pode ser um pecado confessado e absolvido há muito tempo; mas aqui e agora tornamos a recordá-lo e renovamos a nossa dor de coração por tê-lo cometido. O pecado passado mais a contrição presente dar-nos-ão condições para recebermos a absolvição e as graças do sacramento.

Neste caso, a nossa confissão será mais ou menos assim: “Abençoe-me, padre, porque pequei. Confessei-me há uma semana. Não me recordo de ter cometido nenhum pecado desde então, mas arrependo-me dos pecados que possa ter esquecido e de todos os pecados da minha vida passada, especialmente dos meus pecados de ira” (por exemplo).

De fato, esta é a fórmula adequada para qualquer confissão: começar com a saudação e o sinal da cruz, e, depois de ter recebido a bênção do sacerdote, mencionar o tempo transcorrido desde a nossa última confissão, a terminar com a inclusão dos nossos pecados da vida passada de que estejamos particularmente contritos. Assim, se acontece que os pecados agora mencionados não são realmente pecados, mas apenas imperfeições, a inclusão de algum pecado do passado habilita o sacerdote a dar-nos a absolvição e nós podemos receber as graças do sacramento. Se o penitente se confessa de ter esquecido as orações da manhã duas vezes, de ter perdido a Missa do domingo por doença e de ter conversado três vezes na igreja, e não acrescenta mais nada, o sacerdote não pode dar-lhe a absolvição, pelo menos sem fazer algumas perguntas. Numa confissão assim, não há evidência real de pecado. Não é pecado esquecer as orações da manhã; mais ainda, é evidente que não se pode cometer pecado algum se realmente houve esquecimento. Para que uma coisa seja pecado, é preciso que a má ação seja conhecida e intencional. Também não é pecado omitir a Missa de domingo por doença ou por outra [p. 339] razão grave. Como não é necessariamente pecado conversar na Igreja, se não há uma deliberada falta de reverência.

Na prática, nem sequer é necessário mencionar estes “não pecados” na confissão; não há razão para “incharmos” a nossa lista

a fim de que pareça maior do que é. Se adquirimos o hábito de terminar sempre a nossa confissão com uma referência aos pecados da vida passada, haverá matéria suficiente para que a nossa contrição encontre terreno em que apoiar-se. O confessor não pensará que lhe fazemos perder tempo por não podermos recordar nenhum pecado desde a nossa última confissão. Não obstante, nesses casos, devemos certificar-nos de não termos feito superficialmente o nosso exame de consciência. Não convém ir à confissão sem antes dedicar um tempo razoável a examinar a consciência e a suscitar em nós um genuíno arrependimento dos nossos pecados. Este é também o momento apropriado para rezarmos um ato de contrição formal: *antes* de nos dirigirmos ao confessor. Poderá ser útil incluir aqui outras recomendações relativas à confissão:

- 1- Ao enunciarmos os pecados, falar ao confessor clara e distintamente, mas *em voz muito baixa*. Pouco poderá ajudar-nos o sigilo da confissão se dissermos os nossos pecados com um vozeirão tal que os ouçam todos os que estão na igreja. As pessoas que ouvem mal podem pedir para confessar-se na sacristia. As pessoas que têm um sério impedimento para falar, podem levar a sua confissão previamente escrita num papel e entregá-lo ao sacerdote, que o destruirá depois de o ter lido.
- 2- Nunca mencionemos os pecados dos outros (por exemplo, do marido ou da sogra), e, especialmente, nunca digamos nomes.
- 3- A não ser que seja necessário para reparar uma confissão mal feita, não queiramos fazer uma confissão geral (que abranja toda ou a maior parte da nossa vida) sem consultar previamente o confessor. Uma confissão geral rara vez é

aconselhável, exceto talvez em ocasiões decisivas da vida, tais como o casamento, a ordenação ou a profissão religiosa.

- 4- Escutemos atentamente o sacerdote quando nos impõe a penitência, bem como os conselhos que nos possa dar. Se não os ouvimos bem, devemos dizê-lo. Se ficamos com alguma dúvida ou temos um conselho a pedir, não hesitemos em dizê-lo.
- 5- Continuemos escutando atentamente o sacerdote enquanto pronuncia as palavras da absolvição. Já nos doemos dos nossos pecados e esta dor permanece na alma. Não é correto recitar verbalmente um ato de contrição enquanto o sacerdote pronuncia as palavras da absolvição. [p. 340]
- 6- Finalmente, devemos permanecer alguns minutos na igreja depois de nos termos confessado, para agradecer a Deus as graças que acaba de conceder-nos e cumprir também a penitência que o confessor nos impôs, se esta consiste em algumas orações.

PECADO E CASTIGO

O pecado e o castigo andam juntos. Falando do pecado, poderíamos dizer que o castigo é seu “estabilizador incorporado”, pelo qual se satisfazem as exigências da justiça divina. Deus é infinitamente misericordioso, rápido em perdoar o pecador contrito. Mas, ao mesmo tempo, é infinitamente justo; não pode permanecer indiferente ante o mal moral. A Ele não pode “dar na mesma” o que cada homem faz com a sua liberdade. Se não houvesse castigo para o pecado, o bem e o mal poderiam colocar-

se um junto ao outro em pé de igualdade; a justiça seria uma palavra vã.

Por outro lado, Deus é um Deus *justo*, mas não *vingativo*. Nos assuntos humanos, a aplicação do castigo resulta muitas vezes não tanto da caridade como do ressentimento. O castigo é freqüentemente imposto mais para salvar o amor-próprio ofendido do que a alma de quem ofende. Com Deus passa-se o contrário. Se, por um lado, a sua justiça exige que o pecado seja reparado com uma compensação adequada, por outro, o que Deus procura não é essa compensação em si; seu objetivo é sempre a salvação de quem o ofende: antes do pecado, tornando o seu preço demasiado elevado; depois do pecado, tornando dolorosas as suas conseqüências.

E para falar com propriedade, nem sequer se pode dizer que é Deus quem castiga o pecador. É antes o pecador quem se castiga a si mesmo. É ele quem escolhe livremente o pecado e, portanto, o castigo que lhe é inerente. Quem comete um pecado mortal opta livremente por viver separado de Deus para sempre (o inferno), em troca de fazer agora a sua própria vontade. Quem comete um pecado venial aceita antecipadamente o purgatório, em troca de uma insignificante satisfação atual. Esta escolha é um pouco parecida à do bêbado que aceita a ressaca de amanhã em troca dos seus excessos de hoje.

O pecado mortal provoca duas espécies de castigo. Em primeiro lugar, o castigo *eterno*, a perda de Deus para sempre, que é sua seqüela inevitável. Perdoada a *culpa* do pecado, seja pelo Batismo, seja no sacramento da Penitencia, fica perdoado este castigo eterno.

Além do castigo eterno, há também um castigo *temporal* (quer dizer, por um certo período de tempo), que podemos dever a Deus mesmo depois de o pecado mortal ter sido perdoado, e que o pecado [p. 341] venial também merece. Este castigo temporal é a reparação que devemos oferecer a Deus (pelos méritos de Cristo) por termos violado a sua justiça, mesmo depois de perdoado o pecado; é a satisfação que oferecemos a Deus por nossas insuficiências na intensidade da dor por nossos pecados. Pagamos este débito com os sofrimentos do purgatório, a não ser que o cancelemos nesta vida (como facilmente está ao nosso alcance) mediante adequadas obras de penitência.

Há uma diferença notável entre os sacramentos do Batismo e da Penitência quanto aos respectivos efeitos sobre o castigo temporal. O Batismo é um renascimento espiritual, um começar a vida outra vez. Quando um adulto é batizado, não só se apagam os pecados mortais, juntamente com o pecado original e o castigo eterno por eles devido, como também todo o castigo temporal por eles merecido. Quem morresse imediatamente depois do batismo iria para o céu nesse mesmo instante. E isto seria assim mesmo que a dor dos pecados cometidos antes do batismo fosse imperfeita.

Mas a pessoa que morresse logo depois de se confessar, não iria imediatamente para o céu necessariamente. Enquanto o castigo eterno devido pelo pecado é perdoado por completo no sacramento da Penitência, a porção do castigo temporal cancelada dependerá da perfeição da dor que o penitente tiver tido. Quanto mais ardente tenha sido a sua contrição, menor satisfação lhe restará por oferecer aqui ou no purgatório.

Uma historieta (não da vida real, claro) ilustrará este ponto. Conta-se de um homem que foi confessar-se depois de viver muitos anos afastado de Deus. Em penitência, o sacerdote prescreveu-lhe que rezasse um terço todos os dias durante um mês. O penitente exclamou: “Como é possível, se fui ingrato com Deus tantos anos! Com certeza absoluta tenho que fazer muito mais do que isso!”. “Se você está tão arrependido –respondeu-lhe o sacerdote-, talvez um terço diário durante uma semana seja suficiente”. Então o penitente, comovido, começou a chorar: “Quanto Deus me amou, quanto suportou a minha ingratidão e os meus pecados! Não há nada que eu não fizesse por Ele agora”. “Se está *tão* arrependido –replicou o sacerdote-, basta que reze cinco pai-nossos e cinco ave-marias uma só vez”.

Esta história realça a importância das nossas disposições interiores na recepção do sacramento da Penitência. Quanto mais profunda for a nossa dor e mais nos sentirmos movidos por um desinteressado amor a Deus, menos “reliquias” do pecado restarão; menos dívidas de castigo temporal nos ficarão, sem dúvida, por satisfazer com satisfação penitencial.

[p. 342]

Quanto mais intensa for a nossa dor ao confessar-nos, menos teremos que pagar a Deus depois, como castigo temporal. Mas nem o nosso confessor nem nós mesmos podemos avaliar adequadamente esta intensidade. Só Deus pode ver o coração humano e só Ele sabe num determinado momento qual a nossa dívida para com Ele. Por isso o sacerdote impõe-nos sempre uma penitência para ser cumprida depois da confissão: rezar certas orações ou praticar certas obras. Para que a nossa confissão seja boa, devemos aceitar a penitência que o sacerdote nos prescreve e ter a intenção de cumpri-la no tempo que ele nos fixar.

A medida da penitencia dependerá da gravidade dos pecados confessados; quanto maior for o número e a gravidade dos pecados cometidos; quanto maior for o número e a gravidade dos pecados cometidos, será lógico esperar uma penitência maior. Mas o confessor não deseja impor uma penitencia que supere a capacidade do penitente. Se alguma vez nos é prescrita uma penitencia que nos parece impossível de cumprir, seja por que motivo for, devemos dizê-lo ao sacerdote, e ele a ajustará convenientemente.

Uma vez prescrita a penitencia, temos obrigação em consciência de cumpri-la e de cumpri-la do modo que nos foi prescrita. Por exemplo, se me foi dito que fizesse um ato de fé, esperança e caridade uma vez ao dia durante uma semana, não seria correto “liquidar” o assunto rezando os sete anos de uma vez.

Negligenciar *deliberadamente* o cumprimento da penitencia seria pecado mortal, se se tratasse de uma penitencia grave imposta por pecados graves. Negligenciar uma penitencia leve seria um pecado venial. É claro que esquecer-se dela não é pecado, pois ninguém pode pecar por ter memória fraca. Se nos esquecemos de cumprir a penitencia, acontece simplesmente que a dívida temporal, da qual a penitencia nos teria absolvido, permanece ainda em nosso débito. Por esta razão, deveríamos acostumar-nos a cumpri-la imediatamente após a confissão, a não ser que o confessor nos indique outra ocasião para fazê-lo.

Deve-se recordar que a penitencia prescrita na confissão tem uma eficácia especial para pagar a dívida de castigo temporal, por ser parte do sacramento da Penitencia. Devemos, claro está, fazer voluntariamente outros atos de penitencia. Todas as nossas obras meritórias podem ser oferecidas em satisfação dos nossos pecados, e é conveniente fazê-lo assim; e não somente as orações

que rezamos, as Missas que oferecemos, ou os atos de religião ou de caridade que praticamos, mas todas e cada uma de nossas ações praticadas no decorrer da nossa jornada centrada em Cristo; quer dizer, todas as ações (exceto as más, evidentemente) realizadas em estado de graça e com um sentido de oferenda a Deus. Estas ações ganham-nos [p. 343] méritos para o céu e ao mesmo tempo são aceitas como satisfação pelos nossos pecados.

Não obstante, oração por oração e obra por obra, nada nos pode dar maior certeza de satisfazermos por nossos pecados do que a penitencia que nos é imposta na confissão. Estas penitencias oficiais têm uma eficácia sacramental, um poder de reparação que nenhuma penitencia espontânea pode igualar.

É oportuno recordar que *nenhuma* de nossas obras de penitencia teria valor algum diante de Deus se Jesus Cristo já não tivesse pago pelos nossos pecados. A reparação oferecida por Jesus Cristo na Cruz é infinita, mais do que suficiente para pagar a totalidade da dívida espiritual de toda a humanidade. Mas Deus, por um desígnio expresso, quer que partilhemos com Cristo a sua obra de satisfação pelos pecados. Deus aplica os méritos de Cristo à nossa dívida de castigo temporal na medida da nossa disposição de fazer penitencia. O valor real das nossas penitencias pessoais é insignificante aos olhos de Deus, mas esse valor torna-se enorme quando unido aos méritos de Jesus Cristo.

Este motivo permite que as nossas orações, boas obras e sofrimentos possam ser oferecidos em satisfação pelos pecados dos outros, além dos nossos. Deus quer que participemos na obra de redenção. É parte do privilégio de sermos membros do Corpo Místico de Cristo podermos satisfazer com Ele o castigo temporal devido pelos pecados dos outros. Conscientes desta possibilidade,

devemos aproveitar as oportunidades. Em cada doença (inclusive nessa ligeira dor de cabeça de hoje), em cada frustração, em cada contrariedade, saberemos ver a matéria prima da qual temos que tirar satisfação pelos pecados e salvar almas. E nunca nos assaltará a tentação (rara, certamente) de pensar que o confessor nos impôs uma penitencia muito grande. Se nós não necessitamos dela, em algum lugar existe uma alma que dela precisa. [p. 344]

CAPÍTULO XXXII

A PENA TEMPORAL E AS INDULGÊNCIAS

AS INDULGÊNCIAS

As indulgências proporcionam-nos um modo acessível e proveitoso de podermos satisfazer pelo castigo temporal que ficamos devendo depois de os nossos pecados terem sido perdoados. Podemos ganhar indulgências todos os dias. Sabemos que abreviam o nosso purgatório. Talvez sejamos até capazes de citar de cor a sua definição no catecismo: “Indulgência é a remissão da pena temporal devida pelos nossos pecados já perdoados quanto à culpa, que a Igreja concede fora do sacramento da Penitencia”.

Mas alguma vez você tentou explicar a doutrina das indulgências a um amigo não católico? Saberá então por experiência que não é tarefa fácil. Em primeiro lugar, há todos um emaranhado de mal-entendidos por esclarecer. A própria palavra “indulgência” veio a adquirir nos nossos tempos uma conotação ligeiramente desfavorável. Uma mãe indulgente parece ser aquela que deixa os filhos fazerem o que lhes apetece; uma pessoa indulgente consigo própria será aquela que se abandona aos

instintos, que despreza as motivações mais nobres. Em resumo, a palavra “indulgência” significa hoje certo relaxamento moral, certa degradação dos ideais.

Por isso, normalmente temos que começar por explicar as indulgências dizendo o que elas *não são*. É evidente que uma indulgência *não* é nenhuma licença para pecar, como não é nenhum perdão dos pecados cometidos. Na verdade, as indulgências nada têm a ver com os pecados enquanto tais. As indulgências dizem respeito unicamente à pena temporal que devemos a Deus *depois* de os nossos pecados terem sido perdoados no sacramento da Penitência (ou por um ato de contrição perfeita). É preciso frisar, pois, que só pode ganhar uma indulgência quem estiver em estado de graça santificante. [p. 345]

Depois de esclarecer os mal-entendidos, o nosso objetivo seguinte será dar uma explicação positiva da natureza das indulgências. Um primeiro passo consistirá em demonstrar o *direito* que a Igreja tem de remir o castigo temporal que devemos a Deus pelos nossos pecados perdoados. Para isso, basta recordar as palavras de Cristo a São Pedro e aos sucessores de São Pedro, os Papas: “Tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus” (Mt 16,19); e quase as mesmas palavras repetidas numa ocasião posterior a todos os Apóstolos bem como aos seus sucessores, aos bispos da Igreja Católica (Mt 18,18). Jesus pronunciou essas palavras sem acrescentar condições ou exceções, quer dizer, deu à sua Igreja o poder de tirar da alma dos homens qualquer impedimento que dificultasse a sua entrada no céu. Este poder inclui, portanto, não só o de perdoar os pecados, que se realiza pelo sacramento da Penitência, como também o de remir a pena temporal, que se obtém por meio das indulgências.

A Igreja exerceu este poder de remir a pena temporal desde os primórdios da histórica cristã. Nesses primeiros tempos, em que os cristãos tinham um horror ao pecado muito maior do que atualmente, os pecadores arrependidos tinham de cumprir grandes penitências antes de serem readmitidos na comunidade cristã. Havia pecadores que podiam ter de fazer penitência pública durante quarenta dias, três anos, ou mesmo por toda a vida, conforme a gravidade do pecado e do escândalo ocasionado. As penitências podiam consistir, por exemplo, em vestir-se de saco e cobrir-se de cinzas, jejuar, autoflagelar-se, retirar-se para um convento, ajoelhar-se à porta de uma igreja para suplicar as orações dos que nela entrassem, ou vagar pelos campos vivendo de esmolas.

Na era dos mártires, quando milhares e milhares de cristãos eram presos e mortos pela sua fé, tornou-se costume entre os penitentes recorrerem à intercessão desses mártires, isto é, dos cristãos que estavam encarcerados à espera do dia da execução. Um mártir encarcerado redigia então um pedido de perdão dirigido ao bispo, e entregava-o ao penitente. Estes escritos chamavam-se “cartas de paz”. Quando o penitente apresentava a sua carta ao bispo, este absolvía-o da árdua penitência pública que o confessor lhe impusera, e não só da penitência pública, mas também da dívida para com Deus, isto é, do castigo temporal que a penitência visava satisfazer. Conseguia-se esse efeito transferindo para o pecador arrependido o valor satisfatório dos sofrimentos do mártir.

Assim começou na Igreja a prática das indulgências. Esta é também a origem do “sistema de medição das indulgências que a Igreja utilizou durante séculos (ultimamente simplificado pela [p. 346] Constituição “*Indulgentiarum doctrina*”, de Paulo VI). Uma indulgência de trezentos dias, por exemplo, *não* queria dizer

trezentos dias menos no purgatório. Queria dizer que esse ato de piedade reduzia tanta pena temporal quanta a que seria remida se a pessoa, segundo a antiga disciplina da Igreja, fizesse trezentos dias de penitência pública.

No plano salvífico de Deus, nem uma só oração, nem uma lágrima de arrependimento, nem uma picada de dor se perdem: até o menor mérito satisfatório que uma pessoa possa ganhar e de que não precise para os seus próprios pecados, junta-se ao tesouro de méritos de que a Igreja pode dispor para atender às necessidades espirituais de seus filhos, unidos uns aos outros, intimamente, pelo vínculo da Comunhão dos Santos. Este grande depósito de satisfação acumulada está à nossa disposição para pagarmos as penas temporais devidas pelos nossos pecados. É o chamado *tesouro espiritual* da Igreja, que a Igreja conserva e distribui. A base deste tesouro espiritual da Igreja encontra-se nos méritos infinitamente satisfatórios do próprio Cristo. Sendo Deus, tudo o que Jesus fez e sofreu tinha um valor infinito. Com a sua vida e morte, constituiu um depósito inesgotável de méritos, suficiente para atender às necessidades de toda a humanidade até o fim dos tempos. A este tesouro somam-se os méritos de Maria, nossa Santíssima Mãe (que não necessitou desses méritos para si), os dos santos que fizeram boas obras muito além das suas necessidades, e as satisfações excedentes de todos os membros do Corpo Místico de Cristo.

A Igreja concede as indulgências tirando-as do tesouro espiritual de méritos satisfatórios de Cristo e dos santos. Vejamos como atua uma indulgência: a Igreja diz que concede indulgência parcial a qualquer oração legítima com que façamos um ato de fé (e também de esperança, caridade e contrição). Com isso, a Igreja declara: “Se você está sem pecado mortal e recita um ato de fé

com atenção e devoção, eu, sua Mãe, a Igreja, ofereço a Deus, do meu tesouro espiritual, os méritos que forem necessários para satisfazer o castigo temporal devido pelos seus pecados, pelo mesmo valor meritório que teria, independentemente da indulgência, o seu ato de fé”.

Com efeito, na disciplina atual da Igreja, “ao fiel que, ao menos contrito de coração, realiza uma obra enriquecida com uma indulgência parcial, é concedida pela Igreja uma remissão de pena temporal igual à que ele mesmo obtém por sua ação”. Isto quer dizer que a Igreja, em virtude do poder dado a ela por Cristo, *duplica o valor satisfatório da boa obra realizada*.

Qualquer oração ou boa obra a que foram concedidas indulgências é como um cheque que a Igreja nos põe nas mãos. Podemos descontá-los da conta do banco espiritual das superabundantes [p. 347] satisfações de Cristo e dos santos, e assim pagar a nossa própria dívida para com Deus. Esta dívida é paga em maior ou menor grau –no caso das indulgências *parciais*– segundo o amor com que fizemos a obra enriquecida com indulgências.

Às vezes, no entanto, a Igreja nos dá, por assim dizer, um cheque em branco contra o seu tesouro espiritual: é o que chamamos indulgência *plenária*. Neste caso, é como se a Igreja nos dissesse: “Cumpra estas condições que estabeleci –com todas as disposições devidas– e eu, sua Mãe, a Igreja, tirarei do meu tesouro espiritual toda a satisfação que for necessária para apagar inteiramente as suas dívidas de pena temporal”. Se ganhássemos uma indulgência plenária e morrêssemos logo após, reunir-nos-íamos a Deus no céu imediatamente, sem ter que satisfazer pelos nossos pecados no purgatório.

Na prática, é muito difícil ter a certeza de se ter ganho uma indulgência plenária. Para consegui-la, é necessário estar absolutamente desprendido de todo pecado deliberado, o que exige uma dor sincera de todos os pecados, tanto veniais como mortais. Nem sempre podemos ter a certeza de que a nossa renúncia ao pecado é tão total como se exige. A Igreja, no entanto, ao conceder uma indulgência plenária, concede-a com a idéia de que, se não estamos devidamente preparados para lucrá-la, ao menos ganhamos a indulgência parcialmente, segundo a maior ou menor perfeição das nossas disposições.

Para ganhar cada uma das indulgências plenárias, além da condição mencionada, são requeridas outras três: confissão sacramental, comunhão eucarística e oração pelas intenções do Sumo Pontífice. As três condições podem ser preenchidas em dias diversos, antes ou após a realização da obra prescrita; mas convém que a comunhão e a oração pelas intenções do Soberano Pontífice se façam no mesmo dia em que se pratica a obra.

Já dissemos que o primeiro requisito essencial é possuir o estado de graça santificante no momento de ganhar a indulgência. Isto significa que uma pessoa pode *começar* a ganhar uma indulgência inclusive com um pecado mortal na alma, mas deve estar em estado de graça ao terminar a obra a que se concederam indulgências. Por exemplo, se se podem ganhar indulgências visitando um santuário, desde que também nos confessemos e comunguemos, podemos estar em pecado mortal no momento de realizar a visita, e ainda ganhar a indulgência se recebermos dignamente os sacramentos da Penitência e da Eucaristia e rezarmos pelas intenções do Santo Padre. Para este último ponto, é suficiente rezar um Painosso e uma Ave-Maria. [p. 348]

Além disso, é necessário ter ao menos a intenção geral de lucrar a indulgência, visto que a Igreja não nos força a aceitá-la. Para isso, basta a intenção *geral*. Assim, se cada domingo formulo esta intenção: “Deus misericordioso, quero ganhar todas as indulgências que puder nesta semana e sempre”, então ganharei quaisquer indulgências que tenham sido concedidas às orações e boas obras que diga ou faça durante essa semana, mesmo que não me lembre disso no momento de realizá-las, e mesmo que ignore se tal ação ou oração goza de indulgências concedidas pela Igreja. Melhor ainda que expressar essa intenção uma vez por semana, é a prática de fazê-lo cada dia, como parte das nossas orações da manhã.

Não é preciso dizer que, para ganhar determinada indulgência, é preciso, por último, realizar exatamente no tempo, lugar e modo prescritos todos os requisitos que a Igreja tenha estabelecido para se ganhar essa indulgência.

INDULGÊNCIAS PLENÁRIAS

Quando consideramos o grande número de indulgências plenárias que a Igreja pôs à nossa disposição, torna-se evidente que, se tivermos de sofrer no purgatório antes de entrar no céu, será duplamente por culpa nossa. As indulgências plenárias são tão numerosas e as obras prescritas para lucrá-las tão fáceis, que só a mais irresponsável das preguiças espirituais nos pode levar a descurá-las ou ignorá-las.

A indulgência plenária só pode ser lucrada uma vez por dia. Exceptua-se apenas a indulgência plenária que a Igreja concede em perigo de morte, que pode ser ganha mesmo que, nesse dia, o moribundo já tenha lucrado outra indulgência plenária. Nisto diferem as plenárias das parciais, que podem ser ganhas tantas

vezes quantas se realizem as obras prescritas. Assim, quando digo com devoção a Salve-Rainha, ganho uma indulgência parcial, e, se a disser cem vezes ao dia, ganharei cem vezes essa indulgência.

Convém ter em conta que as indulgências plenárias que ganhamos não podem ser aplicadas a outras pessoas vivas. Nesta matéria, cada qual tem que enfrentar o seu próprio débito. Mas *podemos* aplicar todas as indulgências –plenárias ou parciais- às almas do purgatório.

Como a Igreja tem autoridade direta sobre os seus membros vivos, podemos ter a certeza dos efeitos das indulgências que ganhamos para nós, sempre que cumpramos as condições necessárias. Este é o ensinamento comum de um considerável número [p. 349] de teólogos. Mas a Igreja não tem autoridade direta sobre as almas do purgatório. As indulgências que oferecemos por elas são a título de sufrágio, isto é, têm o valor de petição a Deus, para que aplique a indulgência a determinada alma ou almas pelas quais se ganha e se oferece. Se esta indulgência a determinada alma ou almas pelas quais se ganha e se oferece. Se esta indulgência é realmente aplicada ou não, depende da misericórdia de Deus. Devemos confiar em que essa alma receberá a indulgência que ganhamos para ela; mas, como não há maneira de sabê-lo com certeza, a Igreja nos permite oferecer mais de uma indulgência plenária pela alma do mesmo defunto.

Podemos estar bem certos de que a maioria de nós incorre constantemente em dívida com Deus. Não somos anjos que levam uma vida sem pecado. E mesmo que os nossos pecados não sejam muito grandes, temos que fazer penitencia por eles, aqui ou no mais além. E ninguém senão nós terá a culpa se nos apresentarmos no outro mundo carregados dessa dívida. Mencionamos a seguir

algumas das indulgências que podem ser facilmente ganhas no dia a dia, mantendo assim a nossa conta em zero.

As indulgências outorgadas à recitação do terço são tão numerosas como seria de esperar de uma devoção cujo centro é Aquela que é “o refúgio dos pecadores”. Ao recitarmos as cinco dezenas do terço, a Igreja concede uma indulgência parcial, mesmo que as contas do terço não estejam bentas. Se esta recitação for feita em família ou numa igreja, pode-se ganhar indulgência plenária, desde que se rezem cinco dezenas sem interrupção, em voz alta e meditando cada mistério. Também foi concedida indulgência parcial ao uso devoto de um terço devidamente bento.

A Via-Sacra é outro fácil atalho para o céu. Todas as vezes que a fazemos diante de estações legitimamente erigidas, ganhamos indulgência plenária. É muito fácil compreender por quê. Ninguém que siga devotamente o Senhor no seu caminho de agonia poderá deixar de sentir uma dor mais profunda de seus pecados, que foram a causa desses sofrimentos, e renovar os seus propósitos de emenda. Por isso, a Igreja concede também indulgência plenária aos que –estando impedidos de ir a uma igreja ou capela para fazer a Via-Sacra- dedicam pelo menos meia hora à leitura e meditação da paixão e morte de Cristo.

Para ganhar a indulgência da Via-Sacra, o que se requer é que vamos de estação em estação –costumam ser cruzes, quadros ou relevos- *meditando* nos sofrimentos de Cristo. Isto quer dizer que devemos considerar o significado do que Jesus quis sofrer por nós e tirar disso alguma conclusão prática. Por exemplo, se meditarmos que Jesus foi despojado da última coisa que lhe restava –as suas vestes-, sentir-nos-emos envergonhados das nossas ânsias de [p. 350] possuir sempre mais e da nossa cegueira

em relação às necessidades do próximo. Podemos fazer a Via-Sacra em poucos minutos ou numa hora. Desde que percorramos as estações meditando sobre a Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, ganharemos a indulgência. Quando a Via-Sacra é feita publicamente por um grupo (como na paróquia, durante a Quaresma), basta que um dos presentes vá de estação em estação, mas todos têm que fazer a sua meditação pessoal. Para fazer a Via-Sacra, não necessitamos de nenhum livro. Se a nossa imaginação é pequena, podemos servir-nos de um livro, mas podemos também fazer as nossas reflexões pessoais.

O “*Enchridion Indulgentiarum*” contém uma longa relação de indulgências, que são manifestação da solicitude maternal da Igreja para com seus filhos. Todas elas constituem, além disso, um incentivo para vivermos uma vida cristã mais intensa e para santificarmos os deveres quotidianos. Assim, por exemplo, estão enriquecidas com indulgência parcial as seguintes práticas piedosas: fazer o sinal da Cruz, dizendo “Em nome do Pai...”; a visita ao Santíssimo Sacramento para adorá-lo (se se prolonga por meia hora, a indulgência é plenária); dizer uma comunhão espiritual; fazer oração mental; visitar um cemitério e lá rezar, pelo menos mentalmente, pelos defuntos (esta indulgência aplica-se às almas do Purgatório, e é plenária se a visita se faz entre os dias 1 e 8 de novembro); ler a Bíblia (a indulgência é plenária se a leitura se faz durante meia hora); ensinar ou aprender a doutrina cristã; participar de um recolhimento mensal, etc.

E, ao lado destas práticas espirituais, há três concessões gerais de indulgências, com as quais a Igreja quer ajudar os fiéis a impregnar de espírito cristão a vida diária: 1.^a) concede-se indulgência parcial ao fiel cristão que, ao cumprir os seus deveres e aceitar os sacrifícios da vida, levanta o coração a Deus com

confiança humilde, acrescentando –mesmo que seja só mentalmente- uma jaculatória; 2.^a) também se concede indulgência parcial ao fiel cristão que, com fé e espírito de caridade, se dedica –com esforço pessoal ou com os seus bens materiais- a servir os irmãos que padecem necessidade; 3.^a) por último, concede-se indulgência parcial àqueles que, com espírito de penitencia, se abstêm espontaneamente de alguma coisa lícita que lhes seja agradável. [p. 351]

CAPÍTULO XXXIII

A UNÇÃO DOS ENFERMOS

O SACRAMENTO DOS ENFERMOS

Em seus esforços misericordiosos por levar-nos para o céu e unir-nos a Ele, Deus chega até os últimos limites. Jesus deu-nos o sacramento do Batismo, com o qual nos limpa do pecado original e de todos os pecados cometidos antes do Batismo. Conhecendo a nossa fraqueza, deu-nos também o sacramento da Penitência, pelo qual se perdoam os pecados cometidos depois do Batismo. Como se o impacientasse ver uma alma demorar-se um só instante e entrar no céu, Jesus deu à sua Igreja o poder de remir a pena temporal devida pelo pecado, mediante a concessão de indulgências. Finalmente, como que para ter toda a certeza de que ninguém perderá o céu ou sofrerá no purgatório, a não ser por culpa própria, Jesus instituiu o sacramento da Extrema-Unção ou Unção dos Enfermos. Podemos defini-la como “um sacramento instituído para alívio espiritual e mesmo temporal dos fiéis que correm risco de morte por doença ou velhice”.

O antigo nome deste sacramento, “Extrema-Unção”, começou a ser usado nos fins do século XII. Nos séculos

anteriores, era conhecido como “Unção dos Enfermos”, tal como nos nossos dias. O termo “Extrema-Unção” tinha um significado puramente litúrgico. Indicava que, geralmente, se tratava da última das quatro unções que um cristão podia receber: o Batismo, a Confirmação, a Ordem Sagrada e, finalmente, a Extrema-Unção. Mas o povo entendia erroneamente que se tratava da unção *última* e que, depois de recebê-la, o mais provável era que a pessoa morresse. Foi, pois, oportuno que o Concílio Vaticano II tivesse dado preferência ao termo “Unção dos Enfermos” sobre o de “Extrema-Unção”. [p. 352]

O Evangelho de São Marcos (6, 12-13) dá-nos notícia deste sacramento dos enfermos ao dizer que os Apóstolos, “tendo partido, pregavam a penitência, expulsavam numerosos demônios, e ungiam com óleo muitos enfermos e os curavam”. Mas a descrição clássica que as Escrituras nos dão deste sacramento encontra-se na Epístola de São Tiago (5, 14-15): “Está doente algum de vós? Chame os sacerdotes da Igreja, e estes façam orações sobre ele, ungindo-o com óleo em nome do Senhor; e a oração da fé salvará o enfermo, e o Senhor o aliviará; e, se estiver com pecados, ser-lhe-ão perdoados”.

O óleo que se usa na administração deste sacramento é chamado “óleo dos enfermos” ou “Santos Óleos”. É um dos três óleos que o bispo da diocese abençoa na sua catedral na manhã de Quinta-Feira Santa; os outros dois são o Santo Crisma e o Óleo dos Catecúmenos, que é utilizado no Batismo. Os Santos Óleos são de azeite puro de oliveira –ou de outro óleo extraído de plantas-, bento pelo bispo, sem adição nenhuma. É matéria muito adequada para manifestar parte do sinal externo do sacramento, se considerarmos os efeitos medicinais e fortalecedores que são atribuídos ao óleo. Em casos urgentes, o óleo pode ser bento pelo próprio sacerdote ao realizar o rito da Unção dos Enfermos.

Na administração do sacramento da Unção dos Enfermos, há certas leituras e orações – anteriores e subseqüentes-, que o sacerdote diz quando há tempo suficiente. Mas a essência do sacramento está na própria unção e na breve oração que a acompanha. Ao administrar este sacramento, o sacerdote unge com o óleo a fronte e as mãos do enfermo. Em caso de necessidade, basta que realize uma única unção na fronte ou, segundo as condições do doente, na parte mais apropriada do corpo.

Enquanto faz as unções, recita a seguinte oração: “Por esta santa unção e por sua piíssima misericórdia, o Senhor venha em teu auxílio com a graça do Espírito Santo, para que, liberto dos teus pecados, Ele te salve e, na sua bondade, alivie os teus sofrimentos”.

Quando chega o momento de ter que enfrentar o risco da morte, por doença ou velhice, experimenta-se normalmente uma sensação de grande angústia, o que é natural. Deus dotou a natureza humana de um forte apego à vida –o chamado instinto de conservação-, precisamente para garantir que concedamos ao nosso bem físico o cuidado necessário e não exponhamos a vida a perigos desnecessários.

Não há razão para nos envergonharmos ou para pensar que nos falta fé se nos assustamos ao sentir que começa a pairar sobre nós a sombra da morte. Para combater esse medo à morte e para tirar *toda* causa de temor, Deus outorgou-nos o sacramento da Unção dos Enfermos. [p. 353]

É um sacramento que nos confere a graça do Espírito Santo, neste caso um *aumento* de graça santificante, pois o sacramento da Unção dos Enfermos requer que a pessoa que o recebe já esteja livre de pecado mortal. Assim se robustece na alma essa vida

sobrenatural, essa união com Deus, que é a raiz de toda a fortaleza e a medida da nossa capacidade para a felicidade do céu.

A Unção dos Enfermos, além de aumentar em nós a graça santificante, dá-nos a sua específica graça *sacramental*. O principal objeto dessa graça do Espírito Santo é confortar e fortalecer a alma do enfermo, “reanimado pela confiança em Deus e fortalecido contra as tentações do maligno e as aflições da morte”, como diz o novo Ritual. É a graça que alivia a angústia e dissipa o medo. É a graça que permite ao enfermo abraçar a vontade de Deus e enfrentar sem apreensões a possibilidade da morte. É a graça que dá forças à alma para vencer as tentações de dúvida, para desapegar-se das coisas desta vida e mesmo para enfrentar o desespero que pode causar o último esforço de Satanás para arrebatá-la a Deus. Sem dúvida, alguns dos que me lêem já devem ter recebido alguma vez a Unção dos Enfermos, se não mais de uma vez. Se assim foi, sabem por experiência própria, como o sabe quem escreve estas linhas, que é grande a paz e a confiança em Deus que este sacramento outorga.

A serenidade e a fortaleza espirituais são aumentadas ainda mais pelo segundo efeito deste sacramento: preparar a alma para entrar imediatamente no céu, concedendo-lhe o perdão dos pecados veniais e purificando-a dos resíduos do pecado. Se tivermos a grande felicidade de poder receber este sacramento quando começarmos a correr o risco da morte, poderemos ter a confiança quase absoluta de entrar na bem-aventurança do céu logo depois de expiarmos. Esperamos que os nossos parentes continuem rezando por nós após a nossa morte, pois nunca poderemos estar certos da qualidade das nossas disposições ao recebermos este sacramento, e, de qualquer maneira, se não

necessitamos dessas orações, alguém se beneficiará delas. Mas podemos ter uma grande confiança em que, uma vez recebida a Unção dos Enfermos, veremos a face de Deus logo depois de a nossa alma deixar o corpo. A alma purificou-se de tudo o que poderia afastá-la dessa união: dos pecados veniais e da pena temporal devida pelos pecados.

Os resíduos do pecado que este sacramento purifica incluem a fraqueza moral da alma que resulta dos pecados, tanto do original como dos pessoais. Esta fraqueza –que chega até à indiferença moral- pode assaltar facilmente na hora da morte quem foi um pecador habitual. Mais uma vez, porém, a alma do enfermo é agora [p. 354] fortalecida e preparada para repelir os últimos embates do mundo, do demônio e da carne.

Como a Penitência é o sacramento que Deus estabeleceu para o perdão dos pecados mortais, o enfermo que estiver em pecado deverá confessar-se antes de receber a Unção dos Enfermos. No entanto, é consolador saber que a Extrema-Unção perdoa também o pecado mortal, se o enfermo não estiver em condições de se confessar. É o que pode suceder, por exemplo, quando a Unção é administrada a uma pessoa que está inconsciente e, antes de perder a consciência, faz um ato de contrição imperfeito.

Não há dúvida de que o fim principal do sacramento da Unção dos Enfermos é espiritual: preparar a alma para a morte, se esta chegar. Mas produz também um efeito secundário e condicional: devolver a saúde corporal ao enfermo ou a quem está com um ferimento grave. O novo Ritual –repetindo a doutrina tradicional da Igreja- indica qual é a condição para que se possa esperar esse efeito: “quando for conveniente à salvação espiritual”. Por outras palavras: se for *espiritualmente* bom para o

enfermo recuperar a saúde, então pode-se certamente esperar que se cure.

Mas não será uma cura súbita e miraculosa. Deus não multiplica os seus prodígios desnecessariamente. Sempre que possível, atua por meio de causas naturais. Sempre que possível, atua por meio de causas naturais. Neste caso, a cura será o resultado das forças naturais estimuladas pelas graças do sacramento. Na medida em que elimina a angústia, tira o medo, inspira confiança em Deus e leva a aceitar a sua vontade, a Unção dos Enfermos atua sobre os processos corporais, suscitando a melhora física do paciente. É evidente que não temos o direito de esperar esta melhora se o sacerdote só for chamado quando o enfermo já estiver desenganado e sem esperança.

Mas “sem esperança” não é uma boa expressão. Qualquer sacerdote que tenha experiência nesta matéria poderá relatar algumas curas surpreendentes e inesperadas que se sucederam à administração da Unção dos Enfermos.

QUANDO DEVEMOS CHAMAR O SACERDOTE

Qualquer católico que tenha atingido o uso da razão pode e deve receber o sacramento da Unção dos Enfermos quando estiver em perigo de morte por doença, acidente ou velhice. Este sacramento pode ser repetido se o doente convalescer após ter recebido a Unção, ou também se, perdurando a mesma doença, vier a encontrar-se em situação mais grave. Também pode ser administrado [p. 355] antes de uma operação cirúrgica, se a causa da intervenção for uma doença grave. Como o fim deste sacramento é confortar a alma em suas angústias, eliminar os efeitos do pecado e proteger-nos contra os seus assaltos, é evidente que este sacramento só pode ser conferido às crianças sempre que

tenham atingido tal uso de razão que possam encontrar conforto nele. Pode ser dada a Unção aos doentes privados dos sentidos ou do uso da razão, desde que haja base para pensar que provavelmente a pediriam se estivessem no pleno gozo de suas faculdades.

O perigo de morte deve estar no corpo da pessoa, quer em consequência de uma doença, de um ferimento ou da velhice. Neste último caso, deve tratar-se de pessoas de idade, cujas forças se encontrem sensivelmente debilitadas, mesmo que não sofram de uma enfermidade grave. A Unção dos Enfermos não pode, pois, ser administrada aos soldados antes de entrarem em combate, mesmo que, logicamente, corram o risco de ser mortos. Também não pode ser administrada a um criminoso antes de ser executado. O perigo de morte devido a causas externas não habilita ninguém a receber este sacramento.

Infelizmente, há às vezes pessoas que têm todo o direito de receber a Unção dos Enfermos, e que morrem sem recebê-la pelo descuido ou por um carinho errôneo dos que as assistem. É o que se passa quando se desconhecem ou se conhecem mal os fins deste sacramento. A Unção dos Enfermos não é apenas para os que estão prestes a soltar o último suspiro. É para todos aqueles cujo estado permita pensar que estão em perigo de morte; para qualquer tipo de doença, ferimento ou operação que um médico diagnostique como crítico; até mesmo para qualquer estado físico que alguns médicos considerem simplesmente sério. Nessas circunstâncias, deve-se conceder ao enfermo o benefício da dúvida. Por exemplo, se a vítima de um acidente parece estar gravemente ferida, o sacerdote não deve esperar pelo resultado das radiografias e demais reconhecimentos para administrar-lhe o sacramento. Um princípio basilar que a família, os amigos ou qualquer pessoa responsável por um enfermo deveriam seguir é *chamar o*

sacerdote a tempo. A tempo quer dizer com a antecedência suficiente para que a Unção dos Enfermos produza no paciente todos os seus efeitos, tanto espirituais como físicos. A que é que isso leva? Uma regra geral é que, se uma pessoa se encontra doente a ponto de precisar de um médico, deve também estar doente a ponto de ser necessário avisar o pároco, pois normalmente não se chama o médico por qualquer doença sem importância.

Ao ser avisado, o próprio sacerdote se encarregará de fazer as perguntas suficientes para saber se é ou não necessária a unção [p. 356] imediata. Talvez resolva que não, mas, como bom pastor que é, gostará de saber quem está doente ou acamado na sua paróquia, e quererá visitar os membros enfermos de sua grei, nem que seja para lhe dar a bênção e levar-lhe umas palavras de afeto. Mesmo nos casos em que não lhe pareça conveniente administrar a Unção dos Enfermos, desejará levar a Sagrada Comunhão aos que se encontrem reclusos em casa por algum tempo. Nunca devemos ter receio de aborrecer um sacerdote chamando-o para atender uma pessoa doente da nossa família, mesmo que a doença não seja de morte.

Tão desastrado como demorar a Unção dos Enfermos por ignorância é fazê-lo por um afeto mal entendido. É o que se dá quando os parentes mais próximos do enfermo temem que a visita do sacerdote cause um trauma no doente. “Não queríamos assustar mamãe dizendo-lhe que estava muito mal”. Em mais de uma ocasião o sacerdote terá que conter a sua pressão sanguínea ao ouvir explicações deste jaez, às três da madrugada, junto ao corpo inconsciente de uma pessoa que deveria ter recebido a Unção dos Enfermos uma semana antes.

Para nos darmos conta da falta de caridade que isso representa, basta perguntarmo-nos a nós mesmos: “Se *eu* estivesse

em perigo de morte, quereria ser avisado ou não?” De cem, noventa e nove responderiam que sim. Por muito cristã que seja a vida que levemos, sabemos que poderíamos pôr um pouco mais de intensidade em nossas orações se soubéssemos que o nosso Juízo estava próximo.

E a verdade é que *não vamos morrer* só por receber o sacramento da Extrema Unção. Qualquer inquietação que possamos sentir ao sabermos do nosso estado será rapidamente acalmada e mais que acalmada pelas graças do sacramento. O medo à Unção dos Enfermos como arauto da morte é uma superstição que remonta à Idade Média. Os historiadores da Igreja contam-nos que, na Idade Média, era tal a idéia errada que se fazia deste sacramento que a pessoa que se recuperava depois de ter sido ungida era tratada como se, literalmente, tivesse regressado da sepultura. Se era casada, não lhe era permitido continuar as relações conjugais; não podia prestar juramento; legalmente, tinha morrido.

Há outro ponto digno de menção a respeito do momento em que se deve chamar o sacerdote: é que a Unção dos Enfermos só produz os seus efeitos espirituais se a alma, ainda presente no corpo, estiver em estado de graça ou tiver feito um ato de contrição antes de perder a consciência. Não sabemos em que momento a alma abandona o corpo. O fato de o coração não bater e de ter cessado a respiração não é garantia de que a alma já não esteja no corpo. [p. 357] É por isso que a Igreja autoriza os sacerdotes a administrar o sacramento se ainda houver dúvida quanto à morte. Em caso de morte repentina, como um acidente ou um ataque cardíaco, também se deve chamar o sacerdote. A não ser que e até que já tenha começado a decomposição, a alma ainda pode estar presente no corpo. O sacerdote ainda pode administrar o sacramento de forma condicional.

Um membro da sua família está doente. A doença parece séria, ou, pelo menos, deixará a pessoa incapacitada por longo tempo (como uma fratura da bacia). Você informa o pároco e o pároco lhe diz que irá visitá-la. Que preparativos são necessários?

Evidentemente, se a visita não for senão uma visita de amigo, porque a doença não parece grave (“passarei por aí esta tarde para ver a vovó”), não haverá necessidade de preparar nada. Mas se o sacerdote disser: “Irei amanhã cedo, depois da Missa das oito, para levar-lhe a Sagrada Comunhão”, serão necessários alguns preparativos.

Neste caso, deve-se colocar uma mesinha junto à cama ou à cadeira do enfermo. Se você não a tem, basta a parte superior da cômoda. Cobre-se a mesinha (ou o que fizer as suas vezes) com um pano branco e limpo. Coloca-se em cima um crucifixo ladeado por duas velas de cera. Deve haver também um aspersório de água benta ou, se não se dispõe dele, um pratinho cheio de água com um raminho, que o sacerdote poderá usar como aspersório depois de benzer a água. Convém que haja também um copo com água da torneira, para o sacerdote poder purificar os dedos após a comunhão, e um paninho ou guardanapo limpo.

As velas devem ser acesas antes de o sacerdote entrar. Ao entrar, o sacerdote diz: “A paz esteja nesta casa e com todos os seus habitantes” ou outra fórmula litúrgica de saudação. A seguir, em silêncio, ajoelha-se e coloca sobre a mesinha a bolsa que contém a Sagrada Hóstia; depois levanta-se e asperge o quarto com a água benta. Os parentes e demais pessoas que estiverem no quarto ajoelham-se à entrada do sacerdote. Após a aspersão e a oração que a acompanha, o sacerdote faz sinal às pessoas que estão

no quarto para que saiam, se tiver que ouvir a confissão do enfermo.

Terminada a confissão, o sacerdote chama de novo a família, que, ao entrar, se ajoelha outra vez. Se o doente não for confessar-se ou se houver no quarto outras pessoas que desejam comungar, recitará o ato penitencial, e, depois de uma leitura do Novo Testamento, rezará com todos o Pai Nosso. Depois de dar a comunhão ao enfermo, limpa a teça (a caixinha metálica que continha a Sagrada Hóstia) e purifica os dedos com água. Com essa água não [p. 358] pode ser jogada na pia, agradecerá que haja no quarto um vaso de flores para derramar a água na terra da planta.

Se tiver que levar a comunhão a outros doentes, o sacerdote não faz esta operação, porque ainda conserva Hóstias consagradas na teça. Neste caso, antes de sair, faz o sinal da Cruz sobre o enfermo, com a bolsa que contém o Santíssimo Sacramento. A seguir, é acompanhado em silencio até a porta.

Em casos de enfermidades longas, em que o sacerdote tem que levar os sacramentos com freqüência, recomenda-se à família que adquira um exemplar do Ritual dos Sacramentos. Este livreto contém as orações que se utilizam na comunhão dos enfermos, e com ele qualquer membro da família pode responder adequadamente às orações, em vez de obrigar o próprio sacerdote a fazê-lo.

Quando há grave perigo de morte, o doente recebe –além da Penitência e da Unção- a Eucaristia em forma de Viático. É útil recordar que, como a Igreja ensina, todos os fiéis em perigo de morte, seja qual for a causa, têm obrigação de receber a Sagrada

Comunhão. Se o bispo autoriza, pode-se celebrar a Missa na casa do doente e, dentro dela, administra-se-lhe o Viático.

“Viático” é uma palavra latina que significa “provisão de viagem”. O Santo Viático é, por isso, simplesmente, a Sagrada Comunhão administrada a quem está em perigo de morte. Ao administrar o Santo Viático, o sacerdote segue um rito análogo ao da comunhão dos doentes, mas, ao dar a partícula consagrada, depois de dizer “O Corpo de Cristo”, acrescenta imediatamente – ou depois de ter dado a comunhão: “Que Ele te guarde e te conduza à vida eterna!”.

Como Viático, a Sagrada Comunhão pode ser dada a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo que o enfermo já tenha recebido a comunhão nesse dia como ato de devoção, e sem levar em conta o tempo decorrido desde a última vez que tomou alimento.

Evidentemente, em casos de extrema urgência, não devemos demorar-nos a chamar o sacerdote por não termos preparado o quarto do enfermo. A sua presença imediata é mais importante do que as velas e a água benta. O sacerdote não se queixará por não encontrar as coisas bem preparadas. [p. 359]

CAPÍTULO XXXIV

AS ORDENS SAGRADAS

O QUE É UM SACERDOTE?

Para saber o que é um sacerdote, é preciso saber primeiro o que é um sacrifício. Hoje em dia, a palavra “sacrifício” é usada em muitos sentidos. Mas, no seu significado estrito e original, é a oferta de um dom a Deus, feita por determinado grupo, por intermédio de alguém que tenha o direito de representar esse grupo.

O propósito da oferta é prestar culto *coletivo* a Deus; quer dizer, reconhecer o supremo domínio de Deus sobre os homens, agradecer-lhe suas mercês, satisfazer pelos pecados do homem e pedir-lhe seus benefícios. Deus não *necessita* dos nossos dons, pois tudo o que existe, foi Ele que o fez. Mesmo que lhe oferecêssemos uma montanha de diamantes, estes em si não teriam nenhum valor aos olhos de Deus. Antes de Jesus se ter dado a nós como oferta perfeita no Sacrifício da Missa, o homem nada tinha a oferecer a Deus que fosse realmente digno dEle.

Não obstante, desde o começo da história humana, foi do agrado de Deus que o homem lhe manifestasse os seus

sentimentos por meio de sacrifícios. De tudo o que Ele nos desse, tomaríamos o melhor (fossem cordeiros, bois, frutas ou grãos), e lho restituiríamos, destruindo-o no altar como símbolo da nossa oferenda. Estas oferendas não podiam ser senão um gesto simbólico, como a gravata que um João-ninguém presenteia a seu tio rico e generoso pelo Natal. Mas expressavam melhor que as palavras os profundos sentimentos do coração humano para com Deus: “Deus onipotente –quereria dizer o ofertante-, sei que Tu me deste tudo o que tenho. Dou-te graças por tua bondade. Peço-te perdão por não te servir melhor. Por favor, mostra-te bom e misericordioso para comigo”. Um sacrifício é uma oração em ação de um grupo. [p. 360] E aquele que oferece o sacrifício em nome do grupo –como ministro de Deus- é o sacerdote.

Como os homens ofereceram sacrifícios a Deus desde o começo da raça humana, desde o começo houve sacerdotes. No primeiro período da história bíblica –a era dos patriarcas-, o sacerdote era o próprio chefe de família. Era ele quem oferecia os sacrifícios a Deus por si e pela família. Adão foi o sacerdote da sua família, assim como Noé, Abraão e os demais patriarcas o foram das suas. Mas, nos tempos de Moisés, Deus dispôs que o sacerdote do seu povo escolhido, os judeus, pertencesse à família de Aarão, da tribo de Levi. O primogênito de cada geração dos descendentes de Aarão seria o sumo sacerdote, e os demais levitas seus ajudantes.

Quando se estabeleceu a Nova Lei de Cristo, terminou a Lei Antiga e com ela o sacerdócio que lhe era próprio. A Nova Lei do amor teria um sacrifício e um sacerdócio novos. Na Última Ceia, Jesus instituiu o Santo Sacrifício da Missa, em que o dom oferecido a Deus não seria mais uma simples oferenda simbólica de ovelhas ou bois, de pão ou vinho.

Pela primeira vez e para sempre, seria um dom digno de Deus; seria o dom do próprio Filho de Deus; um dom de valor infinito, tanto como o próprio Deus é infinito. Na Santa Missa, sob as aparências de pão e de vinho, Jesus renovaria incessantemente o oferecimento que, de uma vez para sempre, fez na cruz, imolando-se a Si próprio. Na Santa Missa dar-nos-ia a cada um de nós, seus membros batizados, a oportunidade de nos unirmos a Ele neste oferecimento.

Mas quem seria o sacerdote humano que estaria diante do altar, o homem cujos lábios e mãos Cristo usaria para a oferta de Si? Quem seria o sacerdote humano a quem Cristo daria o poder de tornar Deus-Homem presente no altar, sob as aparências de pão e de vinho? Para começar, havia onze sacerdotes (não há a certeza de que Judas estivesse presente no momento em que os Apóstolos foram feitos sacerdotes). Na Última Ceia, como sabemos, Jesus conferiu o sacerdócio aos seus Apóstolos quando lhes mandou e, ao mandá-lo, lhes deu o poder de fazer o que Ele acabara de fazer. Disse-lhes: “Fazei isto em minha memória” (Lc 22, 20).

Foi este poder, o poder de oferecer sacrifícios em nome de Cristo e no do Corpo Místico, a Igreja (o que significa em nome dos que estão unidos a Cristo pelo Batismo, isto é, no seu nome e no meu), que tornou os Apóstolos sacerdotes. A este poder de mudar o pão e o vinho no seu Corpo e Sangue, Jesus acrescentou na noite do Domingo da Ressurreição o poder de perdoar os pecados em seu nome, quando disse: “Àqueles a quem perdoardes os pecados, [p. 361] ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos” (Jo 20, 22-23). Além desses poderes, Cristo conferiu aos Apóstolos o poder de evangelizar – anunciando em nome de Cristo a Boa Nova- e o de reger como Pastores o povo de Deus.

Este poder sacerdotal que Jesus conferiu ao seus Apóstolos não era para morrer com eles. Jesus veio salvar as almas de *todos* os homens, até o fim do mundo. Por conseguinte, os Apóstolos transmitiram esse poder a outros homens na cerimônia que hoje chamamos o sacramento da Ordem Sagrada. No livro dos Atos dos Apóstolos, vemos relatada uma das primeiras (se não a primeira) das ordenações conferidas pelos Apóstolos: “A proposta foi bem recebida por toda a assembléia e escolheram Estevão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, e Filipe, Prócoro, Nicanor, Timão, Pármenas e Nicolau, prosélito de Antioquia. Apresentaram-nos aos Apóstolos, e estes, depois de terem orado, impuseram-lhes as mãos” (At 6, 5-6). Estes homens foram ordenados diáconos, não sacerdotes. Mas a cena permite-nos ver os Apóstolos compartilhando e transmitindo o sagrado poder que Cristo lhes outorgara. Com o decorrer do tempo, os Apóstolos consagraram bispos, para que estes prosseguissem a sua missão. Estes bispos, por sua vez, ordenaram mais bispos e presbíteros, e estes últimos bispos, *por sua vez*, outros mais. De tal modo que o sacerdote católico de hoje pode dizer, na verdade, que o seu poder sacerdotal, recebido pelo sacramento da Sagrada Ordem, lhe foi dado pelo próprio Cristo, numa cadeia ininterrupta que remonta até Ele.

Mil novecentos e poucos anos transcorreram desde aquela ocasião em que Jesus Cristo elevou os onze Apóstolos ao sacerdócio, na noite da Páscoa, quando se reuniu com eles para celebrá-la. Desde então, talvez tenha havido alguma ocasião na história da Igreja em que se contasse com suficiente número de sacerdotes para atender às necessidades do Povo de Deus, mas esta ocasião não é certamente a nossa. São precisos sacerdotes,

sacerdotes e mais sacerdotes; é uma das necessidades mais urgentes de hoje.

São precisos sacerdotes fiéis e piedosos no nosso próprio país, onde tantas paróquias estão insuficientemente dotadas e muitas almas são parcamente atendidas. A necessidade é ainda maior em terras de missão, onde povos inteiros clamam por um sacerdote, e não há sacerdotes para enviar. Podemos estar certos de que Deus, cujo interesse na salvação das almas é absoluto, não tem a culpa deste estado das coisas. Podemos estar certos de que Ele está chamando continuamente ao sacerdócio muitos jovens que, por uma razão ou por outra, não prestam ouvidos à sua voz.

Nenhum jovem deveria escolher o seu estado na vida sem antes [p. 362] se perguntar: “Não será que Deus me quer sacerdote?” Note-se que a pergunta não é: “Gostaria eu de ser sacerdote?”, mas sim: “Deus quer que eu seja sacerdote?” É uma pergunta que se deveria formular e ponderar na oração por um período de tempo razoavelmente longo. É evidente que Deus não quer que todos os jovens se façam sacerdotes: há outras vocações a cumprir, especialmente a da paternidade. Mas todos os homens serão mais felizes no seu matrimônio cristão e na sua paternidade se antes se certificarem de que não fecharam os ouvidos à chamada de Deus para uma paternidade espiritual.

Quais são os sinais da vocação para o sacerdócio? Na verdade, a vocação é uma chamada do bispo. Quando um bispo comunica a um jovem, ao término dos estudos do seminário, que deve preparar-se para receber o sacramento da Ordem Sagrada, *esse* é o fator essencial da vocação. Para responder a essa chamada, é necessário que o jovem esteja em estado de graça e tenha um caráter excepcionalmente sólido. É imprescindível que tenha concluído os necessários estudos de filosofia e teologia.

É necessário também que tenha 24 anos feitos; sem dispensa, não se pode administrar o sacramento da Ordem a jovens de menos idade. É necessário que seja filho de pais católicos validamente casados. A Igreja confia muito na formação que o candidato ao sacerdócio recebeu num lar cabalmente católico, no espírito de fé e amor a Deus em que cresceu, porque moldam decisivamente o caráter do homem que virá depois. Mas a Igreja dispensa desta condição o filho de um matrimônio misto, inclusive um filho ilegítimo, se os demais fatores para o sacerdócio forem favoráveis. Finalmente, o candidato à Ordem Sagrada deve ter reta intenção: a intenção de se dedicar ao serviço de Deus no sacerdócio, para santificar a sua alma e santificar os outros. Em seu coração não deve haver nenhum outro motivo além desse, quando se ajoelha para receber o sacramento da Ordem Sagrada.

Estamos, porém, falando do *fim* do caminho para o sacerdócio. O que é que ocorre com o seu começo? Como é que um rapaz pode conhecer esse caminho e começar a segui-lo? em primeiro lugar, não se deve esperar nenhuma revelação especial, pois, pelo menos, não é isso o normal. Deus não dará um piparote no rapaz e lhe dirá: “Eh, você. Quero que seja sacerdote!” Deus nos deu cabeça e quer que a utilizemos. Ele iluminará a nossa razão e guiarnos-á suavemente, se lhe dermos oportunidade na nossa oração pessoal, mas espera também que sigamos os sinais indicadores, já que os pôs para isso. [p. 363]

Deixemos que o rapaz pergunte a si mesmo: “Tenho boa saúde?” Não é necessário que seja um super-homem, mas uma constituição enfermiça não é o que mais ajuda a perseverar nos longos anos de estudo. Depois, deve perguntar-se: Tenho uma capacidade razoável para estudar e para aprender?” Não precisa ser um gênio, mas, em geral, os estudos que se requerem são mais

exigentes que em outras instituições docentes. É muito provável que, se habitualmente tem notas más, tudo aponte numa direção oposta ao sacerdócio.

As perguntas continuam: “Confesso-me regularmente e comungo com frequência?” Se a resposta for “não”, aí está um defeito que pode ser facilmente reparado: basta começar agora. Finalmente, o jovem deve interrogar-se: “Vivo, habitualmente em estado de graça, evito o pecado mortal?” Se a resposta for negativa, isso também se pode remediar facilmente com a ajuda da graça e dos sacramentos. Para que um jovem pense no sacerdócio, não é necessário que seja um santo. Se fosse assim, haveria muito poucos sacerdotes ou até nenhum. Antes, porém, é preciso que queira ser melhor. Boa saúde, inteligência e virtude: são dons da natureza e da graça que constituem os pré-requisitos para o sacerdócio.

Se um jovem está em condições de responder afirmativamente às quatro perguntas anteriores e encontra em seu coração a generosidade suficiente para se entregar a Deus e ao serviço dos seus irmãos, então convém que fale logo com o seu pároco ou o diretor espiritual sobre a possibilidade de ir para o seminário. E quando revelar as suas intenções aos pais, estes devem dar-lhe toda espécie de ânimos. Não têm por que empurrá-lo, mas sim animá-lo. mais de uma vocação se perdeu pela falsa prudência de alguns pais que diziam: “Espera até terminares o secundário”, “Espera até o fim do curso”. Como se pudesse haver esperas quando Deus chama! Não há perigo de que o jovem seja coagido a perseverar no seminário. Pelo contrário, até chegar ao final, deverá provar continuamente que possuir as condições necessárias.

Isto é o que um jovem e seus pais podem fazer. Mas o que *todos* devemos fazer é pedir todos os dias em nossas orações e em

nossas Missas pela santidade dos sacerdotes e dos seminaristas, com uma súplica especial para que muitos jovens ouçam a voz de Deus e se encaminhem para o altar.

OS GRAUS DA ORDEM SAGRADA

O sacramento da Ordem difere dos outros sacramentos pelo fato de nele existirem três graus:

- o primeiro grau são os *bispos* que, como sucessores dos [p. 364] Apóstolos, têm a plenitude do sacramento da Ordem e participam do Sacerdócio de Cristo, sumo e eterno Sacerdote e Cabeça da Igreja, “presidindo no lugar de Deus o rebanho do qual são pastores, como mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do governo (Lumen Gentium, n.20).
- o segundo grau é constituído pelos *presbíteros* –o sacerdotes-, que estão unidos aos bispos na dignidade sacerdotal, embora só o bispo possua a plenitude do sacerdócio e o presbítero o possua em grau subordinado, como cooperador da Ordem episcopal. “Em virtude do sacramento da Ordem, segundo a imagem de Cristo, sumo e eterno Sacerdote, eles são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, de maneira que são verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento” (Lumen Gentium, n.28).
- o terceiro grau é constituído pelos *diáconos*. Não possuem o sacerdócio, mas um ministério sagrado para que “fortalecidos com a graça sacramental, sirvam ao Povo de Deus no serviço da Liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o bispo e seu presbíterio” (Lumen Gentium, n.29).

Diáconos, presbíteros e bispos: eis os três graus da Ordem Sagrada instituída por Jesus Cristo. Cada um deles, como cada sacramento, aumenta a graça santificante. Cada grau imprime um caráter na alma; cada grau ascendente, como um sol gradativamente mais brilhante, envolve e contém o caráter do que o havia precedido. Nesse caráter se enraíza e se fundamenta o direito e o poder próprios da Ordem que se recebe: para o diácono, o de batizar, pregar, administrar a Sagrada Comunhão, assistir e abençoar o matrimônio, etc.; para o presbítero, o de mudar o pão e o vinho no Corpo e Sangue de Cristo e o de perdoar os pecados; para o bispo, o único que tem a plenitude do sacerdócio, o de confirmar e o de ordenar, isto é, o de transmitir a outros o sacerdócio por meio do sacramento da Ordem Sagrada. E além do aumento da graça santificante e do caráter sacerdotal, o ordenado recebe a graça especial do sacramento, que clama a Deus em seu favor para que receba todas as graças atuais de que possa necessitar para o fiel cumprimento da sua missão.

Nos primeiros tempos do Cristianismo, a ordem do diaconato era o final; quer dizer, era uma meta em si, e os diáconos eram importantes auxiliares dos bispos e dos sacerdotes. Em séculos mais recentes, o diaconato caiu em desuso como “ordem” ativa, e converteu-se em mero passo para o sacerdócio. Assim, só se podiam encontrar diáconos nos seminários, e um diácono permanecia nessa [p. 365] condição por poucos meses, até receber a ordenação sacerdotal. Felizmente, o Concílio Vaticano II restaurou a primitiva concepção do diaconato. Os seminaristas continuarão a receber a Ordem do diaconato antes da ordenação sacerdotal. Mas procura-se que haja outros homens (mesmo casados) que sejam ordenados diáconos com o propósito de permanecerem nessa condição. Ajudarão os bispos e os

sacerdotes, batizando, pregando, distribuindo a Sagrada Comunhão, assistindo e abençoando o matrimônio, instruindo o povo, presidindo às orações dos fiéis e a certos atos de culto, oficiando enterros e exéquias, dedicando-se a ofícios de caridade e administração. De fato, farão quase tudo o que faz um sacerdote, a não ser celebrar a Santa Missa e confessar.

No entanto, a maioria dos que recebem o diaconato, fazem-no como passo para se tornarem sacerdotes, presbíteros. Este segundo passo do sacramento da Ordem Sagrada será para eles o definitivo —exceto para os que venham a ser bispos— e ninguém poderá sonhar ou desejar uma dignidade maior: ou inclinar-se cada manhã sobre o pão e o vinho e pronunciar as palavras de Cristo: “Isto é o meu Corpo... Isto é o meu Sangue”, o sacerdote sentirá aniquilado pelo sentimento da sua própria indignidade, pela consciência da sua humana fraqueza. E, certamente, seria *aniquilado* se não fosse sustentado pela graça do sacramento da Ordem Sagrada, que Deus concede infalivelmente a quem a pede com humildade.

Evidentemente, este poder de oferecer o sacrifício da Hóstia Perfeita a Deus, como instrumento vivo de Cristo Sacerdote e em nome de todo o povo de Deus, é o que distingue um sacerdote de um ministro ou pastor protestante. Não seria incorreto chamar ministro ou pastor a um sacerdote, pois é ministro do altar, servidor de Cristo e do rebanho de Cristo. É também pregador, e poder-se-ia chamá-lo assim, pois nos prega a mensagem da salvação.

Mas, se é correto chamar a um sacerdote ministro ou pregador, é incorreto chamar sacerdote a um ministro ou pregador protestante. O ministro protestante não tem o poder de oferecer sacrifícios, que é precisamente o que torna sacerdote um

sacerdote. Aliás, os ministros protestante –com exceção dos membros da Alta Igreja Anglicana ou Episcopaliana- nem sequer acreditam nesse poder. Alguns ministros episcopalianos ou anglicanos consideram-se a si mesmos sacerdotes, mas infelizmente estão enganados. Não têm quem lhes possa conferir o poder sacerdotal.

A linha de sucessão pela qual o poder sacerdotal chegou até nós, de Cristo para os Apóstolos, de bispo para bispo, neles quebrou-se há séculos, quando a Igreja Anglicana repudiou totalmente a idéia da Santa Missa e de um sacerdote sacrificial. Em tempos [p. 366] mais modernos, alguns membros da Alta Igreja Anglicana reviveram a idéia da Missa, mas não têm bispos que sejam verdadeiros sucessores dos Apóstolos, nem bispos que possuam qualquer dos poderes que o sacramento da Ordem Sagrada confere. Não mencionamos este fato com espírito de altivo desdém, mas como um triste fato histórico; devemos sentir-nos mais motivados a renovar a nossa oração pelos irmãos separados, para que voltem ao autêntico e único rebanho de Cristo.

OS BISPOS E OUTRAS DIGNIDADES

O terceiro e o mais elevado passo do sacramento da Ordem Sagrada é o episcopal. Quando se necessita de um novo bispo para presidir uma diocese ou para alguma missão importante dentro da Igreja, o Papa, como sucessor de Pedro, designa o sacerdote que deve ser elevado à ordem episcopal. Este sacerdote recebe então a terceira “imposição de mãos” de outro bispo (as duas anteriores foram no diaconato e no presbiterato) e, por sua vez, converte-se em bispo. Ao poder de oferecer a Santa Missa e de perdoar os pecados, junta-se agora o de administrar a Confirmação por direito próprio e o poder exclusivo dos bispos de administrar o

sacramento da Ordem Sagrada, de poder ordenar outros sacerdotes e de consagrar outros bispos.

Com esta terceira imposição de mãos do bispo consagrante (habitualmente acompanhado por outros bispos, chamados co-consagrantes), o novo bispo recebeu o Espírito Santo pela última vez. O Espírito Santo desceu sobre ele pela primeira vez quando recebeu o Batismo, e deu-lhe o poder de participar com Cristo na sua oferta sacrificial e de receber a graça dos demais sacramentos. O Espírito Santo desceu outra vez sobre ele na Confirmação, e conferiu-lhe o poder de participar com Cristo no seu ofício profético: o poder de propagar a fé com a palavra e com as obras. O Espírito Santo veio mais uma vez, com novos poderes e graças, no diaconato e no presbiterato. E, agora, ao ser ordenado bispo, o Espírito Santo desce sobre ele pela última vez: já não há novos poderes que Deus possa conferir ao homem. Pela última vez, a sua alma ficará marcada com um caráter –o pleno e completo caráter do sacramento da Ordem Sagrada-, o caráter episcopal.

A essência da ordem episcopal reside no poder de o bispo se perpetuar a si mesmo, no poder de ordenar sacerdotes e de consagrar outros bispos, isto é, no poder de ele, sucessor dos Apóstolos, perpetuar esta sucessão apostólica. É um poder que jamais se poderá perder. Assim como um sacerdote nunca pode perder o poder [p. 367] de converter o pão e o vinho no Corpo e Sangue do Senhor, mesmo que apostate e abandone a Igreja Católica, um bispo jamais poderá perder o seu poder de ordenar outros sacerdotes e bispos, nem mesmo no caso de abandonar a Igreja Católica. Aqui se encontra a principal diferença entre a Igreja Católica e as diversas confissões protestantes.

Como já vimos, os protestantes não crêem na Santa Missa nem num sacerdócio que inclua o poder de oferecer o Santo Sacrifício e, por conseguinte, não crêem no sacramento da Ordem Sagrada. Fez-se notar que os membros da Alta Igreja Anglicana e Episcopaliana crêem na Missa e no sacerdócio, mas deixaram de ter bispos e sacerdotes reais no século XVI. Os que estavam então à testa da Igreja na Inglaterra eliminaram da cerimônia da ordenação toda referencia à Missa e ao poder de oferecer o Santo Sacrifício. Sem a intenção de ordenar sacerdotes sacrificiais, o sacramento da Ordem é inválido, *não há* tal sacramento. Ocorre o mesmo com qualquer sacramento: faltando a intenção, falta o sacramento. Se um sacerdote pronuncia as palavras da Consagração tendo diante de si pão e vinho (por exemplo, no almoço), o pão e o vinho não ficarão consagrados se o sacerdote não teve a *intenção* de fazê-lo. seja quem for que administre um sacramento, deve ter a intenção de fazer o que o sacramento pretende fazer, ou então o sacramento será inválido. Foi por isso que se extinguiram os bispos e os sacerdotes na Igreja Anglicana: ao suprimirem na cerimônia da ordenação a intenção de ordenar sacerdotes e bispos que oferecessem o Sacrifício, suprimiram seus bispos e sacerdotes.

As coisas são muito diferentes com as chamadas igrejas ortodoxas, como a Igreja Ortodoxa Grega, a Russa, a Romena, a Armênia e demais. Há uns mil anos, quando todo o mundo cristão era católico, os hierarcas eclesiásticos de alguns países separaram-se de Roma, rompendo a sua comunhão hierárquica com o Papa. Não obstante, continuaram a crer em todas as verdades que a Igreja Católica ensinava, como a Missa e os sacramentos. Seus bispos continuaram a ser bispos. E estes bispos continuam a ordenar sacerdotes validamente e a consagrar outros bispos como

seus sucessores. Com o poder sacerdotal assim transmitido através dos séculos, as igrejas ortodoxas possuem ainda hoje a Missa e os sacramentos. E por isso, nos casos de necessidade previstos pelas leis da Igreja, um católico pode assistir a uma Missa numa igreja ortodoxa, e –nos lugares onde não há um sacerdote católico– poderia inclusive confessar-se com um padre ortodoxo e receber a comunhão e a Unção dos Enfermos. Em total, há dezesseis ramos da Igreja Ortodoxa. [p. 368]

As igrejas ortodoxas não devem ser confundidas com os membros da Igreja *Católica* que pertencem aos ritos orientais. Quase todos nós somos católicos de rito latino. Mas há grandes grupos de católicos em alguns países, sobretudo na Europa oriental e na Ásia, que já desde os começos da Igreja tiveram a Santa Missa e os sacramentos na sua própria língua; assim, por exemplo, os católicos gregos ou os católicos armênios. Muitas das suas cerimônias são diferentes das nossas. Mas crêem no Papa como cabeça da Igreja e são tão verdadeiros católicos como você e como eu. Os católicos de rito latino podem perfeitamente assistir à Missa, sempre que o desejarem, numa igreja católica de rito oriental –como a maronita ou a melquita– e receber nela a Sagrada Comunhão. Orientais ou ocidentais, somos um em Cristo.

Diácono, sacerdote, bispo: os três graus do sacramento da Ordem. Acima do bispo não existe poder maior que Deus dê aos homens. Então... que acontece com o Papa? Não tem mais poder que os bispos ordinários? E que se passa com os cardeais e os arcebispos? Onde é que entram e que fazem?

Não. O Papa não tem um poder espiritual maior que o dos demais bispos. Tem mais *autoridade*, uma jurisdição mais extensa que a de qualquer outro bispo. Por ser bispo de Roma, sucessor de São Pedro, tem autoridade sobre toda a Igreja. Estabelece leis para

toda a Igreja. Designa os sacerdotes que serão bispos e atribui dioceses a esses bispos. Goza também de um privilégio muito especial, que Jesus deu a São Pedro e aos seus sucessores: o privilégio da infalibilidade. Por este privilégio divino, Deus preserva o Papa de erro quando se pronuncia definitivamente, para a Igreja universal, sobre matérias de fé ou de moral, usando da plenitude da sua autoridade docente. Mas o poder essencial do Santo Padre, ao ser eleito Papa, não se torna maior do que quando o consagraram bispo.

O ofício de Cardeal não tem absolutamente nada a ver com o poder sacerdotal. O cardinalato é um posto honorífico, inteiramente à margem do sacramento da Ordem Sagrada. Os cardeais não são senão os conselheiros do Papa, colaboradores especiais em altos cargos do governo da Igreja, e formam o colégio eleitoral que escolhe um novo Papa. Teoricamente, um cardeal nem sequer tinha que ser sacerdote. Atualmente, não se costuma nomear cardeais que não sejam sacerdotes ou bispos, mas houve um tempo na Igreja em que também eram nomeados entre os leigos . O título de cardeal é muito antigo na Igreja, mas foi o Papa Nicolau II que no ano de 1059 organizou o colégio cardinalício de forma muito semelhante à que conhecemos hoje, e deu aos cardeais o direito de elegerem o novo Papa, quando a Santa Sé fica vacante. [p. 369]

Para entendermos o ofício de arcebispo, devemos conhecer um pouco da composição física da Igreja. O mundo divide-se em dioceses ou circunscrições equivalentes. Deve haver cerca de duas mil divisões dessas na Igreja de hoje. Cada diocese ou prelatura tem limites geográficos bem precisos, como os têm as nações e as províncias. Só algumas circunscrições – como os Vicariatos militares- não têm território, e abrangem um grupo de pessoas – por exemplo, os militares- de um determinado país. Cada pessoa

domiciliada dentro dos limites de uma diocese pertence a essa diocese. Cada diocese divide-se em paróquias que, por sua vez – fora os casos de paróquias pessoais, como paróquias para grupos de imigrantes, para universitários etc.- têm limites geográficos bem definidos, e qualquer pessoa domiciliada dentro desses limites pertence a essa paróquia, esteja ou não “registrada”. Os únicos que podem dizer verdadeiramente que não pertencem a nenhuma paróquia são os vagabundos permanentes, aqueles que não têm domicílio fixo em nenhum lugar.

À frente de cada diocese há um bispo. O bispo que governa uma diocese chama-se o *Ordinário* dessa diocese. O título de Ordinário distingue o bispo que governa uma diocese dos bispos *titulares*, que são os que não têm diocese própria. Quando são consagrados bispos, pode-se dar a estes o título de uma diocese extinta, geralmente o de uma cidade de África ou da Ásia que deixou de existir como diocese séculos atrás. Um bispo titular pode ser designado para ajudar o Ordinário de uma diocese grande, e nesse caso é chamado bispo *auxiliar*. Ou pode também ocupar-se de algum trabalho diocesano ou inter-diocesano, como ser reitor de uma universidade católica ou delegado papal.

Várias dioceses adjacentes agrupam-se para formar uma *província* da Igreja. A diocese principal da província chama-se *arquidiocese* e seu Ordinário, *arcebispo*. Este não é o “chefe” das dioceses da província, pois cada bispo governa a sua própria diocese. Mas tem a precedência de honra e o dever de convocar os bispos da província e de presidir às suas reuniões. E, assim como há bispos titulares, há também arcebispos titulares, que não estão à frente de nenhuma arquidiocese. O Papa deu-lhes esse tratamento como uma dignidade em reconhecimento pelo

importante trabalho de que se ocupam ou pelos meritórios serviços que prestaram.

Voltando à organização da Igreja em dioceses, vemos que a maioria delas se divide em vários *arciprestados*, cada um abrangendo várias paróquias limítrofes. Um dos párocos dentro desse território é nomeado *arcipreste* pelo bispo, e o Ordinário delega nele numerosas tarefas menores de supervisão. Esta é, pois, a organização [p. 370] paroquial da Igreja: várias paróquias formam um arciprestado; vários arciprestados, uma diocese; várias dioceses, uma província, e todas as províncias do mundo compõem a Igreja universal.

Ao chegar aqui, alguém perguntará: “E os monsenhores? Que têm a ver com tudo isto?”. O título de monsenhor, com o direito de usar uma batina roxa em lugar da preta, é uma honra que o Papa confere a um sacerdote, normalmente a pedido do bispo em cuja diocese reside. Geralmente, o sacerdote a quem se concede tal honra é um membro da “família oficial” do bispo: o chanceler, o secretário, o vigário geral, etc; ou um pároco cujo trabalho excepcional merece um reconhecimento especial. A concessão do título de monsenhor a um sacerdote também lhe dá como que um selo oficial de aprovação do bispo, mas não lhe confere nenhum aumento de poder sacerdotal ou de autoridade. [p. 371]

CAPÍTULO XXXV

O MATRIMÔNIO

O MATRIMÔNIO FOI FEITO POR DEUS

O ser vivo mais simples é a célula. Uma célula viva reproduz-se por um processo de fissão, de divisão. Começa a crescer de tamanho, depois comprime-se a si mesma pelo meio e divide-se em duas células vivas. À medida que as células crescem e se multiplicam, o processo repete-se continuamente.

Ao planejar a raça humana, Deus poderia ter decretado que ela se propagasse de maneira semelhante. Sob tal desígnio, um homem poderia começar a dilatar-se mais e mais, até formar gradualmente um duplicado dos seus órgãos originais e, no momento preciso, separarem-se as duas metades e constituírem duas pessoas em vez de uma.

Isto é uma quimera, é claro, mas serve para compreendermos que Deus *não tinha* por que ter feito a humanidade composta de homens e mulheres. Deus *não tinha* por que ter compartilhado seu poder criador com as criaturas e fazer depender o começo de uma nova vida da livre cooperação de um homem e uma mulher com Ele. Há um número ilimitado de maneiras diferentes que Deus

poderia ter escolhido para a multiplicação dos seres humanos, se o tivesse querido.

Mas Deus quis precisamente como é: dividiu os seres humanos em homens e mulheres, e deu-lhes o poder de produzirem novas vidas humanas em união com Ele. Pela íntima união a que chamamos o ato sexual, o homem e a mulher produzem uma imagem física deles mesmos, e neste novo corpo, tão maravilhosamente começado, Deus infunde uma alma espiritual e imortal. Foi Deus quem concedeu aos homens a faculdade de procriar, que é como se chama a faculdade sexual. Foi Deus quem planejou e deu ao [p. 372] homem e à mulher os órgãos genitais. Foi Ele quem –para garantir a perpetuação do gênero humano- uniu ao uso desses órgãos um grau muito elevado de prazer físico. Do fato de ser Deus o autor do sexo e de ser bom tudo o que Ele faz, segue-se que o sexo é algo bom. E assim é, realmente, pois pela relação essencial com Deus, que participa no ato procriador, o sexo não é algo simplesmente bom, mas santo e sagrado.

Tocamos um ponto que merece ser salientado: *a santidade* básica do sexo. Quando se perde o sentido da sacralidade do sexo, a santidade do matrimônio é esquecida e o sexo se converte num brinquedo, num instrumento excitante de prazer, deixando de ser instrumento de Deus. A infidelidade conjugal e a prostituição, o divórcio fácil e as uniões casuais são alguns dos males que surgem quando se violenta o sexo, arrancando-o da ordem divina das coisas. Há até pessoas boas que podem sofrer por uma concepção errônea do sexo. A distorção produzida pelo pecado original cria freqüentemente dificuldades para manter o impulso sexual dentro do rumo que Deus lhe traçou, que é o do matrimônio genuíno. Por outro lado, até mesmo pessoas piedosas podem cometer o erro de confundir o ato procriador com o abuso do sexo e, por uma falsa

lógica, considerar o ato sexual como algo sujo e degradante, quando na realidade é um presente magnífico de Deus. Mais de um casal se tem visto despojado da plena felicidade conjugal por esse errôneo estado de consciência.

Deus, para assegurar o reto uso do poder procriador, fundou a instituição matrimonial: a união indissolúvel, por toda a vida, de um homem com uma mulher. A necessidade dessa união é evidente, pois não só é necessário que nasçam filhos, mas também que sejam cuidados e criados com amor pelo pai e pela mãe que os trouxeram ao mundo. Os juizados de menores e os manicômios dão testemunho diário dos males que se produzem quando se quebra a unidade e a permanência do matrimônio.

Mas Deus não instituiu o matrimônio com o fim exclusivo de povoar a terra. “Não é bom que o homem esteja só”, disse Deus quando Adão dormia no Éden. “Dar-lhe-ei uma companheira semelhante a ele”. É desígnio divino que o homem e a mulher se completem um ao outro, que se apoiem um no outro, que contribuam para o mútuo crescimento espiritual. Nessa união por toda a vida de um homem e uma mulher, tanto suas mentes e corações como seus corpos se fundem numa unidade nova e mais rica, cumprindo assim o fim estabelecido por Deus. Estabeleceu Deus esta união único e irrevogável do matrimônio quando, no Paraíso, fez de Eva a companheira de Adão. [p. 373]

Esta unidade e indissolubilidade foi estritamente confirmada por Deus ao longo de toda a história bíblica, com duas exceções. Depois do dilúvio, Deus permitiu aos patriarcas com Abraão e Jacó que tomassem mais de uma esposa a fim de que a terra se repovoasse mais rapidamente. Mais tarde, quando os judeus se libertaram da escravidão do Egito, permitiu-lhes o divórcio e um novo matrimônio em casos de adultério comprovado; ainda que,

como lhes fez notar mais tarde, tenha afrouxado a lei estrita até esse ponto por causa da “dureza de seus corações”.

Com a vinda de Jesus, cessaram essas exceções à unidade e à permanência do vínculo matrimonial. Até os tempos de Cristo, o matrimônio, ainda que união sagrada, era apenas um contrato civil entre um homem e uma mulher. Mas Jesus assumiu esse contrato –a troca de consentimentos maritais entre um homem e uma mulher- e fez dele canal da graça, transformou-o num sacramento para os cristãos. Define-se o matrimônio como “um sacramento que estabelece uma santa e indissolúvel união entre um homem e uma mulher e lhes dá graças para se amarem um ao outro santamente e educarem cristãmente os filhos”.

Não é difícil compreender a razão pelo qual Jesus Cristo fez do matrimônio um sacramento. Já desde o começo da humanidade o matrimônio era uma união sagrada. Era o instrumento divino para engendrar, criar e educar as sucessivas gerações de seres humanos. Era “obrigatório”, poderíamos dizê-lo, que fosse elevado à categoria de sacramento. Fora do sacerdócio, não há estado na vida que *clame* com tanta força pela concessão da graça como o matrimônio.

Independentemente de que se queiram bem, é muito difícil que duas pessoas possam viver juntas dia após dia, ano após ano, com as inevitáveis falhas e defeitos de suas personalidades chocando-se entre si; que possam ajudar-se mutuamente a crescer em bondade e perfeição apesar dessas faltas –ajustando-se pouco a pouco uma à outra, de modo que os defeitos de uma se “encaixem” nas virtudes da outra, e da sua própria diferença surja a unidade. Não é tarefa fácil. É uma maravilhosa evolução –como a da borboleta que sai da crisálida-, mas muito custosa.

Além disso, no novo plano que Jesus Cristo tinha para a humanidade, havia uma necessidade adicional de graça: Jesus dependeria dos pais para o contínuo crescimento do seu Corpo Místico, dessa união na graça pela qual todos os batizados são um em Cristo. Daí em diante, não bastaria que os pais católicos gerassem, criassem e educassem a prole para a vida natural: Jesus confiava-lhes essa tarefa também para a vida de santidade. Sem a orientação e a fortaleza da graça, os homens estariam perante uma tarefa impossível. [p. 374]

Não é de surpreender, pois, que Jesus Cristo elevasse o matrimônio à categoria de sacramento. O *momento* preciso em que isso sucedeu, não o sabemos. Alguns pensam que pode ter sido nas bodas de Canaã. Outros dizem que foi quando esclarecia aos fariseus: “Não leses que no princípio o Criador os fez homem e mulher? E disse: ‘Por isso o homem deixará o pai e a mãe e unir-se-á à mulher, e serão os dois uma só carne’. Portanto, o que Deus uniu, o homem não separe” (Mt 19, 4-7). Mas as especulações sobre o momento preciso em que Jesus Cristo converteu o matrimônio em sacramento são inúteis. Basta-nos saber, pela constante e ininterrupta tradição da Igreja, que Jesus operou essa transformação do vínculo matrimonial.

Como sabemos, um sacramento é um sinal externo que confere uma graça interna. No matrimônio, o sinal externo é a troca de consentimentos maritais entre um homem e uma mulher batizados. Por outras palavras, o homem e a mulher que vão contrair matrimônio administram o sacramento um ao outro. Não é correto dizer (embora se diga freqüentemente) que “João e Maria casaram-se na presença do padre Pio”. O sacerdote não pode administrar o sacramento do matrimônio: os únicos que podem fazê-lo são os nubentes. O sacerdote ou o diácono não são senão a

testemunha oficial que representa Cristo e a sua Igreja. Ordinariamente, a presença do ministro, sacerdote ou diácono, é essencial; sem ele, não haveria sacramento nem matrimônio. Mas não é ele quem o administra.

O caso raro em que não é necessária a presença de um sacerdote ou diácono para o sacramento do matrimônio não nos diz respeito, mas é interessante conhecê-lo. Se um homem e uma mulher batizados desejam casar-se, mas lhes é impossível conseguir a presença de um sacerdote dentro de trinta dias ou mais, então a Igreja estabelece que, para haver sacramento, basta prestarem o mútuo consentimento marital perante duas testemunhas. São casos que se podem dar, por exemplo, em países onde a religião é perseguida ou em países de missão, em que, salvo nas zonas periféricas, rara vez se vê um sacerdote. Se algum dos nubentes estiver em perigo de morte, nem sequer é preciso esperar os trinta dias: se não se pode conseguir a presença de um sacerdote, os noivos poderão casar-se prestando o mútuo consentimento perante duas testemunhas, e receberão sem dúvida o sacramento do matrimônio.

Exceptuados estes casos, um católico não pode casar-se validamente a não ser na presença de um sacerdote, ou de outra testemunha qualificada, designada pela autoridade eclesiástica competente. Para presidir ao casamento, tem competência o sacerdote que esteja [p. 375] à frente da paróquia em que se celebra a cerimônia, ou o bispo da diocese, ou o sacerdote delegado pelo pároco ou pelo bispo. O católico que pretenda casar-se perante um magistrado civil (um juiz civil ou um juiz de paz) não estará casado de maneira nenhuma, e cometerá um pecado mortal consentindo nessa cerimônia; o casal viverá em pecado mortal habitual durante todo o tempo em que os dois estiverem vivendo juntos. Dois não católicos que se casam perante um pastor

protestante ou um magistrado civil estão autenticamente casados. Se não são batizados, o matrimônio é puramente “natural”, como os que se davam antes de Jesus Cristo ter instituído o sacramento do Matrimônio. Mas se os dois não católicos são batizados, o seu matrimônio é sacramento. Para um católico, portanto, não há outro modo de se casar validamente a não ser recebendo o sacramento do Matrimônio. Quando Jesus instituiu os sacramentos, foi para que seus seguidores os utilizassem.

O MATRIMONIO ENCERRA GRAÇAS ESPECIAIS

Se o esposo (ou a esposa) tiver tido um dia mau e estiver talvez desanimado pela pressão de um problema doméstico sério, sentindo-se tentado a autocompadecer-se e a pensar que foi um erro casar-se, *esse* é o momento de recordar que o matrimônio é um sacramento. É o momento de recordar que tem absoluto direito a qualquer graça de que possa necessitar nessa situação; a qualquer graça de que possa carecer para fortalecer a sua humana fraqueza e chegar à solução do problema. Aos esposo que fazem tudo o que está em suas mãos para que seu matrimônio seja verdadeiramente cristão, Deus comprometeu-se a dar todas as graças de que necessitam e quando as necessitem, e Deus é sempre fiel aos seus compromissos.

Sendo um sacramento, o matrimônio confere graça, e, como qualquer sacramento, confere dois gêneros de graça. Em primeiro lugar, no próprio momento em que é recebido, infunde um aumento de graça *santificante*. Quando os noivos se voltam para descer os degraus do altar, suas almas são espiritualmente mais fortes e mais belas do que quando, minutos antes, subiram ao altar.

É essencial, claro está, que se apresentem a receber o sacramento com a alma em estado de graça. O fim do sacramento

do Matrimônio não é perdoar os pecados, e a pessoa que o recebesse em pecado mortal cometeria um sacrilégio, um pecado grave. O casamento seria real e válido, mas não se pode conceber um início mais infeliz do que esse para uma obra que supõe a mais íntima colaboração com Deus. [p. 376]

Além do aumento da graça santificante –todos os sacramentos de vivos a conferem-, o matrimônio confere também a sua própria graça especial, a graça *sacramental*, que consiste no direito de receber de Deus as graças atuais de que os esposos possam necessitar através dos anos para assegurarem uma união feliz e frutuosa. Para que possa produzir plenamente os seus efeitos, esta graça necessita da cooperação de ambos os cônjuges. A graça destina-se a essa entidade singular, a esse “um em dois” que o matrimônio operou. Mas se uma das partes falta ao cumprimento dos seus deveres cristãos, o outro cônjuge poderá contar ainda com graças excepcionais de fortaleza e sabedoria.

Concretizando mais, a graça sacramental do matrimônio aperfeiçoa o amor natural entre marido e mulher, elevando-o a um nível sobrenatural que ultrapassa indizivelmente a mera compatibilidade mental e física. Dá ao amor conjugal uma qualidade *santificante* que o torna instrumento e caminho para crescer e alcançar a santidade. Confere, além disso, generosidade e responsabilidade para gerar e criar os filhos, prudência e discernimento para enfrentar os inúmeros problemas que a vida familiar traz consigo. Ajuda os esposos a adaptarem-se aos defeitos um do outro e a desculpá-los. E tudo isto é apenas uma parte do que a graça do matrimônio pode fazer por aqueles que, com a sua cooperação, dão a Deus ocasião de mostrar o seu poder.

Há uns quatrocentos anos, ao propor a doutrina católica sobre o matrimônio, o Concílio de Trento declarava: “A graça que aperfeiçoa o amor natural (de marido e mulher), confirma a

união indissolúvel e santifica os esposos, é a que o próprio Cristo nos mereceu por sua Paixão, como indica o Apóstolo São Paulo quando diz: ‘Esposos, amai as vossas esposas, como Cristo amou a sua Igreja’ ”.

Considerar que Jesus Cristo, quando sofria a sua Paixão, pensava nos esposos cristãos, aperceber-se de que um dos fins pelos quais Jesus morreu na cruz foi ganhar as graças de que eles necessitariam no matrimônio, parece-me um pensamento maravilhosamente fecundo para os esposos católicos. Igualmente fecundo será meditar que o Espírito Santo inspirou São Paulo a comparar o estado matrimonial à união e à comunicação, repletas de frutos e de graça, que existem entre Cristo e sua Esposa, a Igreja.

Além de conferir graça, o sacramento do Matrimônio é a forja do vínculo matrimonial, desse intercambio moral que se efetua na alma dos cônjuges. Há apenas três sacramentos que, por terem por objeto diretamente Deus e o seu culto –o Batismo, a Confirmação e a Ordem Sagrada-, imprimem na alma esse sinal espiritual e indelével a que chamamos “caráter” do sacramento. Estes três [p. 377] sacramentos fazem-nos participar de diversas maneiras no sacerdócio de Cristo. Não obstante, os teólogos não vacilam em comparar o vínculo matrimonial a esses caracteres sacramentais, e inclusive a denominá-lo um *quase-caráter*. Deste “quase-caráter”, deste vínculo matrimonial, surgem as duas propriedades do matrimônio: a *unidade* e a *indissolubilidade*.

A unidade do matrimônio significa que um homem só pode ter uma esposa, e uma mulher um só marido. A unidade do matrimônio opõe-se à poligamia (várias esposas) e à poliandria

(vários maridos). Desde a vinda de Cristo, a monogamia (um marido com uma mulher) tornou-se a regra sem exceção.

A indissolubilidade do matrimônio significa que é uma união *permanente*. Uma vez que um homem e uma mulher se tenham unido em matrimônio cristão consumado, não há poder na terra, nem sequer o do Papa, que possa dissolver esse vínculo. “O que Deus uniu, o homem não separe” (Mt 19, 6). Sob circunstâncias muito especiais, a Igreja tem poder para dissolver um matrimônio que não seja o sacramental (por exemplo, o de duas pessoas não batizadas, quando uma das partes recebe o batismo mais tarde), e para dissolver o matrimônio sacramental que nunca foi consumado. Mas mesmo o matrimônio entre dois protestantes validamente batizados é uma união sacramental e, uma vez consumado, nem a própria Igreja pode dissolvê-lo. As leis civis poderão permitir o divórcio e um novo casamento civil, mas nem um nem outro valem absolutamente nada diante de Deus. A pessoa divorciada que se casa outra vez e seu novo companheiro vivem em adultério habitual, se o matrimônio anterior foi válido; é um adultério legalizado, mas adultério apesar de tudo.

Há ocasiões em que a indissolubilidade do vínculo matrimonial parece de uma dureza excessiva. Pensamos em casos como o do marido cuja esposa perde a razão. Pensamos em casos como o do marido cuja esposa perde a razão. É declarada incurável, e nunca sairá do manicômio em que foi internada. O marido fica com várias crianças nas mãos e, não obstante, não poderá casar-se outra vez enquanto a esposa viver. Ou podemos pensar também na esposa que, para garantir a segurança dos filhos e a sua própria, é obrigada a separar-se de um marido bêbado e brutal. As crianças necessitam de um pai, mas ela não pode contrair novo matrimônio enquanto o marido viver. Ou podemos

pensar ainda no cônjuge cujo marido ou mulher é claramente “um mau caráter” e a parte inocente é deixada sozinha para levar adiante a família ou se vê condenada a viver uma vida de solidão e frustração. Não pode haver novo matrimônio enquanto o desertor viver. [p. 378]

É lícito, evidentemente, obter a separação civil, se for necessário para o marido ou a mulher se protegerem do cônjuge malvado ou desertor. Mas a separação e o divórcio civis não poderão quebrar o vínculo matrimonial. Se a pessoa em questão contraísse matrimônio civil com um novo esposo, separar-se-ia da graça de Deus para viver em pecado habitual. Trocaria a sua felicidade eterna pelos poucos anos de consolo e companhia que espera encontrar no seu segundo “matrimônio”. Mas mesmo esse consolo estaria minado pela certeza de se ter afastado de Deus.

Sentimos uma grande compaixão pelas pessoas que se vêem a braços com essa alternativa, e tenta-nos a revolta: “Por que Deus tem de ser tão intransigente em não desfazer o vínculo matrimonial? Por que não prevê alguma saída para casos de injustiça tão flagrante?”.

A resposta é que, tendo Deus decidido criar o gênero humano composto de homem e mulher, e tendo estabelecido que os dois juntos cooperassem para povoar a terra e também o céu, viu-se obrigado a fazer do matrimônio uma união permanente, a fim de assegurar o cumprimento dos seus fins (quando dizemos “decidido” e “obrigado”, estamos falando de Deus em termos puramente humanos). Se os filhos tinham de alcançar a idade adulta na plenitude da nobreza que Deus quis que tivessem —de filhos de Deus, feitos à sua imagem e semelhança—, era essencial que tivessem a estabilidade emocional, mental e espiritual que só se pode alcançar crescendo junto dos pais.

Mais ainda. Mesmo que não houvesse filhos a levar em conta, o fim secundário do matrimônio continuaria a exigir uma união permanente. Este fim secundário é a mútua complementação que um homem e uma mulher estão destinados a alcançar um no outro, o enriquecimento e o amadurecimento que resultam de fundirem suas vidas numa unidade nova. É um fim que jamais se poderia alcançar se o vínculo matrimonial fosse temporário ou rescindível.

Estas razões nos levam a afirmar que a indissolubilidade do vínculo matrimonial está baseada na *lei natural*, a qual é obrigatória mesmo que não existisse nenhum decreto positivo da parte de Deus, porque nasce da própria natureza do homem tal como é.

Podia-se argumentar: “Sim, tudo isso está muito bem. Mas não poderia haver uma dispensa para os casos excepcionalmente difíceis?” Infelizmente, se os planos de Deus têm que se cumprir, não pode haver exceções. Quando um homem e uma mulher sabem que *têm* que aceitar-se um ao outro “até que a morte os separe”, então, noventa e nove de cada cem casos conseguirão levar para a frente a sua vida matrimonial. Se o adultério, ou a brutalidade, ou a [p. 379] deserção, fossem razão suficiente para quebrar o vínculo e dar o direito de casarse outra vez, como seria fácil arrumar esses motivos! Para confirmá-lo, basta observar esses países com grandes facilidades para o divórcio, cujos índices, juntamente com os de novos matrimônios, sobem continuamente de forma alarmante. Não; trata-se de um caso em que Deus não poderá ceder nem um pouco, se não quiser que se perca a sua causa.

É um dos casos em que um indivíduo (por exemplo, uma mãe inocente abandonada) tem que sofrer pelo bem comum. Os que dizem que os inocentes nunca deveriam sofrer, o que na

realidade querem dizer é que a virtude deveria ser praticada só quando fosse fácil fazê-lo. por esse princípio, seria perfeitamente aceitável que um católico preso num país comunista negasse a sua fé, se com isso se livrasse da prisão. Por esse princípio, os mártires teriam sido uns pobres tontos, e a virtude dependeria simplesmente do pouco que de nós se exigisse.

E quanto à esposa abandonada e ao marido solitário, Deus conhece os seus problemas melhor que ninguém, e podemos estar certos de que Ele lhes dará o valor, a fortaleza e a ajuda necessárias, se o deixarem intervir. A criança abandonada necessita de um pai, sim, e por essa razão Deus será duplamente Pai para ela. Tenhamos a confiança de saber que Deus se preocupa com elas, pelo menos tanto como nós.

Uma conclusão prática deriva de tudo isto: a de que um católico de reta consciência jamais deverá sair freqüentemente com um marido ou uma mulher separados ou divorciados. Normalmente, esta companhia é já de ser per si um pecado grave, mesmo que ninguém esteja pensando em casamento. A ocasião de pecado, o perigo de apego, estão sempre presentes.

É útil repetir aqui que o casamento de dois não católicos perante um juiz civil ou um ministro de outra confissão ou religião, é um matrimônio verdadeiro e válido, uma união *permanente*. O não católico divorciado pode pensar que é livre de contrair novas núpcias, mas os decretos de Deus são diferentes.

O PREVISÃO FORJA MATRIMONIOS FELIZES

É triste ver que, às vezes, algumas pessoas põem mais cuidado na escolha de um carro ou da casa que na do marido ou da esposa, apesar de ser esta uma união por toda a vida, indissolúvel, para as horas boas e as horas más. Mais ainda, o que

os noivos estão escolhendo é uma *vocação* divina, um estado de vida de que dependerá a sua própria salvação e, em parte, a dos filhos. [p. 380]

Antes de pronunciar o seu compromisso de celibato e de aceitar a sua chamada ao sacerdócio, um jovem pensa e reza durante muitos anos, sob a orientação de um diretor espiritual competente. E, apesar de o compromisso matrimonial ser tão permanente e tão absoluto como o do celibato, um jovem e uma moça decidem, às vezes, pronunciá-lo depois de poucos meses (ou mesmo semanas) de conhecimento, baseados talvez, como única recomendação, na mútua atração física. Quando esta desaparece, não restam senão cinzas.

Para a pessoa prudente, que sabe que o matrimônio é a sua vocação, quais são os passos preliminares para a escolha do futuro cônjuge? A primeira e a mais elementar das precauções há de ser namorar alguém que seja católico, e católico praticante. Quando marido e mulher sabem que não poderão ajoelhar-se diante do altar para comungar juntos, nem viver sob um código de princípios morais comum, nem rezar as mesmas orações em companhia dos filhos que virão, dão começo à sua vida de casados com uma desvantagem terrível. E a única maneira de garantir que alguém se casará com um bom católico é namorar quem o seja. isto traz à nossa consideração o problema dos matrimônios mistos: “Caso-me com este rapaz protestante, que é melhor que muitos católicos que conheço”. Muito bem. Mas quem disse que é uma boa idéia querer casar-se com um mau católico?

O princípio moral básico que rege a situação que se origina quando um rapaz e uma moça saem freqüentemente juntos, é que essa assiduidade só se justifica quando é parte da procura de companheiro para o sacramento do Matrimônio. A constante e

amistosa relação entre duas pessoas de sexo apostro ocasiona perigos morais, que são muito reais e que não desculpam os namoros “para divertir-se” e nada mais. Isto não quer dizer que um jovem deva casar-se com a primeira moça com quem saia ou que uma moça deve contrair matrimônio com o seu primeiro acompanhante. Todo o propósito do namoro é conhecerem-se um ao outro o suficiente para que cada uma das partes possa responder adequadamente a esta pergunta: “Poderia eu viver feliz e santamente com esta pessoa, em matrimônio cristão, para sempre?” É bem possível que seja preciso descartar muitos candidatos antes de encontrar o adequado.

O que o princípio fundamental do namoro aconselha é que um moço e uma moça não saiam juntos a não ser que ambos sejam livres e queiram e possam contrair matrimônio, se assim o decidirem. Este princípio, evidentemente, proscree os encontros regulares entre adolescentes, um mal bastante alastrado na sociedade de hoje. Não se pode pretender que jovens ainda no ginásio possam casar-se antes de passados muitos anos. Pôr-se injustificadamente em ocasião de [p. 381] pecado grave “por saírem juntos” é, com toda a objetividade, um pecado grave. Não existe rapaz tão forte nem moça tão boa que eliminem o perigo do pecado.

Para a maioria das pessoas, a adolescência é um período de conflitos emocionais, porque os adolescentes se encontram em terra de ninguém: já não são crianças e ainda não chegaram a homens. Estão divididos entre o desejo de independência pessoal, próprio da maturidade, e a relutância em abandonar a segurança da meninice. Vêm-se perturbados por sentimentos recém-despertados e por ânsias prementes do seu desenvolvimento glandular. Os pais que acrescentam a essas tensões uma nova pressão, animando ou aceitando complacentemente os namoros de

seus filhos, estão-lhes causando um verdadeiro mal. João e Maria podem formar um lindo par, viver um romance inocente, encantador, angelical, mas, se continuam saindo juntos, em breve isso deixará de ser assim.

Quando chega a idade de casar-se, papai e mamãe não têm que fazer a escolha em lugar do filho ou da filha. É o filho ou filha quem terá de viver com o cônjuge escolhido, e devem ser eles a tomar a decisão.

Não obstante, a não ser que sejam uns tolos integrais, papai e mamãe terão aprendido bastante da natureza humana com o transcorrer dos anos, e aos quarenta ou cinquenta saberão atravessar a máscara do encanto superficial de uma pessoa e chegar ao seu ser real muito facilmente que um jovem de vinte.

Jovem sensato é aquele que fala destas coisas com o pai ou a mãe antes de contrair um compromisso sério de casar-se. Insensato é o filho ou filha que acolhe qualquer manifestação de reserva dos pais com um magoado: “Bom, a mim agrada-me, e o que conta é isso”. É verdade que os pais podem ter preconceitos: é difícil que um pai admita que fulaninho é suficientemente bom para lhe levar a filha; é difícil que uma mãe admita que essa moça cuidará tão bem do seu filho como ela o faz. Mas, em geral, os pais conhecem os seus próprios preconceitos e esforçam-se por ser objetivos em suas apreciações. E muito mais quando o filho ou a filha parecem estar sinceramente apaixonados.

Se a atitude paterna parece totalmente irrazoável, há um terceiro árbitro objetivo a quem o jovem pode recorrer para obter um bom conselho: o diretor espiritual. Tendo em conta que o matrimônio é uma vocação para toda a vida, com tão importantes e duradouras conseqüências, parece de elementar senso comum

consultar sobre esta decisão quem possa aconselhar-nos bem: o nosso diretor espiritual.

Além de pedir conselho e de refletir, o jovem sinceramente católico deve impregnar a sua decisão de uma contínua oração. Os pais [p. 382] podem enganar-se, o diretor espiritual pode enganar-se, mas Deus nunca se engana. Pedir luzes a Deus para fazer a escolha adequada em matéria tão delicada e ouvir a sua resposta nos momentos de íntima oração diante do sacrário, são passos elementares do noivado.

A confissão e a comunhão farão parte deste programa de oração. Tendo por meta um lar feliz e cristão, os noivos procurarão fazer o que estiver ao seu alcance para merecer as bênçãos divinas para a sua futura união. Mesmo com a melhor das intenções, a constante companhia que os noivos fazem um ao outro apresenta certo perigo para a virtude da castidade. Com isto, não estamos querendo semear a sombra da dúvida sobre a virtude dos jovens. Simplesmente, dizemos que a natureza decaída é a natureza decaída e que é um insensato todo aquele que se vangloria de que a sua virtude não tem ponto de ruptura. Para duas pessoas que estão noivas, a confissão freqüente e a Sagrada Comunhão são a melhor garantia de que não começarão a burlar os preceitos divinos, a melhor garantia de que não empanarão a beleza e a santidade do matrimônio, tomando liberdades prematrimoniais a que não têm direito. Os noivos que realmente queiram que se matrimônio seja feliz, irão ao altar com a segurança de saber que foram felizes em guardar-se um para o outro sob o controle da razão e da graça. Só depois que a sua união se tiver realizado com a participação de Deus, ao contraírem o Matrimônio, é que buscarão essa unidade de corpos mediante o ato nobre e santo que é parte do plano criador de Deus, e que se converte num desafio irreverente a Deus quando se realiza à margem da sua vontade.

Aconselhar-se prudentemente, orar, guardar a pureza prematrimonial e procurar um cônjuge católico: estes são os alicerces sobre os quais se constrói um matrimônio feliz, seguro e fecundo.

Se possível, celebrar-se-á dentro da Missa. Esta Missa nupcial não é essencial para que se celebre o sacramento do Matrimônio, que é recebido quando os noivos prestam mútuo consentimento diante do sacerdote e de outras testemunhas. Por isso, o sacramento do Matrimônio pode ser celebrado sem Missa.

Mas não há noivos que, desejando conseguir toda a graça que lhes seja possível para cumprir a sua vocação, não solicitem que se celebre a Missa de casamento. Tanto mais que a Igreja recomenda a celebração do matrimônio dentro da Missa. Há na liturgia uma Missa especial de Ordenação para quando alguém se oferece a Deus no sacerdócio. Há uma Missa especial de Consagração quando se oferece a Deus uma igreja nova, um novo edifício. Não é de surpreender, pois, que haja uma Missa para os nubentes que se vão dedicar [p. 383] a Deus como cooperadores da sua obra de criação e redenção, como uma pequena igreja dentro da sua Igreja. Esta é a importância que a Igreja concede ao sacramento do Matrimônio.

Os esposos católicos que encarem a sua união como uma vocação divina receberão o sacramento do Matrimônio depois de um noivado casto, em que se conservaram perto de Deus pela oração e pelos sacramentos, e ajoelhando-se juntos para receber a Sagrada Comunhão durante a Missa de casamento: aqui está um matrimônio em que tanto os noivos como as pessoas que os amam poderão apoiar-se, inteiramente certos de que não lhe faltará solidez.

PATERNIDADE RESPONSÁVEL

Nestes últimos tempos, fala-se muito de “paternidade responsável”. São comentários que se inspiram em dois fatores. Um, o perigo imaginado por alguns demógrafos de que a terra se povoará até o ponto de não haver alimento suficiente para todos. O outro, o custo crescente do atendimento médico, da educação e formação cultural de que os filhos necessitam para integrar-se com êxito na vida do mundo moderno.

A paternidade responsável significa que os pais devem viver a prudência cristã ao engendrar seus filhos. Generosos e realistas, devem considerar as suas circunstâncias atuais e agir em consequência.

Nisto nada há de anticristão. Deus dotou-nos de inteligência, e espera que os esposos saibam usá-la à hora de cooperarem na continuidade da obra divina da Criação.

A questão crucial surge quando se consideram os meios para conseguir esta paternidade responsável. Abster-se do uso do matrimônio por consentimento mútuo e livre, tanto periodicamente como por longas temporadas é, certamente, um direito legítimo dos esposos. Prevenir a concepção por meios mecânicos ou químicos já é doutrina contrária à lei natural e, portanto, gravemente pecaminosa. De acordo com os ensinamentos da Igreja, só em determinadas circunstâncias pode ser lícita a limitação da natalidade mediante o recurso à continência periódica. “Se, para espaçar os nascimentos existem motivos sérios, derivados das condições físicas ou psicológicas dos cônjuges ou de circunstâncias exteriores, a Igreja ensina que então é lícito ter em conta os ritmos naturais, imanentes às funções geradoras, para usar do matrimônio só nos períodos infecundos”. (Paulo VI, *Humanae Vitae*, n.16).

Mas não se há de esquecer que devem existir causas proporcionalmente graves para adotar essa conduta (diversos documentos do Magistério empregam as expressões “motivos sérios e [p. 384] proporcionados”, “graves razoes pessoais”, “motivos morais suficientes e seguros”, “justas causas”...): se não fosse assim, “só o fato de os cônjuges não atacarem a natureza do ato e estarem também dispostos a aceitar o filho que, não obstante as suas precauções, viesse à luz, não bastaria por si só para garantir a retidão da intenção e a moralidade irrepreensível dos próprios motivos” (Pio XII, Alocução, 29-10-1951). Portanto, trata-se de ver em cada caso se concorrem as circunstancias que permitem seguir esse caminho. É uma situação delicada, que não se deve resolver sem recorrer à oração e aos sacramentos, e à orientação de um confessor de reto critério. [p. 385]

CAPÍTULO XXXVI

OS SACRAMENTAIS

AGENTES DA GRAÇA

A palavra “sacramental” assemelha-se muito à palavra “sacramento”, e com motivo, pois “sacramental” significa: “algo semelhante a um sacramento”, embora haja uma grande diferença entre um e outro. Um sacramento é um sinal externo instituído por Jesus Cristo com o fim de dar a graça às nossas almas. Um sacramental é também um sinal externo, mas os sacramentais foram instituídos pela Igreja e não dão a graça por si, antes nos *preparam* para a graça, despertando em nós sentimentos de fé e de amor; intercedem diante de Deus para que nos conceda a sua graça. Qualquer graça que possamos obter pelo uso dos sacramentais vem das nossas disposições interiores e do poder da oração da Igreja, que garante os sacramentais. Veremos tudo isto mais claramente se examinarmos um dos sacramentais que nos é mais familiar: a água benta. A água benta é pura água de torneira, que a Igreja, por meio do sacerdote, abençoa.

Ao abençoá-la, o sacerdote dirige-se a Deus com a seguinte oração: “Deus eterno e todopoderoso, quiseste que pela água, fonte de vida e princípio de purificação, as nossas almas fossem purificadas e recebessem o premio da vida eterna. Abençoai esta água para que nos proteja neste dia que vos é consagrado, e renovai em nós a fonte viva da vossa graça, a fim de que nos livre de todos os males e possamos aproximar-nos de Vós com o oração puro e receber a vossa salvação”.

Isto é a água benta. A Igreja tomou um elemento comum da vida cotidiana e o converteu em instrumento da graça, embora não dispensador da graça, não portador direto da graça, como são os [p. 386] sacramentos, pois só o poder pessoal de Jesus pode fazê-lo. com todo o poder que, como Corpo Místico de Cristo, lhe é próprio, a Igreja dirige a Deus uma súplica que se estende a todos os que devotamente utilizem essa água benta em nome de Cristo. Quando usamos a água benta com devoção, refugiamo-nos sob a ampla oração da Igreja, como as crianças procuram proteger-se da chuva refugiando-se debaixo do guarda-chuva aberto pela mãe. Uma fé interior na amorosa providência divina e a consciência da nossa total dependência de Deus, são as disposições pessoais que tornarão a oração da Igreja eficaz em nós. Esta é a dupla raiz da eficácia dos sacramentais: a oração da Igreja e as disposições interiores de quem os usa.

Alguns sacramentais são *coisas*, outros *ações*. Além da água benta, há muitas coisas que a Igreja abençoa e que, com essa bênção, destina a usos religiosos. Entre elas estão os que chamamos artigos de devoção: velas, cinzas, palmas, crucifixos, medalhas, terços, escapulários, imagens do Senhor, da Virgem e dos santos.

Os sacramentais que são *ações* compreendem diferentes bênçãos e exorcismos que a Igreja concede por meio dos seus bispos e sacerdotes. Algumas destas bênçãos têm por fim dedicar alguma coisa ao culto divino, como um cálice, um altar, paramentos litúrgicos, etc. Outras destinam-se simplesmente a invocar a misericórdia e a proteção de Deus sobre a coisa ou pessoa que se benze, como um lar, um automóvel, campos e colheitas, crianças ou doentes. Pouca gente conhece a grande abundância de bênçãos com que a Igreja proveu o seu depósito de sacramentais. Há uma bênção, quer dizer, uma oração oficial, com todo o poder de Cristo apoiando a sua Igreja, para praticamente cada necessidade ou instrumento de importância na vida humana.

Um sacramental de um gênero muito especial é o exorcismo, pelo qual a Igreja, em nome de Cristo, manda ao demônio que abandone o corpo de uma pessoa de quem se tenha apossado. Antes da morte de Jesus na cruz, o poder de Satanás sobre o homem e a natureza era muito maior que agora. Por isso a possessão diabólica era muito maior que agora. Por isso a possessão diabólica era muito mais freqüente antes do Calvário do que agora. Por sua morte, Jesus redimiou o homem e anulou o domínio de Satanás. Raras vezes agora —e para alcançar um bem que só Ele conhece— Deus permite a possessão diabólica.

Por esta razão, antes de permitir um exorcismo oficial, a Igreja é muito cuidadosa em verificar se se trata de um caso de possessão real ou de um simples desequilíbrio mental. Só o sacerdote nomeado pelo bispo pode realizar um exorcismo solenemente. Quando [p. 387] têm lugar, é muito difícil ter notícia desses exorcismos, pois a Igreja estabelece com muito rigor que se guarde segredo total por parte de todos os que neles participam.

Alguns dos sacramentais mais usados num lar católico são o crucifixo, a água benta e os círios ou velas bentas. O mais usado pelas pessoas é o escapulário do Carmo ou, em sua substituição, a medalha-escapulário.

Nos lares dos católicos que procuram ter na fé o motor da sua vida, o crucifixo ocupa um lugar proeminente. É colocado numa parede ou sobre um móvel ou peanha da sala mais digna da casa, e também nos quartos de dormir. O valor de um crucifixo como ajuda para a oração e para a vida cristã é evidente: não há símbolo que nos lembre tão vivamente o infinito amor de Deus pelo homem como esta imagem do próprio Filho de Deus pregado na cruz por amor de nós, para que possamos alcançar a vida eterna. Nada pode incitar-nos mais ao arrependimento dos nossos pecados do que essa representação de Jesus crucificado por nossas culpas. Nada pode ser melhor ancora em nossas tribulações e contrariedades de cada dia que esta imagem de Cristo agonizante, que dá sentido e valor ao nosso sofrimento.

Num lar católico, é bom, que haja também água benta. A água, elemento universal de limpeza, não quer explicações complicadas como símbolo do poder purificador da graça de Deus. Já se expôs atrás o valor da água benta como sacramental. É surpreendente que não se vejam mais católicos encherem seus frasquinhos com a água benta que lhes podem facilitar em todas as igrejas.

Em muitos lares católicos há também alguns círios ou velas bentas, guardados num lugar de fácil acesso ou colocados em dois candelabros ao lado da imagem do Crucificado. O uso de lamparinas ou velas como elemento acessório do culto religioso parece ter sido uma prática universal na história do homem.

Mesmo entre os pagãos e, evidentemente, entre os antigos judeus, as velas tinham por expreso desígnio de Deus um papel importante nas cerimônias religiosas. Na primitiva Igreja, as velas e outras luzes eram necessárias porque o Santo Sacrifício se oferecia na escuridão da madrugada ou nas trevas das catacumbas. Aliás, não é de estranhar que o uso das velas tenha acudido à imaginação dos primeiros cristãos como símbolo de Cristo, Luz do mundo (Lc 1, 78-79).

A Igreja apressou-se a santificar este simbolismo ao prescrever expressamente o uso de velas no culto divino: devem arder duas ou mais velas na Santa Missa e na administração da maioria dos sacramentos e em muitas outras cerimônias religiosas. Se um sacerdote [p. 388] leva a Sagrada Comunhão a um enfermo, as velas ardem também na mesinha onde se coloca a Hóstia. Nalguns países, acendem velas bentas dos dois lados de um crucifixo enquanto os membros da família se ajoelham para rezar juntos as orações diárias ou o terço.

À exceção das contas bentas do rosário, o sacramental mais usado pelas pessoas é possivelmente o escapulário do Carmo. Consiste em duas peças retangulares de lã marrom (as estampas que trazem não são essenciais), unidas por duas fitas ou cordões levados sobre os ombros. A maioria de nós recebeu o escapulário quando se preparava para a primeira comunhão, provavelmente sem perceber bem do que se tratava.

O costume de usar o escapulário data da Idade Média. Naquela época, era freqüente permitir-se aos leigos ingressarem nas ordens religiosas como “oblato” ou membros associados. Estes oblato participavam das orações e obras dos monges, e era-lhes permitido usar o escapulário monástico. Esse escapulário (da palavra latina “scapula”, que significa “ombro”) é

uma longa peça de pano que se enfiava pela cabeça do monge, cobrindo-lhe a frente e as costas, sobre a túnica. Para ficarem mais práticos, os escapulários usados pelos membros leigos das ordens religiosas começaram a diminuir de tamanho, até chegarem ao irreduzível mínimo dos escapulários de hoje.

Nos nossos dias, há um total de dezoito tipos de escapulários difundidos entre os católicos, cada um originado numa ordem religiosa diferente. Mas o mais usado é o escapulário marrom da Ordem Carmelita, cuja especial patrona é a Virgem do Carmo. A popularidade do escapulário marrom é devida, em parte, a uma visão atribuída a São Simão Stock, um dos carmelitas do século XIII. Afirmar-se que a Santíssima Virgem Maria prometeu a São Simão que ninguém morreria em pecado mortal se usasse o escapulário.

A visão de São Simão Stock é uma tradição piedosa e não matéria de fé, não é algo em que devemos crer necessariamente. Mas, quer creiamos ou não na autenticidade da visão, devemos ter presente que muitos Papas fomentaram o uso do escapulário do Carmo e lhe concederam indulgências, como uma devoção grata a Santa Maria: ao usá-lo, ficamos sob o seu amparo maternal; e aqueles a quem foi colocado pelo sacerdote participam das Missas, orações e boas obras da Ordem Carmelita.

Uma vez colocado, pode-se substituí-lo por uma medalha-escapulário que se traz constantemente sobre o corpo, como uma etiqueta ou selo que nos lembra a cada momento a nossa dedicação à Mãe de Deus e Mãe nossa. [p. 389]

CAPÍTULO XXXVII

A ORAÇÃO

QUE É A ORAÇÃO E POR QUE ORAR?

Talvez não nos tenhamos apercebido suficientemente do grande privilégio que é o podermos falar com Deus na oração. É duro imaginar como teria sido a nossa vida se Deus tivesse optado por agasalhar-se sob o manto da sua majestade, deixando que os homens se arranjassem como pudessem se não houvesse comunicação possível entre Deus e nós, seríamos como barcos sem leme nem rádio, à deriva no meio do oceano, sem direção, nem guia, nem esperança.

A oração se define como “a elevação da mente e do coração a Deus”. Elevamos a nossa mente a Deus quando concentramos nEle a nossa atenção, como quando nos dirigimos a alguém a quem temos uma importante mensagem a comunicar e estamos verdadeiramente empenhados em consegui-lo; como quando concentramos a nossa atenção em quem tem algo importante a dizer-nos, e não queremos perdê-lo. elevamos o nosso coração a Deus quando deixamos que a nossa vontade seja arrebatada por um ato de amor; como o marido que, por cima do jornal aberto,

contempla a mulher e o filho pequeno, e é arrastado a um ato de amor por eles, talvez sem pronunciar uma palavra sequer.

A necessidade de orar (e sem oração não há salvação) está enraizada na própria natureza do homem, que é criatura de Deus e beneficiário de suas mercês. Foi Deus que nos fez, no corpo e na alma. Somos seus cem por cento. Todo o bem que temos vem-nos de Deus; dependemos dEle até para o ar que respiramos.

Por esta relação que temos com Deus, *devemos-lhe* a obrigação de orar. A oração é um ato de justiça, não um voluntário ato de piedade; é um dever que temos de cumprir, não um gesto amável que, graciosamente, nos dignamos fazer. [p. 390]

Em primeiro lugar, devemos reconhecer a infinita majestade de Deus, seu supremo poder como Amo e Senhor de toda a Criação: este é o primeiro e o principal fim da oração. Oferecer a Deus uma adoração digna dEle era a primeira das intenções de Jesus ao entregar-se na cruz, e também a primeira intenção na oração que Ele compôs e nos deu: “Santificado seja o vosso nome”. Também deve ser a primeira das nossas intenções ao orar.

Devemos, além disso, reconhecer a infinita bondade de Deus, e agradecer-lhe os inumeráveis favores e benefícios que nos concedeu. Por cada graça que recebemos da mão de Deus na nossa vida, há dez mil mais que só conheceremos na eternidade, quando se desdobrar ante os nossos olhos o plano completo de Deus para nós. Somos como crianças pequenas que se dão conta do amor de sua mãe quando esta lhes sacia a fome e lhes cura as feridas; e reconhecem o amor do pai quando este lhes dá presentes e brinca com elas; mas não têm a menor consciência das precauções e cuidados, das previsões e planos, das preocupações e sacrifícios que se derramaram sobre estes seres pequenos e despreocupados. Assim devemos a Deus mais gratidão pelos dons que não

conhecemos do que por aqueles que conhecemos. E este é o segundo fim da oração: agradecer a Deus os seus benefícios.

Como pertencemos a Deus até a última fração do último milímetro do nosso ser, devemos-lhe uma lealdade absoluta. Somos obra de suas mãos, muito mais que um relógio é obra do relojoeiro que o construiu. Não há nada que Ele não tenha direito a pedir-nos. Se optarmos por desobedecer-lhe, a malícia do nosso ato é muito superior à do filho desnaturado que levanta a mão para ferir a mãe mais amorosa e sacrificada. Se os anjos tivessem corpo, tremeriam ante o abismo de ingratidão que um pecado supõe. Daí o terceiro dos fins da oração: pedir perdão por nossas rebeliões e reparar (melhor aqui do que no mais além) a pena que tenhamos merecido.

Em último lugar –e muito em último lugar-, o fim da oração é pedir as graças e os favores de que necessitamos, para nós ou para os outros. Se ignoramos os fins da oração e a encaramos simplesmente como um meio de forçar Deus a dar-nos o que queremos, a nossa oração dificilmente será oração: não devemos surpreender-nos se volta à terra como o foguete que falha no seu lançamento e cai sem ter alcançado o objetivo. É melhor, sem dúvida, fazer oração de petição do que não orar nunca. Há nesta oração um mínimo de adoração porque, ao fazermos um pedido, reconhecemos que as mercês nos vêm de Deus. Contudo, se todas as nossas orações fossem do tipo “dá-me, Senhor”, estaríamos falhando lamentavelmente em dar *a Deus* o que lhe é devido. [p. 391]

Quando elevamos o nosso coração a Deus, suplicando-lhe que atenda às nossas necessidades, é evidente que não lhe contamos nada que Ele já não sabia. Deus sabe o que nos faz falta muito melhor que nós mesmos: conhece as nossas necessidades desde toda a eternidade. Uma oração de petição por nós concentra-

nos a atenção na nossa indigência e mantém viva a consciência da bondade de Deus; na oração pelos outros dá-se-nos a oportunidade de realizarmos atos de caridade sem fim. É por estes motivos que Deus quer que façamos oração de petição, e não para que com ela tratemos de refrescar-lhe a memória: Ele sabe muito bem de que coisas necessitamos, mas quer que nós também o saibamos e que estejamos tão empenhados nelas que as peçamos.

Adoração, agradecimento, reparação, petição: são estes os quatro fins da oração.

É preciso considerar que, quando rezamos à Santíssima Virgem ou aos santos, estamos adorando a Deus. Nós o honramos quando honramos a sua Mãe e os seus amigos mais queridos. Louvamo-lo quando reverenciamos essas obras primas da graça divina. Comprazemo-lo quando pedimos o auxílio destes companheiros do Corpo Místico de Cristo, agora triunfantes no céu. É vontade de Deus que reconheçamos a nossa unidade em Cristo, nossa Cabeça, a interdependência de uns para com os outros na terra, e a nossa dependência da Mãe e dos irmãos do céu.

Não somos anjos. Somos criaturas compostas de uma alma espiritual e de um corpo físico. É o homem *completo* –alma e corpo- quem deve adorar a Deus. Como era, pois, de esperar, a forma mais elementar de oração é a que chamamos oração *vocal*, na qual a mente, o coração e os órgãos vocais se unem para oferecer a Deus a adoração, a gratidão, a dor e a súplica que lhe são devidas.

A oração vocal não deve ser necessariamente uma oração *audível*. Podemos –e assim o fazemos freqüentemente- orar em silêncio, mexendo somente “os lábios da mente”. Mas se, para rezar, usamos palavras, ainda que as digamos silenciosamente, essa oração é oração vocal. Às vezes, os gestos assumem o lugar

das palavras na oração. Uma genuflexão reverente a Jesus no Santíssimo Sacramento, por exemplo, ou benzer-se sem pronunciar palavra alguma, ou fazer uma inclinação respeitosa ao ouvir o nome de Deus, são formas corporais de oração, e entram na classificação de oração vocal, mesmo que não se emitam sons.

A oração vocal deve ser necessariamente audível quando for um grupo que reza. Deus não fez dos homens seres solitários, destinados a viverem separados uns dos outros. Fez-nos entes *sociais*, membros de grupos, dependentes uns dos outros, primeiro do grupo [p. 392] da família e, depois, do grupo maior composto por muitas famílias: a comunidade.

A oração em grupo ou em comum é especialmente grata a Deus. Já desde a origem do homem, a oração em comum exprimiu a nossa unidade em Deus, os laços de caridade fraterna que deveriam unir todos os homens de boa vontade. Para os católicos, representa além disso a nossa unidade no Corpo Místico de Cristo. É esta unidade que dá à oração de um grupo muito mais força que a mera soma das orações dos indivíduos que o compõem. Neste sentido, a oração em comum é a oração de Cristo de um modo especial, “porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou Eu no meio deles” (Mt 18,20). É o que faz que as orações de uma família que reza unida ou de um grupo que reza junto, sejam tão eficazes e tão gratas a Deus.

Muitas orações como o terço ou as novenas recitadas em comum são orações de um grupo não oficial e, por isso, chamadas orações privadas. Mas quando o Corpo Místico de Cristo, a sua Igreja, ora oficialmente em seu nome, temos a chamada oração *litúrgica* ou *pública*. A Santa Missa é oração litúrgica. A Liturgia das Horas, que todos os sacerdotes têm o dever de recitar diariamente, é oração litúrgica. Os sacramentos, consagrações e

bênçãos oficiais concedidas pela Igreja são oração litúrgica. A oração litúrgica é sempre oração pública, mesmo que a recite uma só pessoa –como, por exemplo, quando um sacerdote reza a Liturgia das Horas-, porque, na oração litúrgica, é toda a Igreja que ora. É Cristo no seu Corpo Místico (o que nos inclui a você e a mim) quem ora, ainda que o faça através de um único indivíduo, designado como seu representante.

Além da oração vocal, há outra forma de oração a que chamamos oração *mental*. A forma de oração mental mais comum é a chamada *meditação*. Não oração mental, como o próprio nome indica, a mente e o coração fazem todo o trabalho, sem que intervenham os órgãos da palavra ou as próprias palavras. Não é o mesmo que oração silenciosa, na qual as palavras têm ainda a sua função. Poderíamos dizer que a essência da oração mental está em deixarmos que Deus nos fale, em vez de lhe estarmos nós falando o tempo todo, como na oração vocal.

Na forma de oração mental denominada meditação, o que fazemos, simplesmente, é meditar (isto é, pensamos, “ruminamos”), falando com Deus sobre uma verdade de fé ou um episódio da vida do Senhor ou de seus santos. E fazemos isso não para aumentar os nossos conhecimentos, o que seria estudo, mas para aumentar a nossa fé, a nossa esperança e o nosso amor, tratando de aplicar [p. 393] a nós, de um modo prático, a verdade ou o episódio que consideramos. O Evangelho é a ajuda ideal para a nossa meditação, ainda que quase todos os bons livros de espiritualidade possam proporcionar-nos um bom trampolim para alcançá-la. Todos praticamos a oração mental em algum grau, quando meditamos os mistérios do Rosário ou os sofrimentos do Senhor ao fazermos a Via-Sacra. Mas, para crescermos realmente em santidade e obtermos luzes divinas em todas as nossas

necessidades, teríamos que dedicar todos os dias um tempo fixo à oração mental; talvez quinze ou vinte minutos no recolhimento da nossa casa ou diante de Jesus no sacrário.

Além da meditação, há uma forma mais elevada de oração mental: a oração de contemplação, em que a mente cessa a sua atividade e simplesmente, por um ato de amor, “vê” a Deus na sua infinita amabilidade, e deixa que seja Ele a fazer na alma o que quiser fazer. Se você pensa que este tipo de oração está fora do seu alcance, basta que se lembre daquela vez em que se ajoelhou numa igreja, sem fazer outra coisa senão olhar para o sacrário, com o mente em quietude. Sem palavras nem esforços para ordenar os pensamentos, você sentiu uma grande sensação de paz, de alegria, e uma nova fortaleza: fez uma oração contemplativa.

A verdade é que a maioria de nós fala excessivamente *a Deus*; não lhe damos suficientes oportunidades para que seja Ele quem nos fale *a nós*.

A ORAÇÃO QUE CHEGA A DEUS

Não acho que muitos de nós tenhamos o privilégio de conseguir uma entrevista pessoal com um chefe de estado ou uma audiência privada com o Papa. Mas não é difícil imaginar como estaríamos atentos ao que iríamos dizer, atentos a cada palavra que esse ilustre personagem nos dissesse, se essa ocasião se apresentasse. Portanto, quando nos dispomos a falar com o Augusto Personagem que é Deus, nem sequer é necessário mencionar que a primeira das condições para fazê-lo é o recolhimento, a atenção, se quisermos que a nossa oração seja algo mais que uma ficção.

Não há nenhuma magia especial nas palavras, por muito que as alonguemos ou multipliquemos. Ao ensinar-nos a sua própria

oração, o Pai Nosso, Jesus disse-nos: “Nas vossas orações, não multipliqueis as palavras, como fazem os pagãos, que julgam que serão ouvidos à força de palavras. Não os imiteis, porque vosso Pai sabe de que coisas estais necessitados, antes que vós lho peçaís” (Mt 6, 7-8). Nosso Senhor não desaconselha a quantidade na oração; o que condena é a quantidade a expensas expensas da qualidade. Uma dezena [p. 394] do terço, rezada com devoção, vale mais que um terço completo rezado à velocidade de metralhadora, sem parar para pensar no que se está dizendo. É perfeitamente possível cair numa neurose compulsiva em matéria de oração: a de pensar que certas orações ou determinado número delas *têm* necessariamente que chegar a Deus, ainda que o tempo de que dispomos não nos permita fazê-lo com atenção e piedade interior.

Temos, pois, que começar a nossa oração recolhendo-nos em Deus, formulando o propósito de rezar bem, de manter a atenção, se não no que dizemos, ao menos nAquele a quem dizemos. É importante começar com esta intenção, porque, a não ser que estejamos com um humor espiritual excepcional, a nossa mente se perderá em divagações pouco depois de termos começado a orar. Orar é trabalho duro. A mente humana não aceita facilmente uma concentração intensa. A dificuldade de manter uma atenção constante piora se a nossa mente estiver perturbada por preocupações ou ansiedades, enfraquecida pela doença ou pelo cansaço. E, evidentemente, podemos também estar certos de que o diabo fará os maiores esforços para desviar a nossa atenção para outras coisas, enquanto procuramos orar.

Mas nada disto nos deve inquietar se começamos com o sincero propósito de nos mantermos recolhidos e atentos, se estendemos a mão para agarrar a mente de cada vez que a pilhamos vagabundeando. É somente quando as nossas distrações são

voluntárias, quando nascem da indiferença ou do desinteresse pelo que fazemos, que a nossa oração deixa de ser oração. Deus só nos pede que façamos o possível; conhece as nossas dificuldades e não levará em conta o que não for culpa nossa.

Mais ainda. Quanto mais importunados formos pelas distrações involuntárias, tanto mais a nossa oração será agradável a Deus, pelo maior esforço que requereu. Uma ação trabalhosa feita por Deus é sempre mais meritória que a mesma ação feita com facilidade. Esta é, diremos de passagem, a resposta às pessoas que se desculpam de não fazer oração com o pretexto de que não *sentem* nada, de que não têm vontade. Quanto menos vontade se tenha, mais agradável a Deus será a oração que lhe oferecermos com essa dificuldade. A nossa oração não deve depender do nosso estado de ânimo. É um dever que temos para com Deus, não um entretenimento a que nos entregamos para passar uns bons momentos.

Além do recolhimento necessário para orar com atenção, devemos manter na oração um espírito de humildade, a consciência da nossa total dependência de Deus, do nosso absoluto desamparo sem Ele. Oração e orgulho são termos que se excluem mutuamente: não [p. 395] podem coexistir. A oração torna-se muito difícil para o soberbo, para o que se julga autosuficiente e não quer dever nada a ninguém. Abaixar a cabeça e dobrar o joelho para reconhecer o próprio nada diante de Deus é um gesto muito doloroso para uma pessoa assim. Isto explica por que a soberba leva tantas vezes à perda da fé.

Um terceiro requisito da nossa oração é que, quando pedimos, devemos ter um profundo e sincero desejo de conseguir as graças que pedimos. É de temer que, algumas vezes, pecamos

essas graças levados simplesmente pelo sentido do dever, mas sem querê-las realmente. Nestes casos, a nossa oração pretende amordaçar-nos a consciência; não é oração mental de maneira nenhuma. Assim, um bêbado pode estar pedindo a graça da temperança, mas sem querer de coração deixar de beber. O jovem impuro pode rezar pedindo a castidade, mas sem querer realmente deixar o seu vício ou, o que vem a ser o mesmo, sem lançar mão dos meios necessários para evitar as ocasiões de pecado. Não temos o direito de pedir a Deus as suas graças se não estamos decididos a fazer o que estiver ao nosso alcance para, ao menos, tirar os obstáculos que possam estorvar a ação da graça.

Como exemplo final, citaremos o da pessoa que pede a Deus que lhe aumente a caridade, sem querer de verdade abandonar o prazer da murmuração maliciosa, sem querer realmente fazer as pazes “com essa pessoa impossível” do escritório ou da oficina, sem querer ver no próximo menos educado ou de diferente classe social um irmão igual a ele perante Deus.

Juntamente com a soberba (da qual é aliada), a falta de caridade é um obstáculo terrível para obtermos fruto da nossa oração. Não podemos esperar que Deus acolha a nossa oração se olhamos com desdém ou rancor para alguma alma que Ele criou e pela qual Cristo morreu na cruz. Uma oração que carrega o lastro das faltas habituais de caridade tem pouca oportunidade de chegar até Deus.

Numa aula de catecismo, um sacerdote perguntou certa vez a um menino: “Deus sempre responde às nossas orações?” O menino respondeu: “Sim, padre”. O sacerdote insistiu: “Então, por que não conseguimos sempre o que pedimos?”. Após um instante de perplexidade, o menino respondeu: “Deus sempre responde às

nossas orações; o que acontece é que umas vezes responde sim, e outras vezes responde não”.

O jovem teólogo merecia nota máxima pelo seu esforço, embora sua resposta não tenha sido completa. Deus nunca responde a uma oração –isto é, uma oração *verdadeira*- com um [p. 396] simples não. Às vezes, responde: “Não, não te darei isso que me pedes, porque, em vez de ajudar-te no teu caminho para o céu, seria para ti um obstáculo. Em vez disso, dar-te-ei uma coisa muito melhor”. A comum sabedoria dos homens segue também essa linha. Quando o Carlinhos, que tem três anos, se embebeça de repente pela faca brilhante que mamãe tem na mão, esta não lha dará, por muito que ele a peça. Mas, se for uma mãe prudente, dar-lhe-á em troca uma colher, para que brinque com ela. Talvez o Carlinhos se sinta “levado na conversa”, mas, se pudesse entender as razões, bendiria a sua mãe.

Às vezes, nós, os homens, pedimos coisas que achamos que seriam boas para nós; um trabalho melhor remunerado, mais saúde, a bênção de um filho num lar estéril. Mas Deus pode pensar de maneira diferente. Na sua infinita sabedoria, Ele vê até o último detalhe as consequências da menor mudança em nossas circunstâncias, tanto no que diz respeito a nós como aos outros. Um trabalho melhor remunerado pode causar-nos mais tarde um abrandamento na virtude. Uma saúde mais robusta pode privar-nos dessa carga de gloriosos méritos que os outros e nós estamos ganhando com a nossa doença. Um filho nesse lar estéril talvez possa ocasionar um dia a perda de uma alma. Seja o que for que peçamos, Deus não nolo dará se não contribuir de algum modo para o nosso verdadeiro bem, se não nos levar ao fim para que Deus nos criou: a eterna felicidade com Ele no céu.

E isto estende-se também aos favores espirituais que pedimos: podemos ver-nos assaltados por ferozes tentações de um tipo ou de outro, tentações que aprechem pôr-nos em perigo imediato de pecar e estão minando as nossas energias espirituais. Pensamos: “se conseguisse livrar-me delas, se achasse paz interior, como rezaria melhor, como viveria melhor a minha fé!” E assim, pedimos a Deus a graça da castidade, da temperança ou da paciência. Mas, nos planos de Deus, o meu caminho para a santidade e para o céu deve passar por uma senda empinada, cheia de lutas e vitórias enfrentadas dia a dia. Peço a Deus que me livre da tentação, e a sua resposta é dar-me a graça de que necessito para vencê-la no momento em que aparecer.

Esta foi a experiência de São Paulo, e não nos devemos surpreender se for também a nossa. São Paulo diz-nos (2Co 12, 7-9): “Foi-me dado um espinho na carne, um anjo de Satanás, para me esbofetear e impedir que eu me orgulhe. Três vezes roguei ao Senhor que o apartasse de mim. Mas Ele me disse: Basta-te a minha graça, porque é na fraqueza que se revela por completo o meu poder. Portanto, de boa vontade me gloriarei nas minhas [p. 397] fraquezas, para que habite em mim a força de Cristo”. Se nós não nos podemos gloriar de boa vontade em nossas fraquezas, ao menos será vontade de Deus que as aceitemos com paciência até o fim.

Chegamos, pois, à quarta condição que deve caracterizar a nossa oração. Devemos rezar não somente com recolhimento, com a consciência da nossa pobreza interior e da nossa total dependência de Deus, com o desejo sincero de conseguir dEle o que pedimos; como devemos orar também com uma confiança cheia de amor na bondade de Deus. Isto requer que oremos com a confiança de uma criança, absolutamente certos de que Deus

ouvirá as nossas petições e lhes dará uma resposta. A essa confiança estará ligado o sentimento de total submissão à superior sabedoria de Deus. Ele nos ama e quer para nós o melhor. Se o que lhe pedimos é inconveniente, deixamos em suas mãos a decisão de substituir essa graça que pedimos por outra que Ele queira. *Mas cremos firmemente que Deus sempre nos escuta e nos responde.* Se não cremos nisto de todo o nosso coração, a nossa oração não é oração de maneira nenhuma. Há uma petição que sempre podemos fazer sem reservas: a das graças necessárias para alcançarmos o céu. Quando o conteúdo da nossa oração é esse, sabemos que o que queremos coincide absolutamente com o que Deus quer. A sua vontade e a nossa identificam-se. Uma oração assim é sempre atendida, desde que se faça acompanhar pela quinta e última condição: a perseverança. O homem que nunca cessa de pedir a graça da sua salvação, tem a certeza de que irá para o céu.

A perseverança é essencial a toda a oração. Nunca desanimaremos se recordarmos que Deus faz tudo à sua maneira e a seu tempo. Podemos estar pedindo o arrependimento ou a conversão de um ser querido, e sentir-nos tentados a desanimar por não vermos mudança nenhuma nessa pessoa. Devemos então lembrar-nos de que o que realmente importa é a sua salvação, não necessariamente um sinal externo de conversão que nos sirva de consolo. Se Deus resolve responder à nossa oração dando a essa pessoa a graça para fazer um ato de contrição perfeita no último segundo da sua vida, muito bem, faça-se, Deus meu, a vossa vontade. Embora Deus não nos tenha dado a mesma certeza de atender às orações pelos outros como atenderá àquelas em que pedimos por nós mesmos, a nossa confiança deve permanecer inalterável.

Enquanto não chegarmos ao céu, não conheceremos, certamente, tudo o que Deus fez, todos os dons e graças que nos concedeu em resposta às orações que, no momento, nos parecia que não escutava. [p. 398] Às vezes, podemos ver aqui e agora a resposta que substitui a nossa petição, mas, freqüentemente, não é assim.

POR QUEM DEVEMOS ORAR?

Em primeiro lugar e antes de tudo, cada um deve rezar por si mesmo, para alcançar a graça de viver e morrer em estado de graça. Parece uma atitude egoísta? Não o é. É o *reto* amor de si mesmo, o tipo de amor próprio que Deus quer que tenhamos. Subordinado a Deus, cada um é o guardião da sua própria alma, com a primordial responsabilidade de alcançar a união eterna com Ele. Se falharmos nesta responsabilidade, teremos falhando em tudo. Todas as demais petições se perdem na insignificância quando as comparamos com a importância de pedir uma morte feliz, de pedir a graça “da perseverança final”, como é denominada. Não deveríamos começar nenhuma jornada sem esta súplica: “Dai-me, Senhor, as graças de que necessito para cumprir a vossa vontade aqui e ser feliz em união convosco na eternidade”.

O amor próprio verdadeiro –o desejo de viver e morrer na graça de Deus- é também a medida do nosso amor ao próximo: “Ama o próximo como a ti mesmo”. Em consequência, as orações pelo bem espiritual do próximo têm preferência sobre os pedidos de favores temporais para nós mesmos. À pergunta: “E quem é o meu próximo?”, o próprio Jesus respondeu claramente. Meu próximo é qualquer pessoa que sofra uma necessidade que eu possa remediar. Em assuntos espirituais, esta resposta deve abranger o mundo inteiro e as almas do purgatório.

Deve-se levar em conta, não obstante, que existem diferentes graus de obrigação nas orações que devemos ao próximo. A nossa primeira obrigação estende-se às pessoas que estão mais perto de nós: os esposos devem rezar um pelo outro; os pais pelos filhos, os filhos por seus pais e irmãos. Num grau mais abaixo, também devemos rezar pelos nossos parentes e amigos, e muito especialmente pelos nossos inimigos, se tivermos algum. A gratidão obriga-nos a rezar pelos nossos benfeitores, especialmente pelos benfeitores espirituais: o Papa, o nosso bispo, o pároco e demais sacerdotes da paróquia.

No nosso esforço por orar segundo a mente de Cristo, devemos ter muito presente a sua Igreja, todos os bispos, sacerdotes e religiosos, que devem dar um testemunho especial da presença de Cristo na terra.

Devemos rezar pelo nosso país e pelas autoridades que o governam, para que dirijam seus destinos com prudência e segundo a [p. 399] vontade de Deus. Se a nossa consciência tiver um pouco de sensibilidade, rezaremos também por aqueles a quem tenhamos feito sofrer, em especial por aqueles a quem tenhamos feito sofrer espiritualmente com o nosso mau exemplo, com a nossa negligencia ou as nossas faltas de caridade: “Deus meu, que ninguém sofra ou se perca por minha culpa”, é uma súplica que deveríamos colocar entre as mais apreciadas que digamos. E, evidentemente, devemos rezar pelas almas do purgatório, esse próximo que sofre e que depende de nós tão completamente.

Há tantas pessoas por quem rezar! Os missionários, os pecadores, os descrentes, além daqueles que já mencionamos. Uma sugestão prática é fazer uma lista de todas as pessoas que queiramos recomendar a Deus, e dar-lhe uma rápida vista de olhos cada dia, ao fazermos as nossas orações da manhã. Se não tivermos tempo, um “pela minha lista” bastará.

Certa ocasião, contaram-me o que se passou com João e sua mulher. Voltavam para casa depois de terem ido de compras. Ao passarem diante de uma igreja, a esposa sugeriu: “João, entremos um momento para fazer uma visita”. João respondeu: “Agora? Impossível! Não trouxemos os devocionários”. Esta história não deve ser verdadeira. Parece impossível que um católico adulto possa ser tão ingênuo que pense que não pode dirigir-se a Deus com palavras próprias. Algumas das nossas melhores orações têm sido aquelas que nos saíram do coração espontaneamente, indo diretas a Deus, sem pensar um só segundo nas esquisitices da retórica. Mais ainda, algumas das nossas melhores orações são essas em que não utilizamos as palavras, em que fixamos a nossa atenção cheia de amor em Deus e lhe pedimos que nos fale.

Mas há algumas orações básicas que deveríamos saber de cor. Quando nos ajoelhamos pela manhã, ainda com os olhos pesados de sono, é bom recitar umas palavras que nos sejam familiares, que nos subam com facilidade aos lábios. Também à noite são ótimas essas orações que sabemos de cor e que não exigem nenhum esforço do nosso cérebro cansado.

Da mesma maneira, quando andamos pela rua ou dirigimos o carro, quando executamos uma tarefa monótona, podemos recitar freqüentemente algumas orações aprendidas de cor, sem por isso distrair a nossa atenção do trabalho que tenhamos entre mãos.

Nesses casos, livres do esforço de ter que pensar como dizer as palavras, poderemos dirigir a nossa atenção para o significado do que dizemos. Mas deve-se notar que, mesmo quando fazemos uso de orações aprendidas de cor, não é essencial fixar a atenção no significado de todas e cada uma das palavras que usamos. [p. 400] Ocupamos os nossos órgãos vocais no serviço de Deus, e,

para fazermos uma boa oração, é suficiente que a nossa mente consciente se dirija a Deus simplesmente, com sentimentos de fé, confiança e amor.

As orações básicas que todo católico deve conhecer são o Pai-Nosso, a Ave-Maria, o Credo dos Apóstolos, o Confesso a Deus Todo-Poderoso, o Glória ao Pai, os atos de Fé, Esperança, Caridade e de Contrição. O Pai-Nosso é a oração perfeitamente formulada que o próprio Jesus Cristo nos deu quando os discípulos lhe pediram: “Senhor, ensina-nos a orar”. A maior parte da Ave-Maria vem também das páginas inspiradas dos Evangelhos; não há melhor maneira de podermos saudar Maria do que empregando as palavras que o próprio Deus escolheu para fazê-lo, por meio do Arcanjo São Gabriel e de Santa Isabel.

O Credo ou Símbolo dos Apóstolos, pelo qual renovamos a nossa adesão aos principais mistérios da fé cristã, remonta aos começos da Igreja, e é uma das nossas orações mais antigas. O Confiteor, ou Confesso a Deus Todo-Poderoso, é uma oração com a qual, ao mesmo tempo que confessamos nossas culpas, pedimos a intercessão dos anjos e dos santos; a Igreja usa-a freqüentemente na sua liturgia, em especial como preparação para a Santa Missa e para a Sagrada Comunhão, e é uma boa oração para qualquer ocasião. O valor do Glória ao Pai, uma singela oração de adoração e louvor à Santíssima Trindade, é evidente. Evidente é também a necessidade de fazermos atos de fé, esperança e caridade, as três virtudes teologais que nos infundiram no Batismo. O ato de contrição –que pode expressar-se em muitas fórmulas diferentes– é necessário para tornarmos explícita a nossa compunção pelos pecados e o pedido do perdão divino.

Como nada do que fazemos tem qualquer valor eterno, a não ser que Deus atue conosco, é costume começar e acabar todas as nossas orações com o sinal da Cruz. O sinal da Cruz é como uma chamada a Deus para que faça valer as nossas orações como um

ato de fé em duas das verdades mais importantes da religião: a Santíssima Trindade e a Redenção. Quando dizemos “em nome” (no singular, não no plural), expressamos a nossa fé na unidade de Deus. Quando dizemos “do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, declaramos a nossa fé no fato de em Deus Uno haver três Pessoas Divinas. Enquanto traçamos uma cruz da frente ao peito e de ombro a ombro, confessamos a nossa convicção de que, pela sua morte na Cruz, Jesus Cristo redimiou a Humanidade.

Aprendemos em crianças, nas nossas aulas de catecismo, que devemos rezar pela manhã, ao acordar, e à noite, ao deitar-nos, antes e depois das refeições, e à hora da tentação. A manhã, a noite e as [p. 401] refeições são boas auxiliares para a nossa memória, bons cabides onde penduramos o nosso dever de oração. Mas a verdadeira resposta à pergunta “Quando devemos orar?” é: “Sempre”. O próprio Jesus nos deu essa resposta: “E digo-vos... que deveis rezar sempre e não desfalecer” (Lc 18, 1), e os Apóstolos nas suas Cartas repetiram muitas vezes essa resposta. Rezamos sempre quando dedicamos toda a nossa jornada a Deus, e cada momento a cumprir a sua vontade. Nenhum dia deveria começar sem oferecermos a jornada a Deus.

Este oferecimento poderá ser feito com palavras próprias: “Deus meu, tudo o que hoje vou fazer, dizer, pensar e aceitar, quero fazê-lo, dizê-lo, pensá-lo e sofrê-lo por amor de Ti”. Depois teremos que prosseguir no nosso esforço para tornar esse dia aceitável a Deus, um esforço real para identificarmos a nossa vontade com a dEle. Muitas vezes ao dia podemos renovar o oferecimento da manhã, especialmente em momentos de dificuldade, como algo que nos recorde que “isto, faço-o por Deus”, o que aliviará a nossa carga quando começar a pesarmos.

Não é pecado omitir as orações da manhã, mas, se as omitimos, estaremos perdendo algo que jamais poderemos recuperar: deixamos escapar um dia sem havê-lo oferecido a Deus.
[p. 402]

CAPÍTULO XXXVIII

O PAI NOSSO

A MELHOR ORAÇÃO

Se quisermos aprender bem uma coisa, sempre que pudermos, interrogaremos um perito na matéria. A pergunta que certa vez um dos discípulos fez a Jesus estava, pois, cheia de senso comum: “Senhor, ensina-nos a orar”. E Cristo respondeu, dirigindo-se não só a quem o interrogava, mas a todos os homens, a você e a mim. A sua resposta foi a oração que conhecemos por Pai Nosso, e que encontramos inteira no Evangelho de São Mateus.

O Pai Nosso é chamado com razão a oração dominical, pois nos foi dada pelo próprio Senhor –*Dominus*, em latim-, que é Deus. Quem melhor que Deus pode saber o tipo de oração que deseja escutar? Não é de surpreender, pois, que a Igreja faça um uso tão freqüente da oração dominical, tanto na Santa Missa como em outros ritos. Não é de surpreender que o Pai Nosso seja a oração favorita dos cristãos em toda a parte. E já que a usamos tão freqüentemente, é importante vislumbrar a riqueza de significado que as suas palavras encerram.

Começamos dizendo: “Pai Nosso que estais no céu”. Estas poucas palavras contêm um mundo de pensamentos e sentimentos. Nelas se contém o esmagador privilégio de nos podermos dirigir a Deus, ao infinitamente Grande e Santo, ao Senhor da Criação, com o título familiar de Pai. Nelas está o pensamento do seu amor por nós, por cada um de nós individualmente. Ele me criou porque me amava, porque desde toda a eternidade amou a minha imagem na sua mente divina e quis que me unisse a Ele no céu. Nessas palavras está esse amor por mim que o levou a atrair-me a Si pela graça santificante, e que fez de mim, não seu servidor, mas um filho muito querido. [p. 403]

Nessas palavras se contém esse amor por mim que o leva a guardar-me continuamente, precedendo-me e seguindo-me com a sua graça, cuidando por todos os meios possíveis – exceto o de tirar-me a liberdade- de levar-me com segurança até Ele no céu. Às vezes, tendemos a esquecer quão *pessoal* é o interesse que Deus tem por ‘nos. Sem nos darmos conta, caímos em maneiras humanas de imaginar Deus. Há mais de 3.500 milhões de homens sobre a terra, e podemos sentir-nos inclinados a pensar que a atenção que Deus me dedica tem que se dividir de algum modo e que, com tanta gente, tem que ser muito superficial. Ao pensarmos assim, esquecemos que Deus é infinito, e que os números nada significam para Ele. Mesmo que eu fosse o único homem sobre a terra, Deus não poderia amar-me e interessar-se por mim mais do que o faz agora. É isto o que recordo quando digo: “Pai Nosso que estais no céu”.

A palavra “nosso” também é importante. A oração dominical é uma oração de perfeita caridade: de amor a Deus, a quem nos oferecemos sem reservas; de amor ao nosso próximo, aos homens, para quem pedimos as graças e favores que pedimos para nós mesmos. É uma oração de unidade cristã, de unidade sob Deus,

uma oração cujo tema repetido –o “nosso” o “nós”- nos recorda sem cessar que é uma oração que não podemos recitar com o coração centrado em nós mesmos.

“Santificado seja o vosso nome”, prosseguimos, cumprindo o dever primário de qualquer oração: a adoração e o louvor a Deus. A nossa existência tem por único motivo darmos glória a Deus como obra de suas mãos e testemunhas vivas da sua bondade, misericórdia e poder. À voz muda das criaturas inanimadas e irracionais, que dão glória a Deus só com a sua existência, acrescentamos o mais nobre louvor de línguas e corações. Há aqui alguma coisa mais que um simples eco do cântico dos anjos na noite de Natal: “Glória a Deus nas alturas”.

Mas não nos satisfaz o louvor que Deus recebe: nosso amor por Ele não ficará satisfeito enquanto todos os homens de toda a terra não forem seus fiéis servidores e juntarem suas vozes num contínuo hino de louvor a Deus. Assim rezamos quando dizemos: “Venha a nós o vosso reino”. Rezamos para que a graça de Deus encontre morada em todos os corações e estabeleça neles o domínio do seu amor. Rezamos para que se realizem as palavras de Cristo: que “haja um só rebanho e um só pastor”; que o reino visível de Cristo na terra, a sua Igreja, seja porto de salvação para todos os homens. Rezamos também pelo advento do seu reino celestial: para que todos aqueles por quem Jesus morreu reinem com Ele na sua eterna [p. 404] glória. Os corações e as mãos dos missionários, espalhados pelo mundo inteiro, sentem-se fortalecidos quando milhões de pessoas rezam todos os dias: “Venha a nós o vosso reino”.

“Seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu”: que todo o mundo sobre a terra lhe obedeça com a prontidão e a alegria com que o fazem os anjos e os santos do céu. São palavras muito fáceis de pronunciar, principalmente quando pensamos na obediência total dos outros. Mas quando se trata da pessoa que mais diretamente podemos controlar –isto é, de nós mesmos-, vemos que exigem mais esforço para pôr em prática. Evidentemente, as palavras “seja feita a vossa vontade” seriam vazias se não contivessem um propósito: cumpri-las efetivamente na nossa vida pessoal, pôr ponto final às nossas queixas, lamentos e autocompaixões. Exigem que enchamos o peito e levantemos o queixo para enfrentar com generosidade as incontáveis contrariedades e aborrecimentos de cada jornada, que tantas vezes nos têm feito vacilar. “Seja feita a vossa vontade” quer dizer: “Tudo o que Vós quiserdes, meu Deus, eu também o quero, ainda que me custe. Confio na vossa graça para aceitar bem a vossa vontade até o fim”.

Como qualquer boa oração, o Pai Nosso começa pondo em primeiro lugar o que é devido a Deus: a sua glória e louvor, essa glória que os homens lhe tributam especialmente quando cumprem a sua vontade em tudo. Depois, e só depois, é que podemos pensar nas nossas necessidades.

Os bons aqui conhecem as necessidades que seus filhos têm de alimento, roupa, casa brinquedos, livros, férias, etc... Mas agrada aos pais que os filhos conheçam a origem de todas essas coisas que lhes chegam com tanta facilidade. Agrada aos pais que os filhos lhes peçam essas coisas, mesmo que sejam algo já decidido de antemão. Com esses sentimentos, os pais refletem o amor paternal de Deus, de que são exemplo e agentes humanos.

Não é de estranhar, pois, que a segunda parte da Oração do Senhor se ocupe das necessidades de quem ora. E com que maravilhosa simplicidade Jesus as menciona! Abandonados a nós mesmos, teríamos caído facilmente num palavreado interminável. “Rogovos, meu Deus, que nos deis bastante alimento e roupa decente, uma casa acolhedora e um carro razoável, e boa saúde, e êxito no novo trabalho, e umas férias agradáveis, e... ah, sim!, as graças para levarmos uma vida honesta e, em especial, para vencer este meu temperamento endiabrado... e...”.

Poderíamos compor uma ladainha muito longa. Mas Jesus corta caminho tranqüilamente e concentra tudo em oito palavras: “O [p. 405] pão nosso de cada dia nos daí hoje”. A palavra “pão” simboliza aqui todas as nossas necessidades, tanto materiais como espirituais. Podemos acrescentar a nossa ladainha particular, se o desejarmos. A nossa lista detalhada não será senão um continuarmos reconhecendo a nossa total dependência de Deus, coisa que, portanto, lhe será grata. Mas quando dizemos “o pão nosso de cada dia”, na realidade já dissemos tudo. As palavras “de cada dia” são aqui a chave, e têm por contraponto a palavra “hoje”. É como se Jesus quisesse lembrar-nos, sempre que recitamos o Pai Nosso, aquela bela passagem do seu Sermão da Montanha: “Não vos inquieteis com a vossa vida, com o que haveis de comer ou de beber, nem com o vosso corpo, com o que tereis para vestir. Não vale mais a vida que o alimento, e o corpo mais que o vestido? Olhai as aves do céu, que não semeiam, nem ceifam, nem fazem provisão nos celeiros, e contudo vosso Pai celestial as alimenta. Não valeis vós mais do que elas? Qual de vós, com todas as suas preocupações, pode acrescentar um côvado à sua estatura? E por que vos preocupais com o que haveis de vestir? Vede como crescem os lírios do campo; não trabalham nem fiam. E, no entanto, eu vos digo que nem Salomão em toda a sua

glória se vestiu como um deles. Se, pois, Deus assim veste uma erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada ao fogo, quanto mais não fará convosco, homens de pouca fé!” (Mt 6, 25-30).

“Não vos preocupeis”, é a mensagem que Jesus encerra na frase “o pão nosso de cada dia”. “Não te preocupes cismando se a chuva estragará a tua festa da semana que vem, se perderás o teu trabalho no fim do mês, se essa dorzinha pode ser um câncer. Não compreendes que Deus conhece todo esse assunto, que se interessa por ele, que estará a teu lado, aconteça o que acontecer, e que, com Ele, as coisas nunca serão tão duras como tu as imaginas? Bastante os trabalhos de hoje: pede só o que precisas hoje; do amanhã, haveis de ocupar-vos, tu e Deus, quando chegar”.

A seguir, vem a parte mais dura do Pai Nosso: “Perdoai as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido”. Não custa pedir a Deus que perdoe os nossos pecados, mas fazer depender esse perdão da generosidade com que perdoamos aos que nos têm ofendido, é às vezes muito duro: especialmente quando sofremos uma injúria verdadeira às mãos de outro, se aquele que pensávamos ser nosso amigo nos trai, se o colega em quem confiávamos espalha difamações sobre nós, prejudicando a nossa reputação, se somos tratados injustamente pelo nosso chefe.

Temos que perdoar se esperamos ser perdoados: ‘Porque, se vós perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai [p. 406] celestial vos perdoará. Mas se não perdoardes aos homens, também vosso Pai não perdoará as vossas faltas” (Mt 6, 14-15). Estamos tocando o centro neurálgico da vida e da prática cristãs quando somos capazes de amar o pecador e, ao mesmo tempo, detestar o pecado. Cristo disse noutro lugar: “Mas eu vos digo: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem, para que

sejais filhos do vosso Pai que está no céu, que faz nascer o sol sobre bons e maus e chover sobre justos e injustos” (Mt 5, 44-45). Este é o sinal de que pertencemos a Cristo. Isto é o que na vida interior distingue os homens das crianças.

A dificuldade de praticar esta caridade total para com todos, também para com os inimigos, deve convencer-nos de como é necessário apoiar-nos na graça de Deus, se quisermos vencer as nossas tentações. E assim Jesus põe em nossos lábios a petição final da sua oração: “Não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal”.

“Não nos deixeis cair em tentação” é uma forma de dizer tomada da antiga língua hebraica, que poderíamos parafrasear assim: “Livrai-nos de toda tentação que seja demasiado forte para as nossas forças, e dai-nos a vossa fortaleza para vencer qualquer tentação que nos assalte”. Porque Deus, é claro, não induz ninguém à tentação. Às vezes, diz-se que Deus tentou uma pessoa, como a Abraão ao mandar-lhe que sacrificasse seu filho Isaac; mas nestes casos a palavra “tentação” significa prova, não uma indução ao pecado. São Tiago advertenos: “Ninguém diga na tentação: ‘Sou tentado por Deus’, porque Deus não pode ser tentado ao mal nem tenta ninguém” (1, 13).

“Livrai-nos do mal”. Pai, protegei-nos de todo mal; do mal físico, na medida em que estiver de acordo com a vossa vontade, mas especialmente do mal espiritual que possa roçar a nossa alma. E com esta conclusão, recitamos uma oração perfeita. [p. 407]

CAPÍTULO XXXIX

A BÍBLIA

VOCÊ LÊ A BÍBLIA?

Podemos chegar ao céu sem ler a Bíblia. Se não fosse assim, os analfabetos não teriam esperança. Se a leitura da Bíblia fosse necessária para ir para o céu, a maioria das pessoas que viveram antes da invenção da imprensa (uns 500 anos atrás) também se veriam num grave apuro para chegar ao céu.

Sabemos que Deus não fez depender a nossa salvação das nossas possibilidades de ler ou ter uma Bíblia. Jesus não ordenou aos seus Apóstolos: “Ide e escrevei tudo o que vos disse para que todos o possam ler”. O que disse foi: “Ide e *pregai*! Ide e ensinai!” As suas verdades iam difundir-se (como se fez antes de a imprensa ter sido inventada), principalmente, por meio da palavra falada. É certo que alguns dos Apóstolos e de seus companheiros, como Marcos e Lucas, passaram a escrito muitas coisas referentes à vida e à doutrina de Nosso Senhor. Mas os ensinamentos orais dos Apóstolos eram tão palavra de Deus como os ensinamentos escritos que encontramos no Novo Testamento.

Os ensinamentos orais dos Apóstolos foram transmitidos de geração em geração por meio dos Papas e bispos da Igreja Católica. A palavra latina “*traditio*” designa algo que se entrega, e, por isso, os ensinamentos orais que os Apóstolos entregaram para serem transmitidos chamam-se a Tradição da Igreja. A Tradição que se baseia em Jesus e nos seus Apóstolos é uma fonte das verdades divinas de igual categoria que a Bíblia. Mais ainda, muitas partes da Bíblia seriam muito difíceis de serem entendidas adequadamente, se não tivéssemos a Tradição para guiar a nossa interpretação.

Os ensinamentos orais dos Apóstolos foram em grande parte registrados por escrito pelos escritores cristãos dos primeiros tempos, [p. 408] a quem chamamos Padres da Igreja. Grande parte da Tradição foi canonizada pelos decretos dos Concílios da Igreja e pelas declarações solenes –*ex cathedra*– dos Papas. Em última instância, quem pode separar o grão da palha, e dizer quais as verdades que *são* parte da Tradição, é somente a Igreja: a Igreja representada pela pessoa do Papa, ou por um concílio ecumênico (de todos os bispos do mundo) presidido pelo Papa, ou pelos bispos que, em comunhão com o Papa, ensinam em suas dioceses do mundo inteiro.

A Bíblia e a Tradição não são duas fontes separadas da verdade cristã. Para nós, como para os nossos irmãos separados – os protestantes-, a Bíblia é a regra da fé. Mas para nós é a Bíblia tal como é interpretada pela ininterrupta Tradição da comunidade cristã, a Igreja. Nas confissões protestantes, a Bíblia é interpretada por cada indivíduo conforme as suas luzes pessoais. Há um ditado que diz que quem trata de se curar a si mesmo tem um tolo por médico. Com maior razão poderíamos dizer que aquele que se erige a si mesmo em seu próprio Papa tem um tolo por guia espiritual. O ignorante, o inescrupuloso, o egoísta, podem torcer

as palavras da Escritura Santa e fazê-las dizer quase tudo o que lhes passa pela cabeça. A própria Bíblia chama a atenção para esse perigo. São Pedro, na sua segunda epístola (3, 16), falando dos escritos de São Paulo, diz: “Há neles alguns pontos difíceis de entender, que homens incultos e inconstante adulteram, não menos que as demais Escrituras, para sua própria perdição”.

O ponto que queria deixar claro —o de que a Tradição tem importância essencial, e que temos necessidade da voz viva de Cristo na sua Igreja para que nos interprete as Sagradas Escrituras— era uma simples introdução à verdadeira questão: lemos a Bíblia? Só porque a Bíblia não é o único caminho de salvação, como acabamos de ver, não devemos concluir que não há lugar para ela em nossa vida espiritual. A Bíblia não é tudo, mas é um grande Algo que nenhum católico interessado no seu progresso espiritual pode permitir-se ignorar.

Alimentamos a nossa alma com a Palavra Encarnada de Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo, presente na Sagrada Eucaristia. E também nutrimos a nossa mente e o nosso coração com a palavra de Deus que nos foi entregue pelos patriarcas, profetas e Apóstolos que escreveram os livros da Bíblia. O que eles nos dão é palavra de Deus. Ainda que não tivessem necessariamente que perceber o que ocorria, Deus inspirou os autores dos livros bíblicos para que escrevessem o que escreveram. E, ao escrevê-lo, Deus preservou-os do erro por um ato especial da sua providência. Depois, por um novo ato da sua providência, fez que os livros escritos sob a sua [p. 409] inspiração se conservassem através de milhares de anos e de gerações sucessivas. Finalmente, pela infalível autoridade da sua Igreja, indicou quais, de entre todos os livros aparentemente sagrados, foram os únicos realmente inspirados por Ele. Esta é a Bíblia (da palavra grega “biblion”, que significa “o livro”).

Contém setenta e três divisões ou “livros”, conforme são chamados, alguns dos quais são omitidos em certas edições protestantes da Bíblia. Escrita por autores diferentes (todos inspirados por Deus), a Bíblia começa pelo livro do Gênesis, atribuído ao patriarca Moisés, e termina com o livro do Apocalipse, escrito pelo Apóstolo São João. Poderíamos dizer que Deus teve muito trabalho para nos dar a Bíblia e, naturalmente, espera que a leiamos.

Se alguma organização, dessas que existem para pesquisar a opinião pública, fizesse um levantamento entre as famílias católicas para saber quantas têm e quantas usam a Bíblia, os resultados poderiam ser surpreendentes. Já que não se fez tal pesquisa (pelo menos que eu sabia), só podemos fazer conjecturas: eu penso que são bem poucos os lares católicos em que há uma Bíblia, e que são menos ainda aqueles em que a lêem.

A Igreja faz um uso muito amplo da Bíblia na sua liturgia. Muitas partes da Santa Missa e do ritual dos sacramentos, grande parte da Liturgia das Horas e de outros ritos oficiais foram tirados da Bíblia. A Bíblia é também um livro precioso para a pregação sacerdotal: a maioria dos sermões ou homilias não são senão comentários a alguma verdade básica contida na Sagrada Escritura.

À vista de todos estes fatos –mas especialmente tendo em conta que a Bíblia é a palavra inspirada por Deus-, é de estranhar que não haja mais católicos que leiam a Bíblia regularmente, para seu enriquecimento pessoal e para seu progresso espiritual.

Não nos admira muito que os protestantes nos superem na propagação e no uso da Bíblia: para o protestante, a Bíblia é tudo; para nós, é apenas uma parte do nosso ambiente religioso, mas é

uma parte muitíssimo importante, de modo que, se a descuramos, perdemos uma grande riqueza espiritual.

Dizemos –e assim cremos- que a essência da vida cristã está no esforço em reproduzirmos em nós a imagem de Cristo. O nosso fim é fazermo-nos semelhantes a Cristo.

Queremos aprender a ver a vida como Ele a vê, e não viver os nossos dias de um modo fragmentário, com a vida de família, o trabalho que nos obtém o pão, o descanso, as responsabilidades sociais e as relações pessoais freqüentemente em conflito entre si. A nossa semelhança com Cristo nos dará a chave para alcançarmos essa unidade de vida, para vivermos uma vida coerente, que faça sentido. Isto significa pensar como [p. 410] Cristo pensa, julgar como Cristo julga, falar e agir como Cristo falaria e agiria. Esta semelhança com Cristo preencherá o nosso molde pessoal e se modificará de acordo com as nossas características individuais, numa gloriosa diversidade de formas; mas o princípio fundamental e unificador será sempre a semelhança com Cristo, que jamais se poderá deixar de notar.

Não podemos moldar-nos segundo a imagem de Cristo se não o conhecemos bem. Para conhecê-lo, o melhor caminho é o Evangelho. Melhor que a imagem de segunda mão que possamos extrair de sermões e livros de espiritualidade, é a imagem sem aditivos que dEle nos dão os quatro evangelistas. Depois; nas epístolas de Paulo, Pedro, Judas Tadeu, Tiago e João encontraremos os ensinamentos de Cristo desenvolvidos, especialmente a doutrina sobre a lei da caridade.

Voltando ao Antigo Testamento, encontraremos nos seus livros históricos o grandioso plano de Deus para a salvação do homem, que veremos manifestar-se lentamente ao longo de muitos séculos. Nos livros proféticos, veremos Cristo vir até nós como uma sombra que se projeta sobre a parede de uma casa. Nos

livros sapienciais acharemos os princípios de uma conduta e uma vida virtuosa que Deus incutiu na humanidade através de longos períodos de experiência humana. Tudo isto e mais encontraremos na Bíblia, se a lermos regularmente, na atitude de reverência e oração que a palavra de Deus exige.

Devemos, evidentemente, ler uma versão autorizada da Bíblia. Não é que haja duas Bíblias, a “católica” e a “protestante”, a “boa” e a “má”. Há uma só Bíblia, a que Deus inspirou e foi escrita livro após livro, século após século, em hebreu antigo e em grego. Os frágeis manuscritos originais pereceram há muito, mas ainda se conservam cópias manuscritas que remontam aos primeiros tempos do Cristianismo. Destes manuscritos, ou da famosa tradução para o latim de São Jerônimo (a chamada ‘Vulgata’), derivam as traduções modernas para as línguas da atualidade. São as *versões* em língua vernácula da Bíblia.

Se for traduzida para uma língua moderna por um perito ou peritos bíblicos, e depois aprovada pelo Papa ou pelos bispos de um país como tradução adequada, então essa tradução chama-se versão *aprovada* ou autorizada. Isto significa que essa versão está livre de erros na media em que as coisas humanas o podem estar. *Um católico só pode ler essas versões aprovadas.* Mesmo uma tradução da Bíblia feita por um escrivista católico só pode ser utilizada pelos Católicos depois de uma aprovação oficial da Igreja. Vemos, pois, que, à hora de escolhermos uma Bíblia, não se trata [p. 411] de optar por uma católica contra outra protestante, mas por uma versão aprovada contra outra que não tem aprovação. Convém, por isso, certificar-se de que se trata de uma versão aprovada, antes de comprá-la.

Mas interessa muito que a tenhamos e leiamos. Se ainda não o fizemos, comecemos hoje. [p. 412]

ÍNDICE ANALÍTICO

A

Aborto: 196
Absolvição: 339
Abstinência: 217
Adão: 45, 47
Acedia, pecado contra a caridade: 173
Ação de graças
 fim da Missa: 281
 oração de: 391
Adoração
 fim da Missa: 280
 oração de: 391
Adulterio: 202, 378
Ágape: 275
Água benta: 386 Alegria
 fruto do Espírito Santo: 105
Alma
 criação direta de Deus: 44
 natureza da: 23
 operações da: 77
 pecado, morte da: 54
 união com o corpo: 41
Altar, panos de: 295
Amor: 101-103
 ao próximo: 171, 304
 de Deus: 171-173
 entre os membros da Comunhão dos
 Santos: 136
 essencial ao culto a Deus: 162
Anglicanos: 366
Animais (matar): 195
Anjos: 31-38
Anunciação: 62
Aparições: 21
Apocalipse: 142
Apostasia: 164
Apóstolos
 missão: 114
 ordenaram bispos: 115
 ordenaram sacerdotes: 115
 todos chamados a sê-lo: 120

Apostolicidade da Igreja: 122
Apropriação: 78
Arcebispos: 370
Ascensão: 73
Assunção: 64, 143
Automóvel
 imprudência na condução de: 197
Autoridade
 da Igreja: 130
 dos pais: 191
Avareza: 60

B

Batismo: 225, 228, 231-249
 capacita para receber os sacramentos: 235
 caráter do: 235
 certificado: 239
 confere a graça santificante: 82
 de desejo: 249
 de filhos nascidos fora do casamento
 canônico: 238
 de sangue: 249
 dever dos pais: 192
 imprime caráter: 230
 incorpora a Cristo: 118
 infunde a caridade: 18
 ministro do: 246
 padrinhos: 239
 privado: 247-248
 solene: 242-246
 torna-nos filhos de Deus: 82
 torna-nos membros da Igreja: 113
 virtudes morais infusas pelo: 96
Bem-aventuranças: 110-111
Benignidade
 fruto do Espírito Santo: 105
Bíblia: 87, 408-412
 fonte da Revelação, com a Tradição: 21
 inspirada por Deus: 21
 interpretação privada: 123
 versões da: 411
Bispos: 367
Blasfêmia: 184 Bondade
 fruto do Espírito Santo: 105
 perfeição de Deus: 24

C

Calendário da Igreja: 216
Cálice: 295
Calúnia: 210 Cardeal: 369
Caridade: 96
 fruto do Espírito Santo: 105
 organizada: 151
 pecados contra: 172
 virtude infusa: 96, 101
Cartas de paz: 346
Castidade: 202
 conselho evangélico: 151, 157, 159
 fruto do Espírito Santo: 105
 pecados contra: 60
 voto perpétuo de Maria: 63
Castigo: 341-355
 eterno: 341temporal: 341, 345-352
Céu
 graus de felicidade: 83
 natureza do: 13
Cibório: 295
Ciência, compatível com a religião: 43
Circumcissão: 77
Cisma: 113
Comunhão: 303-317
 ato de recepção da Eucaristia: 259, 303
 confissão antes da: 308
 requisitos: 307
Comunhão dos Santos: 134-136
Concomitância: 268
Confirmação: 228, 250-257
Confissão: 336-344
 antes de comungar: 308
 freqüente: 59
 penitência: 343
 preparação: 322
 sacrílega: 337
 sigilo da: 337-338
Conhecimento
 baseado na fé: 98
 tipo possuído por Jesus Cristo: 67
Conselho
 dom do Espírito Santo: 104
Conselhos evangélicos: 156-159
Contemplação: 88, 394
Continência

 Fruto do Espírito Santo: 105
Contracepção: 384
Contrição: 325, 327-335
 imperfeita: 325
 perfeita: 325
 propósito de emenda: 329
Crucifixão: 72
Crucifixo: 388 Culto
 ação de graças: 281
 dever natural: 162
 expressão de Esperança: 169-170
 fim principal: 282
 não católico: 168
 por ato de amor: 170
 reparação: 281
 unidade do: 124

D

Defeitos: 59
Demônio: 34
Desespero: 170
Desobediência: 51
Detração: 211
Deus
 adoração: 280
 amor de: 171-173
 base da esperança: 101
 prova-se pela obediência: 47
 autor da Bíblia: 21
 bondade, razão da criação: 11
 conhecimento: 16
 criou por livre vontade: 33
 existência de: 20
 graça, dom de: 79
 honrar o nome de: 147
Igreja, palavra viva de: 56
 lei de: 147
 natureza de: 22-26
 perfeições: 22
 posse: 13
 reino de: 69
 três
Pessoas: 27
 vontade de:
 determina a moralidade: 56
 identificação com: 59

Diácono: 365
Dias santos: 216
Diocese: 370
Divórcio: 378
Dogma: 214
 definição: 20
Domingos
 obrigação de ir à Missa: 186, 216
 trabalho servil: 189
Dons do Espírito Santo: 104
Dons preternaturais: 45, 49
Duelo: 196

E
Embriagues: 197
Emoção: 171
Encarnação: 62-69
Entendimento
 dom do Espírito Santo: 104
Epifania: 67
Escândalo: 199
 por irreverência: 179
Escapulário: 389
Escritura: 408-412 Esperança: 99-103
 atos de: 168-173
 essencial ao culto de Deus: 162
 virtude teologal: 96
Espiritismo: 176
Espírito cristão: 109
Espírito Santo: 27, 75-111
 alma da Igreja: 114
 dons: 104
 frutos: 105
 o Filho concebido por obra do: 63
 santificador: 78
Esterilização: 198
Eucaristia: 228, 258-273
 efeitos sobre a concupiscência: 307
 fim: 303
 fonte de vida: 89 obrigação de receber:
 215
 recebida sacrilegamente: 175
 sacramento de crescimento espiritual: 305
Eutanásia: 198
Eva: 42
Evolução: 42-44

Exame de consciência: 323
Excomunhão: 114
Exemplo: 199
Existência, fim da: 11
Exorcismo: 37
 ato sacramental: 387
Extrema-unção: 226, 352-359

F

Fé
 atos de: 162
 completa: 98
 cultivar a: 223
 divina: 98
 doutrinal: 163
 fruto do Espírito Santo: 105
 humana: 98
 natureza: 97
 pecado contra a: 164
 profissão de: 163
 relação com a razão: 129-133
 virtude teologal: 96
Felicidade
 capacidade para: 17
 do céu: 13
 graus de, no céu: 83
 por obediência à lei de Deus: 148
Fim dos tempos: 137-144
Formalismo: 90
Fornicação: 202 Fortaleza: 109
 dom do Espírito Santo: 105
 sobrenatural: 96
Fraude: 206
Frutos do Espírito Santo: 105
Frutos da Missa: 282
Furto: 206-208

G

Gabriel: 32
 Anunciação a Maria: 62
Getsêmani: 71
Graça: 75-94
 ajuda para a felicidade: 18
 atual: 84
 aumenta pela penitência: 320
 cooperação com: 169

eficaz: 85
habitual: 82
sacramental: 227, 354
santificante: 82

Guerra: 196
Gula: 60

H

Heresia: 144, 166
Homem
criação: 39-53
natural: 92
razão de sua existência: 11
sobrenatural: 94
Hóstia, composição da: 269

I

Idolatria: 161
Igreja: 112-133
apostolicidade: 122
atributos da: 121-133
autoridade: 130
concílios: 409
continuidade: 127
Corpo Místico: 19, 116
Cristo, cabeça da: 114
Espírito Santo, alma da: 114
indefectibilidade: 131
infalibilidade: 131
leis da: 215
militante: 135
organismo: 114
padecente: 135
Reino de Deus na terra: 69
salvação fora da: 132
sociedade hierárquica: 115
sociedade jurídica: 116
sociedade visível: 116
triunfante: 135
universal em extensão: 128
Igrejas ortodoxas: 297, 368
Imaculada Conceição: 49
Imagens: 176
Indefectibilidade da Igreja: 131
Índice de livros proibidos: 174
Indiferentismo, tipo de heresia: 167

Indulgências: 345-351
Infalibilidade: 131
Inferno começou com a queda dos anjos: 33
natureza: 138
Infinito, perfeição de Deus: 24
Insultos: 212

Intenção

determina a malícia do pecado: 58
efeito meritório: 93

Inveja

pecado capital: 60
contra a caridade: 173

J

Jansenismo: 309
Jesus Cristo: 66-69
adquiriu conhecimento experimental: 67
Cabeça do Corpo Místico: 19, 116
Cabeça da Igreja: 114
duas naturezas: 64
merece a graça: 81
presente na Eucaristia: 259-270
ressurreição: 72
revelações de: 20-21
sacrifício: 68
união com, na Eucaristia: 303, 307
união hipostática: 64
vida oculta: 67
vida pública: 69
José: 63
Judas Iscariotes: 71
Juízo
final: 120
particular: 138
temerário: 211
universal: 143
Juramento: 179-181
Justiça: 108, 206
pecados contra: 205
perfeição de Deus: 26
social: 111
virtude cardinal: 96

L

Laicato: 120
Latria: 272
Laxismo: 164

Legítima defesa: 196
Lei de Deus, expressão de Amor: 147
de Moisés, completada por Jesus Cristo: 149
moral: **Erro! Indicador não definido.**
natural: **Erro! Indicador não definido.**
Leis da Igreja: Leituras **Erro!**
Indicador não definido.
moral: 148
natural: 148
Leis da Igreja
Leituras 215
para cultivar a fé: 163
precauções: 173
Liturgia
significado: 301
participação: 301
Longanimidade: 105
Lúcifer: 33
Lumen Glorïae: 82
Lutero
igreja luterana: 126-127
nega a Presença Real na Eucaristia: 261, 263
número dos mandamentos: 160
revolta de: 127
Luxúria: 60
Luz da Glória: 82
Mal
adão e Eva livres de sofrimento: 45
compatibilidade com a bondade de Deus: 24
Maldição: 182
Mandamentos: 147-220
da Lei de Deus: 147-209
da Igreja: 150, 215-220
Mansidão: 105
Matrimônio: 201, 219, 228
indissolubilidade: 378
instituição: 372
leis que o regulam: 219
misto: 220
unidade e permanência: 373, 378
Meditação: 87, 393
Mentira: 210
Mérito: 90-94

Milagres: 69
Milenarismo: 142
Ministros: 366
Missal: 87, 89, 274-302
aos domingos: 281
oferece Jesus Cristo: 187
oração litúrgica: 393
Missal: 296 Mistérios
santíssima Trindade: 62
encarnação: 62
Modéstia: 203
fruto do Espírito Santo: 105
Monogamia: 378
Morte: 137
Adão e Eva livres da: 46
Mutilação: 198

N

Nome
de batismo: 239
dever de honrar o nome de Deus: 178-186
importância: 178

O

Obediência: 109
de Jesus Cristo: 68
dos filhos: 191
prova de amor: 47
recusa de: 55
Obras de misericórdia
corporais: 151-153
espirituais: 153-155
Obsessão diabólica: 37
Ódio: 172
Óleo dos catecúmenos: 353
Onipresença
perfeição de Deus: 25
Oração: 390-402
contemplativa: 89, 394
definição: 86
fonte da graça: 86
meditação: 88, 393
mental: 87, 393
obra de misericórdia espiritual: 153
parte da prática da virtude: 59
vocal: 87, 392

Orgulho:
ver Soberba
Ordem: 115, 228, 360-371
Ortodoxos gregos: 127, 297

P

Paciência: 105
Padrinhos: 239-241
Pais
 autoridade: 191
 deveres: 192
 idosos: 193
 responsabilidade: 384
Pai-Nosso: 403-407
Paráclito: 75
Paramentos: 292
Patriotismo: 109
Paz: 105
Pecado: 341-344
 atual: 51, 54-61
 capitais: 60-61
 comissão: 55
 contra a caridade: 172
 contra a esperança: 170
 contra a fé: 164
 diferente dos defeitos: 59
 dor dos: 342
 dos anjos: 33
 efeitos: 54
 formais: 57
 grau de gravidade: 51
 heresia: 166
 intenção determina a malícia: 57
 material: 57
 mortal: 52
 condições: 56
 consequências quanto ao mérito: 92
 ocasiões de: 329
 omissão: 55
 opção individual: 55
 original: 46-50, 239
 perdão dos: 134-136
 propósitos de emenda: 329
 venial: 51
Pena temporal: 341, 345-351
Penitência: 217, 228, 318-326

 aumenta a vida espiritual: 89
 pública: 346
 restitui a graça santificante: 84, 86
Pentecostes: 116
Perjúrio: 180
Petição, fim da Missa: 281
Piedade: 104
Piedade filial: 109
Planejamento familiar: 384
Pobreza: 151, 155-159
Poliandria: 378
Poligenia: 378
Possessão diabólica: 36
Pragmatismo: 124
Preguiça: 61
Presença Real: 261
Presunção: 170
Procriação: 201
Promessa: 180
Providência: 100
Prudência: 96, 108
Purgatório
 almas do, na Comunhão dos Santos: 135
 doutrina: 140
 duração: 141

Q

Quaresma
 abstinência: 217
 casamento durante: 219

R

Rafael: 32
Razão, relação com a fé: 129-133
Redenção: 70-74
 apropria-se à Segunda Pessoa: 78
 natureza: 68
 papel de Maria: 49
Reino de Deus: 49
Religião
 diferença de: 167
 primeira virtude moral: 96
 razão para estudá-la: 16
Religiosos
 estado religioso: 158
 votos dos: 181

Relíquias: 177
Reparação: 281
Ressurreição: 72-74, 137-144
 de todos os homens: 143
Restituição: 208
 por calúnia e difamação: 214
Revelação
 completada com São João: 20
 cristã: 20
 natureza da: 20
 privada: 21
Rosário: ver Terço
Roubo: ver Furto
Rubricas: 296

S

Sabedoria
 dom do Espírito Santo: 104
 perfeição de Deus: 24
Sacerdócio
 história: 361
 de todos os cristãos: 119-120
Sacerdote
 definição: 360
 jurisdição: 320
 oferece sacrifícios: 279
 poder de consagrar: 270
Sacramentais: 386
Sacramentos: 217-223
 batismo: 231-249
 caráter: 230
 confirmação: 250-257
 definição: 225-226
 eucaristia: 258-273
 matrimônio: 217, 372-385
 ordem: 360-371
 penitência: 318-326
 unção dos enfermos: 352-359
Sacrifício da Missa: 276
 de Jesus Cristo: 68
 natureza do: 278
Sacrilégio: 173-177, 257
Salários: 206 Salvação
 fora da Igreja: 132
 graça santificante: 82
 será completada no juízo final: 143

Santidade
 da doutrina: 126
 perfeição de Deus: 26
Santíssima Trindade:
 ações apropriadas às três Pessoas: 78
 natureza: 27-30, 75-77
Santos comunhão dos: 134-136
 não é superstição: 176
 relação com os vivos: 135-136
Satanás: 34
Segregação: 111
Sermão da Montanha: 110
Sexo: 200-204, 372
Sigilo da Confissão: 337-338
 obrigação do: 213
Soberba
 causa de apostasia: 165
 elemento do pecado original: 47
 incompatível com a oração: 395
 intelectual: 35
 pecado capital: 60
Suborno: 207
Suicídio: 195
Sucessão apostólica: 129
Superstição: 173-177

T

Temor de Deus: 105
Temperança: 96, 109
Tempo, natureza do: 14
Tentações: 35
Terço, indulgências concedidas: 350
Tibieza: 173
Tolerância: 168
Tradição: 21, 408
Transubstanciação: 267

U

Unção dos enfermos: 226, 352-359
União com Deus: 139
União hipostática: 62-64
Unidade
 dos cristãos: 304
 de fé; prova da verdadeira Igreja: 123
 das três divinas Pessoas: 27
 nota da Igreja: 121

V

Verdade: 210

Via Sacra: 350

Viático: 359

Vitico: 359

Vício: 60-61

Vítima sacrificial: 278

Virgem Maria: 62-66

anunciação: 62

corredentora: 63

devoção à: 65

honrá-la: 176

isenta da morte: 143

isenta do pecado original: 49

mãe de Deus: 65

sem pecado: 339

Virtudes: 95-111

cardeais: 96, 108

definição: 95

esperança: 168-170

justiça: 206

modéstia: 203

morais: 96, 107-111

naturais: 95

sobrenaturais: 96

teologais: 96

Visão beatífica: 82, 139

Vocação: 158, 363

Vontade

base do amor: 171

Votos religiosos: 180-182

APÊNDICE

RESUMO DA DOCTRINA CATÓLICA

I. O MANDAMENTO NOVO DE JESUS E AS OBRAS DE MISERICÓRDIA

Qual foi o mandamento novo de Jesus?

O mandamento novo de Jesus foi: “Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei. Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos”.

Quantas são as obras de misericórdia?

As obras de misericórdia são quatorze: sete corporais e sete espirituais.

As corporais são estas: 1º Dar de comer a quem tem fome; 2º Dar de beber a quem tem sede; 3º Vestir os nus; 4º Dar pousada aos peregrinos; 5º Visitar os enfermos e encarcerados; 6º Remir os cativos; 7º Enterrar os mortos.

As espirituais são estas: 1º Dar bom conselho; 2º Ensinar os ignorantes; 3º Corrigir os que erram; 4º Consolar os aflitos; 5º Perdoar as injúrias; 6º Sofrer com paciência as fraquezas do próximo; 7º Rogar a Deus pelos vivos e defuntos.

II. INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS VERDADES DE FÉ

És cristão?

Sim, sou cristão pela graça de Deus.

Quem é verdadeiro cristão?

É verdadeiro cristão quem é batizado, crê em Jesus Cristo e vive conforme os seus mandamentos.

Por que o sinal da cruz é o sinal do cristão?

O sinal da cruz é o sinal do cristão porque em Jesus Cristo crucificado encontramos os principais ensinamentos da nossa fé.

Onde se encontram as verdades reveladas por Deus?

As verdades reveladas por Deus encontram-se na Sagrada Escritura e na Tradição.

Que é a Sagrada Escritura?

A Sagrada Escritura é a Palavra de Deus escrita no Antigo e no Novo Testamento. [p. 421]

Que é a Tradição?

A Tradição é a Palavra de Deus não escrita na Sagrada Bíblia, mas transmitida por Jesus aos Apóstolos e por estes à Igreja.

III. CREDO

Deus criador

Quem é Deus?

Deus é o nosso Pai, que está nos céus, Criador e Senhor de todas as coisas, que premia os bons e castiga os maus.

Há um só Deus?

Sim, há um só Deus.

A quem chamamos Santíssima Trindade?

Chamamos Santíssima Trindade ao mesmo Deus, que é Pai, Filho e Espírito Santo, três Pessoas distintas e um só Deus verdadeiro.

Por que Deus é criador?

Deus é criador porque só Ele criou e pode criar todas as coisas, e por ninguém foi criado.

Deus cuida das coisas criadas?

Deus cuida e tem providência das coisas criadas, e conserva-as e dirige-as todas ao seu próprio fim, com sabedoria, bondade e justiça infinitas.

Os anjos e o homem

Quem são os anjos?

Os anjos são espíritos puros, isto é, sem corpo, que têm entendimento e vontade.

Para que criou Deus os anjos?

Deus criou os anjos para que o louvem, obedeçam e sejam felizes no céu, para serem os seus mensageiros e cuidarem dos homens.

Quem é o anjo da guarda?

O anjo da guarda é o anjo que Deus nos dá a cada um para que nos guarde na terra e nos guie para o céu.

Quem são os demônios?

Os demônios são espíritos maus, anjos que se revoltaram contra Deus, e por isso foram precipitados no inferno.

Quem é o homem?

O homem é um ser racional e livre, composto de corpo e alma, criado por Deus à sua imagem e semelhança.

Quem é a alma?

A alma é a parte espiritual do homem, pela qual ele vive, entende e é livre. A alma do homem não morre com o corpo, mas vive eternamente porque é espiritual. [p. 422]

Para que fim criou Deus o homem?

O homem foi criado para conhecer, amar e servir a Deus neste mundo e assim merecer a vida com o próprio Deus para sempre no céu.

Este fim alcança-se sempre?

Este fim não se realiza quando deixamos de cumprir a vontade de Deus.

Jesus Cristo e Nossa Senhora

Quem é Jesus Cristo?

Jesus Cristo é o Filho de Deus feito homem, que nasceu da Virgem Maria. É a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade feito homem.

Por que o Filho de Deus se fez homem?

O Filho de Deus se fez homem para nos salvar, isto é, para nos remir do pecado e nos conquistar o Paraíso.

Como se realizou a Encarnação do Filho de Deus?

A Encarnação do Filho de Deus realizou-se com o Espírito Santo formando nas entranhas da Virgem Maria um corpo perfeitíssimo e criando uma alma nobilíssima que se uniu ao corpo; no mesmo instante, uniu-se a este corpo e alma o próprio Filho de Deus; e desta maneira, aquele que era só Deus, sem deixar de sê-lo, ficou sendo também homem.

Onde nasceu, viveu e morreu Jesus Cristo?

Nasceu em Belém, viveu a maior parte da sua vida, até os trinta anos, em Nazaré; durante três anos pregou e fez milagres por toda a Palestina, morrendo crucificado em Jerusalém, no monte Calvário. Aos três dias ressuscitou e, depois de ter aparecido durante quarenta dias à sua Mãe, às santas mulheres e também aos Apóstolos, aos discípulos e a outras pessoas, subiu aos céus.

Que fez Jesus Cristo para nos salvar?

Para nos salvar, Jesus Cristo satisfaz pelos nossos pecados, sofrendo e sacrificando-se na Cruz, e ensinou-nos a viver segundo a Vontade de Deus.

Que devemos fazer para viver segundo a Vontade de Deus?

Para viver segundo a vontade de Deus, devemos acreditar nas verdades reveladas por Ele e observar os seus Mandamentos, com o auxílio da sua graça, que se obtém por meio dos Sacramentos e da oração.

Quem é a Virgem Maria?

A Virgem Maria é a Senhora cheia de graça e de virtudes, concebida sem pecado, que é Mãe de Deus e Mãe nossa, e está no céu em corpo e alma.

Quais são os principais privilégios da Virgem Maria?

Os principais privilégios da Virgem Maria são: a sua Conceição Imaculada, a sua perpétua Virgindade, a sua Maternidade divina e a sua Assunção em corpo e alma aos céus. Estes privilégios foram definidos como dogmas de fé. [p. 423]

Quem é o Espírito Santo?

O Espírito Santo é a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, que procede do Pai e do Filho.

Quando enviou Jesus Cristo o Espírito Santo?

Jesus Cristo enviou o Espírito Santo à sua Igreja no dia de Pentecostes, dez dias depois da sua Ascensão aos céus.

Que é a Igreja?

A Igreja é o Corpo de Cristo formado pelos batizados que professam a mesma fé em Jesus Cristo, participam dos mesmos Sacramentos e obedecem ao Papa e aos Bispos em comunhão com o Papa.

Quem são os pastores visíveis da Igreja?

Os pastores visíveis da Igreja são o Papa, sucessor de São Pedro, e os Bispos, sucessores dos Apóstolos.

Quem é o Papa?

O Papa, ou Romano Pontífice, é o Vigário de Cristo na Terra, sucessor de São Pedro, que faz as vezes de Cristo no governo de toda a Igreja.

Quem são os Bispos?

Os Bispos são os sucessores dos Apóstolos, colocados pelo Espírito Santo para que, juntamente com o Papa e sob a sua autoridade, continuem a missão de Cristo em toda a Igreja, especialmente cada um na sua diocese.

Estarão todos os cristãos chamados à santidade e ao apostolado?

Todos os cristãos estão chamados à santidade e ao apostolado pelo próprio fato de terem recebido o Batismo e a Confirmação.

Deus remunerador

Quais são os “novíssimos” do homem?

Os “novíssimos” ou as últimas coisas que nos hão de acontecer são: Morte, Juízo, Inferno e Paraíso.

Que quer dizer “ressurreição da carne”?

A “ressurreição da carne” quer dizer que, como Cristo ressuscitou, assim também nós ressuscitaremos no fim do mundo, voltando a unir-se a alma com o nosso mesmo corpo para nunca mais morrermos.

Que é o céu?

O céu é o lugar onde os bons vivem com Deus eternamente felizes.

Quem vai para o céu?

Vão para o céu os que morrem na graça de Deus.

Que é o purgatório?

O purgatório é o lugar de sofrimento onde se purificam, antes de entrarem no céu, aqueles que morrem na graça de Deus, mas sem terem satisfeito pelos seus pecados. [p. 424]

Que é o inferno?

O inferno é o lugar onde os maus, afastados de Deus, sofrem penas eternas.

Quem vai para o inferno?

Para o inferno vão os que morrem em pecado mortal, porque rejeitaram a graça de Deus.

IV. OS MANDAMENTOS

Que Mandamentos deve cumprir o cristão?

O cristão deve cumprir os Mandamentos da Lei de Deus e os da Santa Madre Igreja.

Quantos são os Mandamentos da Lei de Deus?

Os Mandamentos da Lei de Deus são dez: 1º Amar a Deus sobre todas as coisas. 2º Não tomar o seu santo nome em vão. 3º

Guardar os domingos e festas. 4º Honrar pai e mãe. 5º Não matar. 6º Não pecar contra a castidade. 7º Não furtar. 8º Não levantar falso testemunho. 9º Não desejar a mulher do próximo. 10º Não cobiçar as coisas alheias.

Estes dez mandamentos encerram-se em dois, que são: amar a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a nós mesmos.

Que são os Mandamentos da Igreja?

Os Mandamentos da Igreja são os preceitos que a Igreja nos dá em virtude do poder recebido de Jesus, para ajudar-nos a cumprir a Lei de Deus e assim conseguirmos a nossa salvação eterna.

Quais são os Mandamentos da Igreja?

Os principais Mandamentos da Igreja são cinco: 1º Ouvir Missa inteira aos domingos e festas de guarda. 2º Confessar ao menos uma vez cada ano os pecados mortais. 3º Comungar ao menos pela Páscoa da Ressurreição. 4º Jejuar e abster-se de carne quando manda a Santa Madre Igreja. 5º Pagar dízimos conforme o costume.

Quem está obrigado a ouvir Missa aos domingos e festas de guarda?

Estão obrigados a ouvir Missa aos domingos e festas de guarda todos os cristãos que cumpriram os sete anos e chegaram ao uso da razão.

Dias com obrigação de ouvir Missa • Todos os domingos do ano.

- Festividade de Santa Maria, Mãe de Deus -1º de janeiro.

- Festividade do Santíssimo Corpo e Sangue de N. Sr. Jesus Cristo (*Corpus Christi*) – primeira quinta-feira depois do domingo da Santíssima Trindade; data variável.
- Imaculada Conceição da Virgem Maria -8 de dezembro.
- Natal de N. Sr. Jesus Cristo -25 de dezembro. [p. 425]
- *Jejum e abstinência*: Quarta-feira de Cinzas e Sexta-feira Santa.
- *Idade da obrigação*: A abstinência obriga a partir dos 14 anos completos; o jejum, a partir dos 21 anos completos e até os 60 começados.

V. PECADOS E VIRTUDES

Que é pecado?

Pecado é toda a desobediência voluntária à Lei de Deus ou da Igreja.

Que é o pecado original?

O pecado original é o pecado que a humanidade cometeu em Adão, sua cabeça, e que de Adão todos os homens contraem por descendência natural. O pecado original apaga-se com o Batismo.

Que é pecado mortal?

O pecado mortal é uma desobediência à Lei de Deus ou da Igreja em matéria grave, feita com pleno conhecimento e consentimento deliberado.

Que é pecado venial?

O pecado venial é uma desobediência à Lei de Deus ou da Igreja em matéria leve, ou em matéria grave mas sem pleno conhecimento e perfeito consentimento.

Que é virtude?

A virtude é um hábito bom, uma disposição permanente da alma para atuar bem.

Quais são as virtudes próprias do cristão?

As virtudes próprias do cristão são as virtudes sobrenaturais, e especialmente a fé, a esperança e a caridade, que são chamadas virtudes teológicas ou divinas.

Quais são as principais virtudes morais?

As principais virtudes morais são: a religião, que nos faz prestar a Deus o culto devido, e as quatro virtudes cardeais: prudência, justiça, fortaleza e temperança, que nos fazem honestos no viver.

Que é o vício?

Vício é a inclinação para o pecado adquirida pela repetição de atos maus.

Quanto são os vícios ou pecados capitais?

Os pecados capitais são sete: soberba, avareza, luxúria, ira, gula, inveja e preguiça.

Como se vencem os pecados capitais?

Os pecados capitais vencem-se com a prática das virtudes opostas: contra a soberba, humildade; contra a avareza, liberalidade; contra a luxúria, castidade; contra a ira, paciência;

contra a gula, temperança; contra a inveja, caridade; contra a preguiça, diligência. [p. 426]

Quantos são os pecados contra o Espírito Santo?

Os pecados contra o Espírito Santo são seis: 1º Desesperar da salvação. 2º Presunção de salvar-se sem merecimentos. 3º Contradizer a verdade conhecida como tal. 4º Ter inveja das mercês que Deus faz a outros. 5º Obstinação no pecado. 6º Impenitência final.

Quantos são os pecados que bradam ao céu?

Os pecados que bradam ao céu são quatro: 1º Homicídio voluntário. 2º Pecado sensual contra a natureza. 3º Opressão dos pobres. 4º Não pagar o salário a quem trabalha.

Quantos são os inimigos da alma?

Os inimigos da alma são três: o mundo, o demônio e a carne.

Qual o remédio contra o pecado?

O remédio do pecado é a graça de Deus pelos méritos de Jesus Cristo, que Ele nos concede pela oração e pelos Sacramentos, e com a qual devemos cooperar por meio das boas obras.

Oração

Que é a oração?

A oração é uma elevação do espírito e do coração a Deus, para adorá-lo, para dar-lhe graças e para pedir-lhe de que precisamos.

Como se deve orar?

Deve-se orar refletindo que estamos na presença da infinita majestade de Deus e que precisamos da sua misericórdia: por isso devemos orar de maneira humilde, atenta e devota.

É necessário orar?

É necessário orar, e orar muitas vezes, porque Deus o manda; e, ordinariamente, só quando se ora Ele concede as graças espirituais temporais.

Que é o Pai-nosso?

O Pai-nosso é a oração ensinada e recomendada por Jesus Cristo.

Com que oração invocamos especialmente Nossa Senhora?

Invocamos especialmente Nossa Senhora com a Ave-Maria ou saudação Angélica.

As Bem-aventuranças

Quantas são as Bem-aventuranças?

As bem-aventuranças são oito: 1º Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o reino dos céus. 2º Bem-aventurados os mansos, porque eles possuirão a terra. 3º Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados. 4º Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. 5º Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. 6º Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus. 7º Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus. 8º Bem-aventurados os que padecem perseguição por amor da justiça, porque deles é o reino dos céus. [p. 427]

VI. OS SACRAMENTOS

Que se entende por Sacramento?

Por Sacramento entende-se um sinal sensível e eficaz da graça, instituído por Jesus Cristo para santificar as nossas almas.

Como santificam os Sacramentos?

Os Sacramentos santificam-nos dando-nos a primeira graça santificante que apaga o pecado, ou aumentando a graça que já possuímos.

Que é a graça?

A graça é um dom sobrenatural que Deus concede para alcançar a vida eterna. A graça santificante nos faz filhos de Deus e herdeiros do céu.

Quantos são os Sacramentos?

Os Sacramentos são sete: 1º Batismo; 2º Confirmação ou Crisma; 3º Eucaristia; 4º Penitência ou Confissão; 5º Unção dos enfermos; 6º Ordem; 7º Matrimônio.

Que devemos fazer para conservar a graça dos Sacramentos?

Para conservar a graça dos Sacramentos, devemos corresponder da nossa parte com a ação própria, praticando o bem e evitando o mal.

Sobre o Batismo

Que é o Batismo?

O Batismo é o Sacramento pelo qual renascemos para a graça de Deus e nos tornamos cristãos.

Quais são os efeitos do Batismo?

O Sacramento do Batismo confere a primeira graça santificante, que apaga o pecado original e também o atual, se o há; perdoa toda a pena por eles devida; imprime o caráter de cristão; faz-nos filhos de Deus, membros da Igreja e herdeiros do paraíso, e torna-nos capazes de receber os outros Sacramentos.

Como se batiza?

Batiza-se derramando água sobre a cabeça do batizando, ou, não podendo ser sobre a cabeça, sobre qualquer outra parte principal do corpo, dizendo ao mesmo tempo: Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Sobre a Confirmação

Que é a Confirmação?

A Confirmação ou Crisma é um Sacramento que nos dá o Espírito Santo, imprime na nossa alma o caráter de soldados de Cristo e nos faz perfeitos cristãos. [p. 428]

Quais são os dons do Espírito Santo que recebemos na Confirmação?

Os dons do Espírito Santo que recebemos na Confirmação são sete: 1º Sabedoria; 2º Entendimento; 3º Conselho; 4º Fortaleza; 5º Ciência; 6º Piedade; 7º Temor de Deus.

Quais são os frutos do Espírito Santo?

Os frutos do Espírito Santo são: caridade, gozo, paz, paciência, benignidade, longanimidade, mansidão, fé, modéstia, continência e castidade.

Sobre a Penitencia

Que é o Sacramento da Penitencia?

A Penitencia ou Confissão é o Sacramento instituído por Jesus Cristo para perdoar os pecados cometidos depois do Batismo.

Quantas coisas são necessárias para fazer uma boa Confissão?

São necessárias cinco coisas: 1º Exame de consciência (lembrar-se dos pecados cometidos); 2º Dor ou arrependimento dos pecados; 3º Propósito de nunca mais pecar; 4º Confissão ou acusação dos pecados; 5º Cumprimento da penitencia.

É necessário confessar-se individualmente?

A Igreja ensina que, por direito divino, é necessário confessar individualmente todos e cada um dos pecados mortais, bem como as circunstâncias que mudam a espécie dos pecados; e que a confissão individual e íntegra, com a absolvição a cada penitente, permanece o único meio ordinário pelo qual os fiéis se reconciliam com Deus e com a Igreja, a não ser que a verdadeira impossibilidade física ou moral os dispense deste modo de confissão.

Quais são as vantagens da confissão freqüente?

Com a confissão freqüente, também chamada confissão de devoção, recomendada por todos os Papas, aumenta o conhecimento próprio, cresce a humildade cristã, eliminam-se os maus costumes, combate-se a tibieza e a indolência espiritual,

robustece-se a vontade, leva-se a cabo a salutar direção das consciências e aumenta a graça em virtude do Sacramento.

Sobre a Eucaristia

Que é a Eucaristia?

A Eucaristia é um Sacramento que, pela admirável conversão de toda a substancia do pão no Corpo de Jesus Cristo, e de toda a substancia do vinho no seu precioso Sangue, contém verdadeira, real e substancialmente o Corpo, Sangue, Alma e Divindade do mesmo Jesus Cristo Nosso Senhor, debaixo das aparências de pão e de vinho, para ser nosso alimento espiritual.

Quando é que o pão e o vinho se tornam Corpo e Sangue de Jesus?

O pão e o vinho tornam-se Corpo e Sangue de Jesus no momento da Consagração na Missa. Essa miraculosa conversão é chamada Transubstanciação pela Igreja. [p. 429]

Depois da consagração no fica nada do pão e do vinho?

Depois da consagração já não fica pão nem vinho, mas ficam somente as respectivas espécies ou aparências, sem a substância.

Há obrigação de receber a comunhão?

Há obrigação de receber a comunhão todos os anos pela Páscoa, e em perigo de morte como viático.

É uma coisa boa e útil comungar freqüentemente?

É coisa ótima comungar freqüentemente e até todos os dias, contanto que se faça com as devidas disposições.

Que é a Santa Missa?

A Santa Missa é o Sacrifício do Corpo e do Sangue de Jesus Cristo, oferecido sobre o altar, debaixo das aparências do pão e do vinho, renovando de forma incruenta o sacrifício da Cruz.

Sobre a Unção dos enfermos

Que é a Unção dos enfermos?

A Unção dos enfermos é o Sacramento instituído para alívio espiritual e também temporal dos enfermos em perigo de morte.

Quais são os efeitos da Unção dos enfermos?

Os efeitos da Unção dos enfermos são: 1º aumenta a graça santificante; 2º apaga os pecados veniais e também os mortais que o enfermo arrependido já não possa confessar; 3º tira a fraqueza e languidez para o bem, que ainda fica depois de se ter alcançado o perdão dos pecados; 4º dá forças para suportar pacientemente o mal, resistir às tentações e morrer santamente; 5º ajuda a recuperar a saúde do corpo, se isso for útil à salvação da alma.

Quem deve receber a Unção dos enfermos?

A Unção dos enfermos deve ser conferida com todo o cuidado e diligência aos fiéis que, por doença ou idade avançada, estão em grave perigo de vida.

Que obrigação têm os familiares e os que assistem o enfermo?

Os familiares e os que assistem o enfermo têm a obrigação grave de procurar que receba a Santa Unção, se possível antes de que perca o conhecimento.

Sobre a Ordem sacerdotal

Que é a Ordem sacerdotal?

A Ordem sacerdotal é o Sacramento que dá o poder de exercer os ministérios sagrados que se referem ao culto de Deus e à salvação das almas, e que imprime na alma de quem o recebe o caráter de ministro de Deus: Bispo, Sacerdote ou Diácono.

Que concede o Sacramento da Ordem àqueles que o recebem?

O Sacramento da Ordem concede aos que o recebem um aumento da graça santificante, o caráter sacramental que lhes dá o poder para exercer as funções sagradas, e as graças para fazê-lo dignamente. [p. 430]

Quais são as principais funções do sacerdote?

As principais funções do sacerdote são: celebrar a Santa Missa, administrar os Sacramentos e pregar a palavra de Deus.

Sobre o Matrimônio

Que é o Matrimônio?

O Matrimônio é o Sacramento instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo que estabelece uma união santa e indissolúvel entre o homem e a mulher, e lhes dá a graça de se amarem mutuamente e de educarem cristãmente os filhos.

Como deve receber-se este Sacramento?

É preciso receber o Sacramento do Matrimônio em graça de Deus; se se recebe em pecado mortal, o Matrimônio é válido, mas comete-se um grave sacrilégio.

Quem é o ministro do Sacramento do Matrimônio?

O ministro do Sacramento do Matrimônio são os próprios cônjuges.

Quais são os fins do Matrimônio?

Os fins do Matrimônio são a procriação e educação dos filhos, o amor e a ajuda mútua entre os esposos e o remédio da concupiscência.

Quais são as propriedades do Matrimônio?

As propriedades do Matrimônio são a unidade e a indissolubilidade; isto é, deve ser de um com uma e para sempre.

Que devem fazer os esposos cristãos para viver santamente?

Para viver santamente, os esposos cristãos devem amar-se e guardar fidelidade um ao outro, receber os filhos que Deus lhes dê e educá-los cristãmente. [p. 431]